

Cidade, POVO E nação

Gênese do urbanismo moderno

Organizadores:

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Robert Pechman

2ª EDIÇÃO

LETRCAPITAL



Observatório
das Metrôpoles
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

CIDADE, POVO E NAÇÃO
Gênese do Urbanismo Moderno



Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Robert Pechman
(organizadores)

CIDADE, POVO E NAÇÃO
Gênese do Urbanismo Moderno



**Observatório
das Metrópoles**
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

LETRCAPITAL

Copyright © Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Robert Pechman, 2015

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida por meio impresso ou eletrônico, sem a autorização prévia por escrito da Editora/Autor(es).

1ª edição, 1996

EDITOR: João Baptista Pinto
CAPA: Luiz Guimarães

CIP- BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C51

Cidade, povo e nação [recurso eletrônico] : gênese do urbanismo moderno / organização Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Robert Pechman. - 2. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital : Observatório das Metrópoles : INCT, 2015.

recurso digital

Formato: epdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-417-2 (recurso eletrônico)

1. Planejamento urbano - Brasil. 2. Renovação urbana - Brasil. 3. Política urbana - Brasil.
4. Urbanização - Brasil. I. Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz, 1947-. II. Pechman, Robert Moses.
- III. Observatório das Metrópoles. IV. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia.

15-27273

CDD: 711.40981

CDU: 711.4(81)

15/10/2015 15/10/2015

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - IPPUR/UFRJ

Coordenação Geral: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Av. Pedro Calmon, 550, sala 537, 5ª andar – Ilha do Fundão
Cep 21.941-901 – Rio de Janeiro, RJ
Tel/Fax 55-21-3938-1950
www.observatoriodasmetrosoles.net

LETRA CAPITAL EDITORA

Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781

letracapital@letracapital.com.br

Sumário

Apresentação..... 11

Parte I Introdução

1 Transferências, empréstimos e traduções na
formação do urbanismo no Brasil 15

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

2 Da *questão social* aos *problemas urbanos*: os
reformadores e a população das metrópoles em
princípios do século XX 23

Christian Topalov

3 Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo
no Brasil 53

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Adauto Lúcio Cardoso

Parte II

A Reforma Urbana: reforma social, modernidade e construção nacional

- 4** As transformações urbanas na imprensa operária:
São Paulo, na virada do século XX 81
Liane Maria Bertucci
- 5** O urbanismo de Lúcio Costa: contribuição brasileira
ao concerto das nações 95
Adauto Lúcio Cardoso
- 6** A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia
de Aarão Reis 123
Berenice Martins Guimarães
- 7** Christiano Stockler das Neves: o opositor do
“Futurismo” em São Paulo 141
Maria Ruth Amaral de Sampaio
- 8** Arquitetura fascista e o Estado Novo: Marcello
Piacentini e a tradição monumental no Rio de
Janeiro 157
Marcos Tognon

Parte III
**O urbanismo: meio profissional,
trajetórias individuais e instituições
políticas**

- 9 Donat Alfred Agache: urbanismo, uma sociologia aplicada 167
Catherine Bruant
- 10 Campo, contra-campo, extra-campo: fundamentos, desafios e conflitos sobre o lugar da arquitetura no campo urbano 203
Jean-Pierre Frey
- 11 O urbanismo no Instituto de Engenharia: São Paulo, 1920-1940 227
Marisa Varanda Carpintero
- 12 A formação do urbanismo como disciplina e profissão: São Paulo na primeira metade do século XX 245
Maria Cristina da Silva Leme
- 13 O *Museo Social Argentino* e a formação e difusão das idéias do urbanismo 259
Oscar Bragos

Parte IV

Transferências e traduções

- 14 Camillo Sitte, Camille Martin e Saturnino de Brito:
traduções e transferências de idéias urbanísticas 287
Carlos Roberto Monteiro de Andrade
- 15 A cidade controlada: Santos 1870-1913 311
Ana Lúcia Duarte Lanna
- 16 O urbano fora do lugar? Transferências e traduções
das idéias urbanísticas nos anos 20 331
Robert Moses Pechman
- 17 Pensando a metrópole moderna: os planos de
Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro 363
Margareth da Silva Pereira
- 18 Entre práticas e representações: a cidade do possível
e a cidade do desejo 377
Sandra Jatahy Pesavento
- 19 A trajetória de Alfred Donat Agache no Brasil 397
Lúcia Silva
- 20 História e cidade na Amazônia Brasileira: a utopia
urbana de Henry Ford, 1930. 411
Yara Vicentini

Apresentação

*Esta coletânea apresenta uma seleção dos textos apresentados no seminário **Origens das Políticas Urbanas Modernas: Europa e América Latina, Empréstimos e Traduções**, promovido pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ em conjunto com o Centre de Sociologie Urbaine de Paris, de 29 de agosto a 2 de setembro de 1994, em Itamonte, MG.*

Duas promissoras futuras historiadoras tiveram relevantes papéis na concretização do presente trabalho e são merecedoras do nosso reconhecimento e gratidão: Maria Fernanda Martins, pela assistência emprestada à realização do seminário, e Denise Cabral Stuckenbruck, pela coordenação da preparação dos manuscritos para publicação do presente livro.

Os seminário e livro em questão não se poderiam ter realizado sem o apoio financeiro do CNPq, da FINEP, da FUJB e do CNRS, a quem somos gratos.

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Robert Pechman

Parte I

Introdução

Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano
e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Desde a independência, a França tem lugar privilegiado junto às elites intelectuais brasileiras e latino-americanas nos campos da cultura política, da cultura ilustrada e da cultura técnica. O “modelo francês” de modernidade sempre esteve presente no Brasil, ao longo do século XIX até às vésperas da Segunda Guerra Mundial.

Os textos desta coletânea refletem sobre as modalidades e o alcance dessa relação singular entre os dois países no campo dos saberes e técnicas voltados para o tratamento dos problemas urbanos. Eles cobrem o período de 1900 a 1940, quando várias cidades do Brasil e de outros países da América Latina foram objeto de intervenções, de planos e projetos de renovação urbana. Em todas essas experiências notamos a existência de fortes influências do “modelo francês” de modernização, sobretudo após o surgimento da ciência da cidade,

quando se supera a fase do urbanismo de embelezamento e melhoramentos urbanos.

Com efeito, entre os anos 1900-1910, a cidade é transformada em objeto global de saber e intervenção. As palavras ou expressões *urbanismo*, *city planning* ou *ciência da cidade* começam a ser utilizadas na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Período que precede em 10 anos o surgimento da Ecologia Humana na chamada Escola de Chicago. Os países industrializados adotam medidas que instauram uma nova prática administrativa no que concerne à gestão da cidade: na Inglaterra, o *Housing and Town Planning Act*; na França, são feitas proposições de leis que posteriormente vão ser transformadas na Lei Cornudet, segundo a qual torna-se obrigatória a elaboração de Planos de Organização, Embelezamento e de Expansão das cidades; nos Estados Unidos, é publicado o Plano Burnham para Chicago e, ao mesmo tempo, tem lugar a primeira Conferência Nacional do Movimento *City Planning*.

Constatamos que as décadas de 20 e 30 são, na América Latina, momentos de surgimento de vários projetos e planos urbanos para várias cidades: *Plano de Reforma y Extensión para Buenos Aires*, em 1924, elaborado por JCN Forestier; Plano de Extensão, Remodelação e Embelezamento do Rio de Janeiro, elaborado por A. D. Agache a partir de 1927; Plano de Remodelação de Havana, elaborado por Forestier (1926); Prost, Lambert e Rotival são contratados em 1938 para elaborarem o Plano Urbanístico de Caracas.

Ao mesmo tempo, circulam manuais e tratados de urbanismo, tais como: *L'Urbanisme en Pratique* (Ford, 1920); *Traité d'Urbanisme* (Joyant, 1923); *L'Urbanisme à la Portée de Tous* (Rayond, 1925); *La Science des Plans des Villes* (Bardet, Pidoux, Rey, 1928), entre outros.

No Rio de Janeiro e em São Paulo surge uma militância intelectual de engenheiros com o objetivo de divulgar a nova ciência e a sua importância para os destinos do país. Promovem palestras em rádio, em entidades profissionais e civis, além de publicarem freqüentes artigos nos jornais de grande circulação. Tomando apenas os principais personagens:

— Armando de Godoy escreve entre 1925 e 1943 no Rio de Janeiro;

— Luiz de Anhaia Mello escreve entre 1928 e 1952 em São Paulo;

— Victor da Silva Freire escreve *A Cidade Salubre* em 1915 em São Paulo.

Em alguns países, são organizadas instituições semelhantes àquelas que na França realizam o projeto de reforma social e das cidades. São exemplos curiosos o *Museo Social Argentino*, totalmente inspirado no *Musée Social de Paris*¹, e a *Asociación de los Amigos de la*

Ciudad de Buenos Aires, copiada da congênera *Les Amis de Paris*². No Rio de Janeiro, em 1916 é criado o *Centro Carioca* com a finalidade de discutir os problemas da cidade, reunindo vários profissionais liberais (engenheiros, médicos, advogados, literatos) e muitos militares. Mais tarde, em 1935, é criada a *Sociedade dos Amigos da Cidade de São Paulo*.

Os textos aqui reunidos, apresentados no seminário³ *Origens das Políticas Urbanas Modernas: Europa e América Latina, Empréstimos e Traduções*, apresentam vários aspectos e dimensões dos processos de constituição do urbanismo como ciência e experiência em várias cidades do Brasil e da América Latina, assim como suas relações com a expansão para o *Novo Mundo* do projeto de reforma social surgido após 1910 em vários países, especialmente na França e nos Estados Unidos. Eles foram elaborados por pesquisadores brasileiros, argentinos, franceses, uruguaios e venezuelanos que vêm trabalhando com a história da cidade e do urbanismo, a quem solicitamos uma reflexão sobre um dos seguintes temas .

(i) *Reforma urbana, reforma social, modernidade, construção nacional*. Tratava-se de situar o estudo do processo de formação do urbanismo e das políticas urbanas no quadro mais vasto dos projetos reformadores, procurando identificar as categorias utilizadas na enunciação dos problemas urbanos, os diagnósticos e as prescrições; os dispositivos de observação do povo e da cidade; as experimentações, regras e modelos de intervenção.

Buscou-se examinar os processos pelos quais se efetuaram as “transferências” de um país para o outro, em um contexto de aparente dependência cultural.

(ii) *O meio social, político, cultural e profissional dos reformadores*. Aqui, procurou-se identificar os grupos profissionais, suas trajetórias individuais e as instituições políticas mobilizadas. Tratava-se de estudar os atores da reforma urbana, a emergência do urbanismo como disciplina e como profissão, as relações dos profissionais com as municipalidades e com as burocracias centrais.

Buscou-se determinar os canais pelos quais estas transferências se realizaram: associações e congressos internacionais de organizações reformadoras e/ou profissionais, formação universitária de profissionais brasileiros na França, intervenções diretas de especialistas franceses na formação universitária brasileira ou em projetos particulares. A investigação foi, então, dirigida para o campo dos atores, emissores e receptores, suas composições sociais específicas e as lógicas internas que os conduzem a exportar/importar saberes e técnicas. Este es-

tudo das lógicas dos atores é essencial, uma vez que é um meio metodologicamente controlado para passar de uma descrição empírica das influências ao exame das “traduções” que se operam no curso do processo, de transferência de um campo nacional a outro.

(iii) *Transferências e traduções. Os urbanistas europeus na América Latina.* Tratava-se de relacionar os estudos concretos sobre os países exportadores e importadores de saberes e técnicas.

No exame das “traduções”, foram também observadas as escolhas exercidas pelos atores locais. Não ocorreu apenas a metabolização das idéias, como, também, a escolha daquelas que melhor podiam ser utilizadas nas estratégias teórico-político-culturais dos atores na luta pela construção de um novo campo de saber e poder: o urbanismo. Estas estratégias foram influenciadas pelo *espírito da época*, isto é, pelo estado do debate sobre a sociedade brasileira organizado pelo campo intelectual, com suas concepções e diagnósticos. Não houve, portanto, um simples consumo dos produtos teórico-culturais. As teorias e modelos importados tiveram funções cognoscíveis da realidade e, ao mesmo tempo, legitimadora dos atores e das suas escolhas históricas.

O conteúdo explícito dos objetos transferidos esconde este fenómeno por construções idealizadas. Uma das características do *projeto de modernidade* é, precisamente, colocar-se como universal, fundado nas propriedades gerais, cientificamente construídas, relativas ao Homem e à Sociedade. Foi em nome desta universalidade que as elites brasileiras consideravam a Europa e os Estados Unidos como símbolo da modernidade realizada, particularmente na organização industrial e no organismo urbano, e os *exportadores* imaginaram que suas prescrições seriam aplicáveis em qualquer lugar, particularmente no “novo mundo”. Por um processo já bem estudado a propósito das situações coloniais, ocorreu aí um jogo espelhado de utopias: os reformadores viam o outro país como um modelo realizado, que se oferecia como um espaço ideal de experimentações sem entraves.

Cada elemento emprestado foi inicialmente mobilizado dentro da lógica dos atores singulares de cada país. Não se tratou, portanto, de trabalhar em termos de “influências, cópias ou imposição dos reformadores franceses sobre seus homólogos brasileiros”. Cada elemento emprestado muda de sentido quando atravessa o Atlântico, uma vez que entra como argumento e torna-se instrumento no debate e enfrentamentos nacionais.

Aqui, deparamo-nos com uma problemática ao mesmo temporária em produção intelectual e capital para a compreensão do nosso processo histórico. Trata-se das condições, processos e resultados da nossa in-

serção periférica no movimento de expansão da modernidade, que se pretende global, sem fronteiras ou nacionalidades. A ciência da cidade integrou o projeto de modernidade na sua segunda fase, quando, a partir do final do século XIX, perdeu força a postura filantrópica e utópica da sociedade. De maneira mais precisa, a nossa reflexão sobre os empréstimos e traduções do urbanismo permitiu-nos acesso a um outro campo de observação das tensões e dramas das nossas elites intelectuais vivendo uma dupla temporalidade, já que a cultura erudita se internacionaliza com mais rapidez que as relações sociais. Com efeito, na periferia, a modernização da infra-estrutura material da vida social e econômica não foi completada a ponto de gerar uma nova sensibilidade, capaz de ensejar “mentalidades” modernas. Por outro lado, a modernização das elites e da intelectualidade só pode existir como manifestação da consciência, mas, sem que, necessariamente, tenhamos tido uma correspondência real e completa entre *modernização e modernidade*⁴. Fato que sempre trouxe a impressão de que “as idéias estão fora do lugar” ou que o nosso modernismo deve ter outro tempo.

A questão das temporalidades, da qual resulta a defasagem entre modernização e modernidade, está presente na consciência de muitos dos intelectuais que se debruçaram sobre a nossa realidade. Nos anos 20, por exemplo, o debate entre os modernistas opõe duas correntes formadas em torno da discussão de caminhos da nossa inserção nos novos tempos: de um lado, aqueles que acreditavam que a modernidade seria alcançada pela total incorporação do país à ordem urbana e industrial, para quem ser moderno era o mesmo que ser civilizado, cosmopolita, ou seja, estar atualizado com o mundo; de outro lado, os que propunham que o caminho da modernidade passava pela descoberta da nossa brasilidade e da nossa temporalidade⁵.

O *Manifesto do Pau-Brasil*, de Oswald de Andrade, é um exemplo expressivo dessa segunda corrente do modernismo.

“O trabalho da geração futurista foi ciclópico. Acertar o relógio império na literatura nacional. Realizada esta etapa, o problema é outro. Ser regional e puro em sua época.”

Olhando permanentemente para os países considerados modernos ou desenvolvidos, as elites intelectuais brasileiras sempre se indagaram sobre se podíamos ou deveríamos acertar o nosso relógio com a *História*. O liberalismo é possível numa sociedade que carrega a herança do passado colonial e escravista?, perguntavam os pensadores sociais da Primeira República. A nossa expansão capitalista pode obedecer às mesmas etapas vividas pelos países europeus?, perguntavam nossos primeiros marxistas.

Não se trata, porém, de uma questão ultrapassada pela nossa industrialização, urbanização e modernização. As elites intelectuais brasileiras e latino-americanas continuam se perguntando se estamos ou não com o *nosso relógio acertado com a História*. Essa indagação não decorre da incapacidade das nossas elites em pensar autonomamente. Ela resulta da permanente inserção periférica de países como o Brasil nos movimentos de transformação oriundos dos epicentros do mundo. Como intelectuais, os nossos pensadores pertencem ao mesmo mundo que os seus congêneres dos países que ocupam o epicentro, pois estão cada vez mais incluídos na história da cultura erudita, que ultrapassa a fase da expansão internacionalista e ingressa na sua globalização. Ao mesmo tempo, como atores sociais, pertencem à história nacional, uma vez que estão inexoravelmente constituídos por relações e disputas que são nacionais. No entanto, esta dualidade pode se dissolver quando transferir, emprestar e traduzir modelos, conceitos, categorias etc, tornam-se ações estratégicas nestas relações e disputas, o que faz entrar na nossa História aquilo que estava “fora do lugar”.

NOTAS

1. O que era o *Musée Social de Paris*? Foi criado em 1894 como entidade de direito privado, com a finalidade de procurar uma solução prática para a questão social. Para tanto, o *Musée* propõe-se a ser um espaço entre o público e o privado, lugar de pesquisa e base de intervenção na sociedade. Reunindo profissionais liberais, políticos, universitários e representantes da alta burguesia industrial, o *Musée* procura estabelecer uma ligação entre os vários grupos existentes na França organizados em torno da reforma social. Em 1896, tinha 98 membros; em 1911, este número é quadruplicado e a organização do *Musée* se estende por várias províncias francesas e pelo estrangeiro.
2. Ver Bragos, O. *O nascimento do urbanismo na Argentina. O caso da cidade de Rosário entre 1920 e 1930*. Dissertação de mestrado defendida no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.
3. Este seminário foi organizado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional e o *Centre de Sociologie Urbaine*, encerrando um projeto cooperativo de pesquisa sobre o mesmo tema. No seu desenvolvimento, contamos com o apoio do Conselho Nacional de De-

envolvimento Científico e Tecnológico e o *Centre National de la Recherche Scientifique*. Pir-Villes.

4. Ver Ortiz, 1991: 268/69.

5. Ver Oliveira, 1990: 182.

BIBLIOGRAFIA

Oliveira, L. L. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, CNPq/ Brasiliense, 1990.

Ortiz, R. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX

Christian Topalov

Diretor de Pesquisa no Centro de Sociologia Urbana, *Centre National de la Recherche Scientifique*, Paris, França.

A idéia de que existem “problemas urbanos” é recente. Tem sua origem nos começos do século XX com os reformadores de moradias e os primeiros urbanistas, os filantropos e os assistentes sociais, que tinham de enfrentar a realidade das grandes metrópoles do mundo industrial. Mudar a cidade para mudar a sociedade e, particularmente, o povo, essa era sua visão estratégica.

O movimento de reforma urbana que então se inicia, simultaneamente, na Europa e na América do Norte, não é um fenômeno isolado, mas, vinculado, tanto pelos homens como pelas idéias, a um projeto multiforme de reforma social que se definirá e ampliará a partir de 1880. Proponho-me a examinar aqui a hipótese segundo a qual, nessa época, assentaram-se as bases da nova organização do sistema

de poder que, ao mesmo tempo, tanto põe frente a frente quanto une classes dominantes e classes subalternas.

Ao propor a sociedade e a cidade como objetos da ação racional, os movimentos de reforma prepararam o surgimento das políticas sociais e urbanas modernas, cujas conseqüências marcaram profundamente nosso tempo.

Dois eminentes reformadores

Ouçamos, em primeiro lugar, dois personagens do começo do século que formularam um “problema social” aparentemente específico. Em 1907, William Beveridge prepara a criação de órgãos públicos de colocação de mão-de-obra e o seguro-desemprego, que seriam instaurados, anos depois, no Reino Unido. Beveridge, que, na década de 1940, chegaria a propor o sistema de seguro social característico do *welfare state* e acabaria na Câmara dos Lordes, era, até então, apenas um modesto assistente social. Nos anos da depressão que seu país acabava de viver, havia dirigido uma instituição pública de assistência em um bairro de Londres. Dessa experiência, tirou uma importante lição, que ia expor ante a Comissão Real encarregada da reforma da Lei de Pobres, com estas palavras: “O problema do excesso de mão-de-obra tornou-se evidente para mim há três anos em Stepney, durante minha primeira experiência como administrador de um fundo de socorro. Aquele que se propunha a ajudar trabalhadores temporários ficava logo excessivamente atarefado, porque o número era crescente. Os homens não ficavam desempregados por muito tempo, já que, assim, teriam morrido de fome, a não ser que tivessem sido mantidos por suas esposas, coisa que só se pode fazer até certo ponto. Era óbvio que conseguiam um ou outro trabalho (...). Compreendi que o fato de obter algum trabalho de vez em quando era mais importante que o fato de não trabalhar em outros momentos. Há que ressaltar o fato positivo de que bastava alguma atividade para que permanecessem no mesmo lugar, ainda que, isso sim, em condições precárias”¹.

Nestas observações encerra-se, no meu ponto de vista, o núcleo inicial do pensamento reformador no qual se inspirarão os conceitos modernos de desemprego e trabalho assalariado². Beveridge se refere aos estivadores do East End, ainda que suas observações possam ser aplicadas a um setor muito amplo da população das grandes cidades. Essas pessoas que, em plena metrópole, sobrevivem trabalhando dia sim, dia não, têm de desaparecer. Charles Booth, observador incansá-

vel das massas trabalhadoras de Londres, já havia dito, vinte anos antes, que esses assalariados intermitentes constituíam “o núcleo do problema social”³. Beveridge prossegue seu discurso e chega a uma conclusão surpreendente: o problema não é que não há trabalho para essas pessoas, mas, sim, que há. E indica a operação, verdadeiramente cirúrgica, que é necessário efetuar com urgência:

“A bolsa de empregos não será conveniente para o homem que quer trabalhar um dia por semana e descansar nos restantes, nem, tampouco, a longo prazo, para quem deseja ser contratado de forma temporária. Nestes casos, a bolsa de empregos dará esse dia de trabalho a outro trabalhador que já tem quatro dias por semana, para que possa ganhar a vida corretamente. Competirá a você (Beveridge se dirige ao professor Smart) educar esse primeiro homem para fazer com que adquira melhores hábitos”⁴.

Trata-se, assim, de transformar os trabalhadores intermitentes, seja em assalariados regulares, seja em desempregados completos. Beveridge admite isto claramente quando diz que o sistema, em princípio, “aumentará o número daqueles que necessitam completamente de trabalho, convertendo o que é uma reserva em um excedente”⁵. Esta estratégia do reformador joga uma luz própria sobre os puros conceitos do economista. O que Alfred Marshall qualifica de “desemprego sistemático”⁶ e Beveridge de “subemprego” não são apenas outras tantas categorias de análises. Trata-se de conceitos que descrevem práticas dos trabalhadores e dos empresários que devem ser combatidas e designam alguns setores populares que, simplesmente, devem desaparecer. O “desemprego involuntário”, o desemprego moderno, parece ter sua origem na generalização forçada de uma relação salarial estabilizada, nosso trabalho moderno.

Vejamos agora outro país e outro “problema”. Henry Sellier, prefeito socialista de um subúrbio de Paris, cumpriu em 1910 um papel importante na reforma das habitações na França. Poucos antes da Primeira Guerra Mundial, defende a idéia de que é preciso criar um órgão público para construção de casas populares na área do Sena:

“A cidade (...) e as condições de moradia exercem uma influência decisiva sobre a mortalidade e a educação do povo. É preciso afastar trabalhadores dos prazeres gros-

seiros da cidade e da fascinação da rua, dos bares e boates⁷.”

A frase lembra o moralismo tradicional, mas é também reveladora do fato de que, para esse socialista, a educação é um requisito prévio para a emancipação coletiva do proletariado. O progresso social exige uma mudança radical nos costumes dos operários, e essa mudança não depende apenas da moradia, mas, também, das condições globais da vida urbana. Sellier expressa, aqui, uma evolução característica do projeto reformador da cidade. Passou a época das intervenções isoladas e as moradias modelo, inclusive a época das primeiras experiências do Garden City Movement. O que é preciso fazer, então, é racionalizar a própria expansão dos subúrbios⁸. No marco desta visão de uma cidade planejada, a construção de cidades-jardins é considerada “um fator essencial para a educação popular na luta contra a moradia insalubre, a tuberculose e o alcoolismo”⁹. E Sellier formula, assim, o principal conceito operatório da reforma e que, ao mesmo tempo, constitui o princípio que a legitima:

“O que distingue o conceito de cidade-jardim da fórmula até então em vigor em matéria de moradia urbana é a percepção clara e nítida não somente das necessidades do indivíduo, mas, também, da necessidade de relações comunitárias¹⁰.”

Para Sellier, assim como para seus equivalentes britânicos ou norte-americanos, ainda que não compartilhem suas convicções políticas, a ação reformadora tem bases científicas que correspondem ao enunciado objetivo de certas necessidades do indivíduo e da sociedade: o ar, a luz, a beleza e novas relações sociais.

Mas surge um problema: os próprios trabalhadores não compartilham essas preocupações. Sellier comprova em 1922:

“Devemos lutar contra a tendência generalizada de nossos operários a ignorar o valor da moradia e o fato de que se satisfazem com cubículos insalubres, negando-se a fazer os sacrifícios necessários para conseguir uma moradia digna do ser humano¹¹.”

Esta observação, confirmada pelas estatísticas do orçamento das famílias operárias analisadas, especialmente pelo sociólogo Maurice Halbwachs¹², discípulo de Durkheim, lembra o que alguns anos antes Lawrence Veiller, diretor dos *housing reformers* da tradição filantrópica nos Estados Unidos da América, dizia:

“A idéia de que milhares de pessoas vivem nas condições observadas nas grandes cidades norte-americanas

porque não há outro lugar onde possam viver não tem justificativa nem corresponde aos fatos. Devemos, pois, reconhecer, francamente, que uma parte importante da população aceita viver de qualquer maneira, por mais atrozes que sejam as condições higiênicas¹³.”

Veiller tinha um conhecimento direto da situação. Inspirador da lei de regulamentação das moradias operárias de 1901 no Estado de Nova York, lutaria na Charity Organization Society e depois na National Housing Association, pelo cumprimento da lei e sua extensão a outras grandes cidades norte-americanas. Em todos os lugares, teve de enfrentar a oposição dos donos de cortiços e também a das famílias pobres.

Podemos ver, então, que duas políticas sociais progressistas (o seguro-desemprego e a reforma da moradia) têm sua origem em um projeto educativo relativo aos trabalhadores urbanos e não nas exigências destes últimos. Essas políticas sociais contrariavam dois hábitos bem arraigados nas classes populares: a mobilidade e intermitência do emprego assalariado e a preferência pelas moradias baratas de seus bairros tradicionais.

Trabalhadores e reformadores

A relação entre os trabalhadores e as reformas não pode ser resumida em uma só frase. No entanto, são muitas as explicações simplistas. A epopéia progressista foi escrita, antes de mais nada, pelos próprios reformadores e atribui a estes a iniciativa: nessa epopéia, os reformadores, ilustrados pela ciência, travam um combate justo contra a ignorância e os interesses criados, e tornam possíveis as mudanças necessárias para a modernização da sociedade¹⁴. Este mito fundador deu origem a outros dois, que o contradizem de formas diversas. À tradição “radical” soma-se à idéia de progresso, apesar de apresentar as coisas numa ordem diferente: as reivindicações e lutas populares teriam obrigado a burguesia a estabelecer, gradativamente, o sistema de bem-estar social que o capitalismo necessitava¹⁵. Por outro lado, os teóricos do controle social estão desiludidos e consideram todas as políticas inventadas pelos reformadores formas cada vez mais refinadas de dominação, uma extensão sem fim das ramificações do poder¹⁶. O inconveniente de todas essas interpretações em suas formulações mais rígidas (apesar das importantes contribuições das duas últimas que mencionamos) é que não chegam a levar em consideração, que,

nos processos históricos mencionados, intervêm, pelo menos, dois elementos: os de cima e os de baixo, onde ambos mudam ao mesmo tempo que o sistema de poder que os une. Em outras palavras, ambos os termos são o resultado de uma interação, marcada por hesitações e surpresas, entre práticas e movimentos populares e iniciativas das classes dirigentes (empresários, especialistas e governo). É claro que as modalidades desta relação variam de acordo com os países, os âmbitos da reforma, as épocas históricas e as categorias de trabalhadores.

Em todo caso, há uns 20 anos, vêm se acumulando elementos historiográficos que indicam que, pelo menos antes da Primeira Guerra Mundial, os operários mostravam-se reticentes e, às vezes, francamente hostis a muitas das medidas de política social elaboradas nos meios reformistas e aplicadas por políticos liberais progressistas ou solidaristas. Henri Pelling foi um dos primeiros a semear dúvidas em um artigo iconoclasta que publicou em 1968¹⁷; depois dessa data, outros autores exploraram as questões colocadas pela quebra das certezas que compartilhavam os progressistas de todos os horizontes teóricos e que haviam sido consolidadas em três quartos de século de atividade e historiografias reformistas. Naturalmente, seria possível estudar historicamente essa mudança radical de critérios, coincidente com a crítica dos sistemas de bem-estar social formulada pelos teóricos de enfoque “radical”, marxista ou libertário da década de 1970 que, curiosamente, o movimento conservador seguiu de perto, ao se propor a eliminar todas essas “conquistas sociais”. Mas esta é outra história.

Circunscrevendo-nos ao âmbito escolhido, é necessário sintetizar os resultados de alguns estudos sobre o comportamento dos trabalhadores nos dois âmbitos de reforma mencionados¹⁸.

Em matéria de colocação de mão-de-obra e seguro-desemprego, a iniciativa corresponde claramente ao campo dos reformadores. “Organizar o mercado de trabalho”, conseguir que a contratação saia das mãos do capataz, do sindicato ou da empresa privada parasitária, racionalizar a mobilidade dos operários, tais são as missões confiadas aos departamentos públicos de colocação de mão-de-obra. Por outro lado, o seguro-desemprego está destinado a diferenciar os verdadeiros desempregados, trabalhadores regulares que se encontram provisoriamente sem trabalho e serão indenizados, dos falsos desempregados, assalariados intermitentes e pobres crônicos, que deverão ser tratados por outros meios.

Mas acontece que os reformadores encontram um modelo: as organizações mais bem estabelecidas de operários especializados se encarregam, há algum tempo, de encontrar trabalho para seus mem-

bros e paliar a ausência de salário. Essas organizações procuram colocar seus membros nas oficinas, prolongando assim as tradições de aprendizagem e contratação no seio das famílias, equipes profissionais e grupos de origem. Quanto a seus sistemas de *out-of-work benefits* ou *séjours de chômage* (seguro-desemprego), mais ou menos antigos e desenvolvidos, de acordo com a indústria e o país, apenas institucionalizam uma prática informal muito conhecida: a coleta de ajuda pecuniária, “*passing the hat round*”.

Sem dúvida, estes dispositivos estão destinados a aliviar as dificuldades da vida operária, mas são, sobretudo, elementos de uma estratégia que se propõe a controlar a contratação¹⁹. Da luta impiedosa contra os fura-greves, decisiva para o sucesso imediato da ação coletiva, à reivindicação do “*closed shop*”, as práticas dos sindicatos franceses, britânicos e norte-americanos, no começo do século, coincidem a este respeito, apesar das diferenças ideológicas que pode haver entre eles e a disparidade entre os resultados obtidos.

A partir desta perspectiva, a colocação de mão-de-obra pelo sindicato e o seguro-desemprego são práticas intimamente vinculadas entre si. O seguro permite que o trabalhador sindicalizado sobreviva até que encontre trabalho, podendo, assim, recusar as ofertas de salários inferiores aos da tabela sindical ou provenientes de um empregador que conste na “lista negra” ou esteja submetido ao boicote da organização. O seguro incita o operário a filiar-se ao sindicato, e, assim, este fortalece seu controle sobre a oferta de mão-de-obra. O seguro contribui, também, para centralizar o mercado em um só lugar, a sede sindical, a bolsa de empregos ou a cantina, onde se trocam informações sobre as vagas disponíveis, as condições de trabalho e outras questões. É, também, o lugar a partir do qual se propaga a doutrina sindical ou as idéias revolucionárias, se bem que também ali se pode assegurar o poder do dirigente sindical corrompido, mas eficaz. A este respeito, os novos trabalhadores podem ser suspensos da organização ou eliminados, sem apelação, de um mercado de trabalho bem controlado. Essas diferenças não interessam a nosso estudo. O que importa é observar que o seguro-desemprego não constitui tanto um mecanismo de previsão quanto uma arma de combate e um meio para assegurar a solidariedade de uma categoria de trabalhadores.

A observação desta experiência levou os reformadores do começo do século a imaginar instituições públicas que duplicassem, integrassem ou substituíssem os mecanismos sindicais. Os reformadores incorporaram a seu projeto o modelo criado pelos sindicatos, ainda que mudando seu significado. Era necessária uma certa dose de audácia para não pres-

tar atenção à atitude combativa dos patrões e considerar que as organizações sindicais já não eram uma ameaça, mas um dos elementos de uma nova ordem política na qual os operários deixariam de ser os bárbaros que acampam às portas da cidade. Para isto, naturalmente, os próprios sindicatos deviam transformar-se e adequar-se às funções que lhes eram designadas por seus novos amigos.

Contemplar os subsídios sindicais de desemprego como uma forma de “seguro” implica já uma intervenção, que consiste em outorgar, a uma prática operária, um significado que lhe é alheio. Tomemos dois índices dessa distorção característica do pensamento reformador. Em primeiro lugar, os sindicatos “confundem” freqüentemente as diversas circunstâncias que provocam a perda do salário; a greve, o *lock-out*, a falta de trabalho e, às vezes, a doença e a invalidez. Em todos estes casos, outorgam-se subsídios, e, nas cotas sindicais, raramente se distingue a parte destinada a financiar especificamente o seguro-desemprego. O “seguro” que não define os riscos cobertos e que não exige o pagamento de uma jóia é, evidentemente, uma coisa rara. Além disso, o pagamento da jóia por desemprego deveria ser interrompido quando desaparecesse a desocupação, ou esta deixa de ser involuntária. Desde o começo, todos os sistemas públicos se basearam nesta regra: quem recusava um emprego proposto pelo departamento de colocação de mão-de-obra perdia automaticamente o seguro. Os subsídios sindicais funcionam de forma completamente diferente e vão acompanhados da proibição de aceitar um emprego cujo salário seja inferior às normas sindicais ou proporcionado por um empregador que figure na lista negra. O seguro-desemprego oferece, assim, a possibilidade de recusar um emprego disponível.

Compreende-se, assim, a reação de muitos sindicatos aos projetos de estatização desses sistemas. Não apenas que não o tenham pedido, mas é que, além disso, temem perder, com sua independência, um meio de ação que, para alguns, tem importância capital. Exigem, em troca, que o Estado ou as prefeituras proporcionem trabalho nos períodos de depressão cíclica, e, quando isso não é possível, que lhes outorguem subsídios públicos sem condições: “*Work or Maintenance*” passa a ser, a partir de 1906-1907, a bandeira dos trabalhistas britânicos. No entanto, os que manifestam alguma hesitação são os sindicatos de operários pouco qualificados, cujos salários são baixos demais para poder financiar um sistema de subsídios mútuos. Os acordos feitos na França, em 1905 e, na Inglaterra, em 1911, permitem que os sindicatos intervenham na gestão dos sistemas públicos, o que aplaca sua oposição inicial.

Em relação à reforma da moradia, também fica claro que a doutrina higienista não nasce no seio do movimento operário, e este de-

mora muito a chegar a considerar, favoravelmente (e sob condições), a hipótese da construção de moradias públicas.

Sabe-se que, pelo menos até o final da Primeira Guerra, as ações coletivas dos inquilinos eram dirigidas contra as expulsões e o aumento dos aluguéis, especialmente nos períodos de escassez aguda de moradias operárias²⁰. Por outro lado, a linguagem e as formas destes movimentos revelam um ódio profundo pelos proprietários e seus representantes. Nas moradias-modelo dos filantropos, observam-se muitos exemplos de negação em aplicar os regulamentos dos imóveis, e, nos casos em que uma regulamentação pública impõe aos inquilinos certas normas de utilização, os inspetores sanitários têm de travar uma guerra de desgaste que, quase sempre, perdem.

Este tipo de resistência e de reivindicação tem sua origem nas práticas cotidianas dos habitantes em relação à moradia. Ficar no bairro é a exigência mais comum, já que, no bairro, encontram os trabalhos (muitas vezes precários), os numerosos recursos da grande cidade e a solidariedade entre cônjuges, indispensáveis para a economia doméstica. Dentro dos estreitos limites do bairro popular, a mobilidade de residência é intensa. Observam-se, com frequência, mudanças de residência precipitadas quando não é possível pagar o aluguel ou quando se acumularam dívidas. As pessoas se mudam, com frequência, na mesma rua e, inclusive, no mesmo edifício, para adaptar o aluguel aos recursos do momento. Alugar uma casa menor ou ceder um cômodo ou uma cama é uma forma habitual de reduzir os gastos. De qualquer maneira, boa parte das atividades cotidianas se desenvolve em espaços públicos: o quintal, a rua, o bar. E ninguém pensa em exigir as "moradias saudáveis" das longínquas cidades-jardim dos reformadores; a oposição é total, ainda que, raramente, tenha obtido resultado quando os especuladores ou as prefeituras se propuseram a demolir os "bairros insalubres". Os operários que têm um trabalho mais fixo e renda mais elevada e regulares começam a emigrar para os subúrbios, se organizam em sociedades mútuas de poupança e recorrem à autoconstrução: esses métodos permitem manter a solidariedade do bairro de origem ou de trabalho; além disso, proporcionam uma casa própria, da qual não precisarão prestar contas a ninguém.

O silêncio prolongado das organizações operárias sobre o problema da moradia tem todo seu significado a partir destas comprovações. Em diversos momentos, ainda que raramente antes de 1914, os partidos, sindicatos ou associações adotam a linguagem do sanitarismo; essa mudança de atitude vai sempre unida diretamente à presença de elementos reformadores procedentes das classes médias. Seu apóstolado tropeça,

com freqüência, na oposição de uma parte dos dirigentes e na “passividade” dos trabalhadores, ocorrendo, por isso, prolongados eclipses na reivindicação de “moradias salubres”. Além disso, a posição dos sindicatos difere em alguns pontos essenciais das propostas dos reformadores. Para os dirigentes operários, denunciar os “cortiços” constitui antes de mais nada argumento adicional para reivindicar salários decentes e uma negociação coletiva. Também, observa-se, com freqüência, um repúdio ao paternalismo e à ingerência das autoridades; esse repúdio assume, é claro, formas diversas de expressão política. Em todos os países, são rejeitadas as “*company towns*” e as casas populares construídas pelas empresas; mas há diferentes matizes quanto à intervenção estatal. A American Federation of Labor, de Gompers, aceitou, oficialmente, em 1914, o princípio de intervenção pública, mas apenas sob a forma de empréstimos a juros baixos, destinados aos trabalhadores, ou que as cooperativas sindicais construíssem as casas de acordo com seus critérios²¹. Em troca, a Confédération Générale du Travail, da França, reivindicou, em 1918, um vasto programa de construção pública, exigindo, ao mesmo tempo, que a maioria de representantes dos comitês fossem indicados pelos sindicatos, associações de inquilinos e prefeituras; socialistas, naturalmente²². A exigência de autonomia operária, quer se expresse na linguagem do individualismo, quer na do pan-sindicalismo, é uma constante que se estenderá até, pelo menos, poucos anos depois da Primeira Guerra Mundial.

Em ambos os assuntos (seguro-desemprego e moradia), porém, as coisas continuam evoluindo. Tanto na França como na Grã-Bretanha, a força crescente, a partir de 1910, de sindicatos e partidos operários, a criação de instituições públicas de seguros ou assistência, de órgãos de colocação de mão-de-obra, de construtores públicos e, sobretudo, a experiência decisiva da economia de guerra imprimem uma evolução rápida às posições das organizações operárias. Nos Estados Unidos, observam-se tendências idênticas na mesma época, mas a mudança decisiva só se produzirá com o New Deal. Desse modo, uma parte das propostas dos reformadores se converte em reivindicação operária. Há distorções importantes entre as primeiras e as segundas, ainda que essa evolução seja o indício da afirmação de um novo sistema de poder.

Ciências e administração

As estratégias de reforma que se insinuaram a partir dos anos 1890 prefiguraram, assim, uma guinada importante na relação de poder en-

tre dominantes e dominados. Para que se estabelecessem verdadeiramente, seria necessário que todos os participantes mudassem. Mas, previamente, para elaborá-las, foi preciso remodelar as representações dos problemas e inventar novos instrumentos de intervenção.

As representações do outro são inseparáveis das técnicas de ação sobre o próximo. As categorias que permitem pensar a realidade social, e as práticas destinadas a modificá-la (saberes e poderes), formam todo um sistema. Os manuais de ciências sociais procuram apagar esta historicidade radical ao omitir toda referência às relações práticas dos “clássicos” com a sociedade de seu tempo, aos autores que, retrospectivamente, se consideram menores e às disciplinas “pré-científicas” do passado.

Pois bem, a princípios do século, as nascentes ciências sociais iniciam uma profunda transformação das representações do outro, o operário, o pobre. Trata-se de uma dessas remodelações periódicas da visão dos dominados pelos dominantes produzidas em função das dificuldades enfrentadas pelo próprio exercício da dominação. Esse “outro” ao qual nos referimos é o povo das cidades, apesar de que se podem observar evoluções análogas, por exemplo, no que concerne ao índio ou ao louco.

Desde o começo da revolução industrial, a burguesia utilizava a categoria de “classes perigosas” ao referir-se aos habitantes dos bairros operários das grandes cidades. Esta representação permitia descrever uma massa humana pouco diferenciada, que habitava espaços urbanos precisos, nos quais se supunha se concentravam os flagelos sociais e onde, a qualquer momento, podia surgir uma ameaça: crimes, epidemias, violência, insurreição. Este ponto de vista coexiste e entra em conflito com outra visão pitoresca do povo, segundo a qual, aplicando à cidade métodos similares aos dos folcloristas, consideram-se os personagens da rua um misto de curiosidade e medo. Pois bem, quando se produz uma crise social, os matizes desaparecem, e a questão é reprimir as “massas” consideradas criminosas. Durante o século XIX, quando uma parte dos trabalhadores começa a se organizar em sindicatos e agrupamentos políticos, os problemas passam a pertencer a uma categoria única, a “questão social”. Esta configuração das representações coincidiu com a prática baseada, ao mesmo tempo, na violência do Estado em relação à conduta de rebelião individual ou coletiva, e em dispositivos de assistência e de repressão destinados a atuar diretamente sobre os indivíduos e as famílias. Podemos dar a este sistema de poder o nome de modelo disciplinante-repressivo.

A partir de 1890, ocorre uma dupla transformação da visão e do

projeto prático sobre o povo. Por um lado, as “classes perigosas” deixam de ser encaradas em bloco. Começa-se a diferenciar “classe operária respeitável” de massas empobrecidas, às quais se classifica, progressivamente, em categorias, cada uma delas sujeita a um tratamento particular e adaptado a sua situação. Assim, os clientes habituais do hospital, do *workhouse* (asilo) ou das instituições de assistência começam a ser tratados de forma diferente, segundo sejam situados nas categorias dos velhos indigentes, das mães e crianças sem recursos, dos desempregados, dos vagabundos, dos retardados mentais e dos delinqüentes juvenis. Ao mesmo tempo, a “questão social” se fragmenta em uma série de “problemas sociais”, com a intenção de fazê-la desaparecer. A cada um destes problemas deve corresponder um âmbito de saber, uma especialidade profissional e técnicas específicas de intervenção. Deste modo, adquirem autonomia, por exemplo, os problemas do alcoolismo, a tuberculose, a escolarização, a aprendizagem, a moradia, o urbanismo e o desemprego. O sentido comum das classes médias com relação ao operário sofre, então, uma transformação e adquire uma nova configuração, que se revelará sumamente sólida e durável. A literatura naturalista e populista, as revistas ilustradas, o discurso político neoliberal, progressista ou solidarista e, mais tarde, a grande mudança plasmada na “união sagrada” da Primeira Guerra Mundial, desempenham um papel importante na difusão desta mudança de ponto de vista.

Nesse duplo processo de decomposição e recomposição das representações e, segundo se espera, da realidade, aparece uma novidade de peso; eis que a ciência e a administração, estreitamente associadas, começam a desempenhar um papel essencial.

As evoluções de uma e outra estão vinculadas historicamente. A sociologia empírica nasce das enquetes operárias e urbanas realizadas pelos missionários da filantropia, que, logo depois, começarão a ser chamados de assistentes sociais, ou pelos administradores das instituições de supervisão das famílias pobres. A etnografia científica e a geografia humana estão diretamente associadas à atividade das administrações coloniais de ultramar ou dos governos militares no território norte-americano. A estatística social acumula dados e afina seus métodos nas novas administrações trabalhistas e de saúde pública, enquanto o urbanismo se afirma como disciplina e profissão no marco das prefeituras ou dos grupos cívicos locais. Estas diversas ciências constroem seqüências causais objetivas, freqüentemente mensuráveis, entre os elementos que extraem da realidade social e, em especial, das práticas populares, com finalidade de transformação. É o

que ocorre, por exemplo, quando se supõe uma relação entre as condições de moradia e a mortalidade ou entre o emprego intermitente e a pobreza ou a desmoralização.

Enunciar uma relação causal equivale a designar um âmbito de reforma. As ciências delimitam, assim, seus objetos, de maneira que as administrações especializadas existentes ou por criar possam administrá-los racionalmente. Quando a filantropia tradicional se mostra incapaz de transformar-se em face dos novos objetivos, alguns reformadores acabam recorrendo a soluções municipais ou estaduais. E quando as administrações públicas resistem à sua remodelação necessária, são objeto de críticas severas: subordinação em grau excessivo aos acasos da política e as instituições representativas, ou ligadas demais às redes de clientelismo, chegam a ser consideradas elas mesmas objeto da reforma.

No processo de constituição da maioria dos novos âmbitos da atividade reformadora, observa-se uma segmentação característica: o que ocorre no local de trabalho fica fora da cadeia de determinações. Com efeito, as intervenções se especializam. Enquanto uns se ocupam da empresa e, especialmente, das condições de trabalho, outros definem seu terreno fora do âmbito do trabalho; estabelecem-se, assim, as condições necessárias para a intervenção de uma “questão urbana”. Deste modo, a etiologia oficial da tuberculose e as construções estatísticas que proporcionam sua “prova” ignoram os danos inerentes ao trabalho e só ressaltam a falta de higiene e a promiscuidade nas moradias²³. A longa tradição das enquetes de bairro e, mais tarde, a ecologia urbana, partem da mesma premissa. Cada disciplina retém, do encadeamento causal, os elementos transformáveis pela prática reformadora especializada à que proporciona uma linguagem, e deixa de fora os elementos que escapam de seu âmbito.

Esta divisão implica, por sua vez, um conhecimento e um mascaramento das realidades da vida popular. Esta dupla operação de saber e não saber desarticula as práticas que têm uma coerência para os diversos grupos populares e dá, aos elementos, convertidos em autônomos, um sentido diferente. Tomemos a noção de alcoolismo. O lugar essencial de sociabilidade popular, o bar ou “*pub*”, se converte em “*L'assommoir*”. Da mesma maneira, as diversas formas que reveste o crédito mútuo operário, vinculadas aos rituais familiares do consumo, são pensadas dentro da categoria de poupança, do mesmo modo que as transmissões do saber e da técnica, que dão origem às dinastias operárias e aos grupos originais, são pensadas em função dessa categoria, que é a formação profissional.

Observa-se um paradoxo. A ciência deve ser suficientemente “verdadeira” para localizar objetos pertinentes, com o objetivo de remodelar a vida popular; ao mesmo tempo, não pode corresponder à realidade, já que sua finalidade social consiste em exercer uma ação sobre seus objetos. No entanto, às vezes a coisa caminha. Vimos que os reformadores adotaram o modelo do subsídio sindical de desemprego para conceber as instituições públicas de seguro obrigatório, que fazem funcionar o dispositivo em direção contrária a seus objetivos. Em outro registro observa-se que não era necessário determinar todas as significações sociais de festa ritual, o “*potlatch*”, para compreender que sua proibição destruiria as capacidades de resistência dos índios da Columbia Britânica. Foi, entretanto, necessário seu estudo por toda uma geração de etnólogos²⁴.

A ciência e a administração modernas estão em mãos de homens novos. O notável ilustrado, fundador da reforma social, cede seu lugar ao especialista. Cada nova profissão elabora uma tecnologia que lhe é própria, reivindica uma legitimidade científica específica e se afirma com a criação de associações que apregoam sua autonomia e de institutos de formação que organizam sua reprodução. A partir dos anos 1910 produz-se a virada anunciadora no desaparecimento da precedente geração de reformadores, que marcará os anos imediatamente posteriores à Primeira Guerra Mundial.

É preciso observar alguns matizes, já que considero que a historiografia tende, com frequência, a superestimar a autonomia dessas novas profissões tanto em relação com a burguesia reformadora tradicional como com ao que concerne às relações entre âmbitos especializados de reforma²⁵.

Claro que os novos especialistas projetam uma imagem de si mesmos, que é a da independência, que dá a entender que não falam e atuam para defender os interesses particulares de nenhum grupo, mas em nome dos interesses superiores da sociedade. Esta pretensão está baseada na objetividade da ciência a que servem. Os profissionais da reforma procuram alcançar certos objetivos que lhes são próprios e, para começar, o fato de que são imprescindíveis ao progresso: procedem, muitas vezes, de um meio modesto e sua hierarquia social passa por esse reconhecimento. Dessa forma, entrarão em conflito com certos interesses econômicos muito precisos: os dos proprietários de cortiços, das companhias de serviços urbanos e dos empresários, grandes ou pequenos, que abusam da mão-de-obra feminina, do trabalho doméstico e do trabalho temporário. Mas, ao mesmo tempo, necessitam manter vínculos privilegiados com os meios da burguesia reformadora, que podem legi-

timá-los socialmente e com determinados padrões que lhes serão ainda mais úteis quando não existam os aparatos administrativos que possam recebê-los. São muitos os refrãos que cantam, em unísono, o magnata e o reformador: Robert W. DeForest e Lawrence Veiller ou Henry Morgenthau e Benjamim C. Marsh, em Nova York, Charles Booth e o jovem Llewellyn Smith, em Londres, Max Lazard e Louis Varlez, em Paris e Gante. Coletivamente, os primeiros urbanistas e planejadores urbanos estão imersos em um meio que lhes permite freqüentar a grande burguesia, os filantropos e os empresários famosos. A epopéia da “reforma cívica” nos Estados Unidos e, muito particularmente, a história da National Conference on City Planning nos mostram como os meios empresariais necessitavam dispor de um pessoal reformador independente, capaz de proporcionar-lhes a legitimidade científica que não tinham para partir em busca da reconquista de um poder municipal que haviam perdido para os “*political machines*” populistas; e, ao mesmo tempo, os novos profissionais eram incapazes de prescindir da base social que tal aliança lhes brindava. Na França, o mesmo processo fica ilustrado pelo surgimento, no Museu Social, do grupo que, em 1919, constituirá a Sociedade Francesa de Urbanistas.

Por outro lado, apesar da segmentação cada vez mais clara dos âmbitos da reforma, os laços entre uns e outros continuarão vigentes pelo menos durante as duas primeiras décadas deste século. Existe uma estreita rede de organização à qual cabe dar o nome de “nebulosa da reforma”, cimentada por algumas instituições-chave e muitos homens polivalentes. A respeito disso, são muito reveladores o estudo da genealogia e a topografia dos diferentes grupos, e a biografia e trajetória das distintas personalidades. Pode-se ver, assim, a unidade do campo da reforma, muitas vezes ignorada por uma historiografia que considera natural a divisão das políticas sociais que obedecem precisamente ao trabalho histórico que se realiza nesse período.

Os “problemas sociais” assim construídos pelos novos profissionais adquirem a qualidade de realidades objetivas, como pode comprovar qualquer mente livre de preconceitos. Ficam, deste modo, despolitizados e escapam ao âmbito das controvérsias fictícias e perigosas do enfrentamento democrático. Em pouco tempo, personagens situados em pontos diferentes e inclusive opostos no leque político ou social adotarão uma linguagem comum que delimitará o terreno de seus enfrentamentos. Esse consenso reúne, em certos âmbitos e certos momentos, os conservadores, os liberais e os representantes do movimento operário, ainda que a permeabilidade desse últimos para com os temas da reforma se dê de maneira desigual, segundo as profissões e os países, sobretudo

antes da Primeira Guerra Mundial. Os diversos participantes adotam, frequentemente, uma linguagem oposta sobre os meios e, especialmente, a atitude do Estado na aplicação das reformas. Também diferem, como é natural, quanto à formulação das finalidades últimas. Mas compartilham uma visão fundamental das necessidades, das normas de comportamento mais convenientes e das técnicas de governo do social. Cabe citar as convergências entre Sellier e Siegfried ou entre Veiller e Stein no que concerne à moradia, entre Webb e Churchill no relativo à assistência ou de Jaurès e Lyautey em sua visão do que deve ser o exército moderno²⁶. Esta superação do político se manifesta no pragmatismo de muitos reformadores pelas modalidades institucionais de sua ação. Para Unwin ou Abercrombie tanto faz que as cidades-jardim sejam construídas pelos empregadores, pelas cooperativas ou pelas prefeituras. É algo que dependerá das circunstâncias, principalmente políticas. O essencial é criar um novo tipo de espaço urbano. Além disso, observa-se uma característica comum a muitos autores: a impaciência diante dos obstáculos que têm sua origem na irracionalidade das instituições representativas e a lentidão da burocracia. Já não está longe a tentação tecnocrata e, inclusive, a autoritária.

Uma mudança estratégica?

Cabe perguntar-se como se articulam representações e ação no novo sistema de poder que gradualmente relega a um segundo plano, o modelo disciplinante-repressivo.

A ciência define as regularidades e o encadeamento das causas e efeitos e procura formular predições. Por exemplo, Park e Burgess afirmam, em seu manual de 1921, que:

“Pelo que parece, a sociologia... poderia se converter, de certo modo, em uma ciência experimental e chegará a isso na medida em que seja capaz de definir os problemas existentes de tal maneira que os resultados obtidos em um caso demonstrem o que poderia e deveria se fazer em outro”²⁷.

Em um sistema causal desse tipo, não há lugar para as determinações individuais. É hora de deixar de lado o moralismo. A maioria dos indivíduos não são culpados por sua pobreza nem seus defeitos, atribuídos com frequência cada vez menor à herança social. Difunde-se a convicção de que o meio produz a degeneração e que é possível transformá-lo mediante a reforma urbana. O desemprego, por sua vez, será um “problema da indústria”²⁸ e obedecerá, portanto, a determina-

das flutuações econômicas sobre as quais não se pode exercer influência e à desorganização do mercado de trabalho que, esta sim, pode ser corrigida.

No entanto, a nova representação da causalidade não leva ao desaparecimento da anterior. Se se considera que o cortiço ou a congestão urbana são as causas principais dos males sociais, há que se admitir, entretanto, que algumas famílias não podem fazer nada mais do que engendrar a degradação de seu meio ambiente: também a eugenia é uma ciência. E, se as causas do desemprego são industriais e sociais, procurar-se-á corrigi-las com as novas tecnologias da reforma, já que há, também, causas cuja origem é individual. As primeiras explicam sua magnitude estatística e as segundas sua incidência individual. Aparece, assim, um resíduo incompreensível, que legitima a permanência de dispositivos verdadeiramente disciplinares que será necessário racionalizar e incorporar a um todo e cuja função será secundária, ainda que só os sonhadores poderão pensar que podem ser erradicados.

Com efeito, propõe-se um problema delicado quando se procura compreender a especificidade das políticas sociais do século XX. O modelo de poder dominante se modifica, mas há traços essenciais do modelo disciplinante-repressivo que subsistem. Eles podem ser considerados arcaísmos e, em especial, testemunhos da resistência dos próprios grupos dominantes em modernizar-se. Cabe recordar, também, que uma sociedade é sempre múltipla e que, em seu seio, se articulam sistemas sociais que parecem pertencer a épocas diferentes da história: as manufaturas e os trabalhadores livres da Europa do século XVIII implicavam a escravidão no Novo Mundo, como a tecnologia avançada da atual Los Angeles coexiste com os imigrantes clandestinos das oficinas de peças eletrônicas de Orange County. Seria fácil demais dizer que esses desníveis obedecem a resistências à modernização. Seu reaparecimento é uma prova de que guardam relação com as desigualdades espaciais da acumulação do capital e com a transformação das formas produtivas e urbanas e, por conseguinte, com a estrutura do poder²⁹.

Portanto, a permanência dos dispositivos repressivos não representa apenas uma reminiscência do passado, e a articulação do sistema moderno de poder com o sistema disciplinar não é algo accidental. Os dispositivos se apóiam sigilosamente na vigência do sistema disciplinar, seja ela discreta ou evidente. A ordem social reconciliada a que tendem as novas técnicas de poder se estende, sem dúvida, a espaços sociais cada vez mais amplos, ainda que não esteja protegida dos fracassos locais nem tampouco de fissuras globais. Por esse motivo, é possível que afluam os métodos repressivos até que se tornem

visíveis de forma permanente em alguns setores da população e em algumas conjunturas de crises importantes em grande escala. A partir desta perspectiva, são compreensíveis as posições de Sydney Webb, um dos primeiros teóricos da gestão moderna do social e, em consequência, socialista. A partir de 1900, Sydney Webb luta com afinco para desarticular a lei de pobres na Grã-Bretanha, para suprimir o *workhouse* e para criar certos sistemas racionais de assistência e formação. Entretanto, proclama ao mesmo tempo:

“(...) a necessidade de contar, na base do sistema de provisão pública, com alguma instituição na qual as pessoas possam ser trancafiadas e mantidas pela força. (...) Uma experiência de reforma penitenciária desse tipo se torna absolutamente indispensável para a eficácia de um plano em relação ao desemprego”³⁰.

Não creio que, neste caso, se trate de mero arcaísmo, de um resíduo vitoriano no seio do pensamento moderno. Aqueles que se propõem a elaborar tecnologias científicas de gestão da vida dos pobres (na antiga nomenclatura) sabem muito bem que sempre terão necessidade da política.

Apesar disso, observa-se uma mudança: ser reconhecido como alguém que tem direito a um subsídio não é a mesma coisa que receber uma esmola; ocupar uma moradia administrada por determinadas autoridades municipais às que se contribui elegendo com seu voto não é o mesmo que depender da vontade de um senhorio. Ao contemplar as políticas sociais modernas como uma ampliação indefinida do controle social deixam-se de ver essas diferenças importantes: um conceito que pretende explicar tudo acaba por não explicar nada. Pois bem, no começo do século, ocorre uma transformação e o modelo disciplinante-repressivo se atenua e dá lugar a uma nova estratégia de alcance reformador. As técnicas de luta corpo a corpo no próprio terreno do adversário dão lugar às que caberia denominar técnicas da norma objetivada.

A norma formaliza uma necessidade objetiva do indivíduo e da sociedade e, ao mesmo tempo, também, o meio racional de satisfazê-la. A ciência permite enunciar essa necessidade graças a um método experimental que pode ser aplicado a todos os aspectos da vida social. John Nolen, importante figura da planificação urbana nos Estados Unidos, refere-se, nos seguintes termos, a um dos principais resultados do gigantesco laboratório de modernização que foi a Primeira Guerra Mundial:

“Há leis pelas quais se rege o bem-estar humano, leis científicas, e, agora, sabemos, melhor que nunca, que convém respeitá-las. A mo-

radia não é uma exceção. Há que respeitar certas normas em matéria de moradia e, também, em matéria de alimentação, vestuário, navios, munições, construção de fábricas, automóveis, aviões e toda a complexa maquinaria do mundo moderno”³¹.

A norma é abstrata e não foi formulada para este ou aquele grupo em particular, para tal ou qual classe social, mas para seu valor universal. Cada sistema normativo cria sua nomenclatura estatística capaz de classificar os indivíduos de maneira unívoca e assinalando a medida em que as condições que os caracterizam devem ser modificadas. Citemos a respeito a invenção da “*poverty line*”, assim chamada por Charles Booth, no final da década de 1880, a definição dos critérios da superpopulação das moradias pelos institutos de estatística e a definição, no final da década de 1920, das normas pelas quais deviam reger-se as equipes coletivas pelos teóricos da “idéia de unidade de vizinhança”. Os organismos encarregados da observação das populações e de colocar em prática as normas não têm por que conhecer os grupos reais, bastando-lhes prestar atenção nas categorias que nascem de sua própria intervenção. Cada indivíduo se situa em uma série de posições independentes umas das outras, construídas por vários sistemas de classificação prática. Enquanto as leis científicas ignoram o indivíduo concreto, as normas que as ciências permitem estabelecer reconstróem um indivíduo diferente, que se converte em sujeito da administração.

A norma fica objetivada em regulamentos administrativos ou espaços construídos, nos quais a racionalidade se impõe a todos independentemente das vontades individuais, tanto dos governantes quanto dos governados. A norma é a segunda mão invisível, a esquerda talvez. Seu modo específico de operar consiste em que dela partem as formas sociais auto-reguladas. Mencionarei duas formas essenciais: o indivíduo racional e a comunidade primária.

O pensamento econômico neoclássico acaba de inventar os conceitos de consumidor racional e de trabalho como fator de produção. Todo mundo busca o excelente. Esta construção substitui vantajosamente a representação, formulada por Marx, de uma força trabalho-mercadoria obrigada a se vender pelo seu preço de reprodução. Mas os reformadores têm um sentido pragmático e sabem que o *homo oeconomicus* ainda não nasceu e será preciso fabricá-lo a partir de um material difícil. Os comportamentos de maximização implicam trabalhar-se cada vez mais e melhor, consumir-se para melhor produzir e economizar-se. Há que criar as condições para que o modelo chegue a ser realidade. Alfred Marshall não só dotou a ciência econômica dos instrumentos formalizados que talvez lhe eram necessários, mas tam-

bém militou ativamente para que se enviase às “*labour colonies*” os trabalhadores que constituíam o “*residuum*” do que já não era possível ocupar³². Os esforços para “organizar o mercado de trabalho” realizado em todos os lugares a partir de 1900 são o rosto oculto dos novos manuais de economia política de Cambridge e de Yale. Os primeiros arquitetos do movimento moderno e os urbanistas funcionalistas traduzem, à sua maneira, o mesmo sonho no espaço: a cidade industrial de Tony Garnier é testemunho disso, e o mesmo se pode dizer da máxima de Léon Jaussely no pós-Guerra: “Há que produzir melhor para viver melhor e também há que viver melhor para produzir melhor. Eis aqui o axioma do dia, cuja solução é o problema que atinge a sociedade moderna”³³.

Contudo, esta visão de uma sociedade atomizada de produtores eficientes e de consumidores racionais suscita uma inquietude importante, expressa por Durkheim com a linguagem da anomia, e que as representações da sociedade como organismo tendem a superar. A harmonia do todo implica a integração das partes, e esta integração tem de ser levada a cabo através de grupos de dimensões limitadas nos quais a norma se imponha eficazmente, sem que haja qualquer intervenção externa. Trata-se, essencialmente, da família e do bairro. A visão deste último muda de signo. Liberada de sua definição classista, a comunidade local reconstituída sobre novas bases pode se converter no vetor fundamental da ação reformadora graças aos planificadores e aos serviços sociais. E, inclusive, na medida em que as organizações sindicais sejam já um fato, haverá reformadores que acabarão considerando-as um dos instrumentos possíveis da reconstituição do vínculo social.

Os dois âmbitos da reforma evocados no presente artigo (os sistemas de assistência e a moradia popular) permitem ilustrar alguns aspectos da ruptura estratégica inaugurada pelas políticas sociais modernas.

Depois da guinada liberal que ocorre em épocas e graus distintos segundo os países, e a partir da nova lei de pobres da Grã-Bretanha, de 1834, os sistemas de assistência se basearão em dois elementos complementares: a clausura pública e a caridade privada. O povo sabe que, ultrapassado certo limite, cujo contorno é confuso, já que, em cada caso, serão fixados pelas autoridades, a coerção direta pode recair sobre suas costas e fazer com que acabem na prisão, no hospital ou na *workhouse*. Antes de chegar a esse extremo podem recorrer aos filantropos e estes satisfarão a demandas de cada indivíduo, com a condição de comprovar se há necessidade de ajuda, e depois de aceitar uma

maneira idônea de utilizá-la. Sabe-se que, na prática, e, apesar dos esforços da “filantropia científica”, as lógicas do clientelismo e as conjunturas das crises periódicas recriavam o que os racionalizadores reputavam, malsinantemente, sem descanso, caridade indiscriminada. Um dos principais aspectos do seguro-desemprego, elaborado em 1909-1911, por Beveridge e Churchill, consistia em substituir a arbitrariedade pela norma. O subsídio seria um direito ganho graças a um trabalho regular realizado com antecedência ao período do desemprego. “Não gosto de misturar a moralidade com as matemáticas”, disse Churchill à esse respeito e, como corolário das seguintes palavras, levemente provocadoras:

“Não estou convencido de nosso direito de recusar o subsídio a um homem qualificado que perde seu emprego devido à embriaguez. Esse homem já deu sua contribuição (...) e é preciso recompensá-lo independentemente da causa da demissão. É indiferente se esta se deve a sua própria inclinação à bebida ou à de seu empregador”³⁴.

Naturalmente, é preciso decidir quem merece ajuda e quem não merece, sem a intervenção da incerteza própria de uma decisão individual. Llewellyn Smith, que preparou a legislação de 1911, expressou isso com clareza: “O próprio funcionamento do sistema excluirá automaticamente o ocioso”³⁵. O seguro-desemprego se baseia em uma seleção automática dos que têm direito e dos que não têm e se supõe que consegue isolar os desempregados ocasionais dos sistemáticos. A classificação teórica definida por Alfred Marshall alguns anos antes pode converter-se, então, graças a um mecanismo administrativo, no princípio da classificação real dos grupos sociais. Pode-se dizer, assim, que o conceito moderno de desemprego precedeu historicamente a realidade que devia designar.

Cabe examinar outro capítulo da luta disciplinar: a intervenção nas famílias em seu domicílio. No princípio, procurou-se combater diretamente as formas de utilização do espaço doméstico, consideradas negativas do ponto de vista moral ou sanitário: a aglomeração, e, principalmente, a prática de sublocação, a irregularidade no pagamento das mensalidades e o trabalho em domicílio. Durante essa época, utilizaram-se técnicas de intervenção sobretudo repressivas, geralmente ineficazes, seja exercendo um controle direto sobre as famílias por meio de “friendly visitors”, à maneira de Octavia Hill, ou dos “social settlements”, seja aplicando, por intermédio dos inspetores sanitários,

um regulamento rígido. Os reformadores mais progressistas defenderam também a construção de casas-modelo por constituírem um padrão de vida higiênico e de controle mais efetivo. Mas esta intervenção perdurou até meados de 1900 em termos de operações isoladas. As moradias-modelo dos filantropos não passavam de ilhotas de redução construídas num oceano de imundície, que eram os bairros populares. Pese à restrita seleção dos inquilinos e aos regulamentos a que eram submetidos, a influência do meio externo tendia, por sua vez, a transformá-los em barracos. O Garden City Movement propunha outra solução: criar um meio radicalmente novo em comunidades autocontidas e afastadas da cidade. Mas o sonho de deter o crescimento das metrópoles topava com a realidade da urbanização. Contudo, apesar dos fracassos práticos de ambos os enfoques, as experiências realizadas permitiram que começassem a ser definidas normas científicas de habitação, às quais se atribuía, por si só, um efeito reformador e que se materializaram em edifícios e espaços.

A partir de 1910, com o movimento de planificação urbana, abre-se uma nova etapa. Considera-se, então, que é a cidade inteira que tem de ser reformada. As coisas têm de estar em seu lugar, segundo a expressão pitoresca dos autores do Plano Regional de Nova York:

“(...) A ocupação do solo de acordo com os diversos usos parece ter sido obra do chapeleiro louco de ‘Alice no País das Maravilhas’. Pessoas muito pobres vivem em cortiços situados em áreas centrais de preço elevado. (...) A poucos passos da Bolsa se sente o aroma do café torrado; a uns cem metros de Times Square, o fedor dos matadouros. (...) A situação contraria todo o sentido de ordem. As coisas estão fora de seu lugar natural. É necessário corrigir essa confusão para que as atividades se realizem em lugares apropriados”³⁶.

A divisão do solo em áreas específicas será instrumento privilegiado deste esforço por separar o espaço reservado às finanças do da indústria, os locais de trabalho do das moradias dos trabalhadores. A planificação do desenvolvimento dos subúrbios tem por objetivo evitar que se reproduzam o desordenamento arquitetônico característico das cidades antigas, pois é disso que se trata: eliminar os bairros populares tradicionais e criar unidades residenciais nas quais se logre impedir, rigorosamente, trabalhar e nas que cada aspecto da vida cotidiana ocorra em um local determinado. O urbanismo funcionalista dos con-

gressos internacionais de arquitetura moderna levará ao paroxismo, sobretudo ao suprimir as ruas; visão esta compartilhada por seus oponentes, os nostálgicos do passado.

Parte-se do pressuposto de que a nova ordem social será engendrada por esta nova ordem urbana pensada, ao mesmo tempo, como organismo no qual cada elemento contribui para a vida de todo o conjunto e como fábrica racionalizada na qual cada função se realiza no lugar adequado e da melhor maneira possível. Jaussely propugnou a “organização econômica das cidades como uma espécie de *taylorização*, um grande escritório”³⁷, enquanto que, no plano regional da Russell Sage Foundation, afirmava-se que a “área de Nova York e seus arredores pode ser comparada ao solo de uma fábrica. A planificação regional decide a melhor maneira de utilizar o terreno e adapta as zonas à sua possível utilização”³⁸.

Se esta estratégia de reforma é pensada com os olhos postos em uma importante reorganização das relações de poder, a pergunta que pode ser feita é esta: por que essa mudança e por que nesse momento? Trata-se de uma pergunta difícil, que nos obriga a relacionar as representações e as políticas com as realidades sociais às quais se aplicam. Além disso, mais além das especificidades culturais e institucionais de cada uma das nações interessadas, os traços comuns do processo convidam a interrogar-se sobre as modificações produzidas, no começo do século, nos grandes países industrializados, que podem explicar o surgimento do moderno projeto de reforma.

Voltemos, porém, aos diagnósticos e às receitas de Beveridge e Sellier, já que são outras etapas do processo. Estes autores foram, ambos, pessoas práticas, e enunciaram problemas precisos, propondo medidas de acordo com as circunstâncias. Não seria correto atribuir-lhes, retrospectivamente, certos objetos exclusivamente embasados em nossa leitura da história posterior. Só podemos restituir sua própria linguagem, que é um dos modos de expressão consciente da sociedade de seu tempo e dos conflitos que a agitaram. Pois bem, Beveridge e Sellier enunciam “fatos” em forma de problemas cuja solução daria origem a uma nova configuração tanto da indústria (lugar onde se origina a “questão social”) como da sociedade política.

Por um lado, estes reformadores expressam, com precisão cada vez maior, as exigências que serão impostas, do seu ponto de vista, pela futura ordem produtiva. Descobrem que os trabalhadores das grandes cidades não contam com as condições que a nova revolução industrial, iniciada em alguns setores desde 1880-1890, requer, e cujo desenvolvimento desejam. Sonham com um operário novo, estabilizado no em-

prego assalariado, móvel em um espaço urbano ampliado e cujos hábitos de consumo tenham, como único fim, a produtividade. Sem dúvida, quando os reformadores formalizam esta visão, adiantam-se às realidades industriais, cuja remodelação pelo sistema da fábrica e a organização científica do trabalho será muito lenta, sobretudo nas metrópoles, objeto privilegiado de sua atenção. Por outro lado, a experiência recente da grande depressão e o pressentimento de que o regime de acumulação, cuja crise se expressou dessa forma, alcançaram seus limites, são elementos essenciais que explicam sua explosão reformadora no final do século. Mas o que se expressa não é tanto uma visão nítida da nova sociedade industrial por nascer, mas uma série de diagnósticos precisos sobre os obstáculos que se opõem a seu advento. Os operários reais, com efeito, resistem com êxito às mudanças que, nesse momento, são geradas no capitalismo. Os modos de vida que os reformadores condenam lhes permitem defender-se tanto da precariedade do pagamento em mercadorias quanto da dependência do vínculo salarial.

Têm êxito porque as características do processo de trabalho permitem isso e porque a cidade e o bairro estão aí para proporcionar-lhes, mesmo que de forma irregular, os recursos que necessitam. Reciprocamente, suas práticas de resistência eternizam as estruturas produtivas e urbanas em que se baseiam. Sellier e Beveridge compreenderam que esse círculo vicioso devia ser atacado pela raiz, apesar da obstinação do povo e dos empresários míopes.

Por outro lado, a ordem política baseada na exclusão das massas (de fato ou de direito), na legitimidade dos notáveis e na repressão aos movimentos trabalhistas também está chegando ao fim. A partir de 1880, desenvolve-se uma nova geração de sindicatos e os grupos políticos socialistas ou populistas utilizam as possibilidades brindadas pelas instituições para lançar-se à conquista da classe operária. O sufrágio universal masculino se impõe na Europa, enquanto que, nos Estados Unidos, tem, como consequência, a derrota dos líderes locais nos municípios das grandes cidades. Esta evolução exige a criação de cidadãos, o que, por sua vez, implica profundas modificações do comportamento das classes dirigentes e também das dependentes. A “questão social” de ontem expressava um fato baseado na idéia de que os operários eram estrangeiros à nação; sua entrada com todos os direitos, na sociedade política, caminha junto com a renovação das bases desta última e uma reformulação das demandas por parte das massas. Só com a condição de que todos compartilhem os objetivos comuns será possível que as relações sociais se estabeleçam sobre novas bases, que

não serão nem o patronato nem as comunidades fechadas e hostis do passado, mas a participação nas próprias instituições políticas. Beveridge e Sellier são democratas conscientes das precondições da democracia. Os fins comuns necessários ao organismo social devem ser proclamados e compartilhados. Os ideais científicos dos reformadores proporcionam uma parte desses fins comuns, e, o patriotismo, a outra. Com a Primeira Guerra Mundial, progresso social e patriotice grosseira revelam, com toda clareza, sua conexão íntima.

NOTAS

Este artigo partiu do conteúdo de uma palestra proferida na conferência “Espaço, Poder e Representação”, Departamento de Antropologia da Universidade da Califórnia, Berkeley, em dezembro de 1986. Agradeço a Paul Rabinow por ter criado esse fértil local de debate e a Gérard Mauger (Paris) por seus comentários estimulantes.

1. Royal Commission on the Poor Law and the Relief of Distress, *Appendix* vol. 8, House of Commons Paper Cd 5066/1910, Q. 78120, pág. 33.
2. Ver Christian Topalov, “Invention du chômage et politiques sociales au début du siècle”, *Les Temps Modernes* 43, 496/497, novembro-dezembro de 1987, págs. 53-92.
3. Charles Booth, *Labour and Life of the People*, vol. 1, Londres: Williams & Norgate, 1889, pág. 596.
4. Royal Commission on the Poor Law, *Appendix* vol. 8, Q. 78153, pág. 35.
5. Royal Commission on the Poor Law, *Appendix* vol. 8, Q. 78049, pág. 31.
6. Alfred Marshall a Percy Alden, 28 de janeiro de 1903, em A.C. Pigou (ed.), *Memorials of Alfred Marshall*, 1925, págs. 446-447.
7. Henri Sellier, “Résolution relative à la création d’un Office départemental d’habitations à bon marché”, em Conseil général de la Seine, *Procès verbaux et délibérations*, 1914, pág. 333.
8. Ver Susanna Magri e Christian Topalov, “De la cité-jardin à la ville rationalisée: un tournant du projet réformateur. Etude comparative France, Grande Bretagne, Italie, Etats Unis”, *Revue Française de Sociologie* 28, 3, julho-setembro de 1987, págs. 417-451.
9. Henri Sellier, *La vie urbaine* 3, 1919.
10. Henri Sellier, *Rapport au Conseil d’Administration de l’Office Public*

d'HBM de la Seine. Le rôle et les méthodes de l'Office public d'HBM de la Seine, 1919.

11. Henri Sellier, "Conférence à l'Assemblée générale de la Société Française des HBM (1922)", *La vie urbaine* 19, 1923.

12. Maurice Halbwachs, *La classe ouvrière et les niveaux de vie*, Paris: F. Alcan, 1913.

13. Lawrence Veiller, "Housing Reform through Legislation", *Annals of the American Academy of Political and Social Science* 51, janeiro de 1914, pág. 71.

14. É a tese da maioria dos "policy studies", desde os de Webb até 1960, e, inclusive, depois. Ver, para o problema da moradia: Roy Lubove, *The Progressives and the Slums: Tenement House Reform in New York City, 1890-1917*, Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1962; Henri Guérand, *Les origines du logement social en France*, Paris: Editions Ouvrières, 1966; Enid Gaudie, *Cruel Habitations: a History of Working-Class Housing, 1780-1918*, Londres: Allen & Unwin, 1974; A. S. Wohl, *The Eternal Slum: Housing and Social Policy in Victorian London*, Londres: Edward Arnold, 1977. Sobre o desemprego: Robert H. Bremner, *From the Depths: The Discovery of Poverty in the United States*, Nova York: New York University Press, 1956; Roy Lubove, *The Struggle for Social Security, 1900-1935*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1968; John A. Garraty, *Unemployment in History: Economic Thought and Public Policy*, Nova York: Harper and Row, 1978.

15. Ver G.D.H. Cole e Raymond Postgate, *The Common People, 1746-1946*, Londres: Methuen, 1949, págs. 542-567 e, mais recentemente, Norman Guinsburg, *Class, Capital and Social Policy*, Londres, Macmillan, 1979. Sobre a moradia, ver Marc Swenarton, *Homes Fit for Heroes: The Politics and Architecture of Early State Housing in Britain*, Londres: Heinemann, 1981. Sobre o desemprego, interpretações mais sutis: Frances F. Piven e Richard A. Cloward, *Regulating the Poor: The Functions of Public Welfare*, Nova York: Pantheon Books, 1971; Alexander Keyssar, *Out of Work: The First Century of Unemployment in Massachusetts*, Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

16. Ver os inúmeros autores que seguem as idéias de Foucault: Lion Murard e Patrick Zylberman, "Le petit travailleur infatigable ou le prolétaire régénéré. Villes-usines, habitat et intimités au XIX e siècle", *Recherches* 25, novembro de 1976; Jacques Donzelot, *La police des familles*, Paris: Editions de Minuit, 1977; Gwendolyn Wright, *Moralism and the Model Home: Domestic Architecture and Cultural Conflict in Chica-*

go, 1873-1913, Chicago, University of Chicago Press, 1980; M. Christine Boyer, *Dreaming the Rational City: The Myth of American City Planning*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1983.

17. Henry Pelling, "The Working Class and the Origins of the Welfare State", em *Popular Politics and Society in Late Victorian England*, Londres: Mcmillan, 1968, págs. 1-18.

18. Não é possível citar sistematicamente todas as fontes originais em que se baseia esta passagem. Quanto a historiografia recente, ver em especial: Alain Cottureau, "Les débuts de la planification urbaine dans l'agglomération parisienne", *Sociologie du Travail* 18, 4, outubro-dezembro de 1970, págs. 362-392 e "Vie quotidienne et résistance ouvrière à Paris en 1870", introdução a Denis Poulot, *Le sublime, ou le travailleur comme il est en 1870, et ce qu'il peut être*, Paris: Maspéro, 1980, págs. 7-102; Gareth Stedman Jones, *Outcast London: A Study of the Relationship between Classes in Victorian Society*, Oxford, Oxford University Press, 1971; Michelle Perrot, "Les ouvriers, l'habitat et la ville au XIXe. siècle", em *La question du logement et le mouvement ouvrier français*, Paris: Editions de la Villette, 1981, págs. 18-39; Pat Thane, "The Working Class and State 'Welfare' in Britain, 1880-1914", *Historical Journal* 27, 4, 1984, págs. 877-900.

19. Ver Peter Schöttler, *Die Entstehung der "Bourses du Travail": Sozialpolitik und französischer Syndikalismus am Ende des 19. Jahrhunderts*, Francfort del Meno: Campus Verlag GmbH, 1982; Robert M. Jackson, *The Formation of Craft Labor Markets*, Orlando, Fl.: Academic Press, 1984; Christian Topalov, "Aux Origines de l'assurance chômage syndicaux. Une comparaison Grande Bretagne, France et Etats Unis", em Pierre Bouvier e Olivier Kourchid (eds.), *France-USA. Les crises du travail et de la production*, Paris: Méridiens Klincksieck, 1988, págs. 49-66.

20. Susanna Magri, *Le mouvement des locataires à Paris et dans la banlieue parisienne, 1919-1925. Première approche*, Paris: Centre de Sociologie Urbaine, 1982 e "Le mouvement des locataires à Paris et dans sa banlieue, 1919-1925", *Le Mouvement Social* 136, outubro-dezembro de 1986, págs. 51-72; Ronald Lawson e Mark Naison (eds.), *The Tenant Movement in New York City, 1904-1984*, Nueva Brunswick, N.J. Rutgers University Press, 1986, págs. 39-93.

21. American Federation of Labor, *Report of Proceedings of the Thirty-Fourth Annual Convention*, Washington, D.C., Law Reporter Printing Co., 1914, pág. 263.

22. Ver o "Programa mínimo" da CGT francesa em 1918 e seus comen-

tários na imprensa sindical. Estas referências procedem dos estudos que Susanna Magri vem realizando.

23. Ver Alain Cottureau, "La tuberculose: maladie urbaine ou maladie de l'usure au travail? Critique d'une épidémiologie officielle: le cas de Paris", *Sociologie du travail* 20, 2, 1978, págs. 192-224.

24. Ver Eric R. Wolf, *Europe and the People without History*, Berkeley: University of California Press, 1982, págs. 184-192.

25. Ver as fontes da tradição: Richard Hofstadter, *The Age of Reform: From Bryan to F.D.R.*, Nova York, Vintage Books, 1955.

26. Sobre este último ponto, ver Paul Rabinow, *French Modern: Norms and Forms of the Social Environment*, Cambridge, Mass.: M.I.T. Press, 1989, págs. 118-123.

27. Robert E. Park e Ernest W. Burgess, *Introduction to the Science of Sociology*, Chicago: University of Chicago Press, 1921, pág. 45.

28. William Beveridge, *Unemployment: A Problem of Industry*, Londres: Longmans, Green and Co. 1909.

29. Ver David Harvey, *The Urbanization of Capital*, Oxford: Basil Blackwell, 1985.

30. Sydney Webb e Beatrice Webb, *The Prevention of Destitution*, Londres: Longmans, Green and Co., 1911, págs. 150 e 151.

31. John Nolen, "The Housing Standards of the Federal Government", em National Housing Association, *Housing Problems in America. Proceedings of the Seventh National Conference on Housing, Boston, November 25-27, 1918*, Nova York: National Housing Association, 1918, págs. 118-127.

32. Alfred Marshall, "The Housing of the London Poor", *Contemporary Review* 45, fevereiro de 1884, págs. 226-232.

33. Léon Jaussely, "Avertissement", em Raymond Unwin, *L'étude pratique des plans de ville*, Paris: Librairie Centrale des Beaux-Arts, 1922.

34. W.S. Churchill e Llewellyn Smith, "Notes on Malingering", 6 junho de 1909, Beveridge MSS, citado em Bentley B. Gilbert, "Winston Churchill versus the Webbs: The Origins of British Unemployment Insurance", *American Historical Review* 71, abril 1966, pág. 856.

35. Hubert Llewellyn Smith, "Economic Security and Unemployment Insurance", *Economic Journal* 20, dezembro de 1910.

36. Committee of the Regional Plan of New York and its Environs, *Re-*

gional Survey of New York and its Environs, Nova York: Regional Plan of New York and its Environs, vol. 1, 1929, pág. 31.

37. Jaussely, "Avertissement", *op. cit.*, pág. 111.

38. Committee of the Regional Plan of New York, *Regional Survey*, vol. 1, *op. cit.*, pág. 18.

Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Adauto Lúcio Cardoso

Professores do Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Introdução

O presente trabalho procura construir um modelo analítico que permita identificar os principais padrões de planejamento urbano historicamente formulados no Brasil e a sua vigência em determinadas experiências. Por padrão, entendemos o conjunto dos princípios que orientam o “diagnóstico da realidade urbana”, bem como a definição da forma, objeto e objetivos da intervenção proposta. Cada padrão é, portanto, apreendido como um conjunto de representações (que categorizam a realidade social) e de técnicas de ação.

A análise aqui proposta busca escapar dos riscos em que incorrem os estudos exclusivamente centrados na lógica interna do pensamento do urbanismo ou planejamento urbano. Entendemos que a construção do problema a resolver se dá a partir da eleição de deter-

minados princípios que orientam visões específicas sobre a realidade social, e que, portanto, extrapolam as bases internas em que se apóia o discurso urbanístico/planejador. Pretendemos aqui tratar esse campo a partir de suas relações com as dinâmicas e as orientações fundamentais do “pensamento social” do Brasil.

Um dos aspectos recorrentes das idéias e práticas presentes no universo do urbanismo/planejamento é a importação de modelos formulados nos países centrais. Tal fato é ressaltado em diversas análises¹, e estende-se do higienismo do início do século ao macroplanejamento da urbanização brasileira dos anos 70. Todavia, como já apontado em trabalho anterior para o caso de Lúcio Costa (Cardoso, 1989a), a presença das idéias “estrangeiras” não se faz sem determinadas adaptações. São elas que permitem adequar esses discursos ao universo das questões e das representações vigentes no âmbito do pensamento social.

Ao rever a história social da emergência desse campo do pensamento/ação na Europa e nos Estados Unidos, pode-se constatar que se configura um quadro onde a “questão social” aparece como eixo e objetivo do conhecimento e da intervenção. Nesse sentido, a “questão urbana” emerge como uma transformação da “questão social”. Transformação essa que já contém a terapêutica a ser adotada: *changer la ville pour changer la vie*. O pensamento urbanístico aparece, assim, no início do século, claramente associado às idéias de reforma social*.

No caso brasileiro, essa relação não é assim tão clara, o que dá uma certa ambigüidade ao discurso urbanístico, já que os conceitos importados estão carregados do ideal reformador que os caracterizou em sua origem. Será então necessária uma adaptação que permita que esse discurso sirva às “reais” necessidades do país. As idéias de modernização, desenvolvimento, e construção da nacionalidade, serão os principais temas que submeterão a questão social, e darão um caráter distinto à discussão sobre o urbano no Brasil.

O texto segue a seguinte ordenação: na primeira parte, procuramos identificar as “conjunturas teórico/políticas” da questão social e como o “urbano” nelas é representado. Ao mesmo tempo, buscamos estabelecer como essas conjunturas irão propiciar a formulação de padrões que nos permitem identificar as principais características do pensamento social sobre o planejamento urbano no Brasil. Como con-

* Ver, a respeito, Topalov, Cristian, “Da Questão Social aos problemas urbanos”, neste volume.

clusão, apresentamos a sugestão de que estamos entrando numa nova “conjuntura da questão social”, marcada pela emergência possível de um novo paradigma, com forte influência do debate sobre a questão ambiental e do neoliberalismo.

A proposta de análise do processo de constituição do planejamento urbano, aqui esboçada, ao desenhar generalizações e sínteses de amplo espectro, corre o risco das simplificações exageradas, ignorando diferenças, sem dúvida existentes, entre as correntes de pensamento englobadas sob um mesmo recorte. Todavia, acreditamos existir uma unidade subjacente que orienta o reconhecimento das diversas tendências que, em momentos históricos distintos, assumiram a hegemonia nos debates sobre a cidade brasileira, seus problemas e suas positivities.

Cabe ainda ressaltar que os padrões aqui enumerados apresentam-se, no campo das práticas, sob formas mais ou menos “puras”, podendo aparecer associados em propostas diversas, acomodando-se assim a diferentes conjunturas. Citaremos, em cada caso, exemplos que configurem formas mais acabadas e paradigmáticas dos princípios que conformam cada padrão apresentado.

O urbano na questão social: as representações sobre os “problemas urbanos” no Brasil e os padrões de planejamento decorrentes

O objetivo desta seção será apresentar, em traços largos, de que forma algumas tendências do pensamento social marcam as concepções sobre a cidade e, ainda, de que maneira essas concepções irão informar os modelos de planejamento adotados nas diferentes conjunturas. O texto busca, assim, caracterizar a presença — e, principalmente, a ausência — do urbano nos debates sobre a questão social. Essa ausência, bastante significativa, parece refletir o fato de que nossos reformadores se organizam em torno de outros temas, diferentemente dos seus congêneres do primeiro mundo.

Para introduzir essa discussão, parece-nos bastante esclarecedora a análise de Touraine sobre a América Latina (Touraine, 1989), que aponta para as dificuldades de se estabelecer um discurso político e uma ação coletiva em torno dos interesses de classe, tal como acontece na Europa. A grande segmentação social, que atinge tanto as elites quanto as camadas populares, a exclusão social de amplos setores da sociedade, e a cidadania restrita, oriundas de um desenvolvimento in-

dustrial tardio, não abrangente e dependente, geram uma fragmentação social e política que caracteriza o continente. A ação coletiva estaria assim marcada pela presença de três dimensões diferentes e mesmo contraditórias: a luta de classes, a modernização e o nacionalismo. Para integrar esses três temas, recorre-se, então, aos “mitos integradores”:

(i) *a nacionalidade* — ideologia populista, com efeitos de exclusão tanto quanto de integração;

(ii) *o desenvolvimento* — é a modernização que caracterizará a unidade da nação se o Estado aumentar a sua capacidade de integração e de iniciativa;

(iii) *o nacional-revolucionário* — a integração deve dar-se pela luta antiimperialista, a qual, por sua vez, se identifica com a luta de classes anticapitalista. (Touraine, 1989:158/159)

Para Touraine, tanto o México quanto o Brasil conheceram políticas que tenderam a ser muito mais “nacionais” ou “desenvolvimentistas” que propriamente “nacional-revolucionárias”, como em outros países. Esse fato seria a expressão de um maior predomínio das novas elites dirigentes, formadas e fortalecidas pela atuação do Estado. As ideologias nacionalistas e desenvolvimentistas, respaldadas freqüentemente em regimes autoritários, responderiam, ao menos parcialmente, às necessidades integradoras que tendem a se sobrepor à expressão de interesses de classe.

A partir dessas considerações, podemos identificar como, em determinadas conjunturas “teórico-políticas”, os mitos integradores da nação e do desenvolvimento se impuseram como temas centrais do pensamento social e como móvel da ação reformadora. Para o tema que nos interessa, iremos ainda ressaltar como a esses mitos se associa, com freqüência, um viés antiurbano.

O urbano na Primeira República: filantropia, higienismo e objetivismo tecnocrático (1880-1930)

Escravismo, ruralismo e as concepções antiurbanas

A herança escravista parece deixar marcas profundas no pensamento social, ao longo da República Velha. É ela que determina a tendência “racista” presente nas concepções que apontavam para a inferioridade atávica de nossa gente, e para o “branqueamento” como tarefa

civilizatória. É nesse sentido, e atendendo às necessidades geradas pela expansão do setor cafeeiro, que se empreendem as políticas migratórias, principalmente voltadas para o melhoramento da raça². Todavia, outras correntes políticas buscavam modos alternativos de pensar a formação do “povo”. A propósito, é significativo que, ao longo da primeira década republicana, entre os vários projetos de cidadania que então disputavam a hegemonia pela construção de uma República cujos caminhos eram pouco e mal definidos, apenas o radicalismo jacobinista apresentasse uma proposta inclusiva, mais nos moldes do modelo francês. E, mais ainda, que esse movimento tivesse perdido suas possibilidades de mobilização a partir do seu nativismo — que se traduzia em antilusitanismo (Carvalho, 1988).

Essa discussão sobre a formação do nosso “povo” mostra, na verdade, o deslocamento que se opera sobre o social: é a *nação* o seu verdadeiro objeto. Todos os discursos tendem, mais ou menos, a apresentar um país “sem povo”, ou melhor, sem uma sociedade organizada, organicamente constituída, capaz de, por si, estabelecer as dinâmicas constituidoras da nacionalidade.

“A classe agrícola, a classe industrial, a classe comercial, a classe operária (...) vivem em estado de semiconsciência de seus próprios direitos e dos seus próprios interesses, e de absoluta inconsciência da sua própria força. São classes dissociadas, de tipo amorfo e inorgânico.” (O. Viana, 1927, citado por Pécaut, 1990:44)

Na busca de alternativas para essa construção, os intelectuais avocam a si tarefa de organizadores da sociedade, e de construtores da nacionalidade (Pécaut, 1990). Todavia, essa missão intelectual só se poderia materializar pela ação do Estado. É nesse sentido que se constitui então uma “ideologia de estado” (Lamounier, 1985), cuja principal marca é o “objetivismo tecnocrático”, princípio organizador dos enunciados dos problemas nacionais e da ação racionalizadora do Estado.

O “ruralismo”³, por sua vez, busca constituir a nação por intermédio da sua “essência rural”. Trata-se de um pensamento que projeta no campo as bases fundamentais para a constituição da nação: a Natureza e o homem. Essas concepções se desdobravam, principalmente em Alberto Torres, numa intervenção do Estado que recompusesse a estrutura fundiária, com ênfase nas pequenas propriedades, e que orientasse uma exploração não-predatória da Natureza. Como contraponto,

a cidade era vista como o lugar do artificialismo, e, muitas vezes, da corrupção:

“O Brasil tem de ser uma república social, por força de seu destino, e da fatalidade de seu surto na era da questão social; e tem de ser, intuitivamente, uma república agrícola. É preciso ser, porém, uma república social, providente e conservadora, para que o povo não sinta um dia a necessidade de arrancar à força o que os governos lhes podem dar dentro da ordem, sem prejuízo de terceiros.

Poder-se-ia, talvez, temer que os proletários, aglomerados nas cidades, não aceitassem de bom grado a volta ao trabalho rural; e que a falta de preparo e indolência a que se habituaram trouxessem certa dificuldade à execução da idéia.

Mas, a própria relação entre a aptidão do homem e o trabalho contém, implícita, a tendência do maior número para o trabalho da terra. A propriedade é, além disso, uma sedução poderosa, e, se ao incentivo que ela gera, se junta-se um certo cuidado por tornar a existência agradável nos centros agrários, dispersando em obras de saneamento e modestos melhoramentos, o que se despende, em obras luxuosas e despesas improdutivas, nas capitais, dando-se, além disso, educação profissional aos pequenos lavradores, a experiência venceria rapidamente os primeiros obstáculos e se consolidaria.” (Torres, 1978:132/133)

Seja pelo viés das concepções de caráter racista, seja pelo viés ruralista, no Brasil da Primeira República as elites olham a população das cidades como “classes perigosas”, e a cidade como o *locus* da desordem social e política⁴, e da improdutividade econômica. A cidade não é, pois, para nossos reformadores, o seu eixo de atuação.

Intervenções urbanas na Primeira República

Ao longo da Primeira República, as intervenções na cidade não configuram exatamente o modelo do plano urbanístico, já que, em geral, não consideram a cidade na sua totalidade, mas apenas se dedicam a intervenções localizadas. Apenas na década de 20, têm início os debates sobre a necessidade da introdução do urbanismo no Brasil,

principalmente na imprensa especializada, culminando com o convite a Agache para a elaboração do plano do Rio de Janeiro. Assim, esse período não nos permite caracterizar padrões de planejamento, mas apenas refletir sobre como as concepções acima analisadas influíram nas formas de intervenção sobre as cidades.

Se as cidades são vistas como “*locus da desordem*”, são também correntes as concepções que as vêem como expressão do atraso nacional frente à modernidade das metrópoles internacionais. Essas concepções são reforçadas pela adesão do país ao comércio internacional, principalmente pelo desenvolvimento da cultura do café, aliado ao fato de as elites nacionais passarem a ter a cidade como referência para sua atuação comercial e política (Cardoso, 1972). O intercâmbio mais profundo com os produtos e com a civilização moderna gerou uma negação do passado, principalmente com a herança do escravismo, mas também com as imagens indígenas, e uma ânsia de identificação com o modelo europeu (Sevcencko, 1983).

Nesse contexto, as intervenções urbanas visaram principalmente criar uma nova imagem da cidade, em conformidade com os modelos estéticos europeus, permitindo às elites dar materialidade aos símbolos de distinção relativos à sua nova condição. A modernização se torna então o princípio organizador das intervenções. Essa modernização terá, todavia, como sua principal característica a não-universalidade. De fato, as novas elites buscam desesperadamente afastar de suas vistas — e das vistas do estrangeiro — o populacho inculto, desprovido de maneiras civilizadas, mestiço. As reformas urbanas criam uma cidade “para inglês ver”.

No Rio de Janeiro, ao longo desse período verificou-se, por exemplo, que, no caso da estratégia de contenção das epidemias, visava-se liberar o Porto do Rio de Janeiro para a migração, em detrimento da atuação sobre a tuberculose, que atingia com muito mais rigor os trabalhadores (Cavalcante, 1985). A reforma urbana promovida durante a administração Pereira Passos tinha o objetivo de produzir uma nova imagem da cidade que, ao mesmo tempo, significasse uma nova imagem da nação e das novas elites (Sevcencko, 1983). Estas tinham a cidade como um lugar estratégico para seu projeto político e social, e necessitavam criar simbolicamente novos mecanismos de representação e distinção social.

Ao produzir uma intervenção orientada por um projeto — e uma imagem — da modernidade calcada em modelos externos, este modelo traz, em si, uma aceitação tácita da exclusão. A reforma Passos, no Rio de Janeiro, por exemplo, caracteriza-se por produzir um espaço

público, cujo “público” privilegiado são as elites. Deixa de lado um enorme espaço — aquele das camadas populares — que se caracterizou como território da exclusão, da informalidade, da não-vigência das normas⁵.

O urbano no período Vargas (1930-1950)

A gênese da questão urbana: da filantropia ao fordismo cívico

Durante o período populista, observamos dois deslocamentos na concepção da questão social. O primeiro produz um novo diagnóstico da sociedade. A pobreza deixa de ser concebida como inevitável e útil (por transformar uma população de ex-escravos e de trabalhadores brancos indolentes em trabalhadores operosos) para ser formulada como obstáculo à modernização e à constituição da nacionalidade (Gomes, 1982). O Estado Liberal é, por outro lado, concebido como anacrônico, pois a nação a ser produzida necessita da intervenção racional do poder, o que reforça a crença no objetivismo tecnocrático. O enfrentamento da pobreza deve ser efetuado pelo Estado, por intermédio de uma política de valorização do trabalho como forma de ascensão social e obrigação da cidadania. Esta é a noção de justiça social que emerge não de uma questão operária, mas de uma questão nacional. O trabalho é encarado como um meio de servir à pátria e de construção da cidadania. Nesse sentido, na busca de aumentar a capacidade produtiva, os intelectuais do Estado Novo se opõem ao taylorismo como método, pelo seu aspecto desumano⁶. Incorporam o fordismo, entretanto, traduzindo as necessidades humanas na ótica das exigências do projeto nacional. Trata-se, na verdade, de um fordismo cívico.

Podemos, portanto, considerar que, no subperíodo do Estado Novo, ocorre a formulação de uma nova concepção do Estado, como consequência da tematização da questão social. A política social decorrente dessa concepção tinha como orientação “promover modificações substanciais na capacidade produtiva dos trabalhadores atuais e futuros” (Gomes, 1982:156). Ela se traduzia em dois grandes campos de intervenção: em primeiro lugar, no da previdência e assistência social, voltado para a recuperação/manutenção da capacidade de trabalho. Nesse campo, o veículo de formulação é a medicina social. Em segundo lugar, o campo das condições de vida dos trabalhadores, onde se poderia evitar que ocorressem “extravios da capacidade de traba-

lho” pela existência de um precário padrão de reprodução social: alimentação, habitação e educação. Busca-se, então, criar o Serviço de Alimentação e da Previdência Social — SAPS, a Liga Nacional contra o Mocambo, planos de financiamento da moradia operária, Fundação da Casa Popular etc. Partia-se do princípio que o trabalhador era revoltado e preguiçoso, pelas más condições de vida. A promoção da casa própria era também uma forma de promover o apoio à família.

“O alojamento barato e confortável afasta o operário da taberna e cria maiores possibilidades à família, embora o salário continue limitado. A boa casa proporciona ao operário condições necessárias à saúde física e psíquica e, sem dúvida alguma, não deverá representar um negócio de que se esperem grandes lucros, mas um dever social a realizar.

Seria útil congregar todos os esforços possíveis dentro de um plano único, assentado no conhecimento do problema e de seus múltiplos aspectos, considerando de maneira muito particular as exigências médicas, educacionais e sociais desses núcleos de população, em que serão recrutados das novas levas de trabalhadores, que deverão realizar suas atividades em condições de produzirem o ótimo e o máximo.

Uma boa lareira, nos climas frios, ensina a família a ser unida, aproxima os homens mais distantes. O lar, no sentido verdadeiro da expressão — home — tal qual é concebido pelo inglês, exerce poderosa influência nos destinos do maior império do mundo; no passado, unificou e estabilizou a fibra incomparável da raça que governa as riquezas do mundo. No ambiente embelezado à custa de artificios e combinações do home inglês, cristalizaram-se as tradições que alimentam esse povo de espírito indomável. Gerações e gerações de britânicos encontram no home a fonte da vida e essa fibra que robustece suas energias morais.(...)

O alojamento das massas trabalhadoras só poderá ser resolvido com a intervenção dos poderes públicos, já que o capital particular nunca encontrará aplicação rendosa na construção de casas baratas, alugadas por baixo preço e enquadradas em núcleos onde não deverão faltar a escola e o hospital.

O Governo do Presidente Vargas criou em nosso meio

uma política de sadio patriotismo e profunda humanidade, amparando e valorizando o homem que trabalha. Assim, desenvolveu a compreensão geral das necessidades operárias, cujas massas requerem moradia confortável. O triunfo dessa campanha, certamente, oferecerá oportunidade ao nosso grande Presidente de sentir toda a emoção de quem dedica o vigor de sua mentalidade à realização do bem comum.” (Arruda Câmara, 1943:64/66)

Nas representações das elites do Estado Novo, o desenvolvimento de políticas sociais no campo do consumo habitacional tinha, portanto, sentido estratégico, pois, ao mesmo tempo, aumentava a capacidade de trabalho e produzia a paz social pela preservação da família.

Parece estranho que nesse momento a cidade não seja tematizada como objeto de uma intervenção modeladora de comportamentos, principalmente se considerarmos que as bases de legitimação do regime tinham uma forte expressão urbana. Kowarick considera que essa característica da intervenção do Estado na cidade é uma decorrência do próprio pacto populista, na medida em que a não aplicação de normas urbanísticas teria permitido a solução da questão da moradia pelos próprios trabalhadores. (Kowarick, 1988:25)

Entretanto, essa ambigüidade pode ser explicada de outra maneira. Apesar da mudança na concepção da questão social, mencionada anteriormente, o antiurbanismo continua presente nos meios intelectuais e técnicos que elaboram as novas idéias das políticas sociais, pois as novas representações se generalizam lentamente. Como ilustração, podemos citar um teórico do Municipalismo que aparece em 1946, Rafael Xavier, que, inspirado nas idéias de Alberto Torres, diagnosticava os problemas nacionais como decorrentes de causas históricas, geográficas, sociais e políticas que produziram uma excessiva centralização. Em sua análise, o crescimento urbano é gerador de problemas, porque concentra recursos provenientes do interior, utilizados de forma improdutiva. Além desse aspecto, a urbanização é vista como deletéria da nacionalidade.

“No Brasil existe um abismo entre a pobreza de sua economia e o padrão de vida, sob todos os aspectos, de suas metrópoles...”

A centralização de todos os recursos provenientes do trabalho do interior nas capitais dos estados e, como consequência, ainda mais na Capital do país, só poderia produzir

os deploráveis resultados, que se traduzem no desconforto que estamos sentindo e que tende a aumentar na mesma proporção em que robustecem os fatores próprios da contração.

As indústrias destinadas a manter uma vida de prazeres e luxo, e que são normalmente as mais lucrativas, cresceram e se multiplicaram nas metrópoles. As demais igualmente nelas se reuniram, em busca de maiores mercados de consumo. O ensino secundário e o superior, também concentrados nas capitais, atraíram a juventude.

Além disso, favoreceram a concentração: as grandes construções; a burocracia, rendosa e fácil; os negócios; as atrações naturais dos grandes centros; e, ainda, com o seu cortejo de misérias morais, o jogo, que, no Brasil, chegou a eliminar os últimos resquícios de pudor de muitos homens públicos, os quais transformaram a roleta e o vício em fonte de renda sob o pretexto de atender, com o produto dessa criminoso exploração, obras de caráter social...

Os cassinos deslumbrantes e o pif-paf, ainda que em modestos lares, simbolizam uma época e comprometem os destinos de um povo.” (Conferência no Rio de Janeiro, a 15 de março de 1946, na solenidade de instalação da Comissão Nacional Organizadora da Associação Brasileira de Municípios)

O peso do antiurbanismo pode também ser explicado pelo fato de, durante um largo período, ainda, o regime se compor de um pacto entre setores das classes dominantes onde as oligarquias regionais tinham um peso acentuado. A *Marcha para o Oeste* expressa bem isso, ao colocar como objeto do projeto agrário de Vargas o “vazio”, deixando intactas as relações de propriedade no campo. Outro sinal que evidencia este fato é a importância que a questão regional tem no noticiário da revista *Cultura Política*, principal órgão formulador da ideologia do Estado Novo. Uma análise das diversas seções que compõem a revista mostra que a questão regional aparece sob a caracterização de “problemas”, juntamente com a questão social, enquanto as matérias sobre as cidades aparecem nas seções ligadas à cultura. Esses elementos nos levam a supor que a importância política do regionalismo, aliado a um processo de industrialização ainda em expansão, fizeram com que o urbano não fosse ainda tematizado como questão.

Como contraponto a esse antiurbanismo, encontramos em Azevedo Amaral, por exemplo, sinais de uma nova tendência, que articula a nacionalidade com um projeto de modernização pautado no industrialismo e na urbanização (Diniz Filho e Carvalho Bessa, 1991). Pode-se pensar que é nesse momento que começa a se cristalizar a idéia dos “dois Brasis”, que inclusive já aparece na obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, no seu clássico capítulo “O Semeador e o Ladrilhador”. Curiosamente, o discurso oficial de Vargas irá caminhar no sentido de uma síntese nova, onde se reconhece o dinamismo econômico das metrópoles litorâneas e, ao mesmo tempo, se valoriza o isolamento do interior e sua maior capacidade de preservação do caráter nacional. Nesse sentido, a oposição fundamental deixa de ser formulada em termos de rural-urbano, para nacional-estrangeiro.

Todavia, essa valorização do urbano nascente não é ainda suficiente para que o mesmo possa ser tematizado como questão.

Planejamento urbano no período Vargas: o padrão higiênico-funcional

De uma forma geral, esse padrão reproduz o discurso higienista e urbanístico produzido nos países centrais desde o final do século XIX. Apóia-se, assim, nas categorias do organicismo ou do funcionalismo taylorista. Resumimos abaixo suas características fundamentais:

a. Concepção organicista na formulação do diagnóstico. A categoria meio natural e social organiza um discurso condenatório da realidade e sustenta a formulação da cidade ideal.

b. Embelezamento, monumentalidade e controle social sobre o uso do espaço orientando a intervenção. Grandes operações de renovação/construção e normatização das práticas sociais.

Essas características do padrão irão sofrer no Brasil uma transformação, não nas suas categorias básicas, mas na finalidade da sua utilização. Desde o início do século as “idéias-força” da nacionalidade e da modernização impõem-se à reflexão sobre o social. Isso significa que o discurso da higiene e da funcionalidade guarda assim muito mais um caráter modernizador e afirmador da nacionalidade emergente que propriamente de controle social. Ou melhor, o controle social é um dos elementos da modernização e da constituição da nação. Trata-se, aí, de reproduzir idéias, práticas e morfologias urbanas que sintetizam a modernidade, tal como ela se expressa nos países “civilizados”. A

oposição passado/futuro tem, assim, importância fundamental na articulação do padrão.

A possibilidade da modernização se expressa nos planos, de maneira geral, de forma inclusiva. Ao ter a cidade como um todo como objeto de sua intervenção, os planos expressam mecanismos de regulação que deveriam influir decisivamente sobre as condições de vida das camadas populares, mesmo considerando a ênfase nos aspectos relativos às reformas nos centros urbanos. Todavia, a relação dos planos com a efetiva regulação pública não se efetiva. Os planos produzem normas destinadas a não serem cumpridas, criando assim um abismo entre a “cidade real” e a “cidade legal”. Podemos afirmar que isto é uma característica do padrão, produzindo-se planos que criam espaços normatizados, mas que “aceitam”, tacitamente, uma convivência com espaços exteriores ao seu âmbito de regulação.

Durante esse período, o padrão higiênico funcional acima descrito é desenvolvido principalmente com a elaboração do plano diretor do Rio de Janeiro, por Alfred Agache. A influência da visita de Agache se estende por um espaço mais amplo, já que existem menções à sua participação — indireta — na elaboração dos planos de Porto Alegre e Curitiba, entre outros. Data desse período, também, a realização da Semana de Urbanismo de Salvador, em 1935, de escassas repercussões, e, principalmente, a instituição do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador, em 1943 (Santos Neto, 1993). São Paulo implanta o seu Plano de Avenidas, e também Recife ganha um plano diretor. Cabe ressaltar que todas essas iniciativas se deram sob a égide de interventores nomeados pelo governo Vargas.

O urbano na Era do Desenvolvimentismo (1950-...)

O urbano como questão do desenvolvimento

O objetivismo tecnocrático agora predomina na formulação da questão urbana, a serviço do nacional-desenvolvimentismo. O projeto de constituição da nação desloca-se para o eixo econômico. Essa ideologia consegue, todavia, articular esse projeto com uma prática de modernização acelerada baseada na internacionalização da economia.

A sociologia será um dos campos mais importantes para o desenvolvimento dessas idéias. Primeiramente, por intermédio da “sociologia do desenvolvimento”, que logo desemboca nas “teorias da

marginalidade”. No interior desse pensamento, cristaliza-se uma concepção dualista da sociedade, onde, além da oposição campo-cidade, referida à dualidade tradicional-moderno, verifica-se, ainda, uma oposição no interior das cidades entre os “integrados” e os “marginais”.

Essas teorias tendem a ressaltar a incapacidade de absorção de mão-de-obra pelos novos padrões urbano-industriais de desenvolvimento, à qual se alia a incapacidade dos migrantes absorverem o “modo de vida urbano”, formando assim um círculo vicioso que reproduz a marginalidade. Esse fenômeno foi denominado “urbanização sociopática”.

“A urbanização sociopática caracteriza, pois, o estado disnômico (desequilíbrio) do sistema nacional de produção — distribuição — consumo (efetivo mais potencial) em sua etapa contemporânea, apresentando-se de uma parte como resultante desse estado disnômico: enquanto urbanização tout court e atuando convergentemente com o aumento demográfico, promove a aspiração de um padrão de vida ‘material’ e ‘não material’ não atendido pelos setores sociogeográficos capitalistas ‘sufocados’ e, em conexão, estimula a concentração populacional ‘desmesurada’ nos setores sociogeográficos capitalistas mais ‘dinâmicos’, sobretudo nas áreas citadinas industrializadas.” (Pereira, 1965).

Não podemos deixar de assinalar a representação “antiurbana” como substrato dessas interpretações: “inchaço” das cidades, “megaencefalia urbana”, “migrações desordenadas”, “congestão” etc. Um bom exemplo dessa tendência foram as declarações de Figueiredo Ferraz, prefeito de S. Paulo:

“Monstros urbanos já surgiram, outros estão na iminência de surgir, e todos acabarão, certamente, devorando a maior parcela do seu próprio trabalho, tal o montante exigido para a sua sustentação. E, monstros estes, fruto de um desenvolvimento regional, e mesmo nacional como um todo, que, paradoxal e inexoravelmente, comprometerão aquele mesmo desenvolvimento por eles gerado, no duplo e contraditório papel de criador e algoz.” (Ferraz, F., Palestra no Simpósio O Homem e a Cidade, promovido pela Fundação Milton Campos, Brasília, 1975)

Por outro lado, assume-se que a constituição da nacionalidade deixa, definitivamente, de ser buscada numa “essência rural” para ser valorizada uma perspectiva industrializante e modernizadora, vista como a “redenção” do país, fórmula para a superação do atraso etc.

O nacional-desenvolvimentismo em sua feição mais radical irá levar adiante essa concepção ao postular um “dualismo estrutural”, oriundo da condição colonial da nação, como se pode depreender da análise das obras de Roland Corbisier (Diniz Filho & Carvalho Bessa, 1991). As forças ligadas ao atraso são tanto a dominação estrangeira como seus aliados, a saber, as oligarquias rurais. Nesse sentido, a constituição da nacionalidade passa necessariamente pela modernização, o que implica urbanização. Esta permitirá romper com as visões localistas prevalentes nos pequenos povoamentos do interior, desenvolvendo-se em contrapartida uma percepção social identificada com o nacionalismo.

A partir do final dos anos 70, começa a se delinear uma nova conjuntura teórico-política, cujos desdobramentos ainda nos envolvem no presente. Por um lado, temos uma certa decadência do nacional-desenvolvimentismo, fruto da falência da modernização conservadora empreendida a partir de 64 em implantar um modelo de desenvolvimento inclusivo, nos moldes do fordismo europeu ou americano, onde ganhos de produtividade crescentes permitem a extensão a parcelas significativas da população das benesses do crescimento econômico, seja pelo aumento real dos salários, seja pelas garantias e suportes oferecidos pelo Estado do Bem-Estar. Por outro lado, a modernização efetuada gerou um quadro de tensões sociais significativo no campo da organização sindical e da mobilização em torno das condições de vida, gerando uma acirrada disputa em torno dos benefícios gerados pela ação do Estado.

No campo do pensamento social, a crítica ao ideário do nacional-desenvolvimentismo se afirma tendo como eixo a emergência da questão social, no campo da produção — como questão operária — e no campo do consumo coletivo — como questão urbana. O tratamento da questão social passa a ser entendido na sua especificidade, e não como fruto ou decorrência necessária do crescimento econômico.

Nesse período, a cidade foi tematizada, inicialmente, como um problema econômico, ou seja, como um dos aspectos a ser enfrentado na política desenvolvimentista. Os temas da nação e da modernização submetem o “social”, levando nossos reformadores a colocar a questão urbana como questão do desenvolvimento. Ao fim do período, todavia, principalmente a partir da emergência de movimentos sociais

na cidade, a dimensão social passa a predominar na tematização da questão urbana.

Ao longo desse período, várias concepções irão aparecer, tendo em vista estabelecer parâmetros possíveis para a intervenção sobre o urbano. Na medida em que o processo de urbanização passa a ser um dos elementos fundamentais da modernização — seja como positividade, seja como “efeitos perversos” —, o urbanismo é acionado como instrumento importante na formulação de diagnósticos sobre os problemas urbanos. Ao lado do padrão higiênico-funcional, que se requalifica com a adoção dos princípios da Carta de Atenas e um funcionalismo pautado na concepção da cidade-máquina, vemos emergir outros modelos, configurando uma disputa em torno da hegemonia intelectual no campo, como veremos a seguir.

O técnico-burocratismo desenvolvimentista

Esse padrão também se constrói por uma importação de idéias, aqui não mais os princípios organicistas e funcionalistas, mas as propostas de racionalização administrativas desenvolvidas principalmente pelo *planning* americano, e as idéias desenvolvidas no âmbito da geografia humana, principalmente em sua vertente francesa. Aqui, esse padrão se caracterizará por assumir o urbano como um problema do desenvolvimento econômico, a ser objeto de um tratamento racionalizador e administrativo. Trata-se não mais de criar a cidade ideal, mas de gerir com eficiência a cidade existente, eliminando-se os focos de “distorção”, oriundos de “disfuncionalidades” do crescimento econômico. Como características fundamentais do padrão, podemos apontar:

a. Concepção desenvolvimentista na formulação do diagnóstico. A categoria racionalidade organiza um discurso produtor dos “problemas urbanos” (transformação tecnocrática da questão social) como disfunções do crescimento, e organiza um conjunto de medidas que se pretende consistente, traduzido na idéia de plano. A conceitualização de cidade é ultrapassada pela idéia de “urbano” e de “urbanização”, onde se pensam os “problemas urbanos” numa escala regional ou nacional. Formulam-se então os conceitos de rede urbana, hierarquias urbanas, sistemas de cidades.

b. O objeto da intervenção passa a ser o próprio poder, na medida em que as causas dos “problemas urbanos” são: (i) os entraves políticos da gestão pública da cidade, e (ii) as insuficiências do desenvolvi-

mento econômico. A modernização e a centralização administrativas são os objetivos fundamentais da ação das políticas urbanas. O plano e o processo de planejamento cumprem um papel de ordenadores e racionalizadores da ação pública sobre as cidades. A política urbana é centralizada e constrói-se a idéia de um sistema nacional de planejamento.

Essas idéias ganham ampla dominância no período do pós-guerra por uma atuação sistemática de órgãos federais como o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU). Todavia, já vinham sendo discutidas anteriormente no âmbito de algumas instituições como o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB). Uma das primeiras formulações nesse sentido é de Jorge Wilhelm:

“No quadro geral do subdesenvolvimento, os problemas urbanos assumem papel importante e específico; impossível, em nossa opinião, isolar a análise desses problemas ou sua solução, daquele quadro geral. Por isso, o urbanismo, como técnica de transformação da realidade, deve ter um objetivo fundamental na atual conjuntura: o de contribuir à superação do subdesenvolvimento, atuando especificamente sobre as estruturas urbanas, transformando-as e as utilizando”. (Wilhelm, 1969:89)

Esse padrão ganha hegemonia num momento em que as “contradições urbanas” já apareciam em toda a sua clareza, configurando um conflito de interesses em torno da apropriação dos benefícios da urbanização e da ação do Estado. No quadro de uma conjuntura política marcadamente autoritária, como a que se seguiu ao golpe militar de 1964, esse padrão irá produzir uma “tecnificação” dos problemas urbanos, com sua conseqüente “despolitização”.

O humanismo lebreiano

Esse padrão foi desenvolvido a partir da influência significativa exercida em nosso país pelo Pe. Lebet, principalmente nos círculos católicos progressistas que tentavam articular um movimento pela “democracia cristã” nos anos 50. Tem como característica fundamental trazer para o centro do debate a questão social, de uma forma bastante

semelhante aos reformadores sociais europeus do início do século⁷. Como características fundamentais desse padrão, podemos apontar:

a. Concepção humana na formulação do diagnóstico. Filiação à corrente filosófica e política *Economia e Humanismo* que, por sua vez, tem raízes no reformismo social leplaysiano. Conhecer as condições de vida do povo para contrabalançar a racionalidade técnica.

b. O objeto da intervenção é a “conscientização” e a humanização da sociedade.

Uma das características do pensamento lebreteano é, ainda, que a melhoria das condições de vida — a “promoção humana” — passa por uma transformação que permita que se removam os obstáculos ao desenvolvimento social. As formas de organização urbanas são apontadas como um desses obstáculos, sendo o planejamento um instrumento privilegiado de intervenção.

O movimento em torno das idéias de Lebrete no Brasil se corporificou na constituição do SAGMACS, que realizou algumas pesquisas sobre condições de vida, dentre as quais se destaca um “diagnóstico” sobre a cidade de S. Paulo, cujas conclusões deveriam orientar um plano diretor para aquela cidade. Os instrumentos de intervenção propostos por Lebrete não diferiam muito da proposta dos urbanistas europeus. O que distingue a emergência desse padrão no Brasil é a sua ênfase na questão social, que logo seria embutida nos debates sobre o desenvolvimento, sendo submetida a esta⁸.

A reforma urbana modernizadora

Esse padrão, na verdade, traduz a expressão “de esquerda” do padrão desenvolvimentista. Trata-se de um abrangente diagnóstico sobre os problemas urbanos e habitacionais, com ênfase para esse último, que se consubstanciaram no Seminário sobre Habitação e Reforma Urbana, realizado em 1963, reunindo técnicos mais ligados às correntes “progressistas”, e, aparentemente, hegemônicas pelo Partido Comunista. Pretende-se aí estabelecer um diagnóstico e uma terapêutica que permita incluir a habitação e a cidade como tema das “reformas de base”. Suas características básicas são:

a. Politização do diagnóstico desenvolvimentista. Os “problemas urbanos” no interior do ideário das reformas de base.

b. O objeto de intervenção é o espaço nacional, por intermédio de políticas públicas centralizadas, racionalizadoras e redistributivas. Ênfase no problema habitacional.

O tema do planejamento aparece como forma privilegiada de enfrentamento dos problemas sociais, caracterizados como fruto da dependência do país em relação ao imperialismo. Trata-se, pois, de uma proposta calcada ainda e, principalmente, no papel voluntarista a ser exercido pelo Estado e pelas vanguardas políticas. A adoção de um padrão planejado de intervenção pública sobre a questão social aparece associada a uma forte visão redistributiva, o que diferencia este padrão do tecnoburocratismo desenvolvimentista.

A reforma urbana redistributiva

Esse padrão emerge a partir do desenvolvimento de formas de mobilização em torno da apropriação dos benefícios da urbanização e da ação do Estado. Sua principal expressão se dará no âmbito das discussões em torno da Constituinte, em meados dos anos 80 quando se busca resgatar o caráter redistributivo presente na proposta de Reforma Urbana de 1963. Suas características básicas são:

a. Diagnóstico centrado nas desigualdades e nos direitos sociais. Estabelece uma distinção entre ganhos lícitos e ilícitos na produção da cidade. A exclusão social e política das camadas populares é o eixo do discurso.

b. O objeto de intervenção é a propriedade privada da terra, o uso do solo urbano e a participação direta das camadas populares (e/ou sociedade civil) na gestão da cidade.

Esse padrão se constitui por meio de associações tecnocorporativistas, como os sindicatos de engenheiros e arquitetos, entidades de assessoria a movimentos populares, como a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), a Associação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), ou a POLIS, e entidades representativas de movimentos populares, além de representantes das alas progressistas da Igreja. Existe uma certa contradição na sua proposta, marcada pelo “autonomismo” dos movimentos sociais, por um lado, e por uma postulação de uma presença “protetora” do Estado, o que nos levaria a ver neste movimento, de certa maneira, traços do populismo. O campo de atuação desse padrão é essencialmente o jurídico, colocando-se como eixo a produção de novos direitos sociais. Daí que o seu ponto culminante tenha sido a luta em torno da Constituição Federal.

Esse padrão traz para o centro da discussão a questão social, e suas repercussões não devem ser limitadas ao âmbito jurídico. Em várias cidades importantes do país, como S. Paulo e Rio de Janeiro, por

exemplo, a discussão sobre planos diretores, exigência constitucional, vem recolocando os princípios da reforma urbana redistributiva como elementos do planejamento, com ênfase na questão social.

Aparentemente, as idéias chegam agora ao seu lugar...

À guisa de conclusão: a emergência de um novo padrão, fundado no neoliberalismo e na questão ambiental

Ao longo deste trabalho, buscamos associar algumas reflexões correntes no campo do “pensamento social” com as dinâmicas das idéias sobre os problemas urbanos e suas soluções. Essa orientação visa preencher uma lacuna, na medida em que a maioria dos estudos da área ou trata os modelos de planejamento como simples importação de idéias, ignorando seu fundamento originário, ou busca apenas refletir sobre os impasses de políticas de planejamento aparentemente fadadas às gavetas e arquivos do poder público. Ao retomar essas discussões, referenciando-se a uma outra ordem de questões, colocamos assim sob outro ângulo tanto as questões de eficácia quanto aquelas relativas às “idéias fora do lugar”.

Como pudemos ver, os temas da nação e da modernização tenderam a predominar sobre a questão social durante longo tempo, propiciando a emergência de formas adaptativas que transformavam as idéias importadas, e permitindo, assim, garantir uma eficácia relativa, pois marcada pela exclusão social. Os padrões hegemônicos tenderam a expressar um discurso de universalidade que, em larga medida, ocultava uma aceitação tácita da diferença social. Entre todos os padrões de planejamento analisados, apenas a reforma urbana redistributiva parece ao mesmo tempo gozar de uma relativa hegemonia, e trazer a questão social para o centro da ação reformadora.

Todavia, quando o planejamento urbano no Brasil parece ter assumido, finalmente, a questão que o orientava ao nascer, nos países centrais, alguns estudos recentes indicam a emergência de um novo padrão. O “paradigma do planejamento”, que havia fundado os padrões que buscavam constituir a sociedade como objeto da ação racional, e que tinha na razão as bases da sua legitimidade, entra em declínio, com a crise dos anos 70. Como contraponto a esse declínio, estaria em emergência um novo paradigma — o *ecológico* — estabelecendo novos problemas, novas técnicas de ação e novas escalas de articulação (Topalov, 1992). Esses dois paradigmas difeririam nos seguintes pontos:

(1) A ordem do social deixa de ser a base da legitimidade de dis-

ursos e ações, sendo substituída pelo tema do ambiente, que incorporaria as idéias de participação, autonomia local e desregulamentação.

(2) A sociedade deixa de ser vista como objeto da ação, substituída pela caracterização da Natureza como sistema global, onde os homens são incluídos.

(3) O Estado Nacional deixa de ser a escala da formação das identidades coletivas e da constituição de instituições garantidoras dos direitos e deveres inerentes a essas identidades. O planeta e o nível do local passam a ser os novos territórios da ação coletiva.

É importante ressaltar que não é necessariamente evidente a articulação — que Topalov estabelece — entre o projeto ambientalista e a desregulação. Outras análises apontam, ao contrário, como a incorporação da questão ambiental no âmbito das políticas públicas se traduz num fortalecimento das bases legítimas para a intervenção reguladora do Estado Nacional (Pádua, 1989). Nesse sentido, é possível que a emergência avassaladora da questão ambiental signifique não um novo paradigma, mas um novo padrão que se possa articular ao paradigma do planejamento.

Nesse novo padrão, a cidade é tematizada não mais a partir da questão social, ou do desenvolvimento, mas dentro da problemática ambiental. A Agenda 21, aprovada pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), coloca a questão dos assentamentos humanos como um problema ambiental, a ser tratado no âmbito de uma política global juntamente com os problemas ambientais *tout court*. Na verdade, essa articulação — entre cidade e ambiente — já havia sido estabelecida pelo Relatório Brudtland, em 1987 (CMMAD, 1988).

A emergência e o aprofundamento da temática ambiental no campo do planejamento urbano efetivamente ocorre juntamente com o fortalecimento e hegemonia crescente das forças políticas ligadas ao neoliberalismo, redefinindo o papel econômico do Estado e trazendo nova legitimidade ao mercado. Esses desafios têm levado até mesmo os agentes e instituições que se articulam em torno do padrão da reforma urbana redistributiva a buscar incorporar como bandeiras a defesa do meio ambiente nas cidades e a questão da reforma do Estado.

Todas essas idéias vêm sendo progressivamente desenvolvidas aqui, a partir da influência dos debates em âmbito mundial, principalmente por intermédio das agências de ajuda financeira e de fomento à pesquisa. Mais uma vez, importamos idéias... Cabe refletir sobre o seu lugar.

NOTAS

Este texto é uma versão revista do artigo publicado na revista Espaço e Debates, nº 37, 1994.

1. Como, por exemplo, em Santos, 1982; ou em Kohlsdorf, 1985.
2. Ver, a este respeito, Azevedo e Vainer, 1984. A relação entre a questão do “branqueamento” e as necessidades econômicas aparece claramente nesta afirmação de João de Faria e Fidelis Reis:

“Basta-nos o erro que consistiu na introdução do preto. Não reincidentamos em igual erro com o amarelo. Que importa o interesse econômico de natureza transitória?” (Reis e Faria, citado em Vainer e Azevedo, 1984:1)

3. Como expoentes do ruralismo, podemos citar Alberto Torres, Oliveira Viana, Vicente Licínio Cardoso, Jackson de Figueiredo, Plínio Salgado, Virgínio Santa Rosa, entre outros (ver, a respeito, Gomes, 1980). Como um desdobramento do ruralismo, iremos encontrar o movimento municipalista, fundado nas idéias de Alberto Torres, tendo como figuras importantes Yves de Oliveira e Rafael Xavier.
4. Quanto às novas relações que se estabelecem entre as elites e a cidade e as formulações então desenvolvidas sobre o caráter das massas populares urbanas, ver Sevcencko, 1983, e Carvalho, 1984.
5. É significativo, nesse sentido, que os cortiços fossem denominados “repúblicas”, e que se afirmasse com certo orgulho que “cortiço em que entrava polícia era cortiço desmoralizado” (Carvalho, 1988:22). Sobre o estado de abandono dos subúrbios do Rio de Janeiro, ver também Abreu, 1984.
6. Ver, a respeito, Aquiles, 1942.
7. Sobre o trabalho de Lebret na França, encontram-se informações valiosas em Ion, 1989. O principal eixo do trabalho de Lebret será a pesquisa social sobre condições de vida, pela qual desenvolve um amplo e meticuloso método de investigação que combina técnicas quantitativas e qualitativas, e cujo objetivo é instrumentalizar a transformação da realidade, na linha do que se chamaria de “pesquisa-ação”.
8. Sobre a relação dos lebrebianos brasileiros com os ideólogos do desenvolvimentismo, ver Sampaio, 1981.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, M. Da habitação ao *habitat*. Seminário *Habitação Popular na Primeira República*. RJ, FCRB, mimeo, 1984.
- Aquiles, A. "O fordismo como etapa superior do taylorismo". *Cultura Política*, nº 20. RJ, 1942.
- Azevedo, V. e Vainer, C. "Classificar, selecionar, localizar. Notas sobre a questão racial e a migração". Vainer, C. *et al.* "Políticas migratórias no Brasil. Uma análise das intervenções governamentais no processo de formação do mercado de força de trabalho". Relatório de pesquisa, convênio IPPUR/FINEP. RJ, xerox, 1984.
- Câmara, D. A. "O homem e a habitação". *Revista de Organização Científica*, vol. XIII, nº 135, RJ, 1943.
- Bellom, M. "Le rôle économique et social de l'ingénieur". *Le génie civil*, Paris, 1906.
- Cardoso, Adauto L. "Construindo a utopia: Lucio Costa e o pensamento urbanístico no Brasil". *Espaço e Debates*, nº 27, SP, NERU, 1989a.
- _____. "Modernidade e tradição nas origens do pensamento urbanístico no Brasil". *Cadernos IPPUR/UFRJ*, número especial. RJ, IPPUR/UFRJ, 1989b.
- Cardoso, F. H. "A cidade e a política". *Cadernos CEBRAP*, nº 7, SP, CEBRAP, 1972.
- Carvalho, J. M. O Rio de Janeiro e a República. Seminário *Habitação popular no Rio de Janeiro*. RJ, mimeo, 1984.
- _____. "Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi". SP, Cia. das Letras, 1987.
- Cavalcante, B. O. "Beleza, limpeza, Ordem e Progresso". *Revista Rio de Janeiro*, RJ, Edições UFF, 1985.
- CMMAD. *Nosso Futuro Comum*. RJ, FGV, 1988.
- Donzelot, J. "L'invention du social. Essai sur le déclin des passions politiques". Paris, Fayard, 1984.
- Ewald, F. "L'État Providence". Paris, Grasset, 1986.
- Gaudin, Jean-Pierre. "L'Avenir em Plan: technique et politique dans la prévision urbaine — 1900/1930". Paris, Ed. Champ Vallon, 1985.
- Gomes, A. C. "O redescobrimo o Brasil". Gomes, A. M. de C. *et al.* "Estado Novo: ideologia e poder". RJ, Zahar, 1982.

- _____. "A invenção do trabalhismo". RJ, Vértice, IUPERJ, 1988.
- Gomes, E. R. Campo contra cidade — a reação ruralista à crise oligárquica no pensamento político social brasileiro. Tese de mestrado. RJ, IUPERJ, 1980.
- Ion, J. "'Ingénieurs sociaux' et sciences sociales appliquées: le groupe e.h. de Saint-Etienne de 1944 a 1953 '". *Economie et Humanisme*, nº 307. Paris, 1989.
- Kohlsdorf, M. H. "Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar".
- Farret, R.L. (org.) "O espaço da cidade. Contribuição a uma análise urbana". S.P., Projeto, 1985.
- Kowarick, L. (org.). "As lutas sociais e a cidade". RJ, Paz e Terra, 1988.
- Lamounier, B. "Formação do pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação". Fausto, B. (org.) "História geral da civilização brasileira". SP, Difel, 1985.
- Machado da Silva, L. A. "Vida e morte da teoria da marginalidade". Konder, L.; Cerqueira Fº, G.; Figueiredo, E. L. (org.) "Por Que Marx?". RJ, Graal, 1982.
- Magri, S. "La rationalisation urbaine dans les projets des reformateurs en France, 1900/1925." Trabalho apresentado na conferência "Reestruturação Urbana: tendências e desafios", organizada pela *International Sociological Association*. RJ, mimeo, 1988.
- Pádua, J. "Espaço público, interesses privados e política ambiental". *São Paulo em Perspectiva*, 3(4):3. SP, SEADE, out/dez 1989.
- Pécaut, D. "Os intelectuais e a política no Brasil". RJ, Atica, 1990.
- Pereira, Luiz. (Org.) "Urbanização e subdesenvolvimento". RJ, Zahar, 1969.
- Quinto Jr., L. P. Revisão das origens do urbanismo moderno: a importância da experiência alemã no questionamento da historiografia do urbanismo. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano. UNB, 1988.
- Ribeiro, L. C. Q. "Formação do capital imobiliário e a produção do espaço construído — 1870/1930". *Espaço e Debates*, nº 16. SP, Cortez, 1985.

- Sampaio, P. A. "O plano de ação do Governo Carvalho Pinto: Planejamento e política no Estado de S. Paulo em 1959". *Espaço e Debates*, nº 4. SP, Cortez, 1981.
- Santos, C. N. F. "Contra apenas uma arquitetura ou o perigo de planejarmos uma sociedade democrática sob medida para nossas conveniências". *Revista Projeto*, nº 38.
- _____. "Para cada forma de dominação a utopia que merece". *Arquitetura Revista*, nº 3. RJ, FAU/UFRJ, 1985.
- Santos, W. G. "Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira". RJ, Campus, 1979.
- Santos Neto, Isaiás de Carvalho. "Salvador: cara e coroa". Pretextos, Série A, nº 3. Salvador, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, 1993.
- Sevcenko, N.. "Literatura como missão". SP, Brasiliense, 1983.
- _____. "A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes". SP, Brasiliense, 1984.
- Suttcliffe, A. "La naissance de l'urbanisme officiel en Grande Bretagne — 1910/1911". In *Extenso*, nº 11. Paris, 1985.
- Topalov, C. "*Invention du chômage et politiques sociales au début du siècle*". *Les Temps Moderns*, nº 496/497. Paris, 1987.
- _____. "Naissance de l'urbanisme moderne et réforme de l'habitat populaire aux États Unis — 1900/1940". Paris, Centre de Sociologie Urbaine, 1988a.
- _____. "De la question sociale aux problèmes urbaines: reformateurs et travailleurs a Londres, Paris et New York au début du XXeme siècle". Trabalho apresentado na conferência "Restauração Urbana: tendências e desafios", organizada pela ISA. RJ, mimeo, 1988b.
- _____. "De la planification à l'écologie. Naissance d'un nouveau paradigme de l'action sur la ville et l'habitat?." Anais da 5ª Conferência Internacional de Investigação sobre a Moradia. Montreal, julho de 1992.
- Topalov, C. e Magri, S. "De la cité-jardin à la ville rationalisée. Un tournant du projet réformateur, 1905/1925". *Revue Française de Sociologie*, XXVIII, Paris, 1987.
- Torres, A. "A organização nacional". SP, Editora Nacional, 1978.

Wilheim, J. "Urbanismo no Subdesenvolvimento". RJ, Saga, 1969.

V/A. "I Seminário de Habitação e Reforma Urbana". *Revista RAM*, nº 62, RJ, IBAM, 1964.

Parte II

***A Reforma Urbana:* reforma social, modernidade e construção nacional**

As transformações urbanas na imprensa operária: São Paulo, na virada do século XX*

Liane Maria Bertucci

Doutoranda em História Social da Universidade Estadual de Campinas.

“ (...) o povo do Braz paga impostos que não pode pagar e vive no meio de casebres seculares, cortiços sem hygiene, ruas escuras, esburacadas e arborizadas a capim e outras gramineas, predominando a lama quando chove e grossas camadas de pó quando faz sol.”

(Folha do Povo, 9-8-1908)

* Este texto integra os Capítulos I e IV da dissertação de Mestrado *Impressões sobre a Saúde. A Questão da saúde na imprensa operária. São Paulo — 1891/1925* e alguns trechos estão no livro, organizado por Stella Bresciani, *Imagens da Cidade — Séculos XIX e XX*. S. Paulo, ANPUH/SP — Marco Zero — FAPESP, 1994, pp. 77-91. A grafia adotada para nomear os periódicos foi a utilizada na maioria dos números pesquisados.

Com uma população que, em números absolutos, atinge 47.000 habitantes, em 1886, e 239.000, em 1900¹, a cidade de São Paulo se expande violentamente, alterada pela composição de seus habitantes, com variados usos, costumes e ocupações. O fluxo intenso de imigrantes para a capital e outros centros urbanos do estado² é, paradoxalmente, causa e consequência dessa redefinição da cidade, impulsionada pelo aumento constante das casas comerciais, oficinas e fábricas.

O antigo burgo desaparecerá sob os alicerces da cidade cosmopolita, que se industrializa; cidade nova, que gera um misto de apreensão e deslumbramento. A massa crescente de pessoas atraídas pela promessa de trabalho transfigura a cidade, assustando e intimidando observadores, que, em espaço relativamente curto de tempo, vislumbram essas radicais transformações urbanas³.

Se, em 1852, o presidente da província de São Paulo assinalava a existência de apenas sete fábricas dignas de menção na província (duas na capital, duas em Sorocaba e uma, respectivamente, em Bananal, Campinas e Ubatuba), já em 1901 o trabalho pioneiro de Antonio Francisco Bandeira Júnior apontava a existência de 145 fábricas (excluídas pequenas empresas, que reconhecia não ter estudado) de todos os ramos industriais e 50.000 operários no estado, entre homens, mulheres e crianças (italianos em sua quase totalidade, calculando em menos de 10% os trabalhadores nacionais). Apesar das deficiências estatísticas apontadas pelo próprio autor do estudo, seu levantamento parcial é indicativo da expansão e alteração na ordem e constituição dos centros urbanos de São Paulo em poucos anos. Só na Capital, dos 94 estabelecimentos industriais arrolados, apenas quatro existiam antes de 1870 e 41 haviam sido fundados entre 1870 e 1890. Entre 1872 e 1886, a população estrangeira da cidade elevava-se de 8% para 25% do seu total⁴.

O surto de crescimento urbano em São Paulo coincidiu com as pesquisas que proporcionaram descobertas sobre a causa microbiana de diversas doenças⁵, período de reestruturação das cidades do estado, devido ao grande número de seres humanos que para elas se dirigiam e que precisavam ser acomodados, “padronizados”, se se quisesse uma convivência ordenada e produtiva entre eles. Nesta perspectiva, leis e normas calcadas na necessidade de circulação, arejamento e consequente desodorização do ambiente, originárias da teoria

dos “miasmas”⁶, ganham atualidade e são combinadas com as mais modernas descobertas científicas do campo biológico.

No novo panorama que se descortina, doenças cuja incidência não representavam novidade para as populações paulista e nacional (como a varíola) ganham atenção inusitada devido à facilidade com que se expandiam, representando risco para uma gente que, de forma cada vez mais densa, se aglomera nas cidades, colocando em perigo a vida de todos os habitantes urbanos. Atacar as enfermidades com novos métodos científicos e gerir, de maneira mais conveniente e sadia, o espaço significam tanto estratégias de sobrevivência física quanto de poderio financeiro e político.

Nessa época de transformação das cidades, as doenças epidêmicas refletem dois aspectos distintos, mas complementares, de um movimento de mudanças e acomodação. De um lado, serão denúncias de que a estrutura vigente está, efetivamente, matando os membros da sociedade (de todas as classes); de outro, elas possibilitam uma intervenção ainda mais aguda, em nome da saúde, no espaço e na vida das pessoas. Doenças virulentas e imprevisíveis, com grande número de vítimas e desestruturação de sistemas médico-sanitários, as epidemias também expõem, com especial destaque, o dia-a-dia dos trabalhadores das cidades. Suas posições e reivindicações também ganham realce por serem eles os que mais sentiam a extensão dos danos causados pelas moléstias, devido a sua condição de vida, assim como as muitas soluções encontradas para debelá-las, por incidirem diretamente sobre o cotidiano.

Desde o momento em que os problemas sanitários são expostos de forma aguda, o período epidêmico será o momento propício para formulações de propostas para a saúde das cidades, mas, principalmente, a ocasião de maior implementação e aceitação popular de projetos governamentais para o urbano que, trazendo como emblema a saúde, se imiscuem no dia-a-dia da cidade e de seus moradores, justificando transformações nas suas vidas.

Em dezembro de 1900, um ano depois da peste bubônica ter feito vítimas na cidade de São Paulo, o jornal *Folha do Braz* traz, na sua primeira página, artigo que louva a idéia do governo estadual de acelerar a execução das obras de esgoto do Brás, reivindicadas pela população do bairro:

“(...) não só porque constitue hum dos mais salutaes melhoramentos, que já de ha muito deveria ter sido feito, como também é um dos mais indispensáveis preservativos

das epidemias, que o governo oferece a esta parte da população da nossa Capital.”⁷

Mas este arraigamento da idéia de salubridade como meio de prevenir e garantir a saúde (com a conseqüente intervenção transformadora no espaço urbano) e a aceitação da existência de uma autoridade competente para resolver tais problemas, podem ser sentidas já em 1899, nas primeiras notícias sobre a peste bubônica em Santos:

“(...) verdadeira ou não a existência do mal, cumpre que o governo do Estado continue a providenciar para nos por a salvo do terrível flagello, e não deixando para mais tarde a execução de medidas preventivas que o caso exige, por mais rigorosas que ellas sejam.

Entre os bairros que mais facilmente podem proporcionar o desenvolvimento do mal por infelicidade nossa, parece que o Braz occupa o primeiro lugar pela falta de asseio em algumas ruas habitadas por grande número de indivíduos accumulados, uns sobre os outros, em cortiços e sem a minima hygiene.”⁸

A ocorrência de epidemia será a época propícia para a incorporação e o reconhecimento da eficiência de medidas não só porque estabelecidas cientificamente, mas porque testadas em momentos de perigo para a vida da cidade, o que gerará um crescimento da demanda por esses serviços, apregoados como benéficos para a salubridade de um lugar em mutação. O número crescente de pedidos para a melhoria no serviço de remoção do lixo das casas (inclusive com propostas, como o uso de caixotes fechados e limpos diariamente para higienizar o trabalho), para o calçamento, limpeza de ruas e outros melhoramentos, para que seus moradores se livrassem da poeira, das poças d’água e da sujeira nelas acumuladas — que acusavam perigosas para a população devido aos “miasmas” que exalavam — dão testemunhos dessa assimilação e também de como o governo podia ser cobrado e criticado por não fornecer aquilo que, por meio de seus órgãos competentes, apregoava como necessário para a boa manutenção da saúde no meio urbano.⁹

Entretanto, será o passar dos anos que revelará a aceitação cotidiana de uma norma, quais seus limites e sua utilização. A crítica de populares à passagem de gados bovino e suíno pelo centro de São Paulo e ao matadouro municipal, no final de 1898, e os pedidos da

população, em 1899, para que se eliminassem os cães que circulavam livremente por algumas ruas do Brás, são o resultado da introdução pelas pessoas de noções de preservação da saúde e da aceitação de novas necessidades de circulação urbana que em outros momentos podiam ser desconsideradas.¹⁰

De forma semelhante, a época da epidemia de peste bubônica fortalecerá, entre a população, noções de salubridade que, a partir deste momento, se tornarão mais presentes e corriqueiras na vida e na luta dos trabalhadores para a manutenção de sua saúde.¹¹ Assim, o passar dos anos e o crescimento da cidade serão essas noções, que, naquele período, apareceram como imprescindíveis para a manutenção da própria vida, que comporão, nos periódicos operários, as exigências e os ataques feitos ao governo e, conseqüentemente, à organização social:

“Depois de inumeras reclamações, dignou-se a Prefeitura ordenar o melhoramento de que necessitava o aterrado do Gazometro, uma das arterias que liga o nosso bairro ao centro da cidade.

Confrange-se-nos o coração em desesperanças, ao ver o menosprezo, mais que insupportavel, que a Camara Municipal consagra ao nosso bairro. É incabível tanta incuria, vale ahi, além de tanto desleixo da Prefeitura, em relação a tudo o que diz respeito ao Braz”¹²

Entretanto, as próprias medidas relativas à saúde de homens e coisas, propostas pelo Estado com base em postulados técnico-científicos, embasarão as críticas de que o governo será alvo pelos jornais ligados aos trabalhadores de São Paulo, quando estes receberam, em 1908, a notícia de que nova epidemia de varíola atacava o Rio de Janeiro e ameaçava expandir-se pelo interior do país.¹³ Mesmo as questões da eficácia da vacinação antivariólica e da sua obrigatoriedade, que tanta polêmica já haviam suscitado¹⁴, serão neste momento estreitamente unidas aos problemas diários dos operários (que a ameaça representada pela varíola só vinha agravar) e, assim, criticadas por meio do enfoque dado por estes periódicos às questões de saúde presentes na vida cotidiana dos proletários. Quando a doença começara a fazer vítimas em São Paulo, em agosto de 1908, o jornal *Folha do Povo*, que se autodenominou primeiro “independente” e depois “de combate”, afirmou sobre a moléstia:

“O mal da miseria onde póde encontrar confortante abrigo? (...) E diga-se ao povo que se vaccine, que se prepare

contra o mal! Quando se vive no meio da immundice, da poeira, dos charcos, quando se tem o corpo estenuado por um longo e brutal trabalho, quando se habitam pocilgas sem ar nem luz, humidas, amontoados como porcos em chiqueiros, quando se sofre miseria, de muito hade valer a vacinação! Quem está precisando de uma poderosa e radical vaccinação é este miseravel estado social!”¹⁵

Mas a objeção feita ao governo, baseada em noções de saúde adquiridas por muitos trabalhadores, se estenderá a várias das obras que estavam sendo realizadas na cidade de São Paulo, quando as alterações implementadas no traçado urbano derrubavam casas, alargavam avenidas, construíam viadutos. Longe do apego a uma cidade que estava sendo rapidamente “demolido” com as obras que estavam sendo feitas, o que transparece nos jornais é a contestação da prioridade dada a essas transformações, em detrimento de mudanças que esses órgãos elegiam como mais urgentes, em locais onde as condições para uma vida saudável eram mínimas, como o Belenzinho ou o Brás, chamado “Cidade das Indústrias”¹⁶.

“Spencer demonstra com diversos argumentos que o adorno precede o util e assim, o selvicola dá mais valor a uma bugiganga, a um pouco de tinta escarlate, do que a vestuario que os resguarde contra a chuva e contra o frio. Mas seremos nós selvagens, ou, pelo menos, será a nossa Camara composta de botocudos que tudo sacrificuem para adornar o triangulo e os bairros aristocraticos de palacios? Será possível que a metade da cidade esteja condemnada a ruas lamacentas e esburacadas, intransitaveis, como barreiras levantadas a todo movimento commercial e industrial, pois nessas ruas existem fabricas e milhares de casas commerciaes, nessas ruas moram os que dão vida às fabricas e cooperam, já directamente, já indirectamente, para que a Camara tenha dinheiro para sustentar a sua mania de grandezas? Será possível que a vaidade de deslumbrar os estrangeiros que nos visitam leve a nossa Camara a esquecer-se de que está transformando S. Paulo em uma especie de mulher pimpona, de vestido de seda e como rosto cheio de pó de arroz e carmim e camisa rasgada e suja?

Não tenho, infelizmente, dados officiaes que me habilitem a um calculo exactamente arithmetico, mas, calculan-

do por deducção e baseando-me em informações vagas, creio não errar dizendo que, nestes últimos dez annos passados, a Camara não dispensou no bairro do Braz nem siquer a vigesima parte da renda aqui arrecadada. Todo o imposto é consumido em adornos para esconder os cortiços e as ruas intransitaveis; vivendo como os selvagens, a comprar bugigangas, a pintar o rosto com cores vivas, esquecidos do util e do necessario.

E assim hade continuar em quanto o povo não comprehender os seus direitos, e assim hade ser enquanto o povo estupidamente idolatrar homens, cuja vida seja toda consagrada a fazer-lhe mal e illudi-lo.” Gil Telles¹⁷

É, no interior deste excelente discurso político, que é possível entender como, em alguns momentos, é viável a utilização, pelos periódicos ligados ao proletariado, de noções e pensadores como Spencer, que tanto influenciaram o universo burguês: para reforçar, no operariado em geral, usando princípios forjados no bojo da sociedade capitalista, o desejo de mudança social.

Assim, coerente com os ensinamentos que a vivência cotidiana possibilitava, juntamente com uma definição cada vez mais nítida quanto ao caminho a seguir — revolucionárias, as acusações dos jornais serão feitas em uma linguagem que buscará distanciar embelezamento de necessidade, para separar, de forma contundente, o que estava sendo feito e o que era preciso realizar em São Paulo. Pedidos, como o efetuado, não apenas para melhorar a salubridade, mas também para embelezar a Várzea do Carmo, em 1901, cederão lugar, em 1908, a repetidas denúncias sobre o emprego do dinheiro público em reformas urbanas mal planejadas, onerosas e com prioridade discutível, diante das necessidades prementes da classe operária¹⁸.

O alerta da *Folha do Povo* aos seus leitores para o “esquecimento das autoridades” dos bairros de trabalhadores, transcrevendo notícias desfavoráveis quanto ao destino de verbas oficiais ou com artigos sobre o arquivamento de projetos que atenderiam às solicitadas melhorias para esses locais¹⁹, complementará o quadro pouco recomendável do governo, pintado através de inúmeras páginas impressas neste período, quando as poucas notícias de obras estatais nos bairros operários eram dadas de forma pouco destacada ou nada elogiosa.

Em questão relacionada com as mudanças do traçado urbano, o problema da moradia ocupou também a atenção da imprensa operária. Tema de legisladores paulistas desde pelo menos o final do século

XIX, a questão habitacional será pautada pela atenção que a higiene e a salubridade estavam despertando nesta época marcada por surtos das mais variadas doenças e pela reorganização da cidade. O problema merecerá diversas formas de estudos e propostas de solução que, partindo notadamente de médicos higienistas e de inquéritos realizados por órgãos governamentais, resultarão em variadas propostas de ingerência na moradia do proletariado.²⁰

Essa atuação não passará despercebida pelos militantes operários. Socialistas ou anarquistas, “independentes” ou comunistas, durante vários anos tratarão, em seus artigos, da atuação governamental nesta área. A concessão (e seus desdobramentos) feita pelo Congresso do Estado de São Paulo a Guilherme Rudge, para edificação de uma vila operária na Várzea do Carmo (contra a qual alguns vereadores paulistanos interpuseram recurso), será, por exemplo, noticiada pelos jornais *O Socialista* e *O Rebate* ainda antes do início do século XX.²¹

A ação governamental será alvo de uma atenção que, ao longo dos anos, se multiplicará, resultando em denúncias sobre a ganância de senhorios, que, mesmo recebendo favorecimentos do Estado, cobravam aluguéis exorbitantes dos operários. A atuação direta do governo merecerá críticas: em 1908, ao tentar implementar medidas para edificação de casas para a classe trabalhadora, o Estado acabava planejando moradias dispendiosas, pois custariam, mensalmente, 70\$000, quantia geralmente ganha pelos operários em um mês de trabalho.²² Assim, a postura do governo será utilizada na imprensa operária como alerta para os próprios trabalhadores, sobre a situação degradante em que vivia a imensa maioria do povo e da ineficácia da ordem burguesa para solucionar os problemas que mais afligiam essa população, diante das transformações que estavam ocorrendo na cidade de São Paulo.

Tema político, o da habitação que cabia ao trabalhador, foi alvo de vários protestos dos periódicos, que incluíam o material usado nestas construções aos tipos de solução que a burguesia paulista apresentava para o problema da moradia. Neste contexto, a construção das vilas operárias pelas empresas merecerá uma abordagem especial dos jornais e revistas, onde, em geral, foram apontadas como locais erigidos com alardeados propósitos de possibilitar uma existência digna e sadia ao operário e sua família, mas que, na realidade, ceifavam a liberdade dos indivíduos, algemando-os ao mundo da fábrica e à sua disciplina, de maneira integral. O assunto vilas operárias, como o da presença pontual de particulares e do Estado na construção de moradias para os trabalhadores, ocupará e dividirá opiniões ao longo do

tempo, como transparece no artigo de 1921 do jornal, de tendência anarquista, *A Vanguarda*:

“A Companhia Paulista está tratando da construção de uma villa operaria em Jundiahy e outra em Campinas.

Esta iniciativa é por muitos recebida com entusiasmo, sem se lembrarem de que o seu fim é a maior escravização dos trabalhadores.

As grandes empresas constroem essas villas-feudos para trazerem os trabalhadores à sua disposição, impondo-lhes tudo quanto lhes apraz, sob a ameaça de serem despejados em 24 horas.

*Ahi está o exemplo da Villa Maria Zelia, onde infeliz trabalhador que lá habita é obrigado a ouvir sem pestanejar todos os arreganhos de um coroinha malcriado. E ai delle se protestar! Quem manda ali é a policia o padre...”*²³

Mas, independente da aprovação ou não da atuação desses setores na edificação de habitações, diversos princípios que norteavam a ação dos defensores e construtores das vilas operárias e de outros homens que se debruçavam sobre esta questão poderão ser detectados em várias publicações ligadas ao operariado. Jornais chamando os cortiços de locais anti-higiênicos e de “antros” de infecções e de promiscuidade se valiam de argumentos correntes entre parte significativa da classe dominante, utilizando-os para denunciar as precárias condições de vida dos trabalhadores e seu receio quanto à possibilidade do futuro desta classe:

*“Dão-lhe para moradia pocilgas infectas, para alimentação pão negro e como salario o que baste para retardar, de alguns poucos annos, a morte pela inanição ou pela tísica.”*²⁴

Sidney Chalhoub, ao analisar as idéias calcadas na “neutralidade científica” que permeavam a destruição dos cortiços no Rio de Janeiro entre 1850 e 1906, afirma: “O que se declara, literalmente, é o desejo de fazer a civilização européia nos trópicos, o que se procura, na prática, é expulsar a política da história.”²⁵ Ou seja, através da ciência se justificariam todos os atos do Estado burguês, mesmo que desrespeitassem o modo de vida e destruíssem a memória dos trabalhadores, representados, neste caso, pela moradia. Seguindo o raciocínio do autor, podemos concluir pela total impossibilidade do proletariado ver

legitimada alguma reação contra o que acontecia, visto tudo ser feito com o aval de um conhecimento “superior”. Desta maneira, o saber científico contribuiria não apenas para a destruição das marcas de combates dos trabalhadores, mas poderia ser usado para tornar impotente sua luta presente. A ciência seria elemento importante para tolher a atuação cotidiana do operariado em uma sociedade cada vez mais marcada por sua valorização.

Entretanto, em sua atuação diária os militantes operários poderão reverter, em parte, este quadro, à medida que, apropriando-se de noções técnico-científicas em seu combate por melhores condições de vida em um espaço em mudança, as transformarão em instrumento imprescindível de denúncia da ordem burguesa e na instigação da luta contra ela. A utilização da ciência, mesmo contribuindo para a divulgação de valores e modelo de vida forjado em setores da classe dominante (o conforto gerado na sociedade capitalista, como afirma François Beguin, é algo que “ninguém tem o desejo ou os meios de recusar”²⁶), fornecerá, assim, aos militantes operários, meios para o combate que empreendiam contra a ordem existente e para esboçar o mundo que pretendiam construir.

NOTAS

1. Bonduki, Nabil G. “Habitação Popular: Contribuição para o Estudo da Evolução Urbana de São Paulo”. In: Valladares, L.P. (org.) *Repensando a Habitação no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983, p. 162, nota nº 4.

2. Entre as inúmeras publicações que apontam a vinda maciça de imigrantes para o Estado de S. Paulo entre o final do século XIX e início do XX, ver:

Merhy, Emerson E. *O Capitalismo e a Saúde Pública*. Campinas, Papi-rus, 1985, p. 67, Tabela 4.

Rodrigues, Jorge M. *São Paulo de Ontem e Hoje* (2ª ed.). S. Paulo, Imp. Oficial do Estado, 1940, pp. 67 e 74.

3. Morse, Richard M. *Formação Histórica de São Paulo*. S. Paulo, DIFEL, 1970, pp. 265-267.

Sobre mudanças urbanas, seus efeitos e impressões, ver:

Benjamin, Walter. *A Modernidade e os Modernos*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.

_____. *Os Pensadores*. S. Paulo, Abril Cultural, vol. XLVIII, 1975.

_____. "Paris, Capital do Século XIX". *Ensaaios & Debates*. S. Paulo, Ano IV, II (4): 5-13, 1984.

Bresciani, Maria Stella M. *Londres e Paris no Século XIX — O espetáculo da Pobreza*. S. Paulo, Brasiliense, 1982.

_____. "Metrópolis: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)". *Revista Brasileira de História*. S. Paulo, Marco Zero, 5 (8/9): 35-68, set 1984/abr 1985.

4. Morse, Richard M. Op. cit. pp. 148, 235 e 239.

Pinheiro, P. S. e Hall, M. M. *A Classe Operária no Brasil — 1889/1930*. S. Paulo, Brasiliense/FUNCAMP, 1981, vol. II, pp. 28-32.

5. "A emergência da bacteriologia esclareceu o problema da causação biológica da doença e permitiu (...) que, a partir de fins do século XIX, os programas de saúde pudessem ser efetivados ignorando a relação entre doença e condições sociais. Conseqüentemente, evitando considerações e reflexões sobre política social".

Costa, Nilson do R. *Lutas Urbanas e Controle — Origens das Políticas de Saúde no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1985, p. 31.

6. Calcada na noção de que as doenças são resultado de emanações morbíficas, provenientes de substâncias orgânicas em decomposição, na necessidade de limpar, arejar e possibilitar livre circulação, a teoria dos miasmas dominou a ação para preservação da saúde na Europa até o século XIX.

Cf.: Corbin, Alan. *Saberes e Odores*. S. Paulo, Companhia das Letras, 1987.

Foucault, Michel. *Microfísica do Poder* (4ª. ed.). Rio de Janeiro, Graal, 1984, pp. 79-98, 99-III e 193-207.

_____. *O Nascimento da Clínica* (2ª ed.). Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1980.

Rosen, George. *Da Polícia Médica à Medicina Social*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

7. *Folha do Braz* (SP). Anno IV, n.94, 23-12-1900. "Em Prol do Braz", p. 1, col. 2. (Este jornal havia deixado de circular por um longo período, devido à sua "nephasta phase politica" e prometia justiça, quando do seu retorno. Seus proprietários: Edgard Leuenroth e Brazilio dos Santos Altro.)

Cf.: *Folha do Braz* (SP). Anno IV, n. 94, 23-12-1900. “Folha do Braz”, p. 1, cols. 1 e 2.

8. *Folha do Braz* (SP). Anno III, n. 86, 22-10-1899. “Peste Bubonica”, p. 1, col. 5.

Sobre salubridade: FOUCAULT, Michel — *Microfísica do Poder* - (4ª ed.). Rio de Janeiro, Graal, 1984, p. 93.

9. *Folha do Braz* (SP). Anno III, n. 86, 22-10-1899. “Com a Camara”, p. 1, col. 2; n. 87, 29-10-1899. “Remoção do Lixo”, p. 1, cols. 4 e 5; n. 88, 5-11-1899. “Peste Bubonica”, p. 1, col. 4 “Remoção do Lixo”, p. 1, cols. 3 e 4 e p. 2, col. 2; n. 89, 12-11-1899. “Chamamos a atenção do sr. dr. Prefeito municipal para a carta abaixo”, p. 1, cols. 2 e 3; n. 90, 19-11-1899. “Pela Hygiene”, p. 2, col. 2 e “(...) Remoção do Lixo”, p. 1, cols. 2 e 3 e, Anno IV, n. 96, 6-1-1901. “Pelo Povo”, p. 2, col. 3.

10. *O Rebate* (SP). Anno Terceiro, n. 67, 16-12-1899. “Camara Municipal”, p. 2, cols. 1 e 2 (Jornal republicano independente, que apresentou tendências ora socialistas, ora libertárias).

Folha do Braz (SP) — Anno III, n. 89, 12-11-1899. “Chamamos a atenção...”, p. 2, col. 1; n. 90, 19-11-1899. “A Camara”, p. 2, col. 2 e, n. 91, 26-11-1899. “A Camara...”, p.1, col. 2.

11. Cf.: *Folha do Braz* (SP). Anno IV, n. 94, 23-12-1900. “A Prefeitura”. p. 1, col. 4; n. 95, 30-12-1900. “Pelo Povo”, p. 2. col. 1; n. 96, 6-1-1901. “Pelo Braz”, p. 2, col. 4, entre outros.

A Lanterna. (SP). Ano IV, n. 31, 14-5-1910. “A Lanterna em S. Vicente”, p. 4, col. 2 (Jornal anticlerical).

O Parafuso. São Paulo. Anno VI, n. 184, 26-2-1920. “Rat-NIP”, p. 5; junho de 1920 (mês provável), desenho com título “O Commercio Honesto”, p. 4 (?) — Revista danificada; n. 200, 16-6-1920. “Uma Vergonha no Coração da Cidade”, p. 7 (Revista independente).

12. *Folha do Braz* (SP). Anno IV, n. 94, 23-12-1900. “Até que Enfim!!!”, p. 2, col. 3 e n. 97, 13-1-1901. “O nosso bairro”, p.1, col. 1.

Ataques feitos em desacordo com as idéias de saúde pessoal e social, aprovadas cientificamente e veiculadas pelo discurso dos periódicos, também aparecem, mas em menor número. Confira, entre outros:

Folha do Braz (SP). Anno III, n. 88, 5-11-1899. “Peste Bubonica”, p. 1, col. 4 e, Anno IV, n. 95, 30-12-1900. “Pelo Povo”, p. 2, col. 1.

13. *Folha do Povo* (SP). Anno I, n. 3, 29-3-1908. “Carta do Rio”, p. 1, cols. 4 e 5 e, n.19, 26-7-1908. “Carta do Rio”, p. 2, cols. 2 e 3.

Cf.: Stepan, Nancy. *Gênese e Evolução da Ciência Brasileira — Oswaldo Cruz e política de investigação científica e médica*. S. Paulo, Artenova, 1976, pp. 89-90.

14. Cf.: artigo publicado pelo jornal anarquista *O Amigo do Povo* (SP) — Anno III, n. 56, 25-6-1904. “A Proposito do Testamento Cientifico de H. Spencer (Conclusão) III”, p. 3, cols. 3 e 4 e p. 4, col. 1.

15. *Folha do Povo* (SP). Anno I, n. 22, 16-8-1908. “A Variola”, p. 1. col. 4.

16. *Folha do Povo* (SP). Anno I, n. 16, 2-7-1908. “Ecos & Notas — Um bom artigo”, p. 1, cols. 2 e 3.

17. *Folha do Povo* (SP). Anno I, n. 4, 5-4-1908. “A mania das grandezas”, p. 1, cols. 1 a 3.

18. *Folha do Povo* (SP). Anno IV, n. 102, 19-2-1901. “Em Prol do Braz”, p. 1, cols. 2 e 3.

Confira, entre outros: *Folha do Povo* (SP). Anno I, n. 6, 19-4-1908. “Ecos & Notas — O Braz na Baila”, p.1, col. 2 e “Cartas e reclamações — A rua Santa Rosa”, p. 3, col. 1; n.16, 2-7-1908. “Ecos & Notas — Um bom artigo”, p. 1. cols. 2 e 3 e n. 24, 30-8-1909, “Parole”, p. 1, cols. 1 e 2.

19. Cf.: *Folha do Povo* (SP). Anno I, n. 4, 5-4-1908. “Ecos & Notas — A avenida Rangel Pestana”, p.1, col. 4; n. 6, 19-4-1908. Ecos & Notas — O Braz na Baila”, p. 1, cols. 2 e 3 e n.7, 30-4-1908. “Ecos & Notas — Continuamos a Registrar”, p. 1, col. 3.

20. Santana, Nuto. *São Paulo Histórico — Aspectos, lendas e costumes*. S. Paulo, Gráfica da Prefeitura, 1944, vol. IV, pp. 121-126.

Presente entre os itens sobre os quais o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo e seu Código incidiam, a habitação será fiscalizada desde 1892, e, em 1894, o Código Sanitário do Estado estabelecerá normas específicas para a moradia proletária, que serão incorporadas (e modificadas) nas disposições gerais sobre habitação nos anos seguintes:

SÃO PAULO Col. das Leis e Decretos do Estado de Decreto n. 233, de 2 de março de 1894. “Estabelece o Código Sanitário”. Tomo IV, 1918, p. 84.

Confira: *A Terra Livre* (SP). Anno II, n. 41, 14-7-1907. “Talvez te escreva!”, p. 4, cols. 2 e 3 (Periódico anarquista).

O Parafuso. São Paulo. Anno V, n. 157, 12-8-1919. “A falta de casas em S. Paulo e a ganancia dos proprietários”, p. 4 e Anno VI, n. 227, 22-12-1920. “Os abutres sobre a Carniça”, p.12 (comentários sobre projetos de lei).

O Trabalhador Grafico (SP). Anno 3, n. 10, nov. 1922. “Miscellanea”, p. 4, cols. 1 e 2 — Notícia sobre o Rio de Janeiro (jornal de tendência comunista, nesta época).

A Construção em S. Paulo (SP). Anno II, março-1925. “A Companhia Constructora de Santos e o Jardim Europa” e “Secção Casas Economicas”. Veja, entre outras: CARPINTÉRO, Marisa V. T. — *A Construção de um Sonho — Habitação Econômica — Projetos e Discussões (São Paulo 1917/1940)*, Vols. I e II. Campinas, 1990 (Dissertação de Mestrado, DH/IFCH/UNICAMP).

21. *O Socialista* (SP). Anno III, n. 63, 10-7-1898. “Pelo Brasil — Vilas Operarias”, p. 3, cols. 1 e 2.

O Rebate (SP). Anno Terceiro, n. 63, 22-9-1898. “Pequenas Noticias, p. 2, col. 6 e p. 3, col. 1.

22. *Folha do Povo* (SP). Anno I, n.18, 19-7-1908. “Observando”, p.1, col. 4 e p. 2, col. 1.

23. *A Vanguarda* (SP). Anno I, n. 2, 26-2-1921. “As Villas-Feudo — Ninguém se illude a seu respeito”, p.1, col. 5.

24. *Folha do Povo* (SP). Anno II, n. 86, 26/27-6-1909. “O que pensam”, p. 1, col. 1 e 2.

25. Chalhoub, Sidney. *A Guerra Contra os Cortiços: Cidade do Rio, 1850-1906*. Primeira Versão n. 9. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1990, p. 25.

26. Beguin, François. “Les Machineries Anglaises du Confort”. *Recherches*. Fontenay Sous Bois, 29:155-186, 1978, p. 174.

O urbanismo de Lúcio Costa: contribuição brasileira ao concerto das nações

Adauto Lúcio Cardoso

Introdução

Na década de 20, os intelectuais modernistas tomam, como referência para sua atuação, a busca da construção de uma nova prática artística e cultural que possa articular modernidade e nacionalidade. Esta abordagem, que se expressa exemplarmente na obra e na carreira de Mário de Andrade, irá aos poucos “contaminar” todos os campos da prática cultural, chegando à arquitetura na década de 30, através de Lúcio Costa. A incorporação do tema do urbanismo na prática do modernismo, todavia, só será plenamente feita na década de 50, com o concurso para a construção da nova capital — Brasília.

É na década de 30, porém, que se estabelecem os contornos básicos do pensamento de Lúcio Costa sobre o modernismo, implicando uma forma particular de compreensão e valorização deste ideário, que passa a ser articulado à tradição artística e construtiva brasileira. O modernismo para Lúcio Costa é a melhor e mais correta maneira de resgatar o caráter nacional, e, ao mesmo tempo, incorporar as idéias, as técnicas e a estética renovadora da era da máquina e da indústria. No manifesto de 1936 — Razões da Nova Arquitetura —, na justificativa do projeto para a Cidade Universitária, em 1937, assim como na sua par-

ticipação na organização do Serviço do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, também em 1937, vamos encontrar as bases do pensamento que irá reconstruir o urbano, em Brasília, como expressão e síntese de uma utopia: a construção da modernidade brasileira.

O texto se estrutura em três seções. Na primeira, serão apontados os marcos de referência do pensamento de Lúcio Costa, a partir dos documentos e práticas desenvolvidos ao longo da década de 30. Na segunda, será desenvolvida uma análise sobre a participação do arquiteto no concurso de projetos para Brasília, onde se expressa, de forma acabada, sua concepção sobre o urbano e o urbanismo. Finalmente, na terceira parte, serão apresentadas as conclusões gerais.

Década de 30: as origens

Em 1931, Francisco Campos, ministro da Educação do governo revolucionário, convoca Lúcio Costa para a direção da Escola de Belas-Artes. A nomeação de Lúcio teria sido fruto de uma indicação de Manuel Bandeira a Rodrigo Mello Franco de Andrade, na época chefe de gabinete de Campos. Em resposta a um artigo de José Marianno, que critica esta nomeação, Rodrigo responderá:

“(...) o meu alvitre apoiava-se unicamente na admiração que sempre me inspirava a sua obra de arquiteto.”¹

A crítica à nomeação tinha, na verdade, outras conotações, já que logo se estabeleceria uma polêmica entre Lúcio e José Marianno, evidenciando as diferenças entre ambos. Isso porque Lúcio irá redirecionar os caminhos que, até então, havia trilhado, passando a valorizar e a estudar a obra de Le Corbusier, tornando-se um adepto e incentivador do modernismo na arquitetura. Sua primeira entrevista, como diretor da Escola, já revela essa mudança:

“A divergência entre a arquitetura e a estrutura, a construção propriamente dita, tem tomado proporções simplesmente alarmantes. Em todas as grandes épocas, as formas estéticas e estruturais se identificam. (...) Nada mente. Nós fazemos exatamente o contrário. (...) Fazemos cenografia, estilo, arqueologia; fazemos casas espanholas de terceira mão, miniaturas de castelos medievais, falsos coloniais, tudo, menos arquitetura.”²

As novas diretrizes não se limitam apenas à arquitetura. Também no campo das artes plásticas, ele pensava em mudanças radicais:

“Todo este movimento criador e purificador pós-impressionista de Cézanne para cá é desconhecido e renegado sob o rótulo ridículo de futurismo. É preciso que nossos pintores, escultores e arquitetos procurem conhecer, sem parti-pris, todo esse movimento, que já vem de longe, compreender o momento profundamente sério que vivemos e que marcará a fase ‘primitiva’ de uma nova era.”¹³

Logo, passa-se da intenção ao gesto. São convocados, como novos professores da Escola, Gregori Warchavchik e A. S. Buddeus, para o curso de arquitetura, Celso Antônio, para o de escultura, e, Leo Putz, para o de pintura. Também as reações não tardam muito. Em maio de 1931 o Instituto Paulista de Arquitetos, em ofício ao ministro, protesta contra a contratação de professores estrangeiros para “ensinar modernismo” aos jovens brasileiros.

Mas, sem dúvida, o grande escândalo — e a grande contribuição — de Lúcio Costa em sua rápida passagem pela Escola será o Salão Nacional de Artes Plásticas, de 1931. Paralelamente às mostras dos grandes mestres de feição acadêmica, o novo diretor irá convidar uma série de artistas, principalmente de S. Paulo, para participar do Salão. A composição da Comissão Organizadora é, também, bastante simpática às novas tendências, com Manuel Bandeira⁴, Cândido Portinari, Celso Antônio e o diretor.

O evento tem grande repercussão. Dele participam Anita Malfatti, Tarsila, Segall, Gobbis, Cícero Dias, Ismael Nery, Di Cavalcanti, Portinari, Guignard, Brecheret, além do próprio Lúcio Costa e Warchavchik. Para alguns autores, o Salão de 31 representa a verdadeira “Semana” das artes plásticas.

Os jornais dão ampla cobertura ao acontecimento. A revista *Carta* saúda o “Salão dos Tenentes”:

“De lenço encarnado na alma, o Sr. Lúcio Costa resolveu fazer uma verdadeira revolução dentro da Escola de Belas-Artes, e deu-nos um ‘Salão’ interessantíssimo. Um Salão livre, moço, esportivo, iluminado. Tendo encontrado a porta do Salão aberta pela primeira vez, a mocidade brasileira invadiu-o com alvoroço e alegria.”¹⁵

Henrique Pongetti, Mário de Andrade e Manuel Bandeira escrevem artigos elogiando a coragem e o discernimento do novo diretor. Mas os ataques não se fazem por esperar. Principalmente após a exoneração de Campos do Ministério, que leva ao pedido de demissão de Costa em 18 de setembro, quando ainda estavam abertas as portas do Salão revolucionário. A campanha contra Lúcio, encabeçada por José Marianno, levou à sua substituição pelo professor Archimedes Memória, “acadêmico” com inserção importante na arquitetura carioca.

Em que pese o movimento grevista encetado pelo corpo discente da Escola, que se seguiu à demissão, o movimento de renovação do ensino foi abortado. Mesmo porque Lúcio deixou intactas as suas estruturas mais tradicionais, apenas abrindo, ao lado das cadeiras existentes, opções para as novas disciplinas ligadas às correntes modernistas. Este procedimento mostra sua preocupação com uma transição gradual para o modernismo, uma de suas preocupações fundamentais.

*“Que venha de dentro para fora e não de fora para dentro, pois o falso modernismo é mil vezes pior que todos os academismos.”*⁶

A breve gestão de Lúcio à frente da Escola revela seu talento de organizador da cultura⁷, deixando uma importante contribuição para as artes plásticas dentro do modernismo. Além disso, Lúcio estabelece fortes relações com os membros mais ativos do movimento, passando a ser mais um intelectual que serve como referência para o movimento no Rio de Janeiro.

Após a saída da EBA, Lúcio se associa a Warchavchik, elaborando alguns projetos para residências ou vilas, dentro do espírito moderno. Após 1933, e até 1936, amarga o seu *chômage*, como ele mesmo o diz, passando por dificuldades financeiras e aproveitando o tempo livre para um estudo aprofundado da obra de Le Corbusier. É interessante que se note, aqui, que um dos motivos para o rompimento da sociedade com Warchavchik, em 33, é uma crítica ao seu “modernismo estilizado”, que estaria em desacordo com os princípios corbusieanos que Lúcio passa a dominar com mais clareza. Ainda durante esse período, aglutina, ao seu redor, um corpo de colaboradores que irão, junto com ele, dedicar-se ao estudo das obras do mestre suíço.

Mas, paralelamente ao estudo, Lúcio irá desenvolver algumas idéias próprias a respeito das possibilidades de articulação entre mo-

ternidade e tradição no campo da arquitetura, marcando, de forma específica, a sua contribuição para a formação de um conjunto conceitual que irá orientar o desenvolvimento da arquitetura brasileira daí para frente. Em um artigo intitulado “Uma Escola Viva de Belas-Artes”, respondendo às críticas de José Marianno, ele logo irá trazer alguns elementos novos para a discussão sobre as razões da arquitetura moderna no Brasil:

“Foi a Bahia e o Recife, foram as velhas cidades de Minas, que, aos poucos, me abriram os olhos e me fizeram compreender a verdadeira arquitetura, não futurista como o Sr. José Marianno diz (ele sabe perfeitamente que não se trata de futurismo), mas, simplesmente, contemporânea, em acordo com os nossos materiais e meios de realização, os nossos hábitos e costumes. Nada mais, apenas isso. Estudando a nossa antiga arquitetura, não do ponto de vista de amador e diletante mais ou menos expansivo do Sr. Marianno, mas como profissional, analisando os sistemas construtivos absolutamente honestos, em que a fisionomia arquitetônica reflete não mais ou menos, porém fielmente, exatamente, a construção, em que, de fato, é aquilo que parece ser, compreendi a infinita tolice dessa falsa arquitetura que, com uma grande dose de ridículo e romantismo, tendia a se popularizar. Compreendi o absurdo em que estávamos, todos, arquitetos, engenheiros construtores.”¹⁸

Aqui a contribuição original. Se era possível localizar a mesma “honestidade construtiva”, buscada pelos modernistas em determinados estilos do passado, como já colocava Warchavchik em seu manifesto, era também possível encontrar essa mesma coerência em nosso passado colonial. Poderiam ser assim constituídos os elementos necessários para uma reavaliação dos princípios que até então norteavam a prática dos arquitetos. Desde que se olhasse para o passado com olhos de... modernista.

Essa reavaliação da arquitetura barroca irá ser formulada, de forma mais acabada, quando Lúcio assumir seu posto junto ao SPHAN. Por ora, ela já é suficiente para orientar uma determinada leitura da obra de Corbusier e, principalmente, para que a arquitetura moderna brasileira deixe uma contribuição original ao concerto das nações.

No mesmo artigo, são apresentadas outras características importantes da nova arquitetura:

1. A desnacionalização. Frente às facilidades de comunicação, que permitem intercâmbios de pessoas e idéias, só resta, a uma arquitetura que seja a expressão de seu tempo, superar os limites regionais ou nacionais. Isto justifica a utilização dos modelos dos modernistas europeus. O texto não se preocupa em contrapor este internacionalismo — na verdade, uma acusação de Mariano que é assumida por Lúcio como uma positividade — com a relação da nova arquitetura com o passado barroco, que descrevemos anteriormente.

2. A simplificação. Nos novos tempos, os imperativos de ordem econômica impõem-se à prática arquitetônica. As novas construções devem, corajosamente, assumir uma estética mais despojada.

3. A uniformização. A nova sociedade, ainda em gestação, caminha para uma redução da distância entre as classes. As diferenças entre as casas econômicas e os palácios passam a ser de tamanho ou de pequenos detalhes de acabamento.

Já estabelecidos estes conceitos fundamentais, e após o aprofundamento no estudo da obra de Le Corbusier — o que lhe permitirá fugir ao “modernismo estilizado” de Warchavchik — Lúcio e seu grupo estarão prontos para se apresentar como os responsáveis pela instauração do modernismo na arquitetura, em bases mais seguras.

Em 1936, Lúcio Costa divulga um manifesto na revista PDF.⁹ Intitula-se “Razões da Nova Arquitetura”, e vai buscar estabelecer os princípios das novas práticas. Já nesse artigo, aparece uma idéia que seria mais desenvolvida em outros textos. Trata-se do caráter evolutivo que marcaria todo o processo histórico e social. Essa evolução seria caracterizada por ciclos de estabilidade e unidade, entremeados por períodos de transição, onde o desequilíbrio e a confusão seriam predominantes. Os períodos de transição seriam marcados pelas idéias de imprecisão, desequilíbrio, perda de coesão, tumulto, incompreensão, ambiente confuso, mal-estar, desacordo, falta de sincronização. Essa desordem seria, na verdade, a decorrência de uma crise de valores, onde se associam a demolição de tudo o que precedeu e a negação de tudo o que é novo. Onde uma ausência de raízes e de rumo.

Um dos exemplos desse descompasso estaria na falta de equivalência entre o progresso técnico e o conjunto de hábitos e costumes — a vida social, em síntese. Uma das causas de tal descompasso estaria:

“(...) na enorme reação dos formidáveis interesses adquiridos (...) [e na sua] incapacidade de julgar o vulto e alcance da nova realidade, cuja marcha pretendem deter.”¹⁰

Seria na arquitetura que este descompasso apareceria de forma mais evidente, tanto pela sua relação intrínseca com as modernas técnicas construtivas quanto pela sua característica de criar espaços para abrigar a produção industrial, cuja estética e utilidade entram em confronto com as maneiras tradicionais de concepção dos espaços. A arquitetura deveria, assim, caminhar no sentido de incorporar as novas técnicas e materiais, de criar uma estética e de produzir um espaço adequado às novas necessidades sociais, geradas pelo advento da modernidade.

Por outro lado, analisando a arquitetura e a arte antigas, descobre-se como estas podem ser entendidas a partir de duas “partes independentes”:

“É, entretanto, fácil discernir, na análise dos inúmeros e admiráveis exemplos que nos ficaram, duas partes independentes: uma, permanente e acima de quaisquer considerações de ordem técnica; outra, motivada por imposições desta última, juntamente com o meio social e físico. Quanto à primeira, prende-se a nova arquitetura às que já passaram indissolúvelmente; e nenhum contato com elas tem quanto à segunda, porquanto variaram completamente as razões que lhe davam sentido, e o próprio fator físico — último traço de união que ainda persistia com ares de irredutível — já hoje a técnica do condicionamento de ar neutraliza, e, num futuro muito próximo, anulará por completo.”¹¹

Existe, assim, uma unidade entre a arquitetura clássica e a moderna. Esta unidade é possível na medida em que a arquitetura transcenda as exigências da técnica ou do meio social e físico. A nova arquitetura, então, partindo da nova técnica, poderá, se adotar os princípios permanentes que caracterizavam os antigos, situar-se numa linha de continuidade autêntica, opondo-se, assim, à falsa continuidade, feita de aparências, que marca a prática acadêmica. Mas quais são, enfim, estes princípios?

“Embora desmascare os artificialismos da falsa imponência acadêmica, a nova arquitetura não se pretende furta — como levemente se insinua — às imposições da simetria, senão encarará-la no verdadeiro e amplo sentido que os antigos lhe atribuíam: ‘com medida’ — tanto significando o rebatimento primário em torno de um eixo, como

o jogo dos contrastes sabiamente neutralizados em função de uma linha definida e harmônica de composição, sempre controlada pelos traçados reguladores, esquecidos dos acadêmicos e tão do agrado dos velhos mestres.”¹²

Os princípios da nova técnica têm sua expressão na “ossatura independente” e suas conseqüências: as paredes perdem a função estrutural e passam a assumir as configurações mais adequadas às necessidades funcionais — a “planta livre”; da mesma forma, a fachada pode abrir-se por inteiro, já que os vãos não estão mais determinados pelas necessidades ditadas pelas características dos materiais tradicionais — a fachada livre, ou completamente envidraçada. Será sobre esta base técnica que a nova arquitetura irá — utilizando as regras de composição “tão caras aos antigos” — estabelecer arranjos espaciais que recuperam uma pureza de linhas e de representação direta dos sólidos geométricos. Não é por acaso que se estabelece um paralelo acentuado entre Le Corbusier e Brunelleschi — tanto ambos são gênios e inovadores, criadores de um novo padrão estético, quanto a nossa época representa um novo Renascimento:

“Brunelleschi e Le Corbusier (...) cristalizam, de maneira clara e definitiva, em sua obra, as possibilidades, até então sem rumo, de uma nova arquitetura (...). Cabe a nós adaptá-la às imposições de uma realidade que sempre se transforma, seguindo a trilha aberta pelos precursores.”¹³

Ao seguir essa trilha, cabe aos arquitetos abrir caminhos, colocando novas questões e solicitando à indústria novos materiais e técnicas, para que esta, enfim, “se apodere da construção”. A missão dos arquitetos seria, assim, a de levar o desenvolvimento industrial até um setor que parecia permanecer pouco afetado pelas possibilidades da revolução industrial — a construção.

Com base nesta argumentação, Costa critica os arquitetos americanos por desprezarem os extraordinários recursos e técnicas provenientes de uma indústria altamente desenvolvida, persistindo em cobrir suas estruturas com toda uma série de ornamentações. Enquanto isso, os europeus jogam fora uma “herança que os oprime” e caminham mais à frente, colocando-se como precursores desse novo tempo, como os “novos primitivos”.¹⁴

Finalmente, Lúcio conclui, apresentando um elogio da nossa ar-

quitetura colonial, que teria ficado imune aos excessos que caracterizam as suas congêneres da Europa:

“[nos países de tradição latina] a arquitetura barroca soube sempre manter, mesmo nos momentos de delírio a que por vezes chegou, certa compostura, até mesmo dignidade, conservando-se a linha geral da composição, conquanto elaborada, alheia ao assanhamento ornamental (...).”¹⁵

Resta, ainda, um outro ponto de certa importância que é assumido por Le Corbusier e que aparece, no manifesto, apenas indicado. Trata-se do papel que deve ser desempenhado pela indústria como elemento capaz de estabelecer a justiça social, pelo aumento da produção:

“(...) consentâneo com a noção de justiça social que a grande indústria, convenientemente orientada e distribuída, permite, e cujas necessidades e problemas coincidem com as possibilidades e soluções que a nova técnica impõe.”¹⁶

Essas idéias, presentes no manifesto de 1936, se expressaram em projetos específicos, como aqueles referentes à Cidade Universitária e à cidade operária de Monlevade. Aí, além do surgimento de temas relativos à organização urbana, pela escala dos conjuntos edificados, veremos aparecer questões antes apenas implícitas.

O projeto da Cidade Universitária do Brasil (CUB)¹⁷, elaborado pela equipe de Lúcio após a crítica efetuada por uma equipe de professores brasileiros ao plano de Le Corbusier, apresenta algumas características que convém ressaltar:

1. Trata-se de um projeto de grande escala, talvez o maior que já se havia apresentado para os arquitetos brasileiros nesse período.

2. A solução adotada apresenta uma diferença significativa em relação ao projeto de Corbusier: ao organizar o conjunto de construções ao longo de um eixo principal de penetração, trata os edifícios de forma indiferenciada, por um lado, mas dá, ao conjunto, uma leitura mais imediata e evidente e uma maior monumentalidade. Este caráter é acentuado pelo fato de esse eixo ser ladeado por fileiras de palmeiras imperiais, que existiam no plano de Le Corbusier, mas formavam, ali, um conjunto específico, um bosque.

3. Toda a ênfase no memorial justificativo é dada às soluções fun-

cionais e de insolação e ventilação. Nesse sentido, a localização do eixo de penetração, a grande avenida que corta o terreno de ponta a ponta, é dada pela orientação adequada dos edifícios em relação ao trajeto aparente do Sol.

4. A adoção de uma arquitetura voltada para o aproveitamento das novas técnicas construtivas resultou numa uniformização dos conjuntos construídos, que não estabelecem diferenças “estilísticas” entre as várias escolas ou departamentos.

5. Por fim, verifica-se o uso de uma estética despojada, “humilde”, cuja aparência poderia ser remontada a uma arquitetura tradicional, brasileira:

“(...) poderá, no entanto, adquirir, naturalmente, graças às particularidades de planta, como as galerias abertas, os pátios etc., à escolha dos materiais a empregar e respectivo acabamento — muros de alvenaria de pedra rústica, placas lisas de gneiss, azulejos sob pilotis, caiação ou pintura adequada sobre concreto aparente etc., e, graças, finalmente, ao emprego de vegetação apropriada — um caráter ‘local’ inconfundível, cuja simplicidade, derramada e despretensiosa, muito deve aos bons princípios das construções que nos são familiares.”¹⁸

Desse último ponto, depreende-se uma relação entre a nova arquitetura e as antigas construções. Relação essa que se estabelece pelo espírito — o respeito às exigências das técnicas e dos materiais —, por um arranjo espacial, e, ainda, por detalhes de materiais que, na sua simplicidade, retomam as características do nosso barroco — despojamento, compostura, dignidade, alheamento ao “assanhamento ornamental”.

A questão do caráter “nacional” da nova arquitetura aparece em Lúcio Costa pela relação que pode se estabelecer entre uma determinada atitude frente à concepção espacial ou à utilização de determinados detalhes de acabamento. É interessante vermos como esta questão ocupa um lugar importante na obra, mas é menos importante no manifesto e mesmo em outros textos mais “teóricos”. Por outro lado, aparece já, contrapondo-se a essa intenção de simplicidade e despojamento, uma ênfase na monumentalidade, na utilização de grandes avenidas, que não apenas organizam o espaço edificado, como marcam, de forma especial, os acessos e percursos. Não é gratuita a associação entre esses eixos organizadores do espaço e as palmeiras imperiais, recorrente na obra de

Lúcio, e que funciona como uma forma especial de acentuar a intenção de monumentalidade.

O projeto para a cidade de Monlevade vai acrescentar alguns elementos interessantes a esses temas. O que mais se ressalta nesse plano, além da preocupação com a simplicidade, o despojamento, a “humildade”, é a utilização de materiais e técnicas tradicionais. Alia-se o concreto ao pau-a-pique, executado segundo técnicas que evitam os inconvenientes deste processo construtivo tradicional e popular.

O estudo apresentado não inclui uma planta de arruamento. Todavia, o uso de pilotis permitiria uma flexibilidade de implantação que tornaria (segundo seu autor) o traçado viário pouco importante nesse nível de desenvolvimento do projeto.

Além das soluções construtivas, a grande inovação do projeto se dá na recusa dos modelos de plantas “econômicas” que constavam do edital, propondo em seu lugar plantas mais funcionais, evitando a abertura de portas de quartos diretamente para as salas, e ampliando as áreas destinadas aos banheiros.

Cabe ressaltar, por fim, a ênfase que o arquiteto empresta à necessidade de que se mantenha uma adequação entre a arquitetura e o mobiliário. Além dos móveis desenhados especialmente para o projeto, também os utensílios domésticos são alvo da sua atenção:

“A arrumação da ‘casa modelo’ poderia ser completada com utensílios de uso doméstico e despreziosos, vendidos no armazém local: esteiras ou tapetes de corda, ‘linori’ com desenhos simples, de pintas ou xadrez, louça ‘toda branca’, vasos de barro etc. Neste particular, seria de toda conveniência a administração da vila simplesmente ‘proibir’ a venda, no referido armazém, de ‘setinetas’, ‘falsos brocados’ e toda essa quinquilharia de mau gosto com que as indústrias baratas costumam inundar o subúrbio e o interior.”¹⁹

A preocupação com o mobiliário, que elege como adequados os padrões populares mais simples e despojados — louça branca, esteiras, vasos de barro — indica uma compatibilidade possível entre essa nova arquitetura e as tradições populares. O projeto para Monlevade é talvez o que apresenta, de forma mais clara, esta articulação entre popular e moderno, seja no mobiliário, seja na adoção de técnicas construtivas como o pau-a-pique (ou barro armado, como diz Lúcio Costa), ou, ainda, na utilização de forro de taquara nos tetos.

Em Monlevade Lúcio cede aos apelos da arquitetura e do artesanato populares. Mas essa admiração tem, como fundamento, a busca das raízes — e do rumo — presentes na história de nossa arquitetura e de nossa arte. Onde se pode encontrar o caráter nacional.

A relação de Lúcio Costa com a pesquisa sobre a arquitetura brasileira tradicional data da sua ligação ao movimento neocolonial na década de 20. Ao assumir os ideais do modernismo, Lúcio tenta compatibilizar os princípios novos, que tira de Le Corbusier, com o seu conhecimento das técnicas e dos modelos espaciais tradicionais. Neste sentido, sua visão do barroco português é bastante elogiosa, o que surpreende num arquiteto modernista. Essa visão não é apenas uma simpatia, mas faz parte de um conjunto de argumentos que permite uma articulação conceptual entre tradição e modernidade.

A conciliação é possível por dois motivos: primeiramente, pela própria caracterização do barroco de origem latina como mais sóbrio, pouco afeito aos ornamentos excessivos que caracterizam, de forma acentuada, seus congêneres de outras origens. Além desse despojamento formal, haveria, ainda, uma relação de honestidade entre a expressão formal e as técnicas construtivas, o que permite aplicar, à nossa arquitetura colonial, os mesmos critérios que valorizam a arquitetura clássica. E se, por meio destes conceitos, é possível estabelecer uma continuidade entre a arquitetura clássica e a moderna, é também possível pensar a arquitetura moderna brasileira formando uma continuidade com o nosso barroco. Barroco que passa a ser fonte de inspiração para uma contribuição original da arquitetura moderna brasileira ao concerto das nações.

Essas características não aparecem, todavia, em depoimentos ou manifestos. A contribuição do Brasil ao desenvolvimento da arquitetura mundial é apresentada sempre por meio de um certo “jeito” ou de uma contribuição genial de artistas especialmente bem dotados²⁰. Com a realização, em 1937, do projeto para o prédio do então Ministério da Educação e Saúde, esse “jeito” se impõe internacionalmente, elevando o prestígio de Lúcio Costa e seus companheiros a patamares bastante elevados. Na seqüência deste projeto, e, ainda, sob inspiração de Francisco Mello Franco, Niemeyer é apresentado, por Lúcio Costa, a Juscelino Kubitschek, que então buscava um arquiteto para criar uma obra marcante no Parque da Pampulha²¹. Este evento marca o estreitamento definitivo das relações entre os arquitetos cariocas e o grupo político ligado ao PSD mineiro, que se havia iniciado com as relações estabelecidas com Gustavo Capanema, ministro da Educação.

Em 1956, presidente eleito do Brasil, JK chama novamente Niemeyer para construir sua “nova Pampulha”, a capital a ser erigida no

Planalto Central: Brasília. Frente aos protestos dos órgãos representativos de arquitetos e engenheiros, impõe-se a solução do concurso público. Niemeyer é o presidente do júri e Lúcio Costa, participando da competição, tem seu projeto escolhido e afirma definitivamente sua reputação internacional de urbanista.

Brasília: a cruz e o avião

A princípio, Brasília realmente parece um corpo estranho dentro do conjunto de objetivos estritamente econômicos do Plano de Metas. Algumas das justificativas para sua implantação tentam se adequar a definições econômicas, como, por exemplo, a sua importância para o desenvolvimento do Centro-Oeste, ou, ainda, o seu papel na integração do território nacional.

Essas questões, todavia, parecem ser de pouca importância, se tivermos em mente a função simbólica da nova capital, dentro do projeto do nacional-desenvolvimentismo. Toda a campanha, bem como as iniciativas concretas do período JK, baseiam-se na crença de que é possível uma superação do atraso do país frente às nações desenvolvidas, por um ato de vontade política. “Cinquenta anos em cinco”, eis o lema do novo governo.

O desenvolvimento econômico e social tem, como suporte principal, a atividade industrial, cujo crescimento traria a melhoria imediata dos padrões de vida de toda a população. Assim, este objetivo deve ser colocado como uma luta de toda a sociedade:

“O desenvolvimento econômico consegue propiciar a manutenção da civilização que desfrutamos através da elevação dos níveis de bem-estar social, que onde a estagnação foi vencida pode ser encontrado na sociedade inteira, experimentado por todos os grupos sociais.”²²

Esse projeto deve, contudo, encontrar um meio de expressão que permita a sua visualização — e a sua adesão — por toda a sociedade. Nesse sentido, Brasília é síntese e símbolo:

“Brasília, a Meta-Síntese — aceitando-se que tenha surgido casualmente, como nos relatou JK — torna-se, em absoluto, oportuna, enquanto arma de negociação, no plano ideológico, na obtenção de consenso nacional em torno

*de sua política desenvolvimentista, na medida que, ao se comprometerem com ela, importantes setores da sociedade, por extensão — ato contínuo — comprometem-se eles com a realização do Programa de Metas, e, assim, com a política 'nacional' da industrialização financiada por capitais internacionais.*²³

Entretanto, para que a nova cidade funcione como geradora de consenso, é preciso que apresente certas características que ultrapassem o campo econômico e retomem temas capazes de mobilizar o apoio popular. Para “funcionar” como símbolo-síntese, Brasília teria que ser capaz de materializar o projeto de modernização tutelado pelo Estado, mas respeitando os limites da dominação burguesa, e, ainda, que expressar as possibilidades de constituição da justiça social por meio da expansão da industrialização.

O plano de Lúcio Costa responde a estas questões de forma exemplar. É a primeira manifestação de peso do urbanismo modernista no Brasil. Mas não se limita, como freqüentemente se diz, a traduzir-se como uma mera reprodução do modelo racionalista de Corbusier.

Já vimos como a arquitetura de Lúcio Costa propõe uma conciliação entre tradição e modernidade, entre caráter nacional e internacionalismo. Em Brasília, mais uma vez se coloca uma contribuição original ao concerto das nações, tanto mais importante pela escala do empreendimento, e pela sua importância frente ao momento histórico da vida nacional.

A expressão da originalidade de Brasília se dará pela retomada de alguns elementos já presentes nas propostas da década de 30, mas que passam a se expressar de forma mais coerente e evidente. O que ressalta no projeto final é a monumentalidade gerada pela articulação adequada entre eixos, centros e massas edificadas. Essa intenção de construção de monumentos por meio do agenciamento espacial é propícia à constituição de novos significados para os espaços construídos.

O relatório do plano-piloto é repleto de referências simbólicas. A proposta de criação da nova capital é apontada no plano como:

*“(...) um ato deliberado de posse, de um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial.”*²⁴

Assim sendo, o plano deverá refletir, de forma clara, essa intenção desbravadora. O que será possível por meio do caráter monumental a ser conferido ao novo espaço:

“Monumentalidade não no sentido de ostentação, mas no sentido de expansão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale ou significa.”²⁵

Monumentalidade essa caracterizada ainda por uma “severa dignidade”²⁶, onde “o homem adquire dimensão coletiva”.²⁷

Essa “expansão consciente de significados” vai encontrar uma forma de expressão propícia no princípio que organizou a ocupação da cidade:

“Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal-da-cruz.”²⁸

Pode-se contestar, talvez, que ninguém assinala um lugar com eixos, mas com linhas, marcas ou sinais. Mas já vimos que esse elemento — o eixo — tem um papel fundamental na forma como Lúcio pensa a organização espacial da cidade. A referência ao sinal-da-cruz sugere ainda o caráter religioso desse ato de fundação. O símbolo da cruz tem referências míticas bastante fortes. Segundo Mircea Eliade, este pensamento mítico estabelece uma rígida distinção entre o mundo cotidiano, conhecido e sagrado, que reproduz um arquétipo divino e o mundo primitivo ou desconhecido — caótico, ameaçador, estranho:

“Portanto, o mundo que nos rodeia, no qual se sente a presença e a obra do Homem — as montanhas que transpõe, as regiões povoadas e cultivadas, os rios navegáveis, as cidades, os santuários — tem um arquétipo extraterrestre, concebido como um ‘plano’, como uma ‘forma’, quer pura e simplesmente como uma ‘réplica’ do que existe em um nível cósmico superior. Mas nem tudo o que existe — ‘no mundo que nos rodeia’ — tem um protótipo desse gênero. Por exemplo, as regiões desérticas habitadas por monstros, os territórios incultos, os mares desconhecidos, em que nenhum navegador ousou aventurar-se etc., já não partilham, com a cidade de Babilônia ou com o nome egípcio, o privilégio de um protótipo diferenciado. Correspondem a um modelo mítico, mas de outra natureza: todas essas regiões selvagens, incultas etc., estão consubstanciadas no caos; participam ainda da modalidade indiferenciada, informe, anterior à criação.”²⁹

Como tudo que lhe é estranho é caos e, portanto, não pertence ao mundo real, sagrado, a conquista e a incorporação de novos territórios precisam ser feitas por meio de rituais que permitam tornar sagrado o que era profano, transformando caos em cosmos. O ritual cristão de imposição da cruz sobre os territórios conquistados tem, então, esse sentido, trazendo para o interior do mundo ordenado por Cristo o que é infernal, monstruoso, selvagem, primitivo.

A analogia com a imposição da cruz a territórios conquistados e o desbravamento de um interior vazio, inóspito e árido, a ser conquistado para o avanço da modernidade e do desenvolvimento, faz-se claramente. O risco original do plano, na sua simplicidade emblemática, ecoa no imaginário nacional, como a pintura de Pedro Américo sobre a Primeira Missa. Nos dois casos, representa-se a conquista do território como símbolo da imposição de um novo projeto de organização social, que é, ao mesmo tempo, símbolo da constituição da própria nação.

O símbolo da cruz tem, também, conotações religiosas, cristãs, prestando-se a significados como martírio, elevação, sacrifício, salvação, missão redentora. Esses conteúdos não estão distantes da profissão de fé feita pelo autor:

“Não pretendia competir e, na verdade, não concorro, apenas me desvencilho de uma solução possível, que não foi procurada, mas surgiu, por assim dizer, já pronta. (...) Compareço, não como técnico devidamente aparelhado, mas como simples maquis do urbanismo (...) E, para tanto, a condição primeira é achar-se o urbanista imbuído de uma certa dignidade e nobreza de intenção (...).”³⁰

A idéia do plano não surgiu como fruto de um trabalho de reflexão e investigação, mas foi, antes, “revelada” ao autor. E sua expressão só será possível se estiver garantida a “nobreza de intenções” do urbanista. E Lúcio Costa fala, ainda, de sua prática de urbanista, no caso de Brasília, como de uma atividade de “resistência” fora dos padrões profissionais “técnicos”.

Tanto a idéia de “revelação” quanto a de *maquis* parecem reforçar o sentido missionário do plano e da atividade do urbanista. O plano surge por intermédio de um processo intuitivo, criativo, como uma idéia cujo mérito está na sua originalidade e genialidade e não na demonstração lógica, no estudo “científico”. Por outro lado, a resistência se faz contra a cientificação do fazer urbanístico. Mas não só. O *maquis* é, na verdade, um combatente da utopia, um cavaleiro andante pronto

a empunhar armas para colocar sua arte, sua inspiração, a serviço da construção da modernidade.

Toda essa concepção, apresentada no relatório do plano, se reforça, ainda, pela própria forma de apresentação. Contrariando as normas do concurso, Lúcio apresenta apenas um texto manuscrito onde escreve as soluções adotadas, com croquis ilustrativos desenhados à mão livre pelo autor. Isto se adequa bem tanto ao caráter de “revelação”, de solução original e intuitiva, quanto ao de atividade de resistência, que se confronta com planos baseados em estimativas estatísticas rigorosas e em desenhos detalhados.

Ao longo do relatório, a cruz originária vai sendo complementada e se transforma. Se foi essa a inspiração que guiou o traçado original — a cruz — o plano desenhado sugere uma outra figura: a do avião. Essa imagem é corrente no falar sobre Brasília hoje. Os dois lados do eixo menor — residencial — são chamados de “asas”. E, talvez, a denominação “plano-piloto”, também corrente, seja metafórica. Mas o que significa essa transformação?

O avião é um símbolo evidente da modernização baseada na industrialização, tendo sido freqüentemente acionado por Le Corbusier, como metáfora da máquina e de sua estética. Mas uma outra imagem é possível. O avião sugere um olhar de sobrevôo, um olhar que, situado fora e acima do mundo — e da cidade — pode tudo ver e controlar. O olhar de sobrevôo é uma imagem das ambições de controle e domínio da ciência newtoniana, como assinalam Prigogine e Stengers:

“A nossa ciência, por muito tempo definida pela busca de um ponto de vista de sobrevôo absoluto, descobre-se finalmente como ciência centrada, cujas descrições por ela produzidas são situadas e traduzem nossa situação no seio do mundo físico.”³¹

Mas o olhar do sobrevôo é também o do planejador. A metáfora se completa: um ato fundador da racionalidade, que incorpora um território estranho aos domínios do desenvolvimento, imagem de uma nova nacionalidade (a cruz), e que se transforma em síntese de uma modernização que pode ser purificada de seus problemas, se orientada a partir da intervenção organizadora de um poder racionalizador e normatizador (o avião).

Tanto o “espírito” do plano quanto a forma como é concebida a atividade do urbanista se ajustam muito bem ao caráter reservado à nova capital dentro do programa de governo de JK. O plano-piloto da

nova capital apresentado por Lúcio é, sem dúvida, aquele que melhor exprime a intenção original da criação de Brasília, símbolo da obra de construção nacional realizada pelo nacional-desenvolvimentismo, a permanecer para a posteridade.

Desde o governo Vargas parece se manifestar uma clara relação entre o espaço construído e os símbolos cívicos de constituição da nacionalidade. Brasília, todavia, levará esta relação ao extremo, ao criar um cenário ideal para a reafirmação dos elementos básicos da nacionalidade, por meio da visão do Estado, sob uma ótica modernizadora. O que estava em pauta, então, era essencialmente a construção do novo, do Brasil do futuro, do salto para frente, dos cinquenta anos em cinco. Brasília devia expressar não a temporalidade em que se inseria, mas devia estar além, simbolizando — e materializando — a possibilidade da nação assumir a construção de seu destino.

A concepção do projeto de Lúcio Costa se presta muito bem a estes objetivos. A forma como é resolvida a organização do espaço, bem como a ênfase na monumentalidade, resultam em um ambiente urbano adequado à inserção dos símbolos da vida cívica, além de possibilitarem uma visualização imediata do conjunto edificado. A cidade é rapidamente decodificada e compreendida na sua totalidade.

Gorowitz (1985) sugere que Brasília se organiza a partir das diferentes funções que seriam os elementos estruturadores do espaço. Acreditamos, ao contrário, que Brasília se organiza a partir dos eixos³² e de suas articulações — os centros. Cabe lembrar aqui como os eixos desempenham um papel fundamental na organização da massa edificada, desde o plano da Cidade Universitária. Toda a primeira parte do relatório do plano-piloto se detém numa descrição da forma da implantação desses eixos e de suas características, após o quê,

“Veja-se agora como nesse arcabouço de circulação ordenada se integram e articulam os diferentes setores.”³³

Por que assumir, como conceito, o eixo — a linha imaginária — ao invés de utilizar claramente a idéia de via ou estrada? A utilização desta noção passa, evidentemente, por uma ampliação da sua significação restrita. Nesse sentido, os eixos são, para Lúcio Costa, elementos cuja característica básica é a sua dinâmica, sua capacidade de dar um sentido, uma orientação, à cidade e ao seu desenvolvimento.

Esses eixos receberão um tratamento rodoviário, baseado no modelo americano, evitando-se os cruzamentos por passagens de nível. No lugar do encontro dos dois eixos principais — o residencial e o

monumental — localiza-se o centro urbano, cujo principal elemento de referência é a estação rodoviária.

O controle urbano proposto se expressa, principalmente, na divisão funcional da cidade. Os diversos setores, abrigando cada um funções específicas, são agrupados a partir da escala a que se adequam. O projeto partiu, em primeira instância, da definição das duas escalas fundamentais: a monumental, destinada aos equipamentos administrativos e de vida social, e a residencial, íntima, cotidiana. São agrupados ao longo do eixo monumental, então, os centros cívico e administrativo, o setor cultural, o centro de diversões, a administração local, os quartéis, as zonas destinadas à armazenagem, ao abastecimento e a pequenas indústrias locais e, por fim, à estação ferroviária. Junto ao centro urbano, mas articulando-se espacialmente ao eixo monumental, ficaram os setores bancário, comercial e de escritórios. O outro eixo manteve-se reservado às funções residenciais. Um problema então surgiu:

“Num caso você tem uma escala generosa, que é essa escala monumental, da parte pública da cidade, e, de outro lado, a escala residencial, que é uma escala íntima, cotidiana. De que modo conciliar essa escala, cotidiana, doméstica, com a escala administrativa? Aí que surgiu a idéia das quadras grandes. Em vez da quadra normal, de 100 a 150m, criar novas quadras de 300 m, quadrados de 300 m, que seriam delimitados por faixas arborizadas. (...) Tendo esse enquadramento, definido o espaço por essas massas verdes, você cria uma escala compatível com a escala monumental.”³⁴

Definem-se, assim, as três escalas básicas que orientam a definição espacial e a relação entre os diversos setores e as diversas funções da cidade.

Em Brasília, a compartimentação funcional é levada ao extremo. A segregação que se estabelece entre os vários setores e, principalmente, em relação ao setor residencial, é também uma consequência desse agrupamento de funções ao longo dos eixos. Por outro lado, essa organização espacial permitia a Lúcio Costa tratar, de forma diferenciada, esses setores, em termos de proporções, garantindo, assim, o caráter grandioso e simbólico que seria inerente à nova capital por meio das relações espaciais entre as massas edificadas.

Ao assumir claramente a intenção de monumentalidade na definição das relações espaciais da cidade nova, Lúcio Costa recupera

uma forma de compreensão da cidade — de sua organização, de seu papel e de sua imagem — estranho ao racionalismo radical dos modernistas:

“Além disso, tive a preocupação de conciliar as proposições do CIAM, hoje tão menosprezadas, com as minhas lembranças de Paris, os eixos, as perspectivas, que dão à capital da França aquela característica invejável, generosa e ampla. Brasília é síntese das duas proposições.”³⁵

Ao servirem como elementos estruturadores e decodificadores do espaço, permitindo uma leitura imediata do ambiente construído, os eixos geram perspectivas visuais, criando cenários e ressaltando determinados elementos por meio da sua visualização. A localização das massas edificadas ao longo do eixo monumental irá, então, obedecer a critérios de valorização simbólica. Por isso, o centro cívico é deslocado para a ponta — e o coroamento — desse eixo.

O centro cívico vai receber um tratamento todo especial. Ganha a forma de uma praça triangular, recebendo em cada vértice um edifício representativo dos poderes da República. A forma triangular ressalta o equilíbrio de forças entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. O nível do terreno é elevado artificialmente, pela utilização de terra-pleinos, o que acentua o caráter de monumentalidade desse espaço. O acesso é tratado de forma a criar uma ambiência de dignidade e imponência, pelo uso de alas de palmeiras imperiais — solução que acabou por não ser adotada.

Um dos lados da praça se abre para o cerrado, onde Lúcio Costa via simbolizado o povo brasileiro. Esta imagem vem a dar forma final à idéia básica que norteia o uso da monumentalidade para a caracterização da Praça dos Três Poderes, e em extensão para toda a cidade — a de uma monumentalidade não baseada no luxo e na riqueza, mas sim numa dignidade espartana, construída a partir do agenciamento espacial adequado das massas edificadas. Em resumo, a mesma concepção que norteava o projeto da Cidade Universitária, em 1936. A monumentalidade de Brasília lhe confere assim um estatuto que permite a comparação com uma outra cidade imperial — Versalhes. Só que, aqui, se trata de uma Versalhes do povo:

“(...) a expressão urbanística desse novo conceito de nobreza — que não se opõe ao individual, mas o acrescenta e enriquece — traduz-se num jogo mais livre do espaço e

numa comodulação arquitetônica maior. Se a Praça dos Três Poderes corresponde, em termos de espaço e intenção, a Versalhes, a majestade é outra, é o povo — é a Versalhes do povo.”³⁶

É na Praça dos Três Poderes — Versalhes do povo — que se materializam, definitivamente e de forma mais acabada, os conteúdos simbólicos implícitos na definição dos objetivos e do sentido de fundação da nova capital. Símbolo da possibilidade de superação do atraso e do subdesenvolvimento, da equiparação futura aos países desenvolvidos, e, ainda, da justiça social obtida como consequência do desenvolvimento capitalista. Brasília é a imagem desse futuro, destino da nação — abundância e dignidade, uma modernidade sem contradições.

Definida a escala monumental, resta ver como se organiza o setor residencial. Retomando algumas idéias que aparecem, em embrião, no projeto do Parque Guinle, Lúcio Costa propõe a criação das superquadras — conjunto de prédios que se articulam em torno de um espaço comunitário central, com comércio local e áreas de lazer e de convivência. Esses conjuntos são marcados por uma cortina verde circundante, que cria o efeito de escala que medeia a transição entre o espaço monumental e o espaço residencial, íntimo. Como consequência, cria-se, também, um isolamento em relação às vias de acesso. Brasília não tem ruas, no sentido tradicional, como lugar de encontro. Apenas vias, estradas, eixos, destinados à circulação, à ligação entre dois pontos, sem esquinas.

A concepção das superquadras vai trazer embutida, também, a marca da utopia da democracia que orientava os trabalhos de Lúcio e que é uma das chaves para o entendimento do sentido missionário que ele emprestava à sua tarefa:

*“Tanto Costa quanto Niemeyer colocaram a público seus desejos utópicos quanto ao funcionamento da cidade, ou seja: os dois arquitetos, enquanto dois humanistas guiados pelo senso de justiça social, postulavam que Brasília fosse o local de convivência mútua entre ricos e pobres, onde classes sociais opostas poderiam (e deveriam) ocupar espaços contíguos (ou o mesmo espaço), onde poderia se dar a pacificação social.”*³⁷

Essa convivência teria o seu lugar específico — a superquadra. Concebida como uma unidade espacial de vizinhança, aí se daria a confron-

tação entre os construtores da cidade — os “candangos” — e os administradores da nação. Era vontade expressa do urbanista e de seu arquiteto que as misturas de classe se fizessem, propositalmente, no interior das superquadras, que passariam de espaços segregados a espaços de integração social. A utopia democrática da superquadra completava, assim, a imagem da cidade como uma “Versalhes do povo”.

Se Brasília é síntese e símbolo da arrancada desenvolvimentista, ela deveria ser, também, um símbolo da igualdade social. Todavia, essa concepção entrou em choque com as dinâmicas concretas de apropriação do novo espaço pelos diversos grupos sociais:

“Víamos, com pesar, que as condições sociais vigentes colidiam, nesse ponto, com o espírito do Plano Piloto, criando problemas impossíveis de se resolver na prancheta, mesmo apelando — como alguns ingênuos sugerem — para uma arquitetura social que a nada conduz sem uma base socialista. E compreendíamos que a única solução que nos restava era continuar apoiando os movimentos progressistas que visam a um mundo melhor.”³⁸

Brasília é a materialização da utopia da modernidade brasileira, onde o crescimento industrial leva, fatalmente, à justiça social. Modernidade que terá como expressão uma arquitetura e um urbanismo despojados, clássicos, e cuja dignidade será dada por meio das relações de monumentalidade que se estabelecem entre os elementos construídos, conferindo, assim, um sentido à organização espacial. Ao assumir como fundamento do processo de gestação da nova cidade a sua função simbólica, referida a um contexto social, político e econômico nacional, Brasília expressa, de forma direta, a relação entre sociedade e espaço. Relação que, contraditória por natureza, levaria a uma apropriação problemática desse novo espaço, nem sempre de acordo com a vontade de seus idealizadores.

Conclusão

Como vimos, é problemático fazer uma reconstrução do pensamento de Lúcio Costa sobre o urbano e o urbanismo, sem levar em conta suas idéias sobre a arte e a arquitetura. Nisso, Lúcio segue a vertente modernista, que vê o urbanismo como uma decorrência natural e lógica do trabalho arquitetônico. A cidade é máquina — como

lembra Topalov³⁹ — mas só o é porque os princípios da civilização mecanizada já foram transferidos para a construção. A arquitetura é quem reorganiza a construção nos seus princípios básicos, removendo as fantasias ecléticas que inibiam o pleno florescimento das possibilidades colocadas pelas novas técnicas construtivas. Ao reorganizar os princípios do projeto, ao incorporar novos materiais e técnicas, o modernismo tem, como próximo passo, a reorganização da cidade, que é abordada como um projeto arquitetônico, em que apenas varia a escala. Os planos urbanísticos são, em verdade, grandes projetos de construção de cidades.

Lúcio Costa não tem um único texto teórico dedicado ao urbanismo ou à problemática urbana. Suas idéias estão espalhadas nas memórias justificativas de seus planos. É apenas lá — trabalhando sobre situações específicas — que se pode garimpar algo de precioso. Isso porque sua missão é a transformação — mais ampla — das práticas da arquitetura e da construção. E é essa transformação a que pode gerar, verdadeiramente, uma transformação revolucionária da sociedade: sua modernização a partir da industrialização.

Brasília, mais que qualquer outra cidade, busca sintetizar estes princípios. Porque Brasília é a própria utopia tornada palpável, concreta, acontecendo em antecipação ao futuro que se descortina. Por outro lado, pelo seu caráter de cidade-capital, é também uma particularidade, o que a torna singular e única. Em Brasília, as características particulares da leitura costiana do nacional desenvolvimentismo estão mais acentuadas. Essa utopia construída tem, como objetivo principal, ser o emblema da modernização, do avanço industrial como fundamento da constituição da nacionalidade.

Brasília é nacional como o quer Lúcio Costa: como um “jeito” característico de construir, como expressão das peculiaridades nacionais, como relação com o clima e a paisagem. Brasília é nacional, também, como não o diz Costa: como uma maneira própria de pensar o urbanismo, onde eixos, centros e massas construídas se articulam para criar uma paisagem urbana monumental em si mesma, e onde as formas e os materiais retomem do passado a simplicidade da expressão, o que é “tão caro aos antigos”.

Incorporando de forma a mais perfeita os fundamentos do modernismo brasileiro, como indicados por Mário de Andrade, Brasília é a contribuição brasileira ao concerto das nações. Antes de reforma social, Brasília incorpora e expressa, em todas as suas contradições, o mito da modernização como construção do nacional, submetendo e limitando as possibilidades da incorporação das demandas sociais.

NOTAS

1. Andrade, R. M. F. Carta para publicação no *Diário de Notícias*, documento constante do Arquivo Lúcio Costa-Documentos Pessoais, Fundação Pró-Memória, Rio de Janeiro, pasta nº1, s/data.
2. Costa, L. (1930).
3. *Ibidem*.
4. O papel de Manuel Bandeira como um dos elementos centrais de articulação entre os intelectuais modernistas e destes com o governo pós-30 não foi ainda devidamente estudado. Embora não se possa comparar sua figura com a de Mário de Andrade, principalmente em termos de uma formulação clara sobre os caminhos do modernismo, ele terá, com certeza, uma atuação fundamental nas tarefas de organização das práticas intelectuais deste grupo durante a década de 30.
5. (30) s/ autor, “O Salão dos Tenentes”, *Revista Careta*, 19/09/1931, reproduzido em Vieira, L. G. (1984), p. 122.
6. Costa, L. (1930).
7. Conforme Sandroni (1988).
8. Costa, L. (1931).
9. A “Revista da Diretoria de Engenharia”, ou “PDF”, como é mais conhecida, era dirigida por Carmem Portinho, esposa de Afonso Eduardo Reidy, e abriu espaço para a publicação de projetos de Lúcio Costa e de outros arquitetos a ele ligados durante as décadas de 30 e 40.
10. Costa, L. (1936a), p. 3.
11. *Ibidem*, p. 4.
12. *Ibidem*, p. 7.
13. *Ibidem*, p. 5.
14. Costa, L. (1930).
15. *Ibidem*, p. 9.
16. *Ibidem*, p. 9.
17. Esse projeto era a “menina dos olhos” do Ministro Capanema, e será objeto de uma disputa entre Piacentini, arquiteto de Mussolini, que seria o preferido do ministro, e Le Corbusier, proposto pela equipe de intelectuais modernistas que cercava o Ministério.
18. Costa, L. (1937b), p. 130.

19. Costa, L. (1936b), p. 116.
20. Essa última argumentação se refere, basicamente, à obra de Oscar Niemeyer.
21. Para esse projeto, já se havia convidado Agache, cuja proposta não agradou JK.
22. Kubitschek, J., citado em Cardoso, M. L. (1977), p. 211.
23. Carroza, M. H. (1984).
24. Costa, L. (1956).
25. Costa, L., “Monumentalidade e Gente”, citado em Gorovitz (1985), p. 64.
26. *Ibidem*, p. 64.
27. Costa, L. (1956), p. 107.
28. *Ibidem*.
29. Eliade, M. (1981), pp. 23/24.
30. *Idem*, p. 108.
31. Conforme Prigogine, I. e Stengers, I. (1991), p. 223.
32. EIXO [do gr. *áxon*, pelo lat. *axe*, *axu*] s. m. 1. Reta, real ou fictícia, que passa pelo centro de um corpo e, em volta do qual, esse corpo executa um movimento de rotação. 2. Linha principal, verdadeira ou imaginária, que divide um corpo em partes aproximadamente simétricas ou equilibradas (...) 3. Linha fictícia que corre na mesma direção de duas paralelas: *o eixo de uma estrada, de um cano*. 4. Linha fictícia ou área de terreno que se estende entre dois pontos geográficos extremos: *surgem povoações no eixo Belém-Brasília* (...) 8. *Geom.* Eixo de Simetria. 9. *Geom. Anal.* Reta sobre a qual se fixa um sentido positivo, reta orientada (...) 11. *Fig.* Idéia principal, essência (...) 13. *Fig.* Apoio, suporte, sustentáculo (...). Buarque de Holanda, A., *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.
33. Costa, L. (1956).
34. Costa, L., “Monumentalidade e Gente”, citado em Gorovitz (1985), p. 64.
35. Costa, L., entrevista ao autor.
36. Costa, L. (1985), p. 30.
37. Carroza, M. H. (1984).

38. Niemeyer, O., citado em Carrozza, M. H. (1984).

39. Topalov, C. (1988).

BIBLIOGRAFIA

Andrade, Mário de. *Mário de Andrade — Cartas de trabalho — Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936/1945)*. Rio de Janeiro: MEC/SPHAN/Pró-Memória, 1981.

Ávila, Afonso (org.). *O modernismo*. São Paulo: *Perspectiva*, 1975.

Cardoso, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Carrozza, Maria Luiza. "Brasília, a utopia frustrada". Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, 1984.

Costa, Lúcio. "Entrevista". *O Jornal*, 28/4/1928, Rio de Janeiro, 1928.

_____. "O Aleijadinho e a arquitetura tradicional". *O Jornal*, Rio de Janeiro, número especial sobre Minas Gerais, 1929.

_____. "O novo diretor da Escola de Bellas Artes e as diretrizes de uma reforma". *O Globo*, Rio de Janeiro, 29/12/1930.

_____. "Uma escola viva de Belas Artes". *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31/7/1931.

_____. "Razões da Nova Arquitetura". *Revista da Diretoria de Engenharia*, Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, 1936a.

_____. "Anteprojeto para a Vila de Monlevade". *Revista PDF*, Rio de Janeiro, 1936b.

_____. "Uma questão de oportunidade". *Revista PDF*, Rio de Janeiro, 2:4, 1937a.

_____. "Universidade do Brasil — anteprojeto". *Revista PDF*, Rio de Janeiro, 1937b.

_____. "Relatório do plano-piloto de Brasília" (1956). Publicado em *Revista CJ-Arquitetura*, nº 6, Rio de Janeiro: Efecê Editora, ago/-set/out, 1974.

_____. "O novo humanismo científico e tecnológico". *Sobre arquitetura*, Porto Alegre: Centro Acadêmico da Faculdade de Arquitetura, 1962.

- _____. "Plano-piloto de urbanização da Baixada de Jacarepaguá", Rio de Janeiro: PMRJ, 1969.
- _____. "Primeira carta ao Senador Catete Pinheiro", 21/6/71. *Revista CJ-Arquitetura*, nº 6, Rio de Janeiro: Efecê Editora, ago/set/out, 1974.
- _____. "O 'espigão' não é o inimigo público número 1". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4/2/81.
- _____. "Lúcio Costa: a realidade maior que o sonho na Brasília de 25 anos depois". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27/11/84.
- _____. "Entrevista". *Revista Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo: Editora Pini, jan 1985.
- _____. "Destruí algo que existia". *Revista Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo: Editoria Pini, abr 1986.
- Eliade, M. *O Mito do Eterno Retorno: arquétipos e repetição*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- Gorovitz, Matheus. *Brasília, uma questão de escala*. São Paulo: Projeto, 1985
- Le Corbusier. *Planejamento urbano*. São Paulo: *Perspectiva*, 1971.
- _____. *Por uma arquitetura*. São Paulo: *Perspectiva*, 1973.
- _____. et alii. "La Charte d'Atenes". *Architecture d'Aujourd'hui*, nº 159, Paris, out/nov 1971.
- Monnier, Gérard. *Le Corbusier. Construir a modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- Moraes, Eduardo Jardim de. "A constituição da idéia de modernidade no modernismo brasileiro". Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ. Tese de Doutorado, 1983.
- Prigogine, Ilya e Stengers, Isabelle. *A Nova Aliança: metamorfose da ciência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.
- Sandroni, Carlos. *Mário contra Macunaíma. Cultura e política em Mário de Andrade*. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988.
- Schwartzman, S. et alii. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Topalov, Christian. "De la question sociale aux problemes urbaines: reformateurs et travailleurs a Londres, Paris et New York au debut du XX^{eme} siécle". Trabalho apresentado na conferência "Reestruturação Urbana: tendências e desafios", organizada pela ISA. Rio de Janeiro, mimeo, 1988.

Vieira, Lúcia Gouveia. *O salão de 31*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1984.

Xavier, Alberto (org.). *Arquitetura moderna brasileira. Depoimento de uma geração*. São Paulo: Pini, 1987.

A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis

Berenice Martins Guimarães

Pesquisadora do Centro de Estudos Urbanos da Universidade Federal de Minas Gerais

Com 97 anos de existência, Belo Horizonte, segunda cidade planejada do Brasil¹, é, hoje, um importante pólo econômico e industrial e a terceira cidade do País. Criada para ser o centro político-administrativo do Estado de Minas Gerais, expressão da nova ordem estabelecida com o advento da República, o projeto da nova Capital foi a concretização da primeira utopia urbana brasileira.

Duas questões desafiavam a nova Minas republicana: a organização do Estado frente à federação e a mudança da capital, que empolgaria grande parte da população, afetando múltiplos interesses, extravazando o quadro restrito da política de grupos. A construção da nova ordem e sua manutenção impunham-se, naquele momento, como o objetivo principal do governo e, dentro dessa, a construção da nova capital expressava a transformação de Minas em um Estado moderno, parte de uma federação. À emergência de uma nova ordem no

País e em Minas — a República — somava-se o desejo de modernização, traduzido, entre outros aspectos, pelo repúdio a tudo o que representava o antigo regime, o passado colonial, do qual fazia parte a cidade de Ouro Preto, a antiga capital.

O projeto da nova capital teve lugar em meio a uma crise política interna, onde, à existência de facções diversas pró e contra a República, agregavam-se dissidências regionais na disputa pelo poder, reveladas, inclusive, por meio de ameaças separatistas. Era preciso uma capital que fosse o centro político-administrativo capaz de garantir a união das elites em torno dele, evitando o separatismo e a continuidade da influência de outros centros — Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente — sobre algumas regiões de Minas.

“Minas precisava de uma verdadeira metrópole, impossível em Ouro Preto; os mineiros continuariam saindo de Minas, as figuras mais bem dotadas largando a província em busca de melhores oportunidades, se não houvesse uma cidade grande que acolhesse os talentos (...) o Rio ou São Paulo ficariam sendo as verdadeiras capitais de Minas, enquanto não houvesse um centro econômico e cultural, social enfim, que comandasse a província.” (Torres, 1962, p. 12).

Nesse contexto e objetivando a solução de disputas em torno do poder, foi feita uma composição entre as várias facções políticas, que incluía até monarquistas, visando garantir a ordem interna e preservar a autonomia do Estado frente à nação, processo do qual fez parte o projeto da nova capital. Nele, duas figuras foram centrais: Afonso Pena, Presidente do Estado de Minas Gerais, cujo papel conciliador possibilitou aglutinar as elites em torno de um projeto comum, e o engenheiro Aarão Reis, responsável pela concepção, planejamento e a primeira fase de construção de Belo Horizonte.

A transferência da capital do Estado de Minas Gerais, da cidade de Ouro Preto, para outra localidade, obedeceu a um plano político que envolveu interesses conflitantes e negociações entre facções diversas. Havia concordância quanto à necessidade da nova capital, mas a disputa em torno da escolha do local foi acirrada, assemelhando-se, segundo Moacyr de Andrade, a um concurso

“...de ‘misses’ em nossos dias. Várias localidades se candidataram ao título de capital. Ouro Preto era contra to-

das. Havia, porém, fães por todo o Estado inscritas no pá-reo.”(Citado em Plambel, 1979, p. 12).

Para evitar problemas e favoritismos, o Presidente Afonso Pena deliberou chamar uma pessoa de fora para compor a Comissão de Estudos que trataria da viabilidade de diferentes locais para a construção da futura capital e da qual nenhum mineiro participou. A comissão foi presidida pelo engenheiro Aarão Reis, da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, com quem Afonso Pena havia trabalhado quando Ministro da Agricultura, ainda no tempo do Império.

Após análises da Comissão de Estudos, foram indicados dois possíveis lugares para a instalação da futura capital: o arraial de Bello Horizonte, distrito de Sabará, e a Várzea do Marçal, próxima à cidade de São João del Rei. Embora Aarão Reis preferisse a Várzea do Marçal, ele evitou se posicionar quanto à escolha do local. Para ele, ambos eram igualmente adequados e as dificuldades a serem encontradas na implantação do projeto, em virtude de problemas de relevo, solo etc., seriam facilmente vencidas graças ao gênio civil. Nesse sentido, a escolha tornou-se um problema puramente político.

A definição do lugar da futura capital, por voto da Assembléia Legislativa, foi acompanhada de polêmicas e polarizações, descritas nos trabalhos de Rezende (1974) e Ozorio (1981). Havia três facções: os que eram contra a mudança, os que eram a favor da mudança para a Várzea do Marçal e os que eram a favor do Curral del Rei, valendo a pena registrar que o antigo Curral del Rei venceu, não por ser considerado a melhor opção, mas por se pensar ser impraticável levar à frente tal projeto, dadas as precárias condições do arraial. Alcinhado de “*pa-pudópolis, cretinópolis, poeirópolis e formigópolis*”, julgava-se ser materialmente impossível realizar-se tal empreendimento no prazo de 4 anos — 1893/1897 — o que não aconteceria em relação à outra localidade, a Várzea do Marçal, o que levou os antimudancistas a votarem a favor do Curral del Rei.

Feita a escolha do local, Aarão Reis foi nomeado, por Afonso Pena, Engenheiro-Chefe da Comissão de Construção, encarregada de elaborar o projeto, planejar e construir a nova capital.

Aarão Reis: o engenheiro

Como muitos jovens de classe média de sua época, especialmente os da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Aarão Reis envolveu-se

com os movimentos abolicionista, republicano e positivista. Não obstante, ele nunca se comprometeu irrestritamente com qualquer um deles, mantendo sempre sua autonomia.

É reconhecida a influência do positivismo de Aarão Reis na concepção de Belo Horizonte. Entretanto, a análise da documentação disponível não permite elucidar essa questão, a meu ver, ambígua. Considerando, como Carvalho (1989) sugere, que o positivismo é “*casa de muitos compartimentos*”, é difícil esclarecer o lugar ocupado por Aarão Reis nessa casa. Ora sua atitude se aproxima à de um litreísta, ora à de um ortodoxo e, algumas vezes, se mostra totalmente contrária à de um positivista. Embora tenha contribuído com artigos e traduções para o movimento e fosse amigo pessoal de Teixeira Mendes, sua adesão à doutrina dava-se mais pelo lado filosófico, da primeira fase de Comte, do que pelo doutrinário.

Naquela época, segundo Adelman (1974), a possibilidade da aplicação sistemática da ciência às questões humanas, pregada pelo positivismo, aparecia para alguns segmentos da elite brasileira — militares, engenheiros e industriais — como uma fórmula mágica para promover a ordem e o progresso no país, sem que isso, necessariamente, significasse a aceitação da doutrina de Comte.

Ainda que não existam maiores informações sobre Aarão Reis e o positivismo, como reconhecem membros da própria Igreja (Paula, 1982), o que encantou Reis na teoria foi a prioridade dada por sua filosofia à ciência como instrumento capaz de transformar a realidade e promover a evolução da humanidade. Aarão Reis não freqüentava a Igreja nem comungava dos princípios doutrinários ortodoxos que, como os mais radicais, postulavam a ditadura republicana, a incorporação do proletariado à sociedade e a proibição de seus membros terem empregos públicos. Sua visão era a de um humanista que colocava o conhecimento a serviço da sociedade, atribuindo papel decisivo ao Executivo enquanto regulador-animador do processo de transformação da realidade. Opunha-se ao *laissez-faire* tanto quanto à interferência excessiva do Estado, devendo este limitar-se a produzir e a garantir as condições necessárias para que a evolução social acontecesse (Reis, 1980).

Sua formação intelectual e ligação com o positivismo levou Aarão Reis a uma visão menos pragmática e mais crítica da sociedade brasileira, como a fixação de certos objetivos e a vontade de transformar essa sociedade. Nessa perspectiva, o convite feito pelo Presidente do Estado de Minas de presidir o projeto e a construção da nova cidade constitui-se em rara oportunidade para Reis de ser o autor, o idealizador

e um instrumento a serviço da “fatalidade modificável”², possibilitando-o exercitar a ciência a serviço da ação política para a transformação da realidade.

Dentro do princípio positivista da “fatalidade modificável”, pretendia Aarão Reis construir uma cidade protótipo do urbanismo mais avançada da época, cuja concepção seria a base e o limite da sociedade que desejava fazer existir — moderna, organizada, com funções definidas e espacialmente localizadas. Deveria exaltar a grandeza do governo que, em sua demonstração simbólica de força, desencadearia um importante efeito político captando a confiança e provando a solidez do poder. E ao Estado caberia não só a responsabilidade pela construção como também pelo processo de ocupação e desenvolvimento da nova cidade.

Aarão Reis imprimiu um caráter modernizante na elaboração do projeto de Belo Horizonte e, para afastar possíveis e múltiplas sugestões sobre o perfil físico-urbanístico da cidade, nada mais correto do que formar uma comissão técnica autônoma, a quem caberia, sob o exercício da racionalidade, propor a ordenação ideal para a nova capital. É a fase centralizadora, cientificista e utópica de construção da cidade, 1893/1895, quando Aarão permaneceu à frente da Comissão de Construção. (Foi substituído, em 1895, por Francisco de Paula Bicalho devido a desentendimentos entre Aarão Reis e Bias Fortes, o novo Presidente do Estado de Minas.)

Reis imprimiu sua marca pessoal aos trabalhos da Comissão: o autoritarismo, a centralização, a minuciosidade dos detalhes e a imposição da racionalidade técnica no processo de concepção e construção de Belo Horizonte, o que foi possível em virtude da autonomia concedida pelo Presidente do Estado de Minas ao Engenheiro-Chefe, ao mesmo tempo que neutralizava as ingerências políticas no projeto. Nesse sentido, e apesar de o projeto da capital dever obedecer a indicações sugeridas em lei, Aarão teve ampla liberdade e autonomia de ação, não só com relação à concepção e planejamento da nova cidade, mas também quanto à escolha de seus assessores, a maioria profissionais do Rio de Janeiro.

A concepção da nova Capital

Na concepção do projeto de Belo Horizonte, transparece a influência de algumas correntes de pensamento e de estilos arquitetônicos da época — predominando o eclético.³ A idéia de ordem e funcionalidade é imprimida ao espaço urbano, bem como à monu-

mentalidade, à simetria e à grandiosidade, simbolizando a autoridade e o poder do governo. Aqui se faz especialmente presente a influência do modelo de Haussmann (Paris).

O Engenheiro-Chefe evitava comprometer-se política e ideologicamente, recorrendo, sempre, a argumentos teóricos como justificativa para a defesa de suas idéias. No entanto, é inegável a influência de Haussmann: seu urbanismo inspirou Reis na organização administrativa da Comissão de Construção da nova capital e na autonomia que ela deveria gozar durante sua gestão, devendo a orientação técnica prevalecer sobre a política. Seria nocivo para o desempenho dos trabalhos se a Comissão dependesse de uma direção política voltada para o jogo de interesses de grupos e pessoas e indiferente aos critérios técnicos, imperativos científicos da obra (Ozorio, 1981).

Como Haussmann, que elaborou o projeto de Paris obedecendo a indicações de Napoleão II, Reis também recebeu do governo as diretrizes mais gerais que deveriam orientar o projeto da nova capital, contidas na Lei nº3, Adicional à Constituição Estadual de 1891. No entanto, reservou-se o direito e a autonomia de dar-lhes o formato técnico que desejava.

Mas Haussmann influenciou Reis, sobretudo na concepção higienista da cidade: consultou, para a elaboração do projeto da nova capital, os últimos trabalhos técnicos europeus sobre tratamento de esgotos e de águas pluviais, e as experiências científicas dos mais famosos microbiologistas com relação ao saneamento e ao aproveitamento das águas depuradas na agricultura (Ozorio, 1981). De acordo com o projeto, a parte central da cidade foi dotada de sistemas de água, esgoto, rede elétrica e telefonia, proporcionando a seus moradores o conforto que os mineiros aguardavam há anos.

Há uma tendência geral de se associar o início da influência de Haussmann no Brasil à reforma de Pereira Passos no Rio de Janeiro (1902-1906). Contudo, essa influência se fez presente, pela primeira vez, em 1893, em Belo Horizonte, pelo projeto de Aarão Reis, com uma diferença: enquanto em Paris e no Rio de Janeiro o urbanismo de Haussmann destinou-se à transformação de um espaço já construído, em Belo Horizonte ele serviu de matriz para a construção de um novo espaço. Frente ao projeto como um todo, ainda que se tenha verificado a demolição de um arraial de aproximadamente 500 casas, a situação de Belo Horizonte não se equiparava àquela vivida pelo Rio de Janeiro, onde a reforma envolveu a destruição de um espaço urbano bem maior e mais consolidado.

É comum, nos trabalhos sobre a cidade de Belo Horizonte, a men-

ção à influência de L'Enfant no projeto de Aarão Reis, especialmente no que diz respeito ao traçado, formado pela dupla rede de malhas ortogonais e verticais, os quarteirões, a alocação dos edifícios públicos circundando o Palácio do Governo; invocando-se, inclusive, uma comparação entre o modelo da cidade de Washington e o de Belo Horizonte. No entanto, de acordo com Ozorio (1981), não é a influência de L'Enfant que predomina em Belo Horizonte, mas a do urbanismo francês, fonte de inspiração comum a ambos os planejadores — o de Washington e o de Belo Horizonte.

A influência de L'Enfant se fez presente, embora modificada, no projeto de seus colaboradores Alexander Ralston e August Woodward, que projetaram Indianápolis (1821) e Detroit (1839), nos Estados Unidos; tomando como referência o modelo de Washington, mas adaptando-o à realidade local, especialmente no que diz respeito às tendências futuras de industrialização, visando facilitar a instalação de empresas.

Aarão Reis, ao contrário, adotou o traçado de malhas ortogonais e verticais sem levar em conta a topografia acidentada, a futura expansão da economia, preocupando-se, sobretudo, com a ordem, a harmonia, a simetria e a monumentalidade. Tal como Haussmann, deu grande importância à circulação em seu modelo. A função das avenidas seria a de estabelecer ligações com pólos funcionais, facilitar os deslocamentos da população e direcionar o desenvolvimento da cidade, papel atribuído por Reis à avenida principal, como ele mesmo afirma na justificativa encaminhada junto com a Planta Geral da cidade, descrita mais adiante.

O urbanismo europeu, especialmente o francês, se revela no projeto de Aarão Reis por um conjunto de elementos, dos quais o mais notável é a concepção de uma cidade fechada, definida pelo desenho, sem considerar outros fatores que não a própria idealização da cidade. A preocupação central era a concretização de uma cidade projetada, utópica, cujo processo de ocupação se orientaria por princípios da racionalidade técnica, sem levar em conta, no entanto, a dinâmica das forças sociais, o que gerou críticas e trouxe problemas à implementação do modelo.

Na visão de Adelman (1974), ironicamente, os defeitos do projeto resultaram, em parte, da mesma mentalidade técnica que contribuiu para a sua força. Ainda que os engenheiros se preocupassem em estar em dia com avançadas técnicas de engenharia, para aplicá-las aos serviços básicos, eles não tiveram sensibilidade para as questões econômicas e sociais da nova cidade.

Uma curiosidade sobre Belo Horizonte é que o projeto da futura capital foi concebido por Aarão Reis antes mesmo de ter sido definido o sítio onde ela seria localizada, o que revela sua crença na capacidade e no poder da ciência. Tal fato lhe valeu críticas posteriores, em virtude da inadequação do projeto às características do terreno, bastante acidentado em algumas áreas, “... existindo um divórcio entre o desenho e a topografia da cidade” (Adelman, 1974, p. 61). Mas, para Aarão Reis,

“pouco importava a escolha do lugar. Para a nova cidade já desenhada em sua imaginação, seria suficiente um setor geográfico relativamente grande, recursos e amplos poderes delegados pelo Estado, e necessários a uma grande flexibilidade de ação” (Ozorio, 1981, p. 136).

Com um traçado geométrico rígido, de tamanho prefixado, ordenado e funcional, Aarão Reis concebeu a cidade de Belo Horizonte como um projeto de engenharia, preocupando-se, em primeiro lugar, com os problemas técnicos — suprimento de água, eletricidade, esgotos sanitários e acessos — e, em segundo, com a questão da estética — formas, linhas, fluxo visual e articulação de setores — negligenciando o aspecto econômico e social. Ainda que tivesse planejado o espaço e sua forma de ocupação, Reis não levou em conta o desenvolvimento econômico nem a dinâmica populacional. Tratava-se, na realidade, do projeto de uma cidade político-administrativa, apenas.

Segundo Ozorio (1981), seu projeto continha, ao fundo, uma nova e original concepção do papel do Estado para a época: previa a intervenção no domínio urbanístico com o objetivo de assegurar o funcionamento e o exercício do poder governamental, diferentemente da maioria dos casos onde a intervenção visava criar condições para a expansão do capitalismo.

Para Aarão Reis, não se colocava a necessidade de estudos de viabilidade com relação às atividades comerciais e industriais, pois o projeto de consolidação da nova capital, como centro econômico, deveria ocorrer a longo prazo, não sendo aconselhável, politicamente, que o governo estimulasse as atividades econômicas. Essas viriam, naturalmente, seguindo as condições de mercado, seduzidas pela existência de um “oásis sob o abrigo potente do governo” (Ozorio, 1981, p. 127). Não havia lugar definido para a implantação do comércio e da indústria — preocupando-se apenas com a função política (Mapa 3). No entanto, ainda que Reis não mencionasse a localização do comér-

cio em seu projeto, na planta relativa à destinação dos lotes, na zona urbana, há uma clara indução do lugar reservado ao futuro comércio: próximo ao mercado e à avenida denominada *do Comércio*, onde há uma visível concentração de lotes destinados aos ex-proprietários de Ouro Preto, os comerciantes da época. Entretanto, Reis rejeitava deixar ao acaso, sob o controle das leis de mercado, o processo de ocupação da cidade.

De acordo com a Planta Geral da cidade, concebeu-se uma Belo Horizonte composta de três zonas concêntricas: uma zona urbana central com 8.815.383 m², com traçado simétrico de tabuleiro, com ruas e avenidas amplas, divididas em seções a serem ocupadas pelo aparato burocrático-administrativo do governo e por residências de funcionários públicos, proprietários de Ouro Preto e ex-proprietários do arraial; uma zona suburbana com as ruas mais estreitas e menos regulares, onde se previa a construção de quintas e casas de campo, a exemplo das que existiam no século XIX, no Rio de Janeiro, e, por último, uma zona rural destinada ao estabelecimento de Núcleos Agrícolas, que constituiriam um cinturão verde, para abastecer a cidade.

Assim se justificava Aarão Reis em seu relatório:

“... As ruas fiz dar a largura de 20 m, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação de vehiculos, o trafego dos carris e os trabalhos de collocações e reparações das canalizações subterrâneas. As avenidas fixei a largura de 35 m, sufficiente para dar-lhe a belleza e o conforto que deverão, de futuro, proporcionar a população. Apenas a uma das avenidas — que corta a zona urbana de norte a sul, e que é destinada a ligação dos bairros oppostos — dei a largura de 50 m, para constituil-a em centro obrigado da cidade e, assim, forçar a população, quando possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a peripheria, como convem á economia municipal, á manutenção da hygiene sanitaria, e ao prosseguimento regular dos trabalhos technicos. Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida de contorno que facilitará a conveniente distribuição dos impostos locaes, e que, de futuro, será uma das mais apreciadas bellezas da nova cidade. A zona suburbana de 24.930.803 m² — em que os quarteirões são irregulares, os lotes de áreas diversas, e ruas traçadas de conformidade com a topographia e tendo apenas 14 de largura — circundada inteiramente a urbana, formando vários bairros,

e é, por sua vez, envolvida por terceira zona de 17.474.619 m², reservada aos sítios destinados à pequena lavoura. Para a localização dos primeiros 30.000 habitantes estão reservadas apenas as secções I a VII da área urbana (com 4.395.212 m²), I e VI da zona suburbana (com 3.855.993 m²), compreendidas todas na faixa determinada por duas linhas paralelas traçadas pelo eixo das Avenidas Christovão Colombo e Araguaya” (Citado em Barreto, 1936, p. 242).

Em uma primeira etapa, era prevista a ocupação de uma área da cidade por 30.000 pessoas: as sete primeiras seções da zona urbana e as seis suburbanas que lhes eram contíguas e que, de acordo com a planta aprovada, continha 3.639 lotes. A distribuição planejada dos lotes envolvia doação aos proprietários de Ouro Preto, concessão aos funcionários públicos e ex-proprietários do arraial, ficando parte como reserva do poder público e sendo parte vendida em leilão para custear os custos das obras, idéia tomada de empréstimo de Haussmann, que a utilizou na reforma de Paris.

O plano da cidade previa não só a forma de ocupação dos terrenos, que se iria dar de maneira gradativa e onde havia lugares definidos para cada função, bem como o controle do processo pelo poder público na medida em que este, como proprietário da maior parte dos terrenos, poderia negociá-los. Para garantir maior controle e diminuir as chances de especulação com os materiais de construção necessários à edificação da nova cidade, Aarão solicitou e obteve do governo do Estado a desapropriação das áreas onde existiam recursos naturais, como água, areia e pedreiras, promovendo, assim, sua estatização.

Ao governo também cabia a responsabilidade pela construção das casas que se destinavam aos diversos escalões do funcionalismo público, não se colocando a questão da casa para o operariado. O espaço destinava-se, em primeiro lugar, ao aparato público-administrativo e, secundariamente, àqueles que o serviam. Os trabalhadores enquadravam-se nesta última categoria. Eram, em sua maioria, pessoas contratadas por firmas construtoras que prestavam serviços sob empreitada ao governo. Para alojá-los, previa-se a edificação de abrigos provisórios junto às obras, que seriam demolidos logo após o seu término, o que revela a visão do caráter provisório e flutuante dessa população.

A lei que designava Belo Horizonte como capital e que continha as diretrizes para a organização do projeto da cidade estipulava que, ao governo, caberia não só a construção de casas para funcionários públicos, mas que, também, promoveria “a construção de casas em

condições higiênicas e de aluguel barato" para os operários (Lei nº 3 Adicional à Constituição de 1891, de 17/12/1893). Entretanto, na elaboração do projeto definitivo da cidade, essa indicação não foi levada em conta por Aarão Reis, embora ele tenha acatado as demais. No que diz respeito ao trabalhador, limitou-se, o Engenheiro-Chefe, a mencionar a possibilidade de utilização da reserva de áreas do governo para tal fim, quando necessário, reduzindo, por meio do planejamento, o escopo do que havia sido indicado em termos legais.

Na área destinada à construção de residências dos funcionários públicos, não havia separação hierárquica do espaço. A única diferença existente referia-se ao tipo de casa, destinando-se as maiores aos funcionários de mais alto escalão e as menores aos que tinham funções menos qualificadas. Essa concepção de Aarão Reis deixa claro seu pensamento com relação à estratificação da sociedade que, ao mesmo tempo que admite a diferenciação social, vê a possibilidade de convivência harmoniosa entre os funcionários de escalões mais altos e aqueles que exerciam funções mais simples, como trabalhadores manuais e mecânicos.

Curiosamente, anos mais tarde, o projeto de Lúcio Costa e de Niemeyer para Brasília insistiria nessa proposta de convivência harmoniosa entre os diversos escalões do funcionalismo público. A segregação espacial relativa ao processo de ocupação, que posteriormente veio a caracterizar Belo Horizonte, foi resultante de um conjunto de medidas adotadas pela Prefeitura e Governo do Estado, principais incentivadores da especulação de terrenos, e que se inicia com a saída de Aarão da Comissão de Construção e a entrada de Francisco Bicalho.

Os documentos com a concepção e a descrição dos modelos de casa do projeto de Aarão foram perdidos em um incêndio, ficando as observações aqui feitas limitadas especialmente à literatura (Barreto, 1936, 1950), o que impede uma análise mais detalhada a respeito. O que primeiro chama a atenção é que há muita semelhança entre o modelo de casa do tipo F, de Reis (1895), e a que Backheuser (1906) propôs, para o operário do Rio de Janeiro, em que pese os dez anos de diferença entre eles e, ainda, que o primeiro tivesse em mente uma categoria de trabalhador — o funcionário público — e o segundo, outra — o operário.

Aarão Reis e Backheuser tinham muitas coisas em comum: a mesma profissão, ambos eram positivistas e do Rio de Janeiro. O modelo de casa de Backheuser (1906) é uma adaptação do modelo proposto por Augusto Comte, o que explica a semelhança entre os modelos. Embora Backheuser julgasse a casa-modelo de Comte perfeita,

“sem conter nada de inútil”, reconhecia, no entanto, que ela não seria aceita na sociedade brasileira. Além da contingência de hábitos e costumes da época, havia uma questão de custos e preço, ficando acima das possibilidades da população pobre.

Como Ozorio (1981) chama a atenção, em que pese a concepção moderna da cidade e a utilização de tecnologias avançadas, a nova capital continha um aspecto rural. Este se manifesta, no Plano da Cidade, na previsão de uma grande extensão de área destinada à agricultura, no plantio de árvores frutíferas em ruas e avenidas e na exigência urbanística que obrigava os proprietários de lotes a cultivarem flores, árvores frutíferas e legumes em, pelo menos, metade do terreno, o que induz a pensar que Aarão Reis tinha uma visão ruralista de cidade, onde o urbano aparece mesclado ao rural.

Aarão Reis: a utopia

Ao conceber e planejar Belo Horizonte, Aarão Reis preocupou-se, sobretudo, com o projeto da futura sede da capital de um dos Estados mais importantes do País, cujo espaço deveria refletir e representar a organização da sociedade e o poder do Executivo. A localização do Palácio do Governo e do Congresso na Planta Geral da cidade, e o lugar indicado para a construção da futura Catedral (Praça do Cruzeiro), possibilitam uma interpretação que sugere, em princípio, o compromisso de Aarão Reis com o positivismo. O Palácio do Governo tem um lugar de destaque em um dos pontos mais centrais e mais altos da cidade. O Congresso e a Catedral situam-se, ambos, na Avenida Afonso Pena, eixo principal da cidade. O primeiro, no centro, na Praça da República, abaixo do Palácio, representando sua submissão ao Executivo, e a Catedral, no limite da zona urbana, no alto, afastada do Congresso e do Palácio, simbolizando a separação entre a Igreja e o Estado (Mapa 3).

Alguns autores (Le Ven, 1977; Plambel, 1979; Faria, 1985; Magalhães e Andrade, 1989) atribuem um caráter segregacionista ao projeto de Aarão Reis, à semelhança do de Hausmann. No entanto, uma leitura mais minuciosa dos fatos sugere outra interpretação. Reis limitou-se a estabelecer um roteiro que orientava e padronizava a implantação dos projetos, determinando o tamanho dos lotes, tipo e qualidade das construções, material a ser utilizado etc. Como critérios mais genéricos, explicitou as exigências relativas às condições para a elaboração do zoneamento básico e manutenção da higiene e da salubridade climáticas. O projeto final consistia, basicamente, no traçado, projeto e dis-

tribuição de prédios e logradouros públicos, condições para a implantação das habitações e a indicação, na Planta Geral da cidade, da destinação dos lotes a serem vendidos, reservados e concedidos aos funcionários públicos, proprietários de Ouro Preto e ex-proprietários do arraial (Mapas 3 e 4). Também era prevista a construção de casas para o funcionalismo público, de acordo com seis modelos propostos, e que seriam financiadas a prazo, com desconto em folha de pagamento.

A execução de seu projeto pressupunha a existência de um Executivo forte, centralizador e moderno, capaz não somente de ser o construtor da cidade, mas, também, o planejador de sua capital (Ozorio, 1981). Para cumprir esse duplo papel, o Governo de Minas deveria se equipar e modernizar a máquina burocrática, nela introduzindo um corpo técnico especializado, o que envolvia mudanças em sua estrutura. No momento, a modernização era representada pela Comissão de Construção, composta por técnicos especializados e cuja ação se pautava pela racionalidade e o saber técnico.

Na fase de elaboração do projeto e início da construção de Belo Horizonte — 1893/1894 — Aarão Reis viu respeitadas suas exigências de autonomia para a Comissão de Construção, como ele mesmo afirma:

“... quer quanto ao modo de encaminhar os trabalhos, quer quanto a escolha de seus colaboradores e auxiliares. E é de justiça que, incidentemente, eu confesse que, até a presente data, tenho encontrado, da parte do Governo do Estado, a mais absoluta decisão de não contrariar, nem perturbar o desenvolvimento que vam tendo, sob minha direção, os trabalhos” (Reis, 1895, p. 5).

Entretanto, logo defrontou-se o Engenheiro-Chefe com problemas, em consequência da retirada gradativa de autonomia da Comissão e da interferência política no projeto. Essa mudança coincide com a sucessão presidencial no Estado, ao mesmo tempo em que tem lugar o processo de consolidação de uma nova composição oligárquica em Minas.

O processo se inicia com a mudança política na Presidência do Estado que se deu com a substituição da antiga facção representativa da região do centro do Estado (Afonso Pena) por outra composição oligárquica, liderada por Bias Fortes e mais identificada com a elite cafeeira. Afonso Pena, político de projeção nacional e hábil negociador, é sucedido por Bias Fortes, representante da força emergente do clien-

telismo, insatisfeito com a excessiva autonomia político-administrativa atribuída ao responsável pela nova capital e contrário à adoção de critérios racionalistas na condução do projeto.

O enfraquecimento da economia cafeeira, vítima da superprodução, e a conseqüente queda do preço do produto no mercado alteraram o equilíbrio e a feição do quadro político anterior. Nesse contexto, impôs-se a necessidade de arranjos, e as tentativas de se recompor a oligarquia levaram a concessões que se refletiam no projeto da nova capital. A política "*metia o dedo*" no reduto tecnocrático, obrigando o governo a reestudar o projeto e pressionando Aarão Reis a fazer modificações de interesse do arranjo oligárquico. Em desacordo com o rumo dos acontecimentos, em 1895, Reis pede demissão, e seu substituto, Francisco de Paula Bicalho, altera parcialmente o projeto.⁴

No desenrolar dos acontecimentos, dois fatos chamam a atenção: primeiro, a racionalidade técnica que cercou a elaboração do projeto da nova capital, de fato um projeto de gabinete que, em nenhum momento, foi submetido à apreciação das elites políticas. Como conseqüência, a mudança na orientação política do governo introduz a negociação no processo de construção da nova cidade, levando a modificações que chegaram, em alguns momentos, a comprometer o projeto. Segundo, a concepção de um modelo de cidade administrativa, rígido, com um conjunto de exigências aos futuros moradores, gerando problemas e imprimindo uma dinâmica específica ao processo de ocupação do solo.

De um lado, a ausência de previsão de um lugar para alojar os trabalhadores logo provocou o surgimento do problema da moradia com a invasão de terrenos públicos e construção de cafuas e barracos, especialmente na zona nobre da cidade, ameaçando desfigurar o projeto e exigindo a intervenção do poder público para garantir a implementação do modelo de cidade, o que levou a mudanças no projeto original. Dois anos antes de ser inaugurada, Belo Horizonte já contava com duas áreas de invasão com, aproximadamente, três mil habitantes. De outro lado, o conjunto de exigências feitas com relação aos padrões construtivos e de urbanização na zona urbana, somado ao alto custo dos terrenos, devido à especulação, levou grande parte da população a fixar-se na zona suburbana, onde essas eram menores e os terrenos mais baratos, ocupação essa que se deu de forma desordenada e fora do controle do Poder Público que, naquele momento, preocupava-se apenas com a área nobre da cidade.

Aarão Reis não se limitou a planejar a futura capital, mas previu, também, sua forma de expansão e desenvolvimento. Essa forma, no entanto, vai ser modificada pela dinâmica que se estabelece entre as

classes sociais — em especial, trabalhadores e governo — em torno do processo de ocupação do espaço. Assim, ao contrário do previsto por Aarão Reis, a ocupação da cidade se deu da periferia para o centro, trazendo problemas ao Poder Público, devido à existência de uma área central dotada de infra-estrutura urbana, mas quase vazia, enquanto a periferia estava ocupada e não dispunha de serviços e equipamentos. Em 1905, 56% da população estava na zona suburbana e rural e, em 1912, quase 70% morava fora da zona urbana.

Para evitar injustiças históricas, é importante ressaltar que muito do processo de negociações de terrenos e de especulação que se instaurara em Belo Horizonte contrariava os planos de Aarão Reis, tendo sido, inclusive, um dos motivos de seu afastamento da Comissão Construtora. Embora, desde o início, Reis expressasse a intenção de entregar os terrenos à iniciativa privada, segundo ele o processo de transferência deveria ocorrer sob critérios rígidos, sendo fundamental o papel do Poder Público na sua fiscalização e controle, o que, entretanto, não aconteceu.

No processo de especulação, o governo exerceu papel decisivo: primeiro, ao demonstrar, desde o início, a intenção de entregar os lotes ao mercado e, segundo, ao permitir que as transações de lotes se efetuassem. O poder público era o principal responsável pelo processo de ocupação do solo, uma vez que controlava o acesso aos terrenos e construções e, nesse processo, privilegiou os funcionários públicos, os proprietários de Ouro Preto e, excepcionalmente, uma parcela dos antigos moradores de Belo Horizonte. A transação de terrenos foi a contrapartida do governo para vencer a resistência daqueles que eram contra a mudança da capital.

Ainda que se possa argumentar que as alterações imprimidas à concepção e ao projeto urbano de Aarão Reis foram provocadas por questões políticas fora de seu controle, o caráter utópico de seu plano é evidente. Este se revela na própria concepção do projeto, cuja implementação baseava-se na crença do poder e domínio da racionalidade técnico-científica sobre a realidade social, que julgava ser possível não somente impor um estilo arquitetônico e um traçado urbano, mas, principalmente, uma dinâmica específica ao espaço. Nesse sentido, em que pese a minuciosidade e o cuidado na adoção de técnicas modernas e de se cercar de medidas que permitiram, até certo ponto, maior controle sobre a situação, estas não foram capazes de garantir o cumprimento fiel do que foi planejado.

No entanto, em que pese a utopia e os erros, é inegável o mérito de Aarão Reis de ter transformado — ainda mais considerando-se os

obstáculos da época o lugar alcunhado de “*formigópolis*” em uma cidade.

NOTAS

1. São quatro as cidades modernas planejadas no País: a primeira foi Teresina, em 1852, criada para ser a capital do Piauí, cujo atraso na implementação do plano levou à ocupação antecipada e desordenada, desfigurando o projeto. A segunda foi Belo Horizonte, em 1897; a terceira foi Goiânia, em 1935, e, por último, Brasília, a capital do País, em 1960.

2. Um dos princípios do positivismo era a concepção da “fatalidade modificável”, segundo a qual as leis determinantes da natureza poderiam ser compreendidas. Assim, ainda que o curso de transformação das coisas fosse inexorável, não podendo ser adiantado nem retardado, era possível conhecê-lo cientificamente e antecipar-se a seus resultados, modificando-os. As mudanças seriam feitas por etapas gradativas, dentro de uma perspectiva reformista. A organização social refletiria as relações entre o homem e a natureza, não sendo, por consequência, uma ordem eternamente parada no tempo e no espaço, mas “modificável” (Ozorio, 1981).

3. Os estilos arquitetônicos adotados em Belo Horizonte têm merecido a discussão de especialistas sobre o assunto. Ver a respeito Salgueiro (1987) e o trabalho de Melo (1990).

4. As modificações se referem, principalmente, ao abandono de edificações previstas no Plano Geral da cidade, devido, entre outros fatores, à falta de recursos. Maiores detalhes sobre as mudanças implementadas por Francisco Bicalho, ver Ozorio (1981).

BIBLIOGRAFIA

- Adelman, Jeffry. *Urban Planning and Reality in Republican Brazil: Belo Horizonte, 1890-1930*. Indiana: IU. 1974. Phd (Modern History). Department of History, Indiana University, 1974.
- Backheuser, Everardo. *Habitações Populares*. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

- Barreto, Abílio. *Memória Histórica e Descritiva*. Belo Horizonte: *Rex*, 1936.
- _____. *Resumo Histórico de Belo Horizonte (1701-1947)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950.
- Carvalho, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *Ortodoxia Positivista no Brasil, um Bolchevismo de Classe Média*. In *Colóquio Augusto Comte e a Revolução*. Paris, maio, 1989, p. 15.
- Comte, Augusto. *Catecismo Positivista*. Tradução de Miguel Lemos, 4ª ed., Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1934.
- Dulci, Otávio Soares. *As Elites Mineiras e a Conciliação: a mineiridade como Ideologia*. In *Ciências Sociais Hoje*. ANPOCS. São Paulo: Cortez, 1984, pp. 7-32.
- Faria, Maria Auxiliadora. *Belo Horizonte: Espaço urbano e dominação política*. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, nº 1, pp. 26-43, nov 1985.
- Le Ven, Michel Marie. *Classes Sociais e Poder Político na Formação Espacial de Belo Horizonte (1893-1914)*. Belo Horizonte: UFMG, 1977. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1977.
- Magalhães, Beatriz de Almeida e ANDRADE, Rodrigo Ferreira. *Belo Horizonte: um Espaço para a República*. Belo Horizonte: UFMG, 1989.
- Martins Filho, Amilcar Viana. *Minas e São Paulo na Primeira República Brasileira: A "Política Café com Leite" (1900-1930)*. Belo Horizonte: UFMG, 1978. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1978.
- Melo, Denise Madsen. *Planejamento Urbano de Belo Horizonte. Um estudo das principais propostas de planejamento elaboradas para a cidade*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura/UFMG, 1990 (mimeogr.).
- Minas Gerais. *As Constituições Mineiras de 1891, 1935 e 1945; uma análise histórica*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa, 1989.

- Ozorio, Paulo. La création de Belo Horizonte; jeu et enjeu politique. Grenoble: UER, 1981. Doctorat (Troisième Cycle). Université des Sciences Sociales de Grenoble II, 1981.
- Plambel. O Processo de Desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970. Belo Horizonte: SEPLAN/PLAMBEL, 1979.
- Paula, Rubem Descartes de Garia. Aarão Reis — O Engenheiro, o Professor, o Urbanista, o Fundador de Belo Horizonte. In *Anais da V Reunião de Positivistas*. Belo Horizonte: s/editora, 1982, pp. 48-49.
- Reis, Aarão. Explicação. *Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Constructora da Nova Capital*. Rio de Janeiro, v. 1, pp. 5-6, 1985.
- _____. Relatório da Comissão D'Estudo das Localidades Indicadas para a NOVA CAPITAL do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1902.
- _____. O Regime Político e o Papel do Estado. In: PAIM, Antônio (Org.) *Plataforma Política do Positivismo Ilustrado*. Brasília: UNB, 1980, vol. 5, pp. 141-160.
- Rezende, Maria Efigênia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, nº 39, pp. 127-161, jul 1974.
- Salgueiro, Heliana Angotti. O ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987, pp. 106-145.
- Torres, João Camilo de Oliveira. História de Minas Gerais. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, 1962, vol. V, Terceira Parte.

Christiano Stockler das Neves: o opositor do “Futurismo” em São Paulo

de autoria de Maria Ruth Amaral de Sampaio

Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo

O mais ferrenho e veemente opositor da arquitetura moderna, “futurista”, em São Paulo, foi o arquiteto Christiano Stockler das Neves. Ele fazia uma clara distinção entre o modernismo e o futurismo: A seu ver, praticavam o modernismo os artistas que procuravam adaptar os elementos conhecidos da arquitetura às necessidades da época atual, sendo para isso necessários estudos clássicos da “magna arte”. Os futuristas praticavam a antítese da arte, eram aqueles que tinham a veleidade de criar uma arquitetura completamente nova, pura excentricidade.

As idéias defendidas por Christiano tiveram grande repercussão devido não só a suas atividades didáticas e de formação de alunos (foi fundador do curso de arquitetura, em 1917, da Escola de Engenharia Mackenzie), como também à sua participação no órgão da classe dos arquitetos; o Instituto Paulista de Arquitetos (IPA), do qual ele também

foi fundador e uma das figuras mais proeminentes. A revista *Architettura e Construcções*, porta-voz do Instituto e divulgadora das idéias de seus membros mais atuantes, era uma das principais tribunas do arquiteto, além de sua intensa atividade literária, sempre presente em vários órgãos da imprensa, de suas conferências e das inúmeras cartas que escrevia defendendo suas posições polêmicas.

A pesquisa no acervo de Christiano Stockler das Neves, doado pela família à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, serviu de base a este texto. Sua estimável colaboração nos 32 números da revista *Architettura e Construcções* também nos forneceu material precioso.

A influência da Escola de Belas Artes de Paris sobre a Universidade da Pennsylvania, onde Christiano diplomou-se em 1911, foi fundamental no desenvolvimento de suas idéias. Por ocasião de sua posse na direção da nova Faculdade de Arquitetura Mackenzie, em 1947, o colega que o saudou menciona sua “sensibilidade gaulesa, adquirida pelos eficientes métodos das grandes instituições de ensino da arquitetura norte-americana, como a Universidade da Pennsylvania”¹.

Sua concepção da evolução da arte, a consideração de que a arquitetura é arte e não ciência, a ênfase nas diferenças entre a formação do arquiteto e do engenheiro estão sempre presentes em suas polêmicas. Christiano também não distinguia o urbanismo da arquitetura, ambos vistos como obra de arte.

A procura constante do belo

Christiano Stockler das Neves foi o primeiro diretor da Faculdade de Arquitetura Mackenzie, que a partir de 1947 substituiu o antigo curso de Arquitetura por ele criado em 1917, na Escola de Engenharia Mackenzie.

Em seu discurso de posse, define “a arquitetura como a arte de construir com solidez, conveniência e beleza. Para ele, a arquitetura é o reflexo da cultura dos povos... Quando se diz arquiteto, subentende-se o artista e o construtor”.

Em nome das orientações que recebeu na Universidade da Pennsylvania, “aceita a evolução da arte sempre que não colida com os princípios imutáveis da beleza, que é eterna. Não somos intransigentes, mas não transigiremos para que se transforme a maior das artes numa indústria, em que a excentricidade e o utilitarismo são finalidades”².

Segundo sua visão, “os princípios fundamentais e imutáveis da

beleza, que regulavam os estilos do passado, deverão presidir os do presente e futuro. Só assim faremos boa arquitetura”³.

Insurgia-se contra aqueles que consideravam a arquitetura uma ciência. Citava Guadet, em socorro de suas idéias: “*Non, en art la science ne crée pas; elle s’abuse et se stérilise lors-qu’ elle prétend dépasser son rôle et sa fonction*”⁴.

Para ele, a “Mãe espiritual do Brasil” era a França. Louvava a herança que dela recebermos por intermédio da Missão Francesa: artistas notáveis, que, por meio da Escola Nacional de Belas Artes, “nos deram grandes mestres de arquitetura, pintura, escultura e gravura”. Lembra-va que “nossa tradição é latina”.

A arquitetura como arte

Para ele “Cidade é Arquitetura. Não é apenas função. Não é só para o corpo, mas também para o espírito. Por isso, o direito de construir, nas sociedades bem formadas, não pode ser separado do dever de se fazê-lo com beleza, razão de ser da Arquitetura, que é o corolário da mais alta civilização”⁵. A arquitetura, no seu entender, evolui lentamente, não pode ser consequência de um movimento revolucionário. Pode haver revolução na arte de construir, na técnica, na moda, mas, na Arte, jamais. Não há estilo arquitetônico que não tenha suas raízes no passado. Recorria a Cloquet, repetindo que “sempre que o arquiteto se afastar de um estilo anterior, cairá na excentricidade”⁶.

Confessava não ser contrário ao verdadeiro estilo moderno, conforme o praticado pelos arquitetos americanos e franceses, obedecendo a regras de arte, isto é, a proporção, caráter, harmonia. Condeno o “modernismo cabotino, apreciado por gente avessa ao bom gosto, que se afasta inteiramente dos princípios fundamentais da nobre arte arquitetônica somente para querer ser original”⁷.

Seus principais ataques dirigiam-se à “estandardização na arquitetura, que torna o arquiteto um negociante, um industrial, mas nunca um artista”⁸. Não julgava ser possível originalidade com estandardização, que considerava a “lei do menor esforço”. Invocava Ruskin, para afirmar que “não há normas e modelos para as produções de uma grande arte porque, assim, esta deixaria de existir para se tornar uma manufatura”⁹.

Rebelava-se contra os arquitetos estrangeiros recém-chegados, dizendo que “os arquitetos brasileiros não aceitam lições de gente ad-ventícia que aqui aporta, abusando de nossa liberalidade... esses *nou-*

veau arrivés não trepidam em escrever uma série de absurdos, certos de que estão pontificando em matéria desconhecida daqueles”¹⁰.

Considerava a edificação dita “funcional” sem estilo mera arte de construir, de requintado mau gosto, de caráter nitidamente comercial, industrial, prosaica, mera e feia moda. Era o resultado do “predomínio da técnica, que é objetiva, material, sobre a Arte, que é subjetiva, espiritual”¹¹.

No discurso de posse da direção da Faculdade de Arquitetura Mackenzie, Christiano faz sua profissão de fé, atacando as tendências modernas, denominadas, por ele, “arte futurista”. Enfatiza sua “resistência ao surto da mecanização da nobre arte arquitetônica, ocorrido após a Primeira Guerra Mundial, que tantos malefícios tem causado à estética das cidades e à educação artística da mocidade”¹².

Do ponto de vista do “ensino dessa grande arte, é praticamente o mesmo que para o da música. Diz-se que a música é a arquitetura dos sons e a arquitetura é a música da extensão. Num conservatório de música, estudam-se as grandes obras dos gênios do passado. Não se ensina compor ou executar sambas, *fox-trots*, tangos, milongas, rumbas ou frevos... Numa Faculdade de Arquitetura não se ensina a fazer edifícios grotescos, com formas tiradas de peças mecânicas, navais etc., nem tampouco de objetos bizarros, extravagantes... O direito de construir edifícios, ressalta, não deve estar separado do dever de fazê-lo com beleza”¹³.

Um de seus principais alvos de ataque era a arquitetura de Le Corbusier e seus seguidores: “Essas construções inexpressivas dos corbusieristas fundam-se, exclusivamente, no utilitarismo, na economia construtiva, facilitados pelos processos técnicos e inobservância das regras de arte. São edificações egoístas, em que só se cogita do conforto dos seus habitantes, pouco se lhes dando que o aspecto desolador da parte externa fira os olhos dos estetas e prejudique a harmonia urbana. Sempre que ao construtor faltam gênio e gosto, insiste na ciência. Justifica-se muito bem, portanto, o nome de ‘máquina de habitar’ dado a semelhantes concepções”¹⁴.

Não compreendia, portanto, que sejam consideradas obras de arquitetura as chamadas “máquinas de habitar” dos modernistas, dos homens que proscurem a tradição e querem industrializar a maior das artes.

Considerava o problema da habitação um problema menor, banal, principalmente para quem fez estudos clássicos. “O arquiteto que preza sua arte sente-se diminuído em tomar o lápis para riscar uma ‘máquina de habitar’, tal a infantilidade do problema e a ausência ab-

solta da beleza”¹⁵. Por isso, “nas escolas de arquitetura, os problemas referentes à habitação vêm em segundo plano, sendo considerados mais sob o ponto de vista construtivo. Não se cogita de composição de casas operárias e burguesas, bangalôs, chalés ou casas pré-fabricadas, embora faça-se o aluno conhecer todos estes tipos de habitação”¹⁶.

Christiano lamentava que essas ofensas ao bom gosto, que por aí vemos, tenham encontrado apoio em certa camada social e, até, no “poder público”.

O primeiro número da revista *Architectura e Construções*, em sua apresentação, declarava que “o ecletismo será nossa bandeira desfraldada”. Críticas a determinadas escolas e à arquitetura moderna, estavam presentes nessa apresentação. “Não nos preocupam os moldes estreitos e mesquinhos das denominadas escolas artísticas, nem aplaudimos a ânsia dos que buscam as fórmulas de originalidade esquisita, repudiando a tradição e menosprezando os mestres de ontem e as obras de arte consagradas pela seqüência dos séculos.”

Christiano condenava com severidade todas as formas de manifestação artística diversas de suas predileções — o clássico e o neoclássico greco-romano e o neoclássico francês à Luiz XVI.

“Não aceitaremos, aqui, essa pseudo-arquitetura, geralmente praticada e preconizada por elementos de outros nortes, inteiramente contrários às nossas crenças e tradições”¹⁷.

A diferença de formação do arquiteto e do engenheiro

A sensibilidade estética e a formação humanística, para ele, diferenciavam os arquitetos dos engenheiros.

Grande parte da atividade de Christiano liga-se à defesa da profissão de arquiteto, à regulamentação e ao reconhecimento da profissão.

Considerava lamentável que, no Brasil, ainda não estivesse claramente definida a profissão de arquiteto, que é confundida com a do engenheiro, do empreiteiro e do mestre-de-obras. Para ele, o “engenheiro não possui os estudos artísticos e é um arquiteto incompleto”¹⁸.

Ao contrário de Lúcio Costa, que considerava que a “verdadeira tradição estava ali mesmo, a dois passos, com os mestres-de-obra”¹⁹, Christiano menosprezava esses profissionais, que, a seu ver, muito prejudicaram a estética de nossas cidades, “que nada entendem de técnica ou arte e, muito menos, de conforto”²⁰.

Desfazer o que ele chamava de equívocos e esclarecer a confusão que envolvia essas profissões foi uma de suas batalhas. Amparava-se,

para tanto, em exemplos franceses, como na definição da Sociedade dos Arquitetos Franceses, que definia o arquiteto como “o artista que compõe os edifícios, determina-lhe as proporções, distribuições, decorações e que os faz executar sob suas ordens”²¹. Em sua opinião, na construção o arquiteto é o senhor supremo, assume toda a responsabilidade na construção. É, ao mesmo tempo, um artista e um prático. Recorria igualmente a Charles Blanc, da Academia Francesa e da Academia de Belas Artes de Paris, que dizia que *“dans tout véritable architecte il y a deux hommes, un artiste et un constructeur. Ces deux hommes sont réunis en un seul et ils doivent l’être, l’un pratiquant ce que l’autre a conçu, et tous les deux se concertant pour mettre l’utile à l’unisson du beau. Mais ce qui, dans l’architecture, concerne la science, doit être pour nous nettement distingué de ce qui est art”*²².

Julien Gaudet, professor de Arquitetura da Escola de Belas Artes, também era invocado para defender a idéia de que a arquitetura tinha um caráter distinto: *“Voyez combien son inféconds les essais de créations émanés d’hommes qui, si intelligents qu’ils fussent, n’avaient que la science à leur disposition. Ils ne peuvent rien imaginer, rien créer: armés pour le contrôle, ils ne peuvent que prendre du tout fait, varier les portées ou les écartements, resoudre á nouveau le problème déjà resolu en changeant seulement ses données numériques. L’art seul peut créer: l’art seul peut combiner les éléments, c’est à dire composer; combiner les proportions, c’est à dire étudier”*²³.

Arquiteto, para Christiano, era aquele que conhece à arte e a ciência da construção e é por isso que nos cursos de arquitetura são incluídos os estudos técnicos: “Torná-la mais científica do que artística é um erro, um disparate”. E alertava os engenheiros, lembrando-lhes que “é muito mais difícil criar do que construir”²⁴.

O arquiteto idealiza, calcula, executa, aliando a arte arquitetônica à arte de construir. A arquitetura é precursora da engenharia, que nasceu com a máquina a vapor, e não um ramo desta, como se pretendeu²⁵.

Ele declarava que, “sem falsa modéstia”, ninguém no Brasil tem batalhado com mais ardor e tenacidade para a elevação do nível da profissão; sempre lutou pela realização de concursos de arquitetura, solicitando a abertura de concursos para todas as obras públicas do Estado. “O único meio honesto, leal, liberal e econômico é a instituição do concurso, desde o projeto, para toda a obra pública. É o concurso que põe em evidência os mais hábeis, revela a nulidade, compromete as reputações usurpadas e diminui os perigos do favoritismo”²⁶. Para ele, os projetos para os monumentos públicos só deverão ser feitos por

concurso entre arquitetos, devendo o autor premiado dirigir os trabalhos técnicos e artísticos para a perfeita execução do seu projeto.

À frente do Instituto Paulista de Arquitetos (IPA), uma de suas principais atuações foi a de defender a classe e protestar e lutar pela anulação de decretos e atos que julgava serem prejudiciais aos arquitetos.

O Instituto, criado em 1930, era uma associação destinada principalmente à manutenção de um centro de cultura, visando “à elevação do nível moral, intelectual e material da classe”²⁷. Propunha-se, também, a coordenar os esforços individuais dos profissionais que se dedicam à arquitetura e promover o intercâmbio de idéias com associações congêneres.

Era dever do Instituto, segundo seus estatutos, “trabalhar junto aos poderes públicos no sentido de prestigiar e beneficiar o exercício da profissão”²⁸. Esse trabalho incluía a elaboração de tabelas de honorários, que deveriam ser respeitadas, estimular o ensino da arquitetura, das artes e ofícios que lhes são correlatos, contribuir para a educação estética da sociedade, promover concursos, exposições, conferências, fomentar o intercâmbio artístico, zelar pelo patrimônio artístico nacional e concorrer para a solução amistosa de questões que possam surgir entre arquitetos, proprietários e empreiteiros, quando sua intervenção for solicitada.

A primeira diretoria do Instituto Paulista de Arquitetos era constituída pelo presidente, arquiteto Bruno Simões Magro, vice-presidente, Francisco Prestes Maia, primeiro-secretário, Christiano Stockler das Neves, segundo-secretário, José Maria das Neves, primeiro-tesoureiro, Dácio de Moraes e segundo-tesoureiro, Alcides Xande.

Faziam parte do Conselho Deliberativo os arquitetos Carlos Eckman, Francisco J. Kosuta, Edmundo Krug, Guilherme Winter e Abelardo Soares Caiuby.

O engenheiro-arquiteto Bruno Simões Magro, primeiro presidente eleito do IPA, lembrava que “o Instituto de Engenharia de São Paulo possui uma divisão de arquitetura, da qual o IPA será ‘complemento’, mantendo com este ‘relações as mais cordiais’²⁹. Declarava também que a orientação a ser seguida pelo Instituto era a de que todas as correntes arquitetônicas seriam respeitadas, não havendo obrigação dos sócios de seguirem determinada tendência.

As atitudes de Christiano e a veemência de suas críticas à formação dos engenheiros e à arquitetura moderna nos fazem duvidar da “cordialidade das relações”, assim como do respeito que “todas as correntes arquitetônicas” teriam no IPA.

A revista *Architectura e Construções*, que teve seu primeiro número publicado em agosto de 1929, era ligada ao IPA e divulgava suas atividades.

O engenheiro Júlio Capua foi o fundador da revista, sendo seus colaboradores efetivos os engenheiros civis, os Profs. Drs. Antonio Ippolito e Arthur Motta, o arquiteto Christiano Stockler das Neves e o engenheiro-arquiteto Dácio de Moraes.

“O “escopo” da revista, abria seu primeiro número dizendo que a revista “representa uma necessidade do meio em que vivemos, aparece por um determinismo imperioso”³⁰. Lembrava que “a cidade de São Paulo cresce à razão de 5.000 casas por ano, que a expansão da bela cidade do Rio de Janeiro se efetua com a mesma desordem, que se desenvolvem, em todo o Brasil, milhares de núcleos urbanos, e que não tínhamos até agora uma revista de arquitetura!”³¹.

Embora o maior destaque da revista fosse dado à Arquitetura, a parte técnica também era objeto de artigos com soluções para problemas práticos e indicações tendentes a remover dificuldades encontradas pelos construtores.

A “arquitetura paisagística” também tinha lugar constante na revista. “Os elementos estáticos definidos pela vegetação, pela nossa flora, os jardins, os bosques, parques e arborização de vias públicas e terrenos privados, serão objeto de sessão permanente”³².

A anulação de dispositivo do novo Código de Obras do Rio de Janeiro, em 1931, que tornava exclusividade do engenheiro civil a apresentação de projetos e execução de serviços de cimento armado, foi uma das batalhas na qual se envolveu. Dirigindo-se, em nome do Instituto Paulista de Arquitetos, ao Interventor do Distrito Federal, “protestava e solicitava as necessárias providências para que o referido decreto fosse anulado, como incoerente; injusto, e visando, abusivamente, a um monopólio que absolutamente não tem razão de ser, por ferir direitos adquiridos;.. os arquitetos precederam os engenheiros nas obras de arquitetura e são os verdadeiros homens de mister, porque são artistas e técnicos, enquanto que os engenheiros são apenas técnicos. Os cursos de estudos de arquitetos incluem todas as matérias que o habilitam a projetar e construir obras de cimento armado, sendo estranhável que tal monopólio não tivesse encontrado o imediato protesto dos arquitetos do Distrito Federal. O monopólio conseguido pelos engenheiros civis é odioso e vem ferir direitos adquiridos pelos arquitetos, grande número dos quais já projetaram e construíram obras de tal natureza e grande importância. Lembrava, também, que “além de cercear a liberdade profissional, é uma *capitis diminutio* ao preparo

técnico do arquiteto, cujas atribuições profissionais são perfeitamente definidas e compreendidas nos demais países civilizados³³.

Em julho de 1935, reivindicava a garantia de estabilidade para a classe, alegando que “a classe dos arquitetos constitui parcela ponderável do meio social, e ainda não logrou a menor regalia nem a menor garantia de estabilidade”. Lembrava que, “nos países da Europa e América, a estabilidade dos arquitetos, tal como a sua proteção social, são assuntos já consagrados há muito tempo”. A Constituição Federal estabelecera “representação de classe às regras relativas ao trabalho dos operários e empregadores, assegurando-lhes estabilidade, férias e aposentadoria”. A classe dos arquitetos tem demonstrado “sua indiscutível utilidade social, e, apesar disso, não goza ainda de qualquer garantia ou vantagem legal à altura da missão, que lhes assegure o futuro dos seus”. Propunha ao governo do estado “facilitar ao Instituto Paulista de Arquitetos a inscrição de seus sócios no Montepio Paulista, com os mesmos direitos e vantagens dos funcionários públicos”. Sugeriu “fosse nomeada comissão para redigir e pleitear na Assembléia Constituinte que a distribuição da representação classista, constante do projeto da Constituição Estadual, fosse modificada para que se contemple a nossa classe com uma cadeira³⁴”.

A oposição ao futurismo

Os primórdios do movimento moderno em arquitetura não foram tranqüilos. Enquanto adeptos fervorosos defendiam com ardor novas idéias, outros não aderiam às novas teses e atacavam com veemência o que era novo.

Christiano das Neves se dizia um velho “combatente contra extremismos na Arquitetura”. Já em 1917, foi contrário à adoção, entre nós, do chamado estilo colonial, oriundo do barroco português; considerava esse estilo “decadente, bizarro, extravagante”, contra o qual houve uma forte reação em França com o Luiz XVI, Império e Neoclássico. Classificava essa arquitetura como “decrépita e abastardada³⁵”. No Brasil, “os solares e as igrejas coloniais (oriundas do barroco jesuítico, o pior que já existiu) só podem ser olhados também com uma ternura saudosa, mas sem a admiração que consagrou os grandes estilos da arquitetura passada³⁶”. Os apologistas da tradição portuguesa insurgiram-se contra mim, porém, hoje, vejo que os apologistas resolveram usar o Missões. Não se fala mais no Colonial³⁷.

Carlos Lemos, comentando o neocolonial, ressalta seu caráter de

“modernidade, de reação à arquitetura antiga neoclássica rançosa que os imigrantes haviam construído à exaustão”. Referindo-se à produção de Christiano S. das Neves e, em especial, ao Edifício Sampaio Moreira, Carlos Lemos insere-a no “receituário historicista do ecletismo”³⁸. Lembra, também, que “a década de 20 foi o tempo das notícias sobre a nascente arquitetura moderna, e que talvez um ou outro literato tenha visto o nome de Le Corbusier em revistas francesas, e até Monteiro Lobato sabia da existência de Otto Wagner, mas aqui ninguém da profissão dava mostras de se ter comovido com a nova estética racionalista”³⁹.

A defesa da “beleza” que Christiano defendia com tanta veemência era contestada pelos modernistas, entre os quais se destacam Mário de Andrade, Oswald Andrade e Flávio de Carvalho, que defendiam a arquitetura importada “de outros nortes”, como dizia Christiano. Em alguns de seus artigos eles defendem a arquitetura moderna e ironizam as idéias defendidas por Christiano das Neves.

A noção de que os vários “neos” góticos, renascentistas coloniais, eram falsos e de que a introdução da arquitetura moderna significava a adoção de um estilo próprio era defendida por Mário de Andrade, que lembrava que “o falso pode ser muito bem feito e bonito, mas é um falso, e a vida não é feita apenas de beleza. O falso não possui aquela orgulhosa e interior razão de ser que legítima qualquer passado. A Arquitetura também possui um destino, que não consiste em ser ela bonita, mas agasalhar suficientemente não um corpo mas um ser humano, com corpo e também alma. A arquitetura modernista não desmente ou destrói, qualquer que seja, os ‘verdadeiros’ estilos de arquitetura que a História enumera. Mas uma casa modernista, como a de Gregori Warchavchik, berra, junto desses bangalôs, chacinhas neocoloniais, pudins, marmeladas e xaropes que andam por aí”⁴⁰.

Dentro dessa polêmica e a propósito da mesma obra de arquitetura, Oswald Andrade ressaltava que a casa de Warchavchik “encerrava o ciclo de combate à velharia, iniciado por um grupo audacioso, no Teatro Municipal, em fevereiro de 1922. É a despedida de uma época de fúria demonstrativa”. Constituía, portanto, um marco. E, elogiando a capacidade e a estupenda personalidade do arquiteto que se “dissimula nos móveis, paira nas cortinas, floresce em cactus nos jardins e reúne a copa, a escada, a garagem e os dormitórios num sossego bom e esportivo, comercial e vitorioso — como deve ser o cenário otimista da vida de cada dia neste século bandido” — provocava: “Será possível que um bom pedreiro como o Sr. Christiano das Neves pode conseguir o mesmo arranjo maravilhoso? Não e não!”⁴¹.

Para Flávio de Carvalho, uma casa moderna “representa, na nossa vida, um encanto novo”. A arquitetura moderna para ele significa progresso: “O homem insurge-se contra o passado e mostra, no seu inconsciente, uma nova fórmula — progredir. O progresso produz no homem o entusiasmo pelo desconhecido, o desejo de ver uma coisa que ele ainda não viu. A arquitetura apresenta-se como um novo problema, nada tem a ver com o que se fez até hoje”. A arte e a ciência entram numa nova fase de romantismo emotivo. A nova arquitetura, para não cair na monotonia das coisas, precisa ser emotiva e romântica. Precisa criar novos ideais, precisa mudar sempre... Simbolizar exaltadamente a idéia de vida: mudar...”⁴²

As idéias sobre urbanismo

É difícil separar, no pensamento de Christiano Stocker das Neves, o arquiteto do urbanista. Em todas as suas manifestações, a arquitetura e o urbanismo estão entrelaçados, e são considerados obra de arte. “Urbanismo quer dizer harmonia urbana. Harmonia é arte”⁴³. A dimensão estética da cidade está sempre presente em seu pensamento: um projeto de cidade para ele era uma obra de arte.

No artigo “Arquitetura de Cidades e Edifícios”, já citado, ressalta que “toda edificação ou traçado de cidade que não obedecem aos princípios da Arte (fim) e Tradição (meio) não são obras de arquitetura”.

Para ele, os propósitos do urbanismo se confundem com uma vasta composição arquitetônica, uma composição cujo plano, acima de todas as suas funções, deve responder aos princípios de harmonia dos edifícios que agrupará: “A principal parte do urbanismo é a composição artística.” Tudo o mais são subsídios a essa composição que incumbe ao arquiteto. Eis por que “os grandes urbanistas do mundo são arquitetos”⁴⁴.

Dentro dessa visão, considerava até natural que cada urbanista pense a cidade a seu modo e queira impor seus pontos de vista e que, portanto, surjam daí controvérsias. Considerava o trabalho do urbanista um trabalho pessoal, onde a personalidade ao “artista” se refletia, Christiano, sem dúvida, nutria profunda admiração pela teoria urbanística de Camilo Sitte, cujo pensamento serviu de base a muitas de suas reflexões.

Uma série de posições assumidas por Christiano ao longo da obra foram originárias de Camilo Sitte, algumas delas citadas apontando a

fonte, outras dispersas no decorrer de seu discurso, como apontamos a seguir:

“Os conjuntos urbanos e a expansão das cidades neste século se tornaram uma questão puramente técnica, negligenciando-se o aspecto artístico.” Os conjuntos urbanos modernos exigem a renúncia a um grande número de motivos artísticos... “É necessária uma luta contra a atual falta de gosto”... É impossível se alcançar um plano urbano satisfatório através de meios burocráticos... “Um plano de cidade como uma obra de arte não pode ser criado por comissões nem por repartições, mas somente por um indivíduo”... Um plano urbano artisticamente efetivo também é uma obra de arte, e não uma mera questão administrativa”... “A importância da tradição artística na criação de conjuntos urbanos”... “A inexistência hoje de uma tradição artística sólida e vivida por nós, resultando numa confusão desordenada”... “É fundamental o estudo das obras da Antiguidade”... “Esta nossa era, predominantemente materialista, talvez possa ser elucidada a respeito da necessidade de uma construção urbana orientada pela arte... Necessidade de uma revitalização artística da construção urbana.”

Na sua crítica aos urbanistas modernos, Christiano recorre também a Henri Churchill, autor de “Ciência e Arte em Arquitetura e traçado de cidades”: “Os traçadores de cidades dos tempos passados sabiam que classe de cidade desejavam. Focalizavam o projeto de maneira limitada e singela. Os de hoje não têm a menor idéia da classe de cidade que desejam nem o que esta irá parecer. Têm toda a tecnologia à sua disposição, para construir qualquer cidade que desejam, porém não têm idéia do que esta deva ser, exceto que deverá ser melhor do que a que temos”.

Uma das questões que preocupava Christiano, também na esfera do urbanismo, era a confusão entre as atribuições do arquiteto e do engenheiro. O subsídio do engenheiro nas questões de urbanismo “é o mesmo dos economistas, dos higienistas, dos filósofos etc., mas a questão de ordem estética é primordial”. Quem não possui os estudos artísticos só pode ser um urbanista teórico. Conseqüentemente, o “urbanismo é uma modalidade da arquitetura, mas nunca da engenharia, pois esta é alheia à arte”⁴⁵.

Lembrava que Prestes Maia caçoava do surto urbanístico, classificando o urbanismo “como disciplina amena e prestável a dissertações filosófico-literárias, que se tornou monomania como tantas outras que a História registra”⁴⁶.

Christiano enfatiza que, com o concurso dos arquitetos, a fisionomia de nossa capital será bem outra, e que um grande passo em prol

de uma boa arquitetura para São Paulo foi o ato do Dr. Anhaia Mello, que institui, quando prefeito, a censura estética para os projetos de arquitetura. “Serão evitados, assim, os tão freqüentes atentados à estética, praticados por gente bisonha na arte”⁴⁷.

Christiano classificou sua gestão à frente da Prefeitura de São Paulo, entre 15 de março e 31 de agosto de 1947, como a do “Prefeito do Desencanto”⁴⁸, devido aos planos que não conseguiu levar a termo. Relembrando suas atividades como prefeito, ressalta que “a cidade não pode continuar crescendo desordenadamente. Necessita de zoneamento. E foi por isso que criou a Comissão do Plano Diretor da cidade.⁴⁹ Criou também a Secretaria de Educação e Cultura, com a finalidade de iniciar o ensino primário no município. Criou ainda o Departamento de Arquitetura, na Secretaria de Obras, para colaborar com a Comissão do Plano Diretor da cidade e elaborar projetos para as construções municipais que não fossem de vulto, e examinar e aprovar ou rejeitar plantas de construções particulares, sua fiscalização etc. Outra iniciativa foi a Comissão de Estética, cuja finalidade era evitar abusos de “uma certa liberdade plástica” preconizada pelo falso modernismo. Seria um órgão a zelar pela estética urbana, coisa que na velha Grécia era exercida por sábios e artistas.

A veemência com que expunha suas idéias, consideradas antiquadas inclusive por seus alunos na Faculdade de Arquitetura Mackenzie, acabou por isolar Christiano, que inclusive tinha consciência desse isolamento. Em carta escrita a Cordeiro de Azevedo, em 1939, ele declara: “Não me importa hoje que eu esteja quase sozinho na minha luta contra o futurismo corbusiético, um outro extremismo em *architecture à la porté de tous*”.

Os herdeiros de seu pensamento, do ponto de vista de ensino, foram alguns alunos do curso de especialização, que se tornaram professores da Faculdade de Arquitetura Mackenzie, e que não conseguiram transmitir a seus discípulos os ensinamentos que receberam do mestre. Entretanto, a influência de Christiano em suas aulas de composição artística, exigindo dos alunos uma formação clássica rigorosa, sem dúvida contribuíram para que, a partir de 1952/53, todos os concursos de arquitetura fossem vencidos por alunos do Mackenzie.

NOTAS

1. Discurso proferido pelo Prof. Francisco Esteves Kosuta, saudando o novo diretor da Faculdade.

2. Discurso de posse proferido pelo arquiteto Christiano Stockler das Neves na cerimônia de instalação da Faculdade de Arquitetura Mackenzie, em 12 de agosto de 1947.
3. Ibidem, Discurso de posse.
4. Stockler das Neves, Christiano. "Architecctura e Engenharia. Considerações sobre o recente Congresso de Architectos". *Architectura e Construções*, vol. II, dezembro, 1930, nºs 15,16,17.
5. Stockler das Neves, Christiano. "A Arquitetura das cidades e edifícios". In: *Revista de Engenharia da Universidade Mackenzie*, 1941.
6. Stockler das Neves, Christiano. "A pretensa Arquitetura Modernista". *Architectura e Construções*, Vol. I, agosto, 1929.
7. Carta a Gondim da Fonseca, jornal *Correio da Manhã*, em 8 de dezembro de 1936.
8. Stockler das Neves, Christiano. "O Comunismo Architectonico. Vati-cínios de Keyserling para o Brasil". *Revista Architectuta e Construcções*.
9. Ibidem, "O Comunismo Architectonico".
10. Ibidem, "O Comunismo Architectonico".
11. Carta ao Prof. Carvalho Pinto (sem data).
12. Ibidem, Discurso de posse.
13. Ibidem, Discurso de posse.
14. Ibidem, Discurso de posse.
15. Ofício ao Ministro da Educação e ao Diretor da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro.
16. Ibidem, Ofício ao Ministro da Educação.
17. Ibidem, discurso de posse.
18. Trabalho apresentado no III Congresso Pan-Americano de Arquite-tos. "A profissão do arquiteto no Brasil". Christiano S. das Neves, julho, 1927.
19. Costa, Lúcio. "Documentação necessária".
20. Ibidem, Discurso proferido em 2 de janeiro de 1923.
21. Ibidem, "A profissão do arquiteto no Brasil".
22. Ibidem, "A profissão do arquiteto no Brasil".
23. Ibidem, "A profissão do arquiteto no Brasil".

24. Ibidem, “A profissão do arquiteto no Brasil”.
25. Ibidem, Discurso de posse proferido pelo arquiteto Christiano Stockler das Neves, em 12 de agosto de 1947.
26. Discurso proferido em 2 de janeiro de 1923, na colação de grau aos engenheiros de 1922 da Escola de Engenharia do Mackenzie College, por seu paraninfo, Christiano Stockler das Neves, professor catedrático de Arquitetura.
27. Entrevista concedida ao Diário da Noite pelo Presidente do Instituto Paulista de Arquitetos, engenheiro-arquiteto Bruno Simões Magro. Revista *Architectura e Construções*, vol. II, set, 1930, nº 14.
28. Ibidem, *Architectura e Construções*, vol. II, set 1930, nº 14.
29. Ibidem *Architectura e Construções*, vol II, set 1930, nº 14.
30. *Architectura e Construções*, vol. I, agosto 1929.
31. Idem, *Architectura e Construções*, vol. I, agosto 1929.
32. Ibidem, *Architectura e Construções*, vol. I, agosto 1929.
33. Carta ao Interventor do Distrito Federal, em 1 de outubro de 1931.
34. Carta escrita em 3 de julho de 1935.
35. Neves, Christiano S. “O que é arquitetura”. Revista *Architectura e Construções* nº 5, dezembro 1929.
36. Ibidem, “O que é arquitetura”.
37. Carta dirigida a Gondim da Fonseca, *Correio da Manhã*, em 8 de dezembro de 1936.
38. Lemos, Carlos. “Ramos de Azevedo, seu escritório”. São Paulo, Pini, 1993.
39. Ibidem, Lemos, Carlos.
40. Andrade, Mário. “Exposição duma casa modernista”. *Diário Nacional*, São Paulo, 5 de abril de 1930.
41. Andrade, Oswald. “A casa modernista, o pior crítico do mundo e outras considerações”. *Diário da Noite*, São Paulo, julho 1930.
42. Carvalho, Flávio R. de. “O Modernista Warchavchik”, 1930.
43. Ibidem, “Architectura e Engenharia. Considerações sobre o recente Congresso de Architectos”.
44. Ibidem, “Architectura e Engenharia. Considerações sobre o recente Congresso de Architectos”.

45. Ibidem, "Architectura e Engenharia. Considerações sobre o recente Congresso de Architectos".
46. Ibidem, "Arquitetura de cidades e edifícios".
47. Ibidem, "Architectura para nossa capital".
48. Entrevista do Arquiteto Christiano Stockler das Neves à *Folha da Noite*, 11 de novembro de 1957.
49. Ibidem, Entrevista à *Folha da Noite*, 11 de novembro 1957.

Arquitetura fascista e o Estado Novo: Marcello Piacentini e a tradição monumental no Rio de Janeiro

Marcos Tognon

Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Introdução*

Durante o “Governo Provisório” (1930-37) de Getúlio Vargas é promovido um significativo projeto dentro do processo de reformas sociais pretendidas: a Universidade do Brasil. Não significava apenas a criação de uma instituição pública voltada ao ensino superior, mas, a partir de sua configuração espacial, de um “novo lugar”, pleno de valores cívicos

* Este texto tem como base documental as pesquisas documentada em nossa dissertação de Mestrado defendida no Programa de História da Arte e da Cultura no Departamento de História do Instituto e Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, em 1993, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Coli, e que será publicada pela Editora da UNICAMP com o título *Arquitetura e Fascismo: a obra de Marcello Piacentini no Brasil*.

e representativos da ideologia totalizadora do futuro “Estado Novo” na cidade do Rio de Janeiro.

O projeto para campus da Universidade do Brasil é inicialmente encomendado ao arquiteto romano Marcello Piacentini, um dos mais importantes protagonistas da cultura artística da primeira metade deste século na Itália. Este convite ao maior representante da cultura fascista em termos de arquitetura e urbanismo — Piacentini foi o autor dos maiores projetos urbanos na Itália, nesse período — significaria também um alinhamento entre o Brasil e, de certo modo, os ideais de Mussolini. Lembramos as palavras do embaixador brasileiro em Roma, em 1935, dirigidas a Gustavo Capanema, no momento da oficialização do convite a Piacentini:

“Pode ser que o Governo italiano não esteja muito propenso a facilitar a vinda do Senhor Piacentini. Neste caso, como melhor argumento de persuasão, Vossa Senhoria poderá fazer-lhe ver o atto expressivo e significativo que terá para o nome da Itália em geral, e do regime fascista em particular, uma obra do vulto e da natureza da que se projecta levantar no Brasil, como a cidade universitária, traçada e executada pela mão de um architecto italiano. Não haverá certamente melhor e mais duradoura propaganda para a cultura italiana no Brasil do que essa, que deverá impressionar não ao somente a geração atual dos nossos universitários, mas ainda os que do futuro virão, dado o caráter por assim dizer imperecível da futura cidade dos estudantes brasileiros.”¹

A perspectiva para o Estado Novo, ou seja, para uma ditadura centralizada na figura de Getúlio Vargas, era, ainda em 1935, uma “aspiração”: o Governo Provisório estava se alinhando progressivamente às pretensões totalizadoras na política, economia e cultura dos países que viviam sob um regime centralizador, e particularmente a Itália na figura do Duce e o seu regime político consagrado desde 1922.

Em dezembro de 1938, realizou-se, na cidade do Rio de Janeiro, a exposição comemorativa do primeiro ano do “Estado Novo”, e o projeto da Cidade Universitária de Marcello Piacentini e seu assistente Vittorio Morpurgo foi apresentado como um dos grandes empreendimentos previstos dentro do quadro de reformas culturais para o país. Teríamos, de certo modo, a conclusão quanto a uma política preten-

dida, as reformas sociais a serem promovidas e suas formas correspondentes na arquitetura e no urbanismo: a “cidade universitária” apresentada pelos arquitetos italianos, um grande complexo de construções e vias projetados na região do Parque da Quinta da Boa Vista, seria a primeira proposta de “espaço urbano” em consonância com a “nova” era Vargas.

Do projeto da Cidade Universitária

Ocupando uma enorme área ao noroeste da cidade do Rio de Janeiro, o Parque da Boa Vista e o Morro do Telégrafo foram definidos como sítio privilegiado para a construção da futura “Cidade Universitária” em 1936². O projeto de Marcello Piacentini e Vittorio Morpurgo, desenvolvido a partir de 1937, previa a construção de quase dois milhões de metros quadrados, distribuídos em vários edifícios, que iriam compor diversos complexos (Reitoria, Ciências Médicas, Belas Artes, Esportivo, Engenharia e Residencial). O projeto dos arquitetos italianos, contrário ao que aconteceu com os projetos de Le Corbusier e Lúcio Costa, foi aprovado pela Comissão de Professores, instância, podemos dizer, representante dos ideais aspirados por Capanema e, por fim, por Vargas.

Esse projeto de Piacentini e Morpurgo consistia, de fato, em uma “cidade”: articulação de avenidas e vias secundárias, disposição de conjuntos de edifícios, praças, ou seja, de um desenho urbano especular para um programa social preciso de educação e de representação de ideais políticos cultivados por um regime centralizador.

Evitando a concepção de um espaço urbano pela “retícula”, o projeto de Piacentini para a Cidade Universitária se articulava basicamente pelas grandes avenidas dispostas na região plana do Parque da Quinta da Boa Vista. Vetores, eixos que dispunham “lugares”, estas grandes avenidas eram inspiradas nos traçados de parques franceses e italianos dos séculos XVII-XVIII. A partir do estabelecimento dos “lugares”, isto é, de posições territoriais convenientes para os núcleos edífícios, eram definidas praças pelas quais os respectivos edifícios se articulavam, conformando sempre “espaços monumentais”, caracterizados pela distribuição hierárquica dos edifícios, segundo uma escala de valores que se visava ora pelo programa de uso, ora pelo seu significado simbólico dentro da composição do quadro urbano dessa cidade.

A arquitetura dos edifícios é, em essência, clássica: pórticos, composição de fachadas a partir de tramos rítmicos, simetria e hierarquia

na distribuição das partes. Neste sentido, o conjunto edilício da Reitoria é exemplar: quatro grandes blocos que estabelecem a configuração dos limites de uma praça retangular fechada, e, resultando, visualmente, uma progressão na disposição de cada uma de suas partes. Constituído a "frente" da praça, temos um grande pórtico de entrada, que permite uma separação entre tráfego de automóveis e pedestres, propiciando a este último a circulação ao interior deste espaço, sem, no entanto, barrar a visão do conjunto. Nos limites laterais, temos os edifícios das Ciências Humanas e Naturais, construções horizontais, compostas por ritmos que atestam o mesmo princípio do pórtico. Como encerramento dessa praça, temos o prédio da Reitoria, o prédio mais importante, predominantemente vertical, com um pórtico a sua frente, composto aqui por grandes colunas. É a partir deste edifício que entendemos toda a composição da praça, sua simetria, sua regularidade, seus aspectos predominantes. Há, de fato, uma "estratégia clássica" na definição desse conjunto arquitetônico, baseada na variedade e na unidade. Pela variedade, desenham-se vários pórticos, ritmos, aberturas, tanto no sentido vertical quanto horizontal; mas a unidade é garantida pela predominância de uma mesma plástica a todas as formas edilícias, *squarata* desde os volumes até os elementos particulares construtivos. E podemos concluir também que é esta arquitetura disciplinada pela geometria regular, hierárquica, submetida às composições dos conjuntos, que configura a "cidade" universitária na sua totalidade. Arquitetura da cidade, arquitetura é cidade.

O projeto de Piacentini e Morpurgo estabelece uma outra dimensão, que lhe é fundamental: constituir uma articulação com a cidade do Rio de Janeiro, por meio de uma grande avenida prevista pelos arquitetos desde a antiga Praça da República (na Avenida Presidente Vargas) até o pórtico da Praça da Reitoria. O espaço monumental que conclui esta avenida seria uma continuação ideal da Avenida Presidente Vargas rumo a uma nova vertente de crescimento da cidade. Piacentini e Morpurgo propoariam, assim, uma conclusão monumental para os eixos fundamentais do Rio de Janeiro desde o início do século, lembrando inclusive a Avenida Central.

O projeto de Piacentini e Morpurgo possui uma dimensão política que, de fato, nos interessa para a discussão, neste Seminário, sobre políticas urbanas, o urbanismo e, enfim, à própria arquitetura e às suas relações com as ideologias que implementam o espaço urbano. Embora não tenha sido realizado, este projeto se constitui uma importante referência urbana de origem italiana "transferida" para o contexto bra-

sileiro, reunindo uma série de discussões e posicionamentos que se estenderam por quase vinte anos.

Arquitetura e Cidade, Ordem e Disciplina

Uma das grandes questões de debate na Itália, durante o Regime fascista ao longo dos seus vinte anos, foi sobre qual seria a melhor arquitetura, o melhor desenho de cidade, de espaços públicos, de edifícios governamentais que “representassem” o poder político. Pietro Maria Bardi, um dos mais importantes protagonistas da cultura artística daquele período, proclamara de certo modo a sentença à qual todas as tendências artísticas e arquitetônicas deveriam se alinhar:

*“architettura, arte di Stato”*³

Entre estas diversas tendências, aquela liderada por Marcello Piacentini, denominada pela moderna historiografia de *Novecento*, tinha, como principal preocupação, o resgate da tradição clássica sobre uma plástica atualizada. Isto significava empregar tipologias, ou mesmo inventar a partir das existentes, nas concepções de edifícios por uma plástica que se definiria como *squadrata*. Paredes lisas, aberturas simples, mas sempre mantendo a definição das obras pelos ritmos compositivos, pelos princípios clássicos da regularidade e do cuidado com a proporção. Com relação aos espaços urbanos, esta mesma tendência procurou — fundamentalmente, Piacentini foi o grande mentor — recuperar os princípios oriundos de diversos períodos considerados importantes para a formação das cidades ocidentais, como o fórum da Antiguidade, os espaços barrocos de Roma, os parques franceses. Isto não implicava a negação das conquistas urbanas modernas, como as infra-estruturas de águas, de circulação etc. De fato, o fator importante para a corrente do *Novecento*, liderada por Piacentini, era a submissão das conquistas técnicas e higiênicas à estética proposta para espaços importantes.

Edilécia Cidadina é a expressão que Marcello Piacentini empregou para definir uma concepção de cidade como uma *Grande Arquitetura*. Trata-se de um espaço total, uma obra de arte, capaz de representar os valores de uma sociedade:

*“A arquitetura (...) espelha, mais do que qualquer outra arte, a fisionomia da sociedade”*⁴

A arquitetura não é concebida como um objeto isolado no tecido urbano, mas como um fragmento, uma subunidade:

“em outros termos, a ‘unidade de composição’ [urbana] não é mais a pequena vila ou a casa, mas a rua, e a casa e a vila passam, por sua vez, a ser consideradas subunidade, frações da unidade.”⁵

Este espaço, que, portanto, terá a arquitetura como principal protagonista, mas que visa antes de tudo à dimensão urbana, é um espaço civilizador, pedagógico:

“O sentido da arte [contido na arquitetura] deveria ser possuído por cada cidadão, regulador de cada ato de sua vida, de seu movimento, sentido que, até hoje, foi descuidado por muitos, e poderia render incomensuráveis benefícios sociais; somente compreendendo e amando o belo se adquire o sentido do respeito para si mesmo, para os indivíduos e para as coisas. Mas como cultivar esta educação senão predispondo o ambiente? Como desenvolver este sentido estético no cidadão se não lhe é criado um entorno, nas ruas, nas praças, nos jardins, toda uma atmosfera de harmonia e de beleza?”⁶

Assim, propor um espaço urbano para Piacentini e muitos dos seus seguidores na arte edilícia é configurar um espaço que tenha a visibilidade da própria sociedade, da cultura que o concebe. A ordem, a justa relação entre as partes e o todo, o ritmo, que é pura relação num conjunto da arquitetura, são, em primeira instância, a própria organização política. Aquela arquitetura inclusiva, que não se compromete com a cidade, com a própria organização da sociedade, é totalmente equivocada e “acadêmica”⁷:

“O homem de hoje não tem mais — dentro de certos limites — valor pessoal. Um homem, hoje, também de grande engenho, é uma parte de um partido político, qualquer que seja esse partido, um fragmento de uma associação; e isto é verdade também se a sua essência de submúltiplo permanecer somente platônica e abstrata. O homem isolado, o livre pensador, desapareceu, ou pelo menos não interessa mais, porque, como é constituída a sociedade, ele não

é útil. É a coletividade, é o organismo que avança, que vence, que domina. A Grande Guerra demonstrou a verdade desta afirmação também no campo militar."⁸

A Cidade Universitária do Rio de Janeiro, no projeto de Piacentini e Morpurgo, nos traria, portanto, estas concepções privilegiadas de espaço urbano em dois aspectos essenciais:

Primeiro, que os espaços urbanos são, antes de tudo, coletivos e próprios para a representação dos respectivos valores ideológicos da sociedade, de sua organização política e cultural.

Segundo, que as estruturas de constituição desses espaços, que é a base geradora dos valores visuais da sociedade, que se conformam pela arquitetura, são históricas, universais, clássicas. Estas referências e a sua apropriação aferem, ao mesmo tempo, uma continuidade e uma ruptura, em uma relação dialética entre passado e presente, entre um posicionamento crítico com relação ao patrimônio arquitetônico e urbanístico ocidental, pelas escolhas, pelos juízos sobre os seus valores específicos, e um posicionamento claro dentro das necessidades, condutas e escolhas técnicas e estéticas ora possíveis. Basta revermos os projetos dos edifícios da Cidade Universitária do Rio de Janeiro, de Piacentini e Morpurgo, que estão sendo vislumbrados *a stoa*, os pórticos, as galerias, o fórum, o desenho do jardim francês no *settecento*, todos, porém, plasmados por uma esquadatura, por uma abstração francamente moderna das formas.

NOTAS

1. Relatório do embaixador José Roberto Macedo Soares para Gustavo Capanema, doc. n° GCg35.03.09-I-16 (sem data), p. 4, Arquivo Gustavo Capanema-CPDOC, FGV-Rio.
2. Para uma cronologia de todos os projetos propostos, ver *Arquitetura e Fascismo: a obra de Marcello Piacentini no Brasil*, op. cit, cap. 4 (no prelo).
3. P. M. Bardi. "Rapporto sull'architettura per Mussolini", Roma, ed. Crítica fascista, 1931.
4. M. Piacentini, "Nuovi orizzonti dell'Edilizia Cittadina", Anais da Regia Scuola Superiore di Architettura di Roma, 1921-2, Roma, trad. de Marcos Tognon, pp. 10-11.

5. Id., *Ibid*, p. 10.

6. Id., *Ibid.*, pp. 18-19.

7. M. Lupano, *Marcello Piacentini*, Bari, Laterza, 1991, p. 29, nos apresenta a concepção de academismo entendida por Piacentini: “O individualismo é visto como tendência negativa, promotor de um desenho urbano que não tem validade. Obras arquitetônicas individuais (com um valor ‘intrínseco’) são aquelas que não sentem as razões do contexto, do ambiente urbano. Os seus autores são arquitetos com mentalidade acadêmica; os racionalistas também caíram no mesmo erro ao promover uma arquitetura individual, e, neste sentido, podem se somar aos acadêmicos”. M. Piacentini, *op. cit.*, p. 6, critica o arquiteto “acadêmico”, que se preocupa em realizar o seu projeto motivado apenas pela composição de suas fachadas contidas no lote do seu comitente: “A arte do arquiteto sonhador, que tem toda uma visão íntima distinta daquela de todos os outros, contrasta terrivelmente contra os meios organizados, contra os sistemas rígidos, contra as necessidades urgentes do tempo e do espaço. Para se realizar, este arquiteto sonhador tem necessidade de provar e reprovar, e às vezes corrigir o que já foi feito. Outras vezes uma nova idéia, cintilada de modo improvisado na mente pesquisadora em uma noite de insônia, deve ter a sua maturação. Mas os dias passam e a construção não pode ser detida por uma idéia de arte; centenas de operários não podem suspender o trabalho para atender a um achado do arquiteto.”

8. M. Piacentini, *op. cit.*, p. 10.

Parte III

O urbanismo: meio profissional, trajetórias individuais e instituições políticas

Donat Alfred Agache: urbanismo, uma sociologia aplicada

Catherine Bruant

Pesquisadora da L.A.D.R.H.A.U.S., Escola de Arquitetura
de Versailles, França

O arquiteto Donat Alfred Agache foi uma das figuras essenciais do movimento de institucionalização do urbanismo na França, durante as décadas marcantes do início do século XX e as que se estendem até a Segunda Guerra Mundial¹. Jovem diplomado pela *École des Beaux-Arts de Paris* (1905, Atelier Laloux), ele participa, já em 1906, no âmbito da *Société des Architects Diplômés par le Gouvernement* (S.A.D.G.), da organização do concurso internacional da nova capital do Equador: “New-Guayaquil”. Membro da seção de missões e pesquisas do *Musée Social* de Paris desde 1904, ele colabora ativamente, a partir de 1909, com os trabalhos da recente *Section d’Hygiène Urbaine et Rurale* (Seção de Higiene Urbana e Rural) (S.H.U.R.) do Museu, dirigida por Jules Siegfried, e da qual conhecemos os debates precursores e a ação militante que irão influenciar a instauração dos dispositivos legais e administrativos do urbanismo na França logo após a Primeira Guerra Mundial. Em particular, no interior de

sua subcomissão encarregada de “refletir sobre o estabelecimento de espaços livres dentro e fora de Paris”, Agache contribui, com o arquiteto Henri Prost, sob a direção de Eugène Hénard, para a constituição de um “Plano de expansão e transformação de Paris após a supressão das fortificações” (1909-1910). No final da Primeira Guerra Mundial, ele será nomeado secretário geral adjunto da S.H.U.R. e participará regularmente de suas sessões até, pelo menos, 1936. Membro da *Association Générale des Hygiénistes et Techniciens Municipaux* (A.G.H.T.M.), ele funda, em 1913, a primeira *Association Internationale des Constructeurs, Architectes et Ingenieurs*, da qual a sede será em Paris e o órgão central em Bruxelas e cuja presidência ele oferece a Howard. No mesmo ano, ele se engaja na criação da *Société des Architects Urbanistes* (em 1919, a razão social torna-se *Société Française des Urbanistes* — S.F.U.), ao lado de seus colegas Marcel Auburtin, André Bérard, Léon Jaussely etc., todos eles laureados nos primeiros concursos internacionais de urbanismo, mas também de personalidades como os arquitetos Albert Parenty, membro-representante da *Société de Médecine Publique et de Génie Sanitaire* e da *Société d'Hygiene de France*, e Augustin Rey, membro do *Conseil Supérieur des Habitations à bon marché*; ou, ainda, o engenheiro-chefe do *Ponts-et-Chaussées*, Georges Bechmann, diretor honorário do serviço de *Eaux et de l'Assainissement* da prefeitura de Paris, todos igualmente membros da S.H.U.R.

Fundada com o patrocínio do *Musée Social* e sob a presidência de Eugène Hénard e Charles Risler, a S.F.U. tem, como objetivo, “agrupar as iniciativas e as competências consagradas ao estudo específico do *Urbanismo*, ciência que trata do planejamento, das reformas, das sistematizações, dos embelezamentos e das expansões a serem promovidas nas cidades” e permitir a seus membros “estudar, em conjunto, tudo o que diz respeito ao futuro das cidades; reunir uma documentação técnica e mantê-la constantemente atualizada; estabelecer relações com grupos estrangeiros similares; organizar congressos, centralizar suas resoluções e perseguir sua realização”. Donat Alfred Agache será, a partir de 1913 e durante o período que cobre praticamente todo o entre-guerras, seu secretário geral permanente. Ele é, para a Sociedade, o interlocutor privilegiado tanto de seus membros, quanto dos sócios-correspondentes (um lugar reservado às personalidades estrangeiras); é para seu endereço que serão enviadas as comunicações concernentes à S.F.U. Ele é igualmente encarregado das relações com a imprensa e a ele caberá a tarefa de anunciar publicamente o nascimento da sociedade e de definir a nova disciplina *aplicada*, “Urbanismo”. Aliás, foi a Donat Alfred Agache que alguns contemporâneos atribuíram a criação do vocábulo “Urbanismo”

e do “emprego incorreto do sufixo **ismo**”, bem como do adjetivo a ele associado “Urbanista”, que qualifica aquele que pratica o urbanismo: o Arquiteto Urbanista² que, rapidamente, dá origem ao substantivo “Urbanista”. Estes termos foram introduzidos por Agache logo após seus primeiros êxitos quando do concurso internacional “Federal Capital City Designs” da Comunidade Britânica da Austrália, Yass Canberra, no qual obtém o terceiro prêmio, e do concurso “de expansão e embelezamento da cidade de Dunkerque”, organizado em 1912, por uma sociedade local, a “Sociedade de Dunkerque para o fomento das Ciências, das Letras e das Artes”, do qual sai vencedor.

O advento de uma palavra: Urbanismo

O nascimento da palavra “Urbanismo” vai consagrar a utilização de um discurso específico sobre a questão urbana e de uma abordagem radicalmente nova da cidade como *objeto*³. Ora, desde a metade do século XIX, o discurso sobre tal questão pretendeu, de imediato, constituir-se uma ciência e, para este fim, construiu *modelos* nos quais estaria baseada a disciplina *urbanismo*, que seria sua aplicação prática⁴. Nas origens do urbanismo, a historiadora Françoise Choay distinguiu, no tocante aos urbanistas, duas posturas diferentes, dois modelos: um que ela denomina *culturalista*, representado por Camillo Sitte e Lewis Mumford, e outro *progressista*, partilhado por Robert Owen, Charles Fourier e, em seguida, por Le Corbusier. Os primeiros teriam recorrido amplamente à *história* para construir seu modelo, ao passo que os outros teriam recusado seu valor heurístico e rompido deliberadamente com o passado. Na prática, as posturas dos primeiros urbanistas revelam-se mais variadas do que aparentam e a distinção entre dois grupos resta a demonstrar. Os progressistas também poderão evocar valores “herdados” do passado e os culturalistas reconhecer uma especificidade no presente. Ainda que com diferentes abordagens, o “sentido da comunidade” pode ser encontrado em ambos — tratar-se-á, para o urbanista, de antecipar as escolhas e os comportamentos sociais, de pressupor, pelo quadro que projeta, o sentido de uma evolução e das mudanças que não são exclusivamente formais⁵. A expectativa de uma relação sincrônica, de uma correspondência entre as formas projetadas e as “novas concepções do social” aproximam os dois grupos. Esta aproximação, que não deixa de apresentar tensões internas, manifesta-se claramente nos primeiros urbanistas da S.F.U. e, em particular, em Agache, divididos entre seu desejo de inventar o

futuro, de imaginar uma *ordem urbana* e uma abordagem “culturalista,” que os impele a precisar, no seio de uma história que não é feita apenas de descontinuidades, o campo das transformações a serem executados no presente.

A nova sociedade (S.F.U.) é uma derivação da S.H.U.R.; do mesmo modo que a seção do *Musée Social*, ela se apresenta como local de troca de experiências, de trabalho coletivo e como um grupo de proposição e pressão contra os poderes políticos e administrativos. No entanto, seu recrutamento é mais voluntário e dirigido e não confere, à sociedade, o caráter “fusional” da seção. É uma reunião de profissionais, arquitetos em sua maioria, e engenheiros, com o objetivo evidente de constituir e legitimar uma nova disciplina de intervenção sobre a cidade e de organizar, do ponto de vista profissional, um grupo de especialistas práticos. Trata-se, portanto, de provar a superioridade de um novo setor da atividade humana em sua capacidade de apresentar soluções concretas aos gestores: de prever e “planificar” a evolução da cidade. Uma atividade que trata de problemas práticos. Em nome da S.F.U., Donat Alfred Agache define a nova disciplina em um artigo publicado, em 1913, no jornal diário *L'Excelsior*: “O Urbanismo é uma nova *ciência* da construção e do planejamento das cidades... É uma *ciência de aplicação*, pois possui, essencialmente, uma utilidade prática: controlar o desenvolvimento e o crescimento das cidades.” Esta ciência baseia-se num corpo de doutrinas capaz de tornar operacionais os conhecimentos e saberes constituídos no encontro e na fusão das diversidades técnicas e disciplinares. Agache prossegue: “O Urbanismo integra o conhecimento dos técnicos, do sociólogo, do engenheiro, do legista e, sobretudo, do higienista...”. “Esforçamo-nos hoje (com a criação da S.F.U.) em reunir todos os documentos que possam servir à elaboração de um corpo de doutrinas calcado na observação, na análise e na comparação; espera-se que estas doutrinas sejam transpostas para o domínio prático e que nossas cidades francesas, tão pitorescas em sua evocação do passado, sejam planejadas de tal forma que seu futuro possa ser feito de nosso presente.”

As concepções de Agache, que adquirem uma ressonância social particular na medida em que carregam a marca distintiva do conjunto dos membros da S.F.U., da qual ele é porta-voz, certamente incluem preocupações de ordem disciplinar. Se, como ciência nova, o urbanismo integra “todas as competências e todos os saberes”, sua atividade só pode ser exercida pelos homens da arte. “É uma ciência, mas também uma arte”. Uma ciência de aplicação que exige conhecimentos técnicos ao mesmo tempo que qualidades artísticas. Se o “título de arquiteto ur-

banista define uma nova profissão, que acolherá todos aqueles que, arquitetos ou não, pratiquem a técnica do urbanismo”, o arquiteto, formado pela *École des Beaux-Arts*, é o que corresponde melhor a estes critérios. Os estatutos da S.F.U., firmados no início do ano de 1914, reservam, aliás, o título de *membro da sociedade* somente aos arquitetos, enquanto que os “técnicos e teóricos capazes de apresentar, em seus trabalhos para a Sociedade, uma documentação e opiniões que podem ser úteis a seus estudos”, são apenas *membros associados*, sem poder deliberativo. Assim, uma das preocupações da S.F.U. será igualmente promover e difundir, no cenário nacional e internacional, a “*École Française d’Art Urbain*”, como foi denominada pelo engenheiro berlinense Stübben, em um capítulo especial de uma obra do *Der Städtebau*, que ele consagra, em 1915, aos primeiros êxitos franceses nas diversas manifestações da técnica municipal e da arte urbana, mas que já havia sido reivindicada como tal pelos arquitetos da S.A.D.G.⁶ Uma escola que, para eles, é essencialmente representativa da produção dos arquitetos, particularmente durante os grandes concursos internacionais. A administração urbana francesa, escreve Georges Risler, em 1912, num relatório para o *Musée Social — Os Projetos de planejamento e de expansão das cidades* —, deixara-se superar completamente pela estrangeira, especialmente nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, na Suécia, na Alemanha e na Áustria. Porém, enquanto na França o novo saber relativo à administração urbana é completamente ignorado pelos poderes públicos, quando se trata de um concurso internacional é sempre adotado o projeto de um francês. “Por toda parte, no que concerne à expansão das cidades ou a monumentos isolados, o arquiteto francês triunfa. No exterior, persiste, escreve ele ainda, uma tradição de dominação da cultura francesa: “A exportação de Lenfant para Washington, ou de Nicolas Jadin que, a partir de 1756, transforma Copenhague, submetendo seus projetos à Academia de Arquitetura de Paris, comprovam este fato. Todavia, prossegue Risler, seus resultados são pouco numerosos na França, onde a nova cultura se choca com a impotência do trabalho coletivo e com a rotina administrativa.⁷” Uma Escola que Stübben considera enredada na busca de um compromisso entre uma concepção global “ideal” da cidade, uma tradição de urbanismo voltado para a gestão das vias de comunicação, a busca das racionalidades haussmanianas e à arte da composição segundo “efeitos múltiplos” herdada da *École des Beaux-Arts*. Uma escola da qual ele considera Agache um dos melhores representantes. Se o movimento de Arte urbana na França é mais diversificado do que parece ao Dr. Stübben, está claro que os primeiros membros da S.F.U. também se reconhecem por um fazer comum, mesmo que, nesta época, ele ainda

esteja pouco codificado — como está o saber relativo à administração urbana na Alemanha, na Áustria e na Inglaterra — em obras teóricas, tratados e manuais. Um movimento, enfim, que encontrará os meios para sua reprodução, participando da iniciativa do mais velho entre os seus, Louis Bonnier, inspetor geral dos serviços técnicos de Arquitetura e de Estética e da Expansão de Paris, a saber, a criação, em 1917, de uma Escola Superior de Arte Pública, com a incumbência “precisa e nova... de difundir os princípios de organização das cidades, de criar urbanistas”, onde Agache lecionará.

Um “rótulo” original

Na origem da idéia de identificação de um movimento francês, encontram-se diversos eventos fundadores:

A primeira conferência de *Town Planning* que reúne exposições de projetos, documentos e obras teóricas. Organizada em Londres, em 1910, por Raymond Unwin e o Royal Institute of British Architects, esta conferência é dedicada aos “problemas arquitetônicos que abrangem o embelezamento e o crescimento das cidades” e, mais precisamente e de forma apaixonada, aos debates que mobilizam arquitetos, técnicos e políticos franceses a respeito do problema da expansão de Paris e da utilização dos terrenos da zona militar que deixara de ser tombada. Ao lado de sumidades do mundo arquitetônico, dos engenheiros Howard, Stübben, Ebeestadt, Burnham, Patrick Geddes, Mulford Robinson, e dos teóricos da *Civic Art* etc., estão presentes, de forma notória, os franceses. Entre eles, encontram-se, particularmente, os arquitetos do Serviço de Arquitetura e dos Serviços Técnicos da Cidade de Paris. Nesta ocasião, Eugène Hénard, arquiteto da Cidade de Paris e presidente da subcomissão da S.H.U.R. acima mencionada, apresenta um estudo de caráter teórico que será amplamente difundido nas revistas especializadas na França: “*Les Villes de l’Avenir*” (“As Cidades do Futuro”). Diante dos planos de Camillo Sitte, das proposições sistemáticas de Stübben e dos exemplos da América do Norte, o estudioso francês, membro da S.H.U.R., Robert de Souza, destacará, na exposição francesa sobre Paris, o caráter infelizmente significativo do estado de aberração da capital imobilizada por um plano haussmaniano incapaz de prever a aglomeração atual: “Nós podíamos somente exibir o passado de Haussmann, que data de sessenta anos; os estrangeiros nos ofereciam obras vivas do presente, e de um presente fundado sobre um princípio totalmente diferente”. O que primeiro lhe chamou atenção

foi que, “entre eles”, o arquiteto havia retornado, com relação ao engenheiro, a preeminência que jamais deveria ter perdido: “O arquiteto urbano no exterior, escreverá ele, é, acima de tudo, um artista; como tal, ele nada concebe sem uma forma e um conjunto. Conseqüentemente, a fisionomia inteira da cidade é levada em consideração em seus trabalhos, onde a higiene e a arte se prestam mútuo apoio”⁸.

Outro evento foi o *Städtebau Ausstellung*, de Berlim, em 1910: Congresso de cidades e exposição de planos de cidades, sob a presidência do Oberbürgermeister, M. Kirschner, ocorrido após os resultados do concurso sobre “as transformações futuras de Berlim”, organizado pelo conselho municipal da cidade. No ano seguinte, Agache, absolutamente germanista, se encarregará de entrar em contato com seus organizadores e com os teóricos alemães do Städtebau, durante a exposição de Düsseldorf, após o congresso de cidades em Dresden. J. Stübgen será, aliás, convidado pelo *Musée Social*, às vésperas da guerra, a fazer uma conferência sobre a construção das cidades da França e da Alemanha e a comentar o relatório do *préfet** do departamento do Sena sobre a expansão de Paris.

Por fim, podemos citar o “Primeiro Congresso Internacional sobre a construção de cidades e a organização da vida municipal”, organizado em Gand, em 1913. Nele, serão palestrantes vários franceses, e é, sobretudo, no âmbito da “Exposição Comparada das Cidades”, especificamente na seção “As Grandes Capitais”, que eles irão se destacar, pela exibição dos projetos de Bérard e Agache para as duas novas capitais: New-Guayaquil e Yass Canberra, projeto premiado com uma medalha de ouro.

Esses eventos são o terreno onde se colocam em jogo as influências e se difundem as novas idéias e teorias. Partindo de preocupações e motivações diversas — a questão dos espaços livres, o controle da “grande cidade”, o higiênico e o sanitário, a questão da habitação... a organização da vida municipal —, uma nova cultura se manifesta nas primeiras realizações expostas e encontra, intercalada por diferentes movimentos da sociedade civil, a ocasião de se confrontar com “a prática implacável do *laissez-faire*”. A Exposição “Cidade Moderna”, organizada, em 1913, em Nancy, pela *Chambre de Commerce et d’Industrie* e a *Société Industrielle de l’Est*, com o apoio do *Musée Social*, é que propicia, verdadeiramente, a primeira grande manifestação francesa da ciência do planeja-

* Na França, funcionário do poder executivo central à frente de um departamento. (N. da T.)

mento e da expansão das cidades. Do mesmo modo, quando Edouard Herriot, senador e prefeito de Lyon, toma, de súbito, a iniciativa de organizar, na França, uma verdadeira “Exposição Internacional Urbana”, faz-se urgente, para seus colaboradores arquitetos e engenheiros, estabelecer e impor a nova disciplina pela qual responderão, designando-a logo por um vocábulo próprio à cultura francesa e qualificando aquele que pode praticá-la: o *arquiteto urbanista*. A exposição ocorrerá em 1914, perturbada pela declaração de guerra. Agache, co-fundador da S.F.U., será o vice-presidente do curso “Planos de Cidades”.

Evocando sempre uma “síntese das ciências”, esses primeiros congressos de urbanismo já são, contudo, o palco de uma crescente especialização, constituição de “famílias” e de novas disciplinas em busca de legitimação. Diante de uma redistribuição de papéis, o arquiteto, modificando a estrutura de seu trabalho intelectual no que diz respeito à construção do meio ambiente humano, procurou responder esta velha questão⁹: de que forma a linguagem arquitetônica pode formular hipóteses sobre o destino coletivo da cidade e oferecer-se como *instrumentum regni*? Ao definir a nova disciplina, Agache naturalmente se refere ao *Town Planning* inglês, ao movimento de *Construção das Cidades* alemão, o *Städtebau*, e ainda aos teóricos da *Civic Art* e do *City Planning*. Entretanto, quando ele cunha a palavra “urbanismo”, não se trata de uma simples aculturação destas noções. Segundo ele, esses termos se reportariam à parte construtiva das cidades. “A palavra Urbanismo, para ele, tem que ser mais ampla e englobar não somente uma técnica especializada, mas, de alguma forma, a própria filosofia da coisa: O Urbanismo não é somente uma Arte e uma Ciência, é, antes de tudo, uma *filosofia social*, pois é fato que o *econômico* e o *social* intervêm nitidamente na criação, no desenvolvimento e na evolução das cidades”. Ciência de aplicação, o urbanismo possui uma *utilidade social*: “visto que hoje nos damos conta dos elementos sociais que fazem parte da composição das cidades, que determinam seu nascimento, seu crescimento e sua decadência, e uma meta: curar a “cidade doente” pois “existe uma patologia e uma terapêutica urbanas, assim como existe uma patologia e uma terapêutica humanas”. De acordo com essa concepção vitalista das cidades, o Urbanista deve representar o médico que trata de seu estado mórbido. Ele irá empregar os procedimentos do terapeuta: em primeiro lugar, estabelecer um *diagnóstico* e, para tal, analisar o passado e o presente da cidade, determinar seu funcionamento, investigar e explicar seus vícios; só assim ele será “capaz de orientar seu crescimento”. Ele recomenda as *intervenções cirúrgicas*, por vezes indispensáveis...; em seguida indica

os *remédios* para reparar os erros imputáveis, na maioria das vezes à ignorância dos poderes públicos, à sua incapacidade de previsão e ao *laissez-faire*, que permitiu que os interesses privados fossem de encontro ao interesse geral; ele estabelece a *dieta* a ser seguida, ou seja, as grandes linhas da provável expansão, assim como suas leis e regulamentos escritos que, disciplinando as intervenções particulares, garantiriam o desenvolvimento da cidade a partir de um plano diretor estabelecido. Sugere ele, enfim, os cuidados *estéticos*, pelo menos em relação aos planos e aos volumes.

Uma ciência cognitiva do organismo urbano

Para Agache, o urbanismo é, em primeiro lugar, uma *ciência* que se lança ao conhecimento das coisas. Ela atua como um *sistema global de perícia* técnica e social dos conjuntos construtivos e humanos que formam as cidades. A *Urbs*, escreve ele, é a morada, em volumes densos e vazios, das *civitas*. “A aglomeração urbana é, sem dúvida alguma, uma manifestação física, em todas as dimensões, da atividade humana”. Proposição que se pode traduzir por: as formas do continente mantêm uma relação sincrônica com o conteúdo. É por esta razão que as formas construídas devem sempre ser consideradas, segundo Agache, em “sua relação com a antropogeografia e, também, principalmente, com os fatos sociais”. Encarada como *objeto* que articula, ao mesmo tempo, o social e o espacial, a cidade poderia ser estudada independentemente de qualquer utilidade prática. “É por um rigoroso método de observação que analisa o *fato urbano* em suas relações com o *fato humano*, ou seja, que, por meio da busca das repercussões do econômico e do social sobre a expressão urbana, chegar-se-á ao diagnóstico necessário”. E ele propõe um método: examina-se, minuciosamente, os fatos; busca-se, na história, sua origem e, na longa duração, suas causas. Em seguida, com uma análise rigorosa, procura-se determinar, por meio de sínteses sucessivas, senão as leis de evolução do fenômeno urbano, ao menos os princípios que as orientam. Esse método possui um nome: *análise monográfica da cidade* (e de seus territórios). O urbanismo é, segundo ele, uma *ciência concreta* que se apóia sobre um conhecimento histórico e monográfico da cidade e da região. Uma das funções da história será confirmar e especificar os sistemas de relações estruturais que, projetados no presente, permitirão, ao urbanista, definir as transformações a serem realizadas. “Todo estudo urbanístico, escreve ele, (...) começa por uma análise monográfica da ci-

dade em questão”. Esta análise vai se valer de diversas especialidades. De início, ela deve reunir os elementos de uma história que explique a evolução urbana no decorrer do tempo, pois o que interessa a Agache não é tanto a história das cidades, e, sim, sua evolução. É, em função das lógicas de crescimento da cidade, que o urbanista poderá pensar seu desenvolvimento futuro. Idéias que ele toma emprestado das pesquisas de seu amigo Patrick Geddes, com quem se havia encontrado, em 1901, no “Summer Meeting” de Edimburgo.

No entanto, para poder traçar as tendências da evolução urbana singular e os preceitos úteis à ação, o urbanista deverá estar apto a avaliar seus princípios imanentes, a entender as razões *permanentes* que atuam em toda parte e, da mesma forma, nos diferentes países, e as causas *particulares* da curva de existência da cidade, que ele analisa, e que imprimem um caráter local à aglomeração. É necessário, prossegue, que ele possa compará-la a outras. A análise comparada das formas urbanas (como expressão do “estabelecimento humano”) permite estabelecer uma primeira classificação das cidades segundo as épocas, os locais e o estágio de seu desenvolvimento. O princípio de classificação é um princípio explicativo, que permitirá uma leitura ao mesmo tempo *relacional* e *generativa*. Relacional, porque se esforça por determinar as proximidades, e, generativa, pois, se a proximidade não engendra, forçosamente, uma semelhança entre os desenvolvimentos das cidades, ela define uma potencialidade de “existência futura” útil ao urbanista. A noção de classificação, segundo Agache, ou Geddes, remete a uma visão organicista da cidade. Sua utilidade está em conduzir ao universal, em elaborar as *leis* de evolução e um *reperatório das repercussões* — da ação e da reação — das contingências sociais sobre a produção espacial, do qual ele cita, em 1913, como um dos melhores exemplos, a exposição de *town planning* que Geddes acabara de apresentar no Congresso de Gand.

O método de perícia recorre, igualmente, à observação social da população urbana. Para Agache, a ciência urbanística precisa coordenar, em uma unidade superior, todos os esforços das especialidades. O urbanista deve fazer um verdadeiro estudo monográfico da situação urbana específica, que mobilize diferentes níveis de conhecimento, baseando-se em todo o material que esteja à sua disposição: séries estatísticas para o estudo demográfico, artigos e produções científicas sobre o papel econômico da cidade etc. Ele deve “estudar, relativamente ao passado e ao presente, a *criação*, a *evolução*, a *organização* e o *funcionamento* das cidades, para daí extrair as melhores condições do ponto de vista do Urbanismo”. Nessa etapa do estudo, Agache privilegia os aspectos or-

ganizacionais e funcionais. Tratar-se-á de examinar as repercussões do grupamento humano sobre a aglomeração urbana. Em 1895, o “Tout Paris”, convocado por uma campanha de imprensa sem igual, havia aclamado, na Sorbonne, o professor Jean Izoulet, por ocasião de sua defesa de tese de doutorado em filosofia. Ela é publicada em 1897, sob o título “A Cidade Moderna e a Metafísica da Sociologia” (“*La Cité Moderne et la Métaphysique de la Sociologie*”)¹⁰; no mesmo ano, com o apoio de Poincaré e Léon Bourgeois, é criada, para Izoulet, uma nova cátedra de “filosofia social”, no *Collège de France*. Izoulet acabara de construir um sistema filosófico de acordo com as exigências e as novas aspirações da “ciência” e da “democracia” e, sobretudo, com as teses do poder instituído¹¹. Izoulet destaca uma correspondência já clássica em filosofia, entre as unidades humanas e os seres coletivos superiores, que são as *Cités** humanas: “A Cité não é uma abstração, uma entidade vazia; ela é, em toda a extensão da palavra, um ser real, um organismo vivo.” Agache reitera a comparação com o ser Cidade. Assim como a *Cité*, a Cidade, manifestação de sua atividade, possui vida e órgãos e, por isso mesmo, funções e faculdades. Estas funções só são possíveis e concebíveis na Cidade. A “grande cidade” é, segundo ele, um dado incontestável da civilização; logo, é preciso tentar controlar e dirigir sua expansão. Além disso, se a cidade for *bem planejada*, escreve ele, a concentração de população traz vantagens e comodidades, “que permitem uma vida organizada em terrenos contíguos” e elementos de progresso. No entanto, para controlar seu desenvolvimento, é preciso compreender as diferentes contingências sucessivas que o determinam, “que se expressam sobre um plano urbano”, e adaptá-las às novas circunstâncias. Entre elas, a lógica econômica é dominante. É preciso encarar o estabelecimento humano em sua relação com as outras instituições, em particular as econômicas. Ao fim da análise, Agache define as diferentes *funções* apropriadas à cidade moderna e sua expressão particular no plano e nos volumes. Por um lado, a aglomeração urbana, quando examinada do ponto de vista do “rendimento econômico”, revela-se um instrumento de trabalho mais ou menos sofisticado, que o urbanista deverá desenvolver para que possa satisfazer as exigências da nova ordem econômica. É fácil notar, escreve ainda, esta tendência à dominação econômica nas cidades, mas, cada uma, paralelamente às características que são próprias a todas, afirma um caráter *específico* em função da principal ativi-

* São empregados, no texto, os termos *Cité* e *Ville*, que correspondem à distinção feita, em latim, entre *Civitas* e *Urbs*. Esta distinção não encontra expressão em português, portanto, decidimos manter o termo *Cité*, do original. (N. da T.)

dade de seus habitantes e de seu grau de desenvolvimento. Por outro lado, como a influência da cidade como “pólo econômico” ultrapassa largamente seus próprios limites, “o urbanista deverá dedicar seus estudos” a um território mais extenso: a região.

As cidades, escreve ele ainda, evidenciam a influência da comunidade social sobre a comunidade familiar; em sua expressão, elas apresentam uma dupla fisionomia: de um lado, os edifícios públicos e administrativos e as construções de uso coletivo, e, de outro, os imóveis de habitação. “Esta expressão é um dos maiores efeitos da repercussão do ‘grupamento humano’ sobre a aglomeração, que o urbanista deverá, prioritariamente, organizar e ‘dirigir’, pois, se a palavra ‘urbanidade’ está relacionada à civilidade entre os cidadãos, a palavra ‘urbanismo’ compreende os elementos de uma doutrina, de uma disciplina e de uma composição por meio dos quais o conjunto constitui a civilidade das cidades para com os seus cidadãos.” Desta forma, ao fim do estudo monográfico e, dentro de uma concepção funcionalista da cidade, a ação do urbanista será paradoxal: deverá dotar a cidade de novas estruturas, capazes de responder às novas exigências econômicas, mas, igualmente, conservar o aspecto específico e “original” da *cité* e a expressão urbana de seu caráter particular, ligado à sua história,   cultura de seus habitantes, mas, também,   topografia do lugar sobre o qual a cidade foi implantada, que é, segundo ele, um elemento determinante de seu aspecto. Em Agache, o contínuo é uma noção de ordem e a invenção do futuro é feita também dessa continuidade, do desejo de imaginar uma *ordem urbana* múltipla. “Imagine, dirá ele, ironicamente, em uma entrevista ao *Le Temps*, em 1912, após o concurso de Camberra, a propósito do projeto de seu colega André Bérard, o que aconteceria ao autor que ousasse expedir, para Melbourne, um plano calcado no de Paris!” Não, “espera-se que nossas cidades (...) sejam planejadas de forma — escreve ele, em 1913, na apresentação que faz da nova disciplina — que seu futuro possa ser feito a partir de nosso presente”. A dificuldade do urbanista será elaborar uma cidade em exata sincronia com um presente feito a partir de nosso passado. A referência ao positivismo e ao mestre Auguste Comte   explícita nos escritos teóricos do jovem Agache. Para ele, não se pode duvidar: “O passado faz parte do presente”.

Uma ciência de aplicação. O urbanista, “artesão da *Cité*”

O urbanismo “  uma ciência de aplicação”. É a biologia das cidades, declara, ao fim da Primeira Guerra Mundial, Louis Bonnier. É a

profilaxia e a terapêutica dos impedimentos da livre circulação e dos inconvenientes do superpovoamento. A essa definição, Agache acrescenta sua própria concepção: “É a pesquisa de todos os elementos que fazem parte da organização de uma aglomeração urbana”. “Não é apenas uma ciência e uma Arte, é também uma adaptação sociológica”; um meio de intervir no social. O urbanismo é, de certa maneira, uma engenharia da *Urbs* e da *Civitas*, que emprega instrumentos e doutrinas próprias de intervenção, com o objetivo de melhor controlar o desenvolvimento urbano e o devir social da cidade e de oferecer soluções práticas aos seus gestores. Essas doutrinas são elaboradas, em sua maioria, a partir dos elementos concretos de conhecimentos e observação metódica, dos quais já falamos. Mas o técnico-urbanista não se limita a traçar os planos, a ordenar os dados: ele a isto confere um sentido social. “O Urbanismo, escreve Agache, em 1935: (...) é, primeiramente, uma filosofia social”. Frente às desordens, o “filósofo social” redefine os dados do problema, e o urbanista será, de certa forma, um político da ordem urbana, que é também uma ordem social¹². “Os projetos urbanísticos, escreve ainda Agache, são destinados (...) à salvaguarda do futuro. O urbanista é comparável ao maestro, que considera a partitura em sua generalidade (...)” O urbanista assume uma das funções “dessa elite social” defendida, desde os anos 1890, pelos ideólogos da escola republicana: como o sábio, ele elabora o ideal¹³. “Os projetos urbanísticos (...) são planos diretores que devem ser respeitados em suas linhas gerais, mas seus detalhes são dados a título de sugestão e devem ser aperfeiçoados no momento de sua realização. (...) Eles são feitos para serem realizados pouco a pouco, na medida tanto das necessidades quanto das possibilidades financeiras, em um período que se estende por dezenas de anos”, que ultrapassa o limite do tempo de exercício do técnico, do administrador e do homem público. Uma concepção privilegiada da disciplina “urbanismo”, que é determinada pela preocupação corporativista do arquiteto-urbanista em sua imposição como ciência legítima, mas que é igualmente sustentada por algumas autoridades sociais.

Ao fim da Primeira Guerra Mundial, por exemplo, a sociedade de ajuda mútua humanitária “O Renascimento das Cidades”, presidida pelo professor de antropologia — ele virá a ser diretor da Escola de Antropologia —, deputado republicano de Meurthe-et-Moselle, relator do Budget, Louis Marin. Em seu comitê de direção, encontra-se Charles Risler, assim como o deputado republicano do Seine-et-Oise, Joseph Cornudet, redator da lei de 1919, relativa aos projetos de expansão e planejamento das cidades francesas, que havia sido discutida e prepa-

rada, durante muito anos, pelas atividades do *Musée Social*, particularmente no interior da S.H.U.R., e, por último, alguns arquitetos-urbanistas, entre os quais, Donat Alfred Agache. Eis aqui o sentido dado ao urbanismo quando do “curso de idéias sociais” que ela organiza em 1919: “obter, pela própria estrutura da cidade, a ordem e a coesão sociais que permitam às coletividades exigir do indivíduo o máximo de esforço útil e a este obter, do grupo, os meios de se desenvolver plenamente com liberdade e bem-estar. (...) Essas idéias, que mal começam a se destacar da sociologia geral, não são ainda familiares a todos os técnicos. Devem ser-lhes sugeridas por aqueles que delas fizeram um objeto de estudo. Desse encontro de pontos de vista distintos, será estabelecido o princípio de que a cidade não é apenas um conjunto de casas submetidas às regras da composição arquitetônica e da higiene, mas que deve apresentar uma ordem dispositiva que seja a afirmação de uma ordem social. Sua forma e a disposição de suas partes, além de exprimirem as idéias dominantes que agregam os homens e de darem corpo às suas aspirações, devem ser uma espécie incitação permanente à atividade social, um meio de atração das idéias comuns que condicionam e unificam as vidas particulares”.

Em 1895, sob o nome de *Cité Moderne* (Cidade Moderna), Izoulet examinara a questão social¹⁴. O indivíduo não é, como tal, uma mônada, mas o produto da sociedade; revolução antropológica já traçada por Auguste Comte, Spencer, mas também por Le Play e a escola “leplaysiana”. O homem, como ser racional e livre, é “filho da *cité*”. Mas a tese de Izoulet iniciava por estas linhas emprestadas de Alfred Fouillée: “Não saberia desviar meus olhos dessa linha inquietante que começa a riscar o horizonte, que não é outra coisa senão a maré crescente das massas, capaz de devastar a elite e arrastar a civilização como um cisco. (...) Há necessidade de proclamar-se a *Cité* em perigo. Sobretudo, há necessidade de indicar-se o caminho da salvação, por menos que se possa vislumbrá-lo.”¹⁵ Preocupado com a crescente propagação de uma ansiedade social em relação às massas, em um contexto mais geral de busca de “apaziguamento” e do interesse em reclassificar os partidos não mais em função de antigas clivagens mas em função da “defesa social”¹⁶, o livro de Izoulet veio a ser a versão universitária dos ensaios dos intelectuais e dos homens públicos próximos aos grupos de poder. Ele reafirma o papel social das elites, insiste nas idéias de solidariedade, de harmonia de interesses, de cooperação, de dever social e nos valores do altruísmo; um exemplo que lhe é dado por uma grande quantidade de escritores e publicistas que formarão o patrimônio da escola liberal. Em compensação, a *Cité*, proclamando a

solidariedade de todos os seus membros e a harmonia de todos os interesses particulares, deve produzir completo desenvolvimento, a plenitude do indivíduo. A elite é, como em Boutmy, comparada ao cérebro social. Ela sensibiliza o corpo social. E, justamente para cumprir esta função, o “Renascimento das Cidades” pretende convocar o homem de ciência. Com uma inocência neo-comtiana, renova a utopia tornada clássica da ciência social a serviço da ação. Nesse sentido, o urbanista — homem de ciência da *Urbs* e da *Civitas* — será um desses “artesãos da *Cité*” aclamados por Izoulet. Na proposição do Renascimento das Cidades, assim como na declaração de Agache de 1913, ou nas múltiplas conferências que dará ao longo de sua vida e nas quais define o Urbanismo, está presente uma dupla idéia: a expectativa de uma relação sincrônica, de uma correspondência generalizada entre as formas da cidade e a organização da *cité* — o desdobramento de uma cidade orgânica que exprime as formas correspondentes a essa concepção do social —, e, *a contrario* da idéia de uma ciência, o urbanismo, que passe à ação; de uma *ordem dispositiva* urbana que possa ter repercussões diretas sobre a vida social. Alguns, entre os quais Agache, chegam mesmo a ver, na aplicação da ciência urbanista, a oportunidade de uma renovação social.

O urbanismo é uma ciência e uma arte aplicadas que conduzem à ação. Sua aplicação necessita de decisões: decidir quais os componentes urbanos a serem cuidados, modificados, criados, aperfeiçoados; decidir que soluções devem ser evitadas no futuro. Para Agache, essa dupla decisão implica, seja qual for a extensão da demanda, a determinação de um objetivo a ser atingido, de uma idéia global da cidade e da *cité*, de uma visão de conjunto e dos valores humanos que a isto estão ligados. Contrariamente ao método de observação que parte do concreto em direção ao geral, o método de projeto, escreve ele, “deve ir do geral ao particular: não se perderia assim, nos trabalhos de detalhe, a visão do conjunto que deve conservar uma certa permanência e não se teria necessidade, mais tarde, estudando, ao contrário, cada problema urbano em si mesmo, de relacionar corretamente todos esses estudos individuais”. Em todo caso, o urbanista deve, segundo ele, começar por um *esboço regional*, correndo o risco de estender, às escalas sucessivamente maiores, os diversos bairros dos quais lhe pedem o planejamento particular. Sem dúvida, pela especificidade de seu modo de estudar e de compor, o arquiteto parece-lhe melhor preparado para essas questões do que o engenheiro: porque, diz, “ele parte de um esboço onde é simplesmente indicada a idéia dominante, e só pouco a pouco, colocando cópia sobre cópia, e utilizando escalas

de grandezas sucessivas, chega a solucionar o problema”. Assim, a finalidade do urbanismo é, sempre, para ele, o estabelecimento de um *plano regulador*, a previsão da cidade no plano — Agache denomina, por vezes, o arquiteto-urbanista de “planejador de cidades” — mesmo que as realizações devam ser menos ambiciosas, mais circunstanciais.

Essa concepção de um duplo papel de *perícia* e de *ação* do urbanismo Agache vai expor, no Rio de Janeiro, quando fará uma série de conferências, em julho de 1927, a convite de Antonio Prado Júnior, prefeito da cidade. A encomenda de um plano de remodelação do Rio lhe dará oportunidade de levar mais adiante um processo que as contingências das primeiras solicitações francesas não lhe tinham permitido concluir. Seu estudo completo publicado, em 1930, sob o título *Cidade do Rio de Janeiro, Remodelação-Extensão e Embellezamento*, permanecerá para ele a obra teórica na qual propõe um método. Agache, aliás, a publicará na França, dois anos mais tarde, sob o título genérico de um problema: o da *Remodelação de uma capital. Planejamento, expansão e embelezamento*¹⁷ (*La remodelation d'une capitale. Aménagement, extension, embellissement*).

“O Urbanismo: uma sociologia aplicada”

Em abril de 1935, Donat Alfred Agache inaugura uma nova revista mensal de sociologia: *Os Estudos Sociais (Les Etudes Sociales)*, com um artigo, transcrito de uma conferência que fez em Paris, na *Société Internationale de Science Sociale*, em 26 de janeiro de 1935. Seu título “Um exemplo de sociologia aplicada: o Urbanismo”¹⁸ é, já, uma verdadeira profissão de fé do arquiteto-urbanista em relação à sociologia empírica. “O urbanismo, escreve, não é somente uma Arte e uma Ciência; é, antes de tudo, uma *filosofia social*”. Por conseguinte, se, em sua forma de estudar em diferentes escalas a partir de uma idéia dominante — “que denominamos o ‘partido’ — de ver no espaço — nas diferentes dimensões do plano, do corte e da elevação —, e de compor — a Arte da Composição, ensinada nas Belas-Artes —, o arquiteto formado nas “grandes escolas” lhe parece melhor preparado do que o engenheiro diante das questões do urbanismo, “isso não quer dizer, no entanto, que todos os arquitetos sejam urbanistas natos ou capazes”. “O que é necessário então ao arquiteto para que ele se torne um urbanista competente? É necessário um conjunto de conhecimentos sociológicos bem assimilados”. E ele prossegue, com uma declaração peremptória: “Eu não hesito em afirmar que, se o urbanismo deve ser praticado

como uma ciência e uma arte, deve ser considerado, em sua essência, como um derivado da sociologia experimental”.

Esta afirmação da primazia da ciência social sobre a arte é um tanto surpreendente da parte de um arquiteto formado pela *École de Beaux-Arts* de Paris, que, nessa época, completa sessenta anos. O que é ainda mais surpreendente é seu engajamento efetivo na sociologia — em abril de 1935, Agache é vice-presidente da *Société Internationale de Science Sociale*¹⁹. Esse engajamento não é recente, uma vez que seu nome figura, desde 1905, na primeira lista geral de membros estabelecida pela sociedade, e que ele escreve regularmente, desde 1901, artigos para a revista *A Ciência Social (La Science Sociale)*²⁰. Não se deve negligenciar o valor de legitimação que a ciência social dará às teorias elaboradas, também, fora de seu campo. Estas não são relevantes ao nosso propósito aqui. No entanto, é indubitável a anterioridade, em Agache, de um enfoque de “sociólogo” sobre o de arquiteto, seguido do de urbanista. É uma anterioridade de pelo menos seis anos — os anos de formação —, digamos, até a aquisição de seu diploma de Belas-Artes e, principalmente, até sua participação nos trabalhos da *Section d'Hygiène Urbaine et Rurale do Musée Social*. Ele permanecerá, durante toda a vida, de algum modo, fiel à sociologia experimental. Sua adesão às sociedades que a incentivam é múltipla — por vezes atribulada — mas durável. Participante ativo nos trabalhos da *Société Internationale de Science Sociale* até 1912 — ano em que ingressa na prática profissional concreta —, à qual permanece ligado até 1915. Torna-se, então, o técnico social reconhecido por suas realizações pelo grupo: “o arquiteto social” da Reconstrução das cidades devastadas pela guerra. Durante quatro anos, professará um curso reconhecido oficialmente pela Sociedade, como parte do ensino de Ciências Sociais. Isto o leva a inaugurar um curso de Urbanismo em 1915. Durante todo o período do entre-guerras, tratará, em suas conferências públicas, do urbanismo como sociologia aplicada. Em 1935, quando a *Société des Sciences Sociales* se reconstitui, por uma aliança com a *Société des Etudes Pratiques d'Economie Sociale*, Agache é eleito para sua administração. Ele será seu vice-presidente e permanecerá como tal até 1940, ao menos no papel, já que se havia instalado no Rio de Janeiro desde o início da guerra. No mesmo período, a partir de dezembro de 1935, é também eleito membro do Conselho da *Société d'Economie Sociale*²¹. A adesão de 1901 não é devida ao entusiasmo efêmero de um estudante. Ela é uma exceção no meio dos arquitetos: antes de 1905, encontramos apenas três representantes dessa profissão entre os anúncios de inscrição dos membros da Sociedade, entre os quais Emile Trélat, diretor fundador da *École Speciale d'Architecture*; entre 1905 e 1914, somente cinco nomes

aparecem. Após a Segunda Guerra Mundial, um outro urbanista francês bastante conhecido vai se aproximar da sociologia experimental: Gaston Bardet, que apresentará no XIV Congresso Internacional de Sociologia de 1950 um trabalho metodológico sobre os procedimentos de análise monográfica, intitulado *Estrutura e escala das comunidades de vizinhança* (Structure et échelle des communautés de voisinage), que se situa na linha direta dos trabalhos de Agache.

A rede dos membros da sociedade, ainda que se desenvolva no período de 1906-1914, não é muito extensa²². Agache, apenas excepcionalmente, encontrará nela um apoio para suas questões. É outra coisa o que ele vai buscar na “sociologia”. As histórias, mesmo as mais recentes, da arquitetura e do urbanismo negligenciaram essa participação. No máximo, seus autores observaram uma filiação imprecisa de Agache ao movimento *leplaysiano*. Ora, ele não foi membro nem das Uniões pela paz social, sequer das diferentes sociedades ortodoxas. Não são as doutrinas de ação do catolicismo social que o aproximam dos *leplaysianos*, mas sim o desejo de participar, de início, de uma *obra científica coletiva*: a ciência de observação dos fatos sociais. Sua conduta evidencia, na verdade, a curiosidade de um homem de cultura; ele não possui, a princípio, a vontade deliberada de colocar em prática a ciência. Isto vai se operar no contexto mais geral de elaboração de uma nova disciplina urbana. Ciência de aplicação, seu *espaço dos possíveis* será definido fora dos campos fechados dos técnicos, dos engenheiros e dos arquitetos. Para Agache, a junção de uma atividade intelectual a uma atividade profissional vai nascer dos imperativos do curso de “História Social de Belas-Artes” que é convidado a ministrar, a partir de 1905, no *Collège Libre des Sciences Sociales*²³. O caráter particularmente instrumental do método atualizado pelos discípulos de Le Play lhe permitirá, nos anos seguintes, introduzir a Ciência Social em sua prática profissional. Semelhantes tentativas permitiram, desde o início, o surgimento de aplicações da Ciência Social em domínios privilegiados como os do comércio, da organização profissional, das relações capital/trabalho e no da educação. Essas aplicações são estudadas por Bernard Kalaora e Antoine Savoye²⁴, que vêem uma outra no *planejamento social do território* — ou os *primórdios da sociologia urbana* — onde intervêm os trabalhos de pesquisas de Georges Hottenger, natural de Nancy. Finalmente, não há razões para duvidar do testemunho de Agache em 1935: foi a combinação particular de seus estudos de Ciência Social com os de arquitetura que o conduziram ao urbanismo. Mais do que preocupações morais e doutrinas de ação social, é um *procedimento científico de projeto* que o urbanista Agache vai encontrar junto à Ciência Social. Ela o faz passar de uma

tipologia social a uma tipologia espacial, e autoriza a tradução formal da *fórmula social de um território* no planejamento dos diferentes elementos que condicionam uma aglomeração urbana. A partir desse encontro, concebe a idéia de uma cidade orgânica onde as formas sociais e as espaciais se superpõem e onde a previsão consiste em “reformatar para curar”, a fim de indicar o significado de uma evolução *natural* dos tipos sociais e espaciais. Disto ele deduz o elemento central de sua doutrina urbana: o *zoning* como planificação urbanística dessa evolução *positiva* da cidade.

A cidade “irradiada”: o ideal de uma cidade *concluída*

Sem dúvida alguma, é já nas primeiras proposições urbanas que faz para Yass Canberra e depois para Dunkerque, em 1912, que melhor se expressa a singularidade do pensamento de Agache. Seus procedimentos refletem as diretrizes apontadas por mestres da ciência dos projetos de cidades como Eugène Hénard, Camillo Sitte, Stübben e pela experiência de Jaussely em Barcelona. No entanto, a originalidade de suas proposições reside nos rebatimentos que opera dos agrupamentos humanos nos dispositivos espaciais; da configuração social na configuração espacial, na composição de uma cidade planejada “ideal”, onde o partido gráfico é, de certa forma, a expressão cartográfica de topografias sociais idealmente “concluídas”. Visto que a cidade é uma manifestação concreta da atividade dos agrupamentos humanos, da sociedade urbana, o urbanismo deve desenvolver e prever a cidade futura no sentido de uma evolução “positiva” da *cit e*. O pensamento de Agache pode ser associado à corrente evolucionista, porém, mais especificamente, a referência às concepções da *dinâmica finalista*  , sem d vida, o ponto onde melhor aflora sua pretensão em desempenhar o papel de teórico de um Urbanismo que também faça parte “do domínio da filosofia social”²⁵. A evolu o natural e contínua não   mecânica; ela é alcançada pela *associa o* e integra o de uma moral social que não se distingue do *civismo*. A finalidade do urbanismo será estabelecer a harmonia na cidade, cuja história é feita de tempos diferentes, de lógicas e de sucessivos estratos entremeados, e esta lenta evolu o da *cit e*. “Ciência de observa o que, por conseguinte, exige uma prepara o cuidadosa, Arte de composi o. (...) Tudo isso ainda é insuficiente, escreve ele, se o Urbanista não possui o sentido social. (...) Com efeito, a cidade procura realizar plasticamente o quadro adequado   existência de uma coletividade organizada”²⁶.

“Não saberíamos separar o aspecto apresentado por uma cidade de suas condições de vida econômica e social — havia escrito seu amigo Marcel Pöete —, pois a função cria o órgão e, neste caso em particular, a fisionomia de uma aglomeração é o resultado de suas condições de existência²⁷.” No mesmo sentido, para Agache, “cada projeto de cidade deve ser objeto de um estudo especial que leve em conta os fatores econômicos e sociais que lhe são próprios²⁸”. A exposição metodológica que Agache elabora a partir de seu trabalho sobre o Rio distinguirá duas fases no trabalho do urbanista. A primeira na qual observa e prepara o balanço — o *diagnóstico* necessário — que intitula “os componentes antropogeográficos (análise geral da situação urbana)”. Agache analisa aí a situação passada e presente da cidade e da sociedade carioca. A segunda expõe os princípios da “Remodelação proposta”. No entanto, segundo ele, “o organismo urbano, como o organismo humano, deve ser observado, conservado e restaurado”. Em linha direta com o pensamento leplaysiano, as sociedades — ocidentais — dirigem-se lentamente para um estado de progresso e de prosperidade social. A *cit e concluída* e sua “morada”, a cidade que deve ser objetivada, são a expressão desse universo estável e harmonioso, que oferecerá ao indivíduo progresso e conforto. O papel do urbanista será também o de solucionar as disfunções e o caos produzidos por uma sociedade doente, e o de *reformular* a cidade, a fim de conferir, no futuro, uma fisionomia à imagem do devir ideal da *cit e* e serviços e equipamentos à altura de suas novas necessidades. Uma temática da regularidade dos fenômenos que integram a dimensão do local, visto que cada *cit e* não possui, em um dado momento, o mesmo grau de evolução e que as cidades, dadas as contingências descritas, possuem lógicas de desenvolvimento diferentes, das quais, no entanto, seria possível encontrar as regras comparando-as entre si, elaborando uma verdadeira relação dos casos urbanos através da história. Ao contrário de Pöete, o procedimento de Agache trata a história de uma forma mais complexa; ele lhe permitirá perceber em sua integridade a especificidade do presente a fim de definir o campo das transformações a serem realizadas. Agache responderá a Pöete que, ao mesmo tempo em que leva em conta o passado, o plano urbano deve ser estritamente adaptado ao papel particular e geral da cidade e a suas perspectivas futuras. A noção de Remodelação, que compreende todas as propostas de planejamento, de embelezamento e de expansão, corresponde aos medicamentos que devem ser prescritos. Nesse sentido, ele proclama que “o verdadeiro urbanismo não conhece nem o trabalho em série

nem a confecção. (Pois) a beleza na arquitetura urbana pode assim ser definida: a mais exata adaptação a um *fim*²⁹.

“Antes de empreender a Remodelação de uma *city*, escreve ele na introdução de sua obra, convém examinar, primeiramente, o desenvolvimento dessa *city* através dos tempos. Os fatores topográficos, econômicos e sociais serão evocados em sua relação com a evolução urbana, pois revelam o esforço do cidadão em levar a natureza a curvar-se ante as exigências da vida em habitações contíguas, que é o apanágio das cidades. É absolutamente necessário conhecer esses componentes antropogeográficos, para determinar os elementos primeiros que governam o desenvolvimento da aglomeração urbana.”³⁰ O primeiro capítulo é consagrado aos aspectos climáticos e geográficos e às diferentes fases do desenvolvimento urbano através da história. Como já assinalamos, Agache interessa-se mais pela evolução urbana do que pela história da cidade propriamente dita. Uma série de esquemas ilustram e sintetizam esse verdadeiro trabalho de análise urbana. A segunda parte está ligada ao estudo geral da situação urbana. Ela compreende quatro partes. Sob o título “Aspectos do conjunto da cidade”, ele considera, sucessivamente, a distribuição da população, a topografia dos lugares (que desempenha um papel bastante particular no caso da cidade do Rio) e a distribuição dos bairros sobre o território urbano. Descreve, em seguida, o “*caráter* da cidade” — o esplendor do sítio (encontro da montanha, do mar e da floresta tropical), a importância da vegetação, o aspecto ordenado do traçado das avenidas urbanas, a cor das habitações; tudo o que concorre, segundo ele, para a “originalidade” da *Cidade Maravilhosa*. Na terceira parte, “A importância econômica da aglomeração”, distingue as diferentes funções econômicas da cidade e estuda a situação dos sistemas de transporte. Contudo, a observação mais detalhada concerne às questões que ele reúne sob o título “Importância demográfica da aglomeração”. Agache não vai empreender nem realizar pesquisas específicas em campo. Ao longo de toda sua carreira, ele jamais terá a preocupação ou os meios para fazê-lo. Toda sorte de observações nitidamente sociais, dirá ele, pode servir ao urbanista; aí incluídas as literárias e jornalísticas — como por exemplo, as descrições de Emile Zola, baseadas em verdadeiras pesquisas, ou, ainda, as de Jules Romains. Esse primeiro trabalho sobre o Rio foi elaborado, em sua maior parte, em Paris. Ele utilizará os materiais disponíveis e, particularmente, as séries estatísticas realizadas pelo Distrito Federal e os diferentes recenseamentos da população³¹. Procura relacionar o movimento das grandes evoluções materiais observáveis no espaço com o movimento das transformações demográ-

ficas. Agache encontra-se, a princípio, um pouco desorientado pela aglomeração do Rio, que representa, contrariamente às cidades européias, o aspecto de uma cidade tentacular “uniforme”, à exceção de sua origem como um centro constituído nos arredores imediatos da Avenida Rio Branco. Em sua análise da evolução da cidade, ele procura encontrar, na aparente unidade da estrutura urbana, os signos precursores de uma individualização dos bairros. Uma observação confirmada por quadros e esquemas onde observa o crescimento urbano material e a distribuição da população.

No estudo monográfico da localidade do Rio de Janeiro, utiliza dois procedimentos essenciais: de um lado, uma análise da topografia social que se pode denominar “horizontal”, dada a distribuição dos homens sobre o solo e, de outro, uma análise “vertical” que visa à hierarquia das atividades humanas — distribuição das atividades econômicas e das profissões. Uma vez definida “a função urbana do Rio de Janeiro”, ele estabelece, a partir destes dados, um programa que, como escreve, será inspirado na experiência do passado, nas reivindicações do presente e nas previsões do futuro. Diante da questão: “O que é a cidade e, principalmente, a grande cidade?”, ele responde: “A cidade é o coração, o centro nervoso e o cérebro de uma região inteira e, às vezes, de um país. (...) É o lugar onde entram em contato os elementos atuantes no mundo. Este contato é instantâneo. (...) A marcha das idéias e a coordenação dos esforços se operam em um estreito espaço no centro das (grandes) cidades”, donde a importância, no plano funcional e simbólico, de se gerenciar e identificar um *bairro central* com funções de decisão suficientemente vinculado ao conjunto. Dada igualmente sua utilização comercial e industrial, o plano deve, em primeiro lugar, compreender os organismos próprios a estas funções. Desta forma, a remodelação da cidade do Rio, para satisfazer o exercício de suas funções dominantes, vai incluir, segundo ele, exigências complexas. A primeira delas é assegurar a existência de certos elementos funcionais particulares e distribuí-los da melhor forma; o que ele denomina o *zoning*. Esse uso diferenciado das superfícies urbanas diz respeito, igualmente, aos espaços residenciais, pois o urbanismo é também encarado como um meio de gerir a distribuição da população³². Ele reconhece que o papel das formações gregárias se impõe cada vez mais na cidade moderna, e esta deve ser capaz de absorvê-las. Cada tipo de construção residencial deverá satisfazer a necessidade particular de um *grupo* da população, reservando para isso “o terreno adequado e mais favorável à sua edificação racional”, de forma a excluir qualquer outro. Eis aí o princípio e a finalidade buscados pelo *zoning*, que exige, ainda, uma nítida separação,

principalmente entre os bairros residenciais, comerciais e industriais. “Durante muito tempo, procurou-se ‘embelezar’ as cidades, escreve Agache; hoje, compreende-se que a solução depende muito mais da organização de conjuntos adequados (estes bairros específicos) do que da ereção de monumentos e edifícios bem-sucedidos ou não”.

A noção de *zoning*, correntemente difundida em 1930 quando Agache redige estas linhas, já era operante, desde 1912, no projeto de fundação de uma cidade em Yass Camberra e no projeto de Dunkerque; as duas primeiras reflexões de urbanismo feitas por Agache. Para ele, ela reúne a dupla exigência do funcional e do social de uma cidade vista como um *ser coletivo*, um ser orgânico. A cidade será definida por escalões, por bairros hierarquizados de acordo com a função global que asseguram; o que lhe permite definir os níveis de intervenção na mesma. Para cada escalão, deve corresponder um nível de projeto, de tal forma que “a distribuição, sobre o território de uma cidade, de construções que fazem parte de diferentes categorias (...) implicará (sempre) a necessidade de abandonar o sistema de um regulamento único aplicado a toda a cidade”. A segunda necessidade do urbanista será traçar as vias de transporte de forma a estabelecer conexões rápidas e fáceis destes elementos entre si e com o restante da *cit e*, e satisfazer as exigências quantitativas de uma circulação dada. “A vida em habitações contíguas é o apanágio das cidades; ora, é evidente que esta promiscuidade forçada não poderia estender-se indefinidamente; os laços de vizinhança, a princípio estreitos enquanto há contiguidade, vão se atenuando   medida que ela diminui. Chega um momento em que a distância os torna inicialmente dificeis e, depois, impossíveis”. Nas cidades atuais, com a melhoria dos meios de transporte, a distância que atenua ou suprime os fenômenos decorrentes da vizinhança não corresponde mais, para Agache,   distância geográfica absoluta, expressa por uma cifra que indica um número de quil metros, mas a *distância prática*, expressa em cifras que indicam o tempo necessário para efetuar um certo percurso. A no o de “zona isócrona”, na qual a referência ao tempo de percurso substitui aquela da distância em quil metros,   formulada em 1919, no projeto enviado ao concurso para o Plano de Planejamento e Expansão de Paris³³. Por extensão, ele incluir , em todos os seus projetos, e, particularmente, entre 1925 e 1929, no do Planejamento de Deuilla-Barre (uma comuna* do subúrbio parisiense) e no do conjunto regional Creil-Montataire, o que ele denomi-

* A menor subdivisão administrativa do território francês. (N. da T.)

na “a zona de irradiação”, que o autoriza a distribuir, sobre o território, as superfícies reservadas aos equipamentos necessários à vida urbana.

Se há razões para *controlar* a expansão urbana, é porque a cidade deve ser *igualitária*. Neste sentido, a distância é, segundo ele, o principal fator que legitima seu controle e deve, portanto, intervir em uma delimitação racional da envergadura de uma cidade. Cada caso particular pode ser referenciado a uma categoria, a um tipo de desenvolvimento urbano que é possível descrever de acordo com uma classificação geral das cidades e segundo um sistema de análise que integre os diferentes critérios do sítio e das repercussões dos fenômenos sociais sobre as formas da cidade. A partir de observações particulares acrescentadas a essas comparações, a organização lógica da cidade deverá, portanto, ser encarada do triplo ponto de vista da *superfície utilizável* (ligada aos tempos de deslocamento, mas, também, às exigências particulares do terreno e do revelo), da *densidade populacional* (nem uma concentração exagerada que gere inconvenientes do ponto de vista social e da higiene, nem a dispersão) e da duração *através do tempo*. Na entrevista que deu ao *Temps*, em 1912, já afirmava: “O arquiteto moderno é um lógico; ele raciocina mais do que imagina.”

Da mesma forma que a sociedade, a cidade só pode ser reformada lentamente e em sucessivas etapas. O urbanismo, para Agache, deve descrever o processo de estabelecimento das reformas urbanas pelas quais se chega a um tipo ideal da cidade *concluída*, elaborada pela análise. Vemos assim de que forma ele passa de um modelo de organização social à produção dos dispositivos do *organismo* urbano. A partir do estudo dos fatos sociais e de suas repercussões na cidade, fixa, em teoria, um tipo de organização urbana estruturada pelas redes — mais especificamente a rede viária, o que está de acordo com a mais pura tradição do urbanismo francês. O planejamento desse esqueleto urbano de “transportes” lhe permite dividir a cidade em unidades espaciais apropriadas à manifestação particular de cada agrupamento humano especificamente considerado — o que ele denomina, em 1911, a propósito do projeto de Camberra, *divisão por bairros*. (...) ³⁴. Ele propõe uma divisão social mas, também, funcional, já que ela distribui, no espaço, certas atividades humanas. Traduzidas em planos, volumes e elevações, essas diferentes manifestações são hierarquizadas por seu aspecto plástico e sua “irradiação sobre o espaço da vida pública”, de acordo com a importância e o papel que Agache (e a Ciência Social) atribui, na vida social, aos fenômenos que lhes dizem respeito. É uma das funções da Arte, escreve ele, dar lugar a composições e a expressões plásticas *adap-*

tadas: “É preciso que as necessidades concretas motivadas pela habitação contígua dêem lugar a uma feliz composição: tudo isso faz parte do talento pessoal do urbanista, tudo isso comporta uma arte real”. Quatro elementos, que encerram também funções essenciais do organismo urbano, influenciam, segundo ele, o caráter e o aspecto das cidades: a circulação, a respiração, a digestão urbana e, por fim, a fisionomia (a disposição das construções e a composição geral). Uma cidade deve funcionar corretamente e, ao mesmo tempo, permanecer bela. O organismo urbano adoece quando privado de uma de suas funções vitais; proposição que desenvolve, no Rio de Janeiro, durante a primeira conferência sobre o Urbanismo, feita no Teatro Municipal, em 4 de julho de 1927. Entretanto, com relação a esses elementos, ele, curiosamente, não atribui, a seu aperfeiçoamento, um quadro muito preciso de investigações. Poder-se-ia esperar que ele sistematizasse, verdadeiramente, esse trabalho preparatório do urbanista, como tentara fazer Raymond Unwin, dando continuidade a Geddes, na obra *Town Planning in Practice*³⁵, publicada em 1909. Ele se contenta em afirmar, como conclusão da exposição teórica de 1935, que o urbanismo exige, de quem a ele se dedica, uma tripla preparação — técnica, artística e sociológica — rigorosa. Competências que dificilmente encontram-se reunidas nos homens da Arte. Suas declarações sindicais e militantes no âmbito da Sociedade Francesa dos Urbanistas retificarão seu primeiro ponto de vista: ele apela para a constituição local de Comissões de Planos, onde devem figurar todas as competências leigas locais que podem ajudar a fornecer os dados necessários ao trabalho do urbanista, e propõe, a partir de 1919, com a União Urbanista, o agrupamento dos especialistas em oficinas de estudos “multidisciplinares”, que, reunindo o urbanista, o engenheiro, o geômetra e o topógrafo, “poderão satisfazer praticamente toda a série de operações necessárias ao estabelecimento de um plano diretor quando há falta, total ou parcial, de documentação prévia, como freqüentemente acontece”. É de se notar que ele não considera a presença de inquiridores sociais!

Nesta construção teórica, a reflexão está absolutamente ausente. Durante algum tempo, ele se interessou pela questão da municipalização dos solos, mas o espírito liberal acabou triunfando. Para impor seus projetos, o urbanista tem, segundo ele, duas ferramentas à sua disposição: o partido gráfico e o regulamentar livremente consentido, do qual a instituição pública é apenas fiadora. Na origem da história do urbanismo, quando se constituiu a problemática específica em universo dos pontos de discussão (dos debates, teorias e doutrinas) e em

universo constitutivo da nova disciplina, o arquiteto não devia deixar de se posicionar. A “Cidade Irrradiada”, da qual ele será, a partir do concurso de Yass Camberra, ao mesmo tempo defensor e teórico, é o tipo ideal que satisfaz todas as necessidades evocadas e que manifesta, em suas formas, uma organização *acabada* da sociedade urbana e modernidade de sua infra-estrutura econômica. Um modelo que o urbanista deverá adaptar a cada *situação local* particular.

Reforma Social/Reforma urbana: a questão da autoridade

Agache concebeu essa aliança entre as *Civitas* e a *Urbs*, entre a idéia de *Cité* e a organização da cidade, desde os primeiros anos do século. Ainda estudante, aproximou-se dos teóricos e práticos da ciência social de observação. Os trabalhos que efetua no seio do grupo da Ciência Social são pouco conhecidos, como o é igualmente o curso que ele ministra, a partir de 1905, no *Collège Libre des Sciences Sociales*. No entanto, eles parecem ser os fundadores de sua doutrina urbanística ou, pelo menos, das temáticas particulares que desenvolve em seus projetos e em muitos enunciados teóricos da nova ciência urbana, que ele dará a conhecer. Mais que um teórico, Agache foi um publicista, um propagador e um agitador de idéias; como o fará com as doutrinas dos mestres da ciência dos planos de cidade, assim como com os conhecimentos técnicos dos higienistas e dos engenheiros sanitários, ele toma emprestado da Ciência Social, idéias e métodos a fim de enunciar “essa síntese de todas as ciências”, chamada, por sua decisão, pelas elites, de reforma social. O urbanismo, nos diz Agache, é uma ciência de aplicação, é um saber que se beneficia de um poder no campo da experiência e que necessita, para sua realização, da ajuda do legislador, do administrador e do gestor. A previsão, segundo ele, deve ser feita em uma escala que ultrapasse a da autoridade municipal. Entretanto, levando em conta a falta de instrução dos poderes públicos, a mentalidade dos políticos locais eleitos e o caráter centralizador do Estado francês, ele permanecerá sempre cético quanto à capacidade de previsão das instituições públicas francesas. Antes da guerra, milita por um modelo de organização social que limite os poderes do Estado e que se baseie na iniciativa privada, na responsabilidade das elites locais e na solidariedade. Um modelo que ele compartilha com os discípulos de Le Play e, particularmente, com o grupo da Ciência Social. O urbanismo, nos diz, ainda, possui uma *utilidade social*. Essa afirmação, nos discursos oficiais de fundação da S.F.U., coloca um difícil pro-

blema, o *do horizonte de expectativa* do movimento em termos de uma visão de mundo mais ou menos definida, de um *futuro atualizado*³⁶. Pelas numerosas referências que faz aos grandes sistemas de idéias, fica claro que as posições e a ação de Agache poderiam ter sido orientadas por concepções de mundo tomadas de empréstimo alhures, frequentemente de personagens célebres. Entretanto, a questão dos horizontes ideológicos, compartilhados ou não com o grupo da S.F.U., da qual é o porta-voz nesses primeiros anos de institucionalização do urbanismo, permanece em suspenso. Um outro problema é saber com quem os compartilha e, enfim, quais interesses materiais e ideológicos comandaram a instauração das primeiras leis do urbanismo na França e a “fusão”, em torno dessas questões, de certas autoridades sociais, de políticos republicanos e de um corpo profissional em fase de constituição. (...) Uma questão que ultrapassa os limites da problemática evocada neste artigo, mas que permanece no centro das preocupações do prosélito do urbanismo: Agache.

Em 1935, durante a exposição de urbanismo da Região parisiense, que abre suas portas, em Paris, ao pavilhão de Marsan, Agache e seu amigo publicista Léandre Vaillat constatarão o fracasso do urbanismo na França³⁷. Vaillat se dedicara, durante anos, a propagar a nova disciplina por meio de artigos no *L' Illustration*, e, mais tarde, de uma crônica semanal no *Le Temps*. Sob o título “Le décor de la vie”, a crônica destinava-se a familiarizar o grande público com o urbanismo e com um de seus fundamentos: a observação social, a sociologia aplicada. Em 1935, Agache e Vaillat julgam que os esforços de educação do público, dos funcionários e dos poderes públicos os quais haviam participado durante todos esses anos, por meio de obras e exposições, e no interior mesmo de sociedades, movimentos e escolas, não foram suficientes. A resistência ao urbanismo é facilmente expressa: “Uma doutrina como esta implica uma supremacia do geral sobre o particular que vai de encontro a vários interesses.” Geral este que é o *social*, como demonstrou o profissional de sociologia Maxime Leroy, outro amigo íntimo de Agache.³⁸ Além disso, as tentativas de aproximação com os engenheiros, juristas, geômetras etc. foram malsucedidas. Em uma conferência dada no *Collège Libre des Sciences Sociales*, em janeiro de 1935, ele conclui: “É preciso que o maestro seja obedecido, e o Urbanista, que, afora qualquer pressão local, pode estabelecer seu plano diretor, trabalhando assim em favor do interesse verdadeiramente geral, deve ter o apoio de um poder forte que imponha sua obra.” Dois anos antes, foi convidado a participar do concurso de planejamento e construção da Grande Istambul, pela jovem República de Mustapha Kemal.

Em 1935, o governo de Salazar o convoca para uma missão de perícia social e para um longo trabalho de revisão do projeto de Lisboa e, a partir de 1939, e com seu exílio permanente no Rio de Janeiro, será o conselheiro em matéria de urbanismo e de gestão populacional do *Estado Novo*, de Getúlio Vargas. Isto significa que, junto às figuras de “pais benfeitores”, o urbanista poderia (...) ser reconhecido como uma espécie de “mediador” entre o Estado e a sociedade civil e desenvolver suas ambições? Ou, ainda que apenas pelo jogo democrático da República, as “reformas necessárias” não seriam realizadas? Desta conclusão compartilhavam, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, um grande número de urbanistas franceses.

(Dezembro, 1994)

NOTAS

1. Este artigo foi extraído de uma pesquisa em curso: Cf. Catherine Bruant, *Biographie de Donat Alfred Agache, architecte, urbaniste, philosophe*, 1875-1959; Paris I Sorbonne, tese de história social sob a direção de Antoine Prost. Para as *necessidades particulares* deste trabalho, as seguintes revistas foram consultadas, *La Réforme Sociale* (1881 — fevereiro de 1940), *La Science Sociale* e, mais tarde, *La Science Sociale suivant la méthode d'observation* (fundada em 1886, publicou os trabalhos dos membros da Société Internationale de Science Sociale desde 1892, data de sua fundação. A revista não é publicada desde 1927), *Les Études Sociales*; que são o resultado da união concluída em março de 1935 entre a Société des Études Pratiques d'Economie Sociale e a Société Internationale des Sciences Sociales. Editada pelas duas sociedades na sede da Société d'Economie Sociale, ela tem periodicidade mensal em 1935, depois, bimensal, até janeiro-fevereiro de 1940; e apresenta dupla paginação, o que permite distinguir os números atribuídos à *Reforme Sociale* daqueles da *Science Sociale* e, desta forma, as contribuições particulares das duas sociedades. Ela reaparece depois da guerra, em janeiro de 1948, em uma nova série trimestral. Órgão da única “Société d'Economie et Sciences Sociales. Ecole Le Play”, fundada em 8 de dezembro de 1945, foi consultada até o ano de 1960. Enfim, *La Revue Internationale de Sociologie*, janeiro-fevereiro de 1893 a agosto-dezembro de 1939, órgão da Société de Sociologie de Paris, criada em 1895, pela iniciativa de René Worms.

2. A palavra Urbanismo é introduzida na língua francesa por volta de

1910. Normalmente, reconhece-se sua consagração em um artigo assinado por um professor da Escola Superior de Comércio de Lyon, Pierre Clerget. Este artigo nos coloca em um movimento de conhecimento da cidade. Pierre Clerget, "L'Urbanisme, étude historique, géographique et économique" ("O Urbanismo, estudo histórico, geográfico e econômico"), in *Bulletin de la société neuchateloise de géographie*, Neuchâtel, 1910; pp. 213-231. Cf. ss a direção de Marce. Roncayolo et Thierry Paquot, *Villes et Civilisation Urbaine. XVIII et XX siècles*; Paris, Larousse, 1992; 688 p. Entretanto, seu emprego para qualificar uma ciência de aplicação foi atribuído, por inúmeros cronistas contemporâneos, a Agache, em 1912-1913.

3. Cf. Françoise Choay, "L' Histoire et la méthode en urbanisme", in *Annales E.S.C.*, julho-agosto 1970, nº 4, 25º ano; pp. 1143-1154.

4. Ao analisar o discurso dos pensadores e reformadores sociais do século XIX, um conjunto de escritos que ela denomina *pré-urbanismo*, Françoise Choay elabora dois modelos radicalmente opostos, que mascaram duas ideologias, as quais ela designa: *progressista e culturalista*. Cf. Françoise Choay, *La Règle et le modèle*; Paris, Seuil, 1980; 484 p.

5. Cf. Marcel Roncayolo, "Penser l'urbanisme", in ss a direção de Marcel Roncayolo et Thierry Paquot, op. cit., pp. 229-232.

6. Joseph Stübben, "Vom französischen Städtebau", in Joseph Brix und Felix Genzmer, *Städtebauliche Vorträge aus dem Seminar für Städtebau an der Königlichen technischen Hochschule zu Berlin*; Berlin, Verlage von Wilhelm Ernst und sohn, 1915; pp. 59-64.

7. Georges Risler, "Les Plans d'aménagement et d'extension des villes", Relatório do *Congrès d'Hygiène Sociale de Roubaix*, 1911 in *Le Musée Social, Mémoires et documents*, nº11, 1912.

8. Robert de Souza, *Nice, capitale d'hiver*, Paris-Nancy, Berger Levrault, ed., "L'Avenir de nos villes. Études pratiques d'esthétique urbaine", 1913; pp. 378-380.

9. Ver os desenvolvimentos de Manfredo Tafuri, Francesco Dal Co, *Architecture contemporaine*; Paris, Berger-Levrault, 1982; 459 p., Introdução (1ª ed., Electa, 1976).

10 Jean Izoulet, *La Cité moderne et la métaphysique de la sociologie* (Tese de doutorado apresentada na Faculdade de Letras de Paris); Paris, Félix Alcan, anc. lib. Germer Baillièrre et cie. 1894; 691 p.

11. Por ocasião da criação de uma nova cadeira de "filosofia social" no *Collège de France*, em 1897, o ministro, entre todos os candidatos (dos

quais Durkeim), vai escolher Izoulet como o mais adequado às teses do poder em exercício e aos objetivos da luta contra o socialismo designados/indicados para esta cadeira. Sua criação corresponde também ao clima intelectual de surgimento das ciências sociais. Jean Izoulet, professor do Liceu Condorcet, depois Henri IV, em Paris, fora secretário de Paul Bert entre 1881-1882, e é apoiado, na época da criação da Cadeira, por Poincaré e Léon Bourgeois. Sua tese, depois seu livro, são uma espécie de versão universitária dos esforços de intelectuais e dos homens políticos, próximos das equipes do poder, visando voltar a oferecer um programa social e uma justificativa aos republicanos moderados em face dos ataques dos extremados. Cf. Christophe Charles, *Les élites de la République. 1880-1900*; Paris, Fayard, col "L' Espace du politique", 1987; 556 p., e Christophe Charles, *Naissance des "intellectuels" 1880-1900*; Paris les édit. de Minuit, 1990; 272 p. Ver, também, nos Archives Nationales, na série F17, o número 13556.

12. A variedade do engajamento dos arquitetos-urbanistas em movimentos ou em sociedades fusionadas, a diversidade de suas tomadas de posição em debates de idéias atestam, igualmente, como realidade, sua posição extra-técnica.

13. Com referência às proposições teóricas de Jean Izoulet, *op. cit.*

14. Ver Jean Izoulet, *op. cit.*

15. Jean Izoulet, *op. cit.*; prefácio, p. VIII.

16. Cf. Christophe Charle, *Naissance des "intellectuels" 1880-1900*; pp. 80-81. Ver, também, a respeito deste clima político: Edmond Demolins, *La nécessité d'un programme social et d'un nouveau classement des partis*; Paris, Firmin Didot, 1895.

17. Prefeitura do Distrito Federal, *Cidade do Rio de Janeiro. Extensão. Remodelação. Embellezamento. Organizações projectadas pela Administração Antonio Prado Junior, sob a Direcção Geral de Alfred Agache*; Paris, Foyer Brésilien editor, 1930; 324 p. + XCIII + cartes. Donat-Alfred Agache, *La Remodelation d'une capitale. Aménagement, extension, embellissement*; Paris, Société coopérative d'architectes, 51, rue de Seine, col. "Urbaniste", 1932; 2 tomos, tome 1, 163 p. + extrait de délibération de la Commission du plan de Remodelation.

18. Alfred Agache, "Un exemple de Sociologie appliqué: l'Urbanisme", in *Les Etudes Sociales*, n° 1, abril de 1935; pp. 3-21.

19. Os membros do bureau da sociedade, para o ano de 1935, são: Presidente, Roger Grand, especialista em documentos antigos, professor da

École des Chartes, antigo senador que foi, em particular, membro da comissão de administração geral, departamental e comunal do Senado nas fileiras do Conde Honoré Cornudet des Chaumettes (ele próprio antigo presidente da comissão na Câmara e relator da lei relativa aos projetos de planejamento, de embelezamento e de expansão das cidades, 1915-1919); presidente da União Nacional dos Sindicatos Agrícolas. Ele é membro ativo da sociedade desde sua criação no pós-guerra, em 1925. Ele será, a partir de 1945, o presidente da Société d'Economie et des Sciences Sociales. École Le Play. Vice-presidente (junto com Agache): o abade Hyppolyte Hemmer, membro da sociedade desde 1906 e de seu conselho administrativo em 1915, antes da interrupção, durante a guerra, da publicação da revista *La Science Sociale* e das atividades da sociedade. Ele retomou suas funções, em 1925, com a criação de ambas.

20. A revista *La Science Sociale* foi fundada, em 1886, por um grupo dissidente dos *le playsiens* da *Reforme Sociale*. Após a morte de Le Play, em 1882, as tensões, voltadas sobretudo para o ensino da ciência social, agitam os “continuadores”. Elas vão gerar uma crise aberta e levarão à explosão do movimento *leplaysiano*, em 1885. Cf. sobre este assunto, os trabalhos de Bernard Kalaora, Antoine Savoye, *Les inventeurs oubliés*; Seyssel, Champ Vallon, col “milieux”, 1989, e Catherine Bruant, “L'architecte et le sociologue. D.-A. Agache”, comunicação no colóquio “Origens das Políticas Urbanas Modernas”; Itamontes, I.P.P.U.R./C.S.U., agosto de 1994; dact., actes préparatoires, 53 p. + anexos. Cf. igualmente, Catherine Bruant, “D.-A. Agache, architecte et sociologue”, in *Les Études sociales*, a publicar, março 1995.

21. Em conseqüência do acordo de 1935 entre a Société Internationale de Science Sociale e da Société des Études Pratiques d'Economie Sociale, Agache adere, igualmente, à segunda e é eleito membro de seu conselho em 1936.

22. Em 1892, o grupo da Science Sociale criou sua própria sociedade: *A Sociedade para o desenvolvimento da iniciativa privada e a divulgação da ciência*. Desde sua fundação e, talvez graças à campanha da imprensa que ela desencadeou, a sociedade obteve grande sucesso em Paris e, depois, em âmbito nacional. Com relação ao plano institucional, o movimento munuiu-se de um dispositivo comparável ao que havia sido efetivado por Le Play: — uma associação, a Sociedade; — duas revistas de publicação periódica, a primeira, consagrada à divulgação e à propaganda: *Le Mouvement social*, à qual vai suceder, em 1904, o *Bulletin* da Sociedade, a segunda, ao estudo científico dos fenômenos sociais a partir da observação metódica dos fatos: *La Science*

Sociale — uma biblioteca reunindo um conjunto de obras científicas consagradas ao estudo das questões sociais — e, por último, um ensino ao qual é associada a criação de bolsas de viagens ou de missões de estudo, objetivando formar os estudantes nesse campo e levar adiante trabalhos monográficos na França e no estrangeiro. A esta estrutura, acrescentam-se programas de investigação rigorosos com o objetivo de “recolher os fatos específicos, de os classificar e deles retirar ensinamentos positivos”, e ciclos de conferências e reuniões de estudo em Paris e na Province. A complexidade deste dispositivo não deve, no entanto, mascarar a dificuldade financeira e numérica do grupo. Durante os primeiros anos, de fato, tudo depende de alguns colaboradores; em particular, na pessoa do jovem especialista em documentos antigos Edmond Demolins, que acumula as funções de diretor-gerente e de redator principal das duas revistas, de responsável por um curso e de incentivador da Sociedade. Recusando a colaboração de escritores profissionais, a revista está restrita à elaboração de uma dezena de redatores, que se encarregam, ao mesmo tempo, de trabalhos de fôlego e do “nariz-de-cera” de suas colunas. Ela é o principal órgão de difusão das pesquisas, mas, também, das problemáticas e métodos desenvolvidos no ensino, antes que estes sejam publicados em obras da “Bibliothèque de Science Sociale”. Ao lado deste trabalho científico, os mesmo colaboradores garantem a divulgação e a difusão dos trabalhos, métodos e idéias da Ciência Social por meio de reuniões e iniciativa de grupos na França; depois, muito rapidamente, no estrangeiro. O lançamento, em 1906, de um ambicioso programa de “investigações sociais sobre o país”, cujo objetivo é estabelecer um verdadeiro “Mapa social do mundo” a partir de estudos monográficos, permitirá, à sociedade, uma expansão particular fora de suas fronteiras. Muitos grupos-correspondentes da Ciência Social serão criados, e, entre estes, deve-se observar a importância particular das representações no Brasil e na Argentina. Cf. as listas de membros da Sociedade, referentes aos anos de 1907, 1909 e 1914, anexadas ao texto de nossa comunicação, “L’architecte et le sociologue. D.-A. Agache”, comunicação feita no colóquio “Origens das Políticas Urbanas Modernas”, *op. cit.*

23. No fim dos anos 1890, um pouco por toda a Europa, aparecem instituições de ciências sociais que escapam, muito freqüentemente, ao universo acadêmico. Em 1891, por exemplo, abre-se, no quadro da Université Libre de Bruxelles, uma escola de ciências sociais, onde o socialista Emile Vandervelde vem ensinar ciências econômicas. Estas realizações associam um mundo estritamente acadêmico a uma parte do mundo

socialista. É o caso da fundação, em Paris, do Collège Libre des Sciences Sociales, onde Agache lecionará a partir de 1905. Théodore Funck-Brentano e uma jovem mulher, Dick May, foram seus ativos fundadores. Dick May — pseudônimo de Jeanne Weill — havia sido muito atuante no movimento das universidades populares. O objetivo do Colégio, que encabeça seus estatutos, é “organizar o ensino das ciências sociais em Paris”, que estava ausente no âmbito da Universidade. O público, cujos efetivos não ultrapassavam uma centena, era composto, sobretudo, de estudantes, futuras elites de uma França que eles iriam contribuir para “regenerar”. O Colégio reunia, em torno de um programa bastante amplo, homens que, segundo o desejo de seus fundadores, deveriam ser de opiniões muito diferentes e “bastante claras”, associados em um trabalho, completamente desinteressado, de pesquisa científica, pelo “aperfeiçoamento social e progresso humano”. Uma “educação homem a homem, (...) através do contato e do exemplo”. Cf. Dick May, “L’École des Hautes Études Sociales”, in *Revue Internationale de l’Enseignement*, vol. XLI, nº 1, 15 de janeiro 1901; pp. 54-59.

24. Cf. Bernard Kalaora, Antoine Savoye, *Les Inventeurs oubliés; Seyssel*, Champ Vallon, col. “milieux”, 1989; p. 139-173 e Bernard Kalaora, “Georges Hottenger ou les débuts de la sociologie urbaine (1868-1934)”, in *Communications*, 54; Seuil, 1992; p. 77-87.

25. Donat-Alfred Agache, *La Remodelation d’une capitale.*, *op. cit.*, Introdução, p. XX.

26. *Ibid.*, p. XX.

27. Marcel Pöete, *Une vie de cité. Paris de sa naissance à nos jours*; Paris, ed. Auguste Picard, 1924-1931; 4 volumes, volume 1 (1924), Introdução, p. II.

28. Donat-Alfred Agache, *La Remodelation d’une capitale.*, *op. cit.*, “Le problème du plan directeur”, p. 71.

29. *Ibid.*, p. 71 (grifo nosso).

30. *Ibid.*, “Le passé, la fondation de la ville et son introduction”, p. 3.

31. Anexo a seu estudo, Agache estabelece um índice de todas as obras, relatórios e documentos consultados. Relativamente ao estudo das populações, ele utiliza particularmente, o [recenseamento] do Rio efetuado pelo Distrito Federal em 1920 (publicação de 1923), o *Anuário Estatístico*, que oferece as estatísticas demográficas do mesmo distrito, em 1926, e as investigações particulares ou estudos parciais que concernem, principalmente, ao problema das favelas. Seus autores são,

na maioria, tanto representantes da administração federal ou da prefeitura, como engenheiros da cidade, ou, ainda, arquitetos já convocados a refletir sobre o planejamento do Rio.

32. Cf. Michel L. Conniff, *Urban politics in Brazil. The Rise of Populism, 1925-1945*; Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1981; 227 p.

33. A lei de 14 de março de 1919, mais conhecida pelo nome de seu redator, o visconde Cornudet — impondo, às cidades francesas com mais de 10.000 habitantes e a todas as comunas do departamento do Sena, a obrigação de estabelecer um projeto de planejamento, de embelezamento e de expansão — mal havia sido promulgada e o Prefeito do Sena já considera sua aplicação na Região parisiense e propõe a criação de uma Comissão da Expansão de Paris. Ao mesmo tempo, o conselho geral decide organizar um concurso de idéias. Este é lançado, oficialmente, em 12 de julho de 1919, alguns meses após a promulgação da lei que revogava o tombamento da muralha fortificada e da zona de servidão *non aedificandi* de Paris (19 de abril de 1919). O concurso convidava os participantes a apontar, para estes terrenos, “as melhores soluções do ponto de vista da higiene e da estética”. Contudo, advertia-se que, no tocante à aplicação da lei, todas as soluções deveriam considerar Paris e as comunas do subúrbio um conjunto, e recomendava-se aos candidatos “que ampliassem seus horizontes ao empreender o estudo solicitado, sem se ocupar das circunscrições administrativas, englobando (...) tudo aquilo que, segundo as concepções correntes, fazia parte da aglomeração parisiense.” O projeto de Agache, elaborado em associação com os arquitetos-urbanistas Jacques Marcel Auburtin, Edouard Redont e Albert Parenty, “A Obra de meio século”, obtém o segundo prêmio. A lei foi preparada, antes da guerra, a partir de diversos projetos discutidos no âmbito da S.H.U.R. e um relatório de Cornudet apresentado na Câmara em 1915. Este foi reproduzido em uma das primeiras obras francesas consagradas ao urbanismo: Agache, Auburtin, Redont (prefácio de Georges Risler), *Comment reconstruire nos cités détruites. Notions d'urbanisme s'appliquant aux villes, bourgs e villages*; Paris, liv. Armand Colin, 1916; 254 p. + anexo.

34. Donat-Alfred Agache, *La Remodelation d'une capitale., op. cit.*, Tomo I; p. XX.

35. Ver, Raymond Unwin, *Town planning in practice*; Londres, 1909, citado a partir de sua tradução francesa, *L'Étude pratique des plans de villes. Introduction à l'art de dessiner les plans d'aménagement et d'extension*; Paris, 1923, reedição L'Equerre, 1981, 370 p. il. + mapa, cap. IV.

36. Os horizontes ideológicos, segundo a distinção proposta por Reinhart Koselleck, que define, ainda, a dinâmica histórica por meio da tensão-planejamento entre “o campo da experiência” ou seja, “o passado atual” e o “horizonte de expectativa”, “o futuro atualizado” que “tende-ao-que-não-é-ainda”; “linha atrás da qual vai se abrir um novo campo de experiência” do qual não podemos ter pleno conhecimento. Cf. (col.), *Le Futur passé. Contribution à la sémantique des temps historiques*, Paris, ed. de l'École des hautes études en sciences sociales, 1992; pp. 311-313 (trad. da edição alemã, Suhrkamp, 1979); citado, igualmente, por Jean-Françoise Sirinelli e Eric Vigne, in *Histoire des droites en France*; Paris, Gallimard, “N.R.F. essais”, 1992; Introdução, p. XXXVI.

37. Léandre Vaillat, “Introduction au catalogue”, in *L'Urbanisme dans la région parisienne. Pavillon de Marsan-Palais du Louvre*. Fevereiro-março, 1935; Paris, imp. Frazier-Soye, 1935; 88 p., p. 3-20. A de 14 de março de 1919, chamada lei Cornudet, decretava, para as comunas francesas com mais de 10.000 habitantes e, também, para as com mais de 5.000 habitantes cuja população havia aumentado em mais de 10% no intervalo entre dois recenseamentos quinquenais consecutivos, o estabelecimento de um programa de planejamento, de embelezamento e de expansão. Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, somente 20% dos projetos viriam a ser aprovados pelas Comissões departamentais e pela *Commission Supérieure des Plans de Villes*. Léandre Vaillat e a *Société Française des Urbanistes* arrolam, em 1º de janeiro de 1935, 1.800 comunas subditas à lei, das quais somente 212 atenderam à requisição. Cf. Viviane Claude, *Les projets d'aménagement, d'extention et d'embellissement des villes (1919-1940)*. *Sources et questions*; Paris, Ministère de l'Équipement, du Logement, des Transports et de la Mer, D.R.I. 1990; 53 p. + annexes. Ver, também, Paul Rendu, *L'appareil juridique de la planification urbaine, lois et décrets d'urbanisme de 1919 a 1943*; Paris, Centre de Sociologie Urbaine, s.d. (1973 ou 1974).

38. Cf. Maxime Leroy, *Les Transformations de la puissance publique*; Paris, Giard et Brière ed., 1907, e, sobretudo, *Introduction à l'art de gouverner*; Paris, lib. du recueil Sirey, 1935; 218 p., em particular, sua Introdução.



Skr. de la S. de Montmartre de la E.G. de Paris.

Paris.

Cartão posta' editado pela *Esperanto Oficejo*, 36, estrato Victor-Hugo, Lyon, por ocasião do X Congresso Universal de Esperanto, que teria lugar em Paris, de 2 a 12 de agosto de 1914. A mobilização geral impedirá que ele ocorra.

Ele representa uma caricatura do arquiteto A. Agache, teórico da "Cidade Irradiada" colocado sobre o projeto de Yass Camberra.

O desenho é assinado pelo célebre caricaturista Jean-Robert.

(Propriedade de Catherine Bruant)

Campo, contra-campo, extra-campo: fundamentos, desafios e conflitos sobre o lugar da arquitetura no campo urbano

Jean-Pierre Frey

Professor do Institut d'Urbanisme de Paris
Pesquisador no Centre de Recherche sur l'Habitat

O atual campo de ensino do urbanismo na França e as disciplinas que contribuem para a produção dos conhecimentos requeridos nas diversas práticas operacionais do planejamento se caracterizam pela reavaliação não tanto da pertinência das abordagens, quanto de seu aporte à definição das especialidades, das profissões e de uma pedagogia condenada a acompanhar a evolução rápida e incerta do real.

A especialidade de urbanista sofre com as incertezas de um reconhecimento institucional baseado mais na legitimidade e na confiabilidade da formação inicial dos que a praticam do que nos diplomas ou títulos de "urbanista", que jamais chegaram a ter um estatuto claramente profissional². O corpo de urbanistas do Estado, recrutado por concurso entre aqueles que possuem diploma de arquiteto ou de engenheiro, acaba de se fundir com o de *Architectes des Bâtiments de*

France (Arquitetos de Construção da França)³ e permanece marginalizado diante da posição dominante que o corpo de funcionários do *Ponts et Chaussés* (Departamento de Estradas de Rodagem) e o dos engenheiros TPE partilham com os administradores civis na tecnoestrutura. A maior parte das disciplinas universitárias, que anteriormente apenas forneciam um número limitado de estudantes às raríssimas fileiras do *terceiro ciclo** especializadas em urbanismo, apresentam — a partir dos anos 80 e sob a pressão dos contingentes que se desviam cada vez mais do ensino secundário ou jamais o freqüentaram — um aumento do número de diplomados que visam às perspectivas incertas no domínio do planejamento. O direito procura retomar seu *droit de cité* e reconquistar o lugar relativamente central que ocupava desde o estabelecimento, no fim do século XIX, de uma política urbana regulamentar e processual. A sociologia urbana, após furtivas horas de glória sob os auspícios de Paul-Henry Chombart de Lauwe (herdeiro de um catolicismo social injustamente esquecido) e de Henri Lefebvre (iniciador de um marxismo crítico dos poderes burgueses tecnoburocráticos), difundiu-se, progressivamente, no mundo universitário. Ela contribui, depois, para instilar um pouco de compreensão nas múltiplas engrenagens das articulações entre o Estado e a sociedade civil ou, antes, para renovar a engenharia e a economia sociais no que diz respeito à gestão dos recursos humanos. A economia sofisticou suas formas de abordagem da gestão das finanças locais, participando, ao mesmo tempo, das tarefas de planejamento do território, visando recuperar os desequilíbrios induzidos por um mercado liberal de investimentos industriais e imobiliários.

Um terreno disputado

À concorrência maior das disciplinas universitárias de formação, que tendem, cada vez mais, a se aliar entre si para abordar o “planejamento” senão de forma interdisciplinar, ao menos na pluridisciplinaridade, fazendo remontar às problemáticas urbanas das formações doutorais aos mestrados e licenciaturas, e, mais raramente, ao *primeiro ciclo*, é preciso acrescentar a das escolas de arquitetura. As últimas, ao contrário, hesitam em romper com a tradição de uma formação es-

* No ensino francês, ciclo de estudos correspondente às licenciaturas, mestrados e doutorados.

tritamente profissional (e que é ainda, com muita freqüência, reduzida, de maneira inconseqüente, ao exercício liberal da profissão de Arquiteto com um A maiúsculo) para desenvolver um campo de pesquisa específico a novos *terceiros ciclos*. Estas novas formações visam constituir os sistemas teóricos e estabelecer o enquadramento propício à formação de futuros professores-pesquisadores que devem, regularmente, consagrar-se à renovação da pedagogia e à substituição progressiva do "*savoir-faire*" por formas de transmissão mais acadêmica dos conhecimentos.

Ao mesmo tempo, um número crescente de arquitetos, confrontados com um mercado desequilibrado, enganosamente aberto, por meio de concursos e dificilmente viável em período de reestruturação econômica, é levado, mais ou menos conscientemente, a desempenhar tarefas referentes ao planejamento urbano. Alguns se especializam em estabelecimento de programas⁴, tornando-se "programistas".

Em suma, a lista das mudanças de objetivos práticos e teóricos das disciplinas que concorrem para a formação dos urbanistas seria muito longa e fatalmente resumida para que pudéssemos pretender delas estabelecer um quadro ao mesmo tempo completo e pertinente. Interessar-nos-emos, unicamente, pelas diferenças e divergências de pontos de vista concernentes às relações entre arquitetura e urbanismo, pelas atitudes, correntes de pensamento, doutrinas e problemáticas de pesquisa tal como são trabalhadas nas posturas, por vezes corporativistas, freqüentemente disciplinares, não de todo isentas de partidarismo malgrado suas ambições, e até mesmo suas pretensões, científicas.

Não resistiremos à tentação de sustentar propostas um tanto polêmicas e provocantes para melhor destacar o que está em jogo nas lutas que se travam ou serão travadas por uma apropriação legítima do campo urbano como domínio de perícia e como mercado. De forma mais prosaica, a cidade torna-se, decididamente, uma mercadoria e o lugar de uma nova profissionalização das competências sobre o mercado de trabalho. A história das posições teóricas na interpretação dos fenômenos urbanos e das posturas doutrinárias nas modalidades de ação esteve vinculada a um esforço de classificação que impõe o que Lefebvre considerava revolucionário⁵. Os recentes resultados da pesquisa, suas problemáticas e seus objetos, representam um ganho real de conhecimento. Mas a atenção dada a um aspecto ou a outro da história urbana não poderia estar dissociada dos benefícios que seus representantes dela pretendem obter para reivindicar o controle prático de certas operações. Assim, podemos supor que o projeto urbano, a composição urbana e uma historiografia concernente aos arquitetos

urbanistas e à arte urbana participam da ambição renovada dos arquitetos de disputar, com outros atores do planejamento, uma nova fatia do mercado e de convencer, pelos mais diversos meios, os comanditários em potencial a recorrerem à sua competência. Por um engano difícil de se desfazer, numerosos arquitetos consideram que sua mestria iconográfica do espaço aliada à excelência de traçados estéticos lhes confere *a priori* uma competência urbanística. Duvidamos do real fundamento desta pretensão e sugerimos alguns caminhos de pesquisa para evidenciar os conflitos e contradições que, visto o planejamento urbano reunir, por sua complexidade, múltiplas abordagens, questionam a integridade de uma profissão, abalam sua coesão e colocam em dúvida a legitimidade de suas intervenções.

Deve-se notar, antes de mais nada, que a França se caracteriza pela tenaz incongruência de um ensino de arquitetura institucional dissociado do sistema universitário. Possuímos, igualmente, grandes escolas de engenharia que fazem inveja ao exterior pelo prestígio do qual elas são investidas, mas que, sobretudo, nós invejamos pelos recursos de que elas dispõem e dos quais são privados outros estabelecimentos públicos de ensino superior. A *École Nationale Supérieure des Beaux-Arts* foi, ao que parece, uma grande escola. No entanto, já não era quando a pressão demográfica do Babyboom e a conjunção fatal de uma ambição governamental renovadora e de reivindicações indignadas — típicas dos subterfúgios da razão contemporânea — de uma nova geração de arquitetos aferrados ao modernismo marcaram o fim das vias privilegiadas de acesso ao poder. Pretendendo presidir o casamento (contra a natureza) de uma modernidade doutrinária, frustrada em seus sonhos de juventude não concretizados do Entreguerras e envergonhado por suas ejaculações antes tardias do que precoces do pós Segunda Guerra Mundial, esta geração de arquitetos se apodera do ensino, na impossibilidade de suprimir a ordem estabelecida (a Ordem dos Arquitetos permanece, mas apenas como sinédoque da ordem social em geral). Uma tentativa natimorta de democratizar a profissão não teve êxito em reestruturar o mercado das demandas e das competências correspondentes nem tampouco em responder a uma demanda social que teria, ao que parece, o mau gosto e a lamentável tendência de prescindir, tanto quanto possível, dos arquitetos e, por conseguinte, de não possuir o mais elementar senso cívico arquitetônico.

Nos trabalhos em andamento sobre as modalidades de acesso ao poder via capitalização pela mídia de uma notoriedade estimulada por concursos⁶, procuramos demonstrar e denunciar os mecanismos que permitem legitimar uma **arquitetura de imagens e slogans** (i.e. uma

espécie de arquitetura publicitária) à base de *topmodels* e desacreditar, de uma só vez, o trabalho modesto, ainda que muito mais pertinente, dos **arquitetos prestadores de serviços** injustamente lançados ao anonimato⁷. Confiantes na capacidade de recuperação dos arquitetos que estão em evidência na mídia e seguros, como estamos da renovação dos modos de legitimação, não duvidamos do surgimento, cedo ou tarde, de uma historiografia arquitetônica que faça sair da obscuridade estes inocentes. O fato é que somos fascinados por esta atitude bastante particular à arquitetura mundana de redescobrir e incensar, nessas missas da mídia, que são as exposições e as produções de catálogos, confrades e obras que o espírito de descoberta de alguns apresenta como novidade, mas que uma amnésia suspeita tinha apagado dos programas de ensino. Não subestimamos, no entanto, as contribuições efetivas de um conhecimento objetivo desta história, cuja pertinência Marcel Roncayolo destaca, visto que ele vem em apoio ao exame de uma questão que tem por objeto uma problemática renovada. Lamentamos que as posturas epistemológicas, que têm seu valor determinado em um dado momento e cujo interesse seria justificado em um processo de pesquisa, não sejam objeto de uma atenção mais demorada, uma vez que as modas passam e apagam o entusiasmo desses momentos sucessivos. De fato é a **capitalização dos saberes** que está em questão. É evidente o papel da mídia, visto que as exposições são financiadas pelos arquitetos expositores e que os catálogos servem de *pressbook*⁸. Mas não seria a publicação das atas dos colóquios científicos algo da mesma ordem?

As competências arquitetônicas confrontadas com o campo urbano

Para apresentar o espaço urbano como terreno e objeto das estratégias de posicionamento prático e ideológico dos arquitetos, em face dos seus colaboradores e, ao mesmo tempo, concorrentes, tomaremos um exemplo da nossa experiência pedagógica. O CAUE (*Conseil d'Architecture, d'Urbanisme et d'Environnement*), da Essone, reuniu, em 1992, três grupos de estudantes formados em urbanismo pela IUP, pela *École d'Architecture de Paris Belleville: CEAA*, "formas urbanas"- (Certificado de Estudos Aprofundados em Arquitetura) e pela *École de Géomètres-topographes de Evry*, respectivamente. Em um mesmo campo de aplicação, os trabalhos divergiram radicalmente com relação à escala e, sobretudo, aos objetos e conteúdos disciplinares das

abordagens. Os geômetras introduziram descontinuamente nos terrenos disponíveis um conjunto de loteamentos minuciosamente projetados para abrigar construções das quais prejulgavam as características com base apenas na tipologia banal de um *habitat* ou dos equipamentos de subúrbio. Eles contavam com um grande número de construtores para alcançar a forma urbana concreta do tecido. Os estudantes do CEAA (exclusivamente arquitetos) expuseram projetos de grande escala que se estendiam sobre o conjunto do território, com o desejo manifesto de produzir um ato urbano que reestruturasse o tecido do qual negligenciavam, de certa forma, as características sociais, chegando mesmo a demoli-lo em parte para alcançar uma suposta coerência formal e estética. Os estudantes da IUP, originários de todas as disciplinas ligadas ao planejamento, abstiveram-se de apresentar um projeto. Aliás, eles teriam dificuldades em esboçá-lo com o mesmo desembaraço que os outros grupos. Em compensação, procederam a uma análise aprofundada das características históricas, econômicas e sociais do terreno e identificaram, claramente, o quadro jurídico e institucional de uma operação, a fim de determinar sua disposição predial e prefigurar seu programa e, em menor escala, seu custo. É de se notar que o projeto urbano dos arquitetos não levava em conta nem o quadro legal e processual nem o custo.

A forma de aplicação das supostas competências do arquiteto corresponde a três concepções diferentes desta profissão. Para os geômetras, que limitam claramente sua intervenção a um modesto loteamento, o arquiteto é o **parceiro** que vai inserir edifícios de forma pontual em um recorte predial. Para os estudantes da tendência “composição urbana” do DESS da IUP, as competências arquiteturais foram utilizadas essencialmente para **ler a forma urbana**. A transcrição espacial dos elementos do programa, que eles se recusaram a fazer para evitar que o arquiteto do grupo desse vazão à suas fantasias projetuais, teria encontrado, segundo eles, uma transcrição legítima em um plano diretor ou em outro POS. Os arquitetos do CEAA estendem, de alguma forma, o objeto arquitetônico ao território que compreende (um pouco arbitrariamente) domínios privados e públicos, incluindo espaços livres e construídos. Eles pretendem com isso **reformatar o conjunto do tecido urbano**, concedendo-lhe, todavia, uma atenção — em todo caso, recente — à problemática da dita “arquitetura urbana”. Após haver destacado as linhas mestras de uma leitura mais ou menos escrupulosa da forma urbana existente, elaboram o projeto de uma avenida urbana monumental, destinada a reestruturar esta zona e a dotá-la de uma nova centralidade, graças aos equipamentos.

Não discutiremos a legitimidade destas três abordagens. Todas elas o são e, além disso, coexistem nas práticas operacionais. Reflitamos apenas sobre esta oposição entre a **produção pontual descontínua** no âmbito espacial e institucional partilhada com outras competências urbanísticas e a **projeção *a priori* da imagem sintética de uma forma urbana** da qual nem os elementos de programa nem a [*assiette*] predial foram previamente estabelecidos pelos eventuais comanditários — de resto, pouco criativos.

Partiremos da idéia de que a última abordagem é típica de uma corrente ideológica regularmente atualizada pelas mudanças doutrinárias, segundo as relações de força estabelecidas com outros atores do planejamento e em função daquilo que se pode imaginar como objeto de intervenção na cidade. Ela consiste em tentar estender as prerrogativas do trabalho do arquiteto para além do domínio predial (propriedades e construções existentes⁹), institucional (definição ou reavaliação do programa¹⁰), político (busca de um comanditário devotado ou complacente¹¹), jurídico (privilégios, concursos antecipados, dispensas) e financeiro (ultrapassagem sistemática dos orçamentos iniciais), utilizando o projeto como prova de desempenho e como argumento de legitimação das competências. Trata-se, mais claramente, de adquirir no espaço urbano uma porção de espaço e uma fatia de mercado em conformidade com as regras da arte das quais os arquitetos imaginam ser os representantes senão exclusivos, pelo menos privilegiados¹². Este grupo de arquitetos, que uma transcendência particular do ego faz com que se julguem investidos de uma missão de embelezamento e racionalização mórbida do mundo contrária ao senso comum, rompeu, no entanto, com as posições utópicas das vanguardas modernistas deste século. Desde que as cidades são objeto de reestruturações e reabilitações baseadas no respeito ao patrimônio, eles estreitam suas relações com a realidade urbana e com os outros atores, e procuram compor utilizando um vocabulário arquitetônico herdado do passado e legitimado pelo uso. Este é o sentido essencial da pós-modernidade¹³.

Nossa conduta pretende ser analítico-regressiva e histórico-genética. Ambiciona seguir as antigas recomendações de Tafuri¹⁴: uma historiografia arquitetônica referenciada à história do trabalho em geral. Parte daquilo que Henri Lefebvre considerava a contradição espacial fundamental do modo de produção capitalista¹⁵, onde o controle global do espaço se opõe à sua produção pontual e propõe-se a elaborar uma análise crítica das relações entre projetos urbanos, condições de acesso ao controle do mercado urbano de arquitetura e as referências feitas às diferentes partes da história urbana em uma historiografia cons-

tantemente renovada¹⁶. A historiografia existente parece ser, com efeito, um testemunho das tentativas hegemônicas dos arquitetos relacionadas senão ao urbanismo em geral, pelo menos à forma urbana dos projetos.

Hoje, a grande maioria dos arquitetos aceita voluntariamente que a parte da planificação urbana que engloba os termos *urban design* e *composição urbana* entre diretamente em seu campo de competência. Este é, no entanto, um terreno que eles não reivindicam, sempre que foi ocupado por diversos outros atores (como engenheiros militares, engenheiros sociais aliados a desenhistas e outros geômetras notáveis) e no qual nem todos se incluem, mas que, atualmente, os estimula a reatar os laços com a corrente francesa chamada de Arte Urbana¹⁷. De nossa parte, enquanto sociólogos, estamos convencidos que **a sociedade global é que determina a forma de uma cidade**; que a maior parte de suas características e, sobretudo, seu significado, procedem de modalidades vernaculares e não profissionais de produção, e que não é sensato pretender reduzir os traços do conjunto das práticas sociais aos traçados elaborados por alguns profissionais¹⁸.

Nossa hipótese é de que esta última atitude possui raízes profundas no sistema de aculturação e de formação dos arquitetos. Ela revela uma tentativa constantemente reiterada, ainda que sob formas diversas, de apropriar-se de uma fatia de mercado crescente diante da planificação urbana que, no início do século, emerge na França, com uma nova divisão das competências. O mercado do urbano pode ser incrementado pela multiplicação de pequenas intervenções arquiteturais confiadas a um grande número de arquitetos. Igualmente, se os programas forem robustos e os arquitetos titulares pouco numerosos, por meio de projetos de maior envergadura, mas que supõem uma outra divisão de trabalho e a intervenção de um poder relativamente forte e centralizado. Opor o Estado às municipalidades e aos atores do setor público ou parapúblico é, sem dúvida alguma, uma medida eficiente.

Escalas de operação e divisão do trabalho

Durante a Reconstrução e nas ZUP (*Zones à Urbaniser par Priorité*) dos pós-Guerra, a projeção arquitetônica encontrou um objeto nos grandes programas de habitação monopolizados pelos poucos arquitetos presentes e renomados. Nesta fase de grande expansão das aglomerações da periferia, manifesta-se uma procura por terrenos virgens (mesmo que ocupados, pois os casebres insalubres e os loteamentos de pavilhões

ainda defeituosos poderiam facilmente ser desconsiderados). A reativação do aparelho industrial (aço, vidro, cimento), as exigências de melhora no conforto doméstico ligadas ao desenvolvimento do consumo e a necessária planificação das redes de infra-estrutura periurbanas e regionais alcançaram uma avassaladora esquematização em diversos níveis: retração do parcelamento, estrutura urbana reduzida às redes de circulação, zoneamento e simplificação das construções. Na base desses desequilíbrios na planificação, estão os investimentos maciços do Estado no financiamento da habitação social e uma organização financeira das operações que tende a realizar, de um lado, um grande esforço de infra-estrutura conferido aos engenheiros do departamento de Ponts et Chaussées — especializados na área de transportes e de redes de infra-estrutura das construções — e, de outro, apela a um número bastante limitado de arquitetos (considerando o número de programas). Estes últimos contam, portanto, com a reprodutividade de células normalizadas para uma aceleração industrializada da construção (responsável pela promoção de um setor BTP monopolista) e que significaram uma economia em seu trabalho de composição.

No Entreguerras, pode-se dizer de forma resumida que, paralelamente às pequenas intervenções — pavilhões, vilas, pequenos imóveis e HBM (*Habitations Bon-Marché*) — que são feitas sobre o tecido das aglomerações existente e que contribuem para o crescimento de um subúrbio, objetivando, apenas, planos de loteamento de envergadura limitada, três grandes eixos se definem para corporificar as intervenções urbanísticas dos arquitetos. Com a preocupação de uma política social inspirada na economia e na engenharia social e no movimento feito pelo *Musée Social* e por outras instituições em favor da redução dos preços das habitações, os projetos de envergadura buscam tomar corpo nas cidades-jardim. Realizações relativamente limitadas no que diz respeito à França, por um lado, pela associação com o trabalho de mestres-de-obras isolados, que só podem responder a um número limitado de demandas e, por outro, por ambições maiores. Os projetos de planejamento, embelezamento e expansão sugeridos pela lei Cornudet tiveram pouca repercussão junto às municipalidades, e a natureza das operações programadas de *habitat* social não despertaram a atenção dos arquitetos¹⁹. Em compensação, eles estão atentos, seja aos programas de construção de casas burguesas e de edifícios públicos nas partes centrais das cidades, seja a esta nova forma de planejamento urbano da qual alguns se apoderaram, a fim de manter a tradição dos grandes projetos dos séculos precedentes. São sempre os mesmos que, atraídos pela possibilidade de elevar a arte urbana a uma escala

que lhes permita ultrapassar a nascente contradição entre planificação urbana e produção arquitetural, encontrarão, em nossas colônias e junto aos governos dos países ricos ou de outros países, a oportunidade de expressar plenamente suas idéias.

Paralelamente e, sem dúvida, à margem destas realizações efetivas e projetos marcantes nos concursos internacionais, os representantes do Movimento Moderno (encabeçado por Le Corbusier e os construtivistas russos) passaram muito tempo elaborando projetos sem construir o bastante, ou durante o tempo suficiente, para poder impor seus pontos de vista. Por conseguinte, suas reivindicações foram radicais e suas ambições mais nitidamente determinadas. No entanto, por trás do projeto de romper com o passado, com o academicismo e com as condições de produção e promoção impostas pelos poderes públicos ocultava-se o apelo à violência simbólica e ao Estado, única força capaz de impor soluções globais e draconianas contra seus colegas de profissão e contra a população²⁰. Sem dúvida, devemos nos considerar felizes, pois apenas fragmentos isolados de seus vastos projetos “revolucionários” podem ser encontrados.

A importância do sítio ou a remodelação urbanística do contexto

Já defendemos a tese de que há uma urbanidade radical na emergência do espaço arquitetural na Renascença²¹. O espaço euclidiano oferece, com efeito, a possibilidade de instrumentalizar a relação entre a produção pontual dos edifícios e o controle mais global do espaço graças aos planos em escala. A questão da relação com o sítio e com o contexto urbano aparece desde essa época no centro da intervenção arquitetural²². Logo, não é por acaso que um dos primeiros arquitetos a querer tomar parte nos debates teóricos sobre o urbano aborda de frente esta questão. Adolphe Dervaux, membro e presidente da SFU durante o Entreguerras, foi um dos raros arquitetos a publicar uma obra na coleção *Urbanisme* das edições Ernest Leroux, logo após a Primeira Guerra²³. Apesar do tom polêmico empregado e a despeito de seus esforços em favor de uma abordagem que se pretendia científica, ele permanece indeciso sobre o lugar que os arquitetos podem ocupar na planificação que se anuncia com a lei Cornudet, mas reavalia claramente as capacidades do arquiteto, seja para realizar de fato uma obra de arquitetura, seja para operar as mutações que o permitam tornar-se

um urbanista coerente com a formação que recebeu na *École des Hautes Études Urbaines*.

Os preconceitos

Os arquitetos, os agentes viários e os engenheiros têm, por vezes, a mesma concepção que os *homens do mundo* sobre o que pode ser decorativo e o que *não deve* sê-lo. Os vereadores e governadores fazem coro com eles. O engenheiro, infelizmente, aprende a arquitetura “tal como é conhecida” em apenas dez lições, de tal forma que confunde esta arte com a forma exterior.

O encarregado das vias de transporte se parece com o engenheiro e com o arquiteto, sem, no entanto, jamais possuir a ciência do primeiro e o gosto do segundo.

O arquiteto!... ele ao menos executa sua tarefa de forma sempre satisfatória? Não confunde arte e ofício? Não despreza este último e espera alcançar o primeiro? Sabe situar o edifício em seu meio? Ao menos compreende o sítio, a paisagem de árvores e casas? (...) Eis que há muito tempo o arquiteto nada mais é que um arquiteto! Em outros tempos, eles compreendiam tudo, ocupavam-se de tudo. Os arquivos atestam este fato.

O aquarelista incapaz de comover-se diante da paisagem vale tanto quando o projetista e o embelezador de cidades...”

O fato é que o lugar do arquiteto na planificação urbana apresenta tantas dificuldades, que alguns (cujos posicionamentos e pertenças profissionais lucrariam em ser mais conhecidos) chegam a anunciar o divórcio, mais tarde consumado, entre a cidade e a arquitetura. A diátribe de um membro da seção de higiene urbana e rural do *Musée Social* pode ser entendida de duas formas. Se, por um lado, ele considera que o arquiteto é portador de amplas competências, que outrora lhe permitiram fazer face, de forma global, aos problemas da cidade, teme que, confinado à produção exclusiva de edifícios isolados, ele não seja mais capaz de integrar as modificações do meio em sua concepção dos edifícios. *A fortiori*, o controle dos trabalhos ou da obra urbana irão lhe escapar. Se ele considera que a principal competência do arquiteto se situa apenas na escala de uma produção pontual, este não mantém mais seu lugar e qualquer tentativa para introduzir-se no traçado das cidades está fadada ao fracasso, pela falta de sensibilidade e dos conhecimentos necessários. Dervaux destaca a contradição que a grande cidade faz emergir entre a arte e as técnicas. Surge a ideologia do *design*²⁴. O arquiteto, obrigado a

integrar, em uma suposta síntese os novos elementos físicos e intelectuais provenientes de outras disciplinas, não pode mais controlar de fato as formas senão pelo desenho. Se ele abandona suas pretensões estéticas e o lugar central que lhe confere o domínio da iconografia no processo de produção dos objetos em geral, tornar-se-á apenas mais um técnico do urbano, entre outros.

Pode a arte urbana ser obra de arquitetos?

Ao que parece, admitia-se, no início do século, que a análise dos projetos urbanos, ausente na abordagem *sintética* da cidade como *organismo*, desenvolvida por geógrafos e sociólogos, pertence, ao mesmo tempo, ao domínio da arquitetura e da história da arte. Pierre Lavedan, ao apelar para uma nova historiografia, chama atenção para o perigo de uma disparidade de abordagens:

“Que o projeto de uma cidade seja um obra de arte possível de ser estudada da mesma forma que uma igreja, um castelo e uma casa; distinguir os tipos de projetos urbanos talvez seja uma idéia recente [...], mas que nos parece suficientemente consistente para inspirar e justificar um novo capítulo da história geral da arte: a história da arquitetura urbana.

Os belos trabalhos inspirados pela recusa em se considerar um aspecto da cidade em detrimento de outros nos advertem, entretanto, sobre os perigos de tal empreendimento. (...) Se a história da arquitetura não se constitui imediatamente como ciência é porque não soube definir, acreditamos, com suficiente rigor, seu objeto e limitar suas pretensões”²⁵.

No entanto, aquilo que parece ser aceito em termos de análise histórica não o é para a prática operacional. Numerosos atores se recusam a considerar que este é um domínio que depende diretamente das competências dos arquitetos:

“Em 1915, um ministro da Défense Nationale (...) afirma que, para presidir às reconstruções, não se deve procurar um arquiteto mas, ... um pintor (...) Quando a Câmara estuda as leis para as reconstruções, ela substitui, sob a injun-

*ção de um honorável, a palavra detestada arquiteto pelo termo homem de arte**

Em meio a estas infantilidades, devemos destacar que uma profissão, outrora nobre entre as outras, é desprezada pela maior parte dos cidadãos, visto que seus representantes a suprimem dos documentos públicos ou a substituem pela pintura (...) Que eles sejam denominados homens de arte, como na Câmara dos Deputados, agentes viários, engenheiros, empreendedores, comissários da prefeitura, os reorganizadores da França executarão o trabalho de bons e maus arquitetos”²⁶.

Falar em *homem de arte* equivale, em suma, a apelar a novas competências que não coincidem com aquelas que caracterizam os arquitetos formados pela *École des Beaux-Arts*. Estes últimos estão, de resto, relativamente ausentes dos debates e trabalhos empreendidos nos vinte primeiros anos deste século:

“Afora as publicações de Hénard sobre a circulação, os espaços livres e as transformações de Paris, seus pontos de vista sobre as ‘cidades do futuro’ expostos no Congresso Internacional de ‘Town Planning’ de Londres ocorrido em 1910, e a ação de alguns técnicos instruídos pelos concursos e trabalhos executados no exterior e tendo concluído a formação da Société Française des Architectes Urbanistes²⁷ — concursos nos quais, deve-se dizer, a escola francesa quase sempre triunfou²⁸ — nada se vê que revele um interesse dos engenheiros e arquitetos franceses por estas questões. É preciso acrescentar, todavia, aos estudos de urbanismo prático desses poucos técnicos os trabalhos da Section d’Hygiène Urbaine et Rurale (Seção de Higiene Urbana e Rural) do Musée Social, presidida por M.G. Risler, que, há mais de quinze anos, conduz infatigavelmente, junto aos poderes públicos, uma campanha de propaganda a favor do estudo sério e científico dos projetos de planejamento e expansão das cidades, segundo os procedimentos adotados no exterior que nos ensinavam, em lugar de aprenderem conosco, como a contecia há apenas cinqüenta anos. O Projeto de Paris, de

* J. O., sessão da Câmara dos Deputados de 1º de junho de 1915.

Hausmann, marcou uma época e fez escola, sendo imitado no planejamento e na expansão das grandes aglomerações francesas e estrangeiras; os próprios alemães o reconheceram. Entretanto, o urbanismo francês não se desenvolveu a partir daí. É preciso acrescentar ainda os estudos do Sr. de Souza sobre o planejamento e a expansão de Nice, verdadeiro modelo de dossiê e de programa para o emprego do urbanismo.”

É essencial destacar que os arquitetos franceses estiveram particularmente ausentes na constituição do campo urbano. Nas políticas patronais em favor das habitações operárias, eles cederam lugar aos engenheiros sociais. Eles estão praticamente ausentes nos trabalhos de pesquisa e de análise sobre a cidade. Na seção de higiene urbana e rural do Musée Social, eles estão em maioria e se confundem com geômetras e paisagistas. Durante a fundação da *École des Hautes Études Urbaines* e nos debates científicos, eles aparecem nitidamente como os clientes dos geógrafos.

A *Union Internationale des Villes*, fundada pelo primeiro Congresso Internacional das Cidades, ocorrido em Grand, em 1913, preconizou toda uma série de notações, além de diversos modelos de monografias e de classificação de materiais para o estudo do urbanismo, cuja utilização seria muito útil difundir (...)

*“O primeiro momento de qualquer experiência válida de urbanização consiste em instituir a **inspeção permanente do estado de desenvolvimento cívico das localidades**, o que os ingleses chamam Civic Development Survey.*

*Significa, em suma, estabelecer o **dossiê das cidades** (...) Este dossiê, este registro do **estado de desenvolvimento cívico**, deve existir para a coletividade da mesma forma que, para os indivíduos, existe o do **Estado Civil** e, para a propriedade, o **Cadastro**.*

Este quadro abreviado dos documentos urbanos que busca em todo país a “Union Internationale” mostra que os geógrafos, como os historiadores, os economistas, como os sociólogos, os médicos, como os legistas, os demógrafos, como os estatísticos, os arqueólogos, como os engenheiros e os arquitetos, encontrarão, nesses dossiês comparativos, estabelecidos por tipos de localidades, os elementos de estudo para seus trabalhos aplicados à cidade.

Não podemos esperar que das aproximações que este quadro indica entre todas essas competências poderá um dia resultar uma síntese não mais de cada uma das ciências urbanas — mas de uma ciência única total, que coordene e aproxime, em leis gerais, todas as observações de cada uma delas? A ciência do urbanismo, que hoje ainda engatinha, estaria, enfim, definitivamente fundada.

Desta síntese ou ciência da urbs, já se pode vislumbrar os primeiros clarões nos estudos de geografia humana de nossos sábios modernos. (...) Mas devolvamos a César... os geógrafos são os pais desta ciência.”²⁹

O grande obstáculo à participação dos arquitetos neste tipo de procedimento é, sem dúvida, a solicitação que lhes é feita de se expressarem por intermédio de projetos pela via “rápida” dos concursos. Esta forma de tirar proveito da competência do arquiteto em visualizar sumariamente um ponto de partida, e até mesmo em ilustrar uma idéia ainda imprecisa de um edifício original ou da forma global de uma cidade, aumenta a distância entre a busca de uma notoriedade negociável para ascender às posições de comando mais gratificantes e o trabalho mal remunerado de práticos já atuantes em um mercado sem dúvida menos ostentoso:

“O concurso! Ainda um hábito desta École des Beaux-Arts, onde, para se proteger da fraude, o conselho superior se viu obrigado, nestes tempos, a interditar a assinatura dos projetos. É certo que, ao final dos estudos, o espírito fraudulento ultrapassa o limiar da Rue Bonaparte e espalha sua imoralidade pelo país. Que garantia poderá aí se encontrar para a arte e para o equilíbrio dos orçamentos?

Da mesma forma, durante os numerosos concursos abertos sob o pretexto da democracia, várias surpresas ocorreram. Não pretendemos dizer, de forma alguma, que o concurso seja sempre uma maneira de dissimular o favoritismo, pelo menos nas províncias muito afastadas...!

O certo é que os jovens alunos da École de Beaux-Arts se destacam no concurso, munidos apenas de sua educação teórica e de sua habilidade no traço, por vezes sem nenhum esforço intelectual próprio. As imagens que propõem estão freqüentemente distantes das realizações, os cortes nem sempre correspondem aos planos e às fachadas. Mas são

belos projetos e agradam ao júri, que não é responsável pelo controle do orçamento. A seu lado, práticos experientes, tendo adquirido o conhecimento necessário ao esforço modernista, apresentam projetos sinceros, maduros e exequíveis, que ostentam uma pobreza tão evidente que são eliminados. Pode-se adivinhar o que acontece quando da execução do projeto premiado, onde a realidade sucede à indicação e o montante verdadeiro do orçamento deve ser saldado.”

Como aculturar os arquitetos na planificação urbana?

Os fundadores da EHEU, especialmente Marcel Poëte e Louis Bonnier, sabem que só podem contar realmente com aqueles arquitetos dispostos a se conciliarem com as outras disciplinas. Eles se resignam a estarem privados daqueles cujas pretensões a uma hegemonia estética sobre a cidade levam a negligenciar as questões de higiene e o quadro físico, social e institucional das operações:

“O breve olhar que acabamos de lançar sobre as principais organizações, oficiais ou não, de ensino urbano no exterior, nos mostra que, praticamente em toda parte, a maior preocupação parece ser formar os homens de arte destinados a modificar as cidades em seu aspecto material. A administração da cidade, a higiene, a ação social e a estatística surgem senão como acessórios ou derivados, pelo menos como representantes de uma ordem de preocupações não totalmente essenciais.

De forma inteiramente diferente apresenta-se o ensino das ciências urbanas tal como se encontra formulado no programa da Escola fundada no departamento do Sena.”³⁰

Uma profunda disparidade, que ainda permanece, atravessa o campo urbano francês. Nossos arquitetos-urbanistas tornaram-se renomados e organizaram suas carreiras profissionais seguindo as vias erráticas dos concursos internacionais e das encomendas estrangeiras mais do que por haverem contribuído para o embelezamento e a planificação das cidades do hexágono*³¹. Aliás, eles muito pouco contri-

* A França, por causa da forma do seu mapa (N. da T.)

buíram para as publicações de ordem científica, que poderiam ser compartilhadas por seus colegas ou difundidas pelas vias acadêmicas da universidade. Aqueles que contribuíram para a planificação urbana das cidades da França caracterizam-se pela discrição e modéstia necessárias à conciliação com os outros atores. O fato é que os arquitetos da *École des Beaux-Arts* praticamente não tinham escolha, a não ser entre permanecer arquitetos (e produzir objetos de maior ou menor beleza), pretender tornar-se urbanistas mantendo as prerrogativas de um controle exclusivo sobre uma obra cuja concepção fosse, acima de tudo, estética (isto é, pretender alcançar uma síntese hegemônica e exclusiva das outras abordagens disciplinares, que apenas conduziria a lugares estrangeiros ou utópicos) ou operar uma reconversão no âmbito de uma síntese propriamente urbanística dos saberes e competências.

Claro está que, com relação a este último aspecto, a situação torna-se tensa entre os partidários de uma abordagem equilibrada e cuidadosa das condições do terreno recomendada pelo *Musée Social* e aqueles que fazem apelo a gestos sumários de composição urbana³². A utilização do termo *composição* é sempre problemática. Ele pode, com efeito, ser modestamente entendido como uma forma de compor, com a realidade urbana, suas características físicas e sociais, os traços do passado e, sobretudo, com os outros atores. Pode, ao contrário, visar a realização de um ato estético pelo traçado global da forma urbana em detrimento do conteúdo. A primeira atitude supõe o privilégio da análise e da síntese receptiva de informações múltiplas; a segunda privilegia o traçado, a projeção e uma espécie de violência simbólica em relação aos outros atores do planejamento e às populações. O programa de ensino do urbanismo nascente na França, da EHEU, da IUUP e, mais tarde, da IUP, atestam continuamente essa contradição que atravessa tanto a arquitetura quanto o conjunto da pedagogia:

“O primeiro programa curricular submetido à aprovação de seus membros (Comitê de Aperfeiçoamento) está a cargo de Henri Sellier. (...)

*Mais do que uma simples divisão entre ensino universitário e ensino profissional, a EHEU é, desde sua criação, um território de confrontação entre diferentes tipos de saber tornados profissionais nas estruturas administrativas que a geraram.”*³³

Para finalizar esse breve exame de questão, destacaremos as li-

nhas de tensão que permeiam tanto a pedagogia quanto as posturas no mundo profissional. Já sugerimos que a falta de perspectivas leva os arquitetos a se voltarem para o campo urbano. Eles entram neste campo de certa forma desprovidos de meios, mas, em geral, são tão conscientes de suas lacunas e da inadequação de sua formação inicial, que fazem o esforço de redirecionar sua formação, completando-a :

“(...) todos os arquitetos aqui entrevistados entraram no instituto invocando o reconhecimento dos limites do ensino de arquitetura, quer se tratasse da École des Beaux-Arts para Paul Dufournet, Roger Puget, Marcel Roux e Pierre Forestier ou da École Spéciale d’Architecture para Jacques Tournant... Não foram poupadas palavras para expressar a ineficácia deste ensino. Pierre Forestier chegou a falar em ‘ensino retrógrado’.”³⁴

É evidente que os raros arquitetos que participaram do ensino universitário do urbanismo e do planejamento possuem uma atitude bastante determinada em relação às questões que abordamos. Eles não saberiam, de fato, voltar-se para um academicismo friamente dirigido para um monumentalismo — contudo, injustamente esquecido em seguida — nem aderir às teses modernistas mais abstratas que confundem, num mesmo objeto, arquitetura e forma urbana. O próprio Movimento Moderno não encontrara a maneira de transformar o espaço, os procedimentos e as atitudes de cada um:

“A cultura arquitetural da EHEU e da IUUP permanece na retaguarda dos trabalhos do Movimento Moderno. Deste ponto de vista, todas as entrevistas confirmam, aliás, as informações recolhidas a partir dos documentos de arquivo. Os arquitetos da IUUP, quer se tratasse de Jacques Gréber ou de Henri Prost, manifestaram as mais profundas reservas pelas teses de Le Corbusier.”³⁵

Roger Puget, nascido em 1907, titular do diploma do *Institut Technique Sanitaire*, membro da seção de Higiene Urbana e Rural do *Musée Social*, arquiteto da *École des Beaux-Arts*, diplomado pela IUUP (tese defendida em 7 de dezembro de 1928 sob a orientação de Edouard Fuster: *Du pressant besoin d’une cité-jardin pour les classes moyennes*), atesta suas divergências de ponto de vista:

“Eu freqüentei um pouco Adolphe Dervaux e foi assim que descobri o urbanismo. O que, aliás, fez com que eu me lançasse neste trabalho quando me encontrei, após ter recebido meu diploma em fevereiro de 1932, diante da terrível crise que naquele momento se apresentava, todos procuravam colocações, lutava-se, literalmente, para obter uma charrete(...) Eu compreendera que o ensino que havíamos recebido da École des Beaux-Arts, ou seja, o significado da composição, não era de forma alguma suficiente para exercer o urbanismo. Eram necessárias coisas bastante diferentes, ignorávamos tudo sobre os VRD, as diversas redes, ignorávamos tudo sobre as relações entre os serviços públicos e os habitantes. Ignorávamos tudo sobre a organização municipal. (...) E foi assim que eu descobri a economia política, a geografia humana, o direito administrativo etc., etc. Posso uma vasta biblioteca aqui. Aliás, isto me permitiu, em seguida, encarar pessoas de qualquer espécie, tanto administradores quanto engenheiros, visto que eu possuía uma formação multidisciplinar.”³⁶

Na mesma linha, outros arquitetos que jamais penetraram no domínio do urbanismo podiam compreender de forma diversa esta oposição doutrinal:

“Parti do existente, pois tinha aprendido, por intermédio de Loos, que o ambiente era algo extremamente importante e que não tínhamos o direito de demolir algo, mesmo que acreditássemos possuir razões para tal. (...) O movimento modernista se desenvolveu até 1920. Os amantes da arte estavam divididos. Desde o início havia duas tendências. Tendências que remontavam à fase anterior à Primeira Guerra. Pois as coisas não se desenvolvem espontaneamente; é preciso haver bases sólidas.

Afora o academicismo, havia, portanto, duas formas de modernidade: a de Le Corbusier e aquela celebrada por Michel Roux-Spitz... este último me dizia: ‘Você está enganado, pois para fazer qualquer coisa vendável, é preciso algo que agrade; o cliente existe, não se pode negar. (...) devemos poder fazer uma arquitetura moderna que seja vendável, que agrade à burguesia que pode comprar.’³⁷

As dores sofridas pela arquitetura para gerar competências urbanísticas perduram. A sociologia urbana dos anos 1970-1980 militou consideravelmente em favor da reavaliação das práticas de uso do espaço na concepção arquitetural³⁸. O espaço arquitetural, tal como é assimilado pelos estudantes por meio da cultura privilegiada do projeto, conserva uma integridade artística que resiste fortemente ao que é percebido pelos arquitetos como limites ou entraves à sua liberdade conceitual³⁹. Mas esta história está longe de ser linear. Ela é permeada de avanços e recuos, de mudanças que se crê decisivas, mas que se revelam ilusórias mais adiante.

Eu temia que se desse uma demasiada atenção aos grandes arquitetos, aos projetos de envergadura (sobretudo se eles não conduzem a realizações efetivas), à Arte Urbana concebida de forma restritiva e a uma historiografia urbana confiada somente aos arquitetos, em detrimento do conjunto de outras leituras possíveis indicada por outras disciplinas. A esse respeito, as opiniões que cada um possui sobre uma ou outra das doutrinas contemporâneas do planejamento (e que as diversas historiografias cada vez mais questionam para evitar que uma delas seja fixada, o que dificilmente seria justificável sem cair no corporativismo) lucrariam se fossem mais claramente expressas e instrumentalizadas nos procedimentos de pesquisa, dos quais sabemos que participam de reconquistas territoriais no campo sempre aberto do urbano.

NOTAS

1. Ampe (F.), Rapport du groupe de travail sur les formations en aménagement et urbanisme, Paris, MELT, 1992; Rueff D. et Clement J. Contribution à la connaissance des formations en urbanisme et en aménagement dans les pays de la Communauté européenne, Paris, MELT/Territoire Alpha, 1991; Maumusson V. "Urbanisme: le grand chantier de la formation. Un enseignement en quête d'identité", in Urbanisme n° 256, septembre 1992, pp. 10-12

2. De acordo com o recenseamento feito pela SFU, em 1980 havia em torno de 18.000 agentes de urbanismo. As formações iniciais encontram-se representadas da seguinte forma: arquitetos: 41%; engenheiros e geógrafos: 14%, economistas: 10%, cientistas sociais e políticos: 10%, geômetras: 3% e planejadores sem qualquer outra formação: 6%. As condições de exercício destas múltiplas competências não são menos

vereadas: 7% de funcionários do Estado, 3% de funcionários das coletividades locais, 31% de contratados do Estado, 13% de contratados das coletividades locais, 7% de contratados parapúblicos, 18% de assalariados do setor privado e 21% de profissionais liberais (essencialmente arquitetos).

3. Essa fusão fez aparecer, imediatamente, um conflito de interesses em relação às competências urbanísticas. Os ABF acreditam poder, *a priori*, trabalhar como urbanistas, enquanto que aos arquitetos do Estado seria exigida uma formação na *École de Chaillot* para que pudessem encarregar-se dos monumentos históricos e de outras construções desta espécie.

4. Cf. o CEEA “programmation et maîtrise d’ouvrage publique” da *École d’Architecture Paris-Villemin*.

5. Lefebvre, H. “La Révolution Urbaine”, Paris, Gallimard, 1970.

6. Biau, V. e Frey, J. P. Communication et stratégies de positionnement des architectes, MELT/CRH, 1994.

7. Allegret, J. Les Communaux. Les pratiques architecturales intégrées aux collectivités locales, coll. In Extenso, n° 6, Paris, *École d’Architecture de Paris-Villeman*, 1985.

8. Cf. as publicações das principais editoras tais como Mardaga, AAM, Le Moniteur e GG.

9. Para ter acesso a uma encomenda viável de acordo com uma certa imodéstia dos projetos.

10. Cf. os grandes projetos do Présidents cujo lucro simbólico recai sobre os arquitetos estrangeiros, mas cuja construção alimenta as caixas das empresas francesas do BTP.

11. Biau V., “L’Architecture comme emblème municipal, les grands projets des maires”, Paris, Plan, Construction et Architecture, Pesquisas n° 6, 1992.

12. Cf. as posições, a este respeito, exemplares, defendidas pelos promotores da Mission Banlieue 89.

13. Frey, J.-P.; “La postmodernité: un rapport problématique au mouvement moderne en architecture et en urbanisme”, in *Actes des Journées Europe des 11-12 octobre 1989*, Créteil, publicações do Centre d’Études et de Recherches Européennes, n° 1, 1990, pp. 15-22; et “L’Urbanisme européen existe-t-il?”, in *Actes de la Semaine Européenne du 15 au 18 octobre 1991: Identités et alterités européennes*, Créteil, publi-

cações do Centre d'Études et de Recherches Européennes, n° 3, 1992, pp. 7-19.

14. Tafuri, M. "Théories et histoire de L'architecture", Paris, Ed. de la SADG, 1976; *Projet et utopie*, Paris, Dunod, 1979.

15. Fefebre, H., "La Production de l'espace", Paris, Anthropos, 1974.

16. Cf. Croce, B., "Théorie et histoire de l'historiographie", Genebra, Droz, 1968; *L'Histoire comme pensée et comme action*, Genebra, Droz, 1968.

17. Gaudin J.-P., sob a direção de, *Leus Premiers urbanistes français et L'Art urbain, 1900-1930*, coll. in *Extenso*, n°11, Paris, *École d'Architecture de Paris-Villeman*, 1987.

18. Cf. os trabalhos exemplares de Henri Raymond, Bernard Huet e Liliane Dufour sobre a urbanística barroca na Sicília.

19. Cf. a tese em curso na IUP de Marc Trouvet sob a direção de J. P. Frey.

20. Raymond, H. "Technostructure, Le Corbusier à la Rochelle" MUL/ Institut de l'Habitat, 1984.

21. Frey J.-P., "La Dialectique intérieur-extérieur en architecture, essai sur la genèse de l'espace architectural de la Renaissance", Tese de Sociologia da Universidade Paris X-Nanterre, 1981.

22. Gregotti V., "Le territoire de L'architecture", Paris, L'Equerre, 1982(1966).

23. Esta coleção, infelizmente, não obteve o resultado esperado. Entre as publicações anunciadas e, sob inventário em outras editoras, somente as de Géo. Ford, "L'Urbanisme en pratique, de Juillerat", L'Hygiène urbain e de Léon Ausher e Georges Rozet, *Urbanisme et Tourisme*, darão seguimento à de Dervaux.

24. Pevner N., "Les Sources de l'architecture moderne et du design", Bruxelas, La Connaissance, 1970; Francastel, P. "Art et Technique", Paris, Contier, 1956.

25. Lavedan (P.), "Qu' est-ce que l'urbanisme? Paris, H. Laurens, 1926, pp. 3 e 4.

26. Dervaux (A.) "Le Beau, le Vrai, L' Utile et la Réorganisation de la France" in *La Réorganisation de la France*, Paris, Alcan, 1917, pp. 183-188.

27. A Société Française des Urbanistes (Sociedade Francesa de Urba-

nistas) foi fundada em 1913, sob a presidência honorária do Sr. Georges Risler e a presidência do Sr. Eug. Hénard.

28. Concurso Internacional de Projetos de Expansão de Barcelona, 1904, L. Jaussely, 1º lugar por unanimidade; Concurso Internacional de Nova Guayaquil, A. Bérard, arquiteto francês, 1º lugar e ainda outros lugares ganhos por franceses; Concurso do Projeto de Expansão de Anvers, 1º lugar por unanimidade, Sr. H. Prost, atualmente encarregado dos projetos das novas cidades no Marrocos, 2º lugar, Sr. Auburtin, arquiteto francês; Concurso de Dunkerque, 1º lugar, Sr. Agache, que foi também um dos laureados do Yass Canberra (Austrália) etc.

29. Jaussely (L.), “Chronique de L’urbanisme”, in *La vie urbaine*, nºs 1-2, pp. 184-188.

30. Bonnier (L.), “La création de l’enseignement de l’urbanisme en France”, in *La vie urbaine*, nº 5, 1920, p. 157.

31. Palacio M., Musée Social et Urbanistique Sud-Américaine, Relatório do DEA apresentado ao IUP sob a direção de J. P. Frey, setembro, 1993.

32. Claude V., “Les Projets d’aménagement, d’extension et d’embellissement des villes (1919-1940), sources et questions”, Paris, MELT/DRI, nov. 1990; Osti G., “Le Musée Social et L’urbanisme au début du siècle”, in *Vie Sociale*, nº 3 1984, pp. 117-125.

33. Bauddui (R.), “La Naissance de l’École des Hautes Etudes Urbaines et le premier enseignement de l’urbanisme en France, des années 1910 aux années 1920”, Paris, *École d’Architecture Paris-Villeman / ARDU*, Paris 8, janvier 1988.

34. Ibidem, pp.192-198.

35. Ibidem, pp. 193-198.

36. Ibidem, p. 198.

37. Fischer (R.). “Si le béton est plus répandu que le métal, c’est l’oeuvre du comité des forges”, Paris, Ed. Connivences, coll. A propos d’architecture(s), 1988, pp. 44-45 e 51-52.

38. Raymond, H., “L’Architecture, les aventures spaciales de la raison”, Paris, CCI/Centre Georges Pompidou, coll. Alors, nº 4, 1984.

39. Huet B., “Anachroniques d’architecture”, Bruxelas, AAM, 1980.

O urbanismo no Instituto de Engenharia: São Paulo, 1920-1940

Marisa Varanda Carpintero

Doutoranda em História Social da Universidade Estadual
de Campinas

“Está chegando o momento, é minha convicção, de que a cidade de São Paulo entreará, com resolução, no caminho que lhe é traçado pelo rápido movimento de progresso. Esta capital deve, hoje, sem tocar no passado, sem negligenciar o presente, cuidar do futuro, traçar o programa do seu crescimento normal, do seu desenvolvimento estético; deve, em uma palavra, prever, adoptar e executar judiciosamente todas as medidas que são reclamadas, e cada vez mais serão, pela sua grandeza e importância.”

As palavras acima foram extraídas do relatório apresentado, em 1911, pelo arquiteto francês Joseph Antoine Bouvard, ao prefeito de São Paulo, Raimundo da Silva Dupral, referente aos estudos de melhoramentos e expansão da capital do estado.

Ancoradas no fio condutor do progresso, tais preocupações, já no início do século, aspiravam a um futuro promissor para a capital bandeirante. Essas aspirações procuravam concretizar-se ao longo das primeiras décadas do século, a partir dos programas de reformas urbanas centradas nas idéias de embelezamento das cidades. A partir de 1914, isto é, logo após a Primeira Guerra Mundial, as expectativas de desenvolvimento e futuro das cidades modernas são fortalecidas graças a um grupo de higienistas, economistas, sociólogos, arquitetos e engenheiros, ditos responsáveis pela divulgação do urbanismo como ciência complexa da vida da cidade. As universidades inglesas, americanas e francesas de arquitetura ou de ciências sociais foram as primeiras a introduzirem o curso de urbanismo. Esses cursos abordavam os aspectos gerais dos problemas urbanos por meio de cinco itens essenciais: estudo das origens e evolução das cidades, organização econômica, arte e técnica da construção das cidades.

A complexidade de questões que nortearam cada um destes cinco itens levaram estes estudiosos a aprofundarem e discutirem a *evolução e progresso das cidades* segundo um conjunto de regras e previsões, sem contar com o esforço de protegerem a ciência do urbanismo dos sonhos otimistas das cidades utópicas. No amplo e polêmico debate em torno da organização das cidades, podemos encontrar a presença dos engenheiros e arquitetos brasileiros, que, de diferentes formas, apresentaram-se como defensores e divulgadores da nova filosofia do urbanismo moderno. Neste artigo, pretendemos perceber a amplitude deste debate a partir da participação do Instituto de Engenharia de São Paulo e de seus integrantes que, no decorrer dos anos 30, apresentaram uma série de propostas urbanísticas, vinculando o problema da moradia e do lazer como elementos cruciais na formação moral e cívica dos indivíduos.

O Instituto de Engenharia

O Instituto de Engenharia foi fundado no dia 15 de fevereiro de 1917, por iniciativa de um grupo de engenheiros diplomados pela Escola Politécnica de São Paulo. Entre seus fundadores e antigos presidentes, constatamos os seguintes nomes: Antonio Francisco de Paulla Souza, Francisco de Paula Ramos de Azevedo, Francisco Paes Leme de Monlevade, Alexandre Albuquerque, Francisco de Salles Vicente de Azevedo, Luiz de Anhaia Mello, Francisco Fonseca Telles. Este Instituto veio ocupar um espaço importante na história da construção no Brasil.

Além de ser o órgão responsável pelas questões que regulamentaram a profissão do engenheiro, possuía um quadro de profissionais que, a partir de sua fundação, vinha ocupando cargos políticos importantes junto ao governo estadual e na prefeitura de São Paulo. Por outro lado, a forte presença do Instituto de Engenharia na política brasileira consolidou-se pela participação de seus integrantes na revolução de 1932.

Os boletins e as revistas publicadas pelo Instituto representavam uma fonte de comunicação e de informação para os técnicos de todo o Brasil. É sabido que, neste momento, várias entidades semelhantes espalhadas na Europa e na América produziam seus canais de comunicação, como as revistas de urbanismo da Sociedade Americana de Engenheiros Civis *Proceedings e Reports*, o jornal mensal *Journal of the American Institut of Architects*, do Instituto Americano de Arquitetos, ainda o jornal do Instituto de Urbanismo da Inglaterra, a revista *Garden Cities and Town Plannings*, a revista mensal francesa *La Vie Urbaine*, publicada pelo Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris, além da Revista Alemã de Urbanismo, fundada por Camillo Sitte e Stubben, *Der Städtebau*. Conforme o engenheiro Luiz da Anhaia Mello, "...são estas fontes onde podemos beber a experiência alheia, experiência essa que há de servir para o estudo e resolução dos nossos problemas".

Na verdade, a importância dos boletins e das revistas do Instituto de Engenharia baseava-se na variedade de temas tratados por estas publicações, como, por exemplo, discussões em torno dos códigos de construção ou assuntos relacionados à fabricação de materiais para construção. Os artigos tratavam ainda de divulgar uma determinada obra na cidade e, por sua vez, estas experiências se tornavam importantes, na medida em que interessavam aos profissionais de outras cidades.

Foi no decorrer dos encontros, palestras e das reuniões promovidas pelo Instituto de Engenharia que o urbanismo moderno, a partir dos anos 20, passou a adquirir novos adeptos em todo o Brasil. Contudo, pertencer ao Instituto de Engenharia ou, então, ter um passado vinculado à *École des Ponts et Chaussées de Paris*, ou à Real Escola Superior Técnica de Stuttgart, na Alemanha, ou ainda ter feito parte do corpo de professores e ex-alunos da Escola Politécnica de São Paulo, não significava compartilhar das mesmas opiniões com relação ao urbanismo moderno. É o caso do engenheiro-arquiteto Dácio Aguiar de Moraes, membro do Instituto, profissional atento às discussões que norteavam as questões sociais, dentre elas o problema da moradia para a população de baixa renda, autor de várias obras na capital paulista. Este engenheiro se colocava, em diversos momentos, preocupado

com os debates desencadeados pelos precursores da arquitetura moderna a serviço do urbanismo moderno.

Na revista *Architectura e Construções*, profissionais como Dácio de Moraes e Cristiano Stockler das Neves escreviam, no final dos anos 20, artigos criticando a funcionalidade da arquitetura moderna. Neste momento, importa assinalar as diferentes preocupações que marcavam o conteúdo dos artigos publicados na revista *Architectura e Construções*, versus as publicações das revistas e dos boletins do Instituto de Engenharia. Vejamos, então, nas palavras de Cristiano Stockler, as críticas aos simpatizantes da arquitetura moderna:

“É de lamentar que uns poucos architectos aos quaes não faltam genio e arte, enveredem por esse falso rumo esthetico. Parece-nos que assim procedem para acompanhar aquella maioria extranha architectura e que é a detentora actual dos grandes trabalhos de nossa arte. Não vemos sinceridade nessa adhesão, mas, apenas um snobismo addicionado ao struggle for life.”

Compreendemos as críticas de Cristiano Stockler, como necessidade de preservar os princípios da Arte e da Tradição na composição arquitetônica da cidade. Princípios, segundo ele, respeitados pela Escola de Bellas Artes de Paris, a principal instituição orientadora da arte de todos os países civilizados. Seus grandes mestres, salienta Cristiano das Neves, “...reconhecem que as mais bellas epochas da arte são aquellas em que a tradição foi mais respeitada, onde o progresso era o aperfeiçoamento contínuo: a evolução e não a revolução”. Esta mesma trilha conduz seu companheiro da revista *Architectura e Construções*, o engenheiro Dácio de Moraes, ao atribuir a técnica particularmente aos efeitos ameaçadores do cimento armado, à eliminação dos diferentes traços arquitetônicos da cidade de São Paulo.

“...nesta grande cidade, onde o cimento armado ainda não recuou por completo o domínio anterior dos seus bellos tijolos moldados e perfilados de tão corrente uso regional, podemos estudar a inteira diferenciação dos seus autores nas soluções formas e architectonicas das suas obras.”

O mesmo arquiteto chega à conclusão dos efeitos maléficos provocados pelo processo de “standartização”, “tipificação”, referente à expressão artística da época e à notoriedade dos arquitetos. Para Cris-

tiano Stockler e Dácio de Moraes, ao arquiteto cabe projetar artisticamente e acompanhar a execução da obra, enquanto os engenheiros ficam responsáveis pelo conhecimento técnico e prático da atividade construtiva. É no mínimo curioso a defesa de Dácio de Moraes concernente às características artísticas dos arquitetos, bem como às críticas referentes ao processo de racionalização da construção, justamente porque, neste momento, vamos encontrá-lo junto a um grupo de engenheiros-arquitetos preocupado em discutir a viabilização da construção de moradias para a população de baixa renda, tendo como ponto de partida a aplicação de novas técnicas de racionalização da construção. Tais discussões foram amplamente debatidas no Primeiro Congresso de Habitação na cidade de São Paulo, um encontro promovido, em 1931, pela Divisão de arquitetura do Instituto de Engenharia de São Paulo, em conjunto com a Secretaria de Viação e Obras Públicas da Prefeitura Municipal da capital.

O Congresso de Habitação

Este Congresso foi realizado no velho prédio da Travessa do Tesouro, em São Paulo. Entre os duzentos e vinte congressistas participantes do evento, estavam presentes médicos higienistas, sociólogos e políticos. Com relação aos engenheiros inscritos no congresso, destacamos os seguintes nomes: Luiz de Anhaia Mello (prefeito de São Paulo, 1931), Alexandre Albuquerque (Presidente do Congresso), Henrique Dória Vasconcelos, Flávio de Carvalho, Roberto Simonsen, Gregório Warchavchik, João de Ulhôa Cintra, Francisco Prestes Maia (prefeito 38/45, 61/65) e Dácio Aguiar de Moraes. Como vemos, estamos diante de uma série de nomes significativos na história da arquitetura e do urbanismo paulistano. Todavia, divergências e aproximações políticas e filosóficas, com relação aos projetos de cidade ou habitação por eles apresentados, não afastavam as expectativas em prol da reconstrução política, econômica e social, divulgadas a partir dos anos 30 no Brasil.

O objetivo central do congresso era buscar soluções para os problemas urbanos de São Paulo, e, entre eles, viabilizar a construção de moradias para a população de baixa renda. São estudos preocupados, fundamentalmente, em marcar um novo momento no campo da construção civil, sendo que as questões em torno da racionalização e da funcionalidade da construção ocuparam posição central. Ao lado dessas discussões, encontramos preocupações com a legislação, financia-

mento e higiene. Nos Anais do Primeiro Congresso, constatamos ainda que o reconhecimento político dos trabalhadores apresentados esteve intimamente relacionado à maneira como estes técnicos procuraram defender a questão da moradia. Tendo em vista as experiências realizadas em outros países, como Inglaterra, França e Estados Unidos, os engenheiros apresentavam soluções para o problema da moradia a partir de um conjunto de conhecimentos técnicos, sempre acompanhados de preceitos morais e higiênicos.

O jornal *O Estado de São Paulo* assim manifesta a sua opinião com relação à contribuição dos representantes do Congresso, para "...O reerguimento moral e físico do país".

Importa ressaltar que as sociedades brasileira e européia, no decorrer do século XIX, já discutiam a "influência" do meio na determinação do comportamento dos indivíduos à teoria do determinismo geográfico defendida por Ratzel. Os inquéritos médicos realizados na Inglaterra, as discussões desenvolvidas pelos arquitetos e as estatísticas em torno da organização do espaço urbano levaram estes profissionais a elaborarem projetos visando erradicar as doenças e os maus costumes, segundo eles provenientes das péssimas condições de vida a que estava sendo submetida a população pobre da cidade.

O engenheiro Marcelo Taylor Carneiro de Mendonça inicia seu artigo, publicado nos Anais do Congresso de Habitação, elogiando e incentivando a atitude de companheiros, entre eles Mattos Pimenta, na campanha de demolição e despejo dos habitantes das favelas e casebres de São Paulo, pois, na sua opinião: "...lutar contra as favellas e os cabeças de porco é batalhar pela elevação da moral e pela melhoria physica da raça".

Ainda no entender deste engenheiro, as favelas e os "cabeças de porco" são causas diretas de desorganização operária, são um empecilho absoluto ao reerguimento físico e moral da classe operária. Com o pressuposto de que o "meio ambiente" é o responsável pela vida e a saúde da população de baixa renda, estes profissionais discutiam a interferência nos costumes e hábitos desta população a partir da organização do espaço da casa. Portanto, em cada projeto de habitação econômica apresentado no Congresso de Habitação encontramos discursos que revelavam seu caráter racional, linear e moralizador.

O fato de São Paulo sediar o Primeiro Congresso de Habitação não significava que as teses apresentadas debatessem apenas os problemas da cidade paulista. Ao contrário, os técnicos apresentavam projetos para serem aplicados em outras cidades brasileiras. Estes técnicos afirmavam que, "...em paiz tão extenso como o nosso, mui diverso é

o clima de um lugar para outro, variando não só a temperatura média annual como as características de constância ou inconstância”.

As palavras acima sublinham a importância desse Congresso para a definição das diretrizes que, um ano depois (1932), estabeleceram a política habitacional no Brasil. Mais uma vez, o jornal *O Estado de São Paulo*, em edição de 24/05/1931, destacou a relevância política do Congresso, reafirmando que, em momento de reformas, “é oportuno que os técnicos falem um pouco e mostrem, sob o seu ponto de vista especial, algumas das trilhas que devem ser aproveitadas pelos dirigentes”.

Entre as vinte e uma teses apresentadas no Congresso, muitas chegaram a relacionar suas propostas de moradia com um conjunto de planos para a cidade. Durante muito tempo, declarou o engenheiro F. Baptista de Oliveira, acreditou-se, por uma falsa associação de idéias, que o progresso urbano consistia em encher de construções todo terreno baldio. O mesmo conclui “Ser um grande erro, pois a edificação compacta, tomando uma extensão importante, produz na cidade um desequilíbrio que afeta profundamente a regularidade de suas funções biológicas.”

Inúmeros artigos apresentados no Congresso enfatizaram que a expansão das cidades e dos povoados deveria obedecer a um plano de conjunto, previamente estudado e organizado, de acordo com a topografia e com as sugestões da engenharia sanitária. Questões como estas já haviam sido discutidas por uma comissão de engenheiros-arquitetos representantes do Instituto de Engenharia no Primeiro Congresso Pan-Americano da Vivenda Popular, realizado em 1930, na cidade de Buenos Aires. O Primeiro Congresso Pan-Americano, por sua vez, encarou a solução do problema da casa barata preconizando logo no primeiro item:

“Todo plano de vivenda popular deve ser encarado — prévio a todo estudo de qualquer natureza — como um problema urbanístico, isto é, todo projeto de vivenda popular deve ser considerado parte integrante do plano regulador e regional.”

O urbanismo em debate

*“Na trajetória rápida do bonde...
De Sant’Anna à cidade. Da Terra à
lua Julio Verne.*

*Atravessei o núcleo dum cometa?
Me sinto vestido de luzes estranhas
E da inquietação fulgurante da felicidade.”*

(Mário de Andrade, *Poesias Completas*)

Importa salientar que, neste momento, encontramos teorias urbanísticas de pontos de vista opostos, porém todas procuravam resgatar na História as fórmulas necessárias para se chegar a caminhos que os conduziriam a pensar e a planejar a cidade industrial. Como nos aponta a filósofa Françoise Choay, tais divergências “...provieram na realidade de um mesmo enfoque epistemológico do objeto urbano, que lhe faz desconhecer (por excesso ou pela ausência) o sentido de uma contribuição da História aos estudos urbanísticos”. Podemos perceber a presença da História em teorias urbanísticas distintas, ao percorrermos as discussões presentes nas publicações do Instituto de Engenharia e nos Anais do Congresso de Habitação, especialmente os estudos que envolvem a influência positiva da moradia e do lazer na formação moral e cívica dos indivíduos. Entre os artigos publicados nos Anais do Congresso de Habitação, constatamos várias referências dos engenheiros-arquitetos aos estudos e orientações divulgados no livro *Estudo de Planos de Cidade*, de Raymond Unwin, traduzido do inglês para o francês por León Jaussely.

Raymond Unwin, ao lado do arquiteto austríaco Camillo Sitte, foram classificados pela filósofa do urbanismo, Françoise Choay, como representantes do modelo culturalista. Este modelo urbanístico, que priorizava o aspecto cultural em relação à nação material da cidade, inspirou o engenheiro Marcelo Taylor Carneiro a publicar, nos anais do Primeiro Congresso de Habitação, seu artigo *Casas Populares — cidades-jardim*. Após criticar o alojamento precário e insalubre da população pobre e as suas implicações morais e políticas no tocante ao desenvolvimento das cidades brasileiras, o autor relata as experiências positivas da cidade-jardim de Letchworth, idealizada pelos arquitetos urbanistas Raymond Unwin e B. Parker, na Inglaterra. “*A cidade é envolvida por um vasto círculo isolador que não é edificado e que fica reservado para a lavoura. Existe no centro um parque que é cercado de edifícios públicos e ligado à estação da estrada de ferro por meio de uma grande avenida. Esta é ladeada por villas de todos os tamanhos e formas, e cercada de jardim. Em cada bairro existe um parque. Os bairros entre si são separados por filas de árvores e os sítios incultos são conservados intactos.*”

Conforme o programa proposto por Raymond Unwin, caberia ao técnico levantar uma série de documentações, antes de iniciar o plano da cidade, documentações estas condizentes ao “passado” das aglomerações, suas condições geográficas, econômicas e sociais, acompanhadas da evolução do plano nos diferentes estágios do seu desenvolvimento. O autor do Estudo de Planos de Cidade ainda ressalta: *“Reunidos esses documentos, estabeleça-se um programa que coordene os dados do problema, inspirado na experiência do passado, nas reivindicações do presente e nas previsões do futuro.”*

Na introdução de Unwin, León Jaussely reforça a preocupação com o passado, dizendo: *“La vitalité de chaque époque s’est le plus affirmée dans ses agglomérations: besoins sociaux, vie économique, moyens de défense, elles portent la marque de l’organisation de la vie, de toutes les vicissitudes comme de la propérite des temps, et pour que sait lire le langage un peu spécial des plans de villes. L’histoire des époques et l’histoire des villes y’apparait, car les plans en sont le matériel e sûr commentaire.”*

As experiências de Raymond Unwin foram também utilizadas pelo engenheiro Luiz de Anhaia Mello, com o intuito de justificar o sistema geral de recreio como elemento fundamental na formação moral dos indivíduos. Assim, na opinião de Anhaia Mello, como a escola desenvolve o lado intelectual, o recreio é o responsável pela formação social e moral. Conforme Anhaia Mello, “...nossa civilização depende mais do que fazemos nas horas de recreio e descanso do que daquilo que fazemos nas horas de trabalho. As grandes forças morais e espirituais do nosso paiz, não perdem terreno nas horas em que trabalhamos mas naquellas em que descansamos”. A importância do meio como elemento eficaz na formação do caráter dos indivíduos aparece no decorrer dos anos 20, como tema central de uma série de Congressos Internacionais, promovidos por entidades preocupadas com a questão social. É o caso do Congresso Americano de Prisão que, em 1926, chegou à conclusão de que os problemas da criminalidade estão relacionados com a ausência dos meios de lazer. Ainda no seu entender, muitos problemas seriam evitados se toda a cidade oferecesse à população meios adequados de lazer, como *parkways*, jardins botânicos e zoológicos.

Contudo, a preocupação de Anhaia Mello com o restabelecimento do contato do homem com a natureza aos poucos distancia-se dos princípios de Unwin, ao sugerir o *rus in urbe*, isto é, trazer o campo para a cidade pela organização de um sistema completo de lazer ativo para todas as idades e para todas as camadas da população. Os artigos publicados por este engenheiro nos boletins e nas revistas do Instituto de Enge-

nharia revelam a simpatia com os planos desenvolvidos pelos urbanistas americanos, entre eles: Daniel H. Burnham, Edward H. Bennett, Harland Bartholomew, Morris Knowles, John Nolen, Philips Nichols, Nelson Lewis, Lewis Mumford, Roberto Whitten, Arthur Mac Daniel. Muitos destes nomes eram contemporâneos a Anhaia Mello, portanto, estavam, no final dos anos 20, atuando nas cidades de Nova York, Chicago, Washington, St. Louis, Pittsburgh, Cincinnati, Boston, San Francisco, Baltimore, entre outras.

Assim como estes urbanistas, Anhaia Mello afirmou que o automóvel revolucionou os métodos tradicionais de traçado das cidades, e este motivo os conduziu a pensarem na organização do espaço por meio dos sistemas de vias principais, radiais, perimetrais e diagonais, e, ao mesmo tempo na organização técnico-administrativa, isto é, criar condições de custear os melhoramentos urbanos e ainda garantir estes melhoramentos a partir de uma nova legislação.

As ruas transformaram-se em cintas perigosas e as estatísticas de acidentes demonstraram que, "...em todas guerras americanas, por exemplo — Revolução, 1812, mexicana, Guerra Civil, Hispano-americana, Grande Guerra — morreram... 300.000 pessoas. Pois, nos últimos quinze anos, período que corresponde à duração total dessas guerras, os automóveis mataram 325.000 cidadãos americanos."

A solução deste problema exigia, na opinião destes urbanistas, uma nova concepção do agenciamento urbano, pautada no controle do poder público sobre o crescimento da cidade pela criação de um órgão chamado Comissão do Plano da Cidade, e, na propaganda, como forma de educar e atrair o público para as vantagens do urbanismo. A comissão do Plano da Cidade seria instituída por lei, com funções determinadas, formada por sociólogos, legisladores, economistas e cidadãos com capacidade de orientar os outros em matéria de urbanismo. Além disso, "Será função e dever da Comissão preparar o master plan para o desenvolvimento." Do mesmo modo, esta comissão deverá incluir no Plano medidas de extensão de ruas, projetos de viadutos, *subways*, pontes, cursos d'água, *boulevards*, *parkways*, *playgrounds*, *square*, parques, aeroportos. Ainda caberá tratar de todos os serviços coletivos de propriedade pública e privada, elaborar um plano de zoneamento com o intuito de fixar a altura, área, locação e uso de toda a edificação.

Entre as inúmeras justificativas apresentadas pelo engenheiro-arquiteto Luiz de Anhaia Mello no tocante à importância da Comissão do Plano da Cidade, encontraremos a preocupação em garantir a con-

tinuidade de um plano, protegendo-o das contingências sofridas pelas administrações.

Como já anunciamos, outro elemento crucial apontado por este profissional é aquele concernente à formação da opinião pública a partir da propaganda. Para tanto, o mesmo utiliza como exemplo o Plano de Chicago, elaborado em 1908, por Daniel Burnham e Edward Bennett. Nesta perspectiva, o engenheiro brasileiro nos relata que, após a conclusão do Plano, criou-se uma comissão denominada Comissão do Plano de Chicago, que, por sua vez, promoveu uma campanha para conquistar a opinião pública por meio da imprensa, conferências, cartazes. Ainda instituiu “o dia do Plano de Chicago e distribuiu largamente folhetos ilustrados nos quaes expunha, em linguagem simples e ao alcance de todos, as vantagens do Plano”. E mais, estas propagandas estendiam-se nas escolas da cidade, as quais adotavam um manual escolar chamado o *Wacker's Manual of the Plan of Chicago*.

Se, no final do século XIX e início do século XX os urbanistas se apropriavam da História com a intenção de apontar, por meio das experiências passadas, a dimensão estética da cidade, e com isso legitimar a própria disciplina, como foi o caso do austríaco Camillo Sitte e outros culturalistas, para os urbanistas americanos o automóvel foi um dos elementos primordiais na constituição de um discurso urbanístico centrado em uma nova concepção de História. Isto porque as cidades antigas, medievais, eram absolutamente diferentes das cidades industriais modernas. Sobretudo, porque a cidade moderna, assevera Anhaia Mello, é “...em primeiro lugar, a estabilidade, a fixidez, provenientes da concentração industrial e das imensas immobilizações de capital que essa concentração acarreta; e depois, característica essencial, a mobilidade interna e a extensão devidas aos meios modernos de circulação e transporte...”

O mesmo urbanista brasileiro ainda complementa que os problemas hoje são de outra natureza, “o congestionamento, o automóvel, o arranha-céu, o trânsito rápido criaram novas condições sociais e econômicas”. Neste instante, cabe notar que duas concepções da História nortearam os trabalhos publicados nas revistas do Instituto de Engenharia; no primeiro momento, a História apresenta-se como elemento *fundente* da própria disciplina filosófica do urbanismo; por outro lado, encontramos uma História linear, racional, evolutiva, fincada na possibilidade do progresso e nas utopias tecnocivilizatórias. Tais concepções estão presentes nos artigos publicados no final dos anos 20/30 por este órgão; concomitantemente, este fato justifica a diversidade de autores europeus e americanos, de épocas distantes, citados no decor-

rer dos artigos. Neste contexto, deparamos com o caso do próprio Anhaia Mello, que se refere ao projeto de Cidade Jardim de Raymond Unwin, com o objetivo de argumentar uma proposta utilitária de organização do sistema de recreios. Os estudos realizados pelo engenheiro Anhaia Mello em torno da organização político-administrativa das cidades européias e norte-americanas revelavam numericamente uma série de problemas, segundo ele decorrentes das grandes metrópoles, congestionamento, ausência de áreas verdes, falta de habitação, enfim... Entretanto, graças ao urbanismo e aos programas desenvolvidos por estas cidades, estes problemas foram aos poucos sendo solucionados. Nestes estudos, figuravam desenhos e gráficos comparativos, que nos apontavam, para o ano de 1926, os seguintes dados populacionais: Londres 4.540.000 habitantes; Paris 2.888.110; Berlim 1.902.509; Nova York 9.299.500 e Chicago 3.048.000. Como uma das maiores preocupações era o “congestionamento”, importava demonstrar o número de automóveis em circulação nas respectivas cidades. Em 1927, havia em Nova York 1.937.918 automóveis, 360.000 em Chicago e 1.693.195 na Califórnia.

É claro que São Paulo, nessa mesma época, ainda não apresentava dados semelhantes aos das cidades norte-americanas, pois somente em 1954 é que a cidade atingiria o número de 170.000 automóveis. No entanto, tais preocupações se faziam distantes das inquietações de Anhaia Mello, e dos demais integrantes do Instituto de Engenharia de São Paulo. Primeiramente, porque “...a base da solução dos problemas do urbanismo não era proporcional ao tamanho da cidade e seu progresso material, nem atributo de civilizações requintadas.” Em segundo lugar, em suas idéias circulavam a palavra-chave: *prevenção*, que, por sua vez, significava “preparar o futuro das cidades modernas”, e, para tanto, todos concordavam que, em matéria de urbanismo, tudo estava para ser feito na capital bandeirante. “Precisamos pensar na grande São Paulo metropolitana de amanhã, com seus 918 milhões de metros quadrados de área e conseqüente necessidade de reserva abundante de espaços abertos, para uso das gerações futuras.”

Entretanto, podemos encontrar elementos semelhantes em outros urbanistas que, nesta mesma época, elaboraram um plano para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. No ano de 1926, a convite do Prefeito Antonio Prado Junior, o arquiteto francês Alfred Agache elaborou o Primeiro Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento para a cidade carioca. Em São Paulo, no ano de 1929, Francisco Prestes Maia prepara o Estudo para um Plano de Avenidas. Estes dois planos, embora, por um lado, apresentem diferenças quanto à maneira de solucionar

os problemas destas cidades; por outro, eles sintetizam as discussões que permeiam as diretrizes do urbanismo moderno, entre elas a que ora nos intriga: a concepção de História.

Logo na introdução, o Plano de Alfred Agaché procura definir o papel do urbanista como o médico da cidade, isto é, aquele que se servirá da técnica para afastar e prevenir os males causados pela crise do crescimento desordenado. Desse modo, Agache aponta o diagnóstico sobre a cidade. O medicamento apresentava, em sua substância, uma considerável dosagem de *progresso e disciplina*, acompanhada ainda de um severo regime preventivo que, na opinião deste urbanista, seria então a fórmula ideal para o desabrochar da cidade carioca. Conforme este urbanista francês, a cidade, como qualquer organismo vivo, deve sujeitar-se às mesmas regras de higiene, a fim de evitar a doença que desorganiza e destrói as células, ameaçando-lhes a existência.

Ao analisarmos o discurso organicista de Agache, podemos notar que, no primeiro instante, ele se utiliza da História como tentativa de caracterizar a origem da disciplina urbanismo. Em seus livros *Nos Agglomérations rurales, comment les aménager* e *Comment reconstruire nos Cité détruites*, ele estuda os burgos e as aldeias destruídas na França, denunciando os aspectos insalubres dessas aglomerações. Já no Plano para o Rio de Janeiro, ele se coloca como médico responsável pelo destino da vida urbana. Para tanto, ele destrói as cidades do passado, constrói a imagem do presente e ainda projeta a do futuro.

Da mesma forma, ao iniciar o Plano de Avenidas, Prestes Maia ressalta que os problemas existentes na cidade de São Paulo são os mesmos que ocorrem em grande parte nas cidades modernas: o congestionamento, a aglomeração, as habitações insalubres, a inexistência de obras sanitárias, iluminação, água e falta de esgotos são elementos incompatíveis com o desenvolvimento da cidade. Como outros urbanistas, Prestes Maia associava as “imagens negativas” da cidade moderna, como sendo o alto preço pago pelo lado bom do progresso e ao mesmo tempo enfatizava as vantagens oferecidas pela técnica e pelas novas soluções apresentadas pelo “urbanismo”. Desse modo, encontramos na obra de Prestes Maia a preocupação de relatar os principais aspectos que caracterizaram várias intervenções, realizadas no final do século XIX, na Europa e nas cidades americanas.

Áreas de lazer, grandes avenidas, *parkways*, melhoramentos em ruas e estradas, pontes, iluminação, abastecimento de água, *subway*, em conjunto com um plano geral, uma legislação estadual e municipal necessária à execução do plano e ao seu financiamento representavam medidas cruciais para os ditames da nova ordem urbana. Por outro

lado, "...é uma oportunidade aberta para que a cidade engendre um novo discurso, confeccione seus signos, eleja seus mitos, construa sua imagem".

Importa lembrar que, em 1929, o escritor Mário de Andrade não deixou passar em branco a visita, a São Paulo, do arquiteto francês precursor da arquitetura moderna — o mestre Le Corbusier — e, ao desejar-lhe boas-vindas, assim escreveu o jornal *Diário Nacional*: "A vinda de Le Corbusier que de fato nos honrava muito seria, não sua presença real, mas a realização por ele aqui de uma grande casa, num palácio Martinelli. Mas como todos os entre selvagens, nós estamos ainda sob a escravidão ilusionista das palavras, e desservimos num valor não determinado como Le Corbusier, lhe pedindo palavras, palavras, palavras".

O nome de Le Corbusier, ao lado dos pressupostos que definiam a arquitetura moderna, já circulava entre as discussões dos integrantes do Instituto de Engenharia. Entre eles está o autor da primeira casa modernista, Gregóri Warchavchik. Para este arquiteto, a circulação e a funcionalidade constituíram-se em elementos primordiais e definidores dos novos traços da arquitetura e para tanto o mesmo nos diz: "Construindo uma machina, uma casa, uma peça de mobília procuramos descobrir a sua razão de ser, e só deste ponto de vista lhe daremos a aparência externa, nunca de nenhum outro."

As preocupações apresentadas pelos adeptos da arquitetura moderna a serviço do urbanismo coincidiam com as expectativas de mudanças marcadas pelas intenções de compromisso com o desenvolvimento industrial. Neste percurso, procuramos entender a tarefa destes urbanistas, tendo como auxílio os estudos do arquiteto e historiador da arte, Giulio Carlos Argan, que, em seu artigo, *Urbanismo, Espaço e Ambiente*, declara que: "...a tarefa do urbanista é sincronizar os fenômenos urbanos atuais em relação ao desenvolvimento diacrônico do passado remoto ao futuro de uma determinada situação urbana. Como pintor que pinta uma perspectiva, o urbanista trabalha em um só plano, que para o pintor é o da tela e para ele é o presente".

A partir das palavras de Argan, entendemos que o presente era o mesmo para todos os urbanistas aqui anunciados, um presente momentâneo, móvel, quando, sujeito à magia da régua e do compasso, foi capaz de se transformar em passado. Contudo, sabemos que a cidade conceitual dos urbanistas entrava em contraposição com a cidade dos habitantes. Esta trajetória nos conduz ao artigo "*Nas ruas, os caminhos da cidade*", escrito pela historiadora Maria Stella Bresciani, que, ao se inspirar nos trabalhos da filósofa Anna Cauquelin, demons-

trou: "...a cidade conceitual das teorias e da representação dos mapas, abstraídas da materialidade do espaço, da cidade escondida dos habitantes comuns". Tais estudos, apoiados em uma série documental como fotos, depoimentos, lendas, contos, músicas, jornais operários, nos revelam, pelas reivindicações e pelas diferentes formas de apropriação do espaço, a constituição dos laços afetivos do habitante com diversos recantos da cidade.

Importa salientar que os moradores dos bairros operários viviam denunciando os problemas urbanos. A falta de transporte e a ausência dos serviços de saneamento e limpeza das ruas tornaram-se, nos anos 20, motivos de revolta para estes moradores. Com certeza, para estes o presente marcado pela luta continha outros significados do presente anunciado pelos urbanistas, porém ambos possuíam uma cidade própria que a freqüentava em seus sonhos. Assim, na cidade conceitual dos urbanistas floresce a cidade dos sonhos, como este do urbanista Anhaia Melo que, ao contemplar pelas janelas do seu escritório, no alto da colina central, descreve: "...o espetáculo grandioso que oferecem os bairros industriais da cidade — Braz, Moóca, Ypiranga — alastrados pela planície e lentamente, tentaculares galgando os morros molduram o horizonte. Chaminés, esguias e fumegante emergem de todo lado, por entre o casario de uso, marcos comemorativos do progresso da cidade, balisas da marcha triumphal para o futuro".

NOTAS

1. Toledo, B. L., São Paulo: "Três cidades em um século", São Paulo, Duas Cidades, 1983, p.101.
2. Escola livre de Ciências Sociais (1914). Os cursos das Universidades inglesas e americanas, de Town-Planning, Landscape, Architecture, Civic Art ou Civic Design, curso de Urbanismo da Universidade de Paris.
3. Mello, L. de A. "Um grande urbanista francez". In *Revista Polytechnica*, São Paulo — Ano XXV, maio-julho, 1928, nºs 85-86.
4. Morgan, A. "Os engenheiros de São Paulo, pela Lei e pela Ordem, 1932". O Instituto de Engenharia em assembléia realizada a 23 de abril de 1931, atendendo às grandes responsabilidades em que recorrem no momento presente todos os órgãos da opinião pública, procura pedir ao presidente a convocação da Constituinte — F. E. da Fonseca Telles, presidente do Instituto de Engenharia.

5. Mello, L. de A. "Problemas de Urbanismo, Bases para a Resolução do Problema Técnico", São Paulo, publicação do *Boletim do Instituto de Engenharia de São Paulo*, 1929, p. 44.
6. Os artigos publicados na Revista do Instituto de Engenharia foram também publicados na *Revista Polytechnica*, São Paulo.
7. Neves, C. S. das. "A pretensa Architectura Moderna." In *Architectura e Construcções*, 1929, p.19.
8. Moraes, Dácio Aguiar de. "O traço de Architecto". In *Architectura e Construcções*, vol. 1, nº 3, 1929, p.16.
9. Neves, C. S. das, op. cit., p.17.
10. *O Estado de São Paulo*, 20/05/1931.
11. A "geografia ratzeliana" é a ideologia do imperialismo alemão apoiado na "Teoria da Seleção Natural", de Darwin — coloca o homem em luta com o meio. Ver Moreira, R. "O que é geografia", São Paulo, *Brasiliense*, 1982.
12. Mendonça, M. T. C, "Casas Populares — Cidades-Jardins". In *Annaes do Primeiro congresso de Habitação*, São Paulo, Publicação Oficial, 1931, p.141.
13. Magro, B. S. "Habitações Econômicas". In *Annaes do Primeiro Congresso de Habitação*, op. cit., p. 59.
14. Verificar essas discussões em minha dissertação de mestrado. A construção de um sonho: Projetos e discussões (São Paulo 1917/1940), Unicamp, IFCH, 1990.
15. *O Estado de São Paulo*, 24/5/1931.
16. Oliveira, F. B. "A casa Popular como problema Urbanístico". In *Boletim do Instituto de Engenharia* — São Paulo, nº 155, vol. XXII, jan a jul 1941, p. 86.
17. *Ibidem*.
18. Choay, F. "A história e o método em urbanismo. Imagens da Cidade", org. Maria Stella Bresciani, Marco Zero, 1994, p.14.
19. Unwin, R. "L'Étude Pratique des Plans de Villes. Introduction a L'arte de dessiner les Plans d'aménagement et d'extension", traduction par León Jaussely, Paris, Livrarie Centrale des Beax-Arts, s. d.
20. Choay, F. "O urbanismo". São Paulo, *Perspectiva*, 1974.
21. Mendonça, M. T. C., op. cit. p.145.

22. Unwin, Raymond, op. cit., p.18.
23. Ibidem, p.5.
24. Mello, L. de A. “Urbanismo”. In *Boletim do Instituto de Engenharia*, vol. 10, nº 47, 1929.
25. Mello, L. de A., op. cit., 149.
26. Ibidem.
27. Mello, L. de A. “Cidade Cellular”. In *Boletim do Instituto de Engenharia*, nº 91, vol. XVIII, 1933, p. 131.
28. Mello, L. de A., op. cit., p. 74.
29. Ibidem.
30. Mello, L. de A., op. cit., p. 20.
31. Ibid, Ibidem.
32. Escrito, há mais de um século, o livro de Camillo Sitte, *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*, São Paulo, Editora Ática, 1992, continua, nos dias de hoje, suscitando uma série de polêmicas dentro das teorias urbanísticas. Este trabalho tece uma série de críticas ao urbanismo defendido por Le Corbusier na *Carta de Atenas*. Importa salientar dois nomes importantes: John Ruskin e William Morris, partidários do modelo culturalista. Ambos inspiram-se nos traçados das cidades medievais, na irregularidade e na assimetria, que são a marca de uma ordem orgânica.
33. Mello, L. A. “O governo das cidades”. In *Boletim do Instituto de Engenharia*, vol. X, nº 44, São Paulo, 1929, p. 6.
34. Ibidem.
35. Verificar o texto “As aproximações entre a utopia e o urbanismo moderno”. Carpintero, Marisa Varanda Teixeira. Texto apresentado no XVII Simpósio Nacional de História da ANPUH — São Paulo, 1993.
36. Mello, L. de A., op.cit., 176.
37. Ibidem
38. Mello, L. de A., op. cit., 160.
39. Agache, A. “Cidade do Rio de Janeiro — Extensão e Embelezamento, organizações projetadas pela administração de Antonio Junior.” AM-DPLG-SFU Foyer Brésilien, 1926. Mais, Francisco Prestes. “Estudos de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo”. São Paulo, Melhoramentos, 1930.

40. Agache, A., op. cit., p. 5.
41. Agache, A. "Nos Agglomérations Rurales, comment les aménages." Livraria da Construction Moderne, Paris, s.d., *comment reconstruire nos Cité détruites*, Paris, Amand Collin.
42. Maia, F. P., op. cit.
43. Prestes Maia critica e, ao mesmo tempo, valoriza os trabalhos de Haussmann em Paris, aponta os trabalhos de Joseph Stubben e as reflexões de Eugene Hénard para Paris 1903/1909, e ainda retrata os americanos a partir de Daniel H. Burnham e Edward Bennet.
44. Kruchin, Samuel. "São Paulo 30-60: quatro movimentos". In *Espaço & Debates*, São Paulo, NERU, nº 27.
45. Andrade, M. "Táxi, Le corbusier." *Diário Nacional*, 21/11/1929.
46. Revista "*Forma de Arquitetura, Engenharia e Artes Plásticas*", direção de Alejandro e Emilio Baugart, nºs 2 e 3, outubro e novembro de 1930, p. 9
47. Argan, G. C. "*História da Arte como História da Cidade*." São Paulo, Martins Fontes, 1989, p. 237.
48. Bresciani, M. S.M., op. cit., p. 23; Cauquelin, A., "Essari de Philosophie Urbaine." PUF, Paris, 1982.
49. Mello, L. de A., op. cit., p. 63.

A formação do urbanismo como disciplina e profissão: São Paulo na primeira metade do século XX

Maria Cristina da Silva Leme

Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo.

Introdução

O trabalho propõe-se estudar a constituição do pensamento urbanístico em São Paulo, tendo, como principal base documental, os textos escritos por urbanistas na primeira metade do século XX¹. Eles são, na maior parte, artigos publicados em revistas de órgãos de classe e guardam a marca de um campo de conhecimento em formação. Os autores dirigem-se ora a seus pares, difundindo um saber técnico especializado, ora procuram conquistar um público mais amplo para suas idéias. Refletem a dupla inserção dos primeiros urbanistas paulistanos que atuavam tanto na área do ensino, em particular na Escola Politécnica, como no serviço público.

Propõe-se, ao descrever o percurso das idéias, caracterizar os períodos e os momentos de inflexão. Na proposta de periodização, procurou-se trabalhar com diferentes temporalidades: as idéias urbanís-

ticas, os acontecimentos políticos, as práticas administrativas locais, a constituição dos espaços urbanos e a relação público/privado na apropriação destes espaços.

As trajetórias profissionais dos principais urbanistas que atuaram em São Paulo foi um dos indicadores para estudar a emergência e consolidação desta área de conhecimento, as formas de institucionalização e a relação que mantém, no tempo, com outras disciplinas e com campos de atuação profissional.

Neste período, exercem um papel importante as idéias de urbanistas europeus e americanos na formação do pensamento urbanístico. Identificam-se três formas principais de contato com estas idéias. Uma se refere à contratação pelos políticos locais, dos serviços destes profissionais para a elaboração de planos e projetos urbanos, como foram as contratações de Joseph Antoine Bouvard, em 1911, para São Paulo, ou de Donat Alfred Agache, em 1926, no Rio de Janeiro. A segunda forma era a realização de cursos no exterior — caso da especialização em urbanismo do arquiteto carioca Atilio Correia Lima, no *Institut d'Urbanisme*, sob orientação do arquiteto Henri Prost. A terceira forma, mais usual e constante, consistia na leitura de obras publicadas e na participação em congressos e exposições.

O modelo da cidade européia é dominante para o ideário urbanístico paulistano até o final da Primeira Guerra Mundial, quando começam a ser citadas, e logo mais imitadas as experiências americanas no campo do urbanismo e da gestão urbana. Essa mudança de esfera de influência é estratégica para se entender a forma que assume o processo de urbanização de São Paulo e as lógicas das práticas de intervenção a partir deste período.

O primeiro período: dos anos oitenta do século XIX aos anos vinte deste século

Este primeiro período se inicia nas últimas décadas do século XIX e se estende até o final da Primeira Guerra Mundial. Identificamos o início de uma atuação profissional no campo do urbanismo quando as intervenções obedecem a um plano ou projeto prévio.

Uma série de fatos havia concorrido para a transformação da cidade e alteraram a forma de intervir. A proclamação da República, em 1889, significou o enfraquecimento do poder provincial, com a passagem gradual de atribuições ao poder municipal. Na cidade de São Paulo, é criada, em 1892, uma Intendência de obras municipais cuja es-

trutura, ao ser alterada, quatro anos mais tarde, passou a contar com uma Comissão de Melhoramentos da Cidade. Esta comissão é o fato inovador, pois tem como atribuição “a organização do plano ou projeto geral da cidade”² e vincula pela primeira vez a execução de obras, edificações, retificações, melhoramentos e embelezamentos à organização de planos ou projetos urbanos.

As primeiras experiências de projetos e planos urbanos, no Brasil, partiram do campo profissional da engenharia sanitária. Francisco Saturnino de Brito foi, sem dúvida, o urbanista que mais se destacou neste campo, no Brasil, nas três primeiras décadas do século XX. Nasceu na cidade de Campos e formou-se engenheiro civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

O projeto de saneamento e expansão que ele realiza para a cidade de Santos, de 1905 a 1910, é considerado a sua mais importante obra construída³. Nela, Brito inovou no emprego de técnicas para a solução de drenagem de águas pluviais e no escoamento e tratamento de esgotos. Mas o aspecto principal de seu projeto, como destaca Andrade, é o plano de expansão da cidade. Ele não se limitava a resolver os problemas sanitários das partes construídas, mas projetava, também, as áreas de expansão da cidade. Brito foi o exemplo mais significativo de uma prática, usual à época, de atuação profissional em diferentes cidades brasileiras. Ele fez projetos para um grande número de cidades brasileiras, entre elas Recife, Vitória e Porto Alegre. Em São Paulo, realiza, na década de 20, um dos seus últimos trabalhos profissionais: o projeto de realização e urbanização da várzea do rio Tietê junto à Comissão de Melhoramentos do Tietê. A concepção biológica da cidade de Saturnino de Brito ultrapassa a imagem já banalizada no urbanismo sanitário, de higienização de um organismo urbano doente que deve ser recuperado pela ação “médica” da engenharia urbana; para pensar, a partir da complexidade e complementariedade de partes especializadas de um organismo vivo, na articulação entre evoluções urbanas do futuro e elementos estruturais recuperáveis do passado. Essa concepção se manifesta na forma como divide a cidade em zonas segundo a topografia e ventos dominantes. No seu projeto para a cidade de Santos, são os canais de drenagem que definem a estrutura do sistema viário nas áreas de expansão da cidade.

No início do século, as expressões “arte urbana”, “arte cívica” e “arte pública” eram utilizadas tanto na Europa como nos Estados Unidos designando uma forma de atuação na cidade e, ainda que de forma um tanto imprecisa, um campo de conhecimento unindo a composição estética à otimização funcional. Não se restringia a ação urbanística

a aspectos apenas decorativos da cidade, mas apresentava-se com um novo conteúdo, incorporando as novas questões colocadas pela cidade moderna, como, por exemplo, a circulação. A composição de grandes traçados e a disposição de conjuntos monumentais refletiam a preocupação com os aspectos funcionais, não abandonando, porém, as intenções de embelezamento do século XIX⁴.

No Brasil, a palavra “*melhoramento*” designava tanto os planos e projetos urbanos, como toda e qualquer intervenção na cidade, desde obras de saneamento à abertura de praças, alargamento e extensão de vias. Aparece no título do artigo de Vitor da Silva Freire “Melhoramentos de São Paulo”⁵, publicado em 1911, pela *Revista Politécnica*, que identificamos como o texto inaugural na história do urbanismo paulistano e continua a ser utilizada, convivendo com os termos urbanismo e planejamento urbano até os anos quarenta⁶.

Victor da Silva Freire, engenheiro português, formado em Paris pela *École des Ponts et Chaussées*, foi uma das principais figuras do urbanismo paulistano nas três primeiras décadas deste século. Ocupou, por 26 anos, a chefia do Departamento de Obras da Prefeitura e era, também, professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, responsável pela formação da primeira geração de engenheiros civis e engenheiros-arquitetos que atuaram em São Paulo. Esta dupla inserção professor/funcionário municipal, encontraremos, também, nas trajetórias profissionais de Fonseca Rodrigues, João Florence de Ulhôa Cintra e Francisco Prestes Maia. As áreas de ensino (“Cadeiras”) na Politécnica, reproduziam-se na estrutura administrativa municipal, conferindo as mesmas possibilidades de ascensão e transmissão de cargos da carreira acadêmica.

No decorrer da década de 10, Victor da Silva Freire escreve, na *Revista Politécnica* e no Boletim do Instituto de Engenharia, artigos sobre legislação urbanística e sobre a regulamentação dos serviços urbanos, introduzindo novas formas e ampliando as áreas de atuação do poder municipal. Foi quem, pela primeira vez, se referiu ao neologismo francês *urbanisme* e o utiliza traduzindo-o para urbanismo no subtítulo de um artigo publicado em 1918⁷. Acompanhava atentamente os trabalhos e as discussões que aconteciam nos congressos internacionais, trazendo para o cenário paulistano as idéias de urbanistas europeus e americanos. Participou do primeiro Congresso Internacional e Exposição Comparada das Cidades, realizado em Gand, em 1913, onde foi eleito para o conselho diretor pela *Union Internationale des Villes*, indicação que ele atribui ao fato de ser o único representante brasileiro presente no Congresso.

Na cidade, “os melhoramentos” que eram realizados pelo governo provincial passam a ter, no recém-criado poder municipal, uma nova instância de atuação político administrativa. Até as primeiras décadas do século XX, em face da pequena capacidade de investimento da prefeitura, permanece uma ambigüidade na atribuição de poderes entre os governos estadual e municipal. Um exemplo é a disputa que envolve a Secretaria da Agricultura do Estado e a Diretoria de Obras Municipais da Prefeitura, com projetos concorrentes para a reformulação do sistema viário do centro da cidade e a urbanização do Vale do Anhangabaú.

Esta disputa será resolvida com a contratação, pela prefeitura, da consultoria do arquiteto francês Joseph Antoine Bouvard⁸, que passava por São Paulo. Convidado a escolher entre os dois projetos, ele propõe um terceiro conciliador. Bouvard, como “diretor dos serviços de arquitetura dos passeios, de viação e do projeto de Paris”, estava em missão oficial, a caminho de Buenos Aires, onde faria um projeto, que ele apresenta, em 1913, no Congresso de Gand. Este trabalho em São Paulo ele o faz, aparentemente, em caráter particular.

Bouvard havia sido o encarregado da direção dos serviços de arquitetura nas exposições universais. Estas exposições constituem momentos importantes de difusão não apenas dos produtos comerciais franceses, como também representavam a oportunidade de difusão das realizações no campo do urbanismo. A cidade de Paris passa a participar de forma independente, e Bouvard, como funcionário da prefeitura, foi o responsável pela construção do *Pavillon* da cidade de Paris, em 1878, e pelo *Palais des Expositions Diverses* na Exposição Internacional em Paris, em 1889. Supomos que, nessa ocasião, tenha conhecido Antonio Prado, senador do Império, nomeado pela princesa regente Isabel, como responsável pela execução do programa de despesas da Comissão franco-brasileira na exposição universal de 1889.

Antonio Prado dominou o cenário político paulistano na Primeira República. Proprietário de fazendas de café, banqueiro, acionista de companhia de estrada de ferro, de companhia de serviços de abastecimento de água, foi o primeiro prefeito de São Paulo e permaneceu no cargo até 1910. Neste período, ele procura transformar a imagem colonial da cidade, redesenhando o paisagismo de praças, construindo um novo e imponente Teatro Municipal à beira do Vale do Anhangabaú. Assina, com a companhia inglesa Ligth & Power, a concessão dos serviços de eletricidade e transporte por bondes. A cidade que tanto os administradores como os urbanistas tinham como modelo era a cidade

européia, onde se tinha a ilusão de uma cidade de crescimento controlável e a intenção de disciplinar os costumes e a forma de habitar.

A disciplina do tempo e do espaço é própria da cidade do capital industrial que está a se constituir neste momento. Nas últimas décadas do século, já se haviam instalado os serviços urbanos em São Paulo, definido uma nova relação público/privado na apropriação dos espaços da cidade. Passam a circular, com regularidade, na área central os bondes com tração animal. A ocupação de parte do leito das ruas pelos trilhos expulsa atividades que a tinham como seu espaço de trabalho, como os quiosques de vendas de frutas e os artesãos oferecendo seus serviços. Nas ruas iluminadas por lampiões a gás, as famílias circulam até mais tarde e adquirem novos hábitos de lazer. Inicia-se, neste período, a definição de áreas na cidade por atividades e por classe de renda.

O crescimento das cidades é visto como fenômeno inevitável, desejável e que poderia, segundo certas condições, se tornar um fato positivo; é uma mudança no enfoque do pensamento dos urbanistas europeus na virada do século. Como observa Topalov⁹: “É precisamente porque eles crêem, acima de tudo, dispõem dos meios científicos e técnicos necessários para dominar a urbanização, que esta mudança de perspectiva se torna possível”.

O desenvolvimento urbano é analisado como um dentre uma série de funções. Cada uma corresponde a uma necessidade do indivíduo ou da coletividade, seja ou não esta necessidade percebida pela população ou pelos políticos locais. “Necessidades e funções como objetos da ciência são objetivos e podem ser traduzidos em normas que compete à autoridade pública promover. A reforma dos serviços urbanos e do *habitat* são os primeiros domínios de aplicação destas normas”.

Este objetivo de conferir cientificidade ao conhecimento conduziu à formulação de “leis de evolução” das cidades. A percepção de um conhecimento que se pretende universal vai aparecer nos textos escritos por urbanistas paulistas — a idéia de previsão inerente à atividade de projetar e planejar a cidade apóia-se no princípio de que o porvir de uma cidade nos trópicos é inexoravelmente o mesmo de uma cidade européia, aplicando-se, portanto, o mesmo conhecimento a realidades tão intensamente diferentes. No artigo “*Melhoramentos de São Paulo*”, Freire propõe que se elabore um projeto para a cidade adotando uma posição de previsão em face dos problemas que cidades do porte de Paris e Londres já apresentavam. Entretanto, ao se referir à realidade concreta de São Paulo, assume a parte pelo todo —

o fragmento, a área central da cidade, é o objeto da intervenção. A cidade, como totalidade, não havia adquirido, ainda, os contornos reais que já tinha naquela época.

Os profissionais deste período, que denominamos urbanistas de uma forma genérica e, talvez, prematura, eram, na realidade, engenheiros formados no Rio de Janeiro, na Europa, na recém-criada Escola Politécnica de São Paulo¹⁰. Estes engenheiros civis e engenheiros-arquitetos iniciaram sua atuação profissional nas empresas estrangeiras de estrada de ferro, para a construção de pontes, ou nas atividades de agrimensura, para a realização dos primeiros levantamentos cartográficos. A atuação na cidade foi uma passagem gradual, que acompanhou a transferência das novas atribuições do governo municipal.

Como observa Ficher¹¹, o modelo adotado na estrutura curricular da Escola Politécnica, em São Paulo, é o que mais se aproxima do modelo germânico, que unificava o ensino do curso fundamental e dos cursos especiais numa única escola, diferenciando-se da organização das escolas francesas, em que o curso fundamental de três anos era dado na *École Polytechnique* e os cursos especiais nas escolas de Ponts et Chaussées ou de Mines. Por essa razão, é que, em São Paulo, da mesma forma que em Zurique e Karlsruhe, a arquitetura é inicialmente uma especialização da engenharia, diferente do Rio de Janeiro, onde, como em Paris, o arquiteto é formado pela Escola de Belas Artes.

Na década de 10, Freire publica artigos, na *Revista da Escola Politécnica*, sobre a questão da higiene e da salubridade, mas, desta vez, transpondo os conceitos da cidade à casa salubre. Ao abordar a influência que a luz e o ar assumem nas aglomerações humanas, ele insiste na necessidade da multiplicação de espaços abertos. Victor Freire reforça o argumento — ambientes físicos insalubres deterioram a saúde da população — apresentando dados estatísticos comparando a incidência de casos de tuberculosos menores em Londres do que em Paris. Da rua ele estende o argumento à casa salubre. Ao tratar da posição da casa no lote, da disposição e tamanho dos cômodos, vai demonstrar a necessária exposição dos espaços de moradia à insolação e ventilação. O que se espera do espaço arquitetônico é que ele cumpra a função climática de fornecer a melhor disposição do ar e da luz. Essas recomendações visam à definição de uma regulamentação adequada. Victor Freire critica as “idéias feitas”, referindo-se à adoção de regulamentações de outros países, sem visão crítica dos critérios que as definiram. Dá como exemplo, a definição da altura do pé-direito obrigatório pelo Código Sanitário paulistano e que havia sido definido a partir das dimensões de volume mínimo de cômodos da legislação francesa. O código não levara em consi-

deração as diferenças climáticas, como, por exemplo, a necessária ventilação numa habitação em São Paulo ou, ainda, o padrão usual adotado nas dimensões dos cômodos menores que os franceses. A largura mínima adotada para as ruas de São Paulo foi também influência da legislação francesa. Victor Freire identificava, com clareza, os equívocos cometidos na ausência de critérios, na transposição direta para a cidade de São Paulo, de normas elaboradas para a realidade europeia

Os turbulentos anos 20

Como observa Sevckenko, os prenúncios da metropolização de São Paulo se anunciam na década de vinte. Representa um ponto de inflexão importante na história econômica e política de São Paulo, com reflexos importantes no urbanismo paulistano, como a consolidação de um campo de conhecimento — tardio se o compararmos à Europa ou aos Estados Unidos — e como de atuação profissional.

Fazem-se sentir os reflexos das massas de migrantes que vieram trabalhar e morar aqui — a cidade tem de enfrentar o crescimento exponencial da população, a diversidade cultural, a politização crescente. A cidade não oferece condições para abrigar esses trabalhadores e passa a conviver com greves freqüentes. A revolução de 1924 marca profundamente a cidade. Nos vinte dias do mês de julho em que a cidade ficou sob o fogo cruzado das tropas rebeldes ao governo central e das tropas legalistas, os bairros centrais e industriais — Moóca, Brás e Belenzinho — foram duramente atingidos. O governador abandonou a cidade, assim como os habitantes que possuíam famílias no interior. Permanece na cidade a população mais pobre e o governador deixa a cidade entregue à autoridade do prefeito, que vai ter de enfrentar os bombardeamentos e os saques.

Essa nova cidade, de onde emergem forças políticas e sociais, pressiona também pelo advento de um novo pensar, uma nova gestão.

Destacam-se dois urbanistas que iniciam sua atuação nesse novo período. De personalidades extremamente diferentes, que se refletem na áreas e formas de atuação, eles vão dominar e polarizar o cenário do urbanismo e do planejamento urbano em São Paulo até a década de 60. São eles: Luiz Ignácio de Anhaia Mello e Francisco Prestes Maia. Formados pela Politécnica, Anhaia Mello (em 1912) e Prestes Maia (em 1917) passam a lecionar na escola logo depois de formados.

A palavra urbanismo se torna de uso corrente. É utilizada referindo-se principalmente às questões da administração da cidade. Sem

dúvida, o urbanista que empenha o maior esforço para divulgá-lo foi o eng. Luiz Ignácio de Anhaia Mello. Formado pela Escola Politécnica, foi professor desta faculdade e o primeiro diretor da FAU-USP. Ocupou a prefeitura por um mês, no final de 1931. Figura proeminente em entidades da sociedade civil paulistana, foi presidente da Sociedade Amigos da Cidade e presidente do Instituto de Engenharia. Publicou na revista deste Instituto, de 1927 a 1933, uma série de artigos em que difundia, de forma extremamente didática, as experiências, principalmente norte-americanas, no campo do urbanismo e do planejamento urbano. O primeiro artigo desta série sobre o governo e a administração das cidades fora o tema de conferência proferida no Rotary Club e aborda a questão da expansão das áreas metropolitanas nos Estados Unidos e na Europa e expõe as experiências em termos de legislação de urbanismo (Lei Cornudet, Town Planning Act) e as experiências alemã e americana de legislação para a administração da cidade. Seguiram-se, num intervalo de poucos meses, cinco artigos detalhando as questões de legislação urbanística (censura estética e zoneamento). Apresenta a sugestão para formas de institucionalização do planejamento urbano por meio da criação da Comissão do Plano da Cidade, que se constituiria no embrião de um órgão de planejamento com a participação da sociedade civil. Apresenta alternativas de recursos financeiros *benefit assessment* (taxa de melhoria) para financiar as obras urbanas e defende o poder de polícia do urbanismo normativo (lei de zoneamento, controle da ocupação e do uso do solo). Discute a questão dos espaços urbanos para o lazer, já mostrando o seu especial interesse pelo modelo americano de bairros — o jardim.

No início de 1930, Anhaia Mello inicia uma campanha pela regulamentação de serviços urbanos. Apoiando-se novamente na experiência americana, defende a criação de comissões para fiscalizar a qualidade do serviço e fixar o valor de tarifas. Num dos artigos publicados no Boletim do Instituto de Engenharia, ele trata especificamente da polêmica questão da renovação do contrato de transporte de bonde pela Light. Em dezembro deste ano, quando prefeito nomeado de São Paulo, Anhaia Mello institui a Comissão Municipal de Serviços de Utilidade Pública.

Neste período, nota-se a influência crescente que passam a exercer as idéias do urbanismo americano. Não é apenas pelo número maior de obras e urbanistas citados, mas ela é sinalizada também pela familiaridade de nossos urbanistas com o que estava acontecendo tanto no campo institucional como no campo profissional americano. Esta mudança de esfera de influência das idéias européias para as ameri-

canas define e legitima a adoção de um modelo de urbanização extensivo e baseado no automóvel.

Em 1930, é elaborado, por Francisco Prestes Maia, o Plano de Avenidas para São Paulo. De 1924 a 1926 ele publica, com João Florence de Ulhôa Cintra, artigos onde esboçam uma série de propostas de reformulação do sistema viário e de transportes para a cidade.

Esse plano tem uma importância estratégica para São Paulo. Maia, ao conceber e propor uma reformulação e expansão do sistema viário, definiu também uma opção pelo transporte rodoviário e um padrão de crescimento extensivo da área urbana¹². O que confere uma real importância a esse plano é o fato de que Prestes Maia, quando prefeito da cidade, de 1938 a 1945, executa uma parte significativa do alargamento e da abertura de avenidas, preparando São Paulo para o desenvolvimento econômico das próximas décadas.

O segundo período: dos anos 30 aos anos 50

A partir dos anos 30, observa-se a definição de um campo de conhecimento e de atuação profissional. Desde a defesa que Prestes Maia vai fazer, no Plano de Avenidas, da engenharia municipal (inspirado no *municipal engineering* americano), assumindo a necessidade de contornos cada vez mais nítidos de associação profissional com áreas definidas de atuação. A defesa de um campo de atuação deve-se, talvez, à formação tardia do meio profissional. O urbanismo foi, durante as quatro primeiras décadas, em São Paulo, campo exclusivo de atuação da engenharia. Engenheiros civis e engenheiros-arquitetos formados pela Escola Politécnica dominavam um vasto campo de atuação profissional: projeto e execução de obras públicas e particulares; legislação urbanística; serviços urbanos (água, luz, transportes) etc.

Este campo de conhecimento só passa a ser objeto de uma reflexão teórica e rigor conceitual no final da década de 20. Em 1926, pela primeira vez, são oferecidas as disciplinas Estética, Composição Geral e Urbanismo I e II, na Escola Politécnica, pelo eng. Luiz Ignácio da Anhaia Mello.

A leitura dos artigos publicados nas revistas especializadas revela uma tendência cada vez maior de abordagem estritamente setorial e com a única preocupação de transmissão de um conhecimento técnico sobre os temas da água, esgoto, energia elétrica, gás e lixo. Sinalizam uma vertente que passou a ser cada vez mais dominante na engenharia: a especialização e resultante parcialização do conhecimento. É ca-

da vez mais raro o engenheiro-urbanista que apresenta um conhecimento técnico sobre o assunto e também a visão de conjunto, percebendo as articulações entre os diferentes setores. Observamos a criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo em 48, confirmando essa tendência.

Nos anos 50, confrontam-se duas posições antagônicas de planejamento urbano e regional representadas, por um lado, por Prestes Maia, que defendia o estímulo ao crescimento da metrópole, enfrentando e resolvendo os problemas de deslocamento, incentivando a implantação de novas atividades econômicas, e, por outro lado, por Anhaia Mello, que era favorável à contenção do crescimento da metrópole, defendendo a criação de bairros-jardim¹³. Estas posições já se vinham delineando. Se observarmos os artigos de Anhaia Mello divulgando as experiências das cidades-jardim americanas ou, ainda, defendendo a cidade regional polinucleada com núcleos, unidades de vizinhança— “lugares confortáveis de residência e trabalho onde se desenvolverão livremente as qualidades pessoais, as virtudes cívicas e as relações fraternais entre os homens”. A atuação de Prestes Maia desde o Plano de Avenidas foi no sentido de estimular o crescimento de São Paulo, confirmando sua imagem de “mestre-de-obras” nas suas duas gestões frente à prefeitura de São Paulo, em 1938 e em 1961.

Pudemos identificar dois momentos de penetração das idéias urbanistas de origem francesa. Nas três primeiras décadas, a transmissão por meio de publicações, assessorias e formação universitária em instituições francesas das experiências dos arquitetos-urbanistas franceses ligados, principalmente, à *Société Française des Urbanistes*.

O segundo período é marcado pela vinda, em 1947, ao Brasil, do padre dominicano francês Joseph Lebreton, um dos fundadores, na França, do movimento Economia e Humanismo. Este movimento pretendia constituir uma quarta via, opondo-se ao marxismo, ao capitalismo e ao nacional-socialismo. Os princípios doutrinários do movimento Economia e Humanismo eram: a renovação da militância leiga dos movimentos católicos de jovens operários e estudantes; a difusão do primado da política da solidariedade e do bem comum como princípios de atuação nos países subdesenvolvidos e pelo desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa empírica, visando a uma análise científica para a atuação nos territórios urbano e regional¹⁴.

Lebreton difunde essas idéias realizando cursos em Recife e em São Paulo, quando entra em contato com personalidades que viriam assumir, mais tarde, posições de destaque no cenário político local e nacional. Ao trazer o movimento para o Brasil, organiza também a instituição

de consultoria técnica SAGMACS (Sociedade para Análises Gráfica e Mecanográfica Aplicadas aos Complexos Sociais) para aplicar os métodos de pesquisa desenvolvidos por ele.

Em São Paulo, forma-se uma nova geração de profissionais que trabalharam na SAGMACS, onde aplicavam, ao planejamento urbano, os princípios do movimento Economia e Humanismo.

A década de 50 representa um novo ponto de inflexão na história do urbanismo paulistano. Marcada pelos novos fenômenos de metropolização e pelas novas formas de intervenção do Estado que se concretizam a partir desta época. Inicia-se uma nova etapa: o planejamento urbano e regional.

NOTAS

1. Documentos levantados no projeto integrado de pesquisa. Levantamento documental sobre urbanismo e planejamento urbano na primeira metade do século XX, hoje incluindo, além da cidade de São Paulo, as cidades do Rio de Janeiro e Salvador. Integram a rede de pesquisadores: Carlos Roberto Monteiro de Andrade e José Geraldo Simões Jr., em São Paulo; Vera Rezende, no Rio de Janeiro; Ana Fernandes, Antonio Heliodoro Sampaio e Marco Aurelio Filgueira Gomes, em Salvador.
2. Essas alterações da estrutura administrativa de São Paulo são descritas e analisadas por Simões Jr., 1990.
3. Ver sobre o plano de Santos, Andrade (1991).
4. Estamos estendendo as observações de Gaudin (1991), particularmente para o urbanismo francês, para o quadro do urbanismo internacional.
5. Com o artigo "Melhoramentos de São Paulo" ele incorpora, ao ideário urbanístico paulistano, os princípios do urbanismo moderno baseados na tríade: previsão, estética e salubridade. Impressionado com as taxas de crescimento demográfico de Paris e Londres, Victor Freire destaca a necessidade de um plano para São Paulo. Aborda também a questão estética da forma urbana ao defender as posições do urbanista austríaco Camilo Sitte, trazendo o debate de suas posições antagônicas quanto ao projeto de desenho das cidades: a simetria dos traçados nascidos na prancheta e a irregularidade revalorizada do traçado histórico das cidades. A questão da salubridade urbana é introduzida pela

discussão do papel dos espaços livres na saúde das populações. Propõe resguardar o Vale do Anhangabaú como parque da cidade.

6. A palavra é ainda utilizada por Prestes Maia no título de seu relatório de governo na prefeitura de São Paulo, em 1945.

7. “Códigos sanitários e posturas municipais sobre habitação (alturas e espaços). Um capítulo do urbanismo e de economia nacional”, publicado pelo Boletim do Instituto de Engenharia.

8. Desta forma, Bouvard assina o artigo enviado à revista *Engenharia*, em 15 de maio de 1911.

9. Topalov, 1992, p. 228.

10. Em São Paulo, a Escola Politécnica é fundada em 1894, seguida, em 1896, pela criação da Escola de Engenharia Mackenzie. Ver este tema Ficher, 1989, p. 13.

11. Ela atribui a adoção desse modelo provavelmente ao fato de que o principal organizador e primeiro diretor, Antonio Francisco de Paula Souza, estudou em Karlsruhe, onde se formara engenheiro em 1868 (Ficher, p. 7).

12. Para a descrição e interpretação do significado que esse plano teve para a cidade, ver “Revisão do Plano de Avenidas: um estudo do planejamento urbano em São Paulo, 1930”. Tese de doutorado na FAU-USP, 1990.

13. Ver sobre esse tema Meier, 1991.

14. Mendonça, 1993, p. 2.

BIBLIOGRAFIA

Andrade, Carlos Roberto Monteiro. “O plano de Saturnino de Brito para Santos e a construção da cidade moderna no Brasil”. *Revista Espaço & Debates* nº 34, 1991.

_____. “O plano de expansão do eng. Saturnino de Brito para Vitória”. 2º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Salvador, 1993.

Ficher, Sylvia. *Ensino e profissão. O curso do engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo*: Tese de doutorado FFCL-USP, Departamento de História, 1989.

- Freire, Victor da Silva. "Os Melhoramentos de São Paulo". In *Revista Politécnica* nº 33, São Paulo, fev/mar, 1911.
- Gaudin, Jean Pierre. "Savoirs, savoir-faire et mouvement de professionnalisation dans l'urbanisme au début de siècle". *Sociologie du Travail* nº 2, 1987.
- _____. "Desseim de Villes", Paris, L'Harmattan, 1991.
- Leme, Maria Cristina da Silva. "A formação do pensamento urbanístico em São Paulo, no início do século". *Revista Espaço & Debates* nº 34, 1991.
- _____. *Revisão do Plano de Avenidas: um estudo sobre o planejamento urbano em São Paulo*, 1930. Tese de Doutorado na FAU-USP, 1990
- Magri, Suzana et Christian Topalov. "De la cité jardin à la ville rationalisée: un tournant du projet réformateur." *Révue Française de Sociologie*, nºs 28-3, 1987.
- Mello, Luiz Ignácio de. "A verdadeira finalidade do urbanismo In". Boletim do Instituto de Engenharia, São Paulo, nº 51, ago 1929.
- Meyer, Regina Maria Prosperi. *Metrópole e Urbanismo São Paulo, Anos 50*. Tese de doutorado FAU-USP, 1991.
- Mendonça, Adolpho Luís Machado. "A trajetória dos técnicos da SAG-MACS". Trabalho apresentado no V Encontro Nacional ANPUR, Belo Horizonte, 1993.
- Musée Social. *Mémoires et Documents*, nº 11, 1912.
- Simões Fº, José Geraldo. *O Setor de obras públicas e as origens do urbanismo na cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado*. EAESPFGV, 1990.
- Topalov, Christian. "Os saberes sobre a cidade: tempos de crise?" In *Revista Espaço & Debates*, nº 34, 1991.
- _____. "De la planification à l'ideologie, naissance d'un nouveau paradigme de l'action sur la ville et l'habitat?" mimeo, 1992.

O Museo Social Argentino e a formação e difusão das idéias do urbanismo

Oscar Bragos

Professor e pesquisador do Centro Universitário Rosário de Pesquisas Urbanas e Regionais. Faculdade de Arquitetura, Planejamento e Desenho. Universidade Nacional de Rosário.

O Museo Social Argentino, o Estado Nacional e a classe política

O urbanismo vai se conformando como disciplina na Argentina a partir da própria experiência local e da experiência internacional difundida por meio das revistas e dos “manuais” técnicos. A experiência local se refere aos planos reguladores elaborados para as cidades mais importantes do país, à atividade das organizações profissionais dos “especialistas” e ao acionar das organizações não-profissionais em prol das idéias do urbanismo em geral e do plano regulador em particular.¹ O Museo Social Argentino foi uma delas.

Em 23 de maio de 1911, na sede da “Sociedade Científica Argentina”, em Buenos Aires, ocorre a reunião fundadora do *Museo Social Argentino*. Antecedentes deste tipo de organização no país são o “Instituto Geográfico e Histórico do Rio de La Plata”, fundado em 1856 pelo

general Mitre e cuja existência foi muito efêmera; na tentativa de organizar uma “Federação Social Americana”, que não passou de um projeto tal como fora esboçado por seu autor, M. A. Pelliza, em 1885; na Comissão de Fomento Agrícola criada por decreto do então Ministro da Agricultura da Argentina, Ezequiel Ramos Mejía, em 1907; na proposta de criação de um centro autônomo de estudos sociais esboçada por Josiath Strong e James Dangerfiel, delegados dos Institutos de Serviços Sociais de Nova York e Londres respectivamente, nas conferências que proferiram na Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires, em 1909; no projeto de organizar um Centro de Estudos Americanos, esboçado por F. P. Moreno em 1910. As bases para a formação do Museu se encontram nos trabalhos de Tomás Amadeo publicados em 1910 e 1911: “Museo Social de Buenos Aires. Fundamentos y Anteproyecto” e “Museo Social de Buenos Aires. Síntesis de un proyecto”, respectivamente².

Desde suas origens, a elite de Buenos Aires encarregou-se da condução do Museo Social Argentino. Sobrenomes como Anchorena, Ayerza, Beccar, Varela, Bengolea, Bullrich, Curutchet, Castex, Harriot, Lahitte, Leloir, Monner Sans, Peña, Zubiaur e muitos outros mais, que são representativos da aristocracia argentina, figuram entre seus primeiros sócios³. Uma breve resenha das origens e das atividades de seu primeiro presidente ilustra claramente a composição social do grupo que congregou esta nova instituição.

Eduardo Frers, primeiro presidente do Museo Social Argentino, era filho de um grande proprietário de terras da província de Buenos Aires, Germán Frers, e de Rosario Lynch, filha do senador por Buenos Aires, Patricio Lynch. Seus estudos universitários culminam com a obtenção do título de doutor em jurisprudência. Politicamente, vincula-se à União Cívica, cuja vice-presidência exerce na província de Buenos Aires durante o ano de 1891⁴. Sua carreira política começa com a presidência do Conselho Municipal de San Pedro (província de Buenos Aires), no período de 1887-1889, depois, em 1894, é eleito senador pela província de Buenos Aires, cargo ao qual renuncia para assumir as funções de Ministro de Obras Públicas da província de Buenos Aires, e no qual permanece até 1898. Nesse mesmo ano chega ao Ministério da Agricultura da Argentina, tornando-se, assim, o primeiro Ministro da Agricultura do país. Além disso, desempenhou o cargo de Diretor de Terras e Colônias da Argentina e foi eleito deputado federal em 1912. Na organização gremial dos grandes latifundiários, também ocupou cargos de direção: foi presidente da Sociedade Rural Argentina em 1893 e em 1909. No âmbito acadêmico, destaca-se por ter sido o fundador

da Faculdade de Direito da Universidade de La Plata, na década de noventa, e da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires, em 1913. Uma biografia que bem poderia ser compartilhada por muitos dos sócios do Museu.

Deputados, senadores, funcionários de governo, professores universitários, parecem ser as características dos principais dirigentes do Museo Social Argentino. Como também foi uma característica distintiva a vinculação de um grande número deles com as mais importantes famílias latifundiárias da província de Buenos Aires⁵. Assim, em diversos momentos até meados da década de vinte, passam por suas comissões diretivas E. Crespo (vogal), advogado, vereador pela cidade de Buenos Aires; N. Besio Moreno (vogal), engenheiro, professor das Universidades de Buenos Aires e de La Plata; A. R. Martínez (vogal), diretor de Estatísticas da Prefeitura de Buenos Aires, presidente da Comissão do Terceiro Censo Nacional (1914); M. A. Montes de Oca (presidente), doutor em jurisprudência, membro da Corte Permanente de Arbitragem de La Haya, Ministro do Interior, Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina; T. Amadeo (secretário permanente), doutor em jurisprudência e engenheiro agrônomo, professor das Universidades de Buenos Aires e de La Plata, delegado do governo nacional perante o Instituto Internacional de Agricultura (Roma); A. Bunge (vogal), engenheiro, professor da Universidade de Buenos Aires, diretor geral de Estatística da Argentina; G. Cornille (vogal), diretor do Banco Hipotecário Nacional, diretor do jornal “La Razón”, J. J. Díaz Arana (vogal), doutor em jurisprudência, professor da Universidade de Buenos Aires, vereador da cidade de Buenos Aires; J. A. Ferreira (vogal), doutor em jurisprudência, presidente do Conselho Nacional de Educação, professor das Universidades de Buenos Aires e de La Plata; J. M. Garbo (vogal), doutor em jurisprudência, Ministro da Justiça e Instrução Pública da Argentina, decano da Faculdade de Direito e Ciências Sociais de Buenos Aires; E. Larencena (vogal), doutor em jurisprudência, Diretor da Inspeção Geral de Justiça da Argentina, Ministro do Governo da província de Entre Rios; L. E. Zuberbühler (vogal), presidente da Confederação Argentina do Comércio, da Indústria e da Produção, diretor do Banco La Nación, da Argentina. A lista é interminável e reiterará o mesmo denominador comum: homens de governo.

Na formação profissional dos fundadores do Museo Social, além do Direito, destacam-se duas disciplinas: a Medicina e a Educação. Por um lado, resulta relevante a presença de cientistas que se destacaram, a partir de seus cargos oficiais, por sua luta contra enfermidades endêmicas no país, tais como o cólera, o paludismo ou a tuberculose (Gre-

gório Aráoz Alfaro, Alois Bachmann, Jacobo Z. Berra, Marcelino Herrera Vega, Carlos Malbrán) e, por outro, de educadores que se distinguiram, também a partir de seus cargos oficiais, por suas propostas originais para uma reforma educativa, em particular o ensino de primeiro e segundo graus (Arturo Condorní Alcorta, Cecília Grierson, Víctor Mercante, Francisco P. Moreno, Ernesto Nelson, Horacio G. Rivarola, Jorge A. Sussini, Jorge B. Zubiaur).

Do ponto de vista político, apresenta-se a mesma composição majoritária do eleitorado de então: maioria conservadora e radical. Destaca-se, ainda, a presença dos principais representantes de organizações políticas minoritárias, em particular do Partido Socialista ou afins (Alberto L. Palacios, primeiro deputado socialista no Congresso Nacional, eleito em 1904; Alberto L. Spinetto, vereador pela cidade de Buenos Aires e vinculado ao movimento cooperativo; Augusto Bunge, deputado federal; Enrique del Valle Ibarlucea, senador; Alejandro Korn, que difunde as idéias do positivismo na Argentina) e do Partido Democrata Progressista (Alejandro Carbó). É notável também a presença de ativos militantes católicos: Rómulo Ayerza (presidente da Ação Católica Argentina), Horacio Beccar Varela (União Popular Católica Argentina), José Maria Cabezón (fundador do Ateneo Católico de Salta), Emílio Cárdenas (presidente do Conselho Superior de Educação Católica), Juan M. Garro (União Católica), Indalecio Huero (Ação Católica Argentina).

Apesar da clara predominância de conservadores e radicais, o Museo Social resulta num conglomerado político e ideológico muito heterogêneo, mas com um objetivo comum: a modernização do país. Conseqüentemente, toda proposta de adaptação do estado nacional a esse objetivo estará tingida pela cor política ou ideológica particular daqueles que a impulsionam.

A localização empregatícia e profissional majoritária de seus sócios fundadores e de seus dirigentes indicam, sem sombra de dúvida, a estreita vinculação que existia entre o Museo Social e o aparato estatal. Apesar de, no início, o Museo ter garantido seu funcionamento com a contribuição financeira de seus sócios e filiados (prefeituras municipais, universidades, associações de diversos tipos e empresas), seu desenvolvimento posterior exige cada vez mais um orçamento maior, que garanta a realização de todas as atividades programadas. A difícil situação econômica que o Museo começa a enfrentar leva-o a depender cada vez mais do Estado. Por isso, já em 1926, define-se sua incorporação à Universidade de Buenos Aires, para assim contar com os fundos que garantam um funcionamento mínimo⁶. A dependência da

Universidade estendeu-se até 1932, ano em que o Conselho Superior da Universidade decide cancelar a anexação do Museu à Universidade, pela mesma razão que havia provocado e justificado a anexação: a falta de orçamento. Desse modo, involuntariamente, o Museu Social recupera sua “independência”. Posteriormente, o estado intervém novamente na construção de sua nova sede: o novo edifício que passa a ocupar em 1939 (atualmente sede da Universidade do Museu) é projetado pelo arquiteto Rafael Orlandi, da Direção Geral de Arquitetura da Argentina, repartição oficial que se encarrega diretamente da execução e direção da obra num terreno que fora doado pela prefeitura da cidade de Buenos Aires⁷.

Seja pela procedência de seus sócios e diretores, seja pelas contribuições financeiras, o Museo Social Argentino, desde sua origem e durante as primeiras décadas de sua existência, sempre esteve estreitamente vinculado ao Estado. Sua independência do poder público não passou de uma expressão de anseios, se bem que, na verdade, nunca chegou a constituir-se em seu apêndice⁸.

O Museo Social Argentino e a questão social

O Museo Social Argentino surge como resposta às necessidades de mudanças impostas pela modernização do país⁹. A elite local procurava elevar-se ao nível dos principais países europeus, e essa relação de igualdade a que aspirava alcançar levava conseqüentemente à reprodução, na Argentina, daquelas instituições que eram reconhecidas como expressão da modernidade¹⁰. Razão pela qual organizações como o Museo Social apareciam como sinônimo de país moderno. O estudo da “questão social” era apresentado como “a questão moderna por excelência”. Portanto, a necessidade de sua existência era naturalmente requerida: “um país moderno não pode dizer que sua organização pública está concluída se não dispõe de uma instituto reformador, consultor e intermediário dos problemas sociais.” (MSA, 1912:6)

Por outro lado, um país com um acelerado crescimento demográfico e em processo de industrialização incipiente requeria também essas instituições, já que elas resultavam apropriadas para interpretar e conduzir as mudanças que nele ocorriam. A questão social começa a preocupar a elite dirigente, razão pela qual ela necessita do auxílio daqueles que se dedicam a estudar, diagnosticar e projetar a respeito. Nesse sentido, seus fundadores entendem o Museo Social como um órgão independente do Estado, mas que, paralelamente, está a seu

serviço, sempre que a política central do Estado se oriente para a modernização do país. Frente a este desafio, que pressupõe empreender o caminho para o progresso, estará o Museo Social não apenas para estudar os problemas, mas também para oferecer soluções e atuar como árbitro nos conflitos. A vida moderna impõe que, entre o Estado e os conflitos sociais, haja a intervenção de um agente que, cientificamente — isto é, objetiva e asceticamente, despojado de interesses setoriais, mas com um profundo conhecimento da realidade sócio-econômica do país — possa encarregar-se de interpretar, mediar e aconselhar: o Museo Social.

O Museo Social se organiza com a finalidade de realizar duas grandes tarefas: o estudo dos problemas sociais e econômicos, por um lado, e a propaganda da Argentina no resto do mundo, em particular na Europa, por outro. Assim, em primeiro lugar, dedicar-se-á a reunir toda a documentação estatística e os estudos que dêem conta do nível alcançado pela organização social no país, e em países estrangeiros também, para, dessa maneira, estar em condições de elaborar o diagnóstico correspondente. Com a ação do Museo Social, entendia-se, as classes mais necessitadas melhorariam sua condição e se conseguiria eliminar da mendicância os setores dos mais baixos estratos sociais, a partir da organização dos “pobres” em associações de trabalho baseadas no “esforço pessoal”.

Esses fins e atividades propostos para o Museo Social Argentino refletem o grau de analogia que mantém com seu congênere de Paris e com os Institutos de Serviços Sociais das cidades de Londres e Nova York. Mas o Museo Social local também realiza uma atividade que o distingue dos outros e, conseqüentemente, o particulariza: a “propaganda” da Argentina no exterior. Esta era uma tarefa fundamental para o país nos momentos de “aluviação imigratório” de grande magnitude¹¹. O Museo Social pretendia intervir ativamente nesse processo de transformação, contribuindo para estimular a população de países europeus a radicar-se na Argentina, e a selecionar, com essa finalidade, aqueles setores de “agricultores inteligentes e capazes, e não aventureiros sem recursos”. Além disso, também realizaria “propaganda” fronteiras adentro, de modo que contribuísse para a adaptação daqueles imigrantes mais reticentes a incorporar-se ao modo de vida do país. Evidentemente, a elite havia se proposto a impulsionar, a partir do Museo Social, seu objetivo de “melhorar” a raça. Para isso, a missão fundamental era “tornar a Argentina conhecida no exterior para atrair os trabalhadores e, no interior, para dar à massa ainda inculta e tão diversa, como o povo, uma alma argentina.” (CONTAND-DELPECH, 1912:114)

A “questão social” foi, obviamente, a preocupação máxima do Museo Social. Percebe-se isso não só pelos objetivos declarados, mas, fundamentalmente, pela grande quantidade de comissões de trabalho que se formaram com a finalidade de estudar a realidade social do país. A máxima atenção foi dedicada às condições de trabalho dos assalariados e ao fomento do cooperativismo¹². Para participar ativamente nestas questões, cria-se, em 1915, um consultório jurídico gratuito para operários e empregados e, em 1923, um “Centro de Estudos Cooperativos”. As comissões de trabalho que mais perduraram no Museo e que, além disso, maior atividade tiveram, foram as de “Cooperação, Solidariedade e Previsão” e de “Higiene e Assistência Social”. Também funcionaram dentro do Museo as comissões (ou seções) de “Higiene Rural”, de “Seguros Sociais”, de “Estudos de Economia Rural”. Em 1929, cria-se a “Escola de Serviço Social” (primeira instituição desse tipo na América Latina), que, depois de dois anos de estudos, outorga o título de “assistente social”. A partir de 1930, o Museo começa a diversificar sua esfera de atuação, criando comissões (de “Orientação Profissional”, da “Infância”, de “Ação Social Anticancerosa”, da “Juventude”) e outras, próprias já, nestes casos, de um clube social ou de uma entidade cultural: “Comissão de Damas, Instituto Cultural Argentino-Paraguaio”, “Instituto Cultural Argentino-Polaco” e vários outros institutos com diversas coletividades de residentes estrangeiros. Desta maneira, o Museo vai abandonando seu papel original para começar a se transformar lentamente numa instituição de caráter cultural.

A preferência pelo “social” fica clara também nos artigos sobre condições de trabalho, de previdência social, de cooperativismo, de higiene social etc., publicados no “Boletim do Museo Social Argentino”. De qualquer maneira, foram pouquíssimos os artigos que explicitaram claramente os princípios que inspiram e as finalidades que incentivam esses estudos e trabalhos vinculados às “questões sociais”. Só se registra um artigo de F. Mabileau sobre o papel do Museo Social que faz referências explícitas a Le Play e que se publica em 1912, um ano antes de sua visita à Argentina para difundir no país a ação do Museo Social de Paris, outro sobre a “engenharia social” de L. Ivaniševich (somente em 1936!) e outro de Medina Echeverría, que também menciona Le Play, em 1940. Ou seja, só três artigos “doutrinários” nos 28 anos de publicação contínua do Boletim analisados para este trabalho.

O interesse pela “questão social” leva o Museo a organizar os fóruns de debate sobre as questões que mais preocupavam e que, em cada caso, foram os primeiros eventos desse tipo no país: os serviços sociais (Congresso da Solidariedade, 1918), a formação de organiza-

ções cooperativas (Congresso da Cooperação, 1919), a moradia dos trabalhadores (Primeiro Congresso da Habitação, 1920), a economia social (Congresso Internacional de Economia Social, 1924), as condições de trabalho (Primeiro Congresso Nacional do Trabalho, 1931), o urbanismo (Primeiro Congresso Argentino de Urbanismo, 1935) e a questão demográfica (Primeiro Congresso da População, 1940).

A leitura dos temas discutidos nesses congressos é uma clara demonstração do interesse do Museo pela modernização das relações sociais no país, por meio do fomento de atividades que estimulem os setores populares a se organizarem e incorporarem-se à atividade produtiva com outra postura, e assim melhorar suas condições de vida e ascender socialmente (cooperativismo, trabalho social, ação rural etc.). Dentro destas preocupações está o debate proposto, por exemplo, no Congresso Internacional de Economia Social, sobre uma das questões que mais preocupavam o Museo: as bases que sustentam sua relação com o poder público e o caráter que sua ação de “serviço social” deve adotar. Também se discute sobre a legislação do trabalho e as condições de vida dos trabalhadores imigrantes, um tema candente no país; a higiene social, em particular a luta contra as epidemias e o problema da moradia e da alimentação dos trabalhadores; a educação dos setores populares; as questões agrárias, e, dentro delas, o tema da moradia rural, já que se entendia que a falta de conforto da moradia era um dos motivos da escassa quantidade de habitantes radicados no campo; e a estatística, a “ciência do presente e do porvir”, como um meio para medir todos os aspectos da vida social de um país e, deste modo, estar em condições para, de agora em diante, sobre “bases sérias”, orientar os estudos sociais.

Com a realização desses eventos acadêmicos, o Museo Social se coloca numa posição de vanguarda no país quanto à “questão social”. Ainda que em muitos casos não reúna em seu seio os especialistas dos diversos temas e disciplinas para sua atividade cotidiana, possibilita, a partir dos congressos que organiza, a participação e expressão dos distintos setores que se dedicam ao estudo da “questão social” na Argentina. Por outro lado, sua posição de vanguarda se expressa, particularmente, no fato de que o Museo “seleciona” os temas que, no seu entender, têm importância para a transformação modernizadora do país, os apresenta como problemas públicos e, assim, converte-os em objeto de discussão. A partir do saber, o Museo Social se posiciona com uma capacidade e autoridade suficientes para decidir o que e quando deve ser discutido.

O urbanismo e o Museo Social Argentino

Os problemas e conflitos da cidade, os modos de enfrentá-los e solucioná-los não constituem para o Museo Social uma área de caráter central para suas atividades, como foram as condições de trabalho, a solidariedade, o cooperativismo ou a assistência social. De qualquer maneira, já desde os primeiros anos de sua formação, os temas da cidade e da moradia começam a perfilar-se também como uma área de interesse, ainda que de menor hierarquia. Em 1912, como já se disse, tem início a edição mensal do “Boletim do Museo Social Argentino”, publicação que conta com uma seção dedicada aos temas urbanos: “Progreso Urbano e Rural”. Esta seção fixa da revista tem vida curta, só aparece três vezes durante 1912, dedicando dois artigos a temas da cidade de Buenos Aires, que têm a ver com a estética urbana — as avenidas diagonais e os parques — e outro a um tema-chave para o urbanismo moderno: a moradia operária¹³. Depois destes três artigos, a seção “Progreso Urbano e Rural” desaparece definitivamente do Boletim. Não obstante, serão publicados outros artigos vinculados ao urbanismo, ainda que muito esporadicamente. Cabe destacar, ainda, que não se encontrará qualquer “especialista” reconhecido em urbanismo, seja argentino ou estrangeiro, entre aqueles que escrevem artigos para o Boletim, exceção feita ao engenheiro B. Carrasco, que escreve sobre a função social do urbanismo num artigo publicado em 1934.

Das diversas comissões que funcionaram no âmbito do Museo Social, nenhuma esteve especificamente destinada aos problemas urbanos. Somente em 1938, a “Comissão da Juventude”, criada um ano antes, propõe a criação de novas seções de trabalho, estudo e investigação, entre elas a de Urbanismo. Não há registros da atividade da “Seção de Urbanismo”, que chega a ser constituída, salvo indicações de que obteve a inscrição de apenas seis interessados, sendo seu encarregado J. Rouco Oliva, que fora vereador pela cidade de Buenos Aires e secretário da Associação dos “Amigos da Cidade”, e seu delegado R. Orlandi, que, como já se viu, encarregou-se do projeto do edifício da nova sede do Museo. Anteriormente à formação da “Seção de Urbanismo”, cria-se, em 1934, a Seção de Direito Municipal, graças a G. Gabarini Islas, que tampouco teve uma atuação muito destacada.

O interesse do Museo Social pelos temas de moradia e urbanismo pode ser particularmente reconhecido a partir de um “passeio” pelos diversos congressos organizados ou impulsionados pela instituição. Desta maneira, torna-se possível analisar a evolução do pensamento

urbanístico no país, por um lado, e o motivo pelo qual o técnico é convocado para discutir sobre a disciplina, por outro.

Moradia e plano, ou como assegurar benefícios para a indústria da construção

A questão da moradia contou com notório interesse por parte do Museu Social. Apesar de nunca se ter constituído uma seção ou comissão de trabalho que se dedicasse exclusivamente a esse tema, a moradia mereceu a publicação de vários artigos em diversos números do Boletim, com uma frequência muito maior que os publicados sobre urbanismo. O interesse fundamental estava na questão da “moradia popular”, razão pela qual se dá ampla difusão a propostas de construção de casas para operários, a legislação nacional sobre a questão (a Lei Nacional de Casas Populares)¹⁴, a legislação respectiva vigente ou proposta em outros países e às conclusões dos congressos internacionais sobre o tema. O Museu entende que o estudo de questões relativas à moradia operária, por razões de índole econômica e social, resulta de suma importância para o desenvolvimento do país, motivo pelo qual decide promover e organizar um congresso, o primeiro no país, sobre a problemática.

Desta maneira, em 1920, reúne-se, em Buenos Aires, o “Primeiro Congresso da Habitação”, onde se discutirão temas vinculados à legislação referente aos aluguéis e à participação do Estado e dos municípios na construção de moradias para os setores da população de baixa renda. Também se discutirá sobre o financiamento da construção de moradias, com a finalidade de conceder o título de proprietário das unidades habitacionais a seus efetivos ocupantes; sobre a construção, prestando particular atenção aos problemas de higiene e da moradia rural; sobre urbanismo, em especial o controle da expansão das cidades e a zonificação e, por último, sobre a ação social em relação à moradia.

A “Comissão de Municipalismo e Estatística” do congresso fica encarregada de centralizar a discussão em temas que vinculam a moradia ao urbanismo e participam dela “velhos e novos especialistas” (o arquiteto V. J. Jaeschké entre os primeiros e o engenheiro C. M. Della Paolera entre os segundos). Nas recomendações apresentadas por esta comissão, estão assentadas as bases sobre as questões a serem levadas em conta na organização da cidade moderna. As opiniões reunidas permitem concluir que, por um lado, já nessa época, conta-se

com um elenco de questões que estarão sempre presentes no ideário do urbanismo durante as décadas seguintes: os problemas da cidade que devem ser resolvidos, os instrumentos com os quais se tentará solucioná-los e os princípios conceituais que orientam a ação urbanística. Por outro lado, percebe-se que, já nessa época, faz falta a presença de um especialista para a solução dos conflitos urbanos.

Higiene, estética, sistema viário, previsão, aparecem como categorias dentro das quais podem ser localizados os problemas e os instrumentos que, pela primeira vez no país, são apresentados em conjunto e de forma taxativa. O resumo da discussão do Congresso apresenta-se, em certa medida, como um breve guia para a ação que conta com conteúdos semelhantes, ainda que expostos muito sinteticamente, aos de um tradicional “manual de urbanismo” do tipo dos que começaram a ser difundidos no país durante a década de vinte.

Assim está, dentro da higiene, o problema da expansão da cidade em relação com a necessidade de iluminação e ventilação das moradias. Os requisitos da higiene deverão contribuir para a definição da largura e do sentido das ruas, superfície e distribuição dos parques, parcelamento e utilização do solo, relação entre superfície edificável e superfície do lote, altura da edificação em relação às áreas livres e às dimensões do pátio, espaços descobertos no centro do terreno. Todas estas regulamentações deverão formar parte do plano regulador para, assim, poder orientar o crescimento da cidade — crescimento associado à idéia de progresso — de acordo com “traçados científica e esteticamente concebidos”.

Dentro da estética, o problema é o traçado em quadriculado (tipo de traçado de todas as cidades argentinas), entendido como causa direta da monotonia da paisagem urbana. Atendendo à necessidade de “dar variedade e embelezar nossas cidades” é que se propõe eliminar esse tipo de traçado, indicando a conveniência de se adaptá-lo, em cada caso particular, às características do solo e às exigências próprias de cada zona, buscando efeitos estéticos mediante uma adequada distribuição dos edifícios públicos. Se bem que ainda não se fale de “centros cívicos”, sua idéia está latente nesta proposta de entender a distribuição dos edifícios públicos como um meio para alcançar o embelezamento da cidade.

A questão viária apresenta seu problema: a circulação interna e a concentração. A solução: avenidas com várias faixas que permitam a coexistência sem superposição de diversos tipos de trânsito para o primeiro e a descentralização para o segundo, descentralização da po-

pulação pela formação de cidades e bairros-jardim por fora das grandes aglomerações urbanas.

A previsão aparece indissolivelmente ligada à estatística. A falta de informação é considerada um entrave à elaboração do diagnóstico e à avaliação dos problemas. Por isso, apresenta-se a necessidade de contar com censos temáticos e de preparar técnicos especializados mediante a incorporação de estudos específicos sobre levantamento de censos nas profissões de Economia e Direito. A estatística passa a ser entendida “como a verdadeira bússola do Estado, da qual não é possível prescindir, se se quer marchar com rumo fixo e não aos tropeços como até agora.” (MSA, 1920:368)

A questão funcional é apresentada nesse congresso, ainda que não adquira a forma instrumental do *zoning*. A coexistência desordenada de funções é entendida como um aspecto negativo da grande cidade. Deverá definir-se, então, uma distribuição funcional da cidade em bairros, cujos traçados serão definidos levando-se em conta a diversificação de atividades e suas respectivas exigências. Dever-se-á possibilitar a vinculação das diversas zonas de atividades entre si e delas com o “foco principal da cidade”. Tudo isto em nome das “necessidades da vida moderna”.

A apresentação do elenco dos “problemas” que atentam contra o crescimento da cidade exige, por sua vez, que se conte com soluções adequadas. O idôneo já não está à altura desta nova situação e, portanto, “requer-se, na atualidade, profissionais especializados, possuidores de múltiplos conhecimentos e dotados de temperamento de artistas” (MSA, 1920:362). Por outro lado, o especialista deve trabalhar num ambiente que lhe seja propício e, para garantir estas questões, implementa-se a ação estimulante do estado. Deste modo, surgem simultaneamente três questões-chave vinculadas à institucionalização da disciplina urbanística: em primeiro lugar, argumenta-se que o traçado das cidades deve ser feito de acordo com as normas elaboradas com critérios científicos; em segundo lugar, e como consequência do anterior, aparece a necessidade de contar com um “especialista” para resolver os problemas da cidade; e, em terceiro lugar, reivindica-se a intervenção ativa do estado em resposta a isto para possibilitar e garantir a ação desses novos “especialistas”. Desse modo, ciência, especialista e Estado aparecem associados no discurso que tende à institucionalização do urbanismo.

Um dos temas que mais chamou a atenção no Congresso foram os modos de expansão da cidade, considerado interessante já que se encontra intimamente vinculado à construção da moradia. A discussão

enunciada desenvolve-se nos termos genéricos da estética e da higiene, tornando-se explícito somente o interesse por institucionalizar o especialista. Trata-se do discurso próprio dos técnicos que promovem sua especialidade. Com o tema da moradia, ao contrário, já não ocorre o mesmo. É precisamente na questão da moradia, particularmente na moradia econômica ou moradia popular, onde as propostas estavam mais claramente identificadas com a necessidade ou o interesse de um setor econômico. Trata-se do discurso de um grupo de poder que exige a assistência do técnico para solucionar seus problemas de acordo com suas próprias prioridades setoriais. De fato, todas as propostas apresentadas neste sentido tendem a garantir aos empresários da construção que a atividade imobiliária seja um bom negócio, um negócio rentável. Nas propostas, fica evidente que, além disso, trata-se, na verdade, de cercear o poder dos grandes proprietários em favor dos capitalistas. O problema da moradia é uma questão que, deste modo, encontra-se enquadrada dentro da disputa proprietário com mentalidade especulativa versus proprietário com mentalidade capitalista. Trata-se, definitivamente, de propostas que tendem a impor a racionalidade capitalista no setor mais atrasado da economia, precisamente por sua enorme rentabilidade.

Três questões sobre esse tema estão em debate: a tributação, a mão-de-obra e os materiais de construção. Em relação à tributação, propõe-se criar um imposto imobiliário aplicável somente sobre o valor da terra, independentemente do valor agregado. O principal argumento desta proposta, baseada na reforma tributária iniciada por Lloyd George na Grã-Bretanha, em 1908, consiste em entender que o valor da terra não é fruto da ação do homem, mas fruto da ação social, razão pela qual se deve taxar a terra em função desse valor e não do capital incorporado, fruto de uma ação individual. Propõe-se, além disso, criar impostos sobre os terrenos baldios como medida extrema para evitar a especulação das terras da periferia urbana. O combate ao especulador se restringe a limitar o poder dos proprietários das áreas suburbanas, enquanto que, ao contrário, adota-se uma posição muito menos contundente com o outro grande especulador urbano: o proprietário de cortiços. O receio de provocar uma fuga do investimento de capital no setor impõe cautela: não é apropriado, enquanto o governo garantir o acesso à moradia a toda a população (!), promover a repressão de todo uso ou aproveitamento antisocial da propriedade privada, ou seja, as condições de vida que o proprietário do cortiço impõe a seus inquilinos.

A outra questão que também se mostra conflitiva, se bem que, neste caso, são outros os atores em confronto, refere-se à mão-de-

obra. Nesse caso, a disputa se dá entre empresários versus operários e as propostas se colocam, obviamente, a favor dos primeiros: a diminuição dos custos da mão-de-obra promovendo-se a formação de equipes de operários que trabalhem por empreitada e de forma cooperativa, eliminando, assim, todo tipo de relação contratual entre o capital e a mão-de-obra.

Quanto aos materiais de construção, a questão não resulta conflitiva: propõe-se obter uma redução dos preços dos materiais com a isenção dos direitos de importação, fabricação mecânica, formação de cooperativas de fabricação e construção de moradias em série.

Deveria assegurar-se a continuidade da indústria da construção e, para isto, deveriam ser criadas as condições mais apropriadas. As outras propostas se referem ao tema das moradias em aluguel e tendem a favorecer o inquilino por intermédio de uma série de medidas que, em última instância, signifiquem um barateamento da casa (proibição de sublocação, proibição de participação de intermediários no mercado) e ao da casa própria, garantindo e afiançando o direito de propriedade (proibição de embargo à moradia única, impossibilidade de divisão da propriedade enquanto sobreviva um dos cônjuges).

A questão da cidade e da moradia surge novamente no Congresso Internacional de Economia Social, celebrado em Buenos Aires, em 1923. Nesta oportunidade, o confronto se dá contra os proprietários dos cortiços: propostas para instituir o certificado municipal de salubridade para autorizar seu funcionamento e proposta de lei de expropriação de cortiços para aqueles que não reúnam as condições mínimas de salubridade com o objetivo de demoli-los e construir novas moradias.

Em síntese, na década de vinte, a discussão sobre a questão da moradia começa num fórum acadêmico de alcance nacional com as generalizações do caso: a higiene e as condições de vida dos setores de baixa renda. Mas, rapidamente, orientam-se para um aspecto-chave: garantir a transformação capitalista do setor imobiliário. O plano urbano aparece também como uma questão de interesse, onde, depois das considerações genéricas e universais sobre a higiene e a estética, surge o problema da expansão e as medidas para orientar o crescimento da cidade incluídas no mesmo objetivo de transformação e modernização do funcionamento do mercado imobiliário.

Moradia e plano, ou como apresentar o problema elaborando uma utopia social

O próximo fórum de discussão ocorre apenas na década seguinte. Em 1933, é celebrada, em Buenos Aires, a Primeira Conferência Nacional de Assistência Social que, apesar de não ter sido organizada pelo Museo Social, integrantes de sua comissão diretiva participam ativamente de sua organização, encarregando-se da coordenação de comissões de trabalho graças à sua condição de membros do Museo Social¹⁵. Nesta reunião científica, prossegue a discussão sobre os problemas da cidade e da moradia. De fato, entre as comissões (seções) que se formam para a discussão, uma é dedicada ao “Urbanismo Social”, cuja tarefa é o desenvolvimento de um tema, apresentado, na verdade, mais como uma recomendação final: “visando à maior eficácia da assistência social, deve-se proceder ao descongestionamento das cidades ou grandes centros populacionais”¹⁶.

Nessa ocasião, e no âmbito da comissão de urbanismo social, o tema que se destaca é o da moradia. A moradia faz parte do espectro de problemas sociais que a elite reconheceu como tal e, por isso, dispôs-se a dar-lhe uma solução¹⁷. Nesse momento, ganha vigor novamente uma concepção sobre a moradia e os problemas sociais que já vinham de anos: as más condições de moradia é a causa dos problemas sociais e não uma das expressões mais evidentes de tais problemas. Por este motivo, reforça-se a idéia de solucionar os problemas sociais melhorando a qualidade da moradia dos setores operários. O dedo acusador aponta novamente para o cortiço, a fonte de todos os males sociais: “a moradia anti-social gera a prostituição e todas as transgressões morais”. (Cafferata, 1933:95)¹⁸.

De acordo com esta concepção, se a origem de todos os males está nas péssimas condições da moradia operária, será a partir da moradia moderna e saudável que se terá a possibilidade de uma resolução positiva do problema. Assim, a casa própria é entendida como um agente estimulante e transformador, capaz de converter a família operária em uma “célula social, útil, forte e saudável”. Por essa mesma razão, entende-se que qualquer outro tipo de melhorias nas condições de vida em geral e de trabalho em particular (redução dos preços dos artigos de primeira necessidade, limitação da jornada de trabalho, indenização por acidente, seguros etc.) não teria qualquer efeito renovador se, “... ao regressar ao lar [o operário] encontrará o clássico cortiço, onde vivem, em lamentável promiscuidade, a mulher e os filhos, onde

proliferam todas as misérias morais e os males físicos”(Cafferata, 1993:95). A moradia saudável aparece então como a chave para a prevenção dos males sociais¹⁹.

Porém, não se trata apenas de questões físicas ou morais, mas, também, e muito significativamente nesse momento histórico, políticas²⁰. A vida no cortiço pode induzir a assumir atitudes depravadoras. No cortiço, “germina a rebeldia” e o modo de vida que impunha se apresenta como uma situação de “mudança contínua destruindo a idéia de estabilidade e matando o patriotismo”. Deste modo, a casa própria aparece novamente como uma ferramenta disciplinadora, modeladora de condutas, na medida em que “afirma a moral do indivíduo e dos seus; modera suas idéias, enraiza sua vida; garante a ordem e a paz” (Cafferata, 1933:98)²¹.

As críticas ao cortiço e as propostas para sua eliminação, nessa época, dão-se no marco de uma questão ética de acordo com os valores morais da elite e não de suma reivindicação de ordem econômica específica de um setor em particular. Por isso, suas propostas de solução, no marco de uma solução global dos problemas sociais, aparecem compreendidas no enunciado de uma utopia social. A idéia subjacente em todas as propostas é reduzir as diferenças sociais e criar uma sociedade mais justa a partir de uma transformação no meio ambiente construído. Uma cidade melhor se traduz diretamente numa sociedade mais igualitária: “Que haja apenas cidades bonitas, nas quais até o mais pobre dos habitantes trabalhou com suas mãos sob um teto humilde que seja seu; rodeado pelo mesmo céu, pelo mesmo tapete verde e pelas mesmas flores dos ricos palácios; na qual não haja nada que possa chamar-se classe baixa, nem essa massa grosseira, ignorante, sem futuro e sem esperanças, que se chama populacho, nas quais só se vejam homens cultos, graves e dignos. Cidadãos capazes de participar como eleitores e eleitos na vida e no governo do município e do estado” (Cafferata, 1933:99). Deste modo, entende-se que o direito à cidadania será garantido e consagrará definitivamente todo habitante, independentemente de sua condição social, a partir da casa própria.

Esta discussão sobre o papel da moradia se dá no marco de uma concepção “social” do urbanismo. De fato, a Conferência sobre Assistência Social é o âmbito onde se apresenta, pela primeira vez, o tema do “urbanismo social”, uma idéia sobre a disciplina que parece ser de difícil definição. Entende-se genericamente que o “urbanismo social” é tudo aquilo que tende a garantir a saúde e a segurança da população urbana. Por isso, a higiene pessoal e da moradia e o traçado ferroviário da cidade aparecem como os temas de interesse

respectivamente para cada uma das duas questões levantadas. Qualquer proposta de intervenção na cidade vinculada à higiene (criação de um parque, por exemplo) era entendida imediatamente como uma “medida de urbanismo social, por ser higiênica” (Fernandez; T. 1933:19 e 21). Estes limites tão frágeis com os quais se tenta precisar o alcance do “urbanismo social” entram em crise com Benito Carrasco, um dos mais ferrenhos defensores de tal concepção. O autor do plano regulador de Córdoba tampouco pode definir os alcances dessa dimensão social do urbanismo. De fato, no Congresso de Urbanismo celebrado dois anos mais tarde, afirma que “toda questão que afete a ordem social pertence ao urbanismo. E tudo que é relativo ao contrabando de alcalóides, que traz a toxicomania, é uma questão de caráter social” (MSA, 1935:162). Parece que, entre os primeiros urbanistas, existia uma clara vontade de melhorar as condições de vida da população operária. Esse desejo os leva a adotar uma posição voluntarista ao tentar resolver integralmente sua situação partindo da disciplina urbanística, que, por isso, não possui limites para seu acionar, já que estará encarregada de resolver praticamente qualquer tipo de problema de caráter social.

Dentro dessa concepção, o tema da especulação imobiliária adquire relevância na medida em que é o móvel de um modo de expansão da cidade com níveis pouco aceitáveis de qualidade de vida urbana. Por isso, nessa ocasião o tema dos instrumentos urbanísticos, em particular o *zoning*, ganha uma importância que não tinha adquirido nos congressos anteriores. O *zoning* é apresentado como o instrumento básico da organização urbana por meio do qual se especificam os usos e intensidades de uso para os diversos setores da cidade. Todas as outras questões referentes ao ordenamento da cidade ficam sujeitas a tais indicações (plano de espaços livres, plano de serviços públicos, plano viário e de transporte). Quando os planos de urbanização são concebidos desta maneira, isto é, de acordo com as indicações do *zoning*, entende-se que se está trabalhando dentro de uma das formas mais amplas de assistência social, já que estão sendo atacadas “... as origens dos males sociais, a promiscuidade, a insuficiência biológica do meio urbano e a deficiente economia social, por uma organização funcional do traçado urbano e a regulação do crescimento da cidade” (Vautier, 1933:12). O controle da concessão de usos do solo e da expansão da cidade é necessário para melhorar as condições de vida da população. Por isso, a idéia de “urbanismo social” exige o *zoning* como o instrumento que conseguirá um funcionamento eficiente da cidade.

A conferência termina com a apresentação de um projeto-de-lei

nacional de assistência social. Nele, destina-se um capítulo (o XXVI) ao “urbanismo social”, o tema convocatório da quarta seção, com a proposta de controle e fiscalização das condições de salubridade da moradia (art. 161) e de controle da expansão da cidade mediante a negação de licenças para urbanizar as zonas baixas e insalubres (art. 162). É a primeira vez que se elabora um projeto-de-lei federal que estabeleça, ainda que de um modo muito genérico e incompleto, as condições para a expansão das cidades.

Moradia e plano, ou consagração do zoning

O Primeiro Congresso Argentino de Urbanismo, celebrado em Buenos Aires, em 1935, é o fórum seguinte onde continua o debate sobre a disciplina.

Em 25 de novembro de 1932, por ocasião da reunião do Conselho Diretivo, o presidente do Museu Social, J. Iribarne, propõe a organização de um “congresso de urbanismo”. As tarefas preliminares para organizar o Congresso de Urbanismo sob o patrocínio do Museu Social começam imediatamente. Constitui-se uma comissão, de caráter provisório, integrada por representantes das instituições vinculadas direta ou indiretamente à disciplina: organismos oficiais (Direção Geral de Belas Artes, Direção Geral de Arquitetura da Argentina, Secretaria Municipal de Urbanismo); associações profissionais (Sociedade Central de Arquitetos, Centro Nacional de Engenheiros); associações de bem-estar social (Associação “Os Amigos da Cidade”, Museo Social Argentino). No ano seguinte, aprova-se o projeto de temas a serem debatidos no congresso apresentados pelo presidente do Museo Social e fica definido também que o congresso ocorreria em meados de 1934.

Os principais temas propostos para o debate e a discussão não são outros, mas os mesmos temas que preocupam os urbanistas da época e são apresentados de acordo com o modo de conceber a disciplina que, nessa época, tinha maior consenso: a história e a evolução urbana (aspecto fundamental que faz parte do “expediente urbano”, instância prévia à elaboração de qualquer “plano regulador”); a urbanização da cidade do presente (os “problemas” da cidade moderna); as previsões para a cidade do futuro (a previsão do desenvolvimento da cidade, condição necessária para a elaboração do “plano regulador”); o ensino e a propaganda do urbanismo (o urbanista “militante” ou “evangelizador”) ²²; as estatísticas urbanas (a garantia da presença da ciência nos métodos da disciplina).

No final de 1933, em reunião do Conselho Diretivo em 6 de novembro, e por motivos não explicitados, resolve-se deixar nas mãos da Associação “Os Amigos da Cidade” a organização definitiva do congresso²³. A partir desse momento, a participação do Museo Social nas tarefas organizativas se limita a integrar a comissão organizadora, que esteve constituída pelo arquiteto A. Belgrano Blanco, o engenheiro C. Della Paolera (prefeitura da cidade de Buenos Aires), o arquiteto F. Laass (Direção Geral de Engenheiros do Ministério da Guerra), o engenheiro A. E. Ibarra García e o engenheiro D. Iribarne (Museo Social).

O congresso se realiza, finalmente, em outubro de 1935. A participação do Museo Social consistiu em vice-presidir o evento por intermédio de D. Iribarne, na apresentação de trabalhos e intervenção de alguns associados. Não obstante, pertence ao Museo o mérito de haver iniciado as gestões para a organização de um evento que permitiu reunir uma extensa documentação que dá conta do estado das idéias sobre o urbanismo vigentes no país naquela época.

Na Comissão que trata do tema “História e evolução das cidades”, e em particular o subtema “Urbanização de cidades”, é onde se discutem as questões que mais preocupavam os especialistas e que remetiam à elaboração do estatuto disciplinar do urbanismo: o *zoning* e os centros cívicos. Desta maneira, encontram-se dois critérios de intervenção na cidade que, além disso, dão conta claramente da influência norte-americana nos urbanistas locais. Um, data do *City Beautiful Movement* (o projeto de centros cívicos), o outro resgata a atuação urbanística mais recente nas grandes cidades dos Estados Unidos (o *zoning*). Dos dois, é este último o que provoca mais discussão, principalmente em torno dos quatro trabalhos apresentados sobre o tema²⁴.

Incumbiu particularmente a A. Guido, um dos autores do Plano Regulador e de Expansão de Rosário, expor as vantagens desse novo instrumento de ordenação. O *zoning* é apresentado como a instância mais importante do plano regulador, como o primeiro grande capítulo que define o caráter da organização funcional da cidade, tal como já havia sido apresentado na Conferência de Higiene Social. O crescimento vertiginoso da população urbana que se distribui no interior da cidade sem ordem nem previsão é a causa dos inúmeros defeitos que sofrem as cidades desta época. “Se este aspecto foi grave na Europa, o caso americano e especialmente o argentino são singularmente maiores” (MSA, 1935:262). Argumento mais do que suficiente para propor a difusão das idéias deste novo instrumento por todo o país e assim fazer com que as autoridades municipais ditem as ordens necessárias para que seja colocado em prática.

Do mesmo modo que o *zoning* aparece diretamente vinculado ao plano regulador, chegando, por vezes, a confundir-se com ele, outro instrumento aparece também consagrado definitivamente: o expediente urbano. À maneira do *civic survey* ou do *dossier urbain*, o expediente urbano era entendido como a soma prévia de conhecimentos necessários à elaboração do plano: “não se concebe plano regulador sem expediente urbano” (Guido, 1935:277). Assim, completa-se a tríade clássica do urbanismo argentino que orientou a intervenção na cidade durante mais de cinquenta anos: o expediente urbano (estudo e diagnóstico da situação da cidade), o plano regulador (orientação geral do crescimento da cidade), a zonificação (distribuição de atividades por zonas especializadas).

Esse congresso da disciplina coloca a discussão sobre o urbanismo em termos diferentes dos termos dos congressos anteriores. Nessa oportunidade, todo o debate é estritamente disciplinar e não fica colocado em função do antagonismo entre setores diversos, razão pela qual os instrumentos de intervenção que tinham começado a se insinuar nos outros fóruns de discussão podem ser consagrados definitivamente. Por ser um congresso estritamente disciplinar, praticamente desaparece qualquer conotação social do discurso dos especialistas. A preocupação pela questão social já estava incorporada ao discurso dos especialistas, com o objetivo de legitimar e institucionalizar a disciplina, motivo pelo qual, em um debate entre pares, não ser necessário recordar que fazia parte dos fins específicos do urbanismo.

Quatro congressos onde a disciplina é convocada para discutir sobre os problemas da moradia e da cidade. Quatro oportunidades que os especialistas têm para pôr à prova sua capacidade para promover os princípios e os instrumentos de uma nova especialidade. Em princípio, os novos “especialistas” são convocados para avaliar solicitações de outros setores. Nesses casos, a questão instrumental própria do urbanismo começa a ser enunciada, adquirindo maior peso, ao contrário, o discurso do interesse pelo social. A questão instrumental se afirma quando a disciplina é convocada para discutir seus próprios temas e não os interesses conjunturais de outros setores. O Primeiro Congresso Argentino de Urbanismo é um claro exemplo disso.

Dessas quatro instâncias de debate, as duas primeiras foram organizadas pelo Museu Social; na terceira, teve participação ativa, e, a quarta, foi iniciada pelo Museu e derivada para outra instituição “amiga”. Corresponde então ao Museo Social Argentino haver criado as únicas instâncias de discussão da disciplina durante os quinze anos que vão de 1920 a 1935. No caso da moradia e do urbanismo, o Museo

Social, do mesmo modo que em outras questões, acompanha um processo de transformação social que ocorre no país e procura fazer com que essa mudança se oriente para uma reforma modernizadora do aparelho estatal. Segundo as ocasiões, atuará em função da conjuntura ou de acordo com uma visão mais estratégica. Assim, por exemplo, o Primeiro Congresso de Habitação acontece num momento de profunda crise da indústria da construção, como consequência dos efeitos econômicos da Primeira Guerra; por outro lado, o Congresso Internacional de Economia Social surge como um instrumento para avaliar sua proposta de reforma social.

Paralelamente à atividade do Museo Social, vai-se formando uma espécie de pensamento social no urbanismo que, em determinada oportunidade, aparece definido como “urbanismo social”. Suas principais preocupações: a regulamentação da construção de acordo com princípios higiênicos, o controle da expansão da cidade, o controle das condições de vida nos cortiços, a zonificação. Nenhuma destas consegue sua consagração em lei federal que obrigue os municípios a adotá-las. Apesar do fracasso na tentativa de consagrar legalmente estas questões, pertence ao Museo Social o mérito de haver atuado como veículo para sua formulação e difusão.

NOTAS

1. Para um aprofundamento desse tema em relação ao caso particular da cidade de Rosário, ver: Bragos, 1993.
2. A formação do Museo Social Argentino deve-se, fundamentalmente, ao impulso de Tomás Amadeo, que, durante a primeira década deste século, viaja à França, permanecendo nesse país durante dois anos, quando entra em contato com o Museo Social de Paris. Ao retornar, são publicados os artigos mencionados no texto.
3. A participação de estrangeiros no Museo Social é muito reduzida. Só 13% de seus sócios fundadores nasceram em outros países e não se pode dizer que sua chegada à Argentina seja nas mesmas condições que as do restante dos imigrantes. A maioria dos estrangeiros que participaram do Museo Social eram profissionais, escritores e comerciantes.
4. A União Cívica é o partido político mais antigo da Argentina: foi fundado no final do século XIX. Ligado à oligarquia, mas com um discurso que promove a modernização do país junto com um aprofundamento

democrático em sua vida política, congrega, em seu seio, boa parte do pólo anticonservador, que luta pela transformação democrática. Posteriormente, produz-se, dessa organização, um desprendimento formado sob a denominação de União Cívica Radical, tal como é reconhecida atualmente.

5. A respeito de uma lista de 119 sócios fundadores, obtém-se a seguinte composição: 18% correspondem a senadores, deputados e funcionários de primeiro escalão do governo federal, 29% a funcionários da prefeitura de Buenos Aires e de segundo escalão do governo federal, 28% a professores universitários, 10% a professores secundários, 6% a artistas, 6% a fazendeiros e, por último, 3% a industriais e comerciantes. Deve-se levar em conta que os sócios que ocuparam cargos legislativos em grande parte foram também professores universitários e que, além disso, muitos deles também ocuparam cargos de primeiro escalão em diversas áreas do governo federal.

6. Ao converter-se num instituto universitário, o Museo assume o nome de “Museo Social Argentino, Instituto de Informação, Estatística e Ciências Sociais”.

7. Tanto o terreno quanto a construção do edifício são entregues gratuitamente em retribuição pelos “serviços prestados” pelo Museo. Entre eles, deve ser mencionada a tarefa de seleção de pessoal para a prefeitura e o governo federal (condutores de bondes, membros de organismos de segurança) que o Museo realizava por meio do seu Instituto Psicotécnico, depois de orientação profissional.

8. O Museo Social Argentino funciona atualmente como Universidade do Museo no mesmo edifício construído em 1939. Adquire essa denominação e atividade em 1956, depois da intervenção a que sua direção esteve submetida pelo governo federal desde 1949. Praticamente nenhum dos institutos formados no Museu continua funcionando atualmente, sendo que alguns deles têm existência legal, mas não real.

9. O Museo é fundado no mesmo ano em que se sanciona a lei do sufrágio universal e seis anos antes da “reforma universitária”, dois fatos relevantes que contribuem notavelmente para a democratização do país.

10. De acordo com a retórica do discurso da elite do país, a Argentina já se encontrava entre os países mais desenvolvidos, situação que conseqüentemente a obrigava a se comportar como tal. Nesse sentido, afirmava-se que: “A República Argentina chegou a uma posição culminante, até colocar-se no mesmo nível dos grandes países europeus.

Mas esta posição eminente nos obriga a certos deveres de representação; as grandes nações com que mantemos relação de igualdade exigem que decorremos nossa vida pública com todo tipo de excelências” (MSA, 1912:5).

11. A imigração era um problema fundamental no momento da fundação do Museo. Em 1903, o número de imigrantes que ingressou no país foi de 75.000; em 1906, de 252.000 e, em 1912, de 323.000. A maioria deles se fixou nas grandes cidades do litoral, Buenos Aires e Rosário, em particular.

12. As condições de trabalho preocupavam na medida em que, até a data de fundação do Museo, a legislação a respeito, apesar de vários projetos apresentados, só consistia numa lei sobre o descanso dominical (1905) e outra sobre o trabalho de mulheres e crianças (1907).

13. Os artigos aos quais se refere são: “Dos grandes avenidas en Buenos Aires”, “La quinta Olivera y el futuro parque” e “La cuestión de la vivienda. Casa para obreros”.

14. Refere-se à lei 6977, sancionada pelo Congresso Nacional em 1915.

15. A Primeira Conferência Nacional de Assistência Social foi organizada pelo Ministério de Relaciones Exteriores e Culto. Os representantes do Museo Social em sua organização foram Tomás Amadeo (secretário geral), a cargo da primeira seção da conferência (Coordenação da assistência social oficial e privada em toda a República) e Júlio Iribarne (presidente), a cargo da segunda seção (Serviço social).

16. A quarta seção (Urbanismo social) foi presidida por Juan F. Cafferrata, presidente da Câmara de Deputados da Argentina e que, vinte anos atrás, promovera a sanção da lei de criação da Comissão Nacional de Casas Populares, e teve como vice-presidente Gregorio Aráoz Alfaro, um prestigiado médico e professor universitário que se destacou por sua ação contra a tuberculose e que, além disso, era membro ativo do Museo Social.

17. Quando, em relação à situação dos setores da população de baixa renda, afirma-se que “... os princípios de justiça (...) abrem caminho na legislação e nas classes superiores...” está se demonstrando que existe uma vontade por parte dessa elite de tentar dar uma resposta aos problemas sociais aceitos como tais (Cafferata, 1933: 93).

18. O cortiço era a causa não só de doenças físicas, mas também de “doenças morais”. Por isso, além da prostituição, atribui-se ao cortiço o alcoolismo: “O alcoólatra vai ao bar porque o barraco o afugenta e

busca esquecer pelo álcool a vida miserável do cortiço” (Cafferata, 1933:94).

19. Esta idéia é amplamente compartilhada, entre outros, por Benito Carrasco, um engenheiro de atuação destacada no urbanismo nascente. Para ele, a criminalidade não se resolve com repressão policial, mas, sim, com medidas preventivas, suprimindo as causas dos “males”; uma delas, a moradia em mau estado (Carrasco, 1934).

20. Em 1933, o governo federal é presidido pelo General Justo, que assume o cargo em 1932, dando continuidade à série de governos conservadores que se inicia em 1930 com o golpe de Estado promovido pelos militares.

21. Opinião que também era consenso, incluindo, entre outros, Benito Carrasco, que, citando um deputado francês, diz que dando moradia saudável é que se combate efetivamente o consumismo (Carrasco, 1934).

22. Os primeiros “especialistas” entendem que sua tarefa consiste em conscientizar a população divulgando as idéias do urbanismo. A respeito, vale lembrar que o urbanista francês D. A. Agache, por exemplo, considerava sua estadia no Rio de Janeiro para elaborar o plano diretor dessa cidade uma “missão” cuja finalidade era “fazer propaganda do urbanismo” e, portanto, reunir a maior quantidade possível de aderentes a essa “nobre causa” (Agache, 1929).

23. A respeito, deve-se levar em conta que o Museo Social Argentino nunca se constituiu num centro de reunião dos especialistas em urbanismo.

24. Os trabalhos apresentados na comissão “História e evolução urbanas” referentes ao *zoning* são: “Princípios de zoneamento” (D. Iribarne), “*Zoning* e regulamento funcional” (J. Kálnay), “Como se estuda o *zoning* nos Estados Unidos” (B. J. Carrasco) e “Cidade Industrial” tipo (A. Guido). Tanto A. Guido quanto B. J. Carrasco já eram conhecidos por seus argumentos em prol da adoção do *zoning* como instrumento de controle do crescimento.

BIBLIOGRAFIA

Agache, D. A. (1929): *Cidade do Rio de Janeiro. Extensão — Remodelação — Embelezamento*. Paris, Foyer Brésilien Editeur.

- Bragos, O. (1993): *A formação e difusão das idéias do urbanismo na Argentina. O caso da cidade de Rosário entre 1920 e 1930*. Rio de Janeiro, IPPUR-UFRJ (tese de mestrado).
- Cafferata, J. F. (1933): “Discurso inaugural”. In *Primeira Conferência Nacional de Higiene Social*, Buenos Aires.
- Carrasco, B. J. (1935): “Como se estudia el ‘zoning’ en Estados Unidos”. In *Primeiro Congresso Argentino de Urbanismo*, Buenos Aires.
- _____. (1934): “El urbanismo contemporáneo es una cuestión de carácter social”. In *Boletín del Museo Social*.
- Contand-Delpech, M. E. (1912): “El Museo Social Argentino”. In: *Boletín del Museo Social*.
- Fernandez Basualdo, G. (1933): “Urbanismo”. In: *Primeira Conferência Nacional de Higiene Social*, Buenos Aires.
- Fernandez, D. e Trebino, C. A. (1933): “Urbanismo social”. In: *Primeira Conferência Nacional de Higiene Social*, Buenos Aires.
- Franco, P. E. (1933): “La vivienda y la cooperación. Cooperativas de casas-habitación”. In: *Primeira Conferência Nacional de Higiene Social*, Buenos Aires.
- Guido, A. (1935): “Ciudad industrial tipo”. In: *Primeiro Congresso Argentino de Urbanismo*, Buenos Aires.
- Iribarne, D. (1935): “Principios generales de zonización”. In: *Primeiro Congresso Argentino de Urbanismo*, Buenos Aires.
- Kalnay, J. (1935): “Zoning y reglamento funcional”. In: *Primeiro Congresso Argentino de Urbanismo*, Buenos Aires.
- Museo Social Argentino (1920): *Primeiro Congresso Argentino de Habitação* (relatórios das comissões de municipalismo e estatística, de ação social, de legislação, de economia e de construção).
- Museo Social Argentino (1935): *Primeiro Congresso Argentino de Urbanismo* (debate da comissão de história e evolução urbanas).
- Vautier, E. (1933): “El urbanismo y la asistencia social”. In: *Primeira Conferência Nacional de Higiene Social*, Buenos Aires.
- S/a (1912): “Orígenes y desenvolvimiento del Museo Social Argentino”. In: *Boletín del Museo Social*.

Parte IV

Transferências e traduções

Camillo Sitte, Camille Martin e Saturnino de Brito: traduções e transferências de idéias urbanísticas

Carlos Roberto Monteiro de Andrade

Professor do Departamento de Arquitetura e Construção
da Escola de Engenharia de São Carlos-USP.

As ressonâncias do livro de Camillo Sitte '*Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*'¹, publicado em Viena, em 1889, foram decisivas no urbanismo moderno nascente. Principal libelo contra a redução da cidade a um objeto técnico, o livro de Sitte, embora negando a intenção de qualquer polêmica e pretendendo ser apenas o resgate de um saber tradicional que as massas modernas haviam perdido, defende, com ardor, a concepção da cidade como obra de arte. Argumentando contra o isolamento dos edifícios e a abertura descomunal dos espaços, frutos das reformas urbanas da segunda metade do século XIX, Sitte será pioneiro na denúncia do esvaziamento dos espaços abertos, promovido pelos urbanistas modernos, apontando o surgimento de uma nova doença — a agorafobia — decorrente da desertificação dos lugares públicos.

Por outro lado, os principais reformadores sociais que atuaram no âmbito da cultura urbanística, nas primeiras décadas do século XX, irão se apropriar das concepções sitteanas, interpretando-as segundo conveniências práticas e teóricas, para justificarem suas escolhas técnicas e as soluções urbanísticas adotadas. Da Inglaterra, com as realizações pioneiras do tipo cidade-jardim por Raymond Unwin, às proposições dos membros da *Société Française des Urbanistes*, as idéias sitteanas também chegarão até o Brasil. Aqui, marcarão, sobremaneira, as concepções dos primeiros urbanistas modernos brasileiros, entre eles o engenheiro sanitarista Saturnino de Brito (1864-1929), responsável, ao longo de toda a República Velha, por dezenas de planos de saneamento, melhoramentos e expansão das principais capitais e cidades brasileiras², como Campinas e Santos, no Estado de São Paulo, Recife, capital do Estado de Pernambuco, Curitiba, capital do Estado do Paraná, João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, inúmeras cidades do Rio Grande do Sul, entre outras não menos importantes.

No entanto, as concepções de Sitte serão conhecidas, na maior parte dos casos, tanto entre os primeiros urbanistas franceses quanto por Brito, através da tradução para o francês feita pelo arquiteto suíço Camille Martin, publicada em 1902, com o título *L'Art de Bâtir les Villes — Notes et réflexions d'un architecte*³ e reeditada em 1918. Pretendendo “completar” as formulações sitteanas⁴, Martin, de fato, reescreve longos trechos do livro de Sitte, eliminando referências ao barroco e introduzindo exemplos medievais, ou mesmo enfatizando mais as ruas que as praças como espaços significativos da cidade, a ponto de redigir um capítulo exclusivo sobre ruas no lugar do capítulo original sobre praças do norte da Europa⁵.

Sabemos que Sitte não desautorizou a tradução de Martin, ainda que tal atitude não deixe de ser ambígua. No entanto, se não houve ambigüidade no comportamento de Sitte frente a uma versão bastante modificada de seu texto, o que tornou possível sua aceitação? Eis, de imediato, uma questão que a historiografia deve enfrentar, sob risco de não esclarecer o modo pelo qual os princípios morfo-tipológicos de traçado urbano, formulados por Sitte, foram incorporados, transferidos e traduzidos por uma ampla gama de urbanistas reformadores, dos engenheiros sanitaristas a membros dos CIAM, passando pelos sócios da SFU e pelos arquitetos das cidades e subúrbios-jardim europeus e americanos.

O fato é que a tradução de Martin, embora tenha sido a que mais amplamente divulgou o pensamento de Sitte, sobretudo antes da Segunda Grande Guerra⁶, não deixou de suscitar interpretações equivocadas

das suas idéias, como foi o caso — polêmico e notório — de Le Corbusier no livro *“Urbanisme”*⁷, de 1924. Também Saturnino de Brito, que leu a tradução de Martin já em 1905, apropriou-se dos princípios sitteanos segundo uma interpretação muitas vezes duvidosa, como veremos mais adiante. Sugere esta leitura algumas de suas concepções urbanísticas expostas no livro *Le Tracé Sanitaire des Villes*⁸, escrito em 1915/1916 para a Exposição da Cidade Reconstituída⁹, realizada em Paris no mesmo ano e promovida pela *Association Générale des Hygienistes et Techniciens Municipaux*, da qual Brito era um *“membre d’honneur”*.

O objetivo do texto que segue é analisar como algumas das concepções sitteanas foram reinterpretadas por Camille Martin e por Saturnino de Brito, adequando-se a situações históricas diversas e subsidiando a elaboração de inúmeros planos de melhoramentos e expansão no bojo do movimento de reforma urbana implementado pelos pioneiros do urbanismo moderno. Interessa-se verificar de que modo um discurso teórico de cunho romântico, em defesa da cidade como objeto estético e propugnando o caráter coletivo de sua construção, valorizando o pinturesco na paisagem urbana, ressoou em cidades fora da Europa. O que tornou possível as idéias urbanísticas sitteanas serem utilizadas tanto por um engenheiro sanitarista na elaboração de seus projetos de saneamento para dezenas de cidades do Brasil quanto por arquitetos desenhando cidades coloniais no norte da África, ou, então, para paisagistas traçarem os subúrbios que marcarão a (des)urbanização dos EUA?

Sitte e Martin: notas sobre uma tradução

Um dos primeiros autores a comentar a tradução francesa que Camille Martin faz do texto sitteano foi o arquiteto paisagista norte-americano Elbert Peets, num pequeno ensaio sobre o arquiteto vienense para um número da *Town Planning Review* de 1927. Peets, então, observa que *“a french version of the book, considerably modified especially as to the illustrative material”* havia sido feita e registra o fato de que na segunda edição de 1918 — *“ascribed to the need of guidance in reconstruction”*¹⁰ — não se fazia referência à nacionalidade de Sitte. Ironicamente, afirma um pouco adiante: *“Almost pathetically, plans for rebuilding villages destroyed by the Germans have been made by French architects in a style which the Germans invented thirty years ago and which they have now abandoned, under the influence of the fine French designing of the eighteen century”*(145).

Mas por trás de seus comentários aguçados sobre a apropriação

das concepções sitteanas pelos franceses, o que Peets talvez esteja a nos sugerir diz respeito à fluidez como idéias urbanísticas circulam, atravessando situações urbanas as mais distintas, ressoando com suas formas-tipo, que se podem adequar a condições histórico-culturais diversas. Para que a mudança de significados apontada por Peets pudesse acontecer, ou, então, para que fosse possível a fusão de idéias pinturescas de desenho urbano, com concepções racionalistas de construção da cidade, a tradução de Martin talvez tenha sido indispensável. Assim, ao invés de questioná-la, em nome de uma tradução fiel às formulações originais de Sitte em alemão, preferimos ler a tradução de Martin no que ela vale por sua invenção, sua (re)criação de um outro texto, portanto, também, de uma outra teoria urbanística.

Talvez uma nova teoria urbanística, com certeza impregnada de princípios sitteanos, mas onde a idéia de plano e, em especial, de plano de expansão, adquire uma forte preponderância, oferecendo aos engenheiros sanitaristas, técnicos municipais, geômetras e topógrafos responsáveis por projetos de saneamento ou pelo desenho de novas áreas de expansão das cidades, ou então aos arquitetos ou engenheiros-arquitetos que elaboravam planos de melhoramentos e embelezamentos, a possibilidade de conciliação entre a arte e a técnica, constituindo uma nova figura profissional, que funde o artista ao engenheiro e, por intermédio deles, exigências estéticas com necessidades funcionais.

Os Collins, em seu importante ensaio sobre Sitte e sua obra, também destacaram as singularidades da tradução francesa de *Der Städtebau*. O casal de historiadores do urbanismo é implacável com Martin quando comentam: “É triste ter que dizer que a versão francesa é um livro completamente diferente e não apenas pobremente traduzido, mas sim que realmente enuncia idéias diametralmente opostas aos princípios de Sitte. Nada mais se fez para confundir o nome de Sitte com as superficiais técnicas pinturescas de seus seguidores. De fato, se temos em conta a amplíssima distribuição da versão francesa, é difícil imaginar um crime mais odioso perpetrado contra o autor do livro por seu tradutor” (80). Peets já alertava para tal leitura perversa do texto sitteano, quando chama a atenção para o fato de que, embora Sitte tenha ilustrado seu livro com “planos góticos irregulares”, não havia deixado de destacar “*the fine quality of the Baroque work*” (146). No entanto, “*in practice, the designers of the Sitte school ignored the Baroque and developed a version of medieval growth planning, though it is a very marked stylistic version that cannot for a moment be mistaken for its prototype*” (146). Esta mesma crítica é reiterada pelos Collins, que reconhecem o pioneirismo das análises de Peets, embora ques-

tionando a leitura que o paisagista norte-americano, juntamente com Werner Hegemann, em *The American Vitruvius*, fazem de Sitte. Se houver perversidade ou não na tradução de Martin, o que é inegável é o fato de Sitte ser conhecido principalmente por essa versão francesa, o que irá conferir ainda maior importância à leitura de Martin. Assim, algumas questões precisam ser recolocadas para que as ressonâncias sitteanas possam ser melhor esclarecidas. Por trás do expurgo que Martin faz do barroco — que, em parte, pode-se explicar pela animosidade da França pós-Revolução com o estilo dos imperadores — o que se esconderá além do ideal da pequena comunidade medieval com seu assentamento de casas rarefeitas, dispostas em ruas curvas?

Uma omissão dos exemplos germânicos, sugerem os Collins, reiterando Peets. Mas esta hipótese pode ser questionada, pois, afinal, Martin acrescenta ao último capítulo, quando Sitte dá um “exemplo de reforma urbana segundo princípios artísticos”, além dos estudos para um trecho da *Ringstrasse*, conforme o texto original, os projetos ou fragmentos de planos de expansão para as cidades de Dessau, Munique e Darmstadt, elaborados respectivamente por C. Henrici (175), Th. Fischer (178) e F. Puetzer (179). Encerrando suas “complementações” ao livro de Sitte com três exemplos recentes da urbanística alemã, Martin não pode ser exatamente taxado de antigermânico, como sugerem os Collins, devendo sua substituição dos exemplos barrocos pelos medievais ser reputada a outros fatores.

A ênfase que Martin dá às ruas é outro aspecto marcante de sua versão e nos dá indicações sobre a teoria urbanística subjacente à sua tradução. Ao desviar a atenção da praça para a rua, Martin põe em foco um novo espaço urbano, nem os eixos barrocos com suas dimensões desmedidas nem, tampouco, a morfologia labiríntica da cidade medieval. O que Martin sugere como desenho, e as ilustrações que introduz são reveladoras, é a rua suavemente curva de um plano de expansão urbana, não necessariamente a paisagem conectiva da arquitetura de edifícios construídos paulatinamente ao longo da História.

Sua interpretação de Sitte apresenta uma resposta a uma questão considerada de modo ambíguo ou, pelo menos, não muito preciso, em *Der Städtebau*: a do crescimento urbano e a necessidade de expansão da cidade. Não que Sitte não tivesse em mente a possibilidade de emprego de seus princípios morfológicos em projetos de novos assentamentos residenciais para áreas de expansão urbana. Embora referindo-se ao assunto e apesar de ter feito projetos desse tipo, Sitte dá exemplos em seu livro, fundamentalmente, de espaços representativos da cidade, lugares públicos, como as praças que ele propõe ao longo

da *Ringstrasse*. Há claramente em Sitte uma hierarquização dos espaços urbanos, privilegiando alguns, ao elevá-los à categoria de obra de arte, em detrimento de outros estritamente funcionais. Dizia ele: “O artista necessita apenas de algumas praças e ruas principais para alcançar seus objetivos, e todo o restante ele lega, com satisfação, ao tráfego e às necessidades materiais e cotidianas”. Em *Der Städtebau*, os espaços habitacionais não têm a mesma importância que as praças históricas dos centros tradicionais. De certo modo, com sua tradução completada, Martin desloca o espaço urbano privilegiado por Sitte — e seu principal objeto de análise, que é a praça — para a rua ou a avenida, adequando os princípios sitteanos às exigências de elaboração de projetos de cidades novas — cidades fabris e cidades-jardim — ou, então, de áreas de expansão urbana, quase sempre assentamentos residenciais, como os subúrbios-jardim que se disseminarão pelos países europeus e pelos Estados Unidos.

No livro de Raymond Unwin, *Town Planning in Practice*¹¹, publicado em 1909, embora fazendo apologia do pensamento sitteano, encontramos o que foi talvez a primeira obra teórica que sistematiza e realiza a passagem do centro, como objeto de atenção, para as áreas de expansão urbana, os novos subúrbios-jardim, dando-lhes uma dignidade arquitetônica e urbanística que Sitte ainda não lhes conferia. Se é possível vermos em Sitte a pretensão de propor a praça como mecanismo de reação poética no âmbito das metrópoles emergentes da virada do século, como *locus* que deve representar a vida da comunidade pela originalidade e caráter acolhedor de sua forma¹², em Unwin, é o subúrbio-jardim que passa a ser a sede da vida comunitária, da qual a “*public art*” deve ser a expressão. A concepção do fragmento da cidade como obra de arte, cuja forma propicia a transformação de um certo espaço hipetro em um lugar público, adequa-se às realizações do movimento pela cidade-jardim com seus enclaves residenciais, reafirmando, ainda que em outra escala, o isolamento que Sitte criticava.

É importante, entretanto, observar que Unwin também utilizava a versão francesa do livro de Sitte, o que leva a acentuar o medievalismo presente em *Der Städtebau*. Assinalando o risco de se adotar os princípios sitteanos sem se considerar as características topográficas do sítio, ou por mero capricho, Unwin, no entanto, preconiza uma irregularidade moderada e controlada por eixos estruturadores da trama urbana, como adotará em seus projetos urbanísticos. De qualquer modo, com seu enfoque sobre o projeto de bairros, Unwin terá seu livro transformado num dos mais influentes manuais de desenho urbano para projetistas de lo-

teamentos ou pequenas cidades, contribuindo decisivamente para a difusão internacional do tipo cidade-jardim.

A ampla ressonância da idéia de cidade-jardim já estava, de certo modo, anunciada pelo próprio Sitte, em particular no seu ensaio “O verde na metrópole”, incluído como apêndice a *Der Städtebau*, a partir da 4ª edição, de 1908, ao afirmar que “sem recorrer à natureza, a cidade seria um calabouço fétido”. Do mesmo modo, Léon Janssely, no “*avertissement*” que escreve para a versão francesa do livro de Unwin¹³, observa que “*La recherche d’harmonie avec le cadre naturel, le site, avec le caractère local qu’on exige de l’urbaniste sont des faces nouvelles du problème de l’art urbain*”, ou, então, numa tradução livre, “O urbanismo moderno tende a reaproximar o homem urbano da natureza, a colocá-lo em melhor contato com ela, e a melhor associar sua vida”, amplificando mais ainda a idéia de cidade-jardim, formulada pelos ingleses, no âmbito da cultura urbanística francesa¹⁴.

Na sinopse que Hegemann e Peets fazem de *Der Städtebau* em seu *American Vitruvius*¹⁵, em substituição à ausência de uma tradução para o inglês, como observam os dois autores, a versão utilizada também foi a francesa, na sua edição de 1918¹⁶. Entretanto, eles parecem querer atenuar a goticismo acentuado por Martin, ao afirmarem: “*Sitte also feels that the modern architect has to look for inspiration to the period of the Renaissance and the ‘Baroque’ because these periods, like Hellenistic and roman antiquity, and much more so than the Gothic age had to conceive large plans for immediate realization, very much in contrast to the slow, almost vegetable, growth of civic building during the Middle Ages*” (18). Hegemann e Peets vão mais longe ainda ao dividirem os seguidores de Sitte em dois tipos: os defensores do “informal” e do pinturesco — “*did much very poor work*” e “*the intelligent flowers of Camillo Sitte*” — que se voltam para a arte do Renascimento, entre os quais mencionam Unwin, Abercrombie, Brinckmann, Gurlit e Ostendorf. No mesmo sentido, as páginas do *American Vitruvius* incluirão três planos de áreas de expansão urbana elaborados por Sitte para as localidades de Olmutz, Teplitz e Marienberg (23) e que haviam sido expostos na Exposição de Berlin de 1910 por seu filho Siegfried Sitte, como uma demonstração de que seu pai não era contrário às ruas retas. Adiantavam-se, assim, em responder as críticas que as idéias sitteanas receberão, sobretudo, das tendências corbusianas dos membros dos CIAM.

Vale assinalar, por outro lado, que contrariamente a abordagens como a dos arquitetos espanhóis do GATEPAC, que recusavam Sitte, fazendo coro às críticas corbusianas de *Urbanisme*, os arquitetos nór-

dicos, como Aalto e Saarinen, ou o italiano Giovannoni, incorporavam os princípios sitteanos de um modo próximo ao de Hegemann e Peets, oferecendo, pois, uma leitura alternativa da versão de Martin. O classicismo presente tanto na cultura arquitetônica nórdica como na tradição da “*civic art*” norte-americana, ou entre os arquitetos italianos do entre-guerras, verá um Sitte bem distinto daquele oriundo da tradução francesa. Mas esse mesmo classicismo parece também estar presente nos projetos dos membros da SFU, como é o caso de Agache, Jausseley ou Prost. E também elementos de um traçado clássico estão presentes no plano que Saturnino de Brito fez para a Cidade de Santos, em 1904. E, ainda, por trás desses projetos, talvez esteja o plano de L’Enfant para Washington, anunciando em solo americano a conciliação entre as tradições racionalista e pinturesca. Como destaca Tafuri: “Não é por acaso que L’Enfant desenha um plano que vê sobrepor-se o esquema do *quadrillage* àqueles então de vanguarda, sugeridos pelo jardim francês de Le Nôtre, pelo plano de Wren para a cidade de Londres, para a Karlsruhe setecentista, pela fantástica Paris de Patte”¹⁷.

O Traçado Sanitário das Cidades¹⁸

Escrito por um engenheiro civil chamado a elaborar projetos de saneamento para cidades brasileiras, e que sentira necessidade de pôlos de acordo com as futuras expansões da cidade, através de “*plans d’ensemble*”, o objetivo principal do livro de Brito será a definição de um plano para a cidade, onde seu futuro estivesse inscrito. Ele incorpora esta meta como uma necessidade objetiva, que se impõe ao técnico de saneamento obrigando-o a exercer uma atividade que caberia ao arquiteto urbanista ou ao planejar urbano. Ainda no prefácio, assim afirmava: “Instintivamente, compreende-se que mais vale fazer algo nesta orientação orgânica do que nada fazer e deixar a expansão das cidades depender do acaso, dos caprichos dos proprietários e das administrações locais.”

Formulando uma visão holística do meio urbano e representando a cidade como um organismo em expansão, Brito divide o crescimento das cidades em três fases, correspondentes, até certo ponto, aos três estados da evolução intelectual da humanidade, fixados pela filosofia comtiana¹⁹. A primeira delas é denominada pelo acaso e parece corresponder ao lento processo de expansão das cidades coloniais brasileiras²⁰, onde o capricho dos proprietários não resultara, segundo Brito, num traçado artístico. Na segunda fase de crescimento da cidade, já

consolidada a situação fundiária, vigoram os interesses particulares, que promovem uma especulação do solo urbano, sobretudo nas áreas centrais, e detêm o controle sobre as decisões das administrações locais. Esta etapa corresponde, de certo modo, às condições urbanas descritas por médicos e higienistas, nas últimas décadas do século XIX, ao estudarem cidades como Rio de Janeiro, Recife e Santos, em que o rápido aumento e adensamento populacionais criaram condições de insalubridade urbana, favorecendo a proliferação de doenças epidêmicas. Após essas fases viciosas do crescimento das cidades, a realização de um vasto programa de obras de saneamento, segundo um plano geral, garantido por uma legislação adequada, possibilitaria a cidade atingir a última fase de seu crescimento, a cidade ideal da utopia sanitária — a cidade como um corpo são e belo.

A expansão urbana imprevisível, bem como o predomínio dos interesses particulares — que constituem, para Brito, as características principais das duas primeiras fases de crescimento do organismo citadino — eram considerados os fatores responsáveis por cidades insalubres e desordenadas. Contra o acaso, Brito propugna o plano de conjunto da cidade, o qual prevê sua expansão e projeta as obras de saneamento, bem como outros melhoramentos urbanos. Porém, Brito entendia que um plano só se poderia impor se tivesse a força de uma lei; daí dedicar boa parte de um dos três capítulos de seu livro à questão da legislação, quando analisa a “*Loi Cornudet*”, então em vias de ser adotada na França, tornando obrigatória a toda cidade com mais de dez mil habitantes elaborar um plano de ordenação (*aménagement*), de embelezamento e de expansão.

Sem se pretender um urbanista, assim Brito resumia a finalidade de sua obra teórica: “Expor algumas notas sobre o traçado das cidades do ponto de vista sanitário, de maneira que se faça concordar o esquema do plano a traçar e a topografia do terreno, para facilitar consideravelmente os projetos de esgotos e permitir economizar muito nos trabalhos de construção e mesmo na exploração”. As referências ao livro de Sitte aparecem logo em dois subtítulos do primeiro capítulo de *Le Tracé Sanitaire des Villes* — “A arte de construir cidades” e “As cidades antigas e as cidades modernas” — e prosseguem ao longo do texto.

No entanto, as ambigüidades da leitura que Brito faz de Sitte já se fazem presentes no início do primeiro capítulo, quando afirma que Sitte faz “a propaganda contra o abandono da expansão das cidades modernas ao acaso, às conveniências do momento, sem planos de conjunto, e contra os traçados geométricos, em tabuleiros retangulares,

praticados de uma maneira rígida, arbitrária e, às vezes, absurda”. Se, sem dúvida, Sitte posiciona-se contra os traçados urbanos rígidos e geométricos, em especial os que não consideram os aspectos pinturescos da cidade, sua “propaganda” em defesa do plano como antídoto ao crescimento urbano espontâneo já não nos parece tão evidente assim.

Senão vejamos: acompanhando a argumentação de Sitte na explicação da irregularidade de planos de cidades antigas, Brito cita-o: “Pois não é nem o acaso nem o capricho de um indivíduo que criam ulteriormente belas praças e belos edifícios, sem plano de parcelamento, sem concurso e sem cuidado aparente. Sua criação não é fortuita, cada particular agia a seu grado, mas todos obedeciam, sem o saber, à tradição artística de sua época. Esta era tão bem fundada que apenas inspirava obras perfeitas”(35). Para Brito, endossando integralmente as idéias sitteanas, não era o acaso que regia a construção de cidades na Antiguidade, mas sim a “tradição artística sempre viva em todo o povo” (36). Se, para ele, o acaso na cidade antiga não comprometia sua beleza e harmonia, na cidade moderna, entretanto, o acaso provocaria a desordem, com cada particular construindo à sua maneira, pois, como uma perda que atingiu o homem urbano moderno, “as tradições artísticas não estão mais solidamente enraizadas nas massas” (36).

Apenas afirmando os defeitos de um crescimento urbano ao acaso, as citações que Brito faz de Sitte, ao apontar a perda do sentimento artístico das massas modernas em relação às cidades de sua época, não chegam a fazer uma defesa do plano como instrumento de ordenação do crescimento das cidades. Parecem mais servir de fundamentação teórica às proposições de Brito no calor da polêmica²¹ do que propriamente uma aplicação estrita dos princípios sitteanos. Desses, alguns são empregados, outros não, e a versão de Martin já sugeria, por sua ênfase em certas idéias — como a da irregularidade das ruas — os princípios a serem adotados.

Na última citação que Brito faz de Sitte, manifestando-se contra o acaso, lemos apenas: “É preciso, a todo custo, formular as reivindicações artísticas de uma maneira positiva. Pois não se pode mais confiar no sentimento geral que não se importa com a beleza” (36). Curiosamente, Brito interrompe a citação exatamente no trecho em que Sitte, completando seu raciocínio, afirma: “É preciso necessariamente estudar as obras do passado e substituir a tradição artística perdida pela investigação das causas da beleza das criações dos an-

tigos”, sem fazer qualquer referência mais explícita à necessidade do plano.

Quando Sitte fala na palavra plano, pensando no projeto de um novo bairro — ele não considera o caso de uma cidade nova — afirma: “Não se pode começar o plano de distribuição de um novo bairro (se se é guiado por preocupações artísticas) senão após ter tido uma idéia do que ele se tornará, quais edifícios públicos e quais praças ele conterá. É preciso, pois, fazer uma sorte de cálculo de probabilidade a fim de se dar conta da tarefa”. Ou, ainda, quando na versão original de seu texto, Sitte chega a afirmar: “Nos últimos decênios, o evidente fracasso na expansão de numerosas cidades é prova suficiente da necessidade de previsão efetiva de alguns elementos”. Para concluir: “O loteamento mecânico de um terreno já foi reconhecido como inadmissível no aspecto estético e a defesa de uma maior liberdade no processo de construção demonstra um movimento em direção aos princípios da construção urbana antiga”.

A concepção de plano que Brito preconiza difere, pois, bastante da noção formulada por Sitte, apesar das fartas citações feitas por aquele. Não se trata, em Brito, apenas de se fazer um cálculo de probabilidade e a previsão de alguns elementos, mas sim de se planejar racionalmente a expansão da cidade, em consideração, sobretudo, dos interesses públicos, sem, portanto, grandes margens de liberdade no processo de construção da cidade por particulares. Na República Velha brasileira, anunciava-se, na leitura que Brito faz de Sitte, um uso centralizador e planificador dos princípios liberais sitteanos, favorecidos por uma tradução que já os interpretava segundo interesses muito distintos daqueles por trás da formulação original.

Outras diferenças entre as concepções de Sitte e Brito podem ser apontadas, ainda que este se apóie naquele para justificar suas propostas. Vejamos: para Sitte, como qualquer obra de arte, o plano de uma cidade só pode ser concebido por um único artista, e, jamais, por uma repartição burocrática, daí sua defesa intransigente dos concursos públicos para projetos urbanísticos e de arquitetura. Enquanto, para Brito, a centralização dessa responsabilidade, bem como a formação de um corpo técnico especializado, seriam os meios de se evitar as influências nefastas de proprietários e de administrações municipais que fazem valer os interesses particulares.

Observamos que Brito enfatizará, na esteira da versão de Martin e do livro de Unwin, a noção de plano, portanto, a previsão do crescimento urbano. Procurando incorporar o futuro ao presente, Brito se distancia de Sitte, que pretende o contrário, isto é, nortear as cons-

truções de seu tempo a partir das obras do passado. A admiração que Sitte tem pelos espaços urbanos que marcam o passado, do fórum da Antiguidade clássica aos eixos barrocos, não está contida na visão de Brito sobre as cidades coloniais brasileiras, cuja estrutura ele quer remodelar, e assim o fará, transformando de modo radical a paisagem urbana brasileira.

Em seu livro, Brito examina, repetindo quase ao pé da letra a análise sitteana, planos irregulares de algumas áreas de cidades antigas da Europa, contrapondo-os ao desenho de praças de cidades coloniais do Brasil. Elogia “as belezas de muitas praças antigas, irregularmente traçadas, por ‘sentimento artístico’”, e apresenta cinco exemplos de espaços de cidades coloniais brasileiras — o conjunto das praças do Rosário, dos Andradas e Mauá e a Praça da República, na Cidade de Santos e, na Cidade de Recife, o Largo do Corpo Santo, Pátio do Carmo e a Praça Maciel Pinheiro. Embora todos esses espaços públicos fossem irregulares e, em grande parte, atendessem aos princípios morfológicos sitteanos, Brito não vê neles nenhuma beleza, reafirmando sua opinião de que “o sentimento artístico não fez nada em favor das cidades brasileiras”, permitindo que “as conveniências de ocasião”, o acaso e o imprevisto dominassem seus traçados.

Na análise que Brito faz do plano de Aarão Reis para a Cidade de Belo Horizonte, de 1894 — que pode ser considerado o primeiro projeto urbanístico moderno no Brasil, expressão dos ideais republicanos nascentes, e no qual ele trabalhara como responsável pelo serviço de abastecimento d’água, entre 1894 e 1895 — reaparece a ambigüidade das suas formulações ao defender o projeto para a nova Capital do Estado de Minas Gerais, embora este contrarie os princípios sitteanos e dificulte, inclusive, as soluções de saneamento.

Mas, num aspecto, Brito assumirá uma posição claramente sitteana, insurgindo-se contra a política de arrasar quarteirões inteiros, como Haussmann, em Paris, ou Pereira Passos, no Rio de Janeiro. Para ele, tais medidas só fariam sentido em casos de extrema insalubridade urbana, quando não houvesse possibilidade de pequenas reformas. Contrário à *tabula rasa*, Brito incorporará, em muitos de seus projetos, ruas já existentes, caminhos delineados pelo tempo, assim como evitará o isolamento de igrejas, tanto quanto a interferência sobre o “meio social”, de modo que não se desestabilize a ordem estabelecida ou, como dizia, “a harmonia das famílias”.

O que ressalta na leitura que Brito faz de Sitte, sem dúvida na esteira da versão goticizante de Martin, mas apropriando-se das idéias de um modo original, é a tentativa de conciliar uma visão pintoresca

da cidade com uma racionalidade funcional na organização do espaço urbano. A adequação do traçado às características topográficas do sítio urbano será o princípio fundamental do urbanismo sanitário de Brito, e o que possibilitará a conciliação entre as necessidades estéticas e as exigências técnicas relativas aos aspectos sanitários, de segurança e circulação, econômicos e administrativos. Mas, sem dúvida, tal conciliação não será feita com facilidade, até porque Brito, firme na sua posição como engenheiro sanitário, dava prioridade às condições de escoamento das águas, em detrimento das considerações artísticas, tidas como secundárias e possíveis de serem executadas após as obras de saneamento.

Ao final do primeiro capítulo de seu livro, Brito apresenta e discute exemplos de cidades antigas e modernas com planos irregulares, visando provar que “o belo efeito não depende principalmente do plano, mas do pitoresco natural ou do sentimento artístico dos arquitetos que estudaram as condições das localidades e ordenaram seus embelezamentos” (59). Por outro lado, também apresenta planos regulares, com o intuito de mostrar que, mesmo um traçado em xadrez, possibilita a introdução de elementos artísticos que produzem um embelezamento típico, proporcionando, *in situ*, efeitos que a planta geométrica não revela.

Na imagem que Saturnino de Brito faz do profissional responsável pela elaboração de planos urbanos — “*town planner*” ou “*urbaniste*”, revelando indecisão — e que é tomada de empréstimo de Sitte, manifesta-se também o modo como ele pensa conciliar a arte e a técnica no traçado de cidades. Trata-se do técnico permitindo “ao artista olhar por cima de seu ombro e deslocar, de vez em quando, seu compasso ou sua régua” (66). Por trás dessa cena quase caricatural, reside a dificuldade de Brito — e que é também da cultura urbanística de sua época — em definir a competência técnica desse novo profissional da cidade, responsável pela elaboração de planos de conjunto. M. E. Stasse, citado por Brito, propunha um “crítico esteta” para todas as grandes administrações de trabalhos públicos e assim definia seu perfil e vínculo profissional: “Seria essencialmente um sentimental amadurecido pela idade, tendo recebido uma dupla e completa educação técnica e artística, tendo conhecimentos sociológicos e não deveria fazer parte dos quadros burocráticos regulares, mas ser simplesmente vinculado à administração” (67). Concordando com a não participação do profissional da cidade nos quadros ordinários da administração local, Brito descarta, entretanto, “*l’homme de l’art*”, o esteta, considerando-o “razoavelmente competente para agir, sendo sempre colocado sob a depen-

dência direta ou indireta da influência pessoal do governo local e seus eleitores” (66).

Apontando lacunas na formação de engenheiros e de arquitetos, mas buscando combinar os aspectos estéticos e sanitários no desenho urbano, embora deixando claro a proeminência dos últimos, Brito discute as relações entre esses dois profissionais na elaboração de planos urbanísticos. Reforçando sua visão tecnista, menciona então F. Koester, que afirma: “Todos os aperfeiçoamentos modernos que interessam à cidade são de *natureza técnica*, o papel do engenheiro na elaboração do plano regulador de cidades — já que ele é a única pessoa capaz de utilizar os aperfeiçoamentos modernos — é, por conseguinte, igual em importância ao do arquiteto” (69). Insinua-se, nesta referência, a defesa corporativista do engenheiro sanitarista em relação ao arquiteto. Este, oriundo das Academias de Belas Artes, não só estaria sujeito às influências do meio — talvez devido a sua sensibilidade aguçada — mas também não daria conta da “natureza técnica” da cidade moderna. Formula-se aqui, sete anos antes das proposições de Le Corbusier nas páginas de *L'Esprit Nouveau*, a reivindicação por um novo arquiteto.

É Koester, citado por Brito, quem ainda afirma: “O engenheiro ocupa hoje uma posição de primeira ordem no estudo dos planos de cidades. Ele é quem dirige e quem inova. Os princípios estéticos dos planos de cidades foram determinados em épocas passadas, e o arquiteto pode evoluir apenas no interior dos limites desses princípios. Todavia, suas ocasiões de intervir são multiplicadas e novos problemas lhe são postos pelo engenheiro, cujas construções em aço, ferro e concreto necessitam ser embelezadas pela arte do arquiteto”²². Se ainda se mantém a função do embelezamento como específica da atividade do arquiteto, por outro lado se anuncia o alargamento do campo de atuação e dos princípios estéticos desse profissional. Reclama-se a colaboração entre engenheiros e arquitetos, mas se mantêm os campos disciplinares próprios de cada uma das profissões, assim como permanece a representação da cidade cindida em duas dimensões, a técnica e a estética.

O que nos chama a atenção no texto de Brito não é apenas a reiteração do projeto positivista de subordinar a arte à técnica, mas também o modo como ele propõe a conciliação entre os profissionais responsáveis por essas duas “naturezas” da cidade. Diferentemente de Sitte, apesar de emprestar dele a imagem do técnico tendo sua mão deslocada pelo toque sutil do artista, Brito defendia a ingerência dos administradores da cidade na execução de planos urbanos, e não sua elaboração apenas por um indivíduo solitário que encontra em si mes-

mo, qual herói romântico, a inspiração e a capacidade de criação da cidade como uma *Gesamtkunstwerk*.

A filiação de Brito às concepções sitteanas manifesta-se, por outro lado, na adoção do pitoresco no desenho urbano, ao adequar o traçado à topografia do sítio, conforme recomenda o critério sanitário de bacias de esgotamento e de aproveitamento da energia gravitacional no transporte dos efluentes líquidos, o qual coincide com um dos princípios fundamentais do paisagismo pintoresco. Assim, para Brito, o princípio de traçado do plano regulador, seja de uma cidade nova ou de uma área de expansão, deveria partir do esquema de escoamento das águas, ao qual subordinar-se-iam todos os demais aspectos, o que nos permite denominar seu urbanismo de sanitarista. Esta subordinação do traçado urbanístico às características topográficas do sítio colocará, como prioritários, nos trabalhos preparatórios para a organização de planos, o levantamento topográfico do terreno e a elaboração da planta da cidade.

A preocupação com a topografia esteve presente desde a primeira atividade profissional desempenhada por Brito, no projeto e construção das estradas de ferro Tamandaré e Baturité, na Região Nordeste do Brasil, entre os anos de 1887 e 1892²³. Em 1893, Brito faz o levantamento da planta topográfica da Cidade de Piracicaba, no Estado de São Paulo e, no ano seguinte, participa da elaboração da planta cadastral da Cidade do Rio de Janeiro. Tal experiência de Brito com os levantamentos topográficos é sistematizada em um método de levantamento da planta, formulado no seu trabalho para o saneamento de Campos, em 1903, e por ele utilizado daí em diante.

Em primeiro lugar, a planta deveria apresentar informações topográficas precisas e não apenas dados cadastrais. Importava, para Brito, o registro das características do relevo e os acidentes naturais, ao contrário dos cadastros tradicionais que privilegiavam os aspectos fundiários, visando à arrecadação de impostos pelo poder público. A precisão das medidas constituía-se em aspecto fundamental dos novos procedimentos técnicos. Nesse sentido, Brito passou a utilizar apenas fitas métricas de aço, em vez das de tecido, e com graduação milimétrica, bem como a empregar estacas quase à flor da superfície do terreno, visando reduzir os erros de catenária²⁴. Procurando a maior exatidão possível para seus levantamentos, Brito usará o método poligonal²⁵, amarrando os vértices dos polígonos a pontos fixos, de modo que se possa descobri-los com facilidade ou que se possa repô-los aproximadamente, fazendo a medição dos ângulos pelo processo das repetições, evitando as deflexões²⁶ e, portanto, os erros de colimação²⁷.

Em segundo lugar, a planta deve conter os detalhes importantes dos pontos de vista prático, sanitário e pitoresco, além de delimitar os quarteirões ou blocos de casas, bem como lotes particulares, edifícios públicos e aqueles com alguma importância. No tratamento a ser dado, de ponto de vista sanitário, a quarteirões existentes, Brito recomendará conservar-se o que se puder dos elementos já estabelecidos, na medida em que não se comprometam os trabalhos de saneamento necessários. Em relação a esta questão, vale anotar a observação de Brito em que discute soluções para as inundações da Cidade do Rio de Janeiro no final da década de 20: “Eu sei que a construção dos canaletes em ruas estreitas, em vez de galerias subterrâneas, encontrará a crítica que corretamente se manifesta aqui, com e sem razão; mas haja a mesma coragem dos que a não temeram quando se projetou abrir a Avenida Rio Branco, quando tiraram o gradil do Passeio Público, quando retiraram o portão de Mestre Valentim, quando afastaram o mar da frente da muralha do Passeio Público etc., e agora, quando se desfazem jardins para os rebaixar de alguns centímetros e se anuncia o *‘boulevardement’* da cidade pelos planos do Sr. Agache”²⁸.

De acordo com sua preocupação com as características topográficas, Brito considerará a cidade conforme esteja edificada sobre terreno plano ou acidentado, dividindo-a em zonas altimétricas que constituirão distritos sanitários, visando aproveitar ao máximo a condução dos esgotos por gravidade. Assim, o desenho urbano proposto por Brito, resultante da aplicação rigorosa de princípios sanitários, dará origem a uma morfologia própria, onde, ao lado de um traçado conforme as linhas de drenagem, destacar-se-ão as avenidas de fundo de vale e as vielas sanitárias, estas últimas conforme os *“alleys”* (becos), então empregados em cidades norte-americanas.

Outro elemento urbanístico que Brito introduz em seus projetos — este, provavelmente, de influência norte-americana — é a avenida-parque, em cujas amplas áreas, entre as vias de tráfego, Brito implanta edifícios públicos, jardins e praças de esporte. Quando trata dos sistemas de traçado, Brito afirma que, de um modo geral, “o sistema retilíneo é preferível para o traçado das cidades do ponto de vista do projeto dos trabalhos sanitários, especialmente para os esgotos do sistema separativo completo”²⁹. No entanto, Brito esclarece que o sistema retilíneo não implica necessariamente um traçado rigorosamente hipodâmico, com longas ruas retas cruzando-se exatamente num ângulo de noventa graus. Para ele, dada a direção geral e garantidas as condições adequadas para o projeto de esgotos, é possível se introduzir mudanças sutis visando “satisfazer aspirações artísticas”. Tais pequenas

modificações, interceptando longas linhas retas pela movimentação do cruzamento de ruas, empregando curvas de concordância com grandes raios, ou, ainda, localizando pequenas praças nos cruzamentos, ou mesmo fazendo uso de gramados e arborização nas ruas, objetivavam evitar as longas perspectivas e a monotonia do traçado e, ao mesmo tempo, reduzir as chances de cruzamento de veículos, adotando, pois, um procedimento tipicamente sítteano.

Brito entende que os princípios urbanísticos estabelecidos devem ser aplicados “de acordo com as condições locais, topográficas e sociais” (61) e não de modo mecânico. Daí que, para ele, os projetos, ao serem executados, poderão sofrer pequenas alterações, em função das características peculiares do lugar onde serão implantados. Do mesmo modo, adequar as soluções técnicas de saneamento às condições locais das cidades brasileiras constituirá, para Brito, um dos princípios básicos da racionalidade técnica de seu urbanismo. Por esse mesmo motivo, a exequibilidade de seus planos será notória, levando-o a construir o maior conjunto de obras de remodelação urbana durante a Primeira República. Vejamos como esta questão se colocou para Brito quanto à escolha da técnica de esgotamento a ser adotada, em relação à qual ele muda bruscamente de opinião.

A polêmica não era simples, pelo contrário, punha em confronto não apenas escolas distintas — químicos, mesológicos e microbianos — mas, sobretudo, interesses diversos, como na célebre disputa pela introdução do “*tout-à-l'égout*” em Paris³⁰. É este sistema, também denominado de unitário, por reunir numa mesma rede as águas de chuva e as águas servidas, que Brito proporá no seu primeiro projeto urbanístico — “Novo Arrabalde”, um plano de expansão para a Cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, que ele elabora em 1895. Além de Paris, também, em Berlim, tal técnica havia sido adotada, enquanto que, na Inglaterra, assim como nos Estados Unidos, a engenharia sanitária dava preferência ao sistema separador absoluto, ou sistema “*Waring*”, nome do engenheiro que o divulgara nos EUA. Quatro anos após, no projeto de saneamento que faz para a Cidade de Paraíba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro, Brito revê sua posição e passa a defender o sistema separativo. O motivo de sua escolha é a simplificação do problema das águas pluviais — naturalmente acentuado numa cidade tropical — que não precisam ser depuradas, podendo ser lançadas nos corpos d'água natural, sem grandes galerias nem escavações profundas, reduzindo-se a elevação mecânica que se fizer necessária. Em decorrência, facilita-se o tratamento das águas usadas, ao se reduzir o volume a ser tratado.

Mas as implicações urbanísticas de sua escolha técnica, sobretudo no que se refere à morfologia de seus traçados, é que precisam ser destacadas, até porque não passam despercebidas de Brito, como se depreende dessa formulação retirada de seu trabalho teórico sobre esgotos, escrito em 1901: “Esta modificação radical, no problema das águas pluviais conduzidas separadamente dos despejos, vem encontrar novas e econômicas soluções no aproveitamento dos pequenos cursos que existem em tantas cidades; estes deverão ser retificados e, nas suas margens, lançadas avenidas, de modo que se impeça a prejudicial servidão ribeirinha (...) Consideramos de tanta monta as vantagens desses cursos axiais a avenidas — como solução para a emissão de águas pluviais e pelas vantagens higiênicas e predicados estéticos que trazem às cidades — que indicamos a abertura de canais para os novos arrabaldes de Santos, a construir sobre baixa, extensa e úmida planície”³¹. As conseqüências e implicações para o desenho e imagem da cidade resultantes da aplicação, por Brito, do sistema “*Waring*”, foram, por conseguinte, enormes, criando uma paisagem urbana marcada pelos canais a céu aberto com passeios arborizados e avenidas laterais, como mostram algumas fotos da Cidade de Santos logo após a inauguração das obras realizadas por Brito.

A engenharia sanitária de Saturnino de Brito, ao propor um novo traçado para as cidades brasileiras, redesenha suas paisagens, criando uma imagem urbana moderna, radicalmente diversa daquela da cidade colonial. No lugar dos lotes estreitos do tecido urbano colonial, que resultaram em quarteirões insalubres, Brito propõe lotes amplos, com largura suficiente para garantir insolação e iluminação adequadas, em quarteirões salubres cortados por vielas sanitárias e com pequenos jardins internos. Na cidade, avenidas-parques ou avenidas de fundo de vale, praças e jardins, onde serão instalados os edifícios que abrigarão os equipamentos do sistema de saneamento, como estações elevatórias, usinas de tratamento de esgotos e banheiros públicos. Ao conceber a cidade como manufatura, Brito irá esmiuçar o desenho de cada elemento da maquinaria urbana, como o faz com cada peça sanitária.

O urbanismo sanitário do engenheiro Saturnino de Brito insere-se no conjunto de operações em grande escala que redefiniram a paisagem urbana de diversas cidades da América do Sul no primeiro quartel do século XX. Tais intervenções, nos quadros de institucionalização de um novo Estado centralizador, revelam o fim da concepção centrípeta de cidade e promovem, com seus planos de expansão, uma visão centrífuga do espaço urbano. Organismo em crescimento, a metáfora da cidade como um corpo — que se pretende são e belo — realiza, no

plano das idéias, a naturalização do que é radicalmente artificial. Operação inversa da que se dá com as obras de saneamento: artificialização do que é natural, como o canal no lugar do rio ou o lote urbanizado onde era mangue.

A cidade cortada por canais d'água, antes de ser a solução técnica melhor adequada a certos meios e garantida por seguros procedimentos racionais, constitui uma forma urbana paradigmática que os princípios pinturescos de seu desenho sanitarista vão ressaltar. Com os canais de drenagem a céu aberto estruturando o sistema viário urbano, ao mesmo tempo que controlando a circulação das águas pluviais, também se promovia a reorganização do campo do visível da cidade, estabelecendo-se, assim, uma ordenação espacial submetida tanto às exigências sanitaristas quanto — ainda que em seguida instância — às leis da visualidade. O mesmo processo de construção de uma nova paisagem, urbana por excelência, mas em conciliação com a natureza, será também o de disciplinarização do olhar e dos comportamentos na cidade moderna.

Retomando a tradição do pinturesco, a partir de um Sitte interpretado por Martin, Brito higieniza a paisagem, enfatizando a artificialidade do mundo urbano burguês, sua força domesticadora da natureza e ordenadora da vida cívica. Nesse processo civilizador é o próprio olhar que se especializa — ora reação automática aos impulsos hiperativos da grande cidade, ora visão baça de uma paisagem refrescante, como que para apaziguar o espírito atormentado pela excessiva racionalidade técnica da cidade moderna. Da cidade, conforme o urbanismo sanitarista de Brito, o que se representa é a planta com o sistema viário e quarteirões, jardins, canais e outros equipamentos sanitários, alguns edifícios públicos, parques e praças; mas não há vistas em perspectivas e nenhum panorama. Pelo menos, caso tenham sido feitos — e não podemos confirmar tal fato — não foram incluídos em seus relatórios. Com Brito, o projeto torna a cidade plana, alisando-a e representando seu relevo apenas com curvas de nível. Não há pontos de fuga, mas uma rede — de ruas, canais, tubulações — que, paradoxalmente, quer ser pinturesca. Inscrevendo no desenho da cidade moderna novos modos de convívio social, as avenidas, com suas calçadas laterais arborizadas, acompanhando canais de drenagem com suas pontes e passadiços, constituem-se como os espaços públicos privilegiados das cidades republicanas. Máquina de vilegiatura, dos olhares e dos corpos, as avenidas serão os futuros *loci* de formas de sociabilidade mais avançadas, baseadas na velocidade dos veículos ou nas manifestações de massa.

Resgatando tradições diversas e fazendo ressoar, de modo original, os princípios sitteanos, Saturnino de Brito, através de seus escritos e de seus planos, introduz no Brasil o urbanismo como campo disciplinar próprio, modelando, com suas obras, a forma da cidade moderna brasileira, dando-lhe condições para que a racionalidade de seu desenho se estenda à produção e ao conjunto da vida social. Preparando o caminho para a industrialização, a urbanística de Brito fez do saneamento e do embelezamento urbanos uma questão ética, mas fundamentada na ciência, considerada a única capaz de garantir, para o corpo urbano, o que ele desejava ao término de suas cartas pessoais: “Saúde e fraternidade”.

Se os projetos de Brito continham, por um lado, uma utopia sanitária, por outro a eficiência de suas realizações, calcadas no princípio da exequibilidade, atesta sua abordagem pragmática sob todos os pontos de vista, sobretudo os de ordem técnica e econômica. Ampliando-se do projeto de saneamento para o projeto urbano como totalidade orgânica, corpo-máquina sanitária regulador de fluxos, o urbanismo de Brito organiza os movimentos na cidade e promove novas sociabilidades, despertando também novas sensibilidades.

Contribuindo para a criação de um novo campo do visível, o desenho urbano de Brito faz da cidade observatório e objeto a ser observado, organizando vistas e acentuando a moderna vigilância visual, com eixos ópticos por onde circulam olhares e deambulam cidadãos civilizados pela higiene. Delineia-se, com as obras de Brito, uma paisagem ordenada, ao mesmo tempo que suas redes de saneamento unem as dimensões privada e pública da vida cotidiana, levando, à intimidade dos lares, a água corrente, as latrinas, o banho diário, as lavagens frequentes, num processo de disciplinamento de gestos e corpos pela higiene, concomitante ao fim das fossas, mas também dos chafarizes, fontes e bicas d’água coletivas, que marcavam a topologia da cidade colonial.

Se, como afirma Walter Benjamin, “onde o tom é dado pela vida privada há tão pouco espaço para o *flâneur* como no tráfego febril da City”³², aqueles que passeiam ao longo das avenidas e canais projetados por Brito, mirando uma paisagem quase fictícia, ilusão pinturesca de um mundo racional, passarão como homens ordeiros e limpos que, talvez mesmo sem se falarem e apenas se entreolhando — como constatava Baudelaire —, contemplam a conquista da técnica moderna, a cidade sã e bela, o espaço cívico e asséptico do urbanismo sanitário, ao menos enquanto durar o deslumbramento das massas com a imagem de um meio urbano civilizado e civilizador.

NOTAS

1. Sitte, C. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*, Ática, São Paulo, 1992, organização e apresentação de Carlos Roberto Monteiro de Andrade, tradução do original alemão de Ricardo Ferreira Henrique.
2. Estudo à obra de Brito em minha dissertação de mestrado *A peste e o Plano: o urbanismo sanitarista do Eng. Saturnino de Brito*, FAU-USP, São Paulo, 1992.
3. Sitte, C. *L'Art de Bâtir les Villes — notes et réflexions d'un architecte*, Librairie Renouard, H. Laurens Éditeur, Paris, 1918 (1902).
4. A título de lembrança: Claude Perrault também propôs “corrigir”, em sua tradução francesa, os “equivocos” cometidos por Vitruvius em *De Architectura, libri decem*. Do mesmo modo, a tradutora francesa de *As pedras de Veneza*, de Ruskin, suprimiu três capítulos do livro.
5. Na organização da edição brasileira do livro de Camillo Sitte mantivemos o capítulo sete — “Praças do Norte da Europa” — e incluímos, como anexo ao texto de Sitte, a tradução que fizemos do francês do capítulo sete — “Ruas” — escrito por Camille Martin.
6. Os Collins analisam, de maneira exemplar, as diversas traduções do texto de Sitte em seu ensaio “Camillo Sitte e o nascimento do urbanismo moderno”, escrito em 1965 como introdução à segunda versão inglesa de *Der Städtebau*, traduzida diretamente do alemão por eles mesmos. Utilizamos aqui a edição castelhana: Collins, G. e Collins, C., *Camillo Sitte y el nacimiento del urbanismo moderno*, Gustavo Gili, Barcelona, 1980. Esta edição contém também a versão do texto de Sitte para o castelhano, realizada por Emilio Canosa, em 1926. Além das traduções para o castelhano e para o russo, esta de 1925, o livro de Sitte, até 1945, com a primeira versão inglesa, foi conhecido, sobretudo, a partir da versão francesa que, com a reedição de 1918, torna-se bastante divulgada. Esta tradução inglesa, no entanto, também foi feita a partir da versão francesa, incorporando, pois, todas as suas alterações.
7. Le Corbusier. *Urbanismo*, Martins Fontes, São Paulo, 1992. Edição original: *Urbanisme*, Les Éditions G. Grés & Cie, Paris, 1924.
8. Brito, S. de; *Notes sur le Tracé Sanitaire des Villes*, Imprimerie et Librairie Centrales des Chemins de Fer/ Imprimerie Choix, Paris, 1916. Este livro foi publicado, no original, em francês, na edição das *Obras Completas* de Saturnino de Brito (Imprensa Nacional, Rio de Janeiro,

vol. XX, 1943/44). A não tradução, até hoje, para o português, de um dos principais trabalhos teóricos do urbanismo moderno no Brasil, e que é também uma das principais obras da engenharia sanitária, escrita por seu patrono, expressa o atual estágio da historiografia do urbanismo no país e indica a desatenção para com a memória de uma cultura técnica e urbanística que foi decisiva para a modernização das cidades brasileiras.

9. Gaultier, L. Cité Rappot Général. Exposition de la Reconstituée. Esthétique et Hygiène, Association Générale des Hygiénistes et Techniciens Municipaux, Paris, 1917.

10. Spreiregen, P. D. (ed). *On the Art of Designing Cities: selected essays of Elbert Peets*. The MIT Press, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, Mass. e Londres, Ingl; 1968, cap.14 — “Camillo Sitte”, pp. 143-150. O texto original foi publicado.

11. Unwin, Sir R. *La Practica del Urbanismo. Una introducción al arte de proyectar ciudades y barrios*. Gustavo Gili, Barcelona, 1984.

12. A respeito do caráter da praça sitteana, veja-se o ensaio de Dewitte, J.; “Éloge de la place: Camillo Sitte ou l’agoraphilie”, em vários autores; *La Ville Inquiète*, Gallimard, Paris, 1987, pp. 151-177.

13. Unwin, R. *L’Étude Pratique des Plans de Villes. Introduction a l’art de dessiner les plans d’aménagement et d’extension*, Librairie Centrale des Beaux-Arts, Paris, 1922.

14. Sobre a cidade-jardim na França, consulte-se Burlen, K. (org.); *La Banlien Oasis. Henri Sellier et les cités-jardins 1900-1940*, Presses Universitaires de Vincennes, Paris, 1987, em especial o ensaio de Sutcliffe, A. “Le contexte urbanistique de l’oeuvre d’Henri Sellier: la transcription du modèle anglais de la cité-jardin”, pp. 67-79.

15. Hegemann, W. e Peets, E. *The Americam Vitruvius: an architects’ handbook of civic art*, Princeton Architectural Press, Nova Iorque, 1988 (1922).

16. Brulhart aponta para o fato do método de ilustração da versão de Martin se aproximar “daquela sistematização de tipo alemão que encontrará plena afirmação, no período entre as duas guerras, nas páginas de The American Vitruvius. Aliás, outra indicação de que não havia tanto antigermanismo assim na versão de Martin. Em Brulhart, A.; “Martin e la versione francese”, em Zucconi, G. (org.). *Camillo Sitte e isuoi interpreti*, Franco Angeli, Milão, 1992, pp.19-23. Neste pequeno ensaio, o autor procura compreender a versão de Martin à luz do ambiente

cultural de Genebra, apresentando dados sobre sua atividade profissional. Por outro lado, reafirma a tese dos Collins de antigermanismo, observando que “a tradução francesa é um livro escrito para arquitetos, voltado principalmente ao público de língua francesa” e que “a expressão ‘arquitetura teutônica’ é largamente utilizada em sentido depreciativo” (22).

17. Tafuri, M. *Projecto e Utopia. Arquitetura e desenvolvimento do capitalismo*. Editorial Presença, Lisboa, 1985. Em particular, o capítulo I, “As aventuras da razão: naturalismo e cidade no Século das Luzes”, pp. 12-33.

18. Essa parte desse texto foi escrita a partir de minha dissertação de mestrado, citada acima.

19. Comte, A. *Curso de Filosofia Positiva*, Coleção *Os Pensadores*, Abril, São Paulo, 1973.

20. Para que se tenha uma idéia desse processo, quando a regulamentação dos espaços públicos e planos de expansão urbana ainda não existiam, vejamos uma pequena descrição referente à Cidade de São Paulo: “Não se seguia nenhum critério na distribuição dos lotes. Ao contrário, estes eram pedidos à Câmara, individualmente, relacionando o interessado, de forma possível, os limites da área solicitada. Caso fosse concedido o lote, o futuro morador podia construir a casa onde achasse conveniente. A circulação em geral definia as ruas, que eram tortas, com as casas em desalinho, sendo freqüentes as polêmicas em torno da existência ou não de uma rua ou beco”(Silva, J. T. da. “*São Paulo 1554-1880. Discurso ideológico e organização espacial*”. Moderna, São Paulo, 1984, p.130). Trata-se, no entanto, de uma questão ainda aberta na historiografia das cidades brasileiras. De um ponto de vista contrário ao mencionado acima, Murillo Marx afirma: “Não se trata de nenhum veio poético especial, se bem que aglomerados atinjam muitas vezes o pitoresco; não se trata de simples questão de mentalidade, como atestam as exceções, ainda que poucas; não se trata de absoluta incapacidade de ordenar a ocupação do solo. Trata-se de um tradição e experiência européias transposta para a colônia americana, porém por um meio muito palpável quando se refere à arquitetura: a lei”(Marx, M.; *Cidade no Brasil terra de quem?*, Nobel e EDUSP, São Paulo, 1991, p. 90).

21. Uma das polêmicas mais acirradas na qual Brito se envolveu foi com a municipalidade santista, em especial com o Diretor de Obras Municipais da Cidade, F. T. da Silva Telles, crítico ácido de seu plano

para Santos. Ver, a respeito: Sousa, A. *A municipalidade de Santos perante a comissão de saneamento. Polêmica com o Dr. Saturnino de Brito*, Oficinas Graphics do Bureau Central, Santos, 1914; tal polêmica também aparece no livro de Brito, S. de; *A Planta de Santos*, Typographia Brazil de Rothschild & Co., São Paulo, 1915, reeditado em suas *Obras Completas*, vol. XXI, *Urbanismo*. A Planta de Santos, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1944.

22. Koester, F. *Modern City Planning and Maintenance*, Mc Bride, Nast andd Company, Nova Iorque, 1914, p. 69.

23. Brito, S. *Obras Completas*, vol. XVIII, *Memórias Diversas*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1944.

24. Catenária é a curva plana formada por um fio suspenso em suas extremidades.

25. Poligonal é o método de levantamento topográfico em que as distâncias e as direções das linhas entre pontos terrestres são obtidos por meio de medições de campo.

26. Deflexão é o ângulo existente entre dois caminhamentos, isto é, o ângulo entre os percursos medidos e orientados de um levantamento topográfico.

27. Colimação, ou visada, é a observação de um ponto de mira.

28. Brito, S. de. *Obras Completas*, vol. XVIII, op. cit.

29. _____. *Notes sur le Tracé Sanitaire des Villes*, op. cit., p.116. O sistema separativo completo é a separação, em condutos diferentes, das águas de esgoto doméstico em relação às águas pluviais.

30. Ver a respeito o belo ensaio de Jacquemet, G. "Urbanisme Parisien: la bataille du tout-à-l'égout à la fin du XIXe siècle", in *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, tome XXVI, oct-déc/1979, pp. 505-548, bem como o livro de Dupuy, G.; *Urbanisme et Technique: chronique d'un mariage de raison*, Centre de Recherche d'Urbanisme, Paris, 1978, em especial o cap. 5: "La technique dans la conception des réseaux d'assainissement urbain".

31. Brito, S. de. *Obras Completas*, vol. II, *Esgotos — Parte Geral*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1943. Este livro de Brito foi publicado em 1902 pela Livraria F. Briguiet & C., no Rio de Janeiro.

32. Benjamin, W. "Sobre alguns temas em Baudelaire", in *Textos Escolhidos*, coleção Os Pensadores, Abril, São Paulo, 1975, pp. 35-62, p. 47.

A cidade controlada: Santos 1870-1913¹

Ana Lúcia Duarte Lanna

Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo.

Ao longo do século XIX, as transformações urbanas implicaram, em todo o mundo capitalista, um novo modo de viver e pensar sobre a cidade, que se transformou em objeto de pesquisa, estudo e análise. A emergência do urbanismo associado ao sanitarismo e à engenharia significou o aparecimento de uma visão técnica e globalizante sobre a cidade, que se consolidou nos anos 20 deste século². O Estado passou a reconhecer a relevância da “questão urbana” ao se preocupar com as cidades e seus habitantes, formulando-lhes políticas específicas. Os moradores das cidades, pelo menos daquelas que estavam sofrendo rápidos processos de crescimento e transformação — como era o caso de Santos — perceberam este momento de rupturas³.

No Brasil, as tentativas de controlar e compreender a nova ordem social que se consolidava traduziram-se em intervenções sobre as cidades, inspiradas, sobretudo, nos processos e modelos europeus. O apare-

cimento de uma visão técnica sobre as cidades e de uma percepção dos trabalhadores como classes perigosas foram elementos decisivos nas formas de intervenção e controle então estabelecidos. Como promover reformas — e aí as cidades eram elementos centrais — que revelassem uma eficiência e “paz social” necessárias para garantir a entrada no mundo desenvolvido como parceiro confiável? Como lidar com as transformações no mundo do trabalho já que, com o fim da escravidão, as novas relações de dominação se dariam entre indivíduos definidos como iguais? A partir destas questões e seus muitos desdobramentos foi que nos propusemos analisar os processos de transformação e ruptura que marcaram este momento de constituição da vida urbana e a passagem para o trabalho livre.

A expansão das cidades no mundo ocidental é o corolário da evolução da economia capitalista. Ainda que distintas, pode-se, em função desta origem comum, perceber, em todas elas, elementos característicos: a existência de uma mobilidade interna resultando num deslocamento incessante da população, a conseqüente necessidade de linhas de transporte coletivo, uma separação de funções que resulta num zoneamento social e de nacionalidades sem precedentes⁴.

Na Europa, a densidade de cidades é fato único. A grande cidade era captada pela heterogeneidade, variedade e aglomeração⁵. Nesse sentido, a grande cidade do século XIX “não será exatamente um centro industrial, porém, mais precisamente, um centro de comércio, transporte, administração e uma multiplicidade de serviços que uma grande concentração de pessoas atrairá. A maioria de seus habitantes era, de fato, composta de trabalhadores de um tipo ou de outro”⁶.

Mas eram as cidades industriais, organizadas em torno dos lugares de trabalho, com suas habitações escuras e monótonas, repletas de gente, que anunciavam o novo caráter da cidade e as novas relações entre cidade e campo⁷.

As cidades no mundo colonial eram o resultado de uma especulação comercial, criadas por uma população de imigrantes e que comportavam somente dois setores de atividades: o setor primário (mais exatamente, o controle do setor primário regional) e o setor terciário⁸.

O processo de urbanização do Brasil no século XIX não alteraria esse quadro. Emília Viotti da Costa afirma que “seria, ainda, essencialmente, fruto da expansão comercial resultante da integração do país no mercado internacional... eis por que São Paulo e Rio de Janeiro, situados na zona cafeeira, então em expansão, cresceriam mais rapidamente do que o Recife... Daí o caráter ‘exótico’ das cidades litorâneas voltadas mais para a Europa do que para o *hinterland* e incapazes

de exercer uma influência modernizadora mais profunda⁹. As cidades brasileiras permaneceram voltadas para a Europa, tanto pela procura de ideais e modelos quanto pela organização da produção e dos laços de dependência que o país continuava a manter¹⁰. A formação e desenvolvimento das cidades foi fruto de um ativo capital agrário e comercial associados com o capital estrangeiro¹¹.

Esta expansão das cidades e de uma vida urbana marcadas pela ascensão do mundo burguês tem, também, como característica uma aglomeração de trabalhadores. Resultado de um crescimento e alteração da concepção de riqueza, vão condensar e atrair quantidades desconhecidas de homens pobres. Na Europa, estes trabalhadores eram provenientes da desestruturação de relações feudais e essencialmente agrárias. Mas eram homens livres e que, nesta condição, tiveram que se adaptar e modificar as relações de exploração capitalistas a que eram submetidos. No Brasil, a questão da liberdade do trabalho foi resolvida concomitantemente com a expansão das cidades. Os trabalhadores urbanos eram oriundos da escravidão ou, em São Paulo, após 1884, recém-chegados, pela grande imigração.

Neste sentido, a cidade se faz na transição da escravidão para o trabalho livre. A questão era como lidar com esta população diversa, que se imiscuia no mundo urbano, avessa aos princípios de “civilidade”, “estrangeira”, mas, ao mesmo tempo, formalmente livre e igual. Como tratar a pobreza indesejável, que se queria manter a distância, mas sem a qual a riqueza, a capacidade ilimitada de produção, a superação dos limites do natural não poderiam acontecer? Como incorporar o diferente aos novos modos de vida sem, contudo, alterar os lugares sociais? As múltiplas formas encontradas acabaram por definir as cidades como espaços que tenderiam, em nome de uma racionalidade vitoriosa, a separar as funções de trabalho, moradia e lazer.

Assim, em fins do século XIX, as elites brasileiras procuravam as cidades, incrementando formas “civilizadas” e europeizadas do viver urbano. As classes trabalhadoras, tanto os imigrantes quanto os ex-escravos e os nacionais, também buscavam as cidades. O crescimento urbano foi caracterizado pela edificação de belas casas e palacetes, pela negação do sobrado colonial e das formas de vida nele estabelecidas, pela construção de novos espaços e formas de lazer, pelo aparecimento de lojas, cafés, restaurantes, teatros e parques. Mas foi, ao mesmo tempo, caracterizado pelo aparecimento de cortiços, de bairros populares, de trabalhadores ditos “arruaceiros”, “incivilizados”, “vagabundos” que, com sua presença e movimento, também marcaram as novas cidades. As diferenças sociais visíveis e expressas em

homens teoricamente livres e iguais traduziram-se numa necessária reordenação dos espaços. Os critérios de ordem e racionalidade adotados tentaram resolver os impasses desta convivência necessária entre iguais tão socialmente diferentes, separando as funções de trabalho, moradia e lazer e promovendo com isso uma intensa segregação social. Percebe-se, nesse movimento, a constituição de uma das mais relevantes características das cidades burguesas. Tratava-se de afastar dos olhos aquelas diferentes com quem, inevitavelmente, dadas as condições de produção e reprodução do capitalismo, este espaço urbano tinha que ser compartilhado. Desse modo, este mesmo processo foi instaurando novos lugares e modos de vida e redefinindo os espaços públicos e privados¹². Esvaziavam-se as ruas, consolidavam-se as casas como lares e domicílios e constituíam-se lugares de encontro e lazer que expressavam um tempo que, como todas as outras mercadorias, devia ser consumido¹³.

Ao romper com o passado colonial, as cidades brasileiras deixavam de ser locais episódicos de encontros, marcados essencialmente pelas vidas administrativa e religiosa. Estava se desenvolvendo toda uma vida urbana regular, cada vez mais marcada pela diversidade de pessoas, serviços e mercadorias. É nesta perspectiva que compreendemos a afirmativa de Murilo Marx, onde as cidades “não (são) mais acrópoles, mas territórios que vão conquistar a praia, o porto, o comércio; enfim, uma vida mais dinâmica, mais burguesa.”¹⁴

Para além do desenvolvimento de uma vida urbana mais constante e diversificada, a emergência desta cidade moderna, que pretendia negar o passado colonial, pode ser vista nas relações que se vão constituindo entre e com os seus habitantes. As tentativas de valorização do trabalho livre resultaram na desqualificação do trabalhador nacional e, sobretudo, do ex-cativo e, em oposição, na visão do imigrante como agente civilizador. A desqualificação do trabalho e do trabalhador contribuiu para que o problema da escravidão pudesse, em teoria, ser resolvido por uma lei emancipatória e pelo fechar os olhos aos problemas específicos, resultantes da herança escravista. Nesta medida todos seriam iguais.

Portanto, apesar de imersas em circunstâncias distintas, podemos entender o crescimento das cidades, a partir de fins do século XIX, na Europa e no Brasil, como resultantes da consolidação do mundo capitalista. Em todas elas, defrontamo-nos com a busca de afirmação dos valores e modo de vida burguês. A civilidade, a visão técnica, a crença no progresso, são elementos presentes em todas as interven-

ções e modelos construídos. As cidades serão os locais privilegiados de definição das novas formas ditas desejáveis de viver¹⁵.

Levando em conta diferentes abordagens — que consideram a cidade, seja do ponto de vista de uma tipologia funcional, seja como lugar da experiência dos homens que nela habitam, seja como lugar de materialização dos valores das classes sociais¹⁶ — buscamos compreender a cidade que se forma no Brasil em fins do século XIX na sua procura por padrões europeus e burgueses, na ruptura e negação do passado colonial, nas intervenções no espaço físico e nas relações entre seus habitantes.

A escolha da cidade de Santos se impôs a partir de uma série de elementos. E, apesar de ser um caso específico em muitos aspectos, revelava as transformações pelas quais as cidades e o país como um todo estavam passando naqueles anos finais do século XIX.

A periodização deste trabalho (1870 a 1913) procurou articular as transformações do país e do conjunto da economia capitalista onde estas se inseriam, à percepção de rupturas manifestas na constituição de um novo olhar e intervenções sobre a cidade, que implicavam novas ordenações e modos de vida, à percepção e vivência dos contemporâneos que indicavam a importância e a novidade deste momento.

Em Santos, o movimento de formação de uma cidade iniciado nos anos 1870 ganha impulso e contorno definitivo quando, nos anos 1890, definem-se as formas e poderes que vão intervir no porto e no problema sanitário, e, por consequência, na cidade como um todo, transformando-a em território da “técnica” e da “razão”. Aí, aceleraram-se os processos de consolidação de uma cidade moderna, definem-se os novos espaços urbanos e as formas de viver.

O ano de 1913 marca, já na época, de forma clara, a conclusão deste momento. Controlam-se as epidemias, o porto foi reformado, e o espaço da cidade e seus habitantes são conhecidos, diagnosticados e classificados.

A cidade de Santos, apesar de pequena, acanhada e sem o brilho de outras cidades brasileiras, já era, no início do século XIX, o mais importante porto da província e entreposto exclusivo do comércio de importação e exportação de São Paulo.

A construção da ferrovia e o incremento incessante da atividade do porto, dada a expansão da cafeicultura, a chegada de novos trabalhadores, estrangeiros e nacionais, faziam com que a cidade, em fins do século XIX, fosse perdendo suas acanhadas feições. As luzes, o barulho, o movimento incessante de mercadorias e pessoas eram seus novos elementos.

A cidade que crescia enfrentava graves problemas materializados no crescente congestionamento do porto e nas inúmeras epidemias que dizimavam, com rara violência, a população deste município predominantemente urbano. A cidade fedia e, nos meses de verão, mais insalubres, chegava a morrer metade de sua população. Apesar da virulência, medidas efetivas no combate às febres e sezões só foram tomadas quando as epidemias começaram a assolar o interior do estado, colocando em risco a solução do problema de braços para a lavoura, e a comprometer o funcionamento do porto de exportação.

A partir dos anos 1890, o governo estadual implementou uma política de saneamento e higienização, que previa intervenções nas casas, vistoriando habitações, desinfetando, fiscalizando limpeza de quintais e terrenos baldios, canalizando as águas e construindo redes de esgotos.

Saturnino de Brito elaborou para a cidade portuária um plano de expansão que incluía vários canais de drenagem das águas e redes de esgoto. O pioneirismo das propostas deste engenheiro sanitarista revela-se na noção de urbanismo como totalidade e gestão do presente para o futuro. Acreditava na necessidade de conciliar as idéias sobre uma cidade ideal com sua localização e topografia. E, apesar de enfatizar a importância prioritária da técnica, sempre a associava a princípios estéticos, matizando a premência da linha reta e remetendo-se à questão social. Como fazer a população usufruir dos melhoramentos sem ser expulsa pelos especuladores e intermediários desonestos era um problema recorrente no pensamento de Brito. Entretanto, se essa preocupação o fazia, por exemplo, mais cuidadoso em relação às solicitações de demolições, isso nunca o impediu, porém, de fazê-las quando as julgava necessárias. A preocupação social e a dimensão estética estavam subordinadas à imperiosidade da técnica.

A política efetivada pelo governo estadual para Santos teve, como uma de suas primeiras conseqüências, um esvaziamento do poder da municipalidade sobre a cidade. A questão do trabalho ao “agitar os espíritos da época” transformara-se numa política de estado. O problema urbano também. E é assim que, se olharmos para as diferentes intervenções urbanísticas que começam a acontecer no Brasil a partir de fins do século XIX, encontraremos um conjunto de diretrizes que se repetem sempre, construindo cidades que se definem como objeto de circulação eficiente de mercadorias e pessoas, a partir de soluções ditas técnicas, científicas, neutras e racionais¹⁷. Esta concepção de cidade, que se vai afirmando, estabelece um lugar específico para a questão social, que aparece, nesse momento, principalmente como o problema da solução

da crise da escravidão. Tratava-se de controlar a população trabalhadora que ia adquirindo o estatuto da liberdade civil. Esta concepção policialesca da questão social criou cidades segregadas. O viés higienista do urbanismo possibilitou uma ampla intervenção nos espaços públicos e privados¹⁸ e transformou, legitimada pela imperiosidade do progresso e pela neutralidade do saber tecnocientífico, qualquer crítica em manifestação do atraso, do arcaico, do não-moderno.

Em Santos, na briga dos poderes instituídos, que resultava numa redução da autonomia municipal e na implementação de princípios urbanísticos, encontramos a população local sendo atacada, transformada e responsabilizada por todas as mazelas e vícios da cidade¹⁹. É sobre ela que as intervenções “modernizadoras” recairão com violência, definindo novos lugares e maneiras de viver na cidade.

Os moradores da cidade, especialmente aqueles integrantes das classes trabalhadoras, fossem brancos ou negros, livres ou escravos, nacionais ou estrangeiros, sentiram cotidianamente as conseqüências deste discurso moralizante e modernizador do urbanismo nascente. O Dr. Helvécio de Andrade era inspetor da Comissão Sanitária do Governo do Estado de São Paulo. No seu relatório de 1896, informava sobre as condições de moradia da cidade, sobre os horrores dos cortiços e cocheiras e sobre as resistências da população em aceitar os “modernos preceitos da higiene”. Dizia que, apesar dos sensíveis avanços da ação sanitária, a reação da população não era das melhores. Não acatavam as medidas definidas como imperiosas pela Comissão Sanitária, não informavam as autoridades sobre as moléstias e insistiam em continuar vivendo “como ratos nos cortiços imundos”. Para este inspetor, eram necessários “tempo, paciência, esforço, força de vontade e rigor” para ir, aos poucos, interessando o povo em sua própria conservação. Tratava-se do saneamento do indivíduo, pois, com a higiene, é que o atraso seria superado, o povo instruído e a nação construída²⁰.

Esse amplo processo de transformação urbana, associado às modificações estruturais no mundo do trabalho, esquadrihava a cidade, criava espaços abertos, avenidas, jardins, largos e praças para a circulação do ar e disciplinamento e organização dos costumes. Uma cidade para o progresso. Descobriam-se novos lazeres, a fruição da cidade disciplinada, o gosto pelo *footing*, o surgimento da diversão à beira-mar e a descoberta da praia como meio saudável de entretenimento.

A modernidade que se procurava era identificada com a instauração de padrões burgueses de espaços públicos e privados e materializada em monumentos, tais como o *boulevard* e estátuas nos parques e jardins. Esta procura resultou na adoção de padrões tecnocientíficos

de intervenção que enquadravam os lugares e moradores a partir de planos abstratos e normativos, buscando instaurar um novo modo de vida. A Santos moderna, que estava sendo construída, tinha *boulevards* e estátuas de artistas italianos em suas praças recém-construídas; passava por reformas que incluíam redes de esgoto, jardins à beira-mar e até mesmo uma planta geral para prever e ordenar seu crescimento futuro. Mas, ao mesmo tempo, vacas transitavam pelas ruas, abastecendo de leite os moradores, que os compravam em canecas, nas portas de suas casas, que eram também seus locais de trabalho.

Demoliam-se os símbolos do passado colonial, que devia ser rapidamente esquecido. Esta idéia de superação como esquecimento estendia-se também aos antigos escravos e à “nódoa nefasta” da escravidão. Reformulava-se o porto, excluindo do seu controle as elites santistas. O porto reformado, ao mesmo tempo que decisivo para os impulsos de crescimento da cidade, fechava-se para ela. Muros e portões vão separá-lo da cidade e instituir novos padrões de trabalho: o apito que avisava a mudança dos turnos de trabalho, o controle da jornada de trabalho, a caderneta de controle, o salário. Trabalhadores que, submetidos às condições de liberdade e contrato próprias da modernidade capitalista, viviam nos inúmeros cortiços da cidade, recusando-se a incorporar os padrões burgueses de intimidade, privacidade e recolhimento em relação à cidade. Novos loteamentos e especuladores vão apropriando-se e privatizando as áreas de expansão da cidade. A terra vai ganhando preço, os espaços saneados vão se transformando em aprazíveis bairros de moradia das elites locais. Os morros que circundam a cidade foram objeto de intenso litúgio, que acabou por expulsar ou recolocar as possibilidades de ocupação que deles faziam as classes trabalhadoras, principalmente negros, ex-escravos e portugueses recém-imigrados. Verdadeiras guerras contra os cortiços foram travadas. As demolições e reformas impostas pelas autoridades implicavam um reordenamento da casa e da rua. Esvaziar as ruas e desadensar as casas eram as palavras de ordem. A população reagiu às imposições deste novo modelo: seja permanecendo nas ruas, seja recolocando seus padrões precários de moradia mais distantes dos olhares dos inspetores, seja apelando para construções clandestinas chamadas chalés, que já indicavam um vigor dos novos padrões de privacidade.

Nesse movimento, ia-se construindo a idéia de cidade como lugar de circulação e adequação de equipamentos e serviços e, portanto, o urbanismo com um saber que atua sobre o espaço de forma técnica, simplesmente preocupado em fornecer melhores formas de sobrevi-

vência. Mas a intervenção real tinha uma concepção sobre a cidade e seus habitantes muito mais global. Por isso, entrava nas casas, esquadrinhava as maneiras de viver, definia o certo e o errado em todas as atividades da vida.

A população, considerada promíscua, viciosa, perigosa, reagiu de várias formas: recusou a vacinação, o isolamento, a transferência de moradia, a perda dos espaços de lazer e o controle sobre o seu trabalho. De pequenas resistências cotidianas a graves, suas manifestações eram recorrentes a esta estratégia de mudança, que a afetava mas não a incluía.

Mas quem eram esses moradores considerados objeto de intervenção? Como eles se organizaram e viveram esse movimento de redefinição da cidade?

Os trabalhadores de Santos, imigrantes, nacionais ou estrangeiros, tinham como característica comum o fato de terem chegado há pouco tempo na cidade. Eram, na sua maioria, homens, jovens e solteiros.

Os escravos dirigiram-se para a cidade principalmente a partir dos anos 1880, como parte de sua luta pela liberdade. A presença de um movimento abolicionista forte, a criação de um importante quilombo urbano — o Jabaquara — por parte da elite local, e a conseqüente facilidade de conseguir trabalho e sobreviver em liberdade faziam com que afluíssem em grandes quantidades para a cidade. Chegaram a morar no Jabaquara perto de 10.000 escravos fugidos. Eram controlados por um ex-escravo, Quintino de Lacerda, homem de confiança das elites locais, que fundaram o referido quilombo. Estes homens e mulheres trabalhavam em todas as atividades urbanas. Havia mesmo quem dissesse que, em Santos, o serviço era todo feito por estes homens em busca da liberdade.

Os imigrantes que chegavam na cidade eram, em sua maioria, portugueses e espanhóis. Vinham por conta própria, atendendo a “cartas de chamada” de familiares recém-imigrados. Os nacionais vinham procurando oportunidades de trabalho que as obras de reforma e ampliação do porto, e a expansão das atividades de exportação e importação vinculadas ou estimuladas pela expansão cafeeira, ofereciam.

Muitos destes trabalhadores viam sua estada na cidade como provisória. Os inspetores sanitários com freqüência denunciavam esta postura dos trabalhadores, considerada nefasta para a melhoria das condições sanitárias da cidade. Afirmavam que os trabalhadores viam com “um pé no estribo” e, por isso, pouco se importavam em “bem viver”.

Quase todos os trabalhadores compartilhavam as péssimas condições de moradia e salubridade do estuário, vivendo nos cortiços e nos morros. Entretanto, eles pouco se misturavam. Os cortiços respeitavam cor e nacionalidade. Os grupos de convívio e solidariedade também. Os negros eram discriminados pelo imigrantes, que se relacionavam mais facilmente entre si. Assim, algumas vezes, os negros moradores do Jabaquara e comandados por Quintino de Lacerda foram chamados a trabalhar nas obras do porto, funcionando como fura-greves das paralisações promovidas pelos trabalhadores portugueses e espanhóis.

Os imigrantes portugueses, quando alfabetizados, trabalhavam como caixeiros nas centenas de estabelecimentos comerciais existentes. E eram mais frequentes, juntamente com os espanhóis, como trabalhadores do porto. Mas, no geral, não havia distinção ocupacional por etnia. Apesar de encontrarmos brancos e negros, nacionais e estrangeiros em todas as atividades e lugares da cidade, havia entre eles forte segregação, largamente utilizada e estimulada pelas elites locais como mais um instrumento de controle e coerção.

Os trabalhadores moravam nos cortiços ou nos armazéns e lojas da cidade. Alguns dividiam os espaços das cocheiras com os animais. As ruas eram parte constitutiva do seu dia-a-dia. Trabalhando com a documentação, confronta-se, muitas vezes, a nossa noção de casa e privacidade com a daqueles homens e mulheres. Eles, quando inquiridos pelas forças policiais, definiam o que chamamos de cubículos e cômodos exíguos como casas. Aquilo que, para nós, são becos e ruelas de distribuição de cômodos nos cortiços, para eles eram ruas. Nesses espaços, consideravam sempre violenta e discriminatória a intervenção policial. Resolviam entre si seus conflitos, e a força pública só era convocada quando havia assassinatos. Nos demais casos, consideravam-se capazes de resolver suas desavenças.

A visão dos trabalhadores como vagabundos, em tradição construída desde o período colonial, naquilo que Laura de Mello e Souza chamou de “desclassificados”, era um instrumento fundamental de intervenção legitimada sobre o dia-a-dia destes homens e mulheres.

Imigrantes, nacionais ou ex-escravos, vadios, eram todos aqueles que desobedeciam à lei suprema do trabalho regular. Eram aqueles que não tinham profissão definida ou domicílio certo. Apesar da existência de mecanismos coercitivos que pretendiam impor, o trabalho regular como norma para todos e como condição da liberdade, as autoridades reivindicavam, sistematicamente, nova legislação sobre o tema. A utilização dos aparatos legais reforçava diferenças e marginalidades, que se iam instituindo e consolidando nos espaços urbanos em transformação.

Duas histórias, dentre as muitas encontradas nos documentos pesquisados em Santos, explicitam estas questões. Em abril de 1892, o inspetor de quarteirão prendeu dois portugueses por alterações havidas numa casa de pasto²¹, também cortiço, situada no Largo 11 de Junho. Os envolvidos e as testemunhas comiam em sociedade e, por passar das dez da noite, o proprietário queria fechar as portas do estabelecimento. Os envolvidos brigaram para ver quem pagaria a conta. A confusão, para os envolvidos, resolveu-se ali mesmo. Para a polícia, que entreviu com violência, e para a sociedade, dita de bem, atitudes como estas eram vistas como atentado ao sossego e à ordem pública, e justificavam prisões.

Numa outra ocasião, em janeiro de 1880, Conceição Petiza foi acusada de ofender a moral e a ordem pública, por promover arruaças e gritarias e usar roupas indecorosas juntamente com outras duas mulheres com quem morava, na Travessa do Rosário. Obrigada a assinar termo de bem viver, defendeu-se dizendo que o inspetor tinha para com ela intenções ilícitas, e perguntava por que a acusavam e não aos senadores e deputados “que dia a dia, pelos jornais, deixam as Câmaras e Parlamento, fazendo descomposturas e com gritarias” ou, ainda, as atrizes que se vêem nos teatros e restaurantes vestidas de modo imoral e indecente.

A repressão à vagabundagem era a forma mais cotidiana e sumária de intervenção legal no universo das classes trabalhadoras. A partir destas intervenções e dos demais registros sobre as formas de vida desses grupos, foi possível caracterizar alguns elementos que, decisivos para suas formas de vida e inserção na cidade, eram vistos como problema pelas autoridades.

A precariedade das condições de vida era um dos maiores empecilhos para a constituição dos moradores que se desejava para esta cidade moderna. Esta precariedade aparecia tanto na posse de bens e pertences quanto nas deploráveis condições de moradia. Nunca foi tratada pelas autoridades como resultante das péssimas condições de trabalho a que estavam submetidos esses homens. Era sempre diagnosticada como elemento revelador da “incivilidade”, assim como a vagabundagem como atributo e não como um problema social.

A precariedade de bens, uma “pobreza” do ponto de vista da sociedade capitalista, pode ser detectada no início do período para quase todos os grupos sociais que compunham a cidade. Mesmo os mais abastados distanciavam-se muito dos padrões de consumo e posse, podendo ser detectados para o final do período. A descrição de bens existentes em alguns inventários, em festas de casamento²² e as infor-

mações sobre o mobiliário das casas e chácaras da elite revelam a existência de poucos bens, mas com um caráter muito mais permanente e duradouro. Daí a importância, por exemplo, dos móveis que, encomendados, revelavam a posição social de quem os possuía e que passavam de geração a geração. Na virada do século, seja nas casas abastadas, seja nos hotéis de luxo que estavam sendo construídos na cidade, podemos perceber o avanço do mundo das mercadorias. A sofisticação do gosto, a importação dos novos itens de consumo, postos à disposição de quem tinha dinheiro, pela sociedade industrializada, traduziram-se no aparecimento de objetos os mais variados: talheres de prata, cristais, iustres, enfeites para as casas e pessoas. Esse processo consolidava a diferenciação social pelo acesso a uma maior variedade de bens.

Se, para as elites, o acesso ao mundo das mercadorias era ainda restrito, para as classes trabalhadoras era praticamente inexistente. Os inspetores da Comissão Sanitária não se cansavam de enfatizar a precariedade das posses dos moradores dos cortiços. A mobilidade da população estava em muito associada ao fato de nada terem. Dormiam em pedaços de pano e, às vezes, nada tinham, a não ser uma camisa ou um toco de vela. Raramente um violão. Em abril de 1888, a polícia estava procurando Félix Antônio Dantas, que adorava passarinhos, especialmente canários. Foi à casa de sua amásia, Ana Fernandes de Souza. Ela disse não saber de seu paradeiro. Perguntada sobre os pertences do amante, ela informou que ele tinha planos de voltar para Pernambuco e teria para lá enviado suas roupas, ficando apenas com a roupa do corpo²³. A posse de muitos bens, como, por exemplo, três camisas, era suficiente para levantar suspeitas sobre a honestidade de qualquer trabalhador. Ou, ainda, entravam com processos na Justiça para reaver pertences que garantiam a sobrevivência dos envolvidos, como, por exemplo, uma vaca²⁴.

Na virada do século, este quadro começava a apresentar algumas mudanças. Passaram a ser mais comuns os relatos de trabalhadores que, mesmo morando em habitações coletivas, tinham uma lista maior de bens, que ia de peças de roupa, enfeites e até mobiliário. José dos Santos Ferreira foi assassinado quando se dirigia para a casa de um amigo, padeiro, em Vila Mathias. Seu corpo foi reconhecido pela identificação do seu alfinete de gravata e do guarda-chuva²⁵. Também começaram a aparecer inquéritos policiais sobre furtos de objetos de valor das casas de residência, tais como relógios, prataria e cristais, indicando uma crescente variedade e disponibilidade de mercadorias, e o valor que elas adquiriam na sociedade.

A precariedade de bens revelava, para além da pobreza, a recente inserção do país e destes grupos no mercado de consumo, no universo das mercadorias. Mas indicava e reforçava a mobilidade, a instabilidade dos diferentes grupos sociais.

A esta precariedade de bens, bastante generalizada para o início do período, estava associada a das habitações, que implicava uma indefinição dos limites da privacidade, da casa e da rua. A existência de uma enorme quantidade de “casas de pasto” era o aspecto que mais chamava a atenção. Foram nelas que, muitas vezes, ao se confundirem com o espaço da cozinha da casa que estava sendo sublocada, que se passaram muitas e muitas das histórias que temos registradas na documentação. Eram estabelecimentos distintos dos cafés ou bares, que também existiam em profusão pela cidade, sobretudo na região próxima do porto. Para o final do período dado, vão gradativamente perdendo a importância tanto pela construção de casas com cozinhas habitadas por famílias quanto pela consolidação de bares-restaurantes no sentido mais contemporâneo.

A precariedade da separação entre a casa e a rua com a imprecisa definição do que caberia a cada espaço pode também ser percebida numa infinidade de pequenos exemplos que a documentação registra: banheiros de cortiços sendo utilizados por transeuntes; os conflitos que, começando nas ruas ou em algumas casas, invadem outras; a dificuldade ou, melhor, não importância, que a população dá para o endereço de residência, o fato comum de as pessoas não terem domicílio ou mudarem freqüentemente de casa²⁶. A casa como domicílio da família e sonho de ascensão social começou a aparecer na documentação apenas na década de 1890, mas, sobretudo, na virada para o século XX.

A existência de toda uma rede de serviços e a sociabilidade que complementava as funções que se desejava congrega na casa era fundamental para explicar, pelo menos em parte, a intensa mobilidade destes grupos, vista pela sociedade como nefasta e como algo que devia ser controlado. Era imperioso sedimentar a população em geral e, particularmente, as classes trabalhadoras.

Apontamos várias vezes a mobilidade como uma das características da população, especialmente das classes trabalhadoras. Em Santos, este caráter errante era reforçado por sua condição portuária, pela maciça presença de uma população masculina e pelas epidemias. A notável mobilidade destes trabalhadores acontecia seja no espaço da cidade, onde mudavam de residência e trabalho com velocidade vertiginosa, seja pelo país afora.

Mas, pelo menos para o início do período estudado, esta mobilidade, apesar de questionada, era aceita. Num processo de 1881, o empregado do comércio, Antônio Valongueiro, trabalhava na firma de Pereira Lobato e Belmanso havia nove meses. Ficava sozinho, tomando conta dos negócios, morando no estabelecimento e com ordens de remeter os valores acima de 500\$000 réis para São Paulo ou Rio de Janeiro²⁷. Em outros processos, aparecem trabalhadores em situação semelhante e muitos deles estavam no trabalho havia alguns dias e, sem nem mesmo saber quanto ganhavam, faziam retiradas. A mobilidade em relação à moradia fez com que um inspetor sanitário os visse como “ratos desocupando porões”. A instabilidade das relações pessoais se revela na rapidez com que se faziam amigos ou com que se estabeleciam e se desfaziam as relações amorosas.

Fosse nos morros ou na “cidade baixa”, a precariedade, a mobilidade e a instabilidade eram características recorrentes da vida dos trabalhadores. Aqueles que trabalhavam no porto tinham um pouco mais de estabilidade no trabalho. Os operários mais qualificados, sobretudo os caixeiros das lojas e armazéns, às vezes conseguiam se transformar em proprietários de pequenos negócios. Para a imensa maioria, as adversas condições de existência foram traços mais permanentes.

Essa mobilidade, associada com a precariedade, tinha como resultado indesejável a instabilidade das pessoas, das fortunas, das definições sociais. Uma dificuldade de definir e inserir os grupos que habitavam a cidade, colocando “cada um no seu lugar²⁸”. A mobilidade foi rapidamente diagnosticada como problema que indicava as precárias condições de vida na cidade e os baixos “níveis de moralidade” de seus habitantes. O sucesso das reformas pretendidas passava por sedentarizar e estabilizar a população.

Portanto, não eram só os instrumentos legais e punitivos que estavam sendo acionados nos processos de formação da classe trabalhadora e da nova cidade. Um conjunto de outros recursos estava se consolidando como forma de instituir procedimentos universais e abstratos para todos os habitantes e, neste sentido, transformar-se em legítimos instrumentos de controle, fundados na ciência e na técnica, indicadores de progresso. Era assim que se apresentava o avanço das estatísticas, da medição do tempo²⁹ e das formas de identificação³⁰.

O recenseamento realizado pela municipalidade de Santos, em 1913, apresentava os critérios utilizados e a sua justificativa. A estatística era vista como ciência dos grandes números. Afirmava-se que, com tal instrumento, a cidade poderia conhecer seu crescimento, que já era

sensível. Guilherme Alvaro relacionou a realização deste censo com o sucesso das reformas sanitárias, ambos indicadores do advento de um novo tempo. Contavam-se domicílios que tinham endereço. Fazia-se um esforço de reformar as casas, pavimentar as ruas e numerar as edificações. Contudo, a população não identificava seus espaços na cidade por estes novos e abstratos procedimentos. Para ela, as indicações ainda se referiam ao uso e identidades que estabeleciam com os lugares. Nunca souberam informar com precisão o número das casas onde moravam.

Também estavam se generalizando novas medições de tempo e procedimentos de identificação pelas das formas ditas científicas de reconhecimento dos indivíduos. O relógio aparecia, cada vez mais, como objeto de distinção social e indicador de modernidade. O preciso passar das horas, dos meses, incorporou-se na realidade cotidiana daquelas pessoas, que, poucos anos antes, não conseguiam marcar o horário de bailes de carnaval, não dimensionavam a jornada de trabalho e, para quem, a alforria com prestação de serviços parecia retorno à condição de cativo, porque se perdia na fronteira da indeterminação. Sobretudo para os trabalhadores do porto, as sirenes indicavam os vários momentos da jornada de trabalho. Aí também passaram a ser exigidas carteiras de identificação funcional para que as turmas de trabalhadores pudessem atravessar os portões de acesso às docas. O governo começava a exigir documentos e registros gerais para os habitantes. Em 1911, Washington Luís, então Secretário da Justiça, instituiu a carteira de identidade com impressão digital³¹.

Estas formas de reconhecimento e identificação, que estavam sendo instituídas, pretendiam-se universais. Os avanços da estatística e a crescente utilização de seus métodos de mensuração transformaram-se em critérios de apreensão da realidade. A implementação de planos urbanos que apreendiam a cidade e seus habitantes como abstração faz parte desse mesmo movimento. A documentação oficial também mudava de tom ao longo do período, incorporando essa visão técnica e abstrata. Passa de comentários quase pessoais, muitas vezes valorativos, para informações apresentadas por quadros, índices e tabelas. O conjunto destes procedimentos tentava dar conta do controle que se exigia sobre a cidade em expansão.

Encantado com o sucesso das mudanças ocorridas e de como elas indicavam a emergência de uma nova cidade, o diretor do serviço sanitário de Santos — Guilherme Alvaro — destacava muitas das novas formas de controle vistas como progresso:

“Toda gente concordava que Santos estava se transformando, sua população crescendo continuamente, intensificando patentemente sua vida urbana, surgindo usos e costumes novos... Confiava-se no futuro da cidade, onde casas e terrenos valorizavam-se continuamente, diminuindo a cada mês o número de diários que viajavam para São Paulo, ouvindo por toda parte afirmações de residência definitiva na cidade. Era consoladora essa evolução, em contraste com tempos ainda próximos em que a frase “agora estou em Santos” caracterizava a instabilidade de grande parte da população... A própria vida doméstica santista se transformava, generalizando-se o conforto, popularizando-se as instalações de banheiras, tomando os interiores aspecto de maior gosto, substituindo-se o mobiliário de carregação por outros mais cuidadosos e de alto custo. As refeições aconteciam cada vez mais tarde. Os itens alimentares eram mais variados e cada vez mais comprados nas muitas lojas da cidade. O cinema fascinava a cidade, provocando, até hora avançada da noite, desusado movimento. A beira-mar, incorporada à cidade por majestosa avenida em linha reta, indicava um novo lazer que, para os contemporâneos, indicava salutarees mudanças de usos e costumes”³².

Desta cidade estava excluída a maioria dos trabalhadores e, sobretudo, negada a forma de nela viver que eles haviam conhecido.

NOTAS

1. Esse texto foi elaborado a partir da nossa tese de doutoramento *Uma cidade na transição: Santos 1870-1913*, defendida, em abril de 1994, junto ao Departamento de História da FFLCH-USP.

2. Maria Stella Bresciani destaca que existem duas abordagens possíveis para o estudo das cidades. Uma que, apegando-se essencialmente à sua materialidade, faz uma análise de cunho evolutivo, enfatizando a visão da “cidade como obra” vs. “campo como natureza”, ou a “cidade como natureza nociva”. Uma outra que, emergente a partir de meados do século XIX, define como ruptura o momento em que a cidade aparece como questão social, estruturando linhas gerais de análise e intervenção que permanecem até hoje. Para esta abordagem,

o inimigo já não estaria fora das cidades, e as muralhas perdem, portanto, seu sentido. Tratava-se então de construir portas conceituais, o que tornava a cidade objeto de conhecimento, e esta seria a única forma possível de intervenção. Neste sentido, construiu-se todo um aparato técnico, que, por sua vez, não se desvinculava de uma orientação política. A autora propõe a utilização destas portas conceituais, formuladas ao longo do século XIX, como as entradas possíveis para uma análise das cidades. Bresciani, M. S. *Permanência e ruptura no estudo das cidades*. Texto xerografado, apresentado no Seminário de História Urbana promovido pela ANPUR em Salvador, Campinas, 1990.

3. Para as cidades européias, existe um série de trabalhos que mostram as resistências às mudanças por parte das classes trabalhadoras e que indicam as novas características das cidades, destacando o impacto das reformas urbanas. Ver, por exemplo, Perrot, M. *Os excluídos da História*. Trad. Rio de Janeiro, 1988. Para o Brasil, é significativo o aparecimento, em 1883, de um documento, “Enciclopédia dos Conhecimentos Indispensáveis à Vida Prática”, escrito por um advogado, Felipe Neri Colaço, destinado à difusão das novas regras de civilidade necessárias em face do crescimento das cidades e da necessidade de regulamentar a vida nestes espaços. Citado por Maria Emília P. Marchiori, *Os impasses da cidadania na transição da Monarquia para a República (1870-1902)*. Tese de Doutorado, FFLCH, USP, São Paulo, 1992, p. 323.

4. Pierre, G. *La ville. Le fait urban a travers le monde*. Paris, 1952.

5. Raymond, W. *O Campo e a cidade*. Trad. São Paulo, 1989, p. 215.

6. Hobsbawn, E. *A era do capital, 1848-1875*. Trad. Rio de Janeiro, 1982, p. 223. Ver, também, Raymond, W. *O campo e a cidade*. Trad. São Paulo, 1989, caps. 14 e 15.

7. Raymond, W. Op cit., p. 213 e Hobsbawn, E. Op. cit., p. 223.

8. Pierre, G. Op. cit., p. 7.

9. Viotti da Costa, E. “Urbanização no Brasil do século XIX”. In: *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo, 1977, p. 200.

10. Castells, M. *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Análise a expansão e metropolização das cidades na América Latina como expressões dos padrões diferenciados de consolidação e expansão do capitalismo. Singer, Paul. “Desenvolvimento econômico e evolução urbana”. São Paulo, 1968. Também enfatiza este aspecto de formação de grandes núcleos urbanos, destacando ainda as relações internas entre campo e cidade e intra-regiões.

11. Warren, D. “A industrialização de São Paulo (1880-1945)”. Trad. São Paulo, 1971, Parte I. Morse, R. “Formação histórica de São Paulo”. Trad. São Paulo, 1970, 3ª Parte.

12. Para a discussão dos conteúdos e relações entre o público e o privado, ver Habermas, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Trad. Rio de Janeiro, 1984; Sennett, R. *O declínio do homem público*. Trad. São Paulo, 1988; Arendt, H. *A condição humana*, Trad. Rio de Janeiro, 1991.

13. Para análise desses temas, ver, entre outros, Ariés, P. *História social da criança e da família*. Trad. Rio de Janeiro, 1986; Polanyi, K. *A grande transformação*. Trad. Rio de Janeiro, 1980; Hobsbawn, E. *A Era dos Impérios*. Trad. Rio de Janeiro, 1988; Thompson, E. P. *Tradición, revuelta e consciencia de clase*. Trad. Barcelona, 1984.

14. Murilo, M. “A cidade brasileira”. São Paulo, 1980, p. 22.

15. Os viajantes e memorialistas enfatizam esses aspectos quando procuraram os indicadores de progresso e modernidade. Ver, entre outros, Barros Ferreira. *Meio século de São Paulo*. São Paulo, 1954, e Raffard, H. *Alguns dias na Paulicéia*. São Paulo, 1977. Os trabalhos para o Rio de Janeiro, a mais importante cidade brasileira do período, enfatizam essas questões, mostrando a importação desses códigos pela elite tanto no que se refere a hábitos e costumes quanto à própria idéia de cidade. Ver, por exemplo, Needell, J. D. *Belle Époque Tropical*. Trad. São Paulo, 1993, e Frédéric Mauro, *O Brasil no tempo de Dom Pedro II*. Trad. São Paulo, 1991.

16. Pretende-se, aqui, apenas apontar algumas vertentes básicas que serviram de referência à análise apresentada e não fazer uma ampla discussão da bibliografia e suas várias possibilidades de abordagem a respeito das cidades ou do fenômeno urbano. Para uma visão dos múltiplos enfoques desta questão, onde a problemática da definição do que é cidade marca, sobretudo, os estudos de caráter mais sociológicos, ver, entre outros, Roncayolo M. e Thierry Paquot (org.). *Textes essentiels Villes e Civilization Urbaine XVIII — XIX siècle*. Paris, 1992; Guilherme Velho, O. (org.), *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro, 1967; Bettin G. , *Los sociólogos de la ciudad*. Trad. Barcelona, 1982, e Choay F., *O urbanismo: utopias e realidades*. Trad. São Paulo, 1979.

17. Em Santos, como no Rio de Janeiro de Pereira Passos, a remodelação do porto veio acompanhada de uma política de intervenção urbana com cunho sanitarista e que acabava por excluir a população pobre. Nicolau Sevckenko afirma que, no Rio de Janeiro do início do século XX,

tratava-se de apresentar ao mundo desenvolvido a imagem de um governo sólido e estável, uma nação pacificada e uma dívida renegociada. Para isso, era também necessário segregar espaços na cidade, uma separação ética dos corpos. Sevckenko, N. *A Revolta da Vacina*. São Paulo, 1984, p. 42.

18. “Caberia então ao urbanismo disciplinar os comportamentos sociais tanto nos espaços públicos quanto nos espaços privados, pela socialização do sentimento de intimidade e da negação de toda e qualquer promiscuidade, sobretudo por meio das ações dos higienistas e reformadores sociais”. Monteiro de Andrade C. R. *A peste e o plano: o urbanismo sanitário do engenheiro Saturnino de Brito*. Dissertação de Mestrado, FAU-USP, 1992, p. 208.

19. Comentando Walter Benjamin, Sérgio Paulo Rouanet (“É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela”. In *Revista USP*, nº 15, set/nov 1992) afirma que em Paris “as condições sanitárias eram deploráveis. Mas a burguesia sabia como evitar o cólera entre as classes populares: moralizando-as pelo trabalho”... “mas nem sempre a moral servia para eliminar a epidemia: às vezes era a epidemia que era convocada para eliminar a imoralidade” (p. 62).

20. “Relatório anual do Dr. Helvécio de Andrade, inspetor sanitário do 4º distrito”, publicado no Relatório da Comissão do Serviço Sanitário em Santos e apresentado ao Diretor-geral do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo pelo Chefe da Comissão, Dr. Tolentino Filgueiras, anexo ao *Relatório apresentado ao senhor presidente do estado de São Paulo pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Antônio Dino da Costa Bueno*. São Paulo, Typ. Diário Oficial, 1897.

21. Casas de pasto em lugares que forneciam refeições para os trabalhadores. Em geral, ficavam nos cortiços e serviam comida para os seus moradores e outros que lá aparecessem. Revelam a inexistência da casa como moradia unifamiliar com cozinha e demais dependências.

22. Fernandez Lopes, A. *Vida e lutas de três gerações*. São Paulo, 1972.

23. *Inquérito Policial por busca de réu afiançado*, 1888, AGFCS, caixa 178.

24. *Processo crime Manoel Costa versus Almeida Galvão*, 1888, AGFCS, caixa 181.

25. *Justiça versus Evaristo Rodrigues*, 1903, AGFCS, caixa 288 retirar da outra nota.

26. “Cândida, sem profissão ou domicílio certo, estava indisposta e di-

rigia-se para a Santa Casa. Sentindo dores na barriga, entrou no cortiço da Rua Brás Cubas nº 114, ou nº 120, não se sabe ao certo, para ir ao banheiro, que ficava, como em muitas outras habitações, numa casinha no fundo do terreno.” *Justiça versus Cândida Maria das Dores*, 1907, AGFCS, caixa 321. “A maioria dos envolvidos nos processos por vadiagem declara não ter domicílio certo. Mesmo trabalhadores com ofício, como Manoel Caetano da Silva, mudam muito rapidamente de endereço. No seu depoimento afirma ter morado 18 dias com o acusado do crime.” *Inquérito criminal de Antônio Vaz Santos*, 1888, AGFCS, caixa 181. Ou moradores de cortiços que residem há dias ou semanas no local.

27. *Autos de Inquérito relativos a um roubo de dinheiro em casa comercial de Pereira Lobato e Belmanso*, 1888, AGFCS, caixa 144.

28. A expressão é de Raquel Rolnick: “Cada um no seu lugar” (São Paulo, início da industrialização: geografia do poder). Dissertação de Mestrado, FAU-USP, São Paulo, 1981.

29. Thompson, E. P. “Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial”. In *Tradicón, revuelta y consciencia de clase*. Trad. Barcelona, 1984, pp. 239-293, e Le Goff, J. “O tempo de trabalho na ‘crise’ do século XIV”. In *Para um novo conceito de Idade Média*. Trad. Lisboa, 1980, pp. 61-73.

30. Ginsburg, C. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In *Mitos, emblemas e sinais*. Trad. São Paulo, 1989, pp. 143-180.

31. Americano, J. *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*. São Paulo, 1957, pp. 234-238.

32. Guilherme Álvaro. *A campanha sanitária em Santos*. São Paulo, 1919, pp. 138-142.

O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20

Robert Moses Pechman

Docente associado do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Desde a metade do século XIX, ensaiava-se, na capital do país, a teatralização da vida urbana.

Para um país que vivera por três séculos enfurnado nas Casas Grandes, a experiência urbana era uma novidade.

Tivemos cidades, é certo, desde a primeira vez que arregalamos os olhos e vimos que “nessa terra, em se plantando, tudo dá”. Plantou-se açúcar, colheu-se cidades, que era por onde o melaço escorria para além-mar e virava riqueza. Cidades sempre tivemos, mas profundamente agarradas a uma dinâmica forjada fora delas — no campo — baseada na terra e no trabalho escravo.

Tínhamos cidades, mas a experiência urbana ainda era uma novidade entre nós. E digo o devido a que: porque não tínhamos “pro-

blemas urbanos”. É sabido que não havia água encanada, sistema de esgoto, as ruas era estreitas, escuras, tortuosas e havia ainda nem mesmo porto que substituísse os velhos trapiches por onde o rio se fazia ao mar.

O Rio de Janeiro era uma cidade plena de percalços e insisto em dizer que os “problemas urbanos” não existiam. Não existiam porque não tinham sido inventados. Aquilo que se desenrolava no espaço da cidade certamente eram problemas, mas não eram problemas urbanos. A cidade não era tematizada como uma questão.

Serão os médicos-higienistas, com suas investigações sobre os agentes causadores das epidemias, nas suas suposições sobre a contaminação do meio urbano pelos miasmas, que inventarão os problemas urbanos. Daí por diante, a cidade não será mais a mesma coisa. Ela passa a ser objeto de investigação e de intervenção da medicina, que a coisifica sob a forma de corpo urbano.

Legitimando-se como um saber sobre a cidade, a medicina se tornará a referência fundamental na articulação de um pacto entre os novos grupos oligarcas dominantes, que terá a cidade como base.

Falo aqui de algo que vou cunhar de *pacto urbano*, que teve o poder de enquadrar novos e velhos grupos citadinos à dinâmica de uma cidade em transformação e que entronizava os princípios higienistas como norma de comportamento social.

Com essa operação de atualização “urbanística” da capital, que se espelha nas grandes capitais internacionais, a cidade passa a ser o elo fundamental no processo de consolidação do Estado nacional (sede do governo, centro administrativo, porto, centro cultural etc.) e base de um novo sistema de ordem fundado não mais na pura repressão, mas na disciplina.

Segundo Jurandir Freire, “a questão da salubridade levantada pela medicina ligou-se, de imediato, ao interesse do país. As epidemias, as febres, os focos de infecção e contágio do ar e da água sempre foram fantasmas para a administração colonial. A população era dizimada por ocasião dos surtos epidêmicos e, nos períodos interstícios, apresentava uma taxa de mortalidade elevada. A burocracia era impotente para debelar o caos sanitário, pois não dispunha do apoio econômico da metrópole para drenar pântanos, calçar ruas, regulamentar o comércio de alimentos, construir esgotos etc., nem possuía recursos técnicos para o controle da população.

Enquanto que, na colônia, a visão caritativo-assistencial da religião reduzia a “assistência médica” a uma atividade social marginal e supérflua, no Império a ética leiga dos higienistas fez ver que a saúde

da população e do Estado coincidiam. A saúde da população inscrevia-se, assim, na política do Estado”¹.

É, pois, a partir da nova condição urbana da capital dada pela medicina que será possível a higiene incorporar a cidade e a população ao campo do saber médico.

Na visão de Roberto Machado, “é assim que os médicos formulam uma verdadeira teoria da cidade, desenvolvendo em vários níveis uma reflexão sobre a morbidade urbana e explicitando a exigência de realização de condições de vida ideais, que a tornam um poderoso instrumento de normalização da sociedade. Nesse sentido, a medicina social é uma medicina essencialmente urbana... nada do que é urbano lhe pode ser estranho”².

A ordenação da cidade é, portanto, condição fundamental na possibilidade de transformação dos indivíduos e materialização das exigências normalizadoras da nova ordem social³.

Segundo Machado, “a medicina formula um discurso histórico e inscreve-se na História, tratando, em nome de seu projeto, tanto o passado quanto o presente e o futuro”.

“O passado é o momento do projeto social, onde se elabora a idéia do bem comum, um código de direitos e deveres, a responsabilidade pela existência e manutenção da sociedade. O presente revela o quanto se está afastado da observância do pacto social, onde cada um age isoladamente, visando ao benefício imediato e individual. É o desprezo pelo bem comum. E o futuro é o momento onde a medicina, com seu conhecimento e sua prática, coloca-se como base para a construção da nova ordem, onde se reencetará o pacto social.”⁴

A administração do prefeito Pereira Passos (1902/1906), com sua política higienista e obra de renovação do centro da cidade, significou o futuro e reedição do pacto social, a partir de uma nova ordem urbana que se gestava.

Com Passos, o urbanismo ensaiava os seus primeiros passos entre nós e dava mostras do que seria a tradução que se fazia das teorias higienistas/urbanísticas européias: enquadramento de tudo e de todos na lógica higienista da circulação e diferenciação; renovação urbana a partir dos princípios de melhoramento e embelezamento (cenário urbano) e, principalmente, a construção de uma imagem de capital civilizada como paradigma, projetando-se por todo o país e espalhando-se pelo resto do mundo.

Mais do que resolver os “problemas urbanos” de toda natureza, suscitados por uma cidade em crescimento, vicejou entre nós um “urbanismo de capitalidade”, que visava menos uma reforma que uma

reforma da urbanidade, ali onde a cidade-capital deveria representar o *ethos* do país.

Podemos constatar que a intervenção higienista acabou com as epidemias, mas esteve longe de minorar as principais doenças que matavam a população, principalmente as classes mais pobres, como a tuberculose e as enfermidades gastrointestinais. Observamos a drástica intervenção física no centro com a destruição de cortiços, casas-de-cômodos e casas anti-higiênicas, ao mesmo tempo que o agravamento da crise de moradias e a piora das condições de habitabilidade. O centro urbano é objeto de intervenção, regulação, instalação de infra-estrutura e embelezamento, enquanto que outras áreas da cidade crescem espontaneamente, sem qualquer tipo de assistência dos poderes constituídos, reproduzindo, ali, os problemas urbanos resolvidos acolá.

Trata-se, pois, menos de resolver os “problemas urbanos” do que tomá-los como objeto de uma nova legitimidade social dada exatamente pela capacidade de “equacionar” a questão urbana. Quem pôde fazê-lo — médicos, higienistas e engenheiros — esteve no poder, comandou o processo de articulação do pacto urbano e a constituição da cidade-capital como a imagem síntese de nação civilizada.

Anos 20 — O urbano fora do lugar?

Yes, nós temos urbanismo! Isso é o que provavelmente poderia afirmar qualquer orgulhoso carioca, passada a Era Passos. O Rio, com seu centro renovado “à la Paris”, era a prova de quanto a inspiração urbanística ajudara a “civilizar” o país. O único problema era que o Centro do Rio ficava na cidade do Rio e não em Paris, e mais do que isso, ficava no Brasil e não na Europa.

Sim, tínhamos urbanismo, mas continuávamos a ter problemas urbanos. A vaga higienista entre nós aparentemente se esgotara nos anos 10 e os debates sobre a cidade saíram de cena. Aqui a experiência urbanística se esgotara na “regeneração” do corpo urbano e na hierarquização do corpo social, sem necessitar negociar melhorias nas condições de vida dos grupos, que, da cidade, sobreviviam de seus restos e, por isso mesmo, violavam, nas suas práticas cotidianas, as normas sanitárias.

Fora do Brasil, na Europa ou nos Estados Unidos⁵, desde finais do século, novas experiências urbanísticas vinham sendo levadas a cabo, já não unicamente pautadas pela melhoria das condições sanitárias da

cidade, mas, também, agora comandadas pela percepção de que uma das saídas para os perigos da questão social estava na melhoria do meio físico e moral onde viviam os trabalhadores, indivíduos privilegiados dessa questão.

Na Europa ou na América, o crescimento industrial, a presença do proletariado na cidade, a proliferação dos bairros operários com o seu séquito de “problemas”, a miséria, o desemprego e a exclusão social chamavam a atenção das autoridades, profissionais afins, técnicos e políticos.

O projeto político liberal do *laissez-faire* levava à radicalização das relações capital/trabalho, com sério risco de convulsão social. Diante desse quadro, as tentativas de equacionamento da questão se sucedem, fazendo nascer o projeto da Reforma Social. A percepção de que o “progresso social” dependia das boas condições do meio urbano faz com que o projeto reformador evolua das intervenções isoladas em pontos críticos emergentes para uma compreensão mais articulada dos problemas urbanos e para uma ação mais coordenada (planejada) da expansão urbana. Nesse sentido, a categoria meio físico, explicativa dos problemas urbanos, começa a ceder lugar para a nova categoria — meio social — onde questões urbanas e questões sociais irão se articular.

É exatamente do cruzamento dessas duas questões que nascem as primeiras aplicações práticas do urbanismo como ciência: as *garden-cities*.

No Brasil, apesar dos “problemas” sociais e urbanos não tínhamos ainda uma questão social e não tínhamos mais uma questão urbana. Conhecíamos o urbanismo, mas sua tradução entre nós limitou-se a produzir uma “civildade higienizada” sem precisar aventurar-se pelas questões dos direitos sociais que a vida urbana suscitava, questionava.

Enquanto que, na Europa, as representações da pobreza e do poder vão-se transformando⁶ e o conceito de classes perigosas vai cedendo lugar para a percepção das massas empobrecidas geradas por um sistema econômico-político “desajustado”, no Brasil a questão social é ainda um caso de polícia e tratada por meio da repressão. Certamente que as diferentes condições de expansão do capitalismo, em cada um dos continentes aludidos, servem para explicar as diferentes percepções da questão dos direitos dos trabalhadores e, por conseqüência, de seus direitos às condições de vida urbana.

Na Europa, a industrialização do início do século passava por uma fase crucial na subordinação da mão-de-obra às viscissitudes da re-

produção industrial. Hábitos arraigados nas classes populares como a mobilidade, a intermitência do emprego e a preferência por moradias baratas no interior dos bairros operários tradicionais, mesmo que insalubres, significavam um impasse para o processo de produção industrial, para o qual a mão-de-obra deveria estar plenamente disponível e, mais do que isso, apta a trabalhar, isto é, educada nos hábitos do trabalho.

Nesse sentido, os bairros operários funcionavam como verdadeiros redutos de resistência ao assalariamento e à subordinação da esfera do consumo nas grandes capitais⁷.

Era possível, ainda, sobreviver nas dobras da cidade, sem se submeter integralmente à dinâmica da vida industrial, graças às relações de solidariedade tecidas pelos grupos populares nas malhas da cidade.

A cidade com suas múltiplas possibilidades econômicas, espaciais e culturais (costumes/tradições) era o refúgio dos despossuídos e, por isso mesmo, o alvo central da crítica e ação dos reformadores no sentido de sua “adequação” às novas condições do desenvolvimento capitalista.

No Brasil, o processo de urbanização não fora forjado propriamente pela industrialização ou mesmo pelo capital industrial e, por conseguinte, não desenvolvera uma classe operária nos moldes a que nos referimos às classes trabalhadoras forjadas pelo processo industrial no exterior.

Ao contrário, apesar da urbanização, apesar das próprias indústrias nascentes, basicamente no Rio, em finais do século XIX, o Brasil ainda era um país essencialmente rural, e, nas cidades, prevalecia a lógica mercantil do capital comercial.

Esses dois fenômenos ajudarão a explicar, diferentemente da Europa e dos Estados Unidos, porque aqui, apesar da forte influência estrangeira das teorias higienistas na formulação do pensamento urbanístico, ainda em finais do século, a questão urbana e a questão social não se cruzam.

Entre nós, as idéias urbanísticas e os projetos para a cidade tiveram muito mais o caráter de resolução de “problemas técnicos” e intervenção no equipamento de situações críticas da cidade do que o de uma política de reforma urbana baseada no pressuposto da necessidade de planejamento da cidade que enquadrasse seus problemas sociais derivados de uma “má urbanização”. Vamos partir dessa hipótese e daquilo que lhe deu fundamento para tentar explicar as questões que estiveram na origem do pensamento urbanístico no Brasil (Rio de

Janeiro) e que, historicamente, situamos nas duas primeiras décadas deste século.

Até a primeira metade do século XIX, o Rio de Janeiro vivia basicamente do excedente da economia de exportação, que, graças à sua função política de capital, era aqui retido. A criação de um mercado interno, possibilitada pela retenção do excedente, estimularia o capital comercial no investimento, na própria cidade, como mercadoria, ampliando suas possibilidades de acumulação.

O investimento na cidade se mostrara uma esfera alternativa de acumulação das mais lucrativas, atraindo capitais e estimulando a formação de empresas que produzissem e/ou vendessem “serviços urbanos”, como água, luz, transporte, esgoto, gás etc.

A cidade com seus serviços e o espaço construído tornavam-se objeto do lucro, para essa fração do capital que se acumulava a partir da especulação, das concessões governamentais, das diferenças dos preços de compra e venda e das demais formas tipicamente mercantis.

Nessa conjuntura, a indústria beneficia-se apenas secundariamente — às vezes residualmente — dos negócios do capital comercial, não podendo subsistir sem ele. “A consequência disso é que o capital industrial era incapaz de reproduzir-se por si só, em escala ampliada; incapaz de revolucionar, total e permanentemente, o modo de produção, permanecia subordinado ao capital comercial (embora não diretamente) com a manufatura comercial e dependente do exterior”⁸.

Essa característica econômica de um aglomerado que não parava de crescer tanto espacialmente quanto em número de habitantes*, numa cidade onde importante contingente da população fora escravo, ou filho de escravo, e que abrigava um grande número de imigrantes estrangeiros e nacionais, marcaria profundamente a vida urbana a partir do viés da provisoriedade e da oportunidade, típico das economias calcadas na especulação. Assim conviviam, num mesmo espaço, operários, artesãos, trabalhadores de “viração”, desempregados, vagabundos, malandros e toda uma “fauna” que vivia e era produzida nos poros da sociedade.

A imagem de uma cidade porosa, que abrigava nas suas dobras uma população sem vínculos urbanos definidos, soma-se às concepções antiurbanas que surgem na sociedade e que visam justamente criticar as “deformidades” produzidas pela vida urbana.

* Entre 1890 e 1900, a população passou de 522.651 para 691.565 habitantes, um aumento de 33%. Entre 1906 e 1920, o número de habitantes pulou de 811.443 para 1.157.875, isto é, um crescimento de mais de 40%.

Essas concepções antiurbanas, historicamente cunhadas de ruralismo, teve larga repercussão no meio urbano e importante papel no pensamento político-social brasileiro a partir de 1915⁹.

Não se tratava somente, como querem alguns autores, de uma “revalorização do mundo rural preexistente, em função das várias mudanças que este vem sofrendo, ou das que lhe são impostas”¹⁰. A crítica antiurbana amplia-se na condenação da organização jurídico-liberal-federativa da República Velha, vista como defasada da real existência do país¹¹. Um intenso debate sobre qual seria o verdadeiro caráter nacional generaliza-se pela sociedade. Os ideais ruralistas ultrapassam o mundo agrário e penetram nos domínios da moral, preconizando uma filosofia antiindustrialista e antiurbana, ressaltando as vantagens e a superioridade da vida no campo. Essa ideologia, produzida na própria cidade, é incorporada pelos principais movimentos ideológicos e políticos, seja à esquerda ou à direita, pelo pensamento católico e pelas correntes nacionalistas¹².

A larga repercussão urbana do ruralismo, com sua concepção nacionalista, remete para a discussão da frágil integração existente na sociedade brasileira, tornando “imperiosa a avaliação do precário estado dos vários componentes da nossa organização social, a partir do que dever-se-ia pensar na reconstituição nacional”¹³.

Assim, do ponto de vista da concepção ruralista, apesar da língua, da raça e da religião, a sociedade no Brasil não chega a se formar, ou melhor, desenvolve-se na cidade uma sociedade deformada, pautada pelo artificialismo da organização liberal republicana, desvinculada das necessidades do país e derivada da grande importância que aqui se dava às idéias, aos valores e aos modelos estrangeiros¹⁴.

Os problemas nacionais são decompostos por essas concepções em duas questões fundamentais: a reorganização da nação e a solução para a questão social. A reforma é o caminho apontado para a redenção do país.

Reformar as instituições políticas, a educação, a burocracia, o Estado, o modelo econômico liberal, as normas sociais e jurídicas, tendo por base a intervenção do Estado e a reorganização do campo, é a saída sugerida para a crise em que, constata-se, está mergulhado o país.

Pela ótica do agrarismo, que opunha litoral ao sertão, a solução dos problemas do país estava na reestruturação do setor rural e na fixação do homem no campo.

A partir do tempero resultante de um Estado centralizado, com política intervencionista, altas bases de nacionalismo misturadas

com picante rejeição à organização liberal das cidades, vai sendo cozinhada lentamente a mistura do Estado autoritário que, com sabor de um Estado Novo, estará à prova dos brasileiros a partir de 1937.

A via brasileira da reforma se fazia, pois, longe dos “problemas urbanos”, despreocupada de soluções urbanísticas, pelo menos para aqueles grupos de perfil nacionalista e católico que, com sua grita, se faziam ouvir nos principais centros de debates do país.

A importância desses grupos se faz notar na criação de movimentos como a Liga Nacionalista de São Paulo (1907), a Ação Social Nacionalista (1920), o Centro Don Vital (1922), o Grupo Verde-Amarelo e Anta (1924) e de revistas como *Gil Blas* (1919), *Brasiléia* (1917) e *A Ordem* (1921).

Influenciando “opiniões e governantes e contribuindo para impor novas representações do político”¹⁵, os intelectuais da década de 20 se propõem a fazer uma revisão profunda da sociedade brasileira, de onde redundariam diferentes reações como: a reação católica, a reforma educacional, a criação do Partido Comunista, o Modernismo, o Tenentismo, a criação de diferentes instituições, grupos, revistas etc.

A avaliação geral era que não bastava a existência do povo e do país para se criar uma identidade nacional e instituições adaptadas à realidade moderna. Era preciso, antes, ter um povo politicamente constituído e instituições que dessem suporte à afirmação nacional.

A partir de uma nova inserção na sociedade como profissionais*, os intelectuais passam a redesenhar o *facies* de possíveis novas sociedades. Em sua maioria assinala Pécault, “mostram-se de acordo quanto à rejeição da democracia (liberalismo) representativa e ao fortalecimento das funções do Estado. Acatam a prioridade do imperativo nacional e aderem a uma visão hierárquica de ordem social”¹⁶.

Apesar do seu perfil não-revolucionário, esses intelectuais ansiavam vivamente por mudanças, investindo duramente contra o Pacto Social, trancado na dominação oligárquica.

Diferentemente, contudo, do debate sobre a reforma, que, desde os anos 10, toma conta do cenário europeu e americano, aqui o debate sobre a “questão social” não é articulado com a “questão urbana”. Ou melhor, a compreensão urbanística dos nossos primeiros urbanistas

* Segundo Michael Conniff, esses novos intelectuais são oriundos de uma camada média que se formava nas cidades e cuja ascensão se deu pela profissionalização e não por herança ou por “facilidades” de acesso a certas carreiras tradicionais, reservados aos membros da elite. Ver Conniff, M.— “Urban Politics in Brazil — the rise of populism — 1925/45”, Pittsburgh, 1981.

não é capaz de dar aos “problemas urbanos” uma dimensão maior que aquela de sua dimensão técnica. Ou por outra, a tradução que se faz dos conceitos urbanos gerados em outra conjuntura histórica incorpora apenas os seus aspectos técnicos, ou, se quiser, os problemas urbanos são depurados de sua qualidade de problemas produzidos a partir do confronto entre os grupos sociais *num* determinado espaço e *por um* determinado espaço, para serem analisados unicamente como uma disfunção espacial do organismo urbano. Por isso mesmo, no Brasil, a questão social passa ao largo da questão urbana e se articula com a questão nacional. A questão urbana jaz isolada de outras articulações, ou, melhor, não se legitima como questão transdisciplinar, ficando afeita unicamente às lides do discernimento técnico, racionalista, funcional de seus profissionais.

A via brasileira da reforma se fazia longe da cidade, despreocupada de soluções urbanísticas, já que, entre nós, a questão da cidadania não remetia para o problema das massas despossuídas da cidade, mas para as deformações da construção da nacionalidade.

Antes de produzir o cidadão da pólis era preciso — segundo o debate vigente — transformar a massa amorfa de um país gigante e com costumes diferenciados, em povo. Assim, o debate da reforma no Brasil já nasce submetendo o indivíduo ao Estado, isto é, os direitos aos deveres, ou, se quiser, a formação da cidadania à construção da nacionalidade.

Não é à toa que a modernização brasileira estará marcada pelo autoritarismo e será comandada pelos intelectuais nacionalistas, de perfil autoritário. Aqueles que justamente serão, duas décadas depois, invocados pelo Estado Novo para lhe conferir legitimidade.

O grupo nacionalista verde-amarelo, que constituiu a vertente conservadora do movimento modernista de 1922, expressa bem esse viés autoritário ao propor a hegemonia de São Paulo sobre o país, defendendo o caráter ruralista da civilização brasileira e opondo a cidade ao campo. Para esse grupo, encabeçado por Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Menotti del Pichia, o problema brasileiro estava em nos diferenciarmos — pela nossa singularidade — dos demais países europeus no seu caminho para a modernidade. O Brasil deveria, diante de sua espantosa diversidade cultural, buscar a união exatamente na admisão das diferenças culturais, isto é, no regionalismo. Para esses intelectuais, o que está em primeiro plano é o culto das tradições ameaçadas pelas idéias importantes do estrangeiro¹⁷. Tratava-se, pois, de articular o regional ao nacional no sentido de dar inteligibilidade, ao mesmo tempo, à idéia de povo e de nação, expurgando todos os aspectos cos-

mopolitas-urbanos que pudessem contaminar essa articulação, pois, para os verde-amarelos, a Geografia, e não a História, era explicativa de nossa singularidade¹⁸. Isto é, o campo, e não a cidade, deveria ser o fundamento para a identidade nacional.

“Ao afirmar que o Brasil, diferentemente de outros países, é ‘feito de espaço’, o grupo associa essa categoria à idéia de potencialidade, riqueza e futuro. Fugindo da análise histórica, é possível, então, garantir o mito da originalidade brasileira”¹⁹: o Brasil é campo! Prescinde de cidade e, portanto, a leitura da dimensão urbana dos fenômenos sociais é ignorada e não se institui como questão.

É por essa via da cultura local/regional que os verde-amarelos vão defender o caráter ruralista de nossa civilização. “Destoando do restante da intelectualidade latino-americana, o grupo não endossa a tradicional concepção grega que opõe a ‘pólis’ civilizada à barbárie dos não-urbanizados. Herdeiros diretos do pensamento de Euclides da Cunha, os ‘verde-amarelos’ discordam das premissas civilizadoras da cidade em relação ao campo. Para eles, a grande revolução do pensamento nacional sairá do sertão, provocando a ‘invasão das cidades’ pelas forças bárbaras e selvagens, identificadas estas como o verdadeiro espírito nacional”²⁰. Outros grupos de perfil intelectual-político distintos igualmente se defrontaram com a questão dos destinos do país, mas se viram presos, no seu discernimento intelectual, às mesmas limitações de horizontes conceituais que os grupos de vocação autoritária: a construção do povo pelo Estado.

Utilizando a mesma linguagem do poder e proclamando sua vocação para a elite dirigente, a geração de intelectuais dos anos 25/40 quis, no entanto, romper com a visão característica do Império, onde o Estado e os grupos dirigentes não funcionavam apenas como patronos (dos intelectuais), mas como sucedâneos do público²¹. “Isso coincidia com a adesão a uma cultura decorativa, composta de idéias do momento e com uma colagem ideológica na qual as teses liberais eram consideravelmente modificadas a fim de que a ação onipresente do Estado brasileiro encontrasse as justificativas necessárias. Nos anos 20, essa tradição tornou-se objeto de um processo irremittente: a nova geração passa a multiplicar as prevenções contra os vestígios de um pensamento de segunda categoria, indiferente às realidades nacionais”²².

Mesmo “nacionalizando” ou “regionalizando” o pensamento, essa geração que inventou a política como uma missão sua não conseguiu ir além do projeto de consolidação da ordem nacional pela restauração do Estado e da Nação.

Forçando a abertura do palco oligárquico do qual estavam excluí-

dos, esses grupos de intelectuais que se politizam na afirmação de um novo poder, “pretenderam retomar, por conta própria, sob outras formas, a função de uma elite que soube colocar-se a serviço do Estado nacional no século XIX”²³.

Não foram capazes, porém, de superar o problema de uma Nação sem povo, ou melhor, a existência de uma esfera pública sem a linguagem da política. Presos à questão da nacionalidade, viram a questão social como derivada da construção do Estado e, por isso mesmo, seja pelo viés democrático, seja pelo viés autoritário, pensaram à regeneração do país mais pela questão da ordem do que pela questão da cidadania. “Na ideologia do Estado, é o Estado e não a sociedade civil que se apresenta como agente da construção nacional”²⁴.

Talvez por isso a conexão urbana, que articulou os debates sobre a reforma urbana/reforma social fora do Brasil, entre nós, tenha sido relegada à dicotomia da cidade versus campo.

A proliferação de ideologias antiurbanas, agraristas, nacionalistas e antiliberais retirou das cidades o tema da política a favor de uma luta pela identidade nacional.

Segundo Pécaut, “preocupando-se com a elaboração da cultura brasileira não tinham consciência (os intelectuais) de negligenciar o problema político: estavam simplesmente convencidos de que a essência do político era o processo que conduzia ao advento de uma identidade cultural”²⁵.

E a verdadeira identidade cultural era vista como vinda do campo, forjada ali onde o cosmopolitismo e as idéias exógenas não haviam ainda conspurcado a alma nacional. Substituindo a luta política pela busca de uma identidade cultural, intelectuais de todos os matizes participaram da elaboração das novas representações do que perceberam como “político”, pautadas pelas articulações possíveis entre identidade cultural e identidade nacional. Uma política “despolitizada”, objetiva, de pendor administrativo é o que nasce dessas elaborações, tornando supérfluo o mito do Contrato Social²⁶. A negociação implícita no Contrato Social é substituída por uma solidariedade social vista como natural aos brasileiros, própria de sua identidade cultural e preexistente ao político, fundada na “bondade”, “cordialidade” e na “mistura racial”.

É a mestiçagem de “Casa Grande e Senzala”, é o homem cordial de “Raízes do Brasil”, é o espírito de família que emana da obra de Oliveira Vianna²⁷. Nessas novas representações do político, ganham corpo as ideologias antiurbanas, que, localizando o campo como o *locus* da elaboração da identidade cultural brasileira, tornam prescindível o papel da cidade na organização das solidariedades sociais e, portanto,

da política. Assim como o pacto social é desnecessário, na sua dimensão política, à construção nacional, assim também um pacto tecido em torno da cidade, da cidadania e dos cidadãos — o Pacto Urbano — é prescindível.

Arquiteto construtor do “bom modelo de organização social”, o intelectual buscava, num outro plano, o sonho de um controle político, que equivalia a negar a dimensão própria do político²⁸.

Invocando a ciência e a técnica, os intelectuais puderam dar “soluções” aos problemas urbanos de caráter estritamente tecnocientífico, passando ao largo de qualquer arranjo político e fazendo tábulara dos elementos reformistas das ideologias urbanísticas importadas. Esvaziadas de seu conteúdo reformista, as teorias importadas para explicar o “descompasso nacional” no concerto das nações são filtradas e transformadas num conjunto de regras e normas técnicas.

É o que veremos a seguir...

Um mercado de “urbanismos”: oferta e procura

Quem precisa de urbanismo? Esta parece ser uma pergunta tola nesse final de século tão mundialmente urbano. Mesmo entre nós, aqui no último dos mundos (o 3º com todo o respeito), a recente Constituição veio consagrar a necessidade de Planos Diretores para toda cidade com mais de 20 mil habitantes.

A pergunta, entretantes, é pertinente, ou melhor, era, pois ela estava na origem de todo pensamento urbanístico que nascia como uma “teoria sobre a cidade” no começo do século. Voltemos, pois, ao passado como ela: quem precisava de urbanismo?

Segundo ilustres cavalheiros, entre arquitetos e outros profissionais como Donat Alfred Agache, J. C. N. Forestier, Marcel Poete, Georges Risler, Maurice Toussant, Henry Sellier etc., reunidos em torno da Seção de Higiene Urbana e Rural do Museu Social de Paris, todo mundo precisava de urbanismo! Para esses intrépidos futuros “criadores de cidade”, em todas as latitudes e em qualquer longitude, onde apenas existissem cidades, onde existissem “problemas urbanos”, o urbanismo era uma necessidade.

E a legitimação dessa necessidade começou por ali mesmo, em Paris, onde o Museu Social tem sua sede e a seção de Higiene Urbana e Rural é criada, em 1908. A própria cidade de Paris, ainda não refeita dos sustos proporcionados pelo prefeito Haussman foi alvo da ação das “necessidades” do urbanismo. Logo, em 1908, a seção de Higiene Ur-

bana do Museu cria uma subcomissão para analisar a questão dos “espaços livres de Paris e fora de Paris”. A partir daí, Paris foi revirada ao avesso diante dos olhares ávidos desses “fazedores de cidade”, à procura de problemas e plenos de soluções para dar. Paris foi o pretexto, quem sabe o modelo, para se pensar o mundo a partir do ideário urbanista que se construía. A partir da cidade-luz, as preocupações dos urbanistas ganharam estrada e se espalharam como uma epidemia, varrendo o mundo, de Camberra a Buenos Aires. Não é surpreendente, portanto, que, no programa de ensino da École des Hautes Études Urbaines, fundada, em 1919, pelo pessoal do Museu Social, constasse uma série de conferências sobre a “Vida urbana no estrangeiro” ou palestras do tipo “*L'interventionisme municipale en France et a l'étranger*”. Não é surpreendente também que o Museu tenha uma rede de correspondentes estrangeiros e que mantenha vários pesquisadores (bolsistas) na França e no exterior²⁹.

Se verificarmos as pautas das reuniões da Seção de Higiene Urbana e Rural do Museu, constataremos que os relatórios sobre cidades em diferentes continentes são uma constante, o que mostra por onde andaram os urbanistas franceses e, igualmente, revela o mapa da expansão das idéias urbanísticas pelo mundo. Rio de Janeiro, Buenos Aires, Havana, Caracas, Tenerife, Casablanca, Esmirna, Madagascar, Alexandria etc. são cidades que freqüentaram com constância as alegres tardes de encontro dos urbanistas do Museu Social, no casarão da *Rue de Las Cases*, em Paris. Conferências, boletins, revistas, cursos, criação de instituições, programas de ensino superior e, principalmente, ação junto aos governos municipal e federal foram o meio pelo qual o urbanismo e os urbanistas foram se impondo e criando a “necessidade” de urbanismo.

O auge desse processo seria a Lei Cornudet, de 1919, que obrigava toda cidade francesa com mais de 20 mil habitantes a ter um plano.

Não foi só na França que as “necessidades” das teorias urbanísticas se impuseram. Na Inglaterra e nos Estados Unidos — países onde a industrialização marchava *pari passu* à urbanização e onde as condições de vida nas cidades, principalmente dos trabalhadores, se degradavam — a idéia de uma solução para os problemas das cidades ia ganhando foros de problemas de Estado.

A ação sistemática do Museu Social de conhecer a realidade urbana na Europa, em particular na França e nas colônias francesa e também em outras regiões do mundo, fará da França o centro de divulgação e também de debates das teorias urbanas. Como já assinalai, o mapa da expansão das idéias urbanísticas pelo mundo e a adoção

do urbanismo como linguagem e técnica de intervenção em diferentes realidades urbanas nos quatro quadrantes da Terra parecem coincidir com o trajeto estabelecido pelas viagens de missões dos urbanistas do Museu Social. Segundo Michel Palacio, "*le Musée Social ne se contenté donc pas de centraliser les renseignements sociaux de tout genre qui lui sont transmis. Il dispose de moyens d'information personnels et ses délégués vont étudier sur place les faits sociaux et les institutions sociales qui s'imposent à son attention*"³⁰.

Uma olhadela nas atas das reuniões da Seção de Higiene Urbana permite conhecer melhor a rede de conhecimentos, que parte do Museu e volta a ele, montada a partir de estudos locais, *enquetes* e missões sobre a realidade urbana em diferentes cidades e patrocinada e/ou apoiada pela Seção de Higiene Urbana. É muito provável que os caminhos que levam e trazem as informações sobre o mundo urbano para o Museu Social coincida com a rota feita pelos "exploradores" franceses em sua missão de "civilizar o mundo" pelo urbanismo. Tomemos alguns exemplos entre os anos 10 e 30 das notícias que chegavam à Seção de Higiene Urbana:

- Alfred Agache apresenta seu Plano para Camberra (1913)
- Apresentação do plano de ordenamento de Salonique (1918)
- Angoulevant, governador-geral das Colônias e Comissário Geral da Exposição Colonial, apresenta o projeto da mesma (1921)
- Joyant e Prost apresentam comunicação sobre os planos de ordenamento e expansão das cidades no Marrocos (1922)
- Conferência sobre o Tenerife (1922)
- Conferências sobre Esmirna e Madagascar (1926)
- Comunicação de Agache sobre a remodelação e embelezamento do Rio (1928)
- Comunicação de J. N. C. Forestier sobre os trabalhos de urbanização de Buenos Aires (1929), sobre os trabalhos de ordenamento e embelezamento de Havana, observações sobre os planos regionais das grandes cidades e sobre os projetos para a região de Nova York (1930)
- Apresentação de Agache do plano de Saint Cyr e de sua obra sobre o Rio (1932)
- Dervaux, presidente da Societé Française des Urbanistes, apresenta trabalho sobre Baskra, centro turístico na Argélia (1930)
- Raymond Danger apresenta plano de ordenamento e expansão da cidade de Bône e das cidades indígenas na Argélia (1932)
- Colliez e Prost apresentam plano para o ordenamento urbano de Casablanca (1932)

— Paul Danger apresenta plano para o ordenamento urbano de Beirute (1932)

— Comunicação de Agache sobre a América do Sul (1935)

— Comunicação de Agache sobre um trabalho regional de urbanização em Portugal (1935)

— Comunicação de Dervaux: 15 dias de um urbanista na Holanda (1935) etc., etc., etc.³¹

É incansável a ação dos urbanistas ligados ao Museu Social. Viajam por toda parte, como observadores ou diretamente como idealizadores de “Planos de Ordenamento, Embelezamento e Expansão”. Parece-me que está em processo de gestação um “mercado” de oferta e procura de urbanismo e urbanistas. Afigura-se-me que uma das chaves de compreensão do mapa-múndi da expansão do urbanismo como teoria passa pelo entendimento da formação desse “mercado”.

Se já nos perguntamos, por um lado, o que levou o urbanismo francês a exportar suas idéias, devemos nos perguntar, agora, por que se procurou os urbanistas da terra de Asterix em busca de seu saber para resolução dos problemas urbanos?

Devemos acrescentar, do lado do mercado da oferta, que funcionava no Museu Social uma espécie de seção de missões que centralizava as demandas de missões dirigidas ao Museu por seus colaboradores. Após deliberação, essa seção recomendava, à atenção da Diretoria, os “projetos” que mais concerneriam às preocupações do Museu no momento³². Essa dinâmica esteve presente desde o início das preocupações do Museu com a vida urbana*. Foi a crise econômica que se seguiu à 1ª Guerra que a estancou. Entre as duas guerras, por volta de 30 *enquetes* — afirma Palacio — patrocinadas pelo Museu, foram realizadas na França e no exterior, nenhuma na América Latina.

* Criado em 1894, o Museu Social era uma fundação privada que procurava uma solução prática para a questão social que eclodiu nas cidades devido à industrialização e à urbanização. Descrente da caridade privada como solução para as péssimas condições de vida dos trabalhadores na cidade, o Museu, fortemente influenciado pela visão le playsiana de sociedade, via, na indústria e na reordenação do espaço, a solução dos problemas dos trabalhadores. Curiosamente, é nesse período que o Urbanismo começa a se desenhar como saber no continente latino-americano, o que nos induz a pensar que o mercado de oferta de urbanismo vivia já uma nova fase e não passava mais, diretamente, só pelo Museu Social. Isto é, profissionais como Agache, Forestier e outros que tinham começado sua carreira no Museu, já se afirmavam individualmente, mantendo o mercado de ofertas pleno de oferecimentos.

Voltemos à pergunta sobre o mercado de idéias urbanas e tentemos compreender o papel que teve a importação de idéias francesas na América Latina, especialmente no Brasil, na configuração de uma demanda específica por “ciência urbana”.

França e América Latina: as idéias e o lugar

A presença francesa na América Latina, notadamente no Brasil, é velha, do início do oitocentismo. A Missão Artística contratada para ensinar aos brasileiros pintura, desenho, escultura e outras lides artísticas trouxe-nos, entre outros, Taunay, Debret, Lebreton etc., que estarão na origem da nossa Academia de Belas Artes. Outros franceses, vindos na cola desses pioneiros, andaram por aqui exercitando seu cartesianismo, e aplicando-o na elaboração de jardins (o Passeio Público e o Campo de Santana a cargo de Glaziou), na reconstrução da nova paisagem urbana (Granjean de Montigny) e até no reordenamento do espaço físico, como é o caso do plano do centro de Niterói.

O nosso interesse em perseguir o rastro da influência francesa na formação do universo intelectual brasileiro, a partir, principalmente, das “trocas” científicas, tem um objetivo bem delimitado: verificar em que medida o pensamento social francês — especificamente aquele que articulou reforma social e reforma urbana — chegou até nós, por quais vias e que aspectos desse pensamento foram aqui absorvidos. A principal evidência dessa indagação foi o convite feito a Alfred Agache, em 1927, para realizar obras de urbanização no local do Morro do Castelo, no Rio, e que iria redundar no famoso Plano de Remodelação, Embelezamento e Extensão, entregue nos anos 30. Devo fazer notar que Agache foi membro da Seção de Higiene Urbana e Rural do Museu Social, fundador da *Société Française des Urbanistés*, “militante” do urbanismo, e participe na elaboração de Planos de Remodelação para diferentes cidades, mundo afora.

Nesse sentido, procuramos entender se houve alguma conexão direta ou indireta entre o movimento de importação de idéias e *personas*, que se dá entre a França e o Brasil ao longo do século XIX e princípios do século XX, e a chegada, aqui, das concepções urbanísticas e dos próprios urbanistas.

Se observarmos, ao longo de todo o século anterior, o esforço francês de manter a hegemonia cultural, entre outros, no continente americano, constataremos também que é mirando-se na cultura fran-

cesa que os brasileiros se vêem participando da construção da sociedade moderna.

No século XX, por muitos mais motivos, a procura dessa modernidade recrudescer, ampliando o circuito, pelo menos até os anos 30, de importação de idéias, instituições e gentes do país da Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Tão logo o século XX dá os seus primeiros passos, já em 1908 é fundado, na França, o *Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour les Relations Avec l'Amérique Latine*, presidido pelo vice-reitor da Universidade de Paris e assistido por um Conselho e um Comitê de Direção.

O *Groupement* objetivava, pela primeira vez na história das relações França/Brasil, de maneira institucional, estreitar os laços intelectuais que uniam a França às Repúblicas latinas, organizar uma colaboração metódica entre as universidades e grandes escolas francesas e latino-americanas e fazer conhecer a França na América Latina³³.

Logo, o *Groupement* recebia apoio do Ministério de Relações Exteriores francês, e estabeleceu-se um comitê de acolhida para estudantes estrangeiros. Igualmente, criaram-se comitês de intercâmbio de professores e alunos no Rio e em São Paulo (União franco-paulista). Quando da presença do presidente Hermes da Fonseca em Paris, em 1910, este foi recebido, na Sorbonne, pelo presidente do *Groupement*, com a seguinte explicação: "... O *Groupement* não cuida do aspecto econômico, mas pode indiretamente favorecer as relações de negócio entre vosso país e a França, ajudando o Brasil a formar e aperfeiçoar cientistas e engenheiros"³⁴.

Muitos membros do *Groupement* animaram as atividades do comitê franco-americano, que almejava que a França estivesse "presente na vida americana de uma maneira viva". No seu limite, o comitê visava à defesa dos interesses franceses na América e ao desenvolvimento das relações entre os países.

É interessante notar que a ofensiva cultural francesa em relação aos países latino-americanos se apoiou na participação ativa dos próprios latinos e constituiu um elemento de base de uma política de relações³⁵.

A crença do *Groupement* numa latinidade como referência fundamental de reconhecimento da cultura latina possibilita que, em 1910/1912, a literatura e intelectuais latinos sejam consagrados na França. E é nesse clima que um dos mais nacionalistas e antiimportador de ideologias estrangeiras dos intelectuais brasileiros — Oliveira Viana — é convidado para a inauguração, em 1911, da cadeira de Estudos Brasileiros,

criada na Sorbonne, onde irá pronunciar uma série de 12 conferências sobre nada menos que “A formação da nacionalidade brasileira”.

Por outro lado, a aproximação que a invenção de uma latinidade permitiu abriu caminho para a participação francesa no sistema educativo local, com a criação dos liceus franceses e dos Institutos Técnicos Franco-paulista e Franco-carioca, cujo objetivo era difundir os progressos da cultura técnica francesa³⁶.

Essas experiências na área do intercâmbio e da educação levariam à organização das missões universitárias do período 1920/30, que redundariam na criação da Universidade de São Paulo. Segundo Guy Martinière: “A originalidade da ação do *Groupement* foi fundada sobre a participação ativa das elites latino-americanas, seduzidas pelo desenvolvimento das trocas universitárias”³⁷; por outro lado, baseava-se numa ação cultural onde as exportações culturais eram apresentadas não como meios de persuasão, mas, ao contrário, como instrumento de desenvolvimento³⁸.

E continua Martinière: “O Brasil foi, desde sua descoberta, uma zona de predileção de exportação de idéias, a partir das elites intelectuais locais, seduzidas por essas ideologias e submetidas a relações de forças política e cultural”³⁹.

No caso da influência francesa, segundo concepção dominante no *Groupement*, “quanto mais o Brasil se aproximasse da França, mais ele se reencontraria a si mesmo...”⁴⁰ Ou, por outra, “sem a França o Brasil não seria o Brasil, sem as idéias importadas não poderia produzir suas próprias idéias, sem o reconhecimento do outro não poderia reconhecer-se a si mesmo”.

Urbanismo: o lugar e as idéias

Andamos investigando as aproximações entre a França e o Brasil com o objetivo precípuo de observar em que medida esta proximidade possibilitou, facilitou, estimulou (de ambos os lados) a importação/exportação das idéias urbanísticas. Mais do que isso, em que medida essas idéias, ao aportarem em solo pátrio, faziam eco aos debates e práticas das questões da reforma urbana/reforma social que impregnara e, mesmo, estivera na origem da constituição do pensamento urbanístico na Europa, especificamente na França!

As evidências da inspiração francesa nas lides urbanas já se haviam manifestado desde a primeira metade do século XIX, como já vimos, com a atuação de arquitetos e paisagistas franceses. Já na se-

gunda metade desse mesmo século, o debate sobre as epidemias, sobre a prevenção de doenças e sobre as fórmulas de intervenção preventiva no espaço urbano brotou diretamente das teses francesas (muitas delas defendidas, em francês, por médicos brasileiros, acabando por transformar nossa colonial/imperial capital numa espécie de sucursal parisiense nos trópicos. Que o diga o prefeito Passos na sua “Hausmanniana” intervenção no centro da cidade, no esforço de torná-la uma mini-Paris.

Assim, primeiro tivemos arquitetura e paisagismo, depois higienismo e, finalmente, teríamos urbanismo, servidos *à la carte* e escolhidos do *menu* de idéias de exportação. O último item desse verdadeiro *repas* francês merece, entretanto, algumas ponderações antes de ser engolido.

Trata-se aqui de ponderar sobre como se dá o processo de tradução das idéias importadas e sua inserção nas práticas locais. Nosso maior problema é tentar entender que uso se faz no Brasil das formulações sobre o urbano que surgem na Europa a partir de uma conjuntura histórica, determinada pela aceleração da urbanização, a presença das massas operárias nas cidades, a degradação das condições da vida urbana e o perigo da insurreição.

Sem entrar em detalhes sobre as conseqüências possíveis dessa articulação para o caso europeu, remeto a Topalov, que elaborou trabalho definitivo sobre o assunto⁴¹, e percebo que, no caso brasileiro, muito de cada um dos elementos que compunham o quadro europeu esteve presente, com a ressalva de se substituir massas operárias por massas empobrecidas.

De resto, tínhamos uma população na capital que crescera 42,5% entre 1906 e 1920, isto é, de 805.335 habitantes, saltara para 1.147.599 habitantes, e um crescimento expressivo do número de prédios no mesmo período, que foi de 84.375 para 129.632, isto é, um crescimento relativo de 54% do parque (construído) da cidade. Ao juntar a essa complexificação da vida urbana, temos o explosivo índice de 9,6 moradores por domicílio, em 1906, e uma queda para 8,9 moradores, em 1920. Some-se a isso o fato de que a cidade não parava de se expandir, pois os 1.943 logradouros de 1906 já eram 3.534 no ano de 1920⁴².

Nada disso seria espantoso se esse crescimento não expressasse, de alguma maneira, o “crescimento da pobreza”, isto é, a fixação, na cidade, das massas empobrecidas ou apenas remediadas, que faziam a urbe se expandir, principalmente pelo padrão que já se gestava da autoconstrução/periferização. Em resumo, a conjuntura histórica de crescimento do Rio de Janeiro apontava para o crescimento da cidade,

mas também para o agravamento dos problemas urbanos e, lógico, sociais.

É neste estado de coisas que a tradicional maneira de enquadrar os problemas urbanos pela ótica higienista, identificando, aqui e ali, na cidade, problemas emergentes, dará lugar a uma concepção onde toda a cidade passa a ser alvo de investigação e intervenção e, portanto, objeto de uma planificação urbana.

Se, na Europa, a formulação da questão urbana trouxe à tona a necessidade de reformulação da questão social, uma vez que o meio (o meio urbano) é visto como indutor de comportamentos — “*changer la ville, pour changer la vie*”⁴³ —, no Brasil “essa relação não é assim tão clara, o que dará uma certa ambigüidade ao discurso urbanístico, já que os conceitos importados estão carregados do ideal reformador que os caracterizou em sua origem. Será então necessária uma reformulação que permita que este discurso sirva às reais necessidades do país. As idéias de modernização, desenvolvimento e construção da nacionalidade serão os principais temas que submeterão a questão social e darão um caráter distinto à discussão sobre o urbano no Brasil”⁴⁴.

Para tratar do processo de importação das concepções urbanísticas francesas, sua tradução local e o peso dessas concepções na formulação de um novo campo de “saber científico” — o urbanismo — seria fundamental levar em conta quatro aspectos que estão na origem da questão urbana e da questão social no Brasil: a influência do Museu Social na América Latina; as ações e concepções dos urbanistas no Rio nos anos 20; a vinda de Agache para o Brasil e as concepções de política social, as estratégias de assistencialismo público e as demandas dos trabalhadores por melhores condições de vida.

Dado o escopo desse trabalho, iremos nos limitar aos dois primeiros itens apontados, uma vez que de Agache já assinalamos algo, e é um tema que vem sendo pesquisado e a questão das políticas sociais demandaria um trabalho à parte.

Começamos por analisar que influência teria tido o Museu Social e sua *reseau reformatrice* na urbanística sul-americana.

Era de se esperar que, no caso das concepções urbanas, como acontecera em outros campos do saber, as idéias aqui arribadas aportassem na bagagem das diferentes “missões de intercâmbio” que cruzaram o oceano no trajeto França — Brasil.

Em pesquisa realizada na *Revue de l'Amérique Latine*, editada, em Paris, pelo *Groupement*, a partir de 1922, e que pretendia ser um periódico cultural que divulgasse, na França e nos países latinos, o movimento intelectual de ambas as regiões, podemos constatar que havia

um bom número de artigos sobre: a vida política, econômica e social; a vida filosófica; a vida universitária e a vida intelectual tanto na França quanto na América Latina.

Observamos também uns poucos artigos sobre “urbanismo”, como uma resenha sobre o livro “Urbanización de Buenos Aires” (1927); um artigo sobre “La metropole des argentins” (1927); um artigo sobre “Impressions medicales sur le Brésil” (1928) e um artigo sobre “Belo Horizonte, nouvelle capitale de l’etat de Minas Gerais” (1927). E, o mais curioso de tudo, a revista portava, num de seus números de 1927, uma propaganda de uma outra revista, esta cubana, que tinha por título “La Reforma Social” — *Revue mensuel des questions sociales, économiques, politiques, parlementaire, statistique et d’hygiene publique*.

Certamente que não é nesse meio — as ações e missões do *Groupement* — que encontraremos o vínculo entre o urbanismo e o pensamento social francês e brasileiro, mas, de qualquer maneira, já se percebe uma aproximação, que, à falta de maiores evidências, dá a impressão de que esse é um dos caminhos de penetração do pensamento reformador francês.

Até a chegada de Alfred Agache, em junho de 1927, contratado pelo Prefeitura do Rio de Janeiro, nenhuma “missão de urbanistas” pisara em solo brasileiro.

Se não se revela a ação dos urbanistas nas missões que chegam ao país, a atuação do Museu Social, porém, indica, em sua procura de articulação internacional, uma pista mais consistente.

Sabe-se, por exemplo, que, em 1912, é inaugurado, em Buenos Aires, o Museo Social Argentino, e que a revista do Museu Social parisiense mantém, desde 1899, segundo pesquisa feita por Michel Palacio⁴⁵, correspondentes no Chile e no Brasil. Ainda segundo Palacio, o presidente do Museu Social de Paris, ao visitar o seu congênere argentino em 1913, na volta esteve no Brasil.

Conta-nos também Palacio que, em 1910, um pesquisador do Museu partiu para a Argentina, com o propósito de estudar a questão da assistência pública nesse país. Outros pesquisadores do Museu parisiense também, posteriormente, estiveram na Argentina e no Chile, estudando a questão operária, os problemas fundiários, agrícolas etc.

Viagens em sentido contrário — América do Sul/França — também ocorreram e diversas personalidades sul-americanas estiveram no Museu Social de Paris, dando depoimentos sobre a realidade social de seus países. Mas, mais importante que isso, revela-nos Palacio, criou-se, em vários países da América do Sul, “células” organizativas inspiradas no Museu Social francês, inclusive no Brasil⁴⁶.

As atas das reuniões de Seção de Higiene Urbana e Rural, muito mais que a própria revista do Museu Social, dão importante relevo à ação dos urbanistas franceses pelo mundo e, certamente, pela América Latina.

De 1927 a 1935, várias capitais latinas são tema de análise e debate nos encontros da Seção de Higiene Urbana e Rural. Assim, o Plano de Agache sobre o Rio de Janeiro, de Forestier sobre Buenos Aires e Havana, e comunicados sobre o continente americano estão, em geral, presentes com alguma constância nos debates. Tendo viajado, entre 1927 e 1931, diversas vezes ao Rio de Janeiro, Agache, membro da seção, estabeleceu um verdadeiro fluxo de informações sobre essa cidade, no Museu, a tal ponto, que, em maio de 1930, o embaixador brasileiro em Paris e seu adido comercial são convidados a participarem de um dos encontros do Museu, onde Agache apresentava seu Plano e onde escutaram do presidente da Seção que “o trabalho de Agache só faz aumentar o prestígio que a França joga na América do Sul”.

Essas atas, no entanto, revelam o processo de exportação *post-facto*, isto é, o fluxo de idéias já em curso, sem se dar conta de como elas frutificaram a ponto de se institucionalizarem. Da mesma forma, revistas como *L'Architecture d'aujourd'hui* (1930), *Urbanisme* (1931) e a publicação das comunicações do “Congresso Internacional de Urbanismo nas colônias e nos países tropicais” (1932) apresentam vasto material sobre a influência francesa nas realizações urbanas tanto na América do Sul (Venezuela, Equador, Argentina, Uruguai, Chile, Brasil) em geral, como no Brasil, em particular no Rio de Janeiro. Mesmo com essas evidências, ainda, não conseguimos, ver com precisão o processo de circulação das idéias, do lado da exportação. Tentemos do outro lado!

Rio anos 20: urbanismo e idéias

Não é por acaso que, na análise do processo de circulação intercontinental das idéias urbanísticas, não conseguimos ir além das evidências que mostram o vínculo entre o surgimento da ciência urbana na Europa e sua tradução em plagas latino-americanas. Parece que, no mercado de idéias urbanas, o agente comprador foi muito mais ativo em suas iniciativas, o que corrobora historicamente a tradição de ir buscar na Europa, especialmente na França, a inspiração para estar a par com a modernidade. Vejamos, no caso específico do Rio de Janeiro,

ro, como ao longo da década de 20, na disputa pela cidade entre os diversos agentes, uma nova concepção urbanística começa a se manifestar frente à mera ação pontual higienista e/ou de embelezamento. Trata-se, pois, de mostrar como uma nova maneira de tematizar a cidade — deslocamento da categoria meio físico para meio social e meio moral — vai se insinuando no debate entre os profissionais e técnicos da área. Assim, os “problemas urbanos” — moradia, saneamento, circulação etc. — vão cedendo lugar a uma concepção mais sistêmica de cidade, onde esta, em seu conjunto, aparece como um novo objeto de conhecimento, requalificando-se epistemologicamente e emergindo como objeto de uma disciplina pretensamente científica: o Urbanismo.

Desde o século XIX, na capital do país, engenheiros e arquitetos vinham demonstrando, por meio de sua intervenção no meio urbano, quem eram os profissionais capacitados tecnicamente a lutar contra os problemas urbanos emergentes, identificados, em geral, à insalubridade do meio. Afastando-se da tradicional cultura retórica — bacharelesca, típica das elites dominantes, apoiadas na formação jurídica — engenheiros e arquitetos, embora também integrantes dessa elite, têm, porém, uma maneira mais técnica/racional de equacionar os problemas que lhes são submetidos. Um bom exemplo disso foi a atuação do engenheiro Paulo de Frontin, que foi Presidente do Clube de Engenharia e Prefeito do Rio, na solução para o abastecimento de água do Rio de Janeiro na virada do século.

Apesar, porém, de sua visão racionalizante na solução das questões apresentadas, esses profissionais tinham uma concepção do todo social muito próxima dos seus confrades juristas e advogados que ocupavam altos cargos no governo, na administração e na diplomacia. Isto é, apesar de sua formação técnica, engenheiros e arquitetos seguiam a mesma trajetória de formação da elite política nacional — a formação superior — o que, segundo José Murilo de Carvalho⁴⁷, no seu estudo sobre a formação da elite política imperial, fez da educação a marca distintiva e, ao mesmo tempo, homogeneizadora da elite política. Assim, apesar de seu vínculo profissional com os diferentes níveis de governo, essa *intelligentzia* técnica ainda se articula com o poder muito mais por sua origem social, por fazer parte de uma ilha de letrados⁴⁸, que por seu vínculo profissional. Por isso mesmo, esses profissionais tinham da sociedade uma visão fortemente marcada pelo liberalismo, que os levava a ter uma concepção assistencialista dos problemas sociais e uma ação moralizante/paternalista na resolução desses problemas. Só a partir da década de 1870, com a introdução do positivismo

e do evolucionismo na vida intelectual do país, é que essas concepções tradicionais começaram a ceder espaço a uma nova visão da sociedade.

A experimentação das novas idéias, juntamente com o processo de urbanização e o surgimento de camadas médias urbanas, vai fazer, da década de 1920, o momento crucial no equacionamento das relações do saber com o poder.

Um dos efeitos dessa nova relação foi a atração dos novos engenheiros* pelo estudo e explicação dos problemas sociais. Apoiados na formação humanista e letrada que subsistia nas escolas politécnicas desde o tempo do Império, por um lado, e premidos pelas transformações por que passava o mercado de postos destinados aos detentores de diplomas, por outro⁴⁹, os engenheiros irão lançar-se em vários campos de atuação, desde as lides municipais à educação, passando evidentemente pelas questões relativas à urbanização.

O esforço da engenharia em reformular-se como campo de saber — ao nível do ensino profissional e nas suas concepções sobre sua função social — revela as ambigüidades entre o novo projeto de ação da engenharia (atuação técnica, racionalidade, método etc.) e a velha prática profissional, pautada pelo empreguismo público, o favorecimento e as relações pessoais entre os profissionais de extração tradicional ligados à oligarquia do poder⁵⁰.

O debate sobre a derrubada do Morro do Castelo na gestão do prefeito, o engenheiro Carlos Sampaio, é talvez um momento privilegiado de observação do embate no interior da engenharia. Sem nos alongarmos sobre o assunto, o que interessa assinalar é que a derrubada do histórico Morro é o momento de terçar armas e afiar os instrumentos de trabalho. É que, a partir da derrubada do Morro, os engenheiros com uma visão mais profissional do seu *métier* transcendem a velha visão de obra e avançam na direção da proposição de uma funcionalidade/razionalidade que sirva de base à reordenação do espaço.

Em 1924, o Engenheiro Fernando Xavier da Silveira, no seu livro “A Metrópole Moderna”, insistia que “a verdadeira estética não consiste em atender unicamente à beleza do objeto com o sacrifício de sua

* Novos engenheiros, aí no sentido de origem social, pois começam a se formar grupos de profissionais liberais, filhos de uma camada média urbana que não tem vínculos com as elites tradicionais e que ascendem socialmente pelo saber e não por ocuparem certos postos políticos.

utilidade, mas sim em aliar, nele, harmonicamente, a beleza e a utilidade⁵¹.

Já Armando de Godoy, formado pela Politécnica em 1903, engenheiro-chefe da Seção Técnica da Prefeitura do Distrito Federal, presidente da Comissão do Plano da Cidade do Rio, autor do primeiro Código de Obras da Cidade (1925), que não chegou a ser implementado, e também autor do livro “A urbs e seus problemas”, argumentava que “urbanismo quer dizer ordem e harmonia entre todos os elementos da cidade, os subterrâneos, os superficiais e os elevados; boa utilização das técnicas, diminuição das desigualdades sociais, solução racional dos problemas habitacionais... e meios de transportes bem distribuídos e localizados⁵²”.

A existência de cinco “projetos⁵³” anteriores ao Plano Agache, para o Rio, indica também como os engenheiros viam a importância da racionalidade e do “planejamento” na reordenação urbana.

Esses projetos, contudo, não se efetivaram, e a idéia de elaboração de um plano para o Rio passa para segundo plano diante da grandiosidade da obra de derrubada do Morro do Castelo.

Enquanto os engenheiros se mobilizavam para discutir os problemas urbanísticos da cidade, os arquitetos participavam ativamente na remodelação da parte arrasada do Castelo.

A posse de Antonio Prado Junior na Prefeitura, em 1926, iria trazer, de novo à tona, o debate sobre a necessidade de o Rio ter um plano urbanístico. Desta feita, o Rotary Club, o Instituto Central dos Arquitetos, a Revista Brasileira de Engenharia⁴ e figuras como Nereo Ramos (professor da Politécnica) e Mattos Pimenta (médico rotariano, autor de um grande número de artigos sobre urbanismo na imprensa e realizador de um filme sobre as condições de higiene nas moradias populares, “As favelas e seus Habitantes”), cada qual à sua maneria, clamam pela confecção de um plano para enfrentar os problemas da cidade.

Para uns, era fundamental contratar-se um urbanista estrangeiro; para outros, dever-se-ia organizar cursos de urbanismo dirigidos aos nossos arquitetos; terceiros havia que acreditavam que viagens de estudos ao exterior para nossos profissionais resolveriam a falta de conhecimento da ciência urbana⁵⁴. Mattos Pimenta não acreditava nos “urbanistas” brasileiros nem na sua legitimidade profissional: “... digo pseudo-urbanistas porque não existe, na verdade, um único brasileiro que tenha feito o traçado de qualquer grande cidade, assim como não há um só engenheiro ou arquiteto nosso que tenha sequer exame de urbanismo, cadeira que não existe na Escola Politécnica ou na Escola Nacional de Belas Artes⁵⁵”.

Em finais de 1926, o *Jornal do Brasil* publicava matéria sobre “O micróbio do urbanismo”, referindo-se a uma “verdadeira epidemia que anda lavrando na cidade de uns quinze dias para cá”. Segundo a nota, o prefeito era a principal vítima dos “urbanistas indigenistas”, que, a encher os seus ouvidos, tentavam convencê-lo de que “ali bem junto a ele falam as verdadeiras capacidades até hoje esquecidas pelos seus antecessores, para a consecução da maravilhosa obra de embelezamento racional do Rio de Janeiro”⁵⁶.

No ano seguinte, o prefeito Prado Júnior anuncia que convidara Alfred Agache, notório urbanista francês, para realizar um plano para a capital.

A partir dessas rápidas anotações sobre as disputas no meio profissional do nascente urbanismo, podemos constatar o momento da explosão do debate sobre a necessidade de urbanismo, de urbanistas e de planos para a cidade. Poderíamos ir mais longe ainda, mostrando como as discussões vão se ampliando do plano dos equipamentos da cidade ou dos problemas emergentes de moradia, saneamento, circulação etc., para uma concepção mais conceitual, abstrata, do sistema urbano em sua funcionalidade e racionalidade.

Certamente que a irrupção do debate sobre o urbanismo não se deu por geração espontânea. Dinâmicas internas ao campo profissional e na cidade e dinâmicas externas relativas ao trânsito de idéias, escolhas e influências conspiraram para que o desfecho desse primeiro ato da “ciência urbana” no Rio redundasse na concentração de Agache.

As muitas evidências de que os principais personagens desse drama, em suas viagens à Europa, tivessem sofrido a influência direta das idéias urbanísticas em discussão nesse continente só faz corroborar a idéia de que se estabeleceram vários fluxos, várias linhas de alimentação entre as fontes de geração de saber e os grupos receptores de conhecimentos.

Sem querer estender-me mais sobre esse aspecto, sugiro pensar na transferência de idéias a partir do seu oposto, a captação. Isto é, captar as idéias urbanas no seu nascedouro foi fundamental na disputa entre os diferentes grupos que advogavam falar sobre a cidade. Na disputa da hegemonia entre os grupos que se legitimavam a partir de seu saber sobre a cidade, venceu quem soube inventar a necessidade de uma ordem urbana que só o urbanismo poderia dar.

Tornou-se hegemônico o grupo que foi capaz de demonstrar que o urbanismo era uma necessidade, já que o higienismo esgotara sua capacidade de, a partir dos seus princípios, redefinir a ordem urbana.

Em outros termos, o urbanismo se legitima como saber sobre a cidade, independentemente de fazer vir à tona a questão da cidadania e do direito à cidade. Afirmando-se como saber científico, o urbanismo dá relevo à sua capacidade de apresentar soluções para os problemas urbanos, isento de todo embate político, a partir apenas do projeto de reordenação nacional do espaço. Não foi por isso, aliás, que ele foi buscado?

Sim, numa sociedade que não reconhecia a questão social, presa a uma dinâmica agro-exportadora submetida à lógica do capital mercantil e que se via ainda como uma “civilização rural”, o urbanismo só fazia sentido se se apresentasse como um saber, como um corpo teórico cujas intervenções potencializassem, na cidade, as articulações acima apontadas. E, nas suas origens, ele foi isso. Nada de *cities-gardens*, nada de incorporar os grupos excluídos que o mercado marginalizava, nada de incorporar os explosivos temas sociais nascidos da ampliação do assalariamento. Purificado das questões sociais, entre nós, o urbanismo nasce nos anos 20, entre os estertores da derrubada de um muro (o Castelo) e os exageros de um plano mirabolante. Curiosa parição, que, pelas mãos de um “gringo”, gerava, ali no “core” da cidade, transpassado de morte, a vida de um país, que, para comemorar o centenário de sua independência, abatia seu marco histórico primeiro, e deixava no lugar um enorme vazio...

Esse desfecho nos remete diretamente à questão da tradução que se fez das concepções urbanas importadas. Ora, na Europa, o urbanismo nascera dentro da questão social, saíra do interior da questão das condições de vida das massas trabalhadoras e se transformara, num lado, em política pública e, noutro, em política urbana. No Brasil, no Rio de Janeiro, a questão social não levou à questão urbana e tampouco levou a políticas públicas de regulamentação do trabalho e da vida do trabalhador. Já mostramos anteriormente que, além da questão social não ganhar legitimidade na sociedade brasileira, ela se articula com a questão nacional e redundava na ideologia da construção da nacionalidade.

Logo, percebemos, por essas evidências, que o urbanismo por nós importado veio aleijado de sua parte mais nobre, a sua vertente incluyente, isto é, aquela que forjava as condições do direito do trabalhador à cidade.

Chegou-nos aqui o urbanismo disciplinador, normalizador, regulamentador, que faz cidades mas não faz cidadãos. Esse processo de filtragem não é, evidentemente, aleatório. Essa seleção de conceitos esteve a serviço das necessidades que os grupos importadores, tradu-

tores desses conceitos, tinham, de se legitimar e de enquadrar outros grupos à dinâmica de uma cidade, onde parte importante da população estava excluída dos benefícios, ou seja, vivia nas suas dobras, sobrevivendo “ilegalmente”.

Assim como o sol não nasceu para todos, o urbanismo também não! Para uns, ele foi a possibilidade da cidade e da cidadania. Para outros, ele foi o bloqueio ao acesso à cidade e à institucionalização da exclusão urbana.

Aí está dada a resposta à indagação que fazíamos páginas antes: “Quem precisava de urbanismo?”

Os urbanistas!!!

A oligarquia agro-exportadora no poder já tivera sua dose de urbanismo com a reforma Passos e dava-se por satisfeita com melhoramentos e o embelezamento do centro da cidade.

Os industriais ou produziam o seu próprio urbano (o caso das grandes fábricas instaladas na periferia e que tinham sua própria vila operária, com escola, armazém, capela etc.) ou não tinham ainda uma escala em que os equipamentos e infra-estrutura existente fossem insuficientes a tal ponto que inviabilizassem a produção.

O capital mercantil vivera, com as obras de Passos, principalmente a construção do porto, seus dias de glória e não parecia demandar grandes transformações no espaço.

Para os trabalhadores, muito menos interessava o urbanismo, já que a intervenção levaria à desarticulação — a derrubada do Morro do Castelo expulsou milhares de famílias da área central, coibindo sua sobrevivência, que se apoiava na localização espacial — da tradicional rede de solidariedade e viração, que sobrevivia graças à “desorganização” espacial.

Quem precisava de urbanismo eram, portanto, os urbanistas!

NOTAS

1. Freire, J. C. “Ordem médica e norma familiar.” Ed. Graal, 3ª ed., 1989, p. 29.
2. Machado, R. “Nada do que é urbano lhe é estranho”. In Machado, R. et al. *Da Nação da Norma*, Rio, Graal, 1978, p. 260.
3. *Ibidem*, p. 260.
4. *Ibidem*, p. 255.

5. Ver Topalov, C. "De la question social aux problemes urbaines: reformateurs et travailleurs a Londres, Paris et New York an debut du XX eme siècle", mimeo, 1988.
6. Topalov, C. Ibidem.
7. Ver Topalov, C. Ibidem.
8. A assistência médica no Rio de Janeiro: uma contribuição para sua história no período 1870/1945, convênio FINEP/SBI — CMSB Relatório final ago/dez 1980, p. 130. Ver também pp. 105, 106, 120 e 124.
9. Ver Gomes, E. R. Campo contra Cidade — A reação ruralista à crise oligárquica no pensamento político-social brasileiro (1910/1935). Rio, Tese de Mestrado defendida no IUPERJ, 1980, xerox.
10. Ibidem, p.2.
11. Ibidem, p.4.
12. Ibidem, p. 12.
13. Ibidem, p. 26.
14. Ibidem, p. 27.
15. Pécault, D. "Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação", SP, Ed. Ática, 1990, p. 15.
16. Ibidem, p. 15.
17. Velloso, M. P. "A 'cidade-voyeur': O Rio visto pelos paulistas..." In Revista do Rio de Janeiro, Niterói, nº 4, set/dez 86, p. 57.
18. Ibidem, p. 58.
19. Ibidem, p. 58.
20. Ibidem, p. 61.
21. Pécault, D. Ibidem, pp. 22/23.
22. Ibidem, p. 23.
23. Ibidem, p. 24.
24. Ibidem, p. 45.
25. Ibidem, p. 33.
26. Ibidem p. 47.
27. Ibidem, p. 48.
28. Ibidem, p. 49.
29. Ver Cormier, A. "Extension — Limites — Espace libres: Les travaux

de la section urbaine et rurale du Musée Social”, *Memorie*, UEA Architecture Urbaine, École d’Architecture, Paris, Villemin, 1987.

30. Palacio, M. “Le Musée Social et l’Amérique Latine”, xerox, s/d. p. 2.

31. Ver Cornier, A. Op. cit. (Lista cronológica das reuniões da Seção de Higiene Urbana, das conferências, escritos e comunicações concernentes ao urbanismo).

32. Palacio, M. *Ibidem*, p. 2.

33. Martinière, G. “Aux origenes de la coopération universitaire entre la France et l’Amérique Latine: George Dumas et le Brésil (1900-1920)”. In *Revue de Relations Internationales*, Paris, n° 25, Prentemps, 1981, p. 58.

34. “Dimensão cultural, influências ideológicas e imagens científicas na história das relações científicas franco-brasileiras, 1850/1940”. In *Imagens recíprocas do Brasil e da França* — coordenado por Solange Parvaux e Jean Revel-Mouroz, op. cit., p. 851.

35. Martinière, G. *Ibidem*, p. 62.

36. Peitijean, P. *Ibidem*, p. 854.

37. Martinière, G. *Ibidem*, p. 63.

38. Martinière, G. “Aspects de la coopération franco-brésilienne. Transplantaton culturelle et stratégie de la modernité” — PUG, Editions MSH, Paris, 1982, p. 43.

39. Martinière, G. *Ibidem*, p. 143.

40. Nas palavras de George Dumas, presidente do *Groupement*: “... *Associer le Brésil avec nous, ce n’est nullement tenter la conquête intellectuelle de ce pays qui n’en a nul besoin... c’est simplement le conseiller... Loin de le combattre, les intérêts sont les mêmes... Plus le Brésilien se rapproche de la France et plus il se retouve lui même...*”. In Martinière, G. “Aux origines de la coopération...” pp. 65 e 66.

41. Topalov, C. *Ibidem*.

42. Ribeiro, L. C. Q. “A Propriedade Fundiária ao Capital Incorporador: as formas de produção de moradia na cidade do Rio de Janeiro.” Tese de Doutorado defendida na FAU/USP, São Paulo, 1991, pp. 142-144.

43. Citado por Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz e Cardoso, Adauto Lucio. *In Planejamento Urbano no Brasil: paradigmas e experiências*. XIV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1990, xerox, p. 3.

44. *Ibidem*, p. 3, grifo meu.

45. Palacio, M. *Ibidem*, p. 8.
46. Palacio, M. *Ibidem*, pp. 6-7.
47. Carvalho, J. "A construção da ordem. A elite política imperial". Rio, Ed. Campus, 1980, p. 64.
48. Carvalho, J. M. *Ibidem*, p. 51.
49. Micelli, S. "Intelectuais e classes dirigentes no Brasil: 1920/45." São Paulo, Difel. Citado por Silva, Lucia Helena Pereira da. Projeto de Tese, xerox, s/d.
50. Silva, L. H. P. "Os engenheiros e a cidade", xerox, 1993.
51. Citado por Silva, L. H. P. *Ibidem*.
52. Citado no Editorial da Revista da Prefeitura do Distrito Federal, s/d.
53. Ver Silva, L. H. P. "A Cidade e os Planos", xerox, 1993.
54. Martins, M. F. et al. "Subsídios à história da instituição do urbanismo no Brasil: o Rio de Janeiro na década de 20". Rio, xerox, pp. 7, 8 e 9.
55. Citado por Martins, M. F. et al. *Ibidem*, p. 9.
56. Citado por Martins, M. F. et al. *Ibidem*, p. 10.

Pensando a metrópole moderna: os planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro

Margareth da Silva Pereira

Professora da Universidade Federal Fluminense

As viagens de Le Corbusier ao Brasil, em 1929 e 1936, se inserem num longo processo de discussão sobre o Rio de Janeiro — em sua forma urbana e em sua arquitetura — que envolveu, em maior ou menor grau, alguns dos mais reputados profissionais brasileiros e estrangeiros entre o final da década de 1910 e meados da década de 1930. Esse movimento, que suscitara debates e inúmeros artigos com propostas para a cidade ou algumas de suas áreas, buscou pensar o Rio de Janeiro como metrópole moderna, mas também institucionalizou, entre nós, a prática do urbanismo definindo um novo perfil para os profissionais que passaram a intervir na estruturação e planejamento de diversas cidades brasileiras.

Após quase duas décadas de debates, uma cidade renovada se consolidaria com o ciclo de grandes obras urbanas iniciado na gestão do prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945). Numerosos foram os téc-

nicos que haviam tentado fixar-lhe as formas, mas o que teria ficado dos estudos de Donat-Alfred Agache, dos rabiscos de Le Corbusier, das opiniões de Frank Lloyd Wright no desenho desse Rio moderno? Qual a contribuição de José Cortez e Angelo Brunhs, ou Saturnino de Brito, para a progressiva consolidação da trama urbana da cidade ou para a organização dos serviços “técnicos municipais” que surgiram desse movimento? Quais os pontos de contato e quais as divergências entre as diversas correntes de idéias sobre o planejamento urbano, sobretudo entre 1920 e 1930?

Na verdade, a história urbana ainda precisa ser melhor explorada em inúmeros desses pontos. O estado das pesquisas e a natureza deste texto permitem-nos, apenas, esboçar, em suas grandes linhas, os temas e as figuras presentes nas discussões deste momento. De todo modo, é preciso retroceder ao início do século para melhor desenhar o papel desempenhado por cada um dos atores sociais nas transformações da cultura arquitetural e construtiva nestes anos-chave para a metrópole do século XX.

Com efeito, embora no início do século, com Pereira Passos e Lauro Müller, a cidade tivesse sofrido uma das mais vigorosas e ambiciosas intervenções por parte do poder público, o novo Rio de Janeiro, que havia surgido da prancheta dos engenheiros à época, nascera, por assim dizer, *velho, obsoleto*. A observação de certos episódios entre 1902-1906 mostra como o grupo de técnicos e políticos envolvidos com a “reforma urbana” do Rio de Janeiro naqueles anos foram incapazes de entender a extensão dos novos desafios colocados pelo crescimento urbano — humano e econômico — ou de medir o impacto e o alcance de suas próprias iniciativas ou indecisões¹. Os administradores e técnicos olhavam com certeza para Chicago, Londres e, particularmente, para Paris, mas acompanhavam apenas de passagem os debates que começavam a desenhar progressivamente uma nova maneira de olhar a cidade, uma nova disciplina e um novo profissional: o urbanista.

Os tempos modernos, marcados pela diversidade crescente das atividades desempenhadas nas cidades, apontavam para a necessidade de se pensar o espaço urbano como uma rede de circulação de homens, de máquinas, de bens, mas também de serviços e equipamentos. Estes aspectos foram apenas vagamente evocados pelos reformadores do início do século. Aqueles homens certamente modelaram um outro perfil para o Rio, mas enfrentaram apenas tangencialmente problemas que se acumulavam havia muito tempo, e ganhavam, agora, nova e ainda maior complexidade para sua gestão.

A energia elétrica, por exemplo — movendo elevadores, alimentan-

do *tramways*, trens ou usinas, expandindo horizontal e verticalmente a trama urbana, lotando os cinematógrafos, os restaurantes, os cafés e as sorveterias, agilizando a circulação da informação, obrigando as municipalidades a implantar diversas redes de distribuição de serviços públicos — foi completamente ignorada nas reformas urbanas de 1902-1906.

A silhueta *belle-époque* da cidade — expressão criada de um historicismo exacerbado que marcara a cultura do século XIX — surgia algo atrasada em relação a todas as tentativas de reestruturação urbana projetadas anteriormente, durante mais de cinqüenta anos. O resultado foi que em menos de uma década, esta silhueta — já a partir de 1910 — começou a se desintegrar sob a pressão de novas forças transformadoras e propulsoras da expansão cidade.

Na verdade, nos interstícios da ação (e inação) governamental, a iniciativa privada lançava os contornos de uma geografia física e social que caracterizaria, a partir de agora, o Rio de Janeiro como uma “Cidade Maravilhosa”, a despeito de seus problemas. É em torno da construção dessa imagem emblemática — que o poder público não cessaria, ao longo do século XX, em referendar — ou inspirados por ela que nascem agora as propostas dos seus “novos urbanistas”, Le Corbusier, entre eles².

Assim, no Centro, nas mesmas ruas modernizadas *à la antique* no início do século, já nos primeiros anos da década de 1920, os edifícios de fachadas renascentistas começaram a dar lugar a novíssimas construções de gosto ainda mais ou menos classicizante, mas com gabaritos bem mais altos, sobretudo nas imediações da Cinelândia e do Hotel Avenida, na Avenida Central.

Ao norte, os *tramways* elétricos, os chamados bondes, arrastavam a trama urbana e fixavam uma parte da população, composta, sobretudo, por pequenos funcionários, comerciantes e militares em residências confortáveis mas não necessariamente luxuosas.

A oeste, os bondes puxados a burros, mas sobretudo as linhas férreas, iam também dando nascimento aos bairros suburbanos e fixando em torno de suas estações os operários e os ainda mais pobres na escala social.

Por fim, ao sul, justamente em bairros como o Flamengo, a Praia de Botafogo e Copacabana, nascia a “Cidade Maravilhosa”, a face balneária da cidade, servida por bondes confortáveis e, mais tarde, pelos ônibus e fartamente iluminada por luz elétrica. Copacabana, particularmente, nascera, assim, moderna. Quase que em paralelo com a reforma de 1902-1906. Fora uma área privilegiada pelo poder público em toda a década de 1910 e o seu crescimento se beneficiara de uma série

de iniciativas, desencontradas, das instituições federais e municipais em torno de certas questões relativas ao crescimento urbano. Estas iniciativas, criando muitas vezes impasses que refrearam a expansão industrial, acabaram por promover os investimentos no setor hoteleiro e de serviços, neutralizando até mesmo a importância econômica secular do Rio de Janeiro como cidade-porto³.

Agora, em torno dos clubes, hotéis, pavilhões de regatas, cinemas, teatros e primeiros prédios de apartamentos da Zona Sul, e, mais tarde, em torno também de seus cassinos, movimentava-se uma população de altos funcionários, fazendeiros, grandes empresários, políticos e de “turistas”. Embora a atividade industrial não tivesse ainda zonas de fixação muito definidas na aglomeração, em Copacabana, por exemplo, não existia nenhuma fábrica e nem mesmo as atividades comerciais foram impedidas de se desenvolver em certas ruas e regiões do bairro.

Em paralelo à expansão desta função balneária, a cisão da cidade em Norte e Sul, o aguçamento de suas dissemetrias, os problemas habitacionais e a aparição das primeiras favelas, a pressão imobiliária na área central, a necessidade de implantar um sistema de transporte de massas, foram temas que começaram a preocupar alguns técnicos brasileiros desde o final da década de 1900. Particularmente ao longo dos anos 1920, surgiam debates pela imprensa e concursos de idéias, sobretudo depois que o arrasamento do Morro do Castelo — situado na área central da cidade — trouxera os problemas urbanos não solucionados, agravados a partir das intervenções do começo do século, para as primeiras páginas dos jornais.

O desmonte daquela colina onde nascera a cidade, promovido pelo Prefeito Carlos Sampaio em 1922, se apoiava, aparentemente, na crítica higienista, que, desde o século XVIII, havia defendido esta iniciativa. Entretanto, a operação, criando uma nova superfície edificável de dimensões significativas em pleno centro comercial e financeiro, cedia às pressões do capital imobiliário e da expansão do setor de serviços.

Como se sabe, desde a década precedente, com o final da guerra de 1914-18, o pretexto da “reconstrução das cidades destruídas” favorecia na Europa as reuniões e discussões dos *town-planners* e dos *hommes de l'art*, que colocavam agora a observação e crítica da cidade numa escala bem mais ampla, complexa e utópica que seus predecessores no século XIX. Começava-se a desenhar uma nova identidade profissional, uma nova disciplina e novas demandas: nasciam os “urbanistas, o urba-

nismo e a necessidade das cidades se fazerem dotar de planos que promovessem a sua “remodelação” e previssem a sua expansão⁴.

É surpreendente observar que, no caso do Rio de Janeiro, alguns profissionais — particularmente médicos, engenheiros e arquitetos — se mostrassem, embora com uma pequena defasagem, desde meados dos anos 1910, rapidamente informados e engajados num mesmo esforço de reflexão sobre a cidade que seus colegas ingleses, franceses ou norte-americanos.

Em 1920, apenas 10 anos após a realização do primeiro congresso de *town-planning* na Inglaterra, os arquitetos, engenheiros e sanitaristas latino-americanos já se articulavam num, igualmente, primeiro congresso pan-americano, realizado em Montevidéu, onde o tema das “transformações das cidades” deveria ser tratado. Convidado a participar do evento, o engenheiro Francisco Saturnino de Brito, por exemplo, em carta ao presidente do congresso, tecia rápidas considerações sobre urbanismo e exprimia seu desejo em ver o perfil e a competência dos especialistas na organização de planos urbanos a serem discutidos no encontro⁵.

A trajetória de Saturnino de Brito, tomada como indicador da velocidade na internacionalização destas discussões, que, entretanto, permaneciam restritas a certos meios, tanto no Brasil como em Paris ou Londres, é mais surpreendente ainda. Desde 1916, este engenheiro já incluía no seu currículo o planejamento de sistemas de drenagem e saneamento — mas também de expansão — de cidades brasileiras tão distantes umas das outras, como Campos (no Estado do Rio de Janeiro), Santos (no Estado de São Paulo) e Recife (em Pernambuco). Um de seus trabalhos, ainda naquele ano, seria mostrado na exposição de *La Cité reconstitué*, como se sabe um dos eventos capitais para propaganda na Europa do “urbanismo” ainda nascente e sua organização ao mesmo tempo como prática profissional e campo de formação específica. Saturnino de Brito teria ainda seu estudo sobre o “Traçado sanitário das cidades” publicado na revista francesa *Technique Sanitaire*, tornando-se ainda membro de honra da *Association Générale des Hygiénistes et Techniciens Municipaux* dos países de língua francesa⁶.

Parece que, dentre os diversos países envolvidos, à época, nos debates sobre as questões teóricas ou sobre as competências administrativa e técnica para organizar e executar os planos urbanos requeridos pelos novos tempos, a França foi a que mais alimentou as discussões no Rio de Janeiro dos anos 1920.

É verdade que um trabalho contínuo de comparação entre as grandes metrópoles européias e norte-americanas, desde a década

precedente, percorria os congressos e as publicações. Neste sentido, a reflexão sobre a cidade se transforma num movimento que parecia, agora, independer de nacionalismos e ser inerente à própria cultura tecnológica moderna, universalmente industrial e urbana⁷.

A importância, entretanto, dos franceses na internacionalização do debate sobre esses temas pode ser verificada em inúmeros exemplos. Podemos, inclusive, constatar que, no contexto brasileiro, até mesmo quando se trata de introduzir experiências anglo-saxônicas, os responsáveis são figuras que integram o elenco de técnicos franceses engajados na propaganda do urbanismo nascente. Veja-se, por exemplo, o caso das cidades-jardim projetadas em São Paulo por Raymond Unwin e Barry Parker para os loteamentos da *City* ao longo da década de 1910, graças à intermediação e ao convite de Joseph Antoine Bouvard⁸.

A observação parece servir também para outros países da América Latina. Podemos lembrar, muito brevemente, que, ainda nas primeiras décadas do século, o próprio Bouvard, antes de trabalhar em São Paulo e inclusive realizar propostas de intervenção para a área central da cidade, fazia projetos para Buenos Aires; André Bérard estudaria a expansão de Guayaquil e J. C. N. Forestier, introdutor na França do “sistema de parques” americano, fazia propostas também para Buenos Aires⁹.

A América Latina e os territórios coloniais na África, nas três primeiras décadas do século XX, acenavam com a possibilidade de experimentação e verificação da pertinência de certas teses e sua difusão, mais tarde, como teorias. Isto permitiria falar numa continuidade desta preeminência francesa em matéria de planejamento urbano até pelo menos a Segunda Guerra: Forestier trabalhará em Havana entre 1925-30 e Henri Prost estará envolvido com o grande plano Rotival para Caracas, desde 1936¹⁰.

Foi, portanto, quase “natural” que os problemas suscitados pelo loteamento da nova área do Castelo e pelo movimento alimentado, em seguida, pela imprensa em prol de um estudo global da cidade acabassem por trazer dois técnicos franceses. Um era “arquiteto-urbanista” saído da tradição do sistema Beaux-Arts, o outro era “arquiteto” autodidata e grande polemista na defesa de um “espírito novo”: Donat-Alfred Agache e Le Corbusier.

Agache, convidado pelo prefeito Antonio Prado Junior para fixar um programa de “remodelação” da cidade, elabora um dos mais precisos e minuciosos estudos sobre o Rio de Janeiro já realizados, servindo, até hoje, de referência para os seus planejadores¹¹. Seu plano de

intervenção, criticável em muitos dos seus aspectos pelo seu esquematismo, pela rigidez que introduz no zoneamento, pela segregação dos grupos sociais que assume e fomenta, não deixa de ser um “modelo metodológico” na forma de abordar a cidade.

Na verdade, as suas soluções parecem neutralizar suas componentes ideológicas e conseguem apresentar-se como dispositivos, acima de tudo, *técnicos*. Isto decorre de uma formidável síntese que o arquiteto pouco a pouco elabora e que começa com o estudo da Geografia e da História, evolui para a análise dos indicadores sociais e econômicos, passa pelo estudo das formas e traçados urbanos, para, enfim, dar origem tanto às intervenções de caráter físico como às propostas de legislação que deverão presidir a “remodelação”, o “embelezamento” e a “expansão” da cidade.

Ao todo, o arquiteto e os colaboradores do escritório técnico que abre e mantém no Rio levam mais de três anos — de 1926 a 1930 — realizando levantamentos, promovendo observações que utilizam, inclusive, instrumentos absolutamente novos, como a aerofotogrametria, para organizar o elenco de soluções apresentadas à municipalidade em 1930. Centro e periferia são examinados em sua história e suas potencialidades; funções econômicas seculares ou emergentes são observadas para justificar esta ou aquela iniciativa.

Completamente outra será a relação de Le Corbusier com a cidade, seu passado e seu projeto. Para ele, foi em 1926 que o Brasil começou a significar uma possibilidade de colocar em prática as suas idéias sobre urbanismo¹². Naquele ano, o arquiteto franco-suíço, por intermédio de seus amigos Blasie Cendrars e Fernand Léger — favoravelmente impressionados pelo projeto para uma “Cidade contemporânea para três milhões de habitantes”, apresentado em 1922, e pelo Plano Voisin, para Paris, mostrado no Pavilhão do *Esprit Nouveau*, em 1925 — toma conhecimento de que o governo brasileiro se preparava para construir uma nova capital para o país: Planaltina, nos anos 1920; Brasília, quarenta anos depois.

Assim, foi estimulado por Léger e Cendrars, que já mantinham contato com algumas personalidades influentes na vida cultural e política brasileira, que Le Corbusier começa a sonhar com a possibilidade de visitar o país e poder ver, talvez, as suas idéias ganharem formas construídas. Encontramos em Paris, mais tarde, trocas de cartas e pedidos de intermediações para Cendrars e Paulo Prado, este um mecenas das artes, intelectual e importante homem de negócios paulista: todos os recursos são empregados no sentido de aproximar-se dos dirigentes brasileiros, capazes de ajudá-lo a concretizar o seu projeto. Como escreve Le Cor-

busier para Prado em 1929, às vésperas de partir para a Argentina para realizar o ciclo de conferências então programado em Buenos Aires: “Estaria interessado em poder parar no Rio de Janeiro e em São Paulo se as condições financeiras forem compensadoras (...). Efetivamente, o sonho de Planaltina não me sai da cabeça”.¹³

Neste sentido, seu colega Agache significava uma ameaça e, desde 1927, Le Corbusier se preocupa com a notícia de que este arquiteto — “conhecido por suas concepções românticas e pitorescas” — obtivera a encomenda dos projetos de expansão do Rio. “(...) ei-lo já com um pé em Planaltina”, lamenta em carta endereçada a Paulo Prado¹⁴.

Viajando ao Brasil, ainda movido pelo sonho de Planaltina, Le Corbusier vai, pouco a pouco, abandonando seus projetos de construção de “uma cidade inteiramente nova para um milhão de almas” para se dedicar a perscrutar as entranhas de “velhas” cidades: Buenos Aires, Montevideú, São Paulo, Rio de Janeiro.

As duas visitas de Le Corbusier ao Rio de Janeiro, em 1929 e em 1936, os temas de suas conferências nestas duas viagens, seus desdobramentos para a cultura arquitetural brasileira, diversos destes aspectos já foram, de certa forma, tratados por nós e por outros críticos e historiadores¹⁵. Já evocamos também o movimento de fluxo e refluxo entre um homem e paisagens, geografias, outros homens e seus sonhos, que marcam esta experiência americana de Le Corbusier com uma força que tanto se manifesta em sua poética, como provocará, em seguida, este “eco” — esta ressonância — de suas idéias junto a muitos arquitetos latino-americanos de modo geral, e junto aos brasileiros de modo particular¹⁶.

É fato, porém, que seus croquis com as propostas de intervenção urbana para o Rio de Janeiro não foram ainda cotejados com os de Agache naquilo que compartilham, herdaram e inovam frente às discussões que atravessavam os círculos dos primeiros “urbanistas”. Estas discussões sobre a cidade moderna devem ser observadas quase que ano a ano, de evento para evento, de uma proposta de intervenção a outra, ao longo dos anos 1910 e 20. E, neste sentido, seria necessário um maior aprofundamento sobre a visão de cada um dos personagens principais deste urbanismo nascente, o que apenas começa a ser feito.

De qualquer modo, pode-se dizer que são propostas, em princípio, radicalmente afastadas uma da outra, que elaborariam estes arquitetos — embora ambos se dediquem a pensar esta “Cidade Maravilhosa” que se estruturava. Estudos sistemáticos, “científicos”, de um, meros rabiscos que nascem de impressões que somam razão e senti-

mento, de outro: para Agache, o Rio seria um laboratório, para Le Corbusier, um grande manifesto.

As diferenças de concepção dos dois arquitetos não impedem, entretanto, que, em seus projetos para o Rio, inúmeros temas e soluções sejam tributários das mesmas matrizes. Evidentemente, é nítida tanto no enorme viaduto-habitado proposto por Le Corbusier para a cidade como nos grandes eixos de circulação projetados por Agache a herança haussmanniana atualizada por Eugene Hénard desde 1903-1909¹⁷.

A grande *croisée* de Hénard de 1903 está presente no plano de Agache para o Rio, sobretudo no eixo projetado Leste-Oeste (e que daria origem, na gestão de Dodsworth, à Avenida Presidente Vargas). Le Corbusier, entretanto, levaria a idéia da *croisée* ainda mais longe, concebendo seu plano como uma enorme via expressa aérea, onde o espectador-cidadino contempla, como num “filme”, a cidade existente e a paisagem.

Neste plano de Le Corbusier para o Rio, é sensível tanto o impacto do cinema quanto a visão aérea da cidade, mas o seu “viaduto-habitado” parece integrar outras interferências e teorias¹⁸. Assim, é surpreendente a apropriação que faz das teses do *Park-Movement*, ao associar, como inúmeros outros planejadores do Rio de Janeiro antes dele, a paisagem da Baía de Guanabara e as encostas verdejantes que circundam a cidade a um enorme jardim natural. O sítio é um espaço que se dá a ver, mas, também, um exuberante parque que estrutura e rege, com a arquitetura, a totalidade do sistema urbano¹⁹.

Não podemos esquecer ainda outro princípio que tanto Le Corbusier como Agache emprestam igualmente de Hénard: “A visão de um espaço urbano regulado pelos ritmos da circulação mecanizada”. Para Agache, o foco de atenções seriam as ferrovias, enquanto que para o arquiteto franco-suíço — a despeito de suas considerações depreciativas sobre a visão urbana que se tem das janelas dos trens e dos carros — a circulação automobilística.

Com Hénard e Henri Prost, Agache participou do Plano de Expansão de Paris, em 1919, onde ainda outra noção se explicitara: a integração por um plano do centro e da periferia. Evidentemente, no seu projeto para o Rio, Agache contempla cuidadosamente os subúrbios cariocas, concebendo cidades-jardim, prevendo túneis e eixos ferroviários e viários integrativos do centro e da periferia. Para Le Corbusier, a periferia é integrada, através da sua neutralização, pela enorme superestrutura viária, que, pairando sobre a cidade existente, cria, ao mesmo tempo, novas superfícies edificáveis de habitação.

Esta solução do “viaduto-habitado” nascera em 1929, e, em 1936, Le Corbusier já detalharia um pouco mais, desenhando o perfil de seus *immeubles à redents* construídos sobre pilotis. Ambas as soluções foram criadas a partir de propostas desenvolvidas também por Hénard para Paris: o *boulevards à redans* e a *ville-pilotis*²⁰.

Curioso salientar é que, se, para Agache, o seu plano de intervenção resulta de um trabalho contínuo e evolutivo de observação ao longo de um certo período de tempo (de 1926 a 1930), no caso de Le Corbusier seus croquis foram executados em duas datas precisas (1929 e 1936) e, embora os desenhos feitos nestas duas ocasiões apresentem algumas diferenças, seus últimos estudos não contariam os primeiros em seus princípios. Em resumo, é quase como se não pudéssemos falar em evolução, no caso de Le Corbusier, e sim de retomada.

Isto é resultado de dois fatores. Por um lado, a atitude dos dois arquitetos em relação à situação urbana que contemplam e a atividade projetual, que é completamente diferente. Por outro lado, pelo fato de Le Corbusier trabalhar a partir de um olhar poético que dita ao espírito racional e sensível as linhas de força da concepção, pode-se dizer que o episódio de sua viagem à América Latina e ao Brasil, em 1929, marca o início de uma nova escala de observação, que começaria a investir o seu exercício projetual de forma mais nítida, justamente no Rio²¹.

A contemplação aérea da cidade, seu sítio cercado de florestas, a observação das favelas em sua lógica construtiva e aberta para a paisagem insuflaram uma antevisão da “cidade radiosa” e deram os primeiros contornos à sua teoria, que, desenvolvida no período de 1930-35, deveria, em 1936, apenas ser ajustada em alguns dos seus detalhes. Neste período da trajetória de Le Corbusier, o Rio de Janeiro significa, talvez, a mais radical promessa da arquitetura como uma experiência sublime: “Olho (e espírito) contemplam uma paisagem que é sublime justamente porque foi conquistada e construída”²².

Ao contrário de Agache, para Le Corbusier não é da cidade existente — e da prospecção de suas características funcionais, demográficas, econômicas — que surgem as diretrizes e leis que engendram o projeto. Para Le Corbusier, a cidade existente é lida antes de tudo como fato poético — plástico — na forma que se relaciona com o seu sítio, com sua geografia. Assim, é o gesto arquitetural que instaura, corrige, retoma ou potencializa uma “qualidade” plástica que “sensibiliza” o olhar do arquiteto, reorganizando a totalidade do sistema urbano. Só depois deste primeiro gesto é que a observação do arquiteto penetra na cidade e se detém em suas ruas, nos seus bairros, para analisá-los caso alguma “emoção plástica e visual” o tenha provocado²³.

Pode-se dizer que, ao olhar técnico e preciso de Agache, Le Corbusier contrapôs uma visão fenomenológica da cidade. Com certeza, o Rio — Cidade Maravilhosa, “cidade que radiosamente parece desafiar qualquer contribuição humana...” — significou o clímax da sua descoberta poética da América²³. América Latina: religiosa e incrédula ao mesmo tempo. Rica em cores e imagens. Terra de “aventureiros”, no sentido mais amplo e, também, nobre do termo. Terra de homens “obstinados”, atravessados pelo sentimento de crise — e, portanto, barrocos — mas que, desse fato, também se tornam amantes da ordem, “condenados” à ordem. O Rio é, em sua visão, pedaço de mediterrâneo encravado nos trópicos, no “deserto” habitado dos trópicos. América, talvez esta a verdadeira América de Américo, onde ele vê — malgrado as diferenças — se espelhar uma parte de si.

América barroca e construtiva a um só tempo. Não desse barroco seiscentista que se lê nas formas e que se classifica e designa como um estilo morto, mas de um barroco que percorre e instiga cada gesto e que tanto mais o afirma quanto o sabe contingente. América, assim, que ama o ângulo reto e onde se aprende os sentidos das curvas justamente por conhecer as dobras silenciosas dos oceanos e das vozes da floresta. América com suas igrejas de paredes brancas, enquadradas por rigorosos tramos de pedra, com seus altares cobertos de ouro e suas naves azuis e brancas. América negra e branca, ofuscantemente branca. Lugar onde a escuridão ensina também a luz ou o contrário. Síntese de cores. Pura noite, pura luz.

Terras vermelhas, cerrados amarelecidos, florestas verdes como os meandros dos rios que se observa do alto. Céus azuis e branco como os azulejos e por toda parte a mesma luminosidade que cega, perturba, comove, incita. Basta que tomemos *Précisions* para constarmos a presença destas noções e impressões nos ensaios escritos na viagem de 1929 e sua transformação progressiva em teoria até a *Ville-Radiieuse*.

As marcas do plano de Agache, como dissemos, são sensíveis ainda hoje na estruturação da metrópole e, vez por outra, suas propostas são retomadas e discutidas pelos planejadores. Os croquis “futuristas” e utópicos de Le Corbusier não foram levados a sério e, como nos conta a história oficial, sua interferência ficaria restrita à escala arquitetural. Entretanto, analisando diversas obras empreendidas pela municipalidade nestas últimas décadas, forçoso é constatar que o Rio de Janeiro absorveu, no seu crescimento, muitas das idéias corbusianas.

O Aterro do Flamengo reeditou a *Park-way* de Le Corbusier ao nível do solo, recriando este diálogo forte entre cidade e natureza, tão

prezado pelo arquiteto. Como ele sugerira, construiu-se, um pouco deslocada em relação aos seus desenhos, a Ponte Rio — Niterói. Pode-se dizer ainda que a estrutura urbana do Rio é garantida em grande parte por redes de circulação automobilística e, particularmente, por grandes viadutos. O centro do Rio de Janeiro cortado hoje pelo viaduto da Avenida Radial e pelo complexo Paulo de Frontin — Praça da Bandeira, que, por terem sido construídos numa cota bem mais baixa do que aquela sugerida pelo arquiteto, inviabilizaram completamente a cidade existente, privando de luz os edifícios e espaços urbanos situados abaixo deles e obrigando os moradores dos andares mais altos a conviverem com o vaivém dos veículos, a poucos metros de suas janelas. Recentemente, “integramos” o centro à periferia com a construção de uma nova linha expressa destinada ao trânsito automobilístico — a Linha Vermelha — onde estes mesmos problemas se repetiram, desqualificando inteiramente a paisagem da cidade oitocentista.

Não é preciso nos alongarmos sobre a dimensão que o problema da habitação e das favelas alcançou ao longo dos últimos cinquenta anos no Rio de Janeiro, sobretudo por falta de vontade política. Ironicamente, estas mega-estruturas viárias se transformaram em “viadutos-habitação” e sob suas formas de concreto vivem hoje inúmeras famílias.

Em resumo, fazendo um balanço sobre a metrópole do século XX diante de dois dos seus mais importantes pensadores, forçoso é reconhecer que talvez continuemos ainda precisando aprender: com Agache a sensatez, com Le Corbusier a poesia.

NOTAS

1. Sobre o historicismo na reforma urbana de 1902-1906, ver Margareth da Silva Pereira — “Rio de Janeiro: L'ephemère et la perennité—Histoire de la ville au XIXème siècle”, Paris, EHESS, 1988 — Tese de Doutorado. Sobre os conflitos de competência administrativa entre os governos municipal e federal no período, ver M. Silva Pereira (cord.) A energia elétrica e a urbanização: Rio de Janeiro. Centro de Memória da Eletricidade, 1990 — Relatório de pesquisa.

2. Cf. A energia elétrica e a urbanização: Rio de Janeiro, supra cit.

3. Pereira M. S. “L'entreprise the Rio de Janeiro Tramway, Light and Power à la naissance de la Rio de Janeiro moderne”. In *Electricité et électrification dans le monde*, Paris, PUF, 1992.

4. Para uma visão global desses anos de nascimento do urbanismo ver, por exemplo, Jean Pierre Gaudin (org.). “Les premier urbanistes français et l’art urbain 1990-1930”. In *Extenso*, nº 11, 1987 ou *VVAA, Architectes, ingenieurs, urbanistes et Cie*, Paris, IFA, 1986 — série Dossiers et Documents ou ainda *Les annales de la recherche urbaine*, Pratiques et Professions, nºs 44-45, dec. 1989.
5. Saturnino de Brito. “Urbanismo”, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944, pp. 173-175.
6. Idem, *ibidem*.
7. Cohen, J.-L. “Les architects français et l’art urbain: l’état de la question”. In *Architects, Ingénieurs...*, *supra cit.*
8. Veja V. Caldeira et al. *Bulletin d’informations Architecturales: São Paulo*, Paris, IFA, 1987.
9. Cf. Jorge E. Hardoy. “Teorías e prácticas urbanísticas en Europa entre 1850 y 1930 — Su traslado a América Latina”.
10. Juan José Martín Frechilla, “Rotival desde 1939 a 1959. De la ciudad como negocio a la planificación como pretexto”. In *El Plan Rotival: la Caracas que no fue*. Caracas, Ed. Instituto de Urbanismo, s.d.
11. Agache, D. A. “Cidade do Rio de Janeiro, remodelação, extensão e embelezamento”, Paris, Foyer Brésilien, 1930.
12. Para uma análise mais detalhada destes pontos, ver Cecília Rodrigues dos Santos, Margareth e Romão da Silva Pereira, Vasco Caldeira, “Le Corbusier e o Brasil”, São Paulo, Tessela-Projeto, 1987.
13. Cf. “Le Corbusier e o Brasil”, *supra cit.*, p.
14. Idem, *ibidem*, p.
15. Ver, por exemplo, além de “Le Corbusier e o Brasil”, *op. cit.*, Pietro Maria Bardi, “Lembranças de Le Corbusier” e Elizabeth Harris, “Le Corbusier — Riscos Brasileiros”.
16. Sobre este movimento de fluxo e refluxo, ver “Le Corbusier e o Brasil”, *op. cit.*, Introdução e M. Silva Pereira, “Brasília: entre la certitude de la forme et le doute de l’image”. In *Ameriques Latines*, Paris, Centre Georges Pompidou, 1992 — catálogo.
17. Para estas análises, foi extremamente útil a leitura do texto de Jaen Louis Cohen, “Sulle tracce di Hénard”. In *Casabella* nº 531-532. Edição dedicada a Le Corbusier.

18. Sobre a visão aérea, ver “Le Corbusier e o Brasil”, op. cit., introdução e Jean-Pierre Giordani, “Visioni geografiche”. In *Casabella* nº 531-532.
19. Sobre o tema da paisagem, idem, *ibidem*.
20. Cf. Jean Louis Cohen “Sulle tracce di Hénard”. In *Casabella*, nº 531-532.
21. Cf. “Le Corbusier e o Brasil”, op. cit.
22. Cf. Le Corbusier, “La Ville Radieuse”, p. 241.
23. Para um cotejamento entre textos de carácter poético e as soluções técnicas ver, por exemplo, “Le Corbusier e o Brasil”, op. cit. Introdução e Cap. I e Jean-Pierre Giordani, “Visioni geografiche”. In *Casabella* nº 531-532.

Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo

Sandra Jatahy Pesavento

Professora de História do Brasil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

“No centro de Fedora, metrópole de pedra cinzenta, há um palácio de metal com uma esfera de vidro em cada cômodo. Dentro de cada esfera, vê-se uma cidade azul, que é o modelo para uma outra Fedora. São as formas que a cidade teria podido tornar-se se, por uma razão ou por outra, não se tivesse tornado o que é atualmente. Em todas as épocas, alguém, vendo Fedora tal como era, havia imaginado um modo de transformá-la na cidade ideal, mas, enquanto construía o seu modelo em miniatura, Fedora já não era mais a mesma de antes, e o que, até ontem, havia sido um possível futuro, hoje não passa de um brinquedo numa esfera de vidro.”

Italo Calvino, *As cidades invisíveis*

A visão de Calvino, sempre instigante, nos induz a pensar o urbano como representação. Endossar esta postura implica reconhecer que a cidade que temos e que, para nós, é real, na sua concretude e no seu cotidiano, comporta em si outras cidades que ficaram no caminho, realizadas ou não, no longo percurso do tempo a que chamamos História. Tal qual a legendária Tróia, que as escavações arqueológicas revelaram não ser uma, mas sim sete cidades superpostas, nossas cidades reais comportam não apenas ensaios e vestígios materiais de outras cidades projetadas, mas também os sonhos e as utopias daquilo que um dia se desejou a cidade se tornasse. Descartada desde já uma superada visão antitética entre o real e o imaginário, ou entre a objetividade das condições concretas da existência e a subjetividade das formulações mentais, parte-se do princípio de que a cidade pensada não é menos “real” do que aquela de tal realidade objetiva. Sem com ela se confundir ou ser o seu reflexo, seria algo como o seu “outro lado”.

Concorda-se, pois, com Angel Rama, quando se refere a:

“(...) uma cidade cujo começo é sonho da imaginação que deseja: desejo fundador de uma ordem e de um poder, e que vai crescendo palavra a palavra com os avatares de uma sociedade que articula realidade e letra numa luta que chega até nossos dias.”¹

Neste sentido, poder-se-ia dizer que se tem uma cidade quando ela é pensada e formulada no imaginário. Mais do que isto: a cidade, tal como as instituições, não se reduzem ao simbólico, mas não podem existir sem a constituição de uma ordem simbólica² imaginada, que articula uma rede de significações dotadas de uma relativa coerência e cujo acesso é codificado e sancionado socialmente.

Esta cidade pensada, formulada, enunciada ou revelada pelo discurso e pela imagem, veículos por excelência do imaginário, não é livre enquanto representação. Tomando sua matéria-prima daquilo que existe, as representações do urbano se edificam a partir de dados da realidade objetiva, mas a eles atribuem um significado. Não sendo a representação a reduplicação mimética do real, nela ocorre um deslizamento de sentido.

Ora, por um lado, os dados objetivos são reconfigurados median-

te um processo de intenção deliberada, ilusão do espírito ou manipulação. Neste sentido, as representações do urbano, projetando a “cidade que se quer” sobre a “cidade que se tem”, expressam uma vontade política, uma intencionalidade de norteamo do real e um projeto que objetiva resultados. Por outro lado, o imaginário urbano comporta uma dimensão utópica, que não é excludente à faceta manipuladora e deliberadamente convincente do viés ideológico. Pelo contrário, o lado utópico, não racional, que trabalha com a fantasia e até mesmo com o fantástico, se integra e convive com a proposta racionalizadora, veículo de dominação social.

Assim, retornamos a Angel Rama³, entendendo que as cidades, antes de aparecerem na realidade, existem como representações simbólicas, por meio de discursos, imagens mentais, gráficos, desenhos e planos que traduzem uma vontade e um sonho, que é o de transformar o espaço no sentido de concretização de uma idéia: fazer, da cidade real, a cidade ideal.

Partindo desta concepção, vamos pensar o sul do Brasil do início do século, mais especialmente a cidade de Porto Alegre, quando se insinua a formulação de um projeto urbanístico calcado nas idéias francesas.

Mas, entre a utopia e o sonho de redesenhar uma Paris no Sul (!), colocam-se as limitações das condições concretas da capital gaúcha e a viabilização da cidade possível. Não é, contudo, “porque não deu certo” que não merece ser resgatado o sonho de instalação de uma ordem urbana determinada. Olhando a cidade que se tornou, é possível tentar recuperar aquilo que um dia pretendeu ser.

Configurado o problema, caberia refletir sobre a questão mais uma vez posta por Calvino. Porto Alegre teria, ao longo de sua história, se inserido entre aquelas cidades que continuam, ao longo dos anos e das mutações, a dar forma aos desejos ou se situaria entre aquelas em que os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por esta cancelados?⁴

Retrocedamos no tempo. Já é lugar comum pensar no século XIX como um período de transformações e mudanças, marcado pela explosão científico-tecnológica, pela consolidação de um estilo burguês de vida, pela emergência das camadas populares urbanas, pela internacionalização do capitalismo. Embora a maior parte do globo ainda fosse predominantemente rural, a cidade tornara-se o palco por excelência destas inovações. Entretanto, parecia que as velhas estruturas urbanas se revelavam inadequadas a todo este surto de renovação que a sociedade experimentava. Poder-se-ia mesmo falar de uma espécie de “crise urbana”, entendida esta dimensão crítica como a difusa per-

cepção de que o “viver em cidades” trouxera à baila uma série de demandas, ameaças e desconfortos que exigem resposta.

Neste sentido, a cidade aparece como uma construção simbólica dotada de uma identidade própria, “reapresentação”, no plano do imaginário, das “cidades reais” do cotidiano.

Queremos partir justamente deste ponto, quando a cidade é sentida e pensada como problema. A problematização do urbano, que coloca a cidade como objeto de reflexão, induz a práticas de intervenção no espaço, na busca de ordenação do social:

Naturalmente, a haussamannização de Paris, herdeira da utopia racionalizadora das Luzes, não teria sentido na metade do século XIX em terras americanas. Mas, ao longo do século passado, um capitalismo perverso subvertia as condições de existência e sobrepunha às velhas cidades coloniais, com suas vielas e becos, suas ruas estreitas e tortas, uma população que inchava, novas atividades econômicas e as exigências dramáticas dos serviços urbanos. Libertando os escravos sem engajar formalmente os negros no mercado de trabalho, vendo o nascer das fábricas na urbe coabitar com um mundo rural bem próximo, que preservava o latifúndio intocado, do Brasil o século XIX presenciou os esforços de um estilo burguês de vida em afirmar-se sem que o *ethos* escravocrata senhorial fosse banido.

Neste parto difícil, que daria à luz a bifronte sociedade burguesa brasileira — um pé no passado colonial, outro voltado para o Primeiro Mundo —, é que timidamente se esboçam as tentativas de intervenção na cidade. Como não poderia deixar de ser, tais iniciativas partiriam de uma elite letrada. Ao enfocar as relações entre cidade e cultura na América Latina, Angel Rama a define como um “parto da inteligência”, ou a projeção da consciência racionalizadora, que, dando braços à utopia, tenta implantar o sonho da cidade ordenada no único local do globo onde ainda era possível fazê-lo: a América⁵.

O plano da cidade ideal é atribuição e tarefa de um grupo especializado, constituído pela elite letrada, com acesso à cultura superior e permeada pelo valores do cosmopolitismo, presentes na geração que se configurou a partir da década de 70. Uma das funções deste seletivo grupo da *intelligentzia* brasileira foi a de se converterem em produtores do espaço, redefinindo-o segundo modelos importados, que tinham seu horizonte predominantemente na França. Ora, os portadores destas idéias operavam no sentido de transformarem as cidades “reais” em cidades ideais, embaladas pelo cientificismo, pelo mito do progresso, pelas crenças evolucionistas e por padrões estéticos cujo horizonte estava na Europa Ocidental.

No caso do Rio Grande do Sul, o afrancesamento cultural da elite encontrava a sua contrapartida político-administrativa no endosso do ideário positivista pela geração republicana que empolgava o poder, no final do século. O urbano, contudo, não foi tarefa precípua dos autoritários, jovens e radicais republicanos que tomaram o poder em 1889, sob o influxo do ideário positivista. A leitura de autores franceses — indo de Comte a Saint-Simon —, assim como de outros pensadores europeus do século XIX — Spencer, Haeckel —, daria respaldo intelectual ao projeto da afirmação política daquele grupo minoritário com propostas modernizadoras. Guindados ao poder por efeitos do golpe de Estado que fez cair a Monarquia, o proselitismo se impunha e o alargamento de sua base social de alianças era vital para a obtenção do consenso necessário para se manterem no poder. Um programa atraente, moderno e progressista acenava com a possibilidade de fazer o Rio Grande vencer obstáculos internos à dinamização de sua economia: um desenvolvimento multilateral, abrangendo todos os setores da economia, encontrava respaldo nos grupos detentores de capital agrário e não-agrário, e justificativa na premissa positivista de que, para que o programa fosse alcançado, era preciso consolidar a ordem burguesa. Firmadas as bases para a consolidação da aliança castilhistas⁶ e vencida a oposição interna à hegemonia do Partido Republicano Rio-grandense⁷, em 1895, teve início, no final do século, com a chamada *pax positivista*, a administração dos republicanos no Sul.

A questão urbana começa a aparecer no final do século, não apenas porque a cidade se tornara o palco das operações políticas, como também porque a concentração populacional no centro criava problemas aos administradores. Neste contexto, os discursos de higienistas, engenheiros e criminalistas europeus encontravam eco no dia-a-dia vivido pela capital do estado.

Na virada do século, o ordenamento da cidade se impõe (fixação dos limites urbanos, código de posturas municipais sobre as construções, criação da guarda municipal), assim como vêm à tona as necessidades básicas da cidade a serem sanadas pelos serviços públicos: higiene, locomoção, segurança, iluminação, demandando a criação de instrumentos fiscalizadores para estes serviços⁸.

Sem dúvida alguma, as gestões dos primeiros intendententes (prefeitos) da capital muito pouco tiveram para conceber uma proposta de cidade. Alfredo Augusto de Azevedo, o primeiro deles (gestão 1892-1896), enfrentou a turbulência da Revolução Federalista (1893-1895), como também a reversão das expectativas daqueles que haviam depositado na idéia republicana as esperanças de ascensão social e ma-

nutenção da ordem⁹. João Luís de Farias Santos (1896-1897), na sua curta gestão, encaminhou as questões levantadas e ensaiadas pelo seu antecessor.

É, pois, no longo período da administração de José Montauray de Aguiar Leitão (1897-1924), que se poderia dizer que tem início, de fato, a administração municipal, tanto em função da obtenção de paz e consolidação do grupo republicano no poder, quanto pela possibilidade de manter uma estabilidade administrativa ao longo de suas renovadas questões.

Ao longo destes anos, a acanhada Porto Alegre ensaiou seus vãos para renovar-se. Os produtores do espaço (engenheiros, arquitetos, médicos sanitaristas), integrantes do grupo dirigente republicano, tinham uma proposta modernizante, racionalizadora e ambiciosa, que passava também pelos caminhos da transformação urbana.

A França era a grande inspiração, a matriz do conhecimento científico, o exemplo da renovação urbanística, o modelo a ser seguido. Obras francesas eram mandadas traduzir por conta da municipalidade para que informassem, ilustrassem e induzissem ao uso dos modelos franceses. Paris era invocada a todo momento, em comparações sucessivas com Porto Alegre, com vantagens evidentes para a cidade-luz.

A rigor, a elite ilustrada pensava a transformação de Porto Alegre em torno de três eixos principais: a dinamização dos serviços urbanos, a remodelação do espaço, construindo um projeto urbanístico, e a renovação arquitetônica.

A questão dos serviços públicos é o ponto nodal e originário de deflagração do processo que coloca a cidade como um problema. Tais serviços são colocados como necessidades ou demandas exigidas pelo “viver em cidades” e da sua satisfação ou não decorrerá, via de regra, o bom ou o mau conceito da administração municipal. A prestação de tais serviços constitui a questão imediata, extraída do dia-a-dia da vida urbana e que antecedeu a elaboração de um projeto mais global para a reconfiguração da cidade.

Os assuntos da higiene eram cruciais — “Porto Alegre é uma das mais insalubres cidades do Brasil”, diria o conselheiro municipal Ramiro Barcelos, em 1893 — e agitariam a elite pensante da época, dividindo médicos e engenheiros quanto à validade da aplicação de um “dissolutor automático” para o aproveitamento das águas em reservatórios especiais. A discussão científica, que empolgava a elite ilustrada em debates pelos jornais ou nas sessões da Sociedade de Medicina, tinha na França o seu manancial de evocações: relatavam-se as experiências de Vaillard em 1889 e a publicação das mesmas na *Revue d’-*

Hygiène, de 1898; discutiam-se as posições de Duclaux sobre os inconvenientes da utilização agrícola das águas dos esgotos, assim como as respostas do diretor do *Institute Pasteur* de Paris de que não havia perigo na prática...¹⁰

Em suma, a sociedade letrada bebia em Paris os exemplos bem sucedidos da ampliação dos serviços urbanos, mostrando-se atualizada com o debate europeu. A cópia do modelo não é indiscriminada, como uma análise superficial pode levar a pensar. Mais do que simples modismo, revela um conhecimento, informação atualizada frente ao debate europeu e acompanhamento das discussões contemporâneas.

Engenheiros e médicos higienistas discutiam em tom acadêmico, sem dúvida inspirados pelo cientificismo positivista, aquilo que chamavam “o projeto de saneamento de Porto Alegre”. Na acalorada discussão, os médicos não aceitaram o relatório sobre a “novidade sanitária” apresentada pela Comissão Técnica Municipal, enquanto que os engenheiros aprovavam as vantagens do “reservatório sanitário”, sempre invocando soluções técnicas produzidas, testadas ou aprovadas pela França¹¹, contrapondo-as ao sistema inglês ou “misto”.

A higiene pública, que mobilizava as opiniões e era tema recorrente de inúmeros artigos em jornais da época, tinha o seu ponto nevrálgico na questão dos esgotos. Em 1895, a pedido da municipalidade, foi concebido um projeto para a implantação de esgotos subterrâneos na cidade de Porto Alegre, com a proposta de adoção do sistema *Tout à l'égout*, que fora aplicado com sucesso em Paris. Com os seus poços de ventilação, remetia para a atmosfera gases provenientes de suas galerias. Embora alguns invocassem a pestilência do ar, contra-argumentava-se que a mortalidade em Paris era menor do que em Porto Alegre, apesar do sistema adotado... Era citado o argumento dos franceses Arnoud e Bouchardt em favor dos higienistas locais: “Ce que pue ne tue pas”¹² (“O que fede não mata”). Traduzida para o português, a obra francesa que expunha o sistema foi acompanhada da versão de inúmeros artigos da revista técnica *Génie Civil*, de Paris. Comentadas as vantagens da adoção do sistema na França e enumeradas as cidades européias onde o modismo fora aplicado, a conclusão do engenheiro Costa Gama, responsável pelo projeto, foi a de que Porto Alegre deveria adotá-lo, pois, segundo o princípio republicano de atender à causa pública, esta seria sem dúvida satisfeita. Em 1899, foi criada uma comissão para tratar do problema a partir do trabalho do engenheiro Costa Gama¹³, sendo elaborado um projeto para a sua aplicação em Porto Alegre.

A execução do projeto teve início em 1907, e o sistema adotado

— denominado “americano” — implicava o uso de um separador absoluto com tratamento bacteriano do efluente. Considerado o que melhor preenchia as condições sanitárias, o relatório do intendente invocava em seu favor a opinião de especialistas em matéria de higiene, como o Dr. A. Calmette, que, na sua obra, *“Épuration biologique et chimique des eaux d’égouts”*, assim se pronunciava:

*“Nous envisageons, d’autre part, l’hypothèse d’un système d’égouts séparatif, parce que ce système apparaît manifestement comme le plus conforme aux desiderata de l’hygiène et aux nécessités d’épuration.”*¹⁴

Da mesma forma, trazia-se o testemunho de outras autoridades francesas a favor da causa em pauta. Os engenheiros Edouard Badois e Albert Bieber, no seu trabalho *“L’assainissement comparé de Paris et des grandes villes de l’Europe — Berlin, Amsterdam, Le Haye, Bruxelles, Londres”* (1898), assim concluíam:

*“On voit, donc, en définitive, que l’adoption du principe de la séparation pour les eaux manégères et les vidanges, sans nécessiter l’abandon de ce qui a été fait jusqu’à présent, constituerait de tout façon, pour Paris, un système d’assainissement plus hygiénique, plus rationnel, plus économique que le tout à l’égout’ est infiniment préférable.”*¹⁵

Ou seja, do final do século XIX para os primeiros anos do século XX, a municipalidade havia mudado de preferência quanto ao tipo de sistema a ser empregado, mas permanecera tendo na França o indicador preciso de qual técnica era a melhor e mais racional.

E a contribuição francesa se faria ainda mais uma vez presente nas palavras de um técnico brasileiro com formação naquele país, especialista nas questões urbanas: Saturnino de Brito louvaria a administração Montauray, que, sem dispor de uma renda como São Paulo ou Santos, ia aos poucos solucionando as questões vitais para a cidade...

Ao lado do esgoto, a questão da violência urbana e da necessidade de garantir a segurança dos cidadãos era outro ponto a merecer a atenção das autoridades. Se, desde o final do século, a Intendência Municipal se apressava em regulamentar a ação dos “turbulentos”¹⁶ e organizava a polícia administrativa, o relatório do médico legista da Casa de Correção de Porto Alegre, em 1897, nos põe em contato direto com o debate europeu sobre a antropologia criminal¹⁷. Demonstrando

perfeito conhecimento das posturas em voga e, particularmente, do debate travado entre as idéias do italiano Cesare Lombroso (tese do criminoso nato) e do francês Lacassagne (o meio faz o criminoso), o Dr. Sebastião Leão, médico legista, usava os presos da Casa de Correção para fazer suas análises sobre o comportamento dos criminosos locais. Após intensas e curiosas comparações, concluiu pela postura de Lacassagne, com o que legitimava as posturas do governo positivista de intervencionismo no social¹⁸.

Uma cidade higiênica e segura era, sem dúvida, uma cidade bem iluminada, o que levava a desejar que os benefícios da eletricidade levassem ao desaparecimento do antiquado sistema de iluminação a gás ou a querosene. Em face do problema, a municipalidade remeteu uma planta da cidade para a Europa e América do Sul, em busca de companhias que se interessassem pela prestação de tais serviços. A resposta chegou em 1902, com a manifestação da *Société des Machines Magneto-Électriques Gramme* e da *Société Anonyme de Hydraulique et Électricité*, ambas de Paris, e da Sociedade Hélios, de Colônia¹⁹. A rigor, a França já se fazia presente na iluminação da capital. Os inícios da iluminação a gás da capital estão ligados ao nome do vice-cônsul francês, Noel Paul Baptiste d'Ornano, vencedor de uma concorrência pública para exploração do serviço em 1897²⁰. Por outro lado, é outro cidadão francês, Aimable Jouvín, comerciante radicado em Porto Alegre, que também ganhou o privilégio em 1889 para explorar a iluminação elétrica das cidades da então província do Rio Grande. Em 1891, Jouvín estimulava a formação de uma companhia — a *Fiat Lux* —, que lhe adquiriu a concessão de explorar os serviços de iluminação. Foi, todavia, contra as deficiências dos serviços desta companhia que a Intendência se pôs a campo num novo apelo, que novamente atraiu a atenção francesa, mas que não teria seqüência, e a situação nesta área foi resolvida em 1928, com o contrato realizado pela municipalidade com o grupo norte-americano *Bond and Share*.

Uma questão unificava a postura da intendência com relação aos serviços públicos: a sua municipalização ou encampação pelo governo municipal, em detrimento do regime de concessão às empresas privadas. Neste objetivo, a municipalidade invocava Comte e seguia a orientação do governo do estado, também ele empenhado na socialização dos serviços públicos. Para tanto, era invocado não só o princípio positivista de que a administração direta do Estado eliminava a presença dos monopólios exercidos pelo capital privado, como também o exemplo eficaz da municipalização dos serviços essenciais, tal como ocorria nas grandes capitais.

A municipalização era entendida como uma idéia vencedora, e os exemplos internacionais eram invocados: Inglaterra, Alemanha e, principalmente, França. Em Paris, por exemplo, era alegado que contava com uma população que era o dobro de todo o Rio Grande do Sul e tinha seus serviços básicos (viação, limpeza de ruas, higiene etc.) operando com plena eficiência e prosperidade...²¹ Mesmo em Manchester, a terra do *laissez-faire*, a municipalização vingara como a melhor forma de realizar o bem público em território urbano...

Por um lado, as comparações resultam um tanto ingênuas. O parâmetro para quase todos os dados estava, sem dúvida, na Europa — população, natalidade, calçamento, iluminação elétrica, policiamento —, constituindo como que um padrão de referência moderno, ou como que um ideal de organização urbana.

Entretanto, a construção de uma idéia-imagem da cidade não toldava um certa consciência das limitações concretas da realidade urbana do sul do Brasil. Por exemplo, a questão dos recursos necessários para pôr em marcha qualquer empreendimento — grandioso, racional, eficaz, estético — era um fator de limitação para os sonhos primeiro-mundistas da acanhada Porto Alegre. Era preciso recolher impostos ou efetuar empréstimos a fim de providenciar recursos para obras de maior envergadura. Outras cidades assim agiam e obtinham fundos bem mais avultados do que aqueles previstos pela arrecadação municipal. O próprio retardamento na execução dos projetos, que era postergada ano a ano (esgotos, casas populares, melhoramentos urbanos em geral), evidenciava que a situação financeira era precária, apesar da declaração renovada na intenção de aparelhar Porto Alegre como as grandes metrópoles.

Consciente das poucas rendas disponíveis, Porto Alegre evitava lançar-se em empreitadas. Se, na Europa e nas repúblicas vizinhas do Prata, as receitas eram elevadas, cabia buscar o exemplo de outros centros para a obtenção de mais recursos. Neste composto, cabia aplicar no contexto local a máxima comtiana de “conservar, melhorando”²².

Entre o ideal de progresso representado pela imagem da cidade grande, interpunha-se a mesquinhez das disponibilidades das rendas locais. Entre o sonho da cidade-ideal, revelava-se a concretude da cidade-possível. Cabe, contudo, resgatar a visão metropolitana, o empenho renovado de abraçar as causas da modernidade, de integrar-se ao processo científico internacional, em buscar a fundamentação técnica de cada inovação e discuti-la, estudá-la, testá-la. Neste sentido, o governo investia em seus quadros, não só ouvindo opiniões de fora como enviando sua elite para estudar no estrangeiro.

A seqüência natural da dinamização dos serviços públicos dava-se com a organização de projetos de intervenção no urbano, redesenhando o espaço de forma planejada.

Ora, o urbanismo faz aparecer no espaço, enquanto projeto, o desejo da reordenação ideal. Racionalidade e sonho, disciplinamento e estética conjugam-se na projeção de uma e outra cidade.

Os planos podem ser exeqüíveis ou não, permanecer na mente dos produtores do espaço que os conceberam, ou serem realizados, ao menos em parte, em momentos distintos. Cabe, contudo, resgatar, se possível, a construção de um, a formulação de uma imagem de organização do espaço que num determinado momento foi pensada e desejada. Conceber uma sociedade distinta, redesenhar o urbano é, sem dúvida, um passo além, frente à racionalização dos serviços públicos. Estes podem ser resolvidos na medida em que demandem soluções e surjam como problema, mas a projeção da cidade ideal implica uma concepção planejada de uma outra realidade alternativa. Esta, sem dúvida, tinha uma base a partir da própria sociedade concreta e partia de estratégias racionais para a reordenação do espaço. Um projeto urbanístico tem, contudo, um germe de utopia, de sonho e de desejo de ver realizada uma outra realidade, mais bela, mais harmônica, mais racional etc.

Por outro lado, a inscrição deste sonho pode revelar mais sobre o concreto real do que muitas declarações e fontes oficiais que versam sobre o acontecido. Em suma, muitas vezes o não-concretizado pode ser esclarecedor daquilo que o foi.

Neste contexto, insere-se o plano de melhoramentos elaborado por João Moreira Maciel a convite da municipalidade. Já em 1911, fora confiada a este engenheiro-arquiteto a organização do projeto e orçamento para a construção de um teatro-circo, uma vila operária e um quiosque-bar para a prefeitura de Porto Alegre. Moreira Maciel já trabalhara em São Paulo e no exterior, participando, em Montevidéu, do projeto de uma vila particular junto com os arquitetos franceses Giraud e Chiffaut, autores, por sua vez, do Petit Palais, um dos melhores pavilhões apresentados na exposição internacional de Paris, em 1900. Tratava-se, portanto, de alguém educado à francesa, admirador da obra de Haussman, e que fora influenciado em seu trabalho pelo exemplo do plano do Rio de Janeiro, do arquiteto Agache. Maciel fora inclusive elogiado em sua atuação profissional pelo professor Auguste Choisy, lente da *École des Ponts et Chaussées*, de Paris²³.

O Plano de Melhoramentos e Embelezamento da capital de Moreira Maciel, que veio a lume em 1914, explicitamente se declarava

tributário da máxima positivista “conservar, melhorando” e se dispunha atender às necessidades de trânsito, beleza e higiene da cidade. O desenvolvimento da capital do estado, em termos de população, comércio, indústria e meios de transporte, impunha as condições urbanas novas exigidas pela “civilização moderna”²⁴. Neste sentido, a necessidade de perimetrais, para melhor escoar o trânsito e desafogar o acesso ao centro da cidade, era uma das idéias-chave. Esta concepção se ligava à proposta de criar os aterros junto ao Guaíba, que permitiria tanto o prolongamento do cais, que contornaria a cidade, quanto a abertura de novas avenidas e ruas, sejam paralelas ao cais quanto para ele convergentes. O aterro próximo ao Guaíba e a canalização do riacho, por seu turno, contribuiriam para atender às necessidades de higiene a capital.

Quanto ao lado estético, tais cirurgias urbanas seriam complementadas pela prática de ajardinamento e embelezamento de parques que seriam criados junto ao porto e ruas próximas ao cais, bem como se previa a intervenção no tradicional Campo da Redenção, antigo Porteiro da Várzea.

O Plano Maciel, tão cuidadosamente concebido, só teria sua aplicação, progressiva e parcelada, nos anos vindouros. A escassez de recursos era sempre invocada nas razões para o seu retardamento, embora o autor enfatizasse no projeto que o seu custo não era alto.

Todavia, é possível divisar nele o sonho da modernidade urbana para a capital sulina. Com a sua aplicação, ter-se-ia uma cidade ampla, de fácil locomoção, racionalizada quanto ao escoamento do trânsito, prazerosa de ser vista. Enfim, o projeto traduzia a cidade que se queria e na qual se projetavam os desejos de uma elite letrada que tinha na Europa o seu horizonte. Retornava, como uma representação da identidade desejada, a Paris que brotara das ações de Haussmann e que se convertera no principal padrão de referência para a modernidade urbana. O Plano Maciel era eminentemente burguês. Dele estavam excluídos os pobres ou as vilas populares no subúrbios.

Os estudos de Maciel eram contemporâneos de outras tantas análises técnicas visando aos melhoramentos da capital e que se efetivavam no âmbito da Escola de Engenharia. Instituição central para a concretização da proposta de implantar uma universidade no Sul, cara ao governo positivista e ao seu *ethos* cientificista, a Escola de Engenharia era o centro dinâmico de uma série de estudos avançados. Estes não apenas visavam à racionalização da produção no estado, com o estudo das principais inovações tecnológicas aplicáveis ao mundo fabril, quanto se preocupava com o estudo científico dos melhoramentos ur-

banos. Assim é que *EGATEA*, revista da Escola²⁶, divulgava opiniões de técnicos estrangeiros, publicava estudos de profissionais locais e abrangia uma grande variedade de temas, como a aplicabilidade do piso de beton e asfalto para as estradas, o destino do lixo urbano — particularmente o seu recolhimento — a defesa da municipalização dos serviços públicos etc. Ao lado da influência francesa, a *EGATEA* divulgava, perante a comunidade científica, os progressos do conhecimento tecnológico aplicados à causa urbana e produzidos nos Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e Suíça, além de invocarem também os exemplos de Buenos Aires, Rio de Janeiro e São Paulo.

Mas a cidade desejada pela elite porto-alegrense não se expressava apenas pela projeção urbanística de uma representação da modernidade ou pela viabilização de práticas administrativas que respondiam à eficácia dos serviços urbanos. A cidade dos letrados se queria bela, chique, agradável à vista.

A começar pela pavimentação das ruas que, mais uma vez, para a Intendência Municipal, requeria a opinião de autoridades francesas no assunto: E. Macé, Ed. Imbeaux, Albert Blaset e Paul Adam, autores de *“Hygiène générale des villes et des agglomérations communales”*, obra publicada em 1910, recomendavam o uso de asfalto para as ruas e o concreto para o revestimento de passeios e avenidas de luxo...²⁷

Mas a vontade de embelezar, apoiada pela divulgação de obras francesas, era às vezes freada dolorosamente pela dureza das condições reais de vida urbana, que mais uma vez se impunham.

*“Se existem grandes cidades que possuem obras de aformoseamento, saneamento, viação, dignas pela sua grandeza de serem admiradas, essas foram feitas evolutivamente em épocas de recursos e população muito superiores aos que na atualidade possuímos para atender a um território mais vasto.”*²⁸

Mais uma vez, os recursos eram escassos, a população não suportaria novos impostos, os empréstimos eram difíceis, mas a perspectiva de “um dia chegar lá” não abandonava a capital sulina.

*“Em momento oportuno, realizar-se-ão as grandes obras de embelezamento que têm sido feitas nas cidades, com as quais se procura erroneamente comparar esta capital, apesar da disparidade de condições de renda e população e das quais ainda estamos afastados.”*²⁹

Complementava o intendente Montauray, que, mesmo a fascinante Paris, com sua superpopulação, não apresentava finanças folgadas, conforme se tinha conhecimento pelo relatório geral apresentado pelo conselheiro municipal André Lefèvre:

*“Est-il besoin de rappeler que si les finances parisiennes ne sont pas aussi à l’aise qu’on le pourrait souhaiter, la faute n’en est point à la République, que nous payons en ce moment le frais de la mauvaise gestion de l’Empire et notamment de M. Haussmann. (...) Comme on le verra plus loin, nos budget son encore lourdement grevés par les emprunts contractés à cette époque et par le frais de la guerre de 1870/71 et des événements qui suivirent. Comment, Messieurs, pourra-t-on arrêter l’acroissement du total du budget et même le réduire, si possible et de quelle manière se porteront nos recettes et nos dépenses pendant les années qui vont venir!”*³⁰

Ao que parece, os problemas internos da administração francesa eram familiares à elite local, que, contudo, dela tirava proveito para exemplificar possíveis soluções. Paris, apesar disso, executara obras importantes que causavam a admiração de todos que a visitavam, mas para isso contava com uma elevada população. Ou seja, jogava-se para a demografia, traduzida provavelmente em arrecadação de impostos, a possibilidade efetiva de concretizar a vontade política.

Entretanto, apesar da Intendência afirmar que Porto Alegre evitava “acompanhar outras cidades da União na suntuosidade de seus edifícios públicos”³¹, alguns projetos foram realizados. Pode-se mesmo dizer que seus arquitetos foram “intérpretes da ideologia” dos políticos de então, em suas obras, do desiderato da elite positivista em atrelar-se à tradição francesa³². Assim, Theofilo de Barros, Afonso Hebert, Itaquí, Maciel e Carvalho foram arquitetos nacionais de “inspiração francesa”, assim como Hypolithe Fabre e Christian de la Paix Gilbet. Foram assim construídos prédios oficiais obedecendo à inspiração de regras clássicas e renascentistas, segundo uma proposta de traduzir, na arquitetura, a concepção de um poder político autoritário, racionalista, cientificista, que trazia consigo o desejo de implantar-se numa cidade-metrópole.

Como diz Jan:

“A arquitetura é, por excelência, a arte da utopia, naquilo que ela torna publicamente visível e legível, os valores

morais e políticos que determinam a utopia: todo edifício, palácio, templo ou simples casa de cidadãos deve parecer com sua função."³³

Desta forma, as edificações públicas *deveriam* traduzir a sobriedade, a imponência e o prestígio que se arrogava o governo sulino. Seja pelo traçado das ruas e do redesenhamento da cidade, expresso tanto em projetos urbanísticos quanto pelas formas arquitetônicas postas em prática, a cidade se configurava como o espaço de projeção de uma organização social desejada, de uma ordem e harmonia pretendidas. Assim, entende-se que a utopia pode estar inscrita na cidade que se quer e que é representada, no plano do imaginário, como uma das possibilidades de realização urbana.

Talvez uma das formas mais transparentes das representações idealizadas do urbano esteja nas alegorias escultóricas, nos monumentos que, no entender da época, tanto embelezavam as cidades. Em Porto Alegre, é remarcável o exemplo do monumento à República, erguido na Praça Marechal Deodoro, por Décio Villares. Alegoria positivista e republicana de exaltação do poder público, o monumento é perfeitamente legível quanto às suas representações, que evocam, pela imagem, o ideário francês, indo da representação da Bastilha, que encima o grupo escultural, à evocação dos princípios de Augusto Comte.

Entretanto, nas condições concretas locais, uma outra tendência iria competir com o que se poderia chamar de influência francesa: a alemã. Porto Alegre realmente teve a sua conformação urbana alimentada pela dinamização do comércio praticado pelos descendentes de imigrantes alemães. A região colonial imigrante fora capaz de dispor de um capital — dinheiro passível de ser aplicado em grandes estabelecimentos comerciais de importação e exportação, bem como em indústrias e bancos. Assim, parte significativa da ascendente burguesia urbana local era de origem alemã e dominava, inclusive, o setor de construção civil, agregando engenharia e arquitetura.

São, por exemplo, extremamente significativos neste ramo de negócios os nomes de Rudolph Ahrons ou de Theo Wiederspahn, responsáveis por uma série de projetos. A estes nomes de proa, que haviam completado sua formação técnica na Alemanha, poderiam ser acrescentados outros, como Baade, Wirth, Pufal, Bartel, Stern ou Gundlach, todos "artífices alemães natos ou de origem".

Portanto, paralelamente à postura oficial de nítida inspiração francesa, responsável pelos prédios da Biblioteca Pública, do Templo Positivista, do jornal *A Federação*, da Prefeitura de Porto Alegre, do Colégio

Pio XII e do Palácio Piratini, sede do governo estadual, a cidade também ostentava uma arquitetura inspirada no gosto e valores germânicos, caros àqueles elementos de uma elite endinheirada. Formas e estilos alemães eram aplicados em sedes de bancos, casas comerciais, depósitos, fábricas e “vilas” burguesas construídas nas zonas chiques da cidade. Obras resultantes desta tendência arquitetônica são os prédios da Cervejaria Brahma, Moinho Chaves, Edifício Ely, Banco Nacional do Comércio, Banco da Província, Banco Pelotense, Delegacia Fiscal, Alfândega, Correios e Telégrafos, Faculdade de Medicina. Por um lado, há que considerar o gosto dos particulares que encomendavam as obras e, por outro, a forte presença das empresas dirigidas por alemães, que venciam seguidamente as concorrências que tais obras de engenharia e arquitetura exigiam, mesmo na esfera pública. Poder-se-ia ainda acrescentar que um ecletismo neoclássico seria talvez comum às edificações francesas e alemãs e que esta distinção seria irrelevante. O caso do prédio da Faculdade de Direito é, no caso ilustrativo, associado à postura oficial da monumentalidade autoritária daquela que seria a escola da elite dirigente positivista, com importação de uma forma arquitetônica só aparentemente anacrônica em termos de Rio Grande do Sul: o prédio é a cópia do palácio de Frederico Guilherme da Prússia e foi realizado pelo escritório de Rudolph Ahrons...

Estamos, contudo, considerando a matriz francesa como a inspiração que norteia tanto a prática de intervenção quanto a projeção urbanística de construção de uma cidade ideal. Neste campo, é sem dúvida o *ethos* de Paris que perpassa a ação, os debates e se abriga nas intenções modernizadoras, quer elas se efetivem ou não.

Finda a longa gestão de Montaury, em 1924, tem início no ano seguinte aquela que iria concretizar algumas das propostas ensaiadas nos períodos administrativos anteriores: a gestão do engenheiro Otávio Francisco da Rocha.

A evocação da França retorna com força, demonstrando não apenas reverência aos ideais estéticos, higienistas e técnicos da cidade-luz como um conhecimento das autoridades locais, tanto da produção científica francesa, atualizada em questões urbanas, quanto dos problemas vivenciados por Paris naquele momento. Assim é que o intendente, ao referir-se ao congestionamento de trânsito da Porto Alegre dos anos 20, referia que em Paris o problema se encontrava também em foco naquele momento...³⁵. Isto posto, louvava o acerto do novo plano de serviço de transporte elaborado pela Força e Luz — o das paradas fixas de embarque —, adotado com sucesso na capital francesa.

No Brasil dos anos 20, a cidade emergia como o espaço privilegiado de atuação do poder público. A imagem da cidade-organismo, cidade-corpo, composta de funções orgânicas especializadas, presentes na literatura francesa desde o final do século, era retomada para justificar a necessidade de intervenção urbana. As partes “doentes” deveriam ser tratadas, a fim de garantir a “saúde” do conjunto. Mais do que isto, passa a fazer parte do vocabulário técnico da época o termo “urbanismo”, como a nova ciência que tratava da remodelação das cidades. Retomava-se a autoridade de Saturnino de Brito, mesclada às concepções evolutivas do social presentes no positivismo comteano para explicar os “estágios da evolução das cidades”: de uma etapa de “desenvolvimento espontâneo”, passar-se-ia à idealização de planos oriundos da iniciativa particular, para chegar, por fim, aos planos concebidos em conjunto para atender à coletividade³⁶.

Saturnino de Brito é como que uma figura emblemática que atravessa as gestões. Autor de obras redigidas e publicadas em francês, como “*Tracé sanitaire des villes*”, seu conhecimento era reconhecido e, nas palavras da EGATEA³⁷, tinha seu talento comparado ao de Camillo Sitte, Hénard, Stuebben e Brown.

Na opinião do intendente, que poria em prática a remodelação da cidade de Porto Alegre como cidade progressista, não poderia escapar às “tendências benéficas” da modernidade. Em Paris, sabidamente já fora aprovada uma lei em 1919 “consubstanciando estas tendências modernas”, mediante a qual toda cidade com mais de 10.000 habitantes estava obrigada a ter um projeto de melhoramentos, embelezamento e expansão.

Portanto, retomava-se o Plano Maciel, de 1914, para aplicar no Sul o que era corrente nas cidades modernas da velha Europa e da própria América, justificando-se com argumentação bem fundamentada o empréstimo contraído para fazer frente à remodelação urbana e que fora aprovada pelo governo do estado.

Poderiam ser referidas as inúmeras citações de autores franceses exaustivamente, mas talvez caiba citar a obra “*Ce qui doit être la ville moderne*”, de Daniel Bellet e Will Darville, que conjugavam os preceitos higiênicos e de eficácia de locomoção urbana com as vantagens dos espaços livres. Uma cidade arejada, bela, higiênica, racional, se impunha.

Sendo estas “aspirações gerais” e as “exigências inadiáveis” e ultimado o empréstimo externo, tiveram início as demolições, alargamentos, calçamentos, destruição de becos, drenagens e abertura de novas ruas que iriam redesenhar Porto Alegre.

Morto prematuramente, em 1928, sem acabar o mandato, o engenheiro Otávio Rocha seria comparado a Pereira Passos, no Rio de Janeiro, mas com vantagem:

“Mas se compararmos as obras realizadas por Pereira Passos e Otávio Rocha e balancearmos os recursos que foram postos à disposição de um e de outro, nós não podemos deixar de reconhecer que a obra do intendente de Porto Alegre (...) foi muito maior do que a do reformador carioca.”³⁹

Emoções e bairrismos à parte, cabe fazer um balanço entre a Porto Alegre possível, realizada pela administração Otávio Rocha, e a cidade sonhada, de Maciel. Foram abertas longas radiais, ligando o centro às áreas suburbanas, ao longo do cais, avenidas paralelas, bem como aterros; ativou-se o fornecimento de energia, “abundante e barata”, mas por efeitos de participação de uma empresa estrangeira; os becos foram destinados; preparou-se o terreno para a abertura da Avenida Borges de Medeiros, com o seu imponente viaduto, símbolo da modernidade sonhada pela cidade; ruas foram calçadas; parte significativa da cidade foi saneada; foi reformada e ampliada a rede de águas pluviais; construíram-se praças e jardins; teve início o embelezamento do Campo da Redenção, que teria o seu ápice por ocasião das comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, em 1935.

Ao findar a década de 20, muitas das propostas de Maciel haviam sido implementadas. O sonho francês perdera grande parte de sua força, mas, no contraponto entre representações e práticas, daria para afirmar que nem a cidade foi atropelada pelos sonhos nem estes cancelaram a cidade.

Ao longo do tempo, Porto Alegre foi incorporando, na medida do possível, pelas condições concretas de sua existência urbana, a realização prática de um ideário francês.

NOTAS

1. Rama, A. “A cidade das letras”. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 17.
2. Castoriadis, C. “A instituição imaginária da sociedade”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 142-7.
3. Rama, A. (1985), p. 29.

4. Calvino, I. "As cidades invisíveis". São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 37.
5. Rama, A. (1985), p. 23.
6. Aliança organizada por Júlio de Castilhos em torno do programa partidário do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e que contava com o apoio dos capitais agrário e não-agrário, com setores médios urbanos e do colonato de origem externa.
7. A referência é feita à vitória dos republicanos contra a oposição, na chamada Revolução Federalista (1893-1895), tristemente conhecida como a "Revolução da Degola".
8. Relatórios dos Intendentes Azevedo e Faria Santos; Atos dos Intendentes.
9. Os jornais populares da época revelam o desencanto com o novo regime e suas promessas de progresso e civilização (ex.: *Gazetinha*, 3 abr. 1892).
10. Sociedade de Medicina, Águas e Esgotos. Conferências do Dr. Victor de Britto. Porto Alegre, 1901.
11. Sociedade de Medicina, Águas e Esgotos. Conferência do Dr. Ricardo Machado em 6 de abril de 1891. Porto Alegre, A Federação, 15 abr. 1891.
12. *Ibidem*.
13. Gama, J. C. Considerações sobre o estabelecimento de esgotos subterrâneos na cidade de Porto Alegre, precedidas da tradução de artigos insertos na revista técnica *Génie Civil de Paris*. Porto Alegre, Intendência Municipal/Tip. do *Jornal do Commercio*, 1894.
14. Relatório do Intendente Montauray de 1909.
15. *Ibidem*.
16. Relatório do Intendente João Luís de Faria Santos de 1896.
17. Relatório do Dr. Sebastião Leão. Casa de Correção. Porto Alegre, 1897.
18. Pesavento, S. J. Imagens da violência: o discurso criminalista na Porto Alegre do "fin de siècle". *Revista do IFCH*, Porto Alegre, UFRGS, 1994.
19. Relatório do Intendente Montauray de 1902.

20. Franco, S. da C. "Guia histórico de Porto Alegre". Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1988, p. 213.
21. Relatório do Intendente de 1914.
22. Relatório do Intendente de 1905.
23. Relatório do Intendente de 1991.
24. Maciel, J. M. Melhoramentos de Porto Alegre. *EGATEA*, vol. 1, nº. 3, nov/dez. 1914, p. 125.
25. Relatório do Projeto de Melhoramentos e Orçamento apresentado ao Intendente Municipal, Dr. José Montaury de Aguiar Leitão, pelo engenheiro arquiteto João Moreira Maciel, da Comissão de Melhoramentos e Embelezamento da Capital. Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1914.
26. *EGATEA*. Revista da Escola de Engenharia. Porto Alegre, 1914-1928.
27. Relatório do Intendente de 1913.
28. Relatório do Intendente de 1905.
29. Ibidem.
30. Relatório do Intendente de 1905.
31. Relatório do Intendente de 1913.
32. Weimer, G. "A arquitetura no Rio Grande do Sul". Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
33. Jan, G. "Voyages en utopie". Paris: Gallimard, 1994.
34. Weimer, G. (1983).
35. Relatório do Intendente de 1925.
36. Relatório do Intendente de 1926.
37. Hoffmann, B. Notas sobre o arruamento das cidades. *EGATEA*, vol. X, mar/abr. 1925.
38. Relatório do Intendente de 1926.
39. Dr. Octávio Francisco da Rocha. *EGATEA*, vol. XII, nº. 2, mar/abr, 1928, p. 137.

A trajetória de Alfred Donat Agache no Brasil

Lúcia Silva

Mestre em planejamento urbano pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

A vinda de Agache em 1927 e a confecção do plano para a cidade do Rio de Janeiro em 1930 podem ser vistas como um marco no processo de constituição de um novo campo de conhecimento: o urbanismo. No entanto a vinda de Agache ganha maior inteligibilidade ao ser relacionada ao movimento interno da área (engenharia/arquitetura).

Ao articular o movimento interno da área com a vinda do urbanista francês, procura-se ressaltar a sincronia do processo iniciado na gestão de Carlos Sampaio (1920/22), que culminaria na constituição de um novo campo de saber. Longe de negar as demais forças sociais que estavam interagindo na sociedade e a multiplicidade de temporalidades contida no movimento¹, optamos, neste trabalho, por reconstituir o processo interno da área, não só para redimensioná-la na conjuntura específica do final da década de 1920, mas para salientar a diversidade

de idéias que estavam em jogo na engenharia e arquitetura, nos anos 20, 30 e 40.

Para tanto, faz-se necessário recuperar também a trajetória de Agache no Brasil, cuja participação não ficou restrita somente ao processo de confecção do plano de remodelação do Rio de Janeiro, mas também aos grandes eventos ocorridos nos anos 30 e 40, tais como o I Congresso Brasileiro de Urbanismo, realizado em 1941, e, indiretamente, a construção de Goiânia, entre 32/38.

O Estado: local de discussão da área

Aparentemente, a gestão Carlos Sampaio foi vista mais pelas suas obras do que pela tentativa de conclamar a área para a discussão sobre a necessidade da confecção de um plano para a cidade. Tida como progressista, em função da reforma urbana que realizou, a gestão Carlos Sampaio fez com que a seguinte — Alaor Prata (1922/26) — fosse apreendida pela sociedade como “um grande fracasso”, não só por não ter realizado nenhuma grande obra de urbanização, como também por ter seu nome vinculado ao de seu grande amigo, Arthur Bernardes, presidente da República nesse período.

Se, aparentemente, tem-se na gestão de Carlos Sampaio uma grande visibilidade social, e, se, na de Alaor Prata, o mesmo não ocorre, para a discussão sobre a necessidade de um plano para a cidade acontece justamente o inverso. Quando Antônio Prado Júnior assumiu (1926/30) esta questão, havia consenso na área, pois, além de reorganizar financeiramente a prefeitura do Distrito Federal — que estava com um grande déficit, devido às comemorações do Centenário da República —, Alaor Prata procurou, por meio dos órgãos municipais, dar continuidade às principais idéias de Carlos Sampaio.

Assim como Carlos Sampaio, Alaor Prata era engenheiro. Também como Carlos Sampaio, Alaor Prata fora nomeado para a prefeitura em virtude de sua amizade com o presidente da República, mas, diferentemente de Carlos Sampaio, grande amigo dos principais loteadores da cidade, o antecessor de Prado Júnior tinha legitimidade para potencializar a discussão dentro da prefeitura, o que viabilizaria na gestão seguinte a vinda de Agache.

A ambiência social da gestão Carlos Sampaio foi favorável ao aparecimento de um debate em torno da necessidade de se pensar a cidade como um todo, mas esta discussão, que despontava timidamente na área, ficou restrita às instituições da arquitetura (IAB/ICA e a sua

revista) e da engenharia (Clube de Engenharia e a Politécnica e suas respectivas revistas), pois os outros setores da sociedade só seriam pela gestão Alaor Prata.

Carlos Sampaio só conseguiu realizar as obras de urbanização da cidade, principalmente no início do arrasamento do Morro do Castelo, por causa das festividades do Centenário. Não obteve da área o apoio que necessitava para coordenar os debates sobre a necessidade de um plano para a cidade. Acusado de corrupção — favoreceu a concorrência fraudulenta na instalação da telefonia em Copacabana, deu à Light o monopólio da energia, saneou e urbanizou a Lagoa e adjacências em conluio com os loteadores e, principalmente, levou muito dinheiro no arrasamento do Morro do Castelo — ele não pôde dirigir as discussões sobre a modernização da cidade, que ele desejava realizar por meio de um plano de remodelação. Mas, mesmo assim, quatro projetos foram confeccionados².

Apesar de Carlos Sampaio ter conclamado a área para a discussão sobre os problemas da cidade como um todo, depois do arrasamento e da urbanização do Castelo, concretamente só a demolição (de parte do morro) foi executada, explicitando a dificuldade da área em discutir os problemas da cidade.

Alaor Prata interrompeu a demolição do morro, pois a prefeitura estava num caos financeiro. Mas a idéia de dotar a cidade de um plano de remodelação foi retomada pela Nova Comissão da Carta Cadastral, chefiada pelo engenheiro Armando Augusto de Godoy e presidida pelo prefeito. Além dessa comissão, havia uma outra, que tratava da circulação da cidade e era presidida pelo senador Paulo de Frontin. O trabalho da Comissão não só serviu para gerar o consenso sobre a necessidade da confecção de um plano, como, na prática, possibilitou o surgimento do primeiro “código de obras” da cidade.

O Decreto 2087, de 19 de janeiro de 1925, sob o título de “Regulamento para construções, acréscimos e modificações de prédios no Distrito Federal”, teve a supervisão do engenheiro Édison Passos. Este regulamento foi a primeira tentativa real de “regulamentar o uso do solo local, quando se observa o zoneamento em relação às condições para obtenção das licenças”³. A cidade, por esse regulamento, estava dividida em quatro zonas: central, urbana, suburbana e rural. Além de procurar disciplinar os usos das áreas do município por meio do zoneamento, o código de obras explicitava sua preocupação com o uso indiscriminado do concreto armado.

O instrumental executivo dessa legislação ficou sob a responsabilidade de uma diretoria subordinada diretamente ao prefeito e com-

posta basicamente de engenheiros (engenheiro-chefe, engenheiro auxiliar, engenheiro ajudante etc.), havendo também uma seção dentro da diretoria chamada Divisão de Censura das Fachadas, composta de arquitetos (da antiga seção de arquitetura), cujas preocupações eram a harmonia e o equilíbrio das fachadas do conjunto das edificações.

A Nova Comissão da Carta Cadastral viabilizou a constituição de outra comissão dentro da prefeitura, que se encarregaria de discutir a remodelação da cidade. Esse grupo procurou incorporar outros setores da sociedade, como o Rotary Club, por exemplo, que redimensionaram o processo.

Até 1925, a discussão sobre a remodelação da cidade estava restrita às instituições da área e a seus veículos de comunicação, isto é, suas revistas. *A Arquitetura no Brasil*, revista oficial do ICA/IAB, discutia desde 1923 a remodelação da cidade a partir do seu conjunto de edificações. Os artigos ressaltavam apenas os aspectos estéticos das edificações, como se a resolução dos problemas da edibilidade urbana por si só resultassem no fim dos problemas urbanos⁴.

Diferentemente da arquitetura, as revistas da engenharia não discutiam a remodelação em si, mas tão-somente a racionalização do espaço e a ratificação da necessidade de utilização de outros materiais de construção, como, por exemplo, o concreto armado. Mesmo já tendo discutido, no Clube de Engenharia, um plano de remodelação, esta questão não era vista como um problema do campo.

Isoladamente, já havia engenheiros que exigiam uma nova ciência capaz de dar conta da nova realidade urbana que se vislumbrava, em decorrência do adensamento do centro (o aparecimento dos arranha-céus) e da expansão para a periferia. Essa nova ciência, fazendo parte da engenharia, remetia-se primordialmente à racionalização do Estado.

A partir de 1925, percebe-se que a comissão encarregada de discutir a confecção do plano chegou a um impasse. Somente a incorporação de outros setores da sociedade à discussão possibilitou resolver tal impasse, mas, ao permitir esta entrada, não só redimensionou o debate como, é claro, o ampliou.

Essa ampliação significou, concretamente, a transferência da discussão para os diários cariocas a criação de uma ambiência que possibilitou a construção do consenso entre as elites sobre a necessidade da confecção do plano. O impasse criado internamente girou em torno de quem faria o plano: um arquiteto ou um engenheiro, um profissional nacional ou um estrangeiro. Estas questões foram resolvidas fora do

Estado, mas foi, neste contexto, que assumiu, em 1926, o industrial paulista Antônio Prado Júnior.

Foi no interior da prefeitura que se gestou a proposta da confecção de um plano de remodelação para a cidade, ao mesmo tempo em que se buscou o apoio das elites. Esse apoio não girava mais em torno do embelezamento, e sim da organização do território da cidade. O apoio, contudo, não implicou uma visão única sobre o que deveria ser a cidade e como deveria ser feita a remodelação.

Agache e a discussão da área

Quando Prado Júnior assumiu a prefeitura, os diários já noticiavam as diversas reuniões que aconteciam no Rotary para a discussão do plano. “Era uma obra necessária e inevitável.”⁵

Tomando posse, foi convidado para participar das reuniões do Rotary, nas quais já havia a proposta de se contratar um especialista estrangeiro. Defendida inicialmente por Mariano Filho, foi encampada imediatamente por Armando de Godoy, que chegou a sugerir quatro nomes: Stubben, Bennet, Jaussely e Agache, nesta ordem⁶. Por motivos diversos, os membros do Rotary apoiavam a vinda de um urbanista estrangeiro.

O médico Mattos Pimenta não acreditava na capacidade dos profissionais nacionais. Por isso, sua proposta passava pela vinda de um técnico estrangeiro com a colaboração de estetas nacionais. Assim pensava também José Mariano Filho, outro médico que, diferentemente de Pimenta, acreditava que, somente pela neutralidade de um estrangeiro, se poderia fazer uma obra de interesse coletivo.

Utilizando-se ainda de um discurso higienista, Mattos Pimenta, Mariano Filho, Francisco de Oliveira Passos e Archimedes Memória formaram uma comissão para pedir ao novo prefeito a contratação de um estrangeiro. Essa comissão foi organizada antes da eleição de 26.

Nesse período, José Mariano Filho era o diretor da Escola de Belas Artes e filiado ao ICA. Somente ele levou para a assembléia do Instituto a proposta de contratação de um estrangeiro. As sugestões apresentadas nessa reunião deixavam claro que, em princípio, a decisão deveria sair da área e não do prefeito, pois temiam que o prefeito pudesse ser influenciado, já que o assédio dos rotarianos — pessoas notáveis da sociedade — era intenso.

As outras sugestões do Instituto eram contrárias à proposta de Mariano, pois preconizavam a liderança dos técnicos nacionais em

detrimento dos estrangeiros. Uma das propostas chegava a apoiar a contratação de alguém de fora, desde que ele viesse apenas “orientar” e não fazer o plano. Uma outra previa uma viagem de estudos para que o grupo pudesse adquirir os conhecimentos técnicos necessários para confeccionar o plano⁷.

Nereu Sampaio, presidente do Instituto Central dos Arquitetos (ICA), e Nestor de Figueiredo eram totalmente contrários à vinda de uma missão estrangeira, pois a cidade necessitava de especialistas que conhecessem os seus problemas e, principalmente, pudessem resgatar sua beleza. Para eles, em especial o último, a reforma da cidade passava pela ratificação do caráter de brasilidade da capital, e o estrangeiro representava, naquele momento, a explicitação de uma cópia monótona da beleza de outros povos. Fazer o plano seria para o profissional brasileiro a melhor maneira de servir ao país, pois só ele seria capaz de resgatar a beleza inerente à cidade.

Enquanto Mattos Pimenta explicitava a sua total desconfiança na capacidade profissional dos técnicos nacionais — afinal, não havia nenhuma escola que pudesse formar um urbanista —, Mariano Filho procurava ressaltar o caráter estético que deveria ter o plano e a neutralidade do especialista para executá-lo, pois deveria estar fora das pressões políticas locais.

Alguns membros do ICA, como Gilberto Simas, procuraram ressaltar os aspectos positivos da mobilização da sociedade em torno de um plano, e não em torno da polêmica criada sobre o personagem que faria o projeto, buscando, assim, apoio em outros membros, como Godoy. O plano, segundo suas próprias palavras, “era um problema urgente e imprescindível”⁸, que não deveria ser alvo de disputa, já que era de interesse coletivo. Mas outros membros do ICA, como Marcelo Taylor Carneiro de Mendonça, faziam oposição ao Rotary, não por ser contrário à vinda de um estrangeiro, mas por achar que os rotarianos não estavam gabaritados para discutir um assunto de especialista. Para ele, “todas as sugestões dos rotarianos não são mais que afirmações poéticas”⁹.

Enquanto a polêmica ganhava força na imprensa, a prefeitura tinha um problema inadiável: o que fazer com o espaço vazio do Castelo, uma área nobre do centro, que, desde 22 (fruto do arrasamento do morro), estava ociosa e era cobijada por diversos grupos?

Em janeiro de 27, enquanto Prado Júnior convidava Agache para fazer uma série de palestras sobre urbanismo, os jornais já o confirmavam como chefe da missão francesa que viria fazer o plano, mas a

prefeitura não podia ratificar as informações veiculadas pelos jornais uma vez que precisava ainda da confirmação do legislativo.

Enquanto toda a cidade já sabia da vinda de Agache, oficialmente somente em sua Fala Anual (01/06), o prefeito comunicava ao Conselho Municipal que convidara Agache para fazer algumas conferências¹⁰.

A chegada de Agache em 25 de julho de 1927 não aplacava os ânimos, pois os “urbanistas indigenistas”¹¹ continuavam contrários à sua vinda. Os engenheiros da prefeitura e o Clube de Engenharia apoiavam a vinda de Agache, enquanto que os arquitetos do IAB/ICA mantinham-se contra. Alguns professores da Escola de Belas Artes (ENBA) que, no início, haviam se posicionado contra a vinda de um estrangeiro após tomarem conhecimento de que o escolhido havia sido Agache passaram a aceitar a decisão da prefeitura, apoiando-o.

Além das cinco conferências¹² para as quais havia sido contratado pela prefeitura (três no Municipal, uma no Liceu e outra no Automóvel Clube), Agache ainda fez outras (no rádio e na Liga Esperantista), viajando depois para Belo Horizonte e Recife.

Foi no período de ausência de Agache, que o prefeito solicitou ao Conselho Municipal a verba necessária aos estudos que possibilitaria a confecção do plano, mas este primeiro pedido não especificava o valor, sendo explicitado na segunda mensagem ao legislativo. Somente em novembro de 27 a câmara municipal aprovou o pedido do prefeito¹³.

Aparentemente, somente um vereador posicionou-se contrário à contratação de Agache. Maurício de Lacerda, líder da oposição, havia saído da prisão para votar contra o que ele julgava um “absurdo que, no Rio, com tantos engenheiros e técnicos capazes de urbanismo, esteja-se a subvencionar essas celebridades e adquirir os estudos que nos quiseram impingir, duma remodelação que a engenharia e o urbanismo de patrícios fariam por administração, sem essa despesa preliminar de 1.300 contos para adquirir no papel um plano de remodelação do Rio de Janeiro...”¹⁴.

Maurício de Lacerda explicitava uma idéia que circulava implicitamente nos jornais ao relacionar urbanismo com administração pública. Isto é, que o urbanismo era um assunto técnico da prefeitura — idéia esta que já era veiculada por Godoy desde 23 — e, até muito em função disto, ele não via o urbanismo como ciência, pois era apenas uma questão administrativa.

Apesar dessa nota dissonante, a solicitação do prefeito foi aceita, permitindo a volta tranqüila de Agache, que montou, com sua equipe, seu escritório no Teatro Municipal. Sua equipe era formada pelos ar-

quitetos E. Groer e W. Palanchon, para as questões de urbanismo; o engenheiro A. Duffieux, para os problemas de saneamento; Arnaldo Gladosch (o mesmo engenheiro que polemizou em *O Jornal* com Gilberto Simas) para assuntos de instalações industriais, e os arquitetos D. Albuquerque, Afonso Reidy, Santos Maia, M. Barroso, H. Pelagion e Aflilio Corrêa Lima, como auxiliares.

Foi durante sua estadia na França — período em que fazia o curso de especialização em urbanismo, sendo, portanto, o primeiro urbanista brasileiro — que Aflilio conheceu Agache e tornou-se seu amigo e admirador. Esta viagem ocorrera um ano antes; era o prêmio do primeiro colocado no concurso anual da ENBA.

Pedindo a colaboração dos profissionais nacionais — no que foi atendido —, Agache consultou “63 trabalhos, livros, relatórios e revistas sobre todos os assuntos da obra, além de dezenas de cartas, mapas, fotografias e mais 30 plantas, projetos e desenhos diversos. Foram igualmente consultados e analisados cinco projetos, anteriores ao estudo do projeto Agache”¹⁵.

Dentre esses projetos anteriores destaca-se o de Jerônimo Teixeira de Alencar Lima, que contratou, com dinheiro de seu próprio bolso, uma equipe francesa para fazer um plano de remodelação para a cidade. Quando Agache aqui chegou, “já havia sido feito um plano de conjunto para a cidade, na escala de 1:5000; vários artigos de jornais e croquis; remodelação da Glória e Calabouço; em maquete e plano de conjunto na escala de 1:15000, interessante trabalho de engenharia sanitária que se estendeu a toda a Baixada Fluminense”¹⁶. Este trabalho foi oferecido a Prado Júnior, que o encaminhou a Agache.

Assim como o trabalho de Teixeira de Alencar Lima, Agache utilizou-se do plano de urbanização de Cortez e Bhruns para a Esplanada do Castelo (leia-se Calabouço). Essa área, parte resultante do arrasamento do Morro do Castelo, estava sendo planejada pelo escritório de Cortez e Bhruns — este último, arquiteto da prefeitura —, mas não foi o projeto de 27 que Cortez entregou a Agache, e sim o de 1921 — o mesmo projeto que eles enviaram para a revista alemã *Standbau*, que o publicaria em 1928¹⁷.

Em abril de 27, Cortez acabara de chegar de uma viagem à Europa, onde visitaria Londres, Paris, Oslo, Viena, Roma e Berlim, no intuito de recolher idéias para o plano do parque do Calabouço. Em sua volta, escreveu um artigo de página inteira no *O Jornal*, felicitando a iniciativa do prefeito em contratar um urbanista estrangeiro. Neste mesmo artigo, aproveitou para explicitar sua admiração por Le Corbusier¹⁸.

Oficialmente, Agache foi contratado em novembro de 1927 para

fazer os estudos necessários ao plano, mas um ano depois (novembro de 1928), por ocasião da acusação de plágio, ele, em entrevista a *O Paíz*, ratificava o objetivo de sua contratação: “o Senhor Prefeito havia, efetivamente, pedido um duplo trabalho: preparar um plano geral de remodelação para uma determinada época e fornecer em seis meses os planos, de detalhes absolutamente exatos, para os bairros do Castelo e Calabouço”¹⁹.

Ao apresentar a maquete do plano de urbanização da Esplanada ao prefeito e ao presidente da República, Agache foi acusado de plágio por Cortez, pois a *Porta do Brasil* era idêntica à do projeto de 21. Agache se defendeu afirmando que a solução dada ao espaço era análoga, assim como a de um outro projeto de 1919, que previa a mesma coisa, isto é, uma praça na interseção de três avenidas.

Em nenhum momento, Agache se referiu ao arquiteto Ângelo Bhruns. Era contra Cortez que ele destilava sua fina ironia²⁰. Na réplica de Cortez e Bhruns, estes afirmavam que “quando o Senhor Agache aqui chegou no ano passado manifestou logo o desejo de obter todos os projetos que tivessem sido elaborados, pois ele, como *‘èlément catalysateur’*, *desejaria aproveitar as boas idéias... nessas condições e com a declaração que se lê em sua entrevista de ter ‘achado uma solução análoga à deles’, acreditamos ter fornecido todos os elementos para que o público possa formular um juízo*”²¹.

O jornal *O Paíz* procurou apoiar Agache mostrando as pequenas diferenças existentes entre os dois projetos. O projeto de 21, que tinha sido reformulado por ocasião do retorno de Cortez da Europa em 27, ficou em exposição na ENBA no período em que Agache chegou ao Brasil. Agache procurou ressaltar que as soluções para o espaço eram parecidas, mas que os projetos não eram idênticos, o que Cortez rebateu demonstrando que o projeto de 21 fazia algumas projeções, em função da existência do Morro do Castelo, que não se realizariam, enquanto que o projeto de Agache já tinha dimensão do espaço a ser urbanizado, coisa que ele não sabia em 21.

Carlos Sampaio entrou no debate defendendo Agache da acusação de plágio, não por achar que não havia cópia, mas porque em sua avaliação tanto Cortez quanto Agache conheciam um projeto francês do século XII e, baseados nesse projeto, os dois deram a mesma solução ao espaço carioca, mas ressaltando que os arquitetos nacionais o fizeram de maneira mais racional.

Aproveitando a ocasião, Carlos Sampaio explicitou seu descontentamento em relação à contratação de um estrangeiro, defendendo, assim, os arquitetos brasileiros. Para ele, o que estava em jogo naquele

momento era a competência profissional de Agache, que havia recebido uma fortuna da prefeitura e não conseguia dar uma solução criativa para os problemas da cidade, visto que, sendo arquiteto e não engenheiro, o técnico estrangeiro não estaria preparado para fazer tal coisa. Carlos Sampaio defendia a idéia de que deveria ser um engenheiro o autor do plano, posto que, para ele, o urbanismo seria um ramo da engenharia.

A entrada de um nome de peso, como Carlos Sampaio, reacendeu a polêmica sobre a competência dos técnicos nacionais em detrimento dos estrangeiros, mas, com o apoio de Mariano Filho a Agache, a discussão acabou ficando no âmbito do pessoal com o ex-prefeito, já que havia a questão da construção do Jóquei Clube que se vinha arrastando desde 22²².

A oposição a Agache, que sempre fora de pessoas e não de instituições — mesmo reconhecendo que a maioria dos integrantes do ICA posicionou-se contrário à contratação de Agache —, intensificou-se com o início das obras de urbanização na cidade, em 1929, pois o plano não havia sido anunciado oficialmente. Sem o referencial do plano, os profissionais nacionais não poderiam atacar a reforma que se iniciava. Eles consideravam um insulto tomarem conhecimento do plano por meio dos artigos que Agache escrevia para as revistas francesas.

A *Revista Brasileira de Engenharia* publicou uma série de artigos sobre urbanismo, inclusive comentando artigos de Agache no exterior. Nesse período, a revista já era o veículo oficial da Sociedade Brasileira de Engenharia.

Em junho de 1930, por ocasião do IV Congresso Internacional de Arquitetura, realizado no Rio de Janeiro, Agache apresentou uma maquete da cidade reformulada na exposição que se realizava paralelamente ao evento, quando então foi condenado por vários arquitetos²³. A oposição dos profissionais nacionais já se fazia em todos os níveis e por várias razões. Até Mariano Filho já se posicionava contra Agache. Em artigo de jornal, Mariano se dizia “logrado, pois fazer cubos de concreto armado não é muito diferente do ‘vai ou racha’ do avariado Carlos Sampaio” e terminava exigindo que Agache prestasse contas a alguém²⁴.

Agache também foi criticado por não ter participado da luta dos arquitetos na disputa do novo mercado de trabalho que surgia, “afinal, sendo ele arquiteto, deveria apoiar a afirmação do exercício da profissão”²⁵. Outros chamavam o projeto de Agache de “Urbanismo cenográfico”²⁶, em função das soluções arquitetônicas que ele escolheu para a cidade.

Já o legislativo, que não se pronunciava desde 27, começava a

cobrar o plano que a prefeitura havia comprado, principalmente depois da condenação do projeto no IV Congresso. Em setembro de 1930, o *Jornal do Commercio* transcrevia uma ata da sessão do Conselho Municipal exigindo o plano, afinal custara uma fortuna e não estava pronto²⁷. Agache retornou à França antes de entregar o plano de remodelação do Rio, fazendo-o lá, depois da Revolução de 30.

O fim da gestão Prado Júnior permitiu que os profissionais descontentes com o plano Agache pudessem manifestar-se abertamente. O novo governo optou por delegar a uma Comissão a responsabilidade de avaliar o plano. Esta foi presidida por Godoy, que retornava de seu “exílio” em Santa Cruz (um distante bairro do subúrbio do Rio). A Comissão aprovou o plano, mas não pôde fazer muita coisa para implementá-lo, pois o sucessor de Bergamini a destituiu. Apesar do pouco tempo de existência, a Comissão do Plano da Cidade, na figura de seu presidente, fez um grande trabalho de divulgação do urbanismo.

Mesmo com o fim da Comissão, Godoy continuou mantendo contato com Agache, já que fora incumbido de fazer um estudo que se destinava à escolha do local da nova capital do estado de Goiás. Ao lado da sugestão do lugar onde deveria ser construída Goiânia, foi feito um plano, segundo o próprio Godoy, a partir de várias sugestões de Agache, que continuava se correspondendo regularmente com os amigos.

Aprovado o lugar da nova cidade, o interventor do estado de Goiás contratou outro amigo de Agache para executá-lo: Atílio Corrêa Lima. Atílio acabou fazendo outro plano para a cidade, aproveitando somente a zona sul do projeto inicial de Godoy. Por falta de pagamento, Atílio se retirou da construção de Goiânia, sendo então chamados dois jovens engenheiros recém-formados, ambos de Goiás: Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno, amigos do interventor Pedro Ludovico. Estes modificaram muito pouca coisa do projeto de Atílio Corrêa Lima e, em 1938, a cidade foi inaugurada. A construção de Goiânia os habilitou, durante o Estado Novo, a concorrerem no Estado do Rio de Janeiro a vários projetos de remodelação de diversas cidades.

Em agosto de 1939, Agache voltava ao Brasil para fixar-se definitivamente, empregando-se como consultor técnico da Coimbra Bueno. Foi por essa construtora que Agache, durante o Estado Novo, fez vários projetos de remodelação: Campos, Cabo Frio, Araruama, Petrópolis, São João da Barra e Atafona, todas no estado do Rio.

O interventor do Rio, por meio do departamento das municipalidades, resolvera dotar a maioria das grandes cidades fluminenses de um plano de remodelação. A parte sul ficou sob a responsabilidade de Atílio Corrêa Lima, a parte norte com o escritório de Coimbra Bueno,

enquanto que a capital estava sendo remodelada pelo Serviço Técnico da Comissão do Plano da Cidade, chefiada por José de Oliveira Reis, grande amigo de Godoy e admirador de Agache²⁸.

Agache trabalhou durante o Estado Novo para Coimbra Bueno e foi ainda como consultor deste que elaborou o plano de urbanização de Curitiba e projetou Interlagos, em São Paulo. Como colaborador no escritório de Otávio Catanhede, ele fez o plano de Vitória, cujo interventor era Henrique de Novais — engenheiro que fez parte da Comissão do Plano da Cidade e aprovou o plano Agache em 1931²⁹.

Durante os anos 30, a delimitação do mercado de trabalho entre os engenheiros e arquitetos estava estabelecida. A regulamentação da profissão garantiu, pelo menos no papel, o campo de atuação de cada profissão, diminuindo o conflito interno na área. Quanto ao trabalho de estrangeiros, a ideologia nacionalista do Estado Novo não favorecia a contratação de técnicos estrangeiros, tanto foi assim que Agache trabalhou como consultor e colaborador e não como arquiteto nos escritórios. No de Coimbra Bueno, pelo menos, ele não assinou nenhum projeto.

Seus admiradores (Coimbra Bueno, Reis, Godoy, Novais e Corrêa Lima) estavam trabalhando na administração do Estado, o que favoreceu o trabalho de Agache. Seus opositores não possuíam o mesmo espaço que tinham no final dos anos 20, mas, mesmo assim, ainda se utilizando de um discurso xenófobo, colocavam-se contra as obras realizadas na capital do Rio (o Serviço técnico tinha como objetivo viabilizar o que ainda pudesse ser implementado do plano Agache). Prestigiado, Agache foi convidado de honra no I Congresso Brasileiro de Urbanismo, realizado no Rio de Janeiro, em 1941. Diferentemente do Congresso de 1930, o Congresso de Urbanismo transcorreu sem grandes polêmicas, sendo as resoluções aprovadas nas sessões plenárias levadas ao presidente da República, que se comprometeu em realizá-las. A principal iniciativa do congresso foi a proposta da obrigatoriedade de que cada município mantivesse, em sua administração, um engenheiro agrônomo, um industrial, um engenheiro-arquiteto, um civil e um técnico em urbanismo.

Morando no bairro da Glória, Agache permaneceu no Brasil até 1959, mas pouco se sabe de sua trajetória nos anos 50, a não ser que gostava de passear com sua esposa pela Praça Paris, praça esta que ele mesmo projetou. Retornou à França pouco antes de falecer, em 05/05/59³⁰.

NOTAS

1. Uma das outras forças sociais que estava interagindo no processo era a população da cidade, e, sobre essa relação, ver Silva, L. “O plano Agache nos diários cariocas: leituras da cidade.”
2. São os projetos de Costa Moreira, os dois projetos apresentados ao Conselho Municipal: Adamczyk e dos engenheiros Eugênio L. Franco e Augusto F. Ramos, e o de Cortez e Bhruns.
3. Oliveira, L. G. Desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro: uma visão através da legislação reguladora da época 1925/1975. Rio de Janeiro, UFRJ/COPPE, 1978. (Dissertação de Mestrado).
4. Alguns artigos como “Embelezaamento da Capital Federal”. In: *Arquitetura no Brasil*, dez/1925 e jan/1926, tratam da questão da remodelação.
5. *Jornal do Brasil*, de 02/11/1926.
6. Godoy, A. A. “A Urbs e seus problemas.” Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, p. 33.
7. *Jornal do Brasil*, de 28/11/1926.
8. *O Jornal*, de 13/03/1927.
9. *O Jornal*, de 13/12/1926.
10. Fala Anual do Prefeito ao Conselho Municipal. In: *Anaes do Conselho Municipal*, junho de 1927 — Mensagem nº 617 do Prefeito. Mensagem nº 625. In *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*, jul/dez de 1927. Projeto nº 123. In: *Anaes do Conselho Municipal*, nov de 1927.
11. Este termo apareceu, pela primeira vez, no artigo “O micróbio do urbanismo”. In *Jornal do Brasil*, 30/11/1926.
12. “Urbanismo e a beleza das cidades”, no dia 04/07/1927; “Modelo de um Plano de Cidade”, no dia 11/07; “Creação da cultura urbanística”, no dia 20/07; “Paris a traves les ages”, no dia 23/07; “Como se ensina o urbanismo”, no dia 25/07.
13. Ver nota nº 10.
14. *Anaes do Conselho Municipal*, nov/27.
15. Albuquerque filho, L. R. C. F. “A Obra do urbanista Agache: sua situação no Brasil”. Rio de Janeiro, s.n., 1959, p. 20.
16. *Idem*, p. 18.

17. *O Jornal*, de 14/02/1929.
18. *O Jornal*, de 17/04/1927.
19. *O Paíz*, de 02/12/1928.
20. Tréplica de Agache, *O Paíz*, de 09/12/1928.
21. Réplica de Cortez e Bhruns. In *O Paíz*, de 09/12/1928.
22. Sampaio, C. "Idéias e impressões". Paris, Impremerie e Puyfourcat Fils e Cie, 1929 e Mariano Filho, J. "Urbanite aguda". Rio de Janeiro, s.n., 1929.
23. Sobre o IV Congresso, ver *O Jornal*, mês de junho de 1930.
24. *O Jornal*, de 22/05/1930.
25. *O Jornal*, de 15/05/1930.
26. *O Jornal*, de 22/05/1930.
27. *Jornal do Commercio*, de 01 e 02/09/1930.
28. Ver *Diário da Manhã*, de 11/08/1942, *A Noite*, de 06/08/1942 e *Correio da Manhã*, de 13/08/1942.
29. Albuquerque Filho, L. R. C. *Op cit.*, p. 20 e seguintes.
30. *Idem*, p. 20

História e cidade na Amazônia Brasileira: a utopia urbana de Henry Ford, 1930

Yara Vicentini

Professora do Departamento de Arquitetura e Construção
da Escola de Engenharia de São Carlos —USP

O pensamento sobre a natureza na Amazônia, no século XIX

Alinhava-se à possibilidade de compreensão da natureza no século XIX, não mais a discussão afeita ao campo filosófico da existência de Deus ou à crescente alienação na história dos homens, mas, agora, ao plano utilitário da exploração e expansão de um sistema social e econômico produtivista:

“Se, num primeiro momento, se podia falar da expansão e da conquista, como conseqüência da superioridade tecnológica de uns povos sobre outros, numa segunda etapa a superioridade tecnológica e a maior capacidade na guerra se tornaram sinônimos de racionalidade; e, na etapa final, a racionalidade deixou de se apresentar como causa da dominação para converter-se diretamente em sua justificação.”

O fato histórico da expansão européia transformou-se num fenômeno natural, uma conseqüência necessária da expansão da Razão sobre o mundo. Uma racionalidade passou a ser a Racionalidade, um tipo de conhecimento passou a ser a Ciência, e um procedimento para conhecer passou a ser o Método Científico.”¹

Neste pensamento, incluía-se a visão dos naturalistas, como foram conhecidos os cientistas e viajantes que, pelo mundo afora, relacionavam, classificavam e quantificavam a natureza, com o objetivo de informar o desenvolvimento das ciências naturais, colocando-se a serviço da exploração de novas espécies. Entre eles, incluem-se aqueles que percorreram a Bacia Amazônica no século XIX. Neste caso, acrescentaram ao pensamento sobre a natureza novas visões além dos paradigmas racionalistas, que oscilavam entre o idílico e o selvagem. A descrição feita por Nery (1979), que a percorreu em 1848, chamava a atenção para o conhecimento adquirido, até aquele momento, sobre a região:

“O vale do Amazonas contém a mais vasta bacia fluvial do mundo inteiro... Segundo o Dr. Alois Bludau, a Bacia do Amazonas, juntamente com o Tocantins, porém excluindo-se o Ariuni, o Esequibo, o Corentine, o Marconi e o Oiapoque, tem uma superfície de 2.722.000 milhas quadradas... A Bacia do Amazonas é, pois, por si só, sensivelmente igual à do Mississipi, do Prata e do Orenoco reunidas.”²

Spix e Martius (1981), que a percorreram no início do século XIX, descrevem a massa de suas águas, considerando-a um verdadeiro oceano de água doce, pontuado de ilhotas flutuantes e imensas ilhas, com 5.328 km² de superfície na área de embocadura do rio e incomparavelmente maior que os Açores, Madeira, Heligoland e Malta, reunidos. Sua nascente, na Cordilheira dos Andes, forma um lago de 5 km de largura, antigo lago Yauri-Cocha, então denominado Lauri-Cocha:

“O rio, saindo dos Andes peruanos, atravessa a América Meridional de oeste a leste, numa extensão de perto de 6.000 km, dos quais cerca de 4.000 em território brasileiro, banhando os estados do Amazonas e do Pará. Engrossado ao longo de seu percurso por afluentes muito numerosos, que têm por sua vez afluentes e subafluentes, dividido em furos, em paraná-mirins, em igarapés, reúne-se, enfim, ao

Tocantins, que, segundo Ortón, corre sobre um leito de diamantes, de rubis, de safiras, de topázios, de opalas e de petróleo, e, perto da cidade de Belém, acima do Equador, lança-se, enfim, ao Atlântico. Suas águas cinzas penetram no oceano com violência, formando um largo mar de água doce que mede mais de 100 km."³

Seus afluentes já eram conhecidos pelos portugueses, como o Rio Madeira, percorrido, entre 1637 e 1639, pela expedição de Pedro Teixeira. Condamine⁴ viu sua embocadura em 1743. Entre seus afluentes, citava o Carapanatuba, o Capaná, o Baetas, o Aripuanã, o Araras, o Manicoré, o Marmelos, o Machado, o Jacaré, também o Beni e o Mamoré que, unidos, formam o Rio Madeira. Desde então, foi sendo explorado por brasileiros e estrangeiros.

Ainda Nery (1979) expôs que o Amazonas muda de nome e passa a se denominar Solimões ou Alto Amazonas, depois de ter recebido o Rio Negro, próximo à cidade de Manaus, com seus diversos afluentes, onde se especifica, de acordo com o conhecimento daquela época:

*"O Japurá, Iapuru ou Uiupurá serve de fronteira entre o Brasil e a Colômbia... Um de seus braços comunica-se com o Orenoco. Foi por essa passagem natural que Felipe O'Utre chegou ao Orenoco, em 1541, à procura do ilusório El-Dourado. Grande parte do Japurá, cujo comprimento é de 2.800 km, é obstruído por corredeiras, o que impede a navegação em uma extensão de 1.500 km pelo menos."*⁵

A descrição de Nery (1979) — assim como a de outros pesquisadores que, no século XIX, em diferentes áreas, percorreram a Bacia Amazônica, como Bates (1979), no mesmo ano, ou Spix e Martius (1981), no início do século — davam conta da visão sobre a natureza, do deslumbramento sobre a floresta tropical e de seu conhecimento. Sua representação mais fiel constitui-se em uma obra de arte: o mapa apresentado por Spix e Martius (1981) sobre a Bacia Amazônica.

Acoplava-se, ao pensamento quantitativo e classificatório da natureza, um forte sentido moral de civilização. Este sentido moral incluía o idílico, que se apresentava, por vezes, como o selvagem, nas caracterizações da floresta. O selvagem, por sua "natureza" inexplorada, seus perigos de doenças e do desconhecido, se expressava, também, pela formulação de seu pensamento mágico, que acreditava em demônios e males subjetivados:

“Tão generalizadas são as fábulas... entre quase todas as tribos indígenas do Brasil, correm as idéias sombrias de espectros e de demônios fantásticos. São elas uma das mais importantes provas de um estado primitivo desses povos, quando na verdade não se adriram em grau mais alto de civilização, mas vivendo mais próximos uns dos outros, podiam formar conceitos tão idênticos, como os que atualmente vemos espalhados de modo surpreendente em todo o Brasil.”⁶

O homem europeu antepôs à magia à sua própria religião, considerando que, na magia do homem primitivo, estabelecia-se uma relação de identidade entre as leis da natureza e as leis do pensamento. Nesta medida, o pensamento poderia produzir na natureza um fenômeno desejado. A magia era, então, considerada uma forma inferior de expressão das sociedades primitivas.

Pesquisavam-se, também, os tipos físicos, expondo a visão anatômica que se alivia ao positivismo da antropologia do século XIX, possibilitando o aparecimento de conceitos como “tipos puros”. Spix (1981), quando descreveu os gentios antropófagos, habitantes do Rio Japurá, deteve-se a analisar a compleição física do índio americano:

“Os principais distintivos da raça americana são: a cor de cobre, de diferentes graus e intensidade, a relativamente maior largura do comprimento de todas as partes; baixa estatura (índios de cinco e meio a seis pés são raros); pescoço curto; bacia larga; ...; cabelos negros, rijos como de cavalo, mais ou menos compridos; cabeça arredondada, larga; ...; a occipital não tão saliente como nos negros; boca larga e lábio inferior menos profusos do que os dos negros. Dentes alvos, bonitos; os incisivos parecidos com os da fuinha e de outros carnívoros; o queixo não como o dos negros, mas arredondado.”⁷

Os povos primitivos eram comparados a outros animais e aos povos negros, numa referência aos pressupostos da escravidão, mesmo que o índio também fosse discriminado pela crença em sua apatia em relação ao trabalho, já que essas idéias se colocavam no sentido da domesticação do mundo a serviço do homem ocidental. O naturalista Bates (1979), que percorre parte da Bacia Amazônica, em 1848, destaca

este aspecto, que se refere à forma de trabalho extrativista do índio, caboclo e mameluco que se encontravam nas áreas ribeirinhas:

“Unicamente a incurável indiferença e indolência do povo impedem que eles usufruam de todas as vantagens oferecidas pela exuberante natureza tropical. Eles poderiam plantar pomares de seletas árvores frutíferas ao redor de suas casas, plantar milho, ou criar bois e porcos, como certamente faria qualquer colono europeu inteligente, ao invés de contarem exclusivamente, por indolência, com o produto de suas pequenas plantações e viverem de uma magra dieta de peixe e farinha.”⁸

Era inútil a comparação entre sociedades em que a ideologia do trabalho, como tempo de produção, havia-se consolidado, e a sociedade brasileira no século XIX, na Bacia Amazônica, agora miscigenada e, em parte, também aculturada pelo modo de vida indígena.

Por sua vez, o migrante que se instalava nas áreas extrativistas, principalmente para a extração da borracha, a partir de meados do século XIX, não possuía o pensamento e a relação “idílica” com a natureza. Seu trabalho, em uma floresta inóspita, carregada de doenças, aproximava-se de um *Inferno Verde*, título do livro de relatos e cenários históricos da vida na floresta de Rangel (1914)⁹. Em um de seus comentários, discorre:

“Na resecção de outubro... a mata queima, não há a crepitação de chamas, nem o esborcinar vacillatorio dos incendios; arde sem lumaréos. O fogo, sente-se comburir espontâneo, provindo, sobretudo, d’essa fermentação espantosa de vegetaes á humidade permanente sob as ramagens altas. E tudo em silêncio atoniador e oprimente.”¹⁰

As terras eram distribuídas pelos governos estaduais para grandes concessões ou para migrantes assim transformados em agricultores. Rangel (1914) comentou, à chegada do migrante na Bacia Amazônica, junto à cidade de Manaus e à política de apropriação territorial:

“O Amazonas, tão amaldiçoado paiz de seringa e de impaludismo, fazia-o proprietário; ao chegar o retirante cearense, dava-lhe o solo, o mantimento, o tecto, a assistencia

medica, a instrucção... O monstro devorador de vidas ao pé das heveas, era, na verdade, também protector e amigo."¹¹

Também Euclides da Cunha discorreu sobre a vida na Floresta Amazônica, na região de extração da borracha junto à Bacia do Rio de Purus, que percorreu no início do século XX, viagem retratada em seu livro *À Marjem da História*, de 1909. Demonstrou como o pensamento sobre a natureza, durante todo o decorrer do século XIX até início do XX, estabelecia uma persistência na apreensão dos modos de vida e na visão dos pesquisadores e cronistas:

*"É natural que os sertanistas pervagassem largos anos, esparsos, diminutos, invizíveis, tateantes no perpetuo crepusculo daquellas lonjiquas, onde mais sérias que o desmedido das distancias e os bravios da espessura, outras dificuldades lhe rentavam ou perturbavam os passos vacilantes. Realmente, toda a zona em que se traça, ainda pontuada, a linha limitrofe brazilio-peruana, e irradiam para os quadrantes os formadores do Purús e do Juruá, as vertentes mais septentrionaes do Urubamba e os últimos esganhos do Madre de Dios, figurava entre as mais desconhecidas da America, menos em virtude de suas condições físicas excepcionaes, vencidas em 1844 por F. Castelanau, que pelo renome temerozo das tribus que a povoam e se tornaram, sob nome generico de 'chunchos', o maximo pavor dos mais destemerosos pioneiros."*¹²

O mesmo autor, em sua coletânea de textos *Um Paraíso Perdido*, imprimia sua visão da região, também para o início do século XX, que expressava a recorrência e a permanência do tema sobre o idílico e o selvagem:

"A terra é ainda misteriosa. O seu espaço é como o espaço de Milton: esconde-se em si mesmo. Anula-a a própria amplidão, a extinguir-se, decaindo por todos os lados, adscrita á fatalidade geométrica da curvatura terrestre, ou aludindo as vistas curiosas com o uniforme traiçoeiro de seus aspectos imutáveis. Para vê-la deve renunciar-se ao propósito de descortiná-la... É a guerra de mil anos contra o desconhecido. O triunfo virá ao fim de trabalhos incalculáveis, em futuro remotíssimo, ao arrancarem-se os derra-

deiros véus da paragem maravilhosa, onde hoje se esvaem os olhos deslumbrados e vazios. Mas então não haverá segredo na própria Natureza. A definição dos últimos aspectos da Amazônia será o fecho de toda a História Natural."¹³

Esta era, então, a imagem da Floresta Amazônica Brasileira, em visões divergentes entre seus pesquisadores, cronistas, exploradores econômicos e sua população emergente. Nesta, a miscigenação avançava durante todo o período, principalmente nas áreas urbanas. E é esta população miscigenada, os índios civilizados e os negros libertos que constituíam o povo ou a classe social inferior, particularmente caracterizada nas cidades.

A violência da moeda

A construção das sociedades mercantis correspondeu a alterações da divisão social do trabalho e à introdução de novas relações sociais. Tão importante quanto estes processos foi a monetarização dessas sociedades, como ponto inicial para o estabelecimento de uma nova ordem. A problemática apresentada por Aglietta (1990) incluiu o entendimento sobre a teoria marxista do valor, na configuração das transformações sociais, e chamou nossa atenção para a dificuldade em revelar historicamente antagonismos, como conflitos e violência. Entendeu que a compreensão das sociedades mercantis deve destacar, ainda, a violência como ponto de partida:

*"Certamente a violência não é o apanágio das relações mercantis. Mas declarando que elas são o cenário de uma violência irreduzível, e especificando a violência, pode-se mostrar em que aquelas se distinguem das outras relações sociais, ao mesmo tempo que compartilham com elas a lógica comum ao conjunto das instituições. Assim o pressuposto que se quer reter é que as relações mercantis se definem por uma violência aquisitiva, isto é, que se transmite aos objetos, cujo processo chamamos de açambarcamento."*¹⁴

Deve-se ainda argumentar que a moeda só será possível onde a troca for concebida como um processo social, lembrando que a alteração desse processo implicou uma longa passagem, na história de cada formação, um tempo político e social.

Na Bacia Amazônica, em particular, foram precisos séculos para a consolidação do processo de monetarização, em função da existência de um forte sistema econômico e financeiro, a partir do século XVII, denominado aviamento. Uma espécie de economia amazônica própria, que se abordará adiante.

O próprio poder político-institucional havia se transformado, inicialmente, com o deslocamento político da cidade de São Luís do Maranhão para a de Belém e, posteriormente, com o desmembramento e a criação da Capitania de São José do Rio Negro (atuais estados do Amazonas, Rondônia e Roraima). A Bacia Amazônica iniciou, portanto, o século XIX, com uma economia relacionada com o exterior, mas com pouca solidez interna.

Neste momento, consolidava-se a discriminação de uma nova categoria: o índio destribalizado e desaculturado. Havia-se proibido a língua geral — derivada do Tupinambá — e imposto a obrigatoriedade do português:

“Nessa ocasião, a população da área não excedia a 100 mil pessoas, excetuando-se os índios que não estavam integrados à população regional. Ao terminar esse conflito entre portugueses e aliados, de um lado, e índios, caboclos e negros que se sentiam expoliados, de outro, houve uma baixa de indivíduos; a lavoura e a criação do gado, em Marajó e no Baixo Amazonas, estavam bastante arruinadas e as povoações achavam-se destruídas. Ficara, entretanto, comprovado que a massa rural já atingira um grau de consciência regional.”¹⁵

A alteração étnica da região resultara no aparecimento de mameucos (miscigenação entre colonos e mulheres indígenas), cafusos (filhos de negros e índios) e mulatos (descendentes de negros e brancos). Santos (1980) apresentou a série retrospectiva da população do século XIX e início do século XX.

A população escrava acompanhou, em seu declínio, o fim da economia colonial e sua transformação, que se acentuou com a exploração da borracha e a utilização da mão-de-obra livre. Deve-se enfatizar, também, as transformações históricas que deflagraram novos processos, como a transformação no sistema de transportes e a maior oferta de mão-de-obra. Também a descoberta do processo de vulcanização, em meados do século XIX, aumentou o volume de exploração da bor-

racha: Sua extração já era, anteriormente, conhecida e largamente utilizada pelos índios.

De outro lado, a abertura do Rio Amazonas à navegação estrangeira (1866) visava à crescente demanda do látex. No sul do país, exigia-se o direito à navegação estrangeira em território brasileiro e não seria mais possível fechar a navegação ao norte. A penetração no território se expandiu. Conforme ampliava-se a procura pela borracha no mercado exterior, requeria-se o trabalho do índio, na época ainda escravizado, na descoberta do produto:

“Até 1850, aproximadamente, a exploração da borracha ficou circunscrita às vizinhanças de Belém e à região das ilhas. A partir daí, os extratores entraram no Xingu e no Tapajós, onde foram descobertos novos seringais e, pouco a pouco, foram-se avizinando do Amazonas. De Cametá, Gurupá, Santarém, Monte Alegre, Óbidos e outros locais do Pará, alguns dirigiram-se para os lagos Autazes e outras áreas do Rio Madeira. Enquanto esses caboclos migravam para o Amazonas, também os amazonenses, saindo de Tefé, Manacapuru e Itacoatiara, encaminhavam-se para o Perus e o Jurúá.”¹⁶

A grande migração nordestina, no ano de 1877, em função da seca nos estados de origem, fez com que a mão-de-obra livre chegasse à Amazônia e, pelos vales dos rios, se expandisse até atingir o atual Estado do Acre. No Pará, ocupavam-se da lavoura, no lugar dos paraenses que se deslocaram à procura do látex, possibilitando o surgimento da área agrícola de Bragançinha, entre outras. Santos (1980) examinou a expansão da renda interna *per capita*, a partir de 1850, demonstrando sua grande ênfase até 1910, coincidindo com o “ciclo da borracha”, cujos dados econômicos também podem ser encontrados em Dean (1989).

A penetração territorial também possuía seu vetor pelo sul do país, com a criação pelo governo imperial, em 1888, da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas, que enviou, para o Mato Grosso, o general Deodoro da Fonseca, para guarnecer a fronteira daquela província. Nos anos que se seguem, assiste-se à implantação das linhas telegráficas para a ligação de Cuiabá ao Araguaia (1890) e, já no período inicial da República, a conhecida missão telegráfica do então coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, até chegar ao Rio Madeira, em 1915.¹⁷

O clima era de euforia, perante uma crescente e inédita expansão territorial. Euclides da Cunha, em seu livro *Contrastes e Confrontos*, de 1907, comenta:

“Desbravados os caminhos pelos exércitos, estabelecidas as primeiras levas de colonos e delineados os primeiros entrepostos — os governos entregam aos cientistas de todos os matizes a campanha maior e mais longa contra o clima, e toda a responsabilidade deste transplante das civilizações sem prejuízo do organismo das raças que as representam. Felizmente, a empresa coincide com a época em que, dominando a máxima especialidade de ofícios, se entrelaçam, em generalizações admiráveis, todos os resultados das ciências... As próprias exigências da tecnologia sanitária dilatam-se à biologia e às mais altas indagações sobre a vida.”¹⁸

Também Lévi-Strauss, em *Tristes Trópicos*, comentou, com outro enfoque, as expedições de exploração e demarcação de Cândido Rondon:

“Até uma época recente, a região de Cuiabá ao Rio Madeira continuava uma das menos conhecidas no Brasil. Os exploradores paulistas do século XVIII quase não haviam ultrapassado Cuiabá, repelidos pela desolação da paisagem e pela selvageria dos índios. No início do século XX, os 1.500 quilômetros que separam Cuiabá do Amazonas eram ainda uma terra proibida, a tal ponto que, para ir de Cuiabá a Manaus ou a Belém, às margens do Amazonas, o mais simples era passar pelo Rio de Janeiro e continuar para o norte pelo mar e pelo rio, partindo de seu estuário. Somente em 1907 é que o general (então coronel) Cândido Mariano da Silva Rondon começou a penetração... Os relatórios da Comissão Rondon (...), algumas conferências do general, as recordações de viagem de Teodoro Roosevelt, que o acompanhou durante uma das suas expedições, davam indicações sobre as populações primitivas descobertas nestas zonas.”¹⁹

O avanço da exploração da borracha ampliou a penetração pelos meios fluviais, a partir da Bacia Amazônica, e um maior conhecimento da extensão das áreas para exploração. Dean (1989) apresentou, esquematicamente, a extensão da área em que se estende o limite do *habitat* natural da *Hevea brasiliensis*, incluindo algumas informações de implantação de infra-estrutura contemporânea. O mesmo autor expôs:

“A árvore silvestre que produzia a borracha mais pura

e elástica — e, também, em maior abundância — era nativa da Bacia Amazônica. Conhecida no comércio como Para rubber (borracha do Pará), tornou-se logo objeto de um imenso e pesado sistema de tráfico que, a partir de Belém, na foz do rio, penetrava por 3.000 km na maior e mais densa floresta tropical do mundo. O comércio da borracha tornou-se um sustentáculo da economia brasileira: em seu auge, proporcionou quase 40% das receitas de exportação, quase igualando o café em importância."²⁰

Domesticar a planta produtora envolveu muitos problemas, tais como: a identificação botânica, o corte para a produção, as expedições para coleta e programas experimentais para cultivo e exploração. Porém, não era no Brasil que se realizava a comercialização da borracha de melhor forma, devido, em parte, à precariedade das relações de produção, que incluíram o processo econômico de aviamento, como ficou conhecido, baseado, em grande parte, na troca como forma econômica.

O aviamento se consolidou a partir do contato da economia amazônica com um sistema altamente monetarizado, o emergente capitalismo industrial europeu. Fundem-se em especificidades históricas, considerando a base de recursos naturais — espacialmente ampla e de difícil acesso — o atraso nas técnicas de produção, a ausência de um sistema monetário no circuito do trabalho e a presença de lideranças mercantis locais, que fornecessem créditos ao sistema extrativista.

Até meados do século XVIII, não se utilizava a moeda metálica no Pará, e um regime de crédito informal se configurava. Já em meados do século XIX, avançou-se para um sistema de crédito internacional para as lideranças locais, encorajando as expedições à floresta. A introdução concomitante de um sistema monetário significou uma violência às formas de trabalho existentes. Basicamente, o sistema de aviar consistia:

“Aviar, na Amazônia, significa fornecer mercadorias a crédito. O aviados de nível mais baixo fornecia ao extrator certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho, eventualmente pequena quantidade de dinheiro. Em pagamento, recebia a produção extrativa. Os preços dos bens eram fixados pelo aviador, o qual acrescentava ao valor das utilidades fornecidas juros normais e mais uma margem apreciável de ganho, a título do que se poderia chamar juros extras. Esse aviador, por seu turno, era ‘aviado’ por outro e também pagava ‘juros extras’ apre-

ciavelmente altos. No cume da cadeia, estavam as firmas exportadoras, principais beneficiárias do regime de concentração de renda por via do engenhoso mecanismo dos 'juros extras' e do rebaixamento do preço local da borracha."²¹

A passagem, de mais de dois séculos, por um processo de acumulação primitiva, permitia a produção de grandes parcelas de excedentes para a acumulação de capital da economia gomífera. O seringueiro era explorado até a sua tolerância física e seu excedente era apropriado pela rede de aviadores ou pelo governo. De outro lado, parcela do excedente era transformada em capital fixo ou de circulação, por conta do pagamento pela exportação do produto, em moeda estrangeira.

A resistência à monetarização — que viria a transformar este processo de produção e exploração — vinha das lideranças mercantis, que pretendiam preservar sua posição no circuito de troca. A soma dos excedentes era deslocada para Belém e Manaus, para as grandes casas aviadoras e exportadoras. A forma econômica definia a maximização do lucro pelo maior emprego de mão-de-obra nos seringais. Enquanto Belém e Manaus assumiam o papel de capitais, com padrões de urbanização e estilo de vida assimilados das cidades européias, o mundo rural da Amazônia continuava a se desenvolver pelo extrativismo e pelo sistema de troca.

Também o investimento de capitais estrangeiros nos transportes ingleses e americanos foi relevante. Em 1874, havia sido criada a linha *Liverpool & Amazon Royal Mail Steam Ship Company*, que permaneceu em funcionamento por quatro anos; ou em 1902, com a criação da *Manaos Harbour Limited*; em 1907, a *Madeira and Mamoré Railway Company* e a *Brazilian Rubber Trust*²². Particularmente, a tentativa de implantação da *Madeira and Mamoré Railway Company* constituiu-se em um exemplo das dificuldades de consolidação de um novo patamar técnico de infra-estrutura de transportes para a Bacia Amazônica.

No início da década de 20, deste século, como conseqüência da formação de um cartel da borracha no Sudeste Asiático, para onde se haviam deslocado os interesses do mercado internacional, com a transferência de mudas da *Hevea brasilienses*, desde 1870; o Brasil, assim como a Guiana Inglesa e o Suriname, enfrentavam o fracasso do cultivo, pelo desenvolvimento do "mal das folhas", fungo responsável pelas dificuldades de produção e pelo aumento dos custos de mão-de-obra.

Encerra-se o período de intensificação da extração da borracha, sem que se consolidassem as formas assalariadas de trabalho e a a-

propriação da terra como mercadoria, dada à predominância da forma de concessão para o extrativismo.

Com a concentração econômica das formas de comercialização e exportação, as cidades se tornavam, agora, o palco privilegiado das estratégias econômicas e políticas. A rede urbana é altamente polarizada por suas duas capitais — Belém e Manaus — porém, os sucessivos investimentos em infra-estrutura, para escoamento da borracha, haviam produzido uma expansão nas formas de ocupação, com a criação de novas vilas e cidades, em meio à floresta.

A força de resistência da população, as suas tradições e modos de vida estenderam às cidades da Amazônia um caráter peculiar, um misto de modernidade assimilada a uma permanência que percorre o mundo do trabalho e o mundo mítico, onde o imaginário sobre a natureza está fortemente presente.

A modernidade na floresta: a cidade como antecipação

A modernidade, para o pensamento urbanístico europeu do século XIX, aliava-se ao conhecimento e evolução das ciências naturais, pela assimilação dos conceitos de higiene e bem-estar. No plano das idéias urbanísticas, a diversidade e a recorrência do tema “cidade e natureza” devem ser melhor compreendidas.

Por um lado, sob o argumento apresentado das ciências naturais, estavam dadas as condições históricas e sociais para o longo período de reformas urbanas, a partir de meados do século XIX, das principais cidades européias, como informam, entre outros, Vidler (1981), Tafuri (1985) e Benévolo (1987). A busca de intervenções saneadoras e embelezadoras das cidades apresentavam, agora, razões adicionais. Condiționavam-se às idéias racionalistas e cientificistas, expressas nas formas de construção das cidades, e colocavam a burguesia urbana na posição de formulação de uma naturalização do eminentemente artificial: o urbano. Vidler expôs:

“El análisis geométrico estableció la forma de los nuevos complejos, las técnicas del cirujano ofrecieron los instrumentos para su realización. Tras el prolongado estado patológico, tras la larga agonía del paciente, el cuerpo de Paris sanaria de una vez por todas de su enfermedad, de sus cánceres y epidemias por medio de una acción quirúrgica total... Los patólogos, los cirujanos e, incluso, los críticos

repetían una y otra vez unas metáforas tan impregnadas de las analogías inconscientes de la planificación urbana, que, de vez en cuando, la metáfora y la naturaleza científica de la acción se confundían y se fundían entre sí... Un nuevo requisito, la ciencia higiénica, que vino a completar la mera apertura de calles, dotaría a los nuevos barrios de espacios, aire, luz, verdor y flores; en una palabra, de todo lo que proporciona salud."²³

Como argumenta Tafuri (1985), já anteriormente o culto à razão caracterizava a estreita relação entre naturalismo e cidade. Das idéias formuladas de Rousseau, discussão desenvolvida em Vicentini e Rizek (1993), à proposta de Laugier, que, em 1753, apresentou sua idéia da cidade como floresta, como expressão da emergência de um pensamento diferenciado na relação entre cidade e natureza. A diferenciação colocava-se no entendimento de que:

"O naturalismo formal serve num primeiro momento para persuadir quanto à necessidade objetiva dos processos postos em movimento pela burguesia pré-revolucionária; num segundo momento, para consolidar e proteger as conquistas adquiridas de qualquer transformação ulterior... É evidente que esta cobertura ideológica se baseia, durante todo o século de Setecentos e os primeiros decênios do seguinte, sobre as contradições do ancien régime... Naturalismo urbano, inserção do Pitoresco na cidade e na arquitetura, valorização da paisagem na ideologia artística, tudo isto tende a negar a dicotomia, já patente, entre realidade urbana e campo: serve para persuadir de que não existe nenhum salto entre valorização da natureza e a valorização da cidade... Ao naturalismo oratório e acadêmico da cultura seiscentista, substitui-se agora um naturalismo diferentemente persuasivo."²⁴

A par da permanência na busca de uma identidade na natureza perdida, da polêmica sobre o entendimento da naturalização do homem e, conseqüentemente, do novo alinhamento racionalista do pensamento urbanístico sobre as cidades da Europa, colocava-se a ambigüidade e a desordem como expressão da profunda transformação nos meios de produção e nas relações sociais, como também no urbanismo do século XIX. A desordem, o desemprego e as lutas urbanas que se seguem, no

início deste século, imediatamente anteriores à revolução de 1848, foram fortes argumentos para as idéias da patologia urbana, como discorrem Tafuri (1985) e Vidler (1981). Foram, também, descritas nas obras literárias, filosóficas e políticas que marcam o longo período, como em Max, Engels, Dickens, Balzac, Baudelaire ou na pintura de Victor Hugo, entre os mais significativos. O autor Schorske (1989) comenta:

“O século XVIII, com sua filosofia iluminista, desenvolveu o conceito da cidade como virtude. A industrialização, no início do século XIX, trouxe a concepção antagônica: a cidade como vício. Em meados desse mesmo século, finalmente emergiu, sob o peso de uma cultura subjetiva, uma atitude intelectual que colocou a cidade além do bem e do mal. Nenhuma nova fase destruiu sua predecessora.”²⁵

A noção de vício e desordem constituiu-se, também, em mote para a formulação das propostas dos socialistas utópicos. As utopias sociais do início do século XIX foram fortemente marcadas pela emergência do pensamento liberal burguês. Diferiam das utopias que vinham sendo formuladas desde o século XV, representantes das formas discursivas da realidade social, retratadas pela expressão simbólica da arquitetura e da organização do espaço. Penteado Coelho (1989) afirma que se configurava uma passagem entre as utopias retóricas — do “não-lugar”, sem a noção de futuro e progresso — para as utopias que se alinhavam à possibilidade de sua realização. A este respeito, o mesmo autor argumenta:

“Ao se confirmar, a utopia será a confirmação do existente... mas o urbanismo utópico moderno continuará a enriquecer o paradoxo. Sua dificuldade está em preservar a idéia de racionalidade em todos os níveis da vida social, que o autoriza a desejar que a melhor solução para o problema urbano seja discutida e adotada, ao mesmo tempo em que se preserva a recusa da simbolização, sem o que a racionalidade não pareceria possível, em vias de efetivação pela simples acumulação de progressos, ignorante das condições gerais de sua implantação, desconsiderando o aspecto social daquilo que simplesmente se efetua conforme o previsto, conforme o desejável.”²⁶

Sobre este entendimento, pode-se nomear as utopias de Fourier (1808), e seu tratado inicial para uma associação doméstica agrícola,

incluindo o edifício unitário do “Falanstério”, tão adequado à vida comunitária e à saúde pública; ou ainda Saint-Simon (1819), Étienne Cabet (1840) e Robert Owen (1820), este último com suas cidades-modelo de saúde, entre os vários exemplos no século XIX. A força da preocupação higienista estava, aí, fortemente presente na construção das propostas urbanas, como também a idéia do retorno à natureza perdida.

Tafari (1985) afirma que as propostas do socialismo utópico não podem ser tratadas com critérios homogêneos em relação à formação das ideologias do urbanismo moderno. Ao romantismo utópico, condicionava-se uma prática de intervenções anglo-saxônicas e francesas, na Europa e na América, como “utopias do trabalho” realizadas. A proposta de Robert Owen contrapunha-se à realidade na busca da ordem, harmonia e trabalho. Seu percurso oscilava entre o movimento cooperativista inglês e uma ideologia individualizada, a partir da qual o homem elabora seu caráter, imprimindo às suas propostas econômicas um misto de filantropia, cooperativismo e religião. As dificuldades em generalizar sua experiência de comunidades do trabalho, a partir das fiações de New Lanark, que assumiu em 1816, fez com que se transferisse, em 1825, para o Estado de Indiana, nos EUA, com 800 seguidores. Benévolo (1987) comenta:

“A decisão de mudar-se para a América advém do hábito de considerar o Novo Mundo como um campo aberto às experiências impossíveis de levar a cabo na Europa; está, além disso, ligada às recentes experiências dos veteranos napoleônicos, que, após Waterloo, haviam construído na América o Champ d’Asyle, e dos reformadores religiosos alemães, entre os quais George Rapp, que fundará precisamente a aldeia de Harmony, a ser adquirida por Owen.”¹²⁷

Os diferentes relatos dos modos de vida e do trabalho disciplinar da comunidade de New Harmony na América, fornecidos por Tod e Wheeler (1978), expunham a idéia precisa das comunidades cooperativistas e sua expressão na América. Suas formas de autoridade estavam associadas às idéias de um misto de liberdade individual, de dissolução/construção da unidade familiar, de volta a uma harmonia ingênua e a uma religiosidade opressiva. Os mesmos autores ainda consideravam:

Em particular, Fourier, e sua teoria da harmonia universal, obteve sucesso relativo na França²⁸, mas se propagou rapidamente na América, onde, entre 1840 e 1850, foram fundadas 41 comunidades experi-

mentais, como informaram Tod e Wheeler (1978), Benévolo (1987) e Dal Co (1975). Este último expôs as características diferenciadas das utopias na América do Norte, que caminhavam de uma utopia mística, com a expansão das comunidades religiosas, para a formação consecutiva de cidades de empresas-modelo.

A polêmica se estende com as considerações de Tafuri (1985), que viu nas utopias talvez os últimos sonhos românticos, antes que se pudessem aceitar a idéia de “destino” como fundamento da ética burguesa — paulatinamente afastado da hegemonia da ética religiosa. Neste sentido, comentou:

*“O fim do utopismo e o nascimento do realismo não são momentos mecânicos no interior do processo de formação da ideologia do ‘movimento moderno’. Pelo contrário, a partir do quarto decênio do século XIX, o utopismo realista e o realismo utópico sobrepõem-se e compensam-se. O declínio da utopia social determina a rendição da ideologia à política das coisas realizadas pelas leis do lucro: às ideologias arquitetônicas, artística e urbana resta a utopia da forma, como projeto de recuperação da totalidade humana numa síntese ideal, como posse da desordem por meio da ordem.”*²⁹

Por outro lado, pode-se aceitar o argumento de que os socialistas utópicos constituíram-se, igualmente, em paradigma para as formulações do modelo urbanístico *Garden-City*, de Ebenezer Howard, referência do urbanismo anglo-saxão fortemente apoiado nas idéias de retorno à natureza, em fins do século XIX e início do século XX. É importante distinguir, entretanto, suas raízes diferenciadas, vinculadas à criação do *British Labour Party* e à constituição da *Fabian Society*, da qual participavam seus discípulos Barry Parker e Raymond Unwin, como expõe Gunn (1994).

A constituição das *Labouring Class*, a partir de 1845, na Inglaterra, estabeleceu o contraponto das utopias empresariais — baseadas no pioneirismo da vila operária de Bessbrook (1846), na Irlanda, e Saltaire (1853) com sua aldeia-modelo fabril. Triunfou o paternalismo burguês e seus modelos de cidade-fabril e de casas-modelos, que agora eram exibidos nas grandes exposições mundiais, a partir da Exposição de Londres de 1851, com seu deslumbrante Palácio de Cristal, que inaugurou o período do espetáculo das nações, conforme considerou Foot (1988).

A história política da segunda metade do século XIX e início do

XX, exposta por Hobsbawm (1982), enfatiza a intensidade dos conflitos colocados pela consolidação das nações e da emergência das organizações políticas. No que diz respeito ao urbanismo, estavam dadas, finalmente, as condições para as grandes reformas nas principais cidades européias:

“Assim se completa o distanciamento entre a experiência urbanística e a política de esquerda... Em urbanística, o resultado imediato é um reforço do aspecto técnico puro; de fato, nos vinte anos subseqüentes à revolução de 1848, realizam-se as primeiras grandes intervenções urbanísticas nas cidades européias: Os grands travaux, de Haussmann em Paris (1853-1869) e de Anspach em Bruxelas (1867-1871), a criação da ringe de Viena (1857), a ampliação de Barcelona (1859), a ampliação de Florença (1864-1877), as transformações e obras de saneamento da Grande Londres, onde, entre 1848 e 1865, J. Bazalgette introduz o novo sistema de coletores ao longo do Tâmisia... Na realidade, a urbanística insere-se largamente no âmbito do novo conservadorismo europeu.”³⁰

Na mesma direção, expressaram-se as utopias e modelos urbanísticos na América do Norte, já a partir de sua independência. Colocaram em debate, por um lado, a transposição das utopias idealizadas pelo mundo do trabalho e por suas feições religiosas e disciplinares e, por outro, a premência de constituição do conceito de nação.

Já nos setecentos, a nova democracia havia edificado seu símbolo, por meio da construção de sua capital: Washington. É novamente em Tafuri (1985) que se encontra a argumentação de que a construção da nova capital, Washington — com o projeto inicial de L'Enfant e as concepções urbanísticas de Thomas Jefferson — representou a necessidade de construção da idéia de nação, no apelo à retórica pinturesca e à ordem das cidades regulares. Também aí se faz presente o sentido da natureza de um país-colônia, fortemente marcado por seu caráter agrário. Mais do que a nova capital, é interessante conhecer os diferentes projetos elaborados por Jefferson, cidades como monumentos a uma ideologia agrária. Tafuri (1985) comenta:

“É importante sublinhar que a ideologia naturalista encontra, na América dos setecentos, um campo de explicação propriamente político. É Jefferson quem reconhece com extrema lucidez o valor institucional e pedagógico da arquite-

tura. A referência ao classicismo, ao palladianismo, ao experimentalismo inglês é para Jefferson nada mais do que a demonstração do fato de a razão do iluminismo europeu se ter transformado, com a revolução americana, em guia prática da construção da Democracia... Com ele nasce a 'América Radical', nasce, portanto, a consciência ambígua dos intelectuais americanos, que se reconhecem nos fundamentos do sistema democrático e se opõem à sua manifestação concreta... A democracia agrária deve, portanto, celebrar-se a si mesma. A utopia de Jefferson arquiteto traduz-se toda no heroísmo doméstico do seu Classicismo. Os valores são 'importados' já feitos da Europa, em toda a sua carga celebrativa, mas imediatamente despojados de tudo o que possa isolá-los da vida civil; por outras palavras, da sua 'aura' inacessível."³¹

A questão da ideologia agrária, na América do Norte, explica os desdobramentos assimilados em seus modelos urbanísticos posteriores, em que a natureza se constituiu num de seus paradigmas. De um lado, põe em relevo as formulações sobre o significado da natureza no paisagismo de Olmsted, lembrando que a idéia de *landscape* já estava presente nas vilas de plantações projetadas por Thomas Jefferson, assim como na admiração pelo romantismo inglês, como considera Dal Co (1975). Depois da metade do século XIX, a questão dos parques urbanos é tema fundamental nas discussões urbanísticas americanas, introduzindo o sentido da proposta da *Beautiful City*, de Burnham, e a idéia de que "*By making nature urbane he naturalized the city.*"³² De outro, impressionar como o modelo da cidade-fábrica constitui-se em marco da utopia do trabalho na América e, ao mesmo tempo, expressão do "antiurbano" das cidades de fronteira, como discutiu, amplamente, Dal Co (1975):

"El ideal de la company town es, en efecto, profundamente, 'antiurbano', y no tanto y no sólo por motivos ideológicos y formales cuanto por las opciones estructurales, económicas, que está utopia comporta. Está, ante todo, contra la ciudad, por cuanto que ésta es continuidad, tanto en desarrollo económico como en las formas sociales; además la ciudad-fábrica rechaza la civilización urbana precisamente porque en la ciudad se realiza la dialéctica entre las formas de la economía y las formas sociales, mientras que

ésta, de hecho, tiende a configurar-se como puro modelo económico."³³

A cidade de Pullman's, nas imediações de Chicago, foi um importante exemplo do período do *laissez faire* americano. Construída a partir de 1880, inaugurou um novo período das *company towns*, antecipando as cidades tayloristas na organização dos sistemas de trabalho:

*"...la construcción planificada de las viviendas permite realizar procesos de standardización y grandes ahorros... Em 1884, la ciudad de Pullman ha absorbido inversiones por valor de 8 millones de dólares y tiene una población de 8.500 habitantes: han sido construidos el centro comercial, el Arcade Building, los principales edificios públicos, la iglesia y un teatro... Una de las esferas más importantes de la vida de Pullman se refiere a la política de la fuerza de trabalho perseguida por la ciudad: formada por obreros especializados que antes de ser aceptados deben superar um rigoroso examen en el que llega a investigarse la inclinación de los candidatos al alcohol; estas salvaguardias del carácter moral de la fuerza de trabajo."*³⁴

A renovação da cultura urbanística, para o urbanismo americano do século XX, incluindo a criação da *Garden City Association of America*, vai estabelecer novos patamares na constituição da metrópole moderna, na passagem para o século XX, que desembocaram nas propostas de Patrick Geddes e no alinhamento à idéia dos subúrbios das cidades americanas, como sua forte expressão.

De forma diversa, atuaram os paradigmas urbanísticos das Colônias Portuguesas pelo mundo, aí incluídas as Colônias Americanas. No que diz respeito às idéias assimiladas da profunda transformação e polémica política que se travava na Europa, no transcurso do século XIX, e sobre a emergência da grande cidade industrial, Portugal, até certo ponto, mantinha-se à margem das novas formas de produção. Sua principal expressão urbanística foi retratada um século antes, pela gigantesca operação de reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755, sob a direção do Marquês de Pombal, expressando suas referências ainda às cidades iluministas.

Entre outros, França (1978) e Ferrão (1989) analisaram em detalhes a Reforma de Lisboa, que se constituiu em modelo exemplar do urbanismo português. À herança tratadista que comanda a reconstrução

ção, aliava-se à forte tradição da arquitetura militar portuguesa do século XVIII e à emergência dos princípios higienistas.

A postura de estandarização da legislação demonstrava a clara preocupação com “a saúde pública”. O espaço urbano era, agora, “simultaneamente teórico e prático, racional e funcional em seu caráter simbólico... uma cidade onde a luz era liberalizada e onde a escuridão, das arcarias antigas era varrida pelas longas perspectivas abertas”³⁵, desta forma duplamente “iluminadas”, no seu próprio sentido e no sentido figurado. O estilo Pombalino, de raízes seiscentistas, foi, também, retratado pelos edifícios nobres, que evoluem de um barroco hispano-português ao neoclássico assimilado.

No que diz respeito às colônias Portuguesas na América, a característica da ocupação até o século XVI se dava pela fundação de vilas e cidades isoladas na costa brasileira, como expôs, amplamente, Ferrão (1989). Na Amazônia, implantou-se o modelo da “cidade indígena jesuítica”, que se baseava nas utopias ideais agostinianas da Cidade de Deus:

*“O modelo teórico da cidade indígena jesuítica, embora pressupondo, paradoxalmente, uma concepção urbana barroca, apresenta uma exequibilidade pragmática, em face das circunstâncias coloniais, constituindo na América Latina a única alternativa planeada e regular ao modelo de aglomerados contidos nas ordenanças de población... Ao contrário das cidades costeiras, quase todas fundadas durante a primeira metade dos séculos XVI e XVII, a maioria das cidades pioneiras da ocupação do interior do Brasil serão fundadas durante a primeira metade de setecentos, do mesmo modo que as chamadas cidades fronteiriças se desenvolverão, sobretudo, após o dobrar do século, já segundo a normativa pombalina.”*³⁶

É fundamental lembrar que a ascensão do Marquês de Pombal, em Portugal, não se refletiu somente no redirecionamento do pensamento urbanístico, mas também na criação das Companhias Monopolistas de Comércio Internacional, nos moldes da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, como já se discutiu, cuja existência se restringiu aos anos de 1755 e 1778. Neste caminho, significou a institucionalização e aperfeiçoamento da administração colonial, com a consolidação da ação municipal e o importante papel da engenharia militar. Para o Brasil, em particular, Ferrão (1989) discorre:

“...uma transformação profunda do seu processo de urbanização, pela fundação de mais de uma centena de novos aglomerados levados a efeito no planalto central, na pampa meridional e na Amazônia, muitos dos quais destinados a consolidar as novas fronteiras do território, redefinidas em 1750, pelo tratado de Madri... Triunfa, então, na definição dos novos aglomerado um traçado urbano regular de desenho reticulado, por vezes até centralizado, casuisticamente ordenado de acordo com necessidades programáticas e que parece não refletir influência das contemporâneas realizações hispano-americanas, antes ressentindo quer a anterior prática geometrizada seiscentista, quer ainda da incidência das concepções políticas e estéticas do despotismo iluminado.”³⁷

Foram inúmeras as cidades estruturadas em malhas reticuladas, nas, então, novas áreas de expansão no Brasil, com traçados de influência da engenharia militar. Destacaram-se Vila-Bela da S. Trindade (1752), capital do Mato-Grosso, Barcelos (1754), na Amazônia, Oeiras (1765), no Piauí, Montemor (1764), no Ceará, Macapá (1751-71), no Amapá e Nova Mazagão (1769), no Pará. Está última foi significativa no contexto pom-balino brasileiro. Povoada por escravos deslocados da cidade africana homônima, apresentava traçado reticulado e estruturado em um arruamento ortogonal.

É, portanto, este o contexto urbano que iniciou o século XIX na Amazônia. Em particular, com o intenso crescimento econômico do período da borracha, redefiniram-se as formas de ocupação do território, com as novas cidades de colonização e os projetos de infraestrutura, e, ainda, uma maior expressão do urbanismo, a partir de sucessivos modelos assimilados, fortemente alinhados às restrições colocadas pelas condições físicas dos sítios, configuradas na expressão de “uma natureza inóspita”. Entre estes modelos assimilados, destaca-se a implantação de uma das primeiras *company towns* da Amazônia: a cidade de Fordlândia.

A utopia urbana de Henry Ford, em 1930

A migração para a Bacia do Amazonas, nas décadas do final do século XIX e início do século XX, havia transferido a população da região Nordeste do país, em busca de terras e de trabalho nos seringais

nativos. Parte desta população estava agora ocupando a concessão de 1 milhão de hectares de Ford, às margens do Rio Tapajós. Os relatos históricos do período esclarecem as formas de vida do homem caboclo, em meio à floresta:

*“A luta de cearenses e maranhenses nas florestas da Amazônia é uma epopéia de que não ajuíza quem, no resto do mundo, se deixa conduzir, veloz e comodamente, num automóvel com rodas de borracha — da borracha que esses homens, humildemente heróicos, tiram à selva misteriosa e implacável.”*³⁸

A possibilidade de implantação de novas áreas de cultivo da *Hevea brasiliensis* na América Latina interessaram a Henry Ford, que buscava a auto-suficiência de sua produção de automóveis em Dearborn, Michigan (EUA), com sua própria fábrica de pneus, na década de 20.

Coube ao Sr. Jorge Dumont Villares, herdeiro de importante família cafeeira de São Paulo, vender a Ford uma de suas concessões de terras, em julho de 1927, por 125 mil dólares, no Estado do Pará, cujo governo poderia ter-lhe concedido gratuitamente a terra, caso tivesse participado do negócio.³⁹

Esta não foi a única dificuldade encontrada por Ford. Na verdade, a Comissão Técnica, por ele nomeada, deveria encontrar um bom lugar para plantar seringueiras, localizado, como se acreditava na época, em região do Alto Amazonas, na Bacia do Rio Madeira, segundo estudos do Departamento de Agricultura Norte-Americano. O objetivo era evitar a propagação da mais séria doença das folhas da *Hevea* nos trópicos americanos, o “mal das folhas”. Para tal, recomendava-se o plantio em regiões de concentração de plantas nativas, como a área do atual Estado do Acre. No entanto, a Comissão dirigiu-se para uma das concessões do Sr. Villares, na margem esquerda do Baixo Tapajós, nos municípios de Aveiros e Itaituba, sem visitar outra área sequer⁴⁰.

Mas, talvez a maior dificuldade apontada fosse a de lidar com uma oligarquia conservadora que, durante todo o período anterior, do auge da exploração dos seringais nativos, principalmente entre as décadas de 1870 e 1910, havia-se beneficiado de um sistema de trabalho arcaico e baseado na concessão de vastas áreas naturais.

O sistema de coleta de “drogas do sertão” havia engendrado, desde os tempos da Colônia, um regime de crédito informal entre o comerciante sediado em Belém e o mercador coletor. Chamava-se “aviamento”, uma espécie de crédito sem moeda, que foi consolidado em

meados do século XIX, quando o capital europeu e norte-americano passou a confiar nas lideranças mercantis locais para o suprimento constante e a ampliação da escala de coleta da borracha. Roberto Santos comenta:

“A introdução do dinheiro como relação impessoal e, simultaneamente, como reserva de valor, teria sido a forma de incitar as expedições à selva, a ocupação de novas terras e a dilatação física da economia até então excessivamente nucleada em torno de pequenos centros urbanos — ao mesmo tempo que se preparava a implantação de um regime salarial.”⁴¹

Com a migração de nordestinos para o trabalho dos seringais, imaginou-se que o sistema de monetarização da economia ocorreria; porém, após um período inicial de desejo de enriquecer, o nordestino, isolado nas vastas áreas da floresta, acabava por manter um vínculo exclusivo com o “borrachão” do seringalista, usando o sistema monetário só para o cálculo de sua própria dependência:

“Com o transcurso do tempo, o aviamento ultrapassou os limites iniciais. Fortalecido no extrativismo, reforçou-se também na agricultura e estendeu-se à pesca abastecedora das maiores concentrações humanas da região. Tornou-se como que a forma da economia amazônica típica. Engendrou uma moralidade própria, eminentemente característica nos seringais, em que se instituiu uma disciplina extra-financeira com catálogo de punições e a condenação dos desvios da produção.”⁴²

Este era, portanto, o regime econômico, de patrões gananciosos e trabalhadores “livres” e miseráveis, onde o sistema de trabalho fordista teria de se implantar, nos anos da década de 1930.

A concessão de Ford, denominada popularmente por Fordlândia, enfrenta ainda oposições políticas, por sua extensão, pela concessão de isenção de impostos por 50 anos e seu direito de jurisdição própria, uma espécie de “república” dentro da Velha República Brasileira, nos seus derradeiros anos.

Para alguns, os investimentos da Companhia Ford na América representava uma quebra da hegemonia das oligarquias cafeeiras do sul do país e, ao mesmo tempo, uma ameaça à imunidade das oligarquias

amazonenses e a seu sistema de trabalho. As discussões travadas por lideranças nacionais apontavam, ainda, a questão da formação de um enclave territorial na Amazônia, vinculado ao capital estrangeiro⁴³.

Esses contratemplos foram facilmente superados com a queda dos preços internacionais da borracha, a Revolução de Trinta e o apoio do novo Presidente, Getúlio Vargas.

O projeto urbano de Henry Ford

Foi fundamental a imagem de modernidade criada com os métodos racionais de trabalho empregados pela Companhia Ford do Brasil, inclusive na instalação da nova cidade empresarial na selva. Warren Dean comenta:

*“Em dezembro de 1928, um cargueiro de propriedade da Companhia depositou em Fordlândia os componentes de um núcleo inteiro de plantação, de motores diesel a pregos e parafusos. A direção americana e os operários brasileiros puseram-se imediatamente a trabalhar na construção de uma pequena cidade, que logo seria a terceira maior da Amazônia — uma cidade completa, com hospital, escolas, cinema, água, luz, porto, oficinas mecânicas e depósitos. Os visitantes ficavam pasmos com aquela soberba infra-estrutura, sem rival em milhares de quilômetros, em qualquer direção. As casas de madeira bem alinhadas, os alojamentos, armazéns e refeitórios arrancavam elogios de visitantes brasileiros e muito contribuíram para tirar Ford de suas dificuldades políticas anteriores.”*⁴⁴ (Ver Planta Urbana)

O investimento foi intenso em Fordlândia no período de 1928 a 1934, na área da plantação e na infra-estrutura⁴⁵, até que, em 1934, um quarto da concessão de um milhão de hectares fosse trocado por outra área em Belterra, localizada em terrenos altos que, como se acreditava então, seriam mais adequados ao plantio da *Hevea*. Na nova área, constrói-se uma réplica da cidade, desta vez nas próprias oficinas da empresa.

As cidades possuíam toda a infra-estrutura urbana, incluindo sistemas modernos de captação, distribuição de água, tratamento sanitário e duas casas de força para a rede de energia. Construíram-se conjuntos de lazer, rede de telefonia, estação de rádio e mais de 70 km de

estradas foram abertos entre as concessões, além de dois portos, um deles flutuante.

O complexo de edifícios industriais separa as mais de cem casas operárias e os mais de trinta barracões de trabalhadores sem família, da “Vila Americana”, destinada aos dirigentes estrangeiros e nacionais. No contexto, curiosamente, o pequeno desenho urbano da “Vila Americana” parte de uma praça central radial e o da “Vila Operária” configura uma estrutura urbana ortogonal. Expressa o espaço de lotes divididos e organizados no correr do quarteirão.

Os espaços são disciplinados, onde os níveis profissionais retratam-se fisicamente no projeto urbano. Não como nas cidades empresariais contemporâneas, que comportam distinções de seis ou sete níveis habitacionais, dados os novos parâmetros tecnológicos e uma maior divisão social do trabalho. O projeto da cidade de Fordlândia discrimina somente dois espaços habitacionais que, por serem claramente delimitados, tornam-se antagônicos e excludentes.

A segregação é dada pela forma urbana linear, que passa da “Vila Americana” para a área de produção industrial, para a área de equipamentos urbanos e centro comercial para, só então, chegar à Vila Operária e aos barracões. A cidade é uma fábrica, não por analogia, mas estruturalmente como tal.

A unidade produtiva incorpora as concepções desenvolvidas por Ford em Dearborn, que, além de revolucionar a produção industrial com o controle preciso do tempo do trabalhador, considera o desperdício com o tempo do transporte da matéria-prima até a produção e da produção até o embarque. Entre outros equipamentos, a unidade produtiva de Fordlândia agrega um pequeno trecho de trilhos para o transporte da borracha. Na verdade, o sistema fordista de produção na Amazônia era restrito, aproximando-se de um modelo de taylorismo desenvolvido, nos moldes de uma organização industrial que enfatiza a idéia de materiais e processos em movimento. Na forma urbana, os trilhos concretizam a ligação da floresta com a área de produção⁴⁶.

As casas são construídas em madeira, com material importado, e expressam o estilo “*bungalow* americano”, com o requinte, para aquele contexto, das construções pré-fabricadas. O direito à moradia, no núcleo urbano, condiciona-se à produtividade e à posição ocupada na divisão de trabalho na empresa.

A área urbana possuía, “no tempo dos americanos”, uma espécie de assepsia moderna, com grandes extensões do seu entorno desmatadas e constantemente pulverizadas por trabalhadores, contra todas

as espécies de insetos e pragas. Os novos padrões de higiene introduzidos eram rigorosamente controlados.

Grande parcela da mão-de-obra vai alojar-se em áreas internalizadas nas plantações, pequenos agrupamentos distribuídos como nos moldes dos seringais nativos.

Desde seu início, o recrutamento para a Companhia Ford Industrial do Brasil foi realizado por agentes de empregos em Belém. O trabalhador, após um exame médico preliminar, era embarcado para a cidade e para a área das plantações.

As embarcações eram chamadas de “gaiolas”, onde se apinhava gente vinda de todos os lugares, geralmente cearenses que, recrutados no Nordeste, já vinham de longa viagem até Belém. Eram todos embarcados na segunda classe e, por mais de dez dias, iriam debruçar-se sobre a floresta a bordo da embarcação. Ao seu lado, cruzavam os navios de alto-mar, para espanto geral, vindos dos Estados Unidos em direção a Porto Velho, na Bacia do Rio Madeira.

Passavam por pequenas cidades ribeirinhas, às vezes aldeias, onde eram acolhidos em festa pela população e onde eram embarcados suprimentos, até chegarem ao porto de Santarém no encontro do Rio Tapajós com o Rio Amazonas. Santarém, implantada em suave declive, misturava as velhas casas de fachadas de azulejos com as novas edificações, sobressaindo a antiga igreja. A população corria à embarcação. Eram negros, mulatos e caboclos e vendiam frutas e grandes cuias⁴⁷:

“Chegando às plantações, era entregue ao chefe da seção de estivas, que conduzia ao destacamento policial onde sua bagagem era vistoriada, sendo apreendidas as armas e bebidas alcoólicas que eventualmente conduzisse. Quite com a polícia, era entregue ao chefe do pessoal, que o conduzia para novo exame médico, agora rigoroso, incluindo a ingestão compulsória de quinopódio, vacinações diversas e dois dias de quarentena para observação. Após este prazo, era procedido seu registro e identificação interna e a sua destinação a uma das seções da plantação. Havia, em Fordlândia, vinte e seis seções especializadas.”⁴⁸

Eram também recrutados trabalhadores na região da Bacia do Rio Tapajós. Warren Dean⁴⁹ discorre sobre dados disponíveis que estimavam, em fins da década de 20, a existência de mais de 250.000 homens adultos nas áreas da Bacia Amazônica, com uma parcela significativa distribuída pela região do Tapajós. Os índios foram excluídos do recrutamento, ou

por serem considerados inadequados ao trabalho assalariado ou pela discriminação existente por parte dos trabalhadores brancos e mestiços.

O pico da mão-de-obra ocorre em 1931, quando foram computados 3.100 operários registrados, devendo-se considerar ainda suas famílias, para poder estimar uma população residente nas cidades de Fordlândia e Belterra, e nas colônias dispersas pela plantação, de aproximadamente 15.000 pessoas⁵⁰.

No entanto, o problema da rotatividade perdurou, sendo sua causa atribuída, pelos sucessivos administradores da Companhia, ao hábito nômade do homem amazonense, vinculado ao processo de trabalho extrativista. Mesmo considerando a migração da população nordestina para a Bacia Amazônica, nas décadas anteriores, a imensidão de terras colocava a possibilidade de constantes deslocamentos⁵¹. Deve-se compreender que o regime de trabalho extrativista pressupõe uma mobilidade e um domínio territorial diferenciado daquele imposto pela propriedade privada da terra e pelas relações de trabalho fordistas.

Em 1929, quando se projetava o emprego de 5.000 homens, providenciou-se a importação de trabalhadores, particularmente de Barbados (ilhas das Antilhas). A experiência não foi bem-sucedida, pelos conflitos criados com os trabalhadores nacionais, e a idéia foi definitivamente abandonada.

Por outro lado, o salário de um trabalhador da Companhia Ford do Brasil, em 1933, correspondia, para o melhor salário, a 15% do salário pago para igual função nos Estados Unidos e para o menor, a 7%⁵². Trabalhava-se 48 horas semanais, das 6h30 às 15h30.

Nos depoimentos de antigos trabalhadores de Ford, encontra-se o retrato do cotidiano da cidade. Os trabalhadores eram enfileirados com seus uniformes e suas placas de identificação. Cada placa, fabricada em aço inox pela matriz da Companhia, possuía, em relevo, motivos alegóricos à industrialização e, mais importante, discriminava o número de identificação pelo qual o trabalhador era reconhecido por sua chefia nas suas funções produtivas, como ainda durante todo o tempo de seu dia. Sua placa era, também, seu objeto inseparável:

*“Logo cedo o pessoal formava aquela fila até o apito tocar e então cada um ia para o seu lado, já sabia direito o seu trabalho. Tinha trabalho de seringueiro, que era o mais valorizado, trabalho de usina, trabalho de porto. Tudo era controlado pelos chefes e, se chegasse um minuto atrasado, era descontado. Tinha relógio de ponto.”*⁵³

As alterações na divisão social do trabalho são também alterações relativas ao tempo ou temporalidade cultural, introduzindo o tempo de trabalho como ideologia⁵⁴. Na verdade, a progressiva introdução do trabalho assalariado na região amazônica tem, como peculiaridade, constituir-se em um longo percurso para a sua atual hegemonia. Sob outro aspecto, a introdução concomitante da moeda como forma dominante de relação entre o trabalho e o capital constitui-se em uma forma de violência, que pode ser enfocada culturalmente. A especificidade do regime fordista de trabalho substituiu o tempo regido, basicamente, pela natureza por um controle regido com medidas em minutos.

A transformação dos modos de vida incluiu, como reação, uma revolta em 1938, conhecida como “a revolta de quebra panela” nos refeitórios da Companhia, sob olhares espantados dos dirigentes estrangeiros, no dia em que se tentou implantar o sistema *self service* de refeições.

O controle social na cidade de Fordlândia era rigoroso. Em relação à bebida alcoólica, assim como nos Estados Unidos neste período, praticava-se a lei seca. Também as mulheres não tinham acesso à cidade, tendo-se formado, não longe dali, um núcleo que concentrava a prostituição, chamado Porto Novo, lá no beira-rio:

*“Bom, ele (o operário) ia farrear lá. Mas havia uma guarita lá embaixo e todos tinham de passar na guarita e o vigia verificava o que ele trazia; se ele trouxesse uma garrafa, lá havia um telefone. Pronto, este estava liquidado; ele pagava a conta, e o americano pegava na hora... Às vezes, os homens furavam uma melancia ou um coco e colocavam a bebida dentro, mas, se fosse descoberto, ia para a rua...”*⁵⁵

Na verdade, o lazer e seus espaços eram absolutamente discriminados. Enquanto os dirigentes estrangeiros dedicavam-se a jogos de golfe, a população jovem ansiava por buscar espaços não disciplinados, fora da cidade empresarial.

Desde o início do empreendimento, houve, por parte de seus dirigentes, a preocupação de esclarecer os títulos de todas as terras da concessão, que foram consideradas, em relatório do Administrador Carnegi, em 1931, como negligenciadas. A maioria das terras ocupadas pela população encontrava-se em áreas ribeirinhas dos rios Tapajós e Cupary e possuíam em média 16 hectares cada. Cada pedaço ocupado continha de uma a quatro casas de palha ou taipa. A área contígua restringia-se a fruteiras, algumas seringueiras e cacauzeiros e, nas áreas

desmatadas, plantava-se mandioca, estando estas parcialmente cobertas de capoeiras⁵⁶.

O relatório do Administrador ensaia a proposta de uma espécie de projeto de arrendamento. A compra das terras e a retirada dos moradores considerados inadequados ao trabalho; a seleção de um novo grupo da própria região, com homens de família constituída, aos quais seria dado o direito de morar nas terras e de possuir seu cultivo próprio, com direito à venda de sua produção. Por um período de seis anos, o trabalhador seria chamado para desmatar áreas contíguas às que habitava, onde, em seguida, seriam plantadas seringueiras. Quando as árvores atingissem o período de corte, a Companhia recolheria o produto com embarcações, pagando ao morador. À empresa, caberia o direito de fiscalizar o padrão de produção e retirar o morador que não atingisse o padrão desejado ou que incorresse em alguma falta moral.

A proposta aproximava-se muito do sistema de exploração da borracha, anteriormente explicitado, que havia sido implantado pelas oligarquias amazonenses para exploração extrativista, lembrando a figura do aviador e a intenção de criar uma mão-de-obra cativa. Uma forma de expulsão dos posseiros das terras da concessão, onde o objetivo era o de claramente criar a subordinação dos ocupantes nas vastas áreas da Companhia.

Não tendo sido a proposta efetivada, o problema da coexistência de regimes tão diversos de produção — o extrativista e o fordista — perdurava ainda em 1942, conforme explicita o relatório do então Administrador Johnston:

“... Escrevemos ao Governador e enviamos um mapa assinalando uma área de 500 m a leste e oeste da estrada na qual nós poderíamos conceder a esta gente o direito de entrada e o direito de plantar... paralelo à estrada, mas nunca além de quinhentos metros. Isto não seria considerado uma escritura de terras para eles, mas meramente o direito de entrada... nós compraremos as benfeitorias sempre que nós queiramos desmatar aquela área. Nós, é claro, nunca viremos a desmatar aquela área, de vez que ela tem sido cultivada por anos e o solo é de pequeno valor. Uma colônia nesta localização é desejável como uma fonte de alimentos e trabalho para a plantação.”⁵⁷

A modernidade fordista na Amazônia, das décadas de 30/40, incluía a perspectiva da formação de uma pequena “cidade espontânea”

junto à cidade empresarial, como forma de exploração indireta e, mais uma vez, como estoque de mão-de-obra para a plantação. Uma pequena colônia efetivamente se constitui, de nome Prainha, e passa a exercer o papel desejado.

Quando o “mal das folhas” inviabiliza definitivamente a plantação, a área ocupada é restrita e, a partir de 1941, a Companhia não consegue estender sua produção. O investimento foi definitivamente encerrado em 1945, com um prejuízo líquido computado de US\$ 7.876.071, e o patrimônio da Companhia foi transferido para a União, a cargo do Ministério da Agricultura e do Banco de Crédito da Borracha, incumbido de pagar à Ford Motor Company a quantia de US\$ 244.200.⁵⁸

Fordlândia representou uma antecipação das cidades empresariais dos anos 80 na Amazônia. Como as antecipações a que se refere Tafuri, M.⁵⁹, analisando as utopias realizadas, no caminho para o projeto de Ebenezer Howard, na perspectiva de equacionar o conflito entre capital e trabalho. No caso de Fordlândia, uma antecipação que também pode remeter-nos ao exemplo do projeto de River Shoals, no Vale do Tennessee, citado por Ciucci, G.⁶⁰, como modelo de projeto fordista de desenvolvimento industrial; porém, sem se constituir num regime de acumulação que enfatiza o papel social da demanda. Na Amazônia, em 1930, assim como os exemplos dos anos 80, esta antecipação nasce socialmente fracassada.

NOTAS

1. Azcona, J. Op. cit., p. 52.
2. Nery, B. de Santa Anna. “O País das Amazonas”, trad. Ana Mazur Spira, coleção Reconquista do Brasil, vol. 43, Edusp, SP, 1979, p. 47.
3. Nery, B. de Santa Anna. Op. cit., p. 48.
4. Condamine, De La. “Relation Abrégée d’un voyage dans l’intérieur de L’Amérique Meridionale”. Paris, 1745, citado por Nery, B. de Santa Anna, op. cit.
5. Nery, B. de Santa Anna. Op. cit, p. 50.
6. Spix e Martius. “Viagem pelo Brasil: 1817 -1820 “tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer, Edusp/Itatiaia, Coleção Reconquista do Brasil, vol. 46, SP, 1981, p. 145.
7. Spix e Martius. Op. cit., p. 192.

8. Bates, H. W. "Um Naturalista no Rio Amazonas". Edição Edusp/Itatiaia Ltda, tradução de R. Junqueira, Coleção Reconquista do Brasil, vol. 53, 1979, p. 110.
9. Rangel, A. "Inferno verde — Scenas e Scenarios do Amazonas". Prefácio Euclides da Cunha, Typographia Mineira, 1914
10. Rangel, A. Op. cit, p. 15.
11. Rangel, A. Op. cit, p. 44.
12. Cunha, E. "Á Marjem da História". Editores Livraria Cbardron, Porto, 1909, p. 78.
13. Cunha, E. "Um Paraíso Perdido-Ensaio, Estudos e Pronunciamentos sobre a Amazônia". Ory Leandro Tocantins, Coleção Documentos Brasileiros, Editora José Olympio/Fundação DRHCD do Estado do Acre, RJ., 1986, p. 201.
14. Aglietta, M e Orlean, A. "A Violência da Moeda". Trad. Tomazini, S.T., Brasiliense, SP, 1990, p. 34.
15. Oliveira, A. E. "Amazônia: Modificações sociais e culturais decorrentes do Processo de Ocupação Humana — Século XVII ao XX". In Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi — Antropologia, vol. 4, julho, Belém, 1988, p. 93.
16. Oliveira, A. E. Op. cit., p.97.
17. Gagliardi, J. M. "O Índigena e a República". São Paulo, Hucitec/Edusp/SE Cultura de SP, 1989.
18. Cunha, E. Rio de Janeiro, Record "Contraste e Confortos" Cultural, RJ., 1975 (1ª edição 1907), p. 111.
19. Lévi-Strauss, C. "Tristes Trópicos". Trad. Wilson Martins, Editora Anhembi Limitada, SP, 1957, p. 263.
20. Dean, W. "A Luta pela Borracha no Brasil". São Paulo, Nobel, tradução Eduardo Brandão, 1989.
21. Santos, R. Op. cit., p. 159.
22. Lobato Correa, R. "A Periodização da Rede Urbana da Amazônia". In Revista Brasileira de Geografia, ano 49, nº. 3, RJ., julho/setembro, 1987, p. 49.
23. Vidler, A. "Los Escenarios de la Calle: Transformaciones del Ideal y de la Realidad". In Anderson, S. (org) — "Calles-Problemas de Estructura y Diseño", Colección Arquitectura/ Perspectivas, GG., Barcelona, 1981, p. 95.

24. Tafuri, M. "Projecto e Utopia". Colecção Dimensões, Editorial Presença, Lisboa, 1985, p. 16.
25. Schorske, C. E. "A Cidade segundo o Pensamento Europeu de Voltaire a Spengler". trad. Hélio A. Saltorelli, *Revista Espaço Debates*, Ano IX, nº. 27, SP, 1989, pp.47/57.
26. Penteado Coelho, M. "Urbanismo e Utopia: Aproximações". In *Revista Espaço & Debates*, nº. 27, NERU, SP, 1989, p. 70.
27. Benévolo, L. "As Origens da Urbanística Moderna", Editorial Presença, Lisboa, 1987, p. 60.
28. Ver em particular Guerrand, R.H. "Espaços Privados". In "História da Vida Privada". Companhia das Letras, vol.4, SP, 1991, p. 370, quando o autor comenta a realização do "sonho" de Fourier por Godin.
29. Tafuri, M. Op. cit., p. 38.
30. Bénevolo, L. Op. cit., p. 131.
31. Tafuri, M. Op. cit., p. 27.
32. Dalco, F. et al. "De los Parques a la Region". In "La Ciudad Americana de la Guerra Civil al New Deal". Editorial Gustavo Gili S.A., Barcelona, 1975, p. 166 em citação a Frederick Law Olmsted sobre o Projeto de Construção do Central Park.
33. Dalco, F et al. Op. cit., p. 204.
34. Dalco, F. Op. cit., p. 211.
35. França, J.A. Op. cit.. p. 35.
36. Ferrão, J. B. "Projeto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadas — 1758/1813". Prefácio de Fernando Távora, Escola Superior de Belas-Artes do Porto, 1989, p. 54.
37. Ferrão, B.J. Op. cit., p. 110.
38. Castro, F. "A Selva". Editora Guimarães, Lisboa/Portugal, 1929, Pórtico.
39. Dean, W. "A Luta pela Borracha no Brasil". Editora Nobel, SP. 1989. p. 113 (Trad. Brandão. E).
40. Santos. R. "História Econômica da Amazônia — 1800/1920" São Paulo, T. A. Queiroz, 1980, p. 157.
41. Santos. R. Op. cit., p.158.
42. Assis Costa, F. "Capital Estrangeiro e Agricultura na Amazônia: a Experiência da Ford Motor Company/1922-1945". Dissertação de mestrado. FGV-RJ, 1981.

43. Dean. W. Op. cit., p. 114.
44. Assis Costa, F. Op. cit., tabela nº. 14, p. 161.
45. Assis Costa. F. Op. cit.
46. Ford, H. "Minha Vida e Minha Obra". Tradução e prefácio de Monteiro Lobato, Editora Brand Ltda., Rio de Janeiro, s/d.
47. Castro, F. "A Selva". Lisboa, Guimarães & C., 1929.
48. Dean. W. Op. cit., p. 125.
49. Assis Costa, F. Op. cit., tabela nº. 24, citando Cruls. G. — "Impressões de uma Visita à Companhia Ford Industrial do Brasil". Revista Brasileira de Geografia, Ano I, nº. 4, outubro de 1939.
50. Assis Costa, F. Op. cit., p. 125, em citação de Cruls. G. — "Impressões de uma Visita à Companhia Ford Industrial do Brasil". Revista Brasileira de Geografia, Ano I, nº. 4, out/1939.
51. Assis Costa, F. Op. cit., p. 86.
52. Assis Costa, F. Op. cit., p. 87.
53. Entrevista antigo morador de Fordlândia, Sr. Erasmo Silva, set/1990. Pesquisa FAPESP.
54. Vicentini, Y. "Relação Público-Privado e a Cidade Empresarial". Seminário História Urbana, ANPUR/UFB, nov/1990.
55. Entrevista morador. Op. cit.
56. Assis Costa, F. Op. cit., citando Carnegie, W.E. "Relatório: Matters at Boa Vista requiring decision". 1931.
57. Assis Costa, F. Op. cit., p. 101.
58. Assis Costa, F. Op. cit., pp.123-124.
59. Tafuri, M. "Projecto e Utopia". Coleção Dimensões, Editorial Presença, 1985.
60. Tucci, G. "The city an Agrarian Ideology and Frank Lloyd Wright Origins and Development of Broadacres". In "The American City", MTT Press, Cambridge, USA, 1979.

BIBLIOGRAFIA

- Aglietta, M. e Orlean, A. "A Violência da Moeda". Trad. S.T. Tomazini, Brasiliense, SP, 1990.

- Assis Costa, F. "Capital Estrangeiro e Agricultura na Amazônia: a Experiência da Ford Motor Company/1922-1945". Dissertação de Mestrado, FGV-RJ, 1981.
- Azcona, J. "Antropologia I — História". Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth, Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1993.
- Bates, H.W. "Um Naturalista no Rio Amazonas". Edição Edusp/Itatiaia Ltda. Trad. de R. Junqueira, Coleção Reconquista do Brasil, vol. 53, 1979.
- Becker, B. K. "Carajás: Gestão do Território e Territorialidade na Amazônia". In *Revista Espaço & Debates*, SP, Ano VIII, nº. 25, Brasil, 1988.
- Benevolo, L. "As Origens da urbanística Moderna". Coleção Dimensão, Editorial Presença, Portugal, 1987.
- Bessa, J. R. "Barés, Manãos e Tarunãs". In *Revista A.U.*, Ano 3, nº.10, Editora Pini, SP, mar/1987.
- Buarque de Hollanda, S. (org.). "II — O Brasil Monárquico", vol. 2, Dispersão e Unidade, DIFEL-Difusão Editorial S.A., SP, 1969.
- Carneiro da Cunha, M. (org.). "Legislação Indigenista no Século XIX", Comissão Pró-Índio de SP, Edusp, 1992.
- Castro, Ferreira. "A Selva". Editora Guimarães, Lisboa/Portugal, 1929.
- Choay, F. "A História e o Método em Urbanismo", em Bresciani, S. (org.). "Imagens da Cidade — Séculos XIX e XX". Marco Zero, ANPUH/São Paulo, Fapesp, SP, 1994, pp. 13 -28.
- Ciucci, G. "The City Agrarian Ideology and Frank Lloyd Wright: Origins and Development of Broadacres". In "*The American City*", MIT Press, Cambridge, USA, 1979.
- Cunha, E. "Contrastes e Confrontos". Rio de Janeiro, Record Cultural, RJ, 1975 (1ª. edição 1907).
- _____. "Um Paraíso Perdido — Ensaios, Estudos e Pronunciamentos sobre a Amazônia". Org. Leandro Tocantins, Coleção Documentos Brasileiros, Editora José Olympio/Fundação DRHCD, do Estado do Acre, RJ, 1986.
- _____. "À marjem da História". Editores Livraria Cbardron, Porto, 1909.
- Dal Co, F. et alii. "De los Parques a la Región". In *La Ciudad Americana — De la Guerra Civil al New Deal*, Editorial Gustavo Gili S.A., Barcelona, 1975.

- DEAN, W. "Brazil and the Struggle for Rubber". Cambridge Univ. Press (Portuguese translation, Editora Nobel, SP/Brasil, 1989).
- Ferrão, J. B. "Projeto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadas — 1758/1813". Prefácio de Fernando Távora, Escola Superior de Belas-Artes do Porto, 1989.
- Foot, F. "O Trem Fantasma". Companhia das Letras, SP, 1988.
- Ford, H. "Minha Vida e Minha Obra". Trad. e Prefácio de Monteiro Lobato, Editora Brand Ltda., RJ, Brasil, s/d.
- França, J. A. "A Reconstrução de Lisboa e a Arquitetura Pombalina". Instituto de Cultura Portuguesa/MEIC, Lisboa, 1978.
- Gagliardi, J. M. "O Indígena e a República". HUCITEC/Edusp/SE Cultura de SP, 1989.
- Guerrand, R. H. "Espaços Privados". In *História da Vida Privada*, Companhia das Letras, vol. 4, SP, 1991. Gunn, P. "The Fabian Road to Urban Reform", USP/FAU, March, 1994.
- Lacerda De Melo, M. e Moura, H. A. (coord.). "Migrações para Manaus". Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, Recife-PE, 1990.
- Lévi-Strauss, C. "Tristes Trópicos". Trad. Wilson Martins, Editora Anhembi Limitada, SP, 1957.
- Lobato Correa, R. "A Periodização da Rede Urbana da Amazônia". In *Revista Brasileira de Geografia*, Ano 49, nº 3, RJ, jul/set, 1987.
- Meira Filho, A. "Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará — Fundação e História", (vols. I e II.). Grafisa e Editora Globo, Belém, 1976.
- Nery, B. de Santa Anna. "O País das Amazonas". Trad. Ana Mazur Spira, Coleção Reconquista do Brasil, vol. 43, Edusp, SP, 1979.
- Oliveira, A. E. "Amazônia: Modificações Sociais e Culturais decorrentes do Processo de Ocupação Humana — Século XVII ao XX". In *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi — Antropologia*, vol. 4, julho, Belém, 1988.
- Penteadó Coelho, M. "Urbanismo e Utopia: Aproximações". In *Revista Espaço & Debates*, nº. 27, NERU, SP, 1989.
- Pesquisa FAPESP— (1991) — Auxílio de Pesquisa de Doutorado.
- Rangel, A. "Inferno Verde — Scenas e Cenários do Amazonas". Prefácio Euclides da Cunha, Typographia Mineira, 1914.

- Rocha Penteadó, A. "Belém do Pará — Estudo da Geografia Urbana". Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, I vol. UFP, Belém, 1968.
- Santos, R. "História Econômica da Amazônia — 1800/1920". Biblioteca Básica de Ciências Sociais, T. A. Queiroz Editor Ltda, SP, 1980.
- Schorske, C.E. "A Cidade segundo o pensamento Europeu — de Voltairre a Spengler". Trad. Hélio A. Saltorelli, Revista *Espaço & Debates*, Ano IX, nº 27, SP, 1989.
- Silva Bruno, E. "História do Brasil — Geral e Regional", vol. 1, Amazônia, Editora Cultrix, SP, 1966.
- Spix e Martius. "Viagem pelo Brasil: 1817 — 1820". Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer, Edusp/Itatiaia, Coleção Reconquista do Brasil, vol. 46, SP, 1981.
- Tafuri, M. "Projecto e Utopia". Coleção Dimensões, editorial Presença, Lisboa, 1985.
- Tod, I. e Wheeler, M. "Harmony: Utopia in the New World". In *Utopia*, Orbis Publishing, London, 1978.
- Vicentini, Y. Entrevista com antigo trabalhador de Fordlândia, Mr. Erasmo Silva, set/1990, Research Report, FAPESP/SP-Brazil.
- _____. "Relação Público - Privado e a Cidade Empresarial". Seminário História Urbana, ANPUR/UFB, nov/1990.
- _____. e Rizek, C.S. "Urban Theory and the Theme of Nature", 15. BISS - Bartlett Summer School, Roubaix, France, set/1993.
- _____. e Rizek, C. "Relação Público-Privado e a Cidade Empresarial". In Fernandes, A. e Filgueiras Gomes, M. A. A. "Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX". UFBA/Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, ANPUR/UFB, Salvador, Brasil, 1992.
- Vidler, A. "Los Escenarios de la Calle: Transformaciones del Ideal y de la Realidad". In Anderson, S. (org.). "Calles-Problemas de Estructura y Diseño". Colección Arquitectura/ Perspectivas, GG., Barcelona., 1981.